

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS DESTA COMARCA DE CAMPO GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA AOS

Autos nº 0019016-35.1997.8.12.0001

EDUARDO MARQUES LUCAS brasileiro, casado, comerciante, portadora do RG nº 293.437 SSP/MS, CPF: 365.307.271-91, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa nº 694, Bairro Centro, em Campo Grande – MS, por seu advogado infra afirmado, com endereço profissional na Rua Professora Antônia Capilé nº 861, Bairro Nova Lima, em Campo Grande – MS, procuração anexa, vem à honrosa presença de Vossa Excelência, com fundamento nos arts. 461, *caput*, §§ 1º e 2º, 475-A e seguintes, do Código de Processo Civil e art. 633 e parágrafo único, do Código de Processo Civil, combinados com os arts. 84 e 97, do Código do Consumidor, requerer a **LIQUIDAÇÃO** da r.**SENTENÇA**, confirmada pelos vv. acórdãos do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado de Mato Grosso do Sul - TJMS e do Colendo Superior Tribunal de Justiça - STJ, em face da **OI S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.535.764/0001-43, estabelecida na Rua Tapajós nº 660, Vila Rica nesta cidade de Campo Grande-MS, CEP 79022-210, aduzindo, para tanto, o seguinte.

PRELIMINARMENTE

I. DA NECESSIDADE DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

O Autor não tem condições de suportar com as custas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e da sua família, conforme atesta na declaração de hipossuficiência anexa.

A Lei nº 1.060, de 05/02/1950, estabelece normas para concessão de assistência judiciária aos necessitados.

Nessa esteira, já se manifestou o c. Superior Tribunal de Justiça:

“PROCESSUAL CIVIL. SIMPLES AFIRMAÇÃO DA NECESSIDADE DA JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO. ART. 4º, DA LEI Nº 1.060/50. ADMINISTRATIVO. LEI Nº 7.596/87. DECRETO Nº 94.64/87. PORTARIA MINISTERIAL Nº 475/87. 1 -

A simples afirmação da necessidade da justiça gratuita é suficiente para o deferimento do benefício, haja vista o art. 4º, da Lei nº 1.060/50, ter sido recepcionado pela atual Constituição Federal. Precedentes da Corte. 2 - Ainda que assim não fosse, é dever do Estado prestar assistência judiciária integral e gratuita, razão pela qual, nos termos da jurisprudência do STJ,

permite-se a sua concessão ex officio. 3 - A Portaria Ministerial nº 475/87, ao regular e efetivar o enquadramento previsto na Lei nº 7.596/87 e no Decreto nº 94.64/87, extrapolou os limites legais, quando não obedeceu a expressa determinação de se contar o tempo de serviço das atividades efetivamente prestadas. 4 - Recurso Especial conhecido e provido”. (STJ. Resp

32019/RS Recurso Especial 201/048140-0 6ª Turma Relator Min. Fernando Gonçalves - DJ de 15.4.02, p 270 - Data da Decisão 05.3.02).

Posto isto, requer a V. Ex^a. que seja deferido o Benefício da Justiça Gratuita.

II. DA LEGITIMIDADE ATIVA

O Autor é um dos consumidores substituídos na Ação Civil Pública nº 0019016-35.1997.8.12.0001, ajuizada pelo Ministério Público Estadual, cujo feito teve como principal objetivo obter a condenação da Ré na obrigação de fazer, consistente em proceder à retribuição em ações TELEBRAS aos promitentes-assinantes que aderiram ao Programa Comunitário de Telefonia – PCT/91, implantado neste município de Campo Grande – MS, conforme faz prova, anexando o Contrato de Participação Financeira em Programa Comunitário de Telefonia nº 5806, que o Autor assinou com a empresa INEPAR S/A - INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES, conforme relatado na inicial da Ação Civil Pública cuja sentença ora se encontra transitada em julgado, objeto do presente procedimento de liquidação.

III. DA LEGITIMIDADE PASSIVA

Por outro lado, resta pacificada na Corte Superior a respeito da legitimidade passiva da Ré, consoante decisão monocrática do Ministro Humberto Gomes de Barros, no Agravo nº 999.440 - MS, confirmando as decisões prolatadas pelo Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado e reconhecendo a BRASIL TELECOM S/A (atual Oi S/A) como parte legítima para figurar no pólo passivo da ACP.

“AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 999.440 - MS (2008/0002446-3.

RELATOR : MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS

AGRAVANTE: BRASIL TELECOM S/A - FILIAL MATO GROSSO DO SUL.

ADVOGADOS: CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES E OUTRO(S).

AGRAVADO: JULIO CELESTINO RIBEIRO FERNANDES

ADVOGADO: ALEXANDRE BARRETO DETTMER

Agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial, tirado de acórdão assim ementado:

"(...). A Brasil Telecom S.A - Filial Mato Grosso do Sul - é parte legítima para figurar como ré na ação de liquidação de sentença que tem como objeto a responsabilidade decorrente de contrato de participação financeira em ações de telefonia celebrado pela Telems, pois, pelo processo de privatização/desestatização do sistema, assumiu o controle acionário daquela empresa. Agravo de instrumento conhecido e improvido." (fl. 65).

No recurso especial a recorrente queixa-se de ofensa ao Art. 233, parágrafo único, da Lei 6.404/76. Alega que não tem legitimidade para responder pela pretensão do demandante porque:

(a) não é sucessora da Telems - Telecomunicações de Mato Grosso do Sul;

(b) o recorrido não exerceu, no prazo legal, "a chamada oposição", por ocasião da cisão parcial da Telebrás.

A decisão agravada finca-se na Súmula 7.

DECIDO:

O acórdão recorrido, para afastar a preliminar de ilegitimidade passiva da agravante, baseou-se nas provas constantes dos autos, em especial no fato de o contrato ter sido celebrado em data anterior à privatização do sistema de telefonia, ocorrida em 1998, quando houve cisão parcial da Telebrás, que era a controladora da TELEMS, de modo que:

"Consoante se depreende do edital de privatização, encartado por cópia aos autos, em seu capítulo 4 (Direitos e Obrigações dos Adquirentes de Ações das Companhias), item 4.1 (Responsabilidade por Insubstituições Ativas e Superveniências Passivas):(...) Em verdade, a agravante é sim sucessora da Telems, eis que administra todo o acervo, à época existente e ao que deu continuidade, auferindo lucro diariamente com a prestação de serviços de telecomunicações, inclusive daquelas linhas integrantes do PCT em Três Lagoas." (fl. 67).

O recurso especial não serve para o reexame das premissas de fato e de provas que o acórdão recorrido estabeleceu com base em contrato e no edital de privatização. Incidem as Súmulas 5 e 7. Nego provimento ao agravo de

instrumento.” (Ag. N.º 999.440. Rel. MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS. DJE. 22/02/2008).

De igual forma, o Recurso Repetitivo nº 1.112.474 (art. 543-C, do CPC) declara a “Brasil Telecom S/A”, atualmente denominada “OI S/A”, como legítima para figurar no polo passivo da ação de cumprimento de sentença e, por conseguinte, não havendo dúvida acerca da sua legitimidade.

DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

I- DOS FATOS

O Autor foi beneficiado pela sentença transitada em julgado no dia 25 de setembro de 2012, em virtude da Ação Civil Pública n. 00190016-35.1997.8.12.0001 que tramitou nesta Comarca de Campo Grande – MS.

Cumpra ainda consignar, que a parte ré interpôs Apelação ao julgado, oportunidade em que o egrégio Tribunal de Justiça, mesmo alterando parcialmente a sentença, **manteve INALTERADOS OS COMANDOS JURISDICIONAIS**, no que concerne ao prazo e parâmetros para fins de retribuição.

Vejamos o dispositivo da r. sentença que condena a Executada a retribuir ações da Telebrás para a Autor:

*“...Dessa forma, a falta de retribuição em ações aos consumidores participantes do PCT configura, à estreme de dúvida, **enriquecimento ilícito** por parte da Ré, o que é repellido por nosso ordenamento legal, posto que ela teve seu capital social aumentado, em razão da incorporação do acervo patrimonial das centrais telefônicas construídas a encargo dos consumidores, sem que tivesse subscrito ações àqueles que financiaram o plano de expansão do sistema telefônico no Município de Campo Grande – MS.”*

“... JULGO em parte PROCEDENTE a presente AÇÃO CIVIL PÚBLICA com preceito cominatório de obrigação de fazer movida contra TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ S/A – FILIAL TELEMS (antiga denominação da TELECOMUNICAÇÕES DE MATO GROSSO DO SUL e atualmente denominada de BRASIL TELECOM – TELEMS BRASIL TELECOM) para o fim determinar à ré que no prazo de 180 dias, contado da data de intimação da sentença, proceda à retribuição em ações TELEBRÁS a participação financeira referente às primeiras 10.115 linhas comercializadas, investindo os consumidores na condição de assinantes, levando em consideração o valor efetivamente pago por cada consumidor, corrigido monetariamente pelo IGPM/FGV, acotação das ações nesta mesma data e os dividendos existentes desde aquela data, bem como a comprovar em juízo a data de encerramento do primeiro balanço elaborado e auditado após a integralização da participação financeira dos promitentes-assinantes, para fim de liquidação de sentença, sob pena de ser considerada a data da

assembléia geral que determinou integralização, a qual realizou-se em 24.12.1996.

Já quanto às 4.134 linhas telefônicas referentes à última fase do Programa Comunitário de Telefonia, determino à Ré que, no prazo de 90 dias, inicie e finalize o procedimento para retribuição de ações TELEBRÁS, e após este, proceda à efetiva retribuição em ações a participação econômica de cada promitente-assinante, nos moldes do acima determinado, para o qual fixo o prazo de 180 dias."

Determinou-se, ainda, no julgamento da apelação:

"... para condenar a requerida ao pagamento dos danos materiais e morais causados aos consumidores, cujos valores deverão ser apurados em liquidação de sentença posto que se trata de condenação genérica, ficando mantida a decisão de 1º grau nos demais termos."

O prazo de 180 dias passou a fluir da data do trânsito em julgado da sentença, dia 25/09/2012, tendo ocorrido o seu termo final em 24/03/2013.

Assim, cabe à Ré, através da presente, trazer aos autos o valor das ações à época da integralização do capital, o número de ações a que o Autor teria direito e, se for o caso, a diferença devida, na hipótese de já ter havido de sua parte, algum cumprimento parcial oportuno e devidamente comprovado nos autos durante a fase de conhecimento, não havendo como admitir qualquer tipo de negativa ou argumento que possa eximi-la da obrigação de fazer, uma vez que a decisão já se encontra superada em todas as instâncias.

Como afirmado acima, a r. sentença de fls. 1013/1019, que ora se busca a sua liquidação, confirmada por acórdãos do e. TJMS e por decisão do c. STJ, condenou a empresa **BRASIL TELECOM S/A** (sucessora da **TELEMS S/A** e sucedida pela **OI S/A**) na obrigação de retribuir em ações TELEBRÁS a participação financeira que os adquirentes de linhas telefônicas efetivamente tiveram, levando em conta o valor efetivamente despendido por cada consumidor, devidamente corrigido pelo IGP-M/FGV.

Logo, estão presentes os requisitos para o Autor requerer a liquidação de sentença da obrigação de fazer, a fim de buscar o *quantum debeatur*, a ser suportado pela Ré.

II - DA MEMÓRIA DE CÁLCULO ATENDENDO AOS CRITÉRIOS DOS JULGADOS

O Superior Tribunal de Justiça definiu que o critério para se determinar a quantidade de ações deverá atender a aferição do valor integralizado por cada consumidor, tendo como base a data da contratação, dividindo-se, após, o capital investido pelo valor patrimonial da ação (VPA), apurado com base no balancete do mês da integralização, nos termos da Súmula 371, do STJ, *verbis*:

“Nos contratos de participação financeira para a aquisição de linha telefônica, o Valor Patrimonial da Ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização.”

O mês da integralização é aquele em que a parte Autora efetuou o pagamento de quota única ou da primeira parcela do capital investido conforme amplamente discutido nos Tribunais Estaduais, entendimento já consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

Ementa: COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. **CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA** CONJUGADO COM AQUISIÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA. SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. PEDIDO INDENIZATÓRIO. DIFERENÇAS A RECEBER. **CRITÉRIO DE APURAÇÃO**. VPA. BALANCETE DO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO DA PRIMEIRA OU ÚNICA PARCELA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. PRETENSÃO INFRINGENTE. EXAME DE NORMAS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO.

I. Consoante o entendimento consolidado na 2ª seção do STJ, a complementação buscada pelos adquirentes de linha telefônica mediante contrato de participação financeira firmado com a hoje Brasil Telecon S/A, deve tomar como base o valor patrimonial da ação, na data em que efetuada a sua integralização.

II. **Para tanto, o valor patrimonial da ação será apurado pelo balancete do mês da respectiva integralização, consoante a orientação uniformizada pela 2ª seção** (Resp. n. 975.834/RS, rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 26.11.2007), entendimento harmônico com a orientação enunciada no item I, acima.

III. Refoge ao Superior Tribunal de Justiça o exame de normas constitucionais afetas à competência do Pretório Excelso.

IV. Descabido o uso de embargos declaratórios quando, a pretexto de reparar vícios aqui não encontrados, pretendem efeito meramente infringente ao julgado, para forcejar uma decisão favorável à tese que defendem, já repelida pelo aresto embargado.

V. Embargos declaratórios rejeitados.

Relator Ministro Aldir Passarinho Júnior.

Segue decisão da 2ª Turma:

Ementa: DIREITO CIVIL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 165, 458, II E 535 DO CPC. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ILEGITIMIDADE. INCIDÊNCIA DO VERBETE SUMULAR Nº 07 DESSA CORTE. PRESCRIÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 287, II, “G” DA LEI 6.404/76. NÃO INCIDÊNCIA. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. **APURAÇÃO NO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO**. MULTA DO ARTIGO 538, § ÚNICO, DO CPC. EXCLUSÃO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE, E NA EXTENSÃO PROVIDO.

1.O v. acórdão veio devidamente fundamentado, nele não havendo qualquer contradição, obscuridade ou omissão.

2. Nos contratos de participação financeira, não incide a prescrição prevista no artigo 287, inciso II, alínea "g", da Lei nº 6.404/76.

3. O valor patrimonial da ação, nos contratos de participação financeira, deve ser o fixado no mês da integralização, rectius, pagamento, do preço correspondente, com base no balancete mensal aprovado.

4. Nos casos de parcelamento do desembolso, para fins de apuração de quantidade de ações a que tem direito o consumidor, o valor patrimonial será definido com base no balancete do mês do pagamento da primeira parcela.

(Grifei)

5. Multa do artigo 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil, afastada.

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, na extensão provido. (Resp 975834/RS, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/10/2007, DJ 26/11/2007, p. 115) (Grifou-se).

Segue o acórdão da 4ª Turma do STJ:

Ementa: AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO.

PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. COMPLEMENTAÇÃO ACIONÁRIA. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO (VPA) FALTA DE DEFINIÇÃO NO TÍTULO EXEQUENDO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 371/STJ. POSSIBILIDADE.

1. A existência do critério no título exequendo para o cálculo do valor patrimonial da ação (VPA) impede a alteração posterior com base na edição da Súmula n. 371 do STJ, em respeito ao instituto da coisa julgada.

2. No caso concreto, a decisão exequenda transitada em julgado reconheceu o direito a complementação acionária, mas não especificou o valor patrimonial da ação a ser empregado. Portanto, é perfeitamente cabível a aplicação da Súmula n. 371 desta Corte.

3. Agravo regimental desprovido. Acórdão A Quarta Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Marco Buzzi, Luis Felipe Salomão, Raul Araújo (Presidente) e Maria Isabel Gallottivo aram com o Sr. Ministro Relator AgRg no AREsp 519498 / RS AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL (2014/0117238-6) Relator (a) Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA (1146) Órgão Julgador T4 – QUARTA TURMA Data do julgamento 18/09/2014 Data da Publicação/Fonte DJe 25/09/2014).

Desta forma, considerando a lição extraída da Súmula 371 do STJ e entendimento consolidado pelos nossos tribunais, se obtém que o Autor, na data da contratação possuía o direito de ter subscrita a quantidade de ações a seguir demonstrada:

Data da contratação: 25/09/1994

Valor integralizado: R\$ 1.685,16

Na sentença há determinação expressa da incidência de correção monetária pelo IGP-M/FGV, sobre os valores a serem pagos para o Autor.

Ao seu turno, também os juros de mora são devidos desde a citação da ação de conhecimento (24/09/1997), consoante disposto na Súmula 163 do STF e já sedimentado através do julgamento do REsp nº1.301.989/RS, recurso repetitivo (artigo 543-C do CPC), *in verbis*:

“1. Para fins do art. 543-C do CPC:

(...)

1.3.1. Sobre o valor dos dividendos não pagos, incide correção monetária desde a data de vencimento da obrigação, nos termos do art. 205, § 3º, Lei 6.404/76, e juros de mora desde a citação.

1.3.2. No caso das ações convertidas em perdas e danos, é devido o pagamento de dividendos desde a data em que as ações deveriam ter sido subscritas, até a data do trânsito em julgado do processo de conhecimento, incidindo juros de mora e correção monetária segundo critérios do ítem anterior”.

Portanto, os dividendos serão acumulados ao valor do capital investido, na data do trânsito em julgado da sentença da ação civil pública, ocorrido em 25/09/2012.

III - DOS FUNDAMENTOS

Como o direito do Autor de ser restituído já foi declarado por sentença condenatória, não há como negar que esteja amparado em detrimento da Ré, no art.6º, inc. VIII, do CDC e nos arts. 332 e 461, do CPC.

Restando comprovada a legitimidade do Autor, a titularidade do direito de ser restituído da quantia paga a título de investimento no Plano Comunitário de Telefonia, comprovado pelo respectivo contrato já referido, para justificar a liquidação de sentença e buscar a obrigação de fazer da Ré, de comprovar a integralização em ações, deverá através da presente, demonstrar o valor devido pela Ré em favor do Autor, nos termos do artigo 475-A do CPC, nos limites definidos na sentença condenatória.

Dos itens 5.1 e 5.1.1, da Norma nº 03/01, aprovada pela Portaria Ministerial nº86/90, constata-se que:

“5.1 - As importâncias recebidas a título de participação financeira, inclusive juros, serão capitalizadas e retribuídas em ações, após a sua integralização pelo promitente-assinante.”

“5.1.1 - A capitalização deverá ser efetuada com base no valor patrimonial da ação, apurado no primeiro balanço elaborado e auditado após a integralização da participação financeira.”

Nesse sentido, colaciona-se precedentes do egrégio Tribunal de Justiça deste Estado:

“E M E N T A – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ORDINÁRIA DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL – CONTRATO DE

PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM INVESTIMENTO NO SERVIÇO TELEFÔNICO – BRASIL TELECOM – PRELIMINARES DE INÉPCIA DA INICIAL E ILEGITIMIDADE AFASTADAS – PRESCRIÇÃO DECENAL PREVISTA NO ARTIGO 205 DO

CÓDIGO CIVIL DE 2002 – VALOR PATRIMONIAL DAS AÇÕES APURADO COM BASE NO BALANCETE DO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO – SÚMULA 371 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSO NÃO PROVIDO.

A Brasil Telecom S.A. – Filial de Mato Grosso do Sul é legítima sucessora da Telems e deve responder pelos contratos decorrentes do plano de expansão do sistema de telefonia.

Em se tratando de demanda que tem por objeto relação de natureza tipicamente obrigacional, o prazo prescricional a ser observado é aquele previsto no artigo 205 do Código Civil de 2002.

Nos contratos de participação financeira para a aquisição de linha telefônica, o Valor Patrimonial da Ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização.

(TJMS, Segunda Turma Cível - Apelação Cível N. 2010.014643-1/0000-00 – Ivinhema - Relator - Exmo. Sr. Des. Julizar Barbosa Trindade. Julgado em 17.8.2010). (grifo nosso).

Conforme noticiam os autos da Ação Civil Pública n.º 0019016-35.1997.8.12.0001, à f. 43778, a Ré já se pronunciou, no sentido de que é impossível cumprir a obrigação de fazer, pelo fato de ser juridicamente inviável transferir para o Autor, ações e dividendos da TELEBRAS, *verbis*:

“Também insta ressaltar que a sentença da ACP, condenou a Companhia a entregar ações da TELEBRÁS, e não suas próprias ações. O que é impossível. Não mais existe nenhum vínculo acionário entre as duas companhias. Qualquer exigência nesse sentido restará inócua”.

Com isso, está-se diante de caso de transformação de obrigação de fazer em perdas e danos, como previsto no artigo 461, §§ 1º e 2º, do CPC, e artigo 633, parágrafo único do CPC, segundo entendimento do e. Tribunal de Justiça deste Estado:

“De igual forma, ao analisar um estudo mais apurado de recursos interpostos pela requerida, constatou-se em suas razões, a alegação da impossibilidade de transferir as ações, admitindo a sua condenação, asseverando que o pedido de subscrição “in natura” é impossível, uma vez que a emissão de novas ações demanda um complexo procedimento previsto na Lei de Sociedades Anônimas.”(Sic. Apelação Cível n.º 2012.002116-6/0000-00. Campo Grande – Relator: Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva).

Sendo assim, para efeito de arbitramento do *quantum*, os documentos anexos são suficientes para demonstrar o valor e a data de desembolso de cada parcela paga pelo Consumidor, fazendo-se necessária a liquidação de sentença nos termos dos arts. 475-A e seguintes do Código de Processo Civil, para que seja determinado o valor da condenação, uma vez que assim é necessário tendo em vista a natureza do objeto.

IV - DA NECESSIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

São legitimamente aplicáveis no caso, as disposições do Código de Defesa do Consumidor, como também é oportunamente cabível a inversão do ônus da prova, a teor do que estabelece o art. 6º, VIII, do referido Código, uma vez que se acham presentes os requisitos para a sua concessão: a verossimilhança das alegações e a hipossuficiência do consumidor, consubstanciadas na Ação Civil Pública, no contrato e na necessidade de facilitação da sua defesa.

Ademais, é admitida a inversão do ônus da prova, a critério do magistrado. Anote-se o posicionamento do e. Tribunal de Justiça deste Estado:

"EMENTA - AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO - AÇÃO ORDINÁRIA - PROGRAMA COMUNITÁRIO DE TELEFONIA - CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - MÉRITO RECURSAL - DECISÃO SANEADORA QUE REJEITOU PRELIMINARES DE INÉPCIA DA INICIAL E ILEGITIMIDADE PASSIVA, BEM COMO DEFERIU A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - AUSÊNCIA DE EQUÍVOCO - DECISUM IRRETOCÁVEL - ARGUMENTAÇÕES QUE NÃO INFIRMAM O DECISUM - DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO. (...)

III. Se a hipossuficiência do consumidor é patente frente ao poderio econômico e administrativo da empresa agravante e se resta vislumbrada a verossimilhança nas alegações do contratante, não há como deixar de julgar atendidas as exigências encartadas no art. 6º, VIII, do CDC, determinando-se a inversão do ônus da prova. (...)

(Agravo Regimental em Agravo - N. 2012.015126-3/0001-00 – Fátima do Sul. Relator - Exmo. Sr. Des. Marco André Nogueira Hanson - Julgamento: 26/06/2012 - Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível) (grifo nosso).

Logo, a inversão do ônus da prova deve atender também o princípio do livre convencimento motivado do juiz, previsto no art. 131, do CPC, na realização das provas necessárias à instrução do processo. Nesse sentido:

“AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ORDINÁRIA DE ADIMPLEMTO CONTRATUAL C/C PERDAS E DANOS MATERIAS – DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGA SEGUIMENTO AO RECURSO – RESPEITO À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DA RESPECTIVA CORTE DE JUSTIÇA – AUSÊNCIA DE ARGUMENTO CAPAZ DE INFIRMAR A DECISÃO RECORRIDA – INÉPCIA DA INICIAL – ILEGITIMIDADE PASSIVA- INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA- POSSIBILIDADE – RECURSO IMPROVIDO.

Quando o agravante não apresenta qualquer argumento capaz de infirmar a decisão agravada, inviável a retratação do posicionamento exarado, devendo ser mantido o “decisum” que negou seguimento ao recurso ante a jurisprudência dominante do Tribunal de Justiça respectivo.

Se os documentos trazidos nos autos são suficientes para o julgamento da causa, bem como dos fatos narrados na

exordial, evidencia-se a coerência do pedido e da causa de pedir, rejeitando-se a preliminar de inépcia da inicial.

A Brasil Telecom S.A. é parte legítima para figurar no pólo passivo de ação na qual discute-se responsabilidade decorrente de contrato celebrado pela Telems, porque assumiu o seu controle acionário por meio do processo de privatização da Telebrás.

Se a relação havida entre as partes é de natureza consumerista, aplicasse a ela o Código de Defesa do Consumidor, propiciando a inversão do ônus da prova de modo a facilitar a defesa do consumidor e dos seus direitos.”(grifo nosso) (TJMS. Agr.Reg. nº 4006836-57.2013.8.12.0000/50000. Fátima do Sul. Rel. Des. Claudionor Miguel Abss Duarte. 4ª Câm.Cível. J.30.9.2014).

Posto isso, é o presente tópico para requerer a inversão do ônus da prova determinando à Ré que traga aos autos o valor das ações à época da integralização do capital a que o Autor teria direito e a diferença devida, levando em consideração o valor efetivamente pago, nos moldes determinados na sentença, sob pena de violação ao princípio da segurança jurídica, cominando uma multa diária para o caso de descumprimento.

Destarte, basta observar a sentença condenatória proferida na Ação Civil Pública para se constatar que a Ré não cumpriu a sentença da obrigação de fazer e que, em sede de apelação, o valor devido seria apurado em liquidação. Portanto, em virtude da sucumbência, a Ré foi condenada ao pagamento das custas processuais, devendo ser responsabilizada pelas despesas em sede de liquidação.

Extrai-se os julgados do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul – TJMS e do Colendo Superior Tribunal de Justiça - STJ, *verbis*:

“E M E N T A - AGRAVO POR INSTRUMENTO – LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA – DECISÃO QUE DETERMINOU AO RÉU ANTECIPAR OS HONORÁRIOS PERICIAIS – RECURSO FUNDADO NO ART. 33, CPC, INCOMPATÍVEL COM O PROCESO DE EXECUÇÃO E COM A

LIQUIDAÇÃO – RECURSO IMPROVIDO.O art. 33, CPC, quando dispõe que despesas com perícia serão antecipadas pelo autor quando por ele requerida ou pelo juiz determinada, não se aplica ao processo de execução, como à liquidação, quando a sentença do processo de conhecimento atribuiu ao vencido a suportar os ônus da sucumbência, entre os quais se incluem as despesas da futura execução. (TJMS, AI n.º 2006.01092-8, 1ª T. Cível, Rel. Des. Jorge Eustácio da Silva Frias, j. 15.08.2006).

“E M E N T A – AGRAVO DE INSTRUMENTO – LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA – PAGAMENTO HONORÁRIOS PERICIAIS – INCIDÊNCIA DO ART. 20 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

O Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo, fixou a tese de que "na fase autônoma de liquidação de sentença (por arbitramento ou por artigos), incumbe ao devedor a antecipação dos honorários periciais", por incidência direta do art. 20 do Código de Processo Civil. Recurso conhecido e não provido.”(TJMS. A.I.

nº 141074- 71.2014.8.12.00. Rel. Sr. Juiz Vilson Bertelli. 2ª Câmara Cível.J. 21.10.2014).

"RECURSO ESPECIAL - LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO - HONORÁRIOS DO PERITO - PAGAMENTO. 1 – Tendo a sentença determinado que o valor a ser pago pelo devedor fosse apurado em liquidação de sentença por arbitramento, e tendo, ainda, repartido os ônus, em virtude da sucumbência recíproca, cabe a ambas as partes o pagamento dos honorários do perito. 2 - Recurso Especial improvido."(REsp 830.025/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Terceira Turma, julgado em 16/03/2010, DJe29/03/2010).

V- DA INTIMAÇÃO DA PARTE DEVEDORA

De acordo com a sistemática do § 1º, do art. 475-A, do CPC, a Ré deverá ser intimada do presente requerimento de liquidação de sentença, na pessoa de seu procurador habilitado às fls. 1800/1804, nos autos do processo nº 0019016-35.1997.8.12.0001, o advogado **Carlos Alberto de Jesus Marques**, inscrito na OAB/MS sob o nº 4862.

VI – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência, seja acolhida a presente **LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA**, nos termos do artigo 475-A e seguintes, do CPC, procedendo-se a sua distribuição e o processamento por dependência ao processo nº 0019016-35.1997.8.12.0001, desta Comarca, e:

1. Se digne em acolher o pedido de concessão dos benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, eis que o Autor comprovadamente não tem condições de arcar com custas judiciais, sem prejuízo do seu próprio sustento e da sua família.
2. Liminarmente, sob pena de multa diária, no valor e prazo a ser estipulado por este prudente juízo, seja intimada a Ré na pessoa do seu advogado a apresentar o número de ações (obrigação de fazer) correspondente ao valor do investimento feito pelo Autor, documentos estes necessários para realização da perícia sob pena de serem considerados corretos os valores apresentados pela Autor (artigo 475-B, § 2º, do CPC);
3. Como a Ré já se manifestou pela impossibilidade de retribuir o investimento feito pelo Autor em ações da TELEBRAS, por impossibilidade material, seja o valor da obrigação de fazer convertido em perdas e danos;
4. Seja determinada a intimação da Ré, na pessoa do advogado *Carlos Alberto de Jesus Marques, OAB/MS 4862, autos do processo*

n.º0019016-35.1997.8.12.0001, pela publicação na imprensa oficial, Diário da Justiça, para que se manifeste, querendo, sobre a presente liquidação;

5. Seja deferida a inversão do ônus da prova em benefício do Autor, **bem como a nomeação do perito**, fixando prazo para a entrega do laudo, cujos honorários e despesas serão arcados pela Ré, por se tratar de liquidação de sentença de relação de consumo na qual foi condenada;
6. Seja também a Ré condenada a pagar as custas e os honorários advocatícios de sucumbência para esta fase de Liquidação de Sentença;
7. Seja determinado que, as publicações e intimações saiam em nome do advogado **Alexandre Oliveira**, ora subscritor, sob pena de arguição de nulidade, nos termos do § 1º, do art. 236, do CPC;
8. Protesta por todos os meios de provas em direito admitidos;
9. Por fim, requer que seja proferida decisão julgando liquidado o crédito do Autor para com a Ré, constituindo em definitivo o título executivo judicial, possibilitando o seu cumprimento na melhor forma de direito;

Dá-se à causa o valor de **R\$ 1.000,00**.

Termos em que, Pede Deferimento.

Campo Grande (MS), 24 de Janeiro de 2015.

Alexandre Oliveira
OAB/MS 18.951

PROCURAÇÃO "AD-JUDICIA ET -EXTRA"

OUTORGANTE: EDUARDO MARQUES LUCAS, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade RG n.º 293.437 SSP/MS, devidamente inscrito no CPF sob o n.º 365.307.271-91, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, 694, Sala 04 Bairro Monte Libano, CEP: 79004-440 Nesta.

OUTORGADOS: ALEXANDRE OLIVEIRA, advogado, inscrito na OAB/MS sob nº 18.951, com escritório profissional na cidade de Campo Grande (MS), sito na Rua Professora Antônia Capilé, n. 861, Nova Lima, telefone (67) 3355-4915.

PODERES: Pelo presente instrumento e procuração, o outorgante nomeia e constitui como bastante procuradores os outorgados, a quem conferem poderes para o Foro em geral, com a cláusula *ad judicium et extra*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, Juizados Especiais Cíveis, Criminais e Consumidor, e ainda, nos órgãos de proteção e defesa do consumidor, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defende-los nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, representar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber por alvará ou transferência bancária e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso. Nas ações propostas no Juizado Especial Federal ou Justiça Comum em face do INSS, autoriza desde já a retenção de honorários contratuais, sendo dispensada a intimação para se manifestar sobre a retenção nos termos do art. 1, inc. XXIV, da portaria n. 030/2011/JEF2-SEJF ou qualquer outra que venha a tratar da mesma matéria. O outorgante autoriza a reserva dos honorários contratuais e seu desmembramento quando da expedição de alvará e habilitação legal de precatório seja na justiça estadual comum, justiça federal do trabalho ou justiça federal, tudo para que o contratado receba seus honorários. Os outorgados não têm poderes para receber citação ou intimações judiciais, especialmente para pagamento de verbas sucumbenciais/custas processuais no caso de condenação em desfavor do outorgante e nem receber bens móveis ou imóveis na qualidade de fiel depositário. Podendo também representá-lo perante qualquer repartição pública municipal, estadual ou federal e repartições privadas, propor **AÇÃO DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA** do Processo Número: 0019016-35.1997.3.12.0001.

Campo Grande (MS), 14 de Fevereiro de 2015


EDUARDO MARQUES LUCAS

CPF nº 365.307.271-91

Outorgante

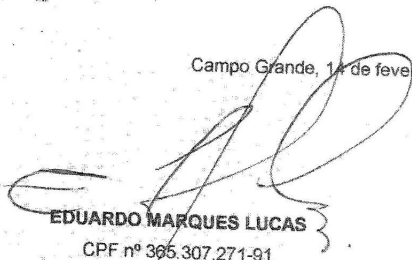
DECLARAÇÃO

EDUARDO MARQUES LUCAS, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade RG n.º 293.437 SSP/MS, devidamente inscrito no CPF sob o n.º 365.307.271-91, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, 694, Bairro Centro, CEP: 79004-440. Campo Grande - MS, nesta cidade de Campo Grande/MS, DECLARO sob pena da Lei e para que produza seus jurídicos e legais efeitos, atendendo o disposto na Lei 7.115 de 29/08/1983 e Lei 1.060 de 05/02/1950, especialmente para obter os benefícios da Justiça Gratuita, que não disponho de rendimentos suficientes que me permitam constituir advogado e pagar as custas processuais, para postular em meu nome em Juízo, sendo, desta forma, considerada juridicamente necessitada.

Especialmente que a situação econômica do requerente não lhe permite pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

Por ser esta expressão da verdade, assina o presente.

Campo Grande, 1^a de fevereiro de 2015


EDUARDO MARQUES LUCAS

CPF nº 365.307.271-91



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**PRIMEIRA VARA DA FAZENDA PÚBLICA E DE REGISTROS PÚBLICOS.
AUTOS Nº 519/97.19016-1 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

Vistos, etc.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, através de seu Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor desta Comarca, move a presente AÇÃO CIVIL PÚBLICA com preceito cominatório de obrigação de fazer contra TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ S.A. – FILIAL TELEMS (antiga denominação da TELECOMUNICAÇÕES DE MATO GROSSO DO SUL e atualmente denominada de BRASIL TELECOM -TELEMS BRASIL TELECOM) aduzindo em síntese que o Município de Campo Grande, representando a comunidade, e a Ré firmaram, em 16.12.91, contrato de promessa de entroncamento e absorção de rede, onde esta comprometeu-se, conforme Portaria nº 086/91, a efetuar a transferência dos terminais telefônicos para o nome dos promitentes cessionários, investi-los na condição de assinantes e retribuir em ações a participação econômica dos consumidores do direito de uso de linhas telefônicas, pois a comunidade, na pessoa de cada adquirente, financiaria a obra que, ao final, passaria à propriedade da Ré, que a retribuiria integralmente em ações.

Naquela mesma data, o Município de Campo Grande firmou contrato de prestação de serviços em regime de empreitada global com as empresas Inepar S.A. Indústria e Construções e Consil Engenharia Ltda., a fim de que essas elaborassem projetos e efetuassem a expansão de 30.000 linhas telefônicas, com base no plano conhecido por Planta Comunitária de Telefonia – PCT, ficando cada uma com 15.000 linhas para serem comercializadas e instaladas no prazo de 24 meses a contar da data da assinatura do contrato. Posteriormente, a Ré fez constar no contrato padrão, que seria usado pela empresas empreendedoras, a cláusula 5.0, dispondo que os investimentos do consumidor seriam retribuídos em ações na mesma proporção da participação de cada aderente.

Com o advento da Portaria nº 610, de 19 de agosto 1994, que republicou a NET 004/DNPU – Abril de 1991, estabelecendo que os novos planos de expansão de telefonia não teriam mais a retribuição em ações. Todavia, a Ré contrariando não só a Portaria nº 086/91, mas os próprios termos da Portaria nº 610/94, sem qualquer aditivo no contrato firmado com a comunidade, levou as empresas empreendedoras a modificar seus contratos, veiculando em suas publicidades que a partir daquela data não mais haveria retribuição em ações no plano de expansão/91, que se encontrava em andamento, sem qualquer alteração do objeto contratual, e ainda, que ela deixou de cumprir também os itens 6.4 e 6.5 do contrato de promessa de entroncamento e absorção de rede.

Alega ainda que a falta de transferência do acervo da Ré para o consumidor, dentro do prazo estipulado, causa-lhes danos, posto que a cada ano o valor patrimonial da ação tem se valorizado, e com isso, o número de ações diminui e que a proceder à avaliação do acervo em relação às 10.648 linhas instaladas pela Inepar S.A., desconsidera o valor efetivamente por eles pago.

Assim, pugna pela concessão de liminar a fim de que seja determinado à Ré finalizar, no prazo de trinta dias, o processo tendente a retribuir em

970
1/11/11

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA CHRISTINA DE CARVALHO, Protocolado em 11/04/2013 às 15:55:32, sob o número 0812609-18.2013.8.12.0001. Para acessar os autos processuais, acesse o site www.tjms.jus.br/esej, informe o processo 0812609-18.2013.8.12.0001 e o código 6788E0.

mento digitalizado juntado ao processo em 23/02/2010 às 15:38:24 pelo usuário: FLÁVIO CORREIA DE SOUZA

Este documento foi assinado digitalmente por SILVIA CHRISTINA DE CARVALHO, Protocolado em 11/04/2013 às 15:55:32, sob o número 0812609-18.2013.8.12.0001 e o código 6788E0. Para acessar os autos processuais, acesse o site www.tjms.jus.br/esej, informe o processo 0812609-18.2013.8.12.0001 e o código 6788E0.

921
Jue



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ações e transferir os terminais telefônicos para os nomes dos promitentes cessionários, investindo-os na condição de assinantes, com relação às primeiras 10.115 linhas comercializadas pela empresa Inepar S.A., bem como dar início ao mesmo processo, como prazo de 60 dias, em relação às 4.134 últimas linhas comercializadas por aquela empresa; pediu, em caso de descumprimento dessas determinações, o cancelamento do contrato de comodato firmado entre a Ré e a Inepar S.A.

Ao final, requer a ratificação da liminar e a condenação da Ré em proceder à retribuição em ações Telebrás, no valor efetivamente pago por cada consumidor, ou seja, R\$ 1.117,63, corrigido monetariamente e acrescido dos juros devidos, com base no valor patrimonial das ações da época em que deveriam ter ocorrido a transferência do acervo; ressarcir as perdas e danos econômicas e morais em virtude dos atrasos ocorridos na transferência das ações, os quais deverão ser apurados em liquidação de sentença; pagar os dividendos relativos aos lucros sociais aos promitentes assinantes que não tiveram sua participação econômica retribuída em ações, a contar do terceiro ano após a assinatura do contrato de instalação da linha firmado pelo consumidor com a Inepar S.A.; apresentar em juízo o valor dos dividendos, a partir de 1993, a ser atribuído a cada ação, discriminando os valores por tipo de ação; informar e comprovar documentalmente os valores arrecadados mensalmente referentes aos 15.000 terminais em operação e instalados comercialmente pela Inepar S.A.; apresentar, em juízo, as avaliações efetuadas pelas comissões de peritos avaliadores que elaboram o laudo de avaliação nº 001/96; informar a situação de cada contrato de comodato firmado entre a Ré e as empresas Consil e Inepar S.A., e desconsideração da personalidade jurídica.

O pedido de liminar foi parcialmente deferido, somente com relação aos dois primeiros pedidos aduzidos na inicial, fixando-se multa diária de R\$ 500,00 para o descumprimento das determinações anteriores (f.382/389).

A Ré apresentou contestação a f.394/412, arguindo preliminares de incompetência do foro; carência de ação por faltar ao Ministério Público Estadual o interesse de agir e legitimação para figurar no pólo ativo da presente *actio*; denúnciação da lide à Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS e à Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás e a inclusão no feito, como sua assistente, da Comissão de Valores Imobiliários, nos termos da Lei nº 6.385/76.

No mérito, sustenta, em síntese, que a Inepar S.A. foi contratada pela comunidade de Campo Grande, representada pela Prefeitura Municipal, para ampliação do sistema telefônico, ficando também encarregada de captar recursos para a comercialização de 15.000 terminais telefônicos, em três etapas, e posterior transferência da rede para a Ré, mediante absorção do acervo por dação em pagamento. Todavia, conforme determina a Portaria nº 610/94, do Ministério das Comunicações, a última das etapas, correspondentes a 4.132 terminais, dar-se-á através da incorporação ao seu patrimônio, mediante doação do acervo da planta comunitária comercializada pela Inepar S.A..

Alega, ainda, que a avaliação do acervo foi realizada por peritos avaliadores, sendo o laudo homologado pela assembleia geral extraordinária, dentro do que determina a Lei nº 6.404/76; em decorrência de cláusula contratual, a retribuição em ações deve ser corresponder ao valor apontado no laudo; os contratos de autofinanciamento são de adesão e em seu teor inexistente qualquer abusividade; as condições neles estabelecidas podem ser estabelecidas unilateralmente mesmo depois de pactuado, posto ser ela ente da administração indireta, devendo ser aplicada a Súmula 473 do STF; não há que se falar em alteração unilateral de cláusulas, uma vez que

Platão

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA CHRISTINA DE CARVALHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site www.tjms.jus.br/esej, informe o processo 0812609-18.2013.8.12.0001 e o código 6788EC.

922
[Handwritten signature]



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

apenas cumpriu portarias ministeriais, que têm plena eficácia, à exegese do art. 87, II, da CFB, não podendo o administrador de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações e Lei das Sociedades por Ações e que o pedido de retribuição em ações dos 4.134 terminais, comercializados na terceira etapa, não pode prosperar, visto que o acervo será transferido por doação.

Assim, invocando doutrina e legislação aplicáveis à espécie, pugna pelo acolhimento das preliminares ou improcedência dos pedidos formulados na inicial.

Houve impugnação a f. 573/585, onde o Autor refuta as prefaciais e, quanto ao mérito, reforça seus dizeres e pedidos anteriores, pugnando pelo julgamento antecipado da lide.

A f. 597/599 e entendendo estarem presentes os requisitos estipulados no art. 84, § 3º, do CDC, o Autor requereu a concessão de liminar a fim de que se determine aos cartórios desta Comarca que se abstenham de efetuar qualquer escritura de doação do acervo de referente às 4.134 linhas comercializadas, o que foi deferido, conforme decisão de f. 610, a qual determinou também a intimação da Ré para, no prazo de dez dias, comprovar o cumprimento da liminar de f. 382/389.

Conforme decisão de f. 643/644, as preliminares argüidas foram rejeitadas e determinado à Ré para, em 24 horas, comprovar haver atribuído as ações aos primeiros 10.115 consumidores das 15.000 linhas comercializadas pela Inepar S.A. e ter dado início ao processo de atribuição de ações com relação aos outros 4.134 consumidores, comprovando o atual estágio desse procedimento.

Na petição de f. 652/654, informa que a retribuição das ações referentes às primeiras 10.115 linhas já foi procedida, com a disponibilização de valores mobiliários do capital social da Telebrás. Quanto às demais, alegou que, ante a cisão da Telebrás e a constituição de novas subsidiárias, o atual *holding* desta empresa é a Tele Centro Sul Participações S.A., razão pela qual a pendência foi submetida à análise dos atuais controladores.

Na manifestação de f. 732/742, o Autor, além de outros pedidos, requer seja a Ré condenada a completar o valor das ações pagas de R\$ 1.185,16 para R\$ 2.115,55, e retribuir em ações esse mesmo valor, descontado o valor da taxa de instalação.

Na petição de f. 803/810, a Ré pugna pela revogação da liminar, inclusão da União no pólo passivo da presente ação com sua exclusão, bem como, sejam declaradas a incompetência absoluta deste Juízo e a nulidade dos atos decisórios nele proferidos.

A f. 887/889, a Ré interpôs agravo retido contra a decisão de f. 817, a qual fica mantida por seus próprios fundamentos.

Relatei. Decido.

A presente ação comporta julgamento antecipado, *ex vi* do artigo 330, I, do CPC, uma vez que a matéria é unicamente de direito e prescinde de dilação probatória.

Trata-se a presente de ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual, através da Promotoria de Defesa do Consumidor, visando compelir a Requerida a proceder à retribuição, de forma integral, em ações da TELEBRÁS S.A. aos consumidores participantes do Programa Comunitário de Telefonia - PCT/91, cujo

[Handwritten signature]

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA CHRISTINA DE CARVALHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site www.tjms.jus.br/esaj, informe o processo 0812609-18.2013.8.12.0001 e o código 6788E0.

923
-Lui



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

contrato prestação de serviços em regime de empreitada global foi firmado com a empresa Inepar S.A. Indústria e Construções.

As preliminares suscitadas foram rejeitadas pela decisão de f. 643/644.

No mérito, e após acurada análise da questão posta, fiquei convencido de que, em parte, assiste razão ao Autor.

A população do Município de Campo Grande-MS, representada pela Prefeitura Municipal, aderiu a Programa Comunitário de Telefonia, através da celebração de contrato de promessa de entroncamento e absorção de rede, cujo objetivo era aumento do sistema de telefonia através do regime de autofinanciamento, com implantação de 30.000 terminais, tendo em vista a escassez de recursos para investimentos nesse setor.

Para execução da obra e comercialização dos terminais telefônicos o Município de Campo Grande-MS contratou as empresas Inepar S.A. Indústria e Construções e Consil Engenharia Ltda, ficando cada uma responsável por 15.000 linhas; aquelas de encargo desta última empresa são objeto de outra ação coletiva (autos nº 96.25111-8).

A empresa Inepar S.A. Indústria e Construções dividiu seu programa em duas fases: a primeira com 10.115 e a segunda com 4.134, ficando o restante como reserva técnica da Ré, por força de contrato.

Nos contratos de participação financeira em programa comunitário de telefonia, firmados com a empresa empreendedora em questão, relativos a primeira fase do programa de implantação, continham cláusula que previa a retribuição integral de ações, o que não é negado pela Ré.

Todavia, tal processo, conforme alegado pelo Autor, é moroso, com expedientes desnecessários que visam unicamente a retardar o repasse das ações, visto que o procedimento para esse fim já se encontra acabado, faltando somente a retribuição das ações, o que deveria ter acontecido nos seis meses após a data de encerramento do primeiro balanço elaborado após a integralização da participação financeira, conforme prevê a Portaria nº 86, de 17.07.91, do Secretário Nacional de Comunicações do Ministério de Infra-Estrutura cujo fato não é especificamente impugnado pela Ré, de sorte que, quanto a essa questão, a liminar de f. 382/389 deve ser confirmada.

Já quanto à questão de seu descumprimento quanto a esse item, sustentado pelo Autor, entendo que não pode ser impingido à Ré, já que o prazo anotado para término de processo de retribuição de ações foi bastante exíguo, posto se tratar de uma relação bastante complexa e que envolve mais de dez mil consumidores, somente nesta cidade, não dependendo unicamente da vontade do Réu para sua execução. Portanto, fica parcialmente revogada a liminar de f. 382/389, no tocante ao prazo fixado para cumprimento do determinado em seu item "a".

Também não procede a alegação de que o Réu procedeu à retribuição em valor menor do que o determinado naquela decisão, visto que nela não restou especificado qual seria este valor, constando apenas determinação genérica no sentido de efetivar a retribuição de ações a participação econômica de cada consumidor. Dessa forma, a meu juízo, não há se falar em descumprimento daquela determinação, nos termos propostos pelo Autor.

Por outro lado, a pretensão quanto à retribuição de ações aos consumidores participantes da última fase do programa de instalação e comercialização

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA CHRISTINA DE CARVALHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site www.tjms.jus.br/bsaj, informe o processo 0812609-18.2013.8.12.0001 e o código 6788E0.

924
Tuc



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

de terminais telefônicos promovido pela Inepar S.A. Indústria e Construções, referente às últimas 4.134 linhas, é procedente.

Todo o acervo construído para expansão do sistema de telefonia, composto por centrais de comutação, prédios, postes, terminais, fios, dentre outros bens, foram adquiridos através de recursos angariados dos consumidores participantes do Plano Comunitário de Telefonia.

Concluídas as obras e realizados os testes de aceitação técnica, o acervo será avaliado por peritos indicados pela Ré, e após a realização das necessárias assembleias gerais, integralizado ao ativo imobilizado dela.

Dessa forma, a falta de retribuição em ações aos consumidores participantes do PCT configura, à estreme de dúvida, enriquecimento ilícito por parte da Ré, o que é repellido por nosso ordenamento legal, posto que ela teve seu capital social aumentado, em razão da incorporação do acervo patrimonial das centrais telefônicas construídas a encargo dos consumidores, sem que tivesse subscrito ações àqueles que financiaram o plano de expansão do sistema telefônico no Município de Campo Grande-MS.

A Portaria nº 86, de 17.07.91, editada pelo Secretário Nacional de Comunicações do Ministério da Infra-Estrutura, referente à participação financeira de promitentes-assinantes nos investimentos das concessionárias (planos de expansão), aprovando a norma 003/91, prevê:

"3.2 - Os valores pagos a título de participação financeira, inclusive juros, serão capitalizados e retribuídos em ações, na forma disposta da presente Norma, com exceção prevista no item 9.1".

"5.1 - As importâncias recebidas a título de participação financeira, inclusive juros, serão capitalizadas e retribuídas em ações, após sua integralização pelo promitente-assinante".

"5.4 - Em caso de rescisão do contrato de promessa de assinatura, o promitente-assinante receberá, em retribuição às importâncias já pagas, as respectivas ações, segundo disposições desta Norma".

Não é justo que apenas os promitentes-assinantes da primeira fase tenham direito a retribuição do seu capital investido em ações e os demais sejam privados desse direito, uma vez que participavam do mesmo programa comunitário e despenderam a mesma quantia, a fim de reunir fundos para expansão do sistema de telefonia, já que as dotações orçamentárias se mostravam insuficientes para investimentos nessa área.

A cláusula contratual prevista nos contratos firmados entre esses consumidores e a Inepar S.A. Indústria e Construções, que exime a Ré do dever de retribuir em ações o valor da participação financeira integralizada por cada assinante, é abusiva, pois estipulada unilateralmente, colocando o consumidor em desvantagem exagerada e ofendendo princípios fundamentais da proteção ao consumidor. De sorte que, à luz das disposições contidas no artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor, tal estipulação é nula de pleno direito, não gerando qualquer efeito. Confira-se:

"Art. 51 - São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

1 - (...);

925
Kia



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou equidade;

XVI - (...).

§ 1º - Presume-se exagerada, entre outros casos, a vantagem que:

I - ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence".

Ademais, a Portaria nº 610, de 19.08.94, que republicou a NET 004/DNPU - abril de 1991 (versão agosto de 1991), determinando que os novos planos de expansão não teriam mais o valor da participação financeira dos promitentes-assinantes não teria mais sua retribuição em ações, e na qual está fundada a defesa da Ré, estabelece expressamente em seu preâmbulo "que tais alterações não são aplicáveis aos projetos que se achavam em curso", o que corrobora o entendimento acima esposado.

Nesse aspecto, o Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado assim se posicionou na ação civil pública movida pelo Autor contra a Consil Engenharia Ltda e a Ré:

"IV - A cláusula contratual introduzida pela Portaria nº 610/94 do Ministério das Comunicações que veio a eximir a concessionária do dever de retribuir em ações o valor da participação financeira integralizada por cada consumidor assinante, não se aplica ao Plano Comunitário de Telefonia do ano de 1991 tendo em vista a existência de expressa disposição legal que proíbe sua retroatividade para alcançar os projetos em andamento e também por se tratar de cláusula nula de pleno direito por restringir direito fundamental do consumidor previsto no artigo 51, § 1º, II, do Código de Defesa do Consumidor".

Resta claro que a Ré deve ser condenada a retribuir em ações os valores efetivamente pagos a título de participação financeira dos promitentes-assinantes que participaram da última fase do Programa Comunitário de Telefonia executada pela Inepar S.A. Indústria e Construções.

Segundo o item 5.3 da Portaria nº 86, de 17.07.91, o prazo para retribuição em ações não poderá exceder a seis meses da data de encerramento do primeiro balanço elaborado e auditado após a integralização da participação financeira dos promitentes-assinantes. Todavia, não há nos autos prova quanto à data de sua realização; por tal razão, a Ré deve comprová-la em Juízo, para fim de liquidação de sentença, sob pena de ser considerada a data da assembléia geral que determinou integralização, a qual realizou-se em 24.12.1996, conforme revela o documento de f. 420/422.

Assim, para o cálculo referente à retribuição em ações, em se tratando das primeiras 10.115 linhas telefônicas, deve ser levado em consideração a valor efetivamente pago por cada consumidor, corrigido monetariamente pelo IGPM/FGV, que é o índice que melhor retrata a perda de poder aquisitivo da moeda no decurso do tempo, até data limite para retribuição acima indicada, e com a cotação das ações nessa mesma data, aferir quantas ações seriam adquiridas com esse valor, constatando-se aí qual real quantidade de ações a que cada consumidor tem por direito receber em retribuição por sua participação econômica, sendo inclusive devido os dividendos existentes desde aquela data.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA CHRISTINA DE CARVALHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site www.tjms.jus.br/esaj, informe o processo 0812609-18.2013.8.12.0001 e o código 6788E0.

(e-STJ) 495

926
Juc



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Por essa razão, inexistente qualquer prejuízo ao consumidor, ficando assim indeferida a pretensão do Autor quanto a possíveis danos materiais por aqueles experimentados. Além disso, as questões referentes à comercialização das ações já recebidas pelos consumidores fogem do âmbito desta ação civil pública, devendo ser discutidas em novo feito e entre as partes que figuram nessa outra relação jurídica.

Melhor sorte não lhe assiste no tocante à pretensão relativa aos danos morais, posto que há não nos autos qualquer evidência de sua ocorrência, cujo ônus competia ao Autor, nos termos do artigo 333, II, do Código de Processo Civil.

Por último, insta salientar que a desconsideração da personalidade jurídica, visando ao ressarcimento do consumidor, é aplicável somente nas hipóteses previstas no artigo 28 do Código de Defesa do Consumidor. Entretanto, em nenhum momento o Autor imputou à Ré prática de ato ilícito, contrário ao estatuto social ou, ainda, abuso de poder.

Ante o exposto, com fundamento na Lei nº 7.347/85 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), **JULGO em parte PROCEDENTE a presente AÇÃO CIVIL PÚBLICA com preceito cominatório de obrigação de fazer movida contra TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ S.A. - FILIAL TELEMS (antiga denominação de TELECOMUNICAÇÕES DE MATO GROSSO DO SUL e atualmente denominada de BRASIL TELECOM -TELEMS BRASIL TELECOM)** para o fim determinar à Ré que no prazo de 180 dias, contado da data de intimação da sentença, proceda à retribuição em ações TELEBRÁS a participação financeira referente às primeiras 10.115 linhas comercializadas, investindo os consumidores na condição de assinantes, levando em consideração o valor efetivamente pago por cada consumidor, corrigido monetariamente pelo IGPM/FGV, a cotação das ações nesta mesma data e os dividendos existentes desde aquela data, bem como a comprovar em juízo a data de encerramento do primeiro balanço elaborado e auditado após a integralização da participação financeira dos promitentes-assinantes, para fim de liquidação de sentença, sob pena de ser considerada a data da assembleia geral que determinou integralização, a qual realizou-se em 24.12.1996.

Já quanto às 4.134 linhas telefônicas referentes à última fase do Programa Comunitário de Telefonia, determino à Ré que, no prazo de 90 dias, inicie e finalize o procedimento para retribuição de ações TELEBRÁS, e após este, proceda à efetiva retribuição em ações a participação econômica de cada promitente-assinante, nos moldes do acima determinado, para o qual fixo o prazo de 180 dias.

Nos termos do § 4º do artigo 84 do Código de Defesa do Consumidor, fixo multa diária de R\$ 10.000,00 reais para hipótese de descumprimento desta decisão.

Condeno ainda a Ré no pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais fixo em R\$7.000,00 (sete mil reais), tendo em vista, a natureza da causa, o trabalho realizado e sua procedência parcial. A verba será revertida ao Fundo Estadual de Defesa dos Direitos do Consumidor - FEDDC.

P., R. e I.

Campo Grande, 20 de dezembro de 2001.

Stabile
NELIO STÁBILE - Juiz de Direito

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

TJ/MS
F.n.º 1221
Ass.: M

Apelação Cível - Lei Especial nº 2003.006345-5

Origem: Campo Grande/1ª Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos

Ação originária: 001970190161

Apelante: Brasil Telecom S.A. - Filial Mato Grosso do Sul

Advogados: Paulo Tadeu Haendchen e outros

Apelante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Prom. Just: Amilton Placido da Rosa Promotor

Apelado: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Advogado: Amilton Placido da Rosa Promotor

Apelado: Brasil Telecom S.A. - Filial Mato Grosso do Sul

Advogados: Paulo Tadeu Haendchen e outros

Relator: Des. Rêmo Letteriello

Revisor: Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins

Vogal: Des. João Maria Lós

Juiz: Nélio Stábile

Parecer: I- Pelo não conhecimento da apelação da Brasil Telecom S/A. em razão de sua manifesta intempestividade; II- se conhecida a apelação da TELEMS BRASIL TELECOM: que seja afastada a preliminar de carceramento de defesa; que seja conhecido e improvido o agravo retido e, no mérito, pelo IMPROVIMENTO DA APELAÇÃO; III - Pelo conhecimento e provimento do recurso adesivo interposto pelo MP de 1º grau.

Certifico que, em sessão ordinária da Egrégia 4ª TURMA CÍVEL, realizada em 21/10/2003, no julgamento do presente recurso, foi proferida a seguinte decisão: Por maioria, negaram provimento ao agravo retido, vencido o vogal que o acolheu; Por unanimidade, rejeitaram as preliminares arguidas pelo Ministério Público; Quanto ao mérito, negaram provimento ao recurso de Brasil Telecom S.A. - Filial Mato Grosso do Sul, e, por maioria, deram parcial provimento ao recurso adesivo, interposto pelo Ministério Público. Decisão em parte com o parecer.


Anderson Roque Martinez dos Santos
Secretário



Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

TJ-MS
FL. : 1222
2003.006345-5/0000-00

14.10.2003

Quarta Turma Cível

Apelação Cível - Lei Especial - N. 2003.006345-5/0000-00 - Campo Grande.
Relator - Exmo. Sr. Des. Rêmolo Letteriello.
Apelante - Brasil Telecom S.A. – Filial Mato Grosso do Sul.
Advogados - Paulo Tadeu Haendchen e outros.
Apelante - Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Prom. Just. - Arnilton Plácido da Rosa.
Apelado - Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Prom. Just. - Arnilton Plácido da Rosa.
Apelada - Brasil Telecom S.A. – Filial Mato Grosso do Sul.
Advogados - Paulo Tadeu Haendchen e outros.

R E L A T Ó R I O

O Sr. Des. Rêmolo Letteriello

Brasil Telecom S.A. – Filial Mato Grosso do Sul, inconformada com a sentença prolatada pelo Juiz da 1ª Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos da Comarca de Campo Grande, que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual, recorre a esta Corte alegando, em preliminar, a nulidade da sentença por cerceamento de defesa porque pretendia realizar a produção de prova pericial para solucionar a controvérsia existente nos autos em relação às ações da TELEBRÁS e seu valor patrimonial, e não houve nenhuma justificativa da não realização desta prova. Suscita também que, por essa mesma razão, a sentença é nula por falta de fundamentação. Por fim, como matéria preliminar, pede que o agravo retido seja provido, para que seja reconhecida a incompetência absoluta da Justiça Estadual, incluindo a União no pólo passivo da ação e excluindo a apelante da lide. No mérito, alega que o valor da retribuição das ações referentes às primeiras 10.115 linhas telefônicas comercializadas na 1ª etapa deve ser com base no laudo homologado pela Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, conforme prevê a Lei 6.404/76, e quanto aos 4.134 terminais comercializados na 2ª etapa, pela Portaria nº 610/94 do Ministério das Comunicações, foi determinado que haveria incorporação do acervo da planta comunitária à Telems, mediante doação, sem qualquer retribuição aos participantes. No que se refere a esta 2ª etapa, ainda, aduz que não há nos autos provas de que os participantes pagaram o valor dos terminais e, não sendo demonstrado o cumprimento desta obrigação, não há falar em retribuição. Caso seja mantida a condenação desta 2ª etapa, alega que o valor da retribuição não pode se basear no valor pago por cada participante, mas sim no valor do acervo implantado, que também deve ser objeto de avaliação. Por fim, pede a exclusão da multa aplicada nos embargos de declaração interpostos contra a sentença alegando que o citado recurso não teve o caráter protelatório porque visou que o agravo retido fosse devidamente analisado e que fosse suprida a omissão quanto ao pedido de realização de prova pericial.

Em contra-razões, a Promotoria alega preliminarmente a intempestividade da apelação interposta sob o fundamento de que os embargos

TJ-MB
FL. : 1223
2003.006345-5/0000-00

declaratórios ofertados contra a sentença foram protocolados fora do prazo legal. Sendo assim, se os embargos são intempestivos, a apelação também o é porque não houve interrupção do prazo recursal. Caso a apelação seja considerada tempestiva, que seja recebida apenas no efeito devolutivo porque este recurso foi interposto contra sentença que conformou a antecipação dos efeitos da tutela. Quanto ao recurso ofertado, pede a rejeição das preliminares argüidas e, no mérito, pugna pelo seu improvimento.

Adesivamente, a Promotoria recorre pleiteando a condenação da recorrida ao pagamento da diferença de valores referentes à retribuição, relativo às primeiras 10.115 linhas telefônicas, em virtude do não cumprimento da liminar, bem como pelos danos materiais e morais. Pede também que a multa seja fixada e a sua incidência seja a partir da data prevista na decisão que deferiu a tutela antecipada ou a data que a recorrida comprovou o cumprimento parcial da liminar, até o dia 04/02/2002, quando foi intimada da sentença, incidindo a partir daí a nova multa prevista nesta nova decisão.

Em contra-razões, a Brasil Telecom S.A pede o improvimento do recurso.

A Procuradoria-Geral de Justiça manifesta-se pelo acolhimento da preliminar de intempestividade do recurso. Caso admitido, opina que seja recebido no efeito devolutivo em virtude do que diz o artigo 520, VII, do CPC e que o agravo retido seja julgado improvido. Opina também que a preliminar de cerceamento de defesa não deve ser acolhida. No mérito, bate-se pelo improvimento do recurso da Brasil Telecom e que seja provido o recurso adesivo.

V O T O

O Sr. Des. Rêmo Letteriello (Relator)

Aprecio a preliminar de intempestividade argüida pela Promotoria de Justiça. Sustenta o *Parquet* que os embargos de declaração ofertados contra a sentença foram protocolados fora do prazo legal e, sendo assim, a apelação também o é porque não houve a interrupção do prazo recursal.

Pela certidão de f. 931, vê-se que a recorrente tomou ciência da sentença, através de publicação no Diário da Justiça, em 04.02.2002. Sendo assim, o prazo final para a interposição dos embargos declaratórios seria 11 de fevereiro de 2002. Ocorre que neste dia, segunda-feira de carnaval, não houve expediente forense, conforme estabelece o artigo 164, § 2º do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul. Por essa razão, o prazo final ficou prorrogado para o dia 13 de fevereiro de 2002. Analisando o carimbo do protocolo dos embargos de declaração de f. 933, verifica-se que o citado recurso foi interposto nesse dia, devendo ser considerado, destarte, tempestivo e, por conta disto, a apelação também o é.

Rejeito, pois, a preliminar de intempestividade.

Como preliminar a Promotoria pede que o presente recurso seja recebido somente no efeito devolutivo porque foi interposto contra sentença que confirmou a liminar que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela, conforme prevê o artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil.

Apesar da relevância dos interesses tratados neste processo, visto cuidar-se de ação civil pública que envolve direito de vários consumidores, verifica-se que as questões jurídicas postas em discussão não se mostram complexas.

Realmente às f. 382-389 foi deferida a tutela antecipada pleiteada pelo Ministério Público. Contudo, até a data da prolação da sentença, a decisão judicial ainda

TJ-MG
 FL. 1224
 2003.006345-5/0000-00

não tinha sido cumprida integralmente, conforme se observa da petição de f. 612-613, por motivos alheios à vontade da TELEMS, tendo em vista a ocorrência do processo de privatização e em virtude do procedimento legal que deve ser obedecido para que possa ocorrer a atribuição de ações.

Sendo assim, considerando a dificuldade material de cumprir a liminar, por depender da realização de atos procedimentais de terceiras pessoas, incluindo as da Inepar que não é parte no presente processo, mantenho os efeitos com que o recurso foi recebido.

Para que não haja mais dúvida sobre esta questão, observa-se que a sentença estipulou um prazo para que a obrigação seja cumprida. Por essas razões e considerando que a apelação já foi recebida pelo juízo *a quo* no efeito suspensivo e devolutivo, e também porque os presentes autos vieram conclusos em 1º de setembro de 2003 e estão sendo colocados em pauta no tempo mais breve possível, o recurso pode ser recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo.

Aprecio agora as questões prejudiciais argüidas pela Brasil Telecom – Filial Mato Grosso do Sul.

Com relação ao agravo retido, aduz a apelante que às f. 803-810 havia requerido a inclusão da União Federal no pólo passivo da ação e, por conta disso, a sua exclusão, bem como fosse reconhecida a incompetência absoluta da justiça estadual e a nulidade dos atos decisórios.

O magistrado *a quo*, à f. 871, indeferiu os pedidos supracitados sob o fundamento de que essas questões já haviam sido analisadas na decisão de f. 643-644, que se relacionavam com as preliminares argüidas na contestação.

Desta decisão foi interposto agravo retido sob a alegação de que, embora a decisão de f. 643-644 seja também referente à incompetência absoluta, os fundamentos dos pedidos são diferentes. Sustenta que o pedido de incompetência absoluta que consta da contestação é baseado no fato de que:

“a Telems era subsidiária da Telebrás, que por sua vez constituía-se em sociedade de economia mista criada com participação acionária da União Federal e vinculada pelo Ministério das Comunicações. Assim, face o disposto no art. 109, I, da CF, a ação deveria ser processada e julgada perante a Justiça Federal, eis que, para fins de competência, equiparam-se a atos da União os das pessoas criadas ou mantidas por ela. Esta foi a matéria enfrentada e julgada pela decisão de f. 643/644.

Já as alegações contidas no petitório de f. 803/810, que foram objeto da decisão de f. 871 e respectivo agravo retido, são absolutamente diversas. A única semelhança existente na espécie é que ambas situações tratam do instituto da incompetência, nada mais.” (f. 969)

Com relação ao pedido de f. 803-810, alega que o grupo econômico privado (Brasil Telecom) que adquiriu o comando acionário da Telems em 1998, fê-lo na certeza de que não havia nenhuma obrigação decorrente de fatos geradores anteriores à privatização. Sustenta que o edital de licitação, em seu capítulo 5, deixou evidente que permaneciam com a Telebrás as responsabilidades advindas de atos ou fatos anteriores à cisão, de forma que a apelante é parte ilegítima para figurar no pólo passivo da ação.

Analisando o instrumento convocatório citado pelo agravante, vê-se que ele também dispõe, no mesmo capítulo 5, o seguinte:

“Para todos os fins e efeitos, as obrigações de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando às de natureza trabalhista, previdenciárias, civil,

TJ-MS
FL. : 1225
2003.006345-5/0000-00

tributárias, ambiental e comercial, referentes a atos praticados ou fatos geradores ocorridos até a data da aprovação da cisão parcial, inclusive, permanecerão de responsabilidade exclusiva da TELEBRÁS, com exceção das contingências passivas cujas provisões tenham sido expressamente consignadas nos documentos anexos ao laudo de avaliação, hipótese em que, caso incorridas, as perdas respectivas serão suportadas pelas TELEBRÁS e pelas COMPANHIAS em questão, na proporção da contingência a elas alocada." (f. 839)

Observa-se que este item do edital faz uma ressalva à responsabilidade da TELEBRÁS referente às contingências passivas cujas provisões tenham sido expressamente consignadas nos documentos anexos ao laudo de avaliação.

No caso presente, a apelante não comprovou se o eventual prejuízo patrimonial oriundo desta ação estava ou não consignado dentro da previsão das contingências. Caberia à recorrente demonstrar que o prejuízo sofrido em decorrência desta ação estava ou não incluído nos casos de responsabilidade da TELEBRÁS.

Ademais, cumpre ressaltar que o mesmo edital, mais adiante, prevê que se "a TELEBRÁS ou qualquer das COMPANHIAS for demandada a liquidar obrigação que tiver ficado sob a responsabilidade da TELEBRÁS ou de outra COMPANHIA, a demandada ré terá o direito de exigir que a TELEBRÁS ou a COMPANHIA responsável pela liquidação daquela obrigação disponha os recursos necessários à sua liquidação". (f. 839)

Vislumbra-se, portanto, que, se a COMPANHIA for demandada como ré e vier a ser vencida na lide e tenha de cumprir uma obrigação que não esteja prevista na contingência passiva, poderá ela exigir da TELEBRÁS os recursos necessários para ressarcir-se dos prejuízos sofridos. Ou seja, ela fica responsável pela obrigação e depois se ressarce dos prejuízos com a TELEBRÁS.

Portanto, por essas várias razões o agravo retido não merece provimento.

Ainda falta mencionar um outro fundamento para que não haja mais dúvida sobre a questão.

O Artigo 473 do CPC diz que "É defeso à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão".

Se a questão da incompetência absoluta já foi decidida e esta decisão já transitou em julgado, não pode a parte levantar a mesma questão, ainda que baseada em novos argumentos.

O Superior Tribunal de Justiça, analisando a questão da incompetência absoluta em face do artigo 473 do CPC, concluiu o seguinte, *verbis*:

Incompetência absoluta. Preclusão. Art. 473 do Código de Processo Civil. 1. Se a matéria relativa à competência foi decidida pelo Tribunal de origem em agravo de instrumento manifestado contra a decisão que deferiu a medida liminar na ação cautelar preparatória, não julgada pela Corte diante do pedido de desistência apresentado pela ré no agravo de instrumento que interpôs, o art. 473 do Código de Processo Civil desautoriza a modificação do anterior julgado, que permaneceu íntegro, no patamar da apelação contra a sentença única que julgou a cautelar e a principal. 2. Recurso especial conhecido e provido.

STJ - RECURSO ESPECIAL (RESP) - Nº 408198 - ES - RIP:
200200086764 - REL. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO - TURMA:
TERCEIRA TURMA - J. 06/06/2002 - DJ. 02/12/2002.

TJ-MS
FL. : 1226
2003.006345-5/0000-00

Como visto, se a questão da incompetência já tinha sido apreciada pelo juiz *a quo* e tendo a decisão permanecido, em virtude da não interposição do recurso cabível, não há como reapreciá-la novamente em apelação sob o argumento de que o pedido se baseia em novos fundamentos, em face da preclusão. Admitir este procedimento seria aceitar que a questão possa ser reapreciada *ad eternum*, instalando-se a odiosa insegurança jurídica.

Por essas razões, nego provimento ao agravo retido.

O Sr. Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins (Revisor)

De acordo com o relator.

PRELIMINARES ARGÜIDAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, REJEITADAS POR UNANIMIDADE. NO MÉRITO, A CONCLUSÃO DO JULGAMENTO FOI ADIADA PARA A PRÓXIMA SESSÃO, A PEDIDO DO VOGAL, APÓS O RELATOR E O REVISOR, COM O PARECER, NEGAREM PROVIMENTO AO AGRAVO RETIDO.

V O T O (EM 21.10.2003)

O Sr. Des. João Maria Lós (Vogal)

Pedi vista dos autos para uma análise mais detalhada das questões levantadas pelas partes.

Com efeito, registro, por oportuno, que já tive oportunidade de julgar a Apelação Cível n. 2000.000287-9, a qual através dos Embargos de Declaração n. 2000.000287-9/0001.00, pude rever aquele posicionamento anterior e diante dos fatos alegados pela Brasil Telecom S.A. – Filial de Mato Grosso do Sul, corroborados pelas provas acostadas aos autos, cheguei à conclusão que realmente ocorre a ilegitimidade passiva da apelante para figurar no pólo passivo da ação.

Com efeito, a preliminar argüida no agravo retido, qual seja, ilegitimidade passiva, constitui matéria de ordem pública e, nesse caso, não há de se cogitar de preclusão, podendo, portanto, ser apreciada em qualquer tempo e grau de jurisdição.

Assim, pois, examinando a questão, tenho que assiste razão à apelante no sentido de acolher a preliminar e declarar a sua ilegitimidade passiva, passando doravante a expor as razões que me levaram a acolher a preliminar suscitada.

Consoante se extrai dos documentos acostados aos autos, tem-se que a desestatização da empresa-apelante se deu nos termos do Edital MC/BNDES n. 01/98, mais especificamente no dia 28 de fevereiro de 1998 (f. 815-862), enquanto a propositura da Ação Civil Pública se deu no dia 27 de agosto de 1997 relativos a contratos celebrados em data anterior à privatização da Telebrás.

Desse modo, tem-se que a apelante, em razão do que consta no Edital, não tem nenhuma obrigação com relação a possíveis dívidas anteriores à data em que ocorreu a cisão parcial em 28.02.98.

TJ-MS
FL. : 1227
2003.006345-5/0000-00

Tal se dá, tendo em vista que no Edital restou evidente a respeito da ressalva feita com relação às contingências passivas cujas provisões foram expressamente consignadas nos documentos anexos aos laudos de avaliação.

Pelo que se extrai do documento acostado à f. 1.148 (Balanço Patrimonial), as provisões ali constantes para fins de contingências após a cisão, deixa evidente que aqueles valores, com efeito, seriam insuficientes para cobrir as restituições de valores pleiteados nesta Ação Civil Pública. Logo, quaisquer obrigações dali decorrentes devem ser suportadas pela TELEBRÁS.

Para fins de comprovação do acima exposto, veja o que consta no Capítulo 5 – Informações sobre as Companhias que assim previu:

“A data-base para fins da cisão parcial da TELEBRÁS foi o dia 28 de fevereiro de 1998 e a operação foi efetuada com base em balancete levantado nesse dia, de acordo com as regras contábeis e fiscais aplicáveis, notadamente o art. 6º da Lei n. 9.648, de 27 de maio de 1998, refletindo a posição patrimonial daquela data, ressalvados os valores registrados na conta de investimentos, para os quais foi utilizado o balanço de 31 de dezembro de 1997. (ver balanço juntado às f. TJMS 732)

Para todos os fins e efeitos, as obrigações de qualquer natureza,..... referentes a atos praticados ou fatos geradores ocorridos até a data da aprovação da cisão parcial, inclusive, permanecerão de responsabilidade exclusiva da TELEBRÁS, com exceção das contingências passivas cujas provisões tenham sido expressamente consignadas nos documentos anexos aos laudos de avaliação, hipótese em que, caso incorridas, as perdas respectivas serão suportadas pelas TELEBRÁS e pela COMPANHIAS em questão, na proporção da contingência a elas alocadas. (grifo nosso)

A partir da aprovação da cisão....., todos os direitos e obrigações referentes a cada uma das parcelas de patrimônio da TELEBRÁS vertidas às COMPANHIAS, cabendo à TELEBRÁS todos os direitos e obrigações referentes à parcela remanescente do patrimônio, sem solidariedade entre a TELEBRÁS e cada uma das COMPANHIAS nem solidariedade entre estas últimas entre si.” (grifo nosso)

Assim, pois, todo o procedimento para efetivar a privatização, foi feito no ano de 1997, ocorrendo a cisão parcial no ano de 1998, consoante se extrai do Edital já mencionado.

Desse modo, é de se aplicar, na espécie, o parágrafo único do artigo 233 da Lei das Sociedades Anônimas, visto que, o apelado, através dos interessados, dispunha de 90 (noventa) dias para opor-se à cisão parcial, e, como não o fez no prazo estipulado pela lei, torna-se evidente que a demandada deve ser a TELEBRÁS, consoante estipulado no Edital que exclui a solidariedade entre as sociedades cindida e cindenda.

Com efeito, é cediço que o edital é o instrumento através do qual a Administração leva ao conhecimento público a abertura de um determinado concurso e fixa as condições para sua realização. Em consequência, vincula inteiramente a Administração e os concorrentes às suas normas. Não se pode exigir além ou aquém do que consta no Edital. É a lei interna do concurso. Não cabendo interpretação diversa daquela constante do edital, devendo, pois, ser interpretada dentro daquele contexto.

Neste exato sentido, é digna de realce a lição de FRAN MARTINS, ao comentar a Lei das Sociedades Anônimas:

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA CHRISTINA DE CARVALHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site www.tjms.jus.br/esaj, informe o processo 0812609-18.2013.8.12.0001 e o código 6788EC.

TJ-MS
 FL. : 1228
 2003.006345-5/0000-00

Para acessar este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA CHRISTINA DE CARVALHO. Protocolado em 11/04/2013 às 15:55:32, sob o número 0812609-18.2013.8.12.0001. Para acessar os autos processuais, acesse o site www.tjms.jus.br/saj, informe o processo 0812609-18.2013.8.12.0001 e o código 6788E0.

.....
 Havendo, entretanto, cisão parcial, as partes dessa operação poderão fazer estipulações a respeito da responsabilidade das obrigações sociais, devendo tais estipulações constar do protocolo, que é o documento que contém as condições em que a cisão se realiza. E a lei expressamente permite que, nesse caso especial da cisão parcial, seja estipulado que as sociedades que absorverem parcelas do patrimônio da sociedade cindida sejam responsáveis apenas pelas obrigações que lhes forem transferidas, não havendo, desse modo, solidariedade entre a cindida e a que recebe parcela do seu patrimônio pelas obrigações da primeira, como dispõe, de modo geral, o caput do artigo. O mesmo poderá acontecer se várias forem as sociedades que receberem parcelas do patrimônio da sociedade cindida: ao serem transferidas essas parcelas são enumeradas, também, as obrigações que passam a ser de responsabilidade da sociedade receptora, devendo, por isso, do documento da cisão constar que não haverá solidariedade pelo pagamento das obrigações da sociedade cindida, assumidas antes da operação, não apenas entre a sociedade que recebeu a parcela e a cindida como entre estas. Por se tratar de uma regra que altera o disposto no caput do artigo, que é uma disposição geral e, portanto, aplicável às sociedades que participam da operação, deve a estipulação ser claramente disposta no protocolo da cisão, para que sobre ela não possa, posteriormente, pairar nenhuma dúvida." (In, Comentários à Lei das Sociedades Anônimas, forense, 2ª Ed., Vol. III, págs 180/181) (grifo nosso)

Assim, pois, ocorrendo a propositura da Ação Civil Pública a qual se deu em 27.08.97, relativa a contratos celebrados em data anterior à privatização da Telebrás (1993 à 1997) tem-se que a apelante não tem nenhuma obrigação com relação à possíveis dívidas anteriores à 1997 relativas à possíveis descumprimentos de contratos que pudessem ocorrer após à cisão parcial

Ao que se sabe, o objetivo da propositura da ação, foi justamente proteger os interesses de milhares de contratantes, quais sejam, àqueles que eram portadores de ações a título de participações financeiras obtidas por meio de aquisições de telefones através do Programa Comunitário de Telefonia (PROCOMTE) e do Plano Comunitário de Telefonia (PCT), modalidades de autofinanciamento criados pelo sistema TELEBRÁS. No entanto, pela análise dos fatos e documentos que instruem o processo, é essa, iniludivelmente, a mais correta exegese da questão de início colocada, ou seja, que não ocorreu a solidariedade entre as sociedades cindida e cindenda, devendo, *in casu*, ser demandada somente a TELEBRÁS.

Registro, ainda, por oportuno, que segundo o que se extrai da legislação que regula as Sociedades Anônimas em vigor, conforme já assinalado acima, o Ministério Público ou qualquer particular que se sentisse lesado em seus direitos, teria o prazo decadencial de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação dos atos da cisão para notificar a sociedade, no caso, a TELEBRÁS. Tal prova, efetivamente, não consta nos autos.

Restou, pois, comprovado que o Edital foi claro quanto aos direitos e obrigações da TELEBRÁS, devendo esta figurar no pólo passivo da ação onde se discute o descumprimento dos contratos e a obrigação de devolver o valor das ações em dinheiro adquiridas a título de participações financeiras pelas aquisições de telefones através do Programa Comunitário de Telefonia (PCT) e do Plano Comunitário de Investimento em Telefonia (PROCONTE).

TJ-MS
FL. 1229
2003.006345-5/0000-00

Outrossim, conforme se extrai dos autos, a negociação entre a TELEBRÁS e a Brasil Telecom S.A. se deu através do que se denomina Cisão Parcial, consoante se extrai do próprio Edital.

Para melhor esclarecimento a respeito de como se efetiva tal operação, trago as lições doutrinárias de Fran Martins ao definir e explicar como ocorre a Cisão, senão vejamos:

"... é a operação pela qual a sociedade anônima transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se a versão for parcial (art. 229)." (grifo nosso)

Haverá, assim, na cisão, uma transferência, total ou parcial, do patrimônio de uma sociedade para outra ou outras..... Se a cisão for parcial, a sociedade que absorver parte do patrimônio da cindida passa a sucedê-la nos direitos e obrigações relacionados no ato da cisão." (Fran Martins in Curso de Direito Comercial, 22ª edição, Ed. Forense, 1997, pág. 407/408) (grifo nosso)

Veja, ainda, com respeito à questão acima, o que dispõe o artigo 233, parágrafo único, da Lei das Sociedades Anônimas:

"Art. 233 - Na cisão com extinção da companhia cindida, as sociedades que absorverem parcelas do seu patrimônio responderão solidariamente pelas obrigações da companhia extinta. A companhia cindida que subsistir e as que absorverem parcelas do seu patrimônio responderão solidariamente pelas obrigações da primeira anteriores à cisão.

Parágrafo único - O ato de cisão parcial poderá estipular que as sociedades que absorverem parcelas do patrimônio da companhia cindida serão responsáveis apenas pelas obrigações que lhes forem transferidas, sem solidariedade entre si ou com a companhia cindida, mas nesse caso, qualquer credor anterior poderá se opor à estipulação, em relação ao seu crédito, desde que notifique a sociedade no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação dos atos da cisão." (grifo nosso)

Pelo exposto, vê-se que basta uma simples operação aritmética para verificar que as provisões para contingências constantes no documento de f. 1.148 não são suficientes para suportar os ônus apresentados pelo apelado na Ação Civil Pública.

Por essas razões, conheço do recurso e dou-lhe provimento, para acolher a preliminar de ilegitimidade de parte passiva, e, extinguir o processo, sem julgamento do mérito, invertendo-se o ônus da sucumbência.

O Sr. Des. Rémolo Letteriello

Suscita ainda a Brasil Telecom, em preliminar, que a sentença deve ser declarada nula por cerceamento de defesa sob o fundamento de que foi requerida a realização de prova pericial mas o magistrado a quo julgou antecipadamente a lide. Suscita também a nulidade da sentença porque não houve a exposição dos motivos pelos quais a prova foi indeferida.

TJ-MS
FL. 1230
2003.006345-5/0000-00

Com relação à ausência de fundamentação, não há declarar a nulidade da sentença porque não houve prejuízo à recorrente. E se houve, não ficou demonstrado nos autos.

O magistrado *a quo*, ao julgar antecipadamente a lide, considerou desnecessária a produção da prova pericial, até porque, pelo que se denota da parte dispositiva da sentença, a retribuição das ações deveria ocorrer conforme o valor efetivamente pago por cada consumidor e não no valor das ações que a perícia iria encontrar.

Aplica-se, ao caso presente, a regra do artigo 130 do CPC o qual diz que "*Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias*".

Rejeito, assim, mais esta preliminar.

Com relação à pertinência da produção da prova pericial, verifica-se que esta questão confunde-se com o mérito e como tal será analisada.

A presente ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual, em defesa dos consumidores, tem como causa de pedir o seguinte:

A Comunidade de Campo Grande, com base na Portaria 086/91 do Ministério da Infra-estrutura, representada pelo Município de Campo Grande, firmou com a ré Telems, em 16 de dezembro de 1991, "**Contrato de Promessa de Entroncamento e Absorção de Rede**" através do qual a citada empresa se comprometeu, conforme exigia a Portaria supracitada, a transferir os terminais telefônicos para o nome dos promitentes cessionários, diga-se consumidores, investindo-os na qualidade de assinantes, bem como a retribuir-lhes em ações as participações econômicas que tiverem em virtude do direito ao uso das linhas telefônicas. Trata-se, em outras palavras, de autofinanciamento onde a própria comunidade, na pessoa de cada adquirente, financiaria a obra de expansão da rede, que passaria, ao final, à propriedade da concessionária, sendo que o adquirente seria retribuído em ações da empresa e teria a linha telefônica em seu nome para poder usá-la.

Ao mesmo tempo em que foi firmado o contrato supracitado, a Comunidade de Campo Grande celebrou um outro contrato, denominado **Contrato de Prestação de Serviços em Regime de Empreitada Global**, com as empresas Inepar S.A. Indústria e Construções e a Consil Engenharia Ltda., para que elas elaborassem o projeto e efetuassem a expansão de 30.000 linhas telefônicas, cujo plano ficou conhecido como Plano Comunitário de Telefonia - PCT, tudo sob a orientação e fiscalização da Telems, conforme também determinava a Portaria 86/91.

Embora a expansão total da rede era de 30.000 linhas telefônicas, cada empresa - Inepar e Consil - ficou encarregada de implantar 15.000 linhas.

O objeto da presente ação refere-se às 15.000 linhas da empresa Inepar.

Esta empreendedora dividiu o seu programa de implantação em duas fases: a primeira de 10.648 linhas e a segunda de 4.352, sendo que o número de terminais que seriam comercializados aos aderentes do Plano Comunitário de Telefonia - PCT era de 10.115 da primeira fase e 4.134 da segunda, ficando a diferença dos terminais como reserva técnica da Telems.

A empresa concessionária Telems, visando obter a pronta adesão dos adquirentes e, com isto, levantar o montante necessário para que a implantação dos terminais pudesse ser realizada pela Inepar, fez constar no **Contrato de Participação Financeira em Programa Comunitário de Telefonia** que os investimentos do consumidor seriam retribuídos em ações e na mesma proporção de sua participação financeira.

Consta da petição inicial, ainda, que, com base na Portaria nº 610, de 19 de agosto de 1994, a Telems sem realizar qualquer aditivo ao Contrato de Promessa de

TJ-MS
FL. : 1231
2003.006345-5/0000-00

Entroncamento e Absorção de Rede firmado com a Comunidade de Campo Grande, obrigou a Inepar a modificar seus contratos padrões de adesão sendo que, em suas publicidades, veiculou que a partir daquela data a apelante não retribuiria em ações a participação econômica do promitente-assinante no plano de extensão firmado em 1991, que se encontrava em pleno andamento.

Em virtude disso, o Ministério Público busca, dentre outros pedidos, a condenação da Telems para que faça a retribuição em ações, no valor pago pelo promitente-assinante, devidamente atualizado, bem como para que sejam ressarcidos os danos causados aos consumidores.

Como já mencionado alhures, às f. 643-644 o juiz *a quo* concedeu a tutela antecipada e determinou que a requerida, em 24 horas, comprovasse haver atribuído as ações aos primeiros 10.115 promitentes-cessionários das 15.000 linhas comercializadas pela Inepar, e se já tinha dado início ao processo de atribuição de ações com relação aos outros 4.134 consumidores, comprovando o atual estágio do procedimento.

A concessionária, às f. 652-654, informa que com relação às primeiras 10.115 linhas já foi feita a retribuição das ações, com a disponibilização de valores mobiliários do capital social da empresa. Quanto às demais linhas comercializadas, precisamente 4.134 linhas, alega que, em virtude da cisão da Telebrás e a constituição de novas subsidiárias, o controle da Telems passou para a Tele Centro Sul Participações S.A., razão pela qual a pendência foi submetida à análise desta empresa.

A Promotoria, por sua vez, às f. 732-742, esclarece que o cumprimento da liminar, com relação às primeiras 10.115 linhas telefônicas, deu-se de forma parcial, sendo que os valores retribuídos foram inferiores ao contratado. E com relação à segunda etapa, referente às 4.134 linhas restantes, não houve o cumprimento da decisão judicial.

Na sentença, o magistrado julgou parcialmente procedentes os pedidos iniciais e condenou a Telems, atualmente denominada Brasil Telecom S.A. – Filial Mato Grosso do Sul, a que:

"no prazo de 180 dias, contado da data de intimação da sentença, proceda a retribuição em ações Telebrás a participação financeira referente às primeiras 10.115 linhas comercializadas, investindo os consumidores na condição de assinantes, levando em consideração o valor efetivamente pago por cada consumidor, corrigido monetariamente pelo IGPM, a cotação das ações nesta mesma data e os dividendos existentes desde aquela data, bem como a comprovar em juízo a data de encerramento do primeiro balanço elaborado e auditado após a integralização da participação financeira dos promitentes-assinantes, para fim de liquidação da sentença, sob pena de ser considerada a data da assembléias geral que determinou a integralização, a qual realizou-se em 24.12.1996.

Já quanto às 4.134 linhas telefônicas referentes à última fase do Programa Comunitário de Telefonla, determino à Ré que, no prazo de 90 dias, inicie e finalize o procedimento para retribuição de ações Telebrás, e após este, proceda à efetiva retribuição em ações a participação econômica de cada promitente-assinante, nos moldes do acima determinado, para o qual fixo o prazo de 180 dias." (f. 926)

Inconformado com a sentença, a Brasil Telecom S.A. interpõe apelação cível alegando que, com relação às primeiras 10.115 linhas telefônicas comercializadas, a retribuição deve corresponder ao valor encontrado no laudo de avaliação homologado pela assembléia geral extraordinária de acionistas, em observância à Lei 6.040/76 e à cláusula sexta do contrato de promessa de entroncamento e absorção de rede.

TJ-MS
Fl. 1232
2003.006345-5/0000-00

Este argumento não deve ser acatado por várias razões.

O Programa Comunitário de Telefonia, com a participação financeira dos promitentes-assinantes para expansão da rede telefônica, foi disciplinado pela Norma 03/91, aprovada pela Portaria 86/91, que dispõe em seu item 3.2 que "Os valores pagos a título de participação financeira, inclusive juros, serão capitalizados e retribuídos em ações, na forma disposta na presente Norma, com a exceção prevista no item 9.1". (f. 166)

O citado item 9.1 diz respeito à tomada de assinatura de serviço público de telecomunicações por Missões Diplomáticas ou Pessoa Jurídica de Direito Público Externo, portanto, não se aplica ao caso presente.

O item 5.1 da citada Norma diz que "As importâncias recebidas a título de participação financeira, inclusive juros, serão capitalizadas e retribuídas em ações, após a sua integralização pelo promitente-assinante." Já o item 5.1.1 dispõe que "A capitalização deverá ser efetuada com base no valor patrimonial da ação, apurado no primeiro balanço elaborado e auditado após a integralização da participação financeira." (f. 166)

O procedimento da captação de participação financeira e sua retribuição em ações obedecerá o item 5.5 da Norma supracitada:

"5.5.1 - Os valores de participação financeira, inclusive juros recebidos dos promitentes-assinantes pela concessionária, serão registrados à ordem da Telebrás.

5.5.2 - Por ordem da Telebrás, os valores a que se refere o item 5.5.1, serão capitalizados pela concessionária em nome da Telebrás ou importância equivalente lhe ser retribuída com ações da concessionária que esta possuir em tesouraria.

5.5.3 - A Telebrás, em ato próprio, realizará a incorporação dos mesmos valores em seu capital social, em nome dos respectivos promitentes-assinantes, ou a importância equivalente lhes será retribuída com ações da Telebrás que esta possuir em tesouraria.

5.5.4 - Alternativamente, a Telebrás poderá, motivada por razões de adequação do controle acionário, determinar que os valores arrecadados sejam retribuídos em ações da própria concessionária, não se aplicando, dessa forma, o disposto nos itens 5.5.2 5.5.3 supra." (f. 167)

Em síntese, como menciona a petição inicial:

"Para se ter idéia clara de que a deflagração e a conclusão do processo que culmina com a transferência dos terminais para o nome do promitente-assinante, investindo-o na condição de assinante e subscrevendo em ações no valor de sua participação financeira, a retribuição de ações só dependia e depende da ré, e mesmo para evitar colocações absurdas por parte dela, com o fim de levar a erro o juízo, como é do seu costume, cita-se aqui as etapas a serem seguidas:

- 1 - depois de concluída a obra, a ré deve expedir o "Termo de Aceitação";
- 2 - avallar o acervo;
- 3 - convocar assembléia extraordinária dos acionistas (convocação esta que é feita, a qualquer momento, pelo Presidente da Telem que é também Presidente do Conselho da Administração) para aprovação do laudo de avaliação do acervo da Planta Comunitária de Telefonia;

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA CHRISTINA DE CARVALHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site www.tjms.jus.br/osej, informe o processo 0812609-18.2013.8.12.0001 e o código 6788E0.

TJ-MS
FL. : 1233
2003.006345-5/0000-00

4 - aceitar o acervo, cuja transferência é feita através de escritura de dação pela Prefeitura com amuência das empresas empreendedoras, e, ato contínuo, transferir os terminais telefônicos para o nome dos promitentes-assinantes, investindo-o na condição de assinantes;

5 - convocar uma nova Assembléia para se proceder o aumento do Capital Social e capitalização dos créditos relativos à etapa inicial do acervo da Planta Comunitária de Telefonia desenvolvida pelas empreendedoras; e

6 - feita a avaliação, incorporação e aumento de capital, a concessionária deve retribuir em ações (fechamento e aumento de capital) o valor da participação financeiro dos promitentes-assinantes (item 5.3 da Portaria 86/91), que passam a ser acionistas do Sistema Telebrás, fazendo jus, portanto, a: a) participar dos lucros sociais e, em caso de liquidação, do acervo da Companhia; b) fiscalizar, na forma prevista em lei, a gestão dos negócios sociais; c) ter preferência para subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição; e d) retirar-se da sociedade nos casos previstos em lei (Artigo 109 c.c 111, § 1º ambos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976)." (f. 07)

Do acima exposto, o que se pretende demonstrar é que as obrigações assumidas pela Telems, em virtude do Plano Comunitário de Telefonia, é para que os promitentes-assinantes seriam retribuídos em ações conforme a participação econômica que cada um contribuiu para financiar a expansão da rede telefônica, mas não sobre o valor de avaliação do acervo incorporado à empresa em virtude da referida obra.

Ademais, a avaliação do acervo é necessária por força do artigo 7º da Lei 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações, como indicativo para a formação do capital social da empresa e não como critério para retribuição dos consumidores que subsidiaram a obra. Mesmo porque, a modificação do capital social pode ocorrer não só pela incorporação de patrimônio da empresa mas também por outras formas, conforme prevê o artigo 166 e seguintes da mesma lei.

Por outro lado, não pode também a Telems, com base em uma Portaria editada em 1994, alterar unilateralmente o contrato e deixar de retribuir os consumidores, principalmente pelo fato de que o plano em apreço já estava em andamento desde 1991.

Ademais, como bem frisou o parecer da Procuradoria:

"A Telems, na avaliação do acervo em relação às 10.115 de um total de 15.000 linhas, desconsidera o valor pago pelo consumidor, causando dessa forma inegáveis prejuízos aos promitentes-assinantes.

Assim, a retribuição das ações deve ocorrer de acordo com o previsto no item 3.2 da Norma 03/91, publicada na Portaria nº 86/91.

A retribuição das ações da participação econômica do consumidor referente às 10.115 primeiras linhas deveria ser efetivada no valor da real participação econômica do consumidor, contendo juros, multa, etc. mas, ao contrário, foi efetivada a partir da avaliação feita pelos peritos nomeados pela Telems em manifesto prejuízo dos consumidores." (f. 101)

Com relação à segunda etapa, referente às 4.134 linhas telefônicas, o entendimento supra também deve ser aplicado, sob pena de dispensar tratamento diferenciado a consumidores que se encontram na mesma situação jurídica.

Não prospera a alegação de que não há nos autos provas de que os participantes pagaram o valor dos terminais e, não sendo demonstrado o cumprimento da obrigação, não há falar em retribuição.

TJ-MS
FL. 1234
2003.006345-5/0000-00

Como se sabe, a condenação em sede de ação civil pública é genérica, sendo que cada consumidor, em liquidação de sentença, deve comprovar o fato para que seja beneficiado dos efeitos da sentença. Isto não impede, contudo, que haja sentença condenatória.

Por fim, no que se refere à multa aplicada nos embargos de declaração, tem-se que aquela deve ser mantida porque esse recurso foi interposto sob o fundamento de que houve duas omissões na sentença: Uma, porque não examinou o agravo retido, e outra, porque não examinou o pedido de produção de provas.

Em verdade, como asseverou o juiz *a quo*, não houve nenhuma omissão.

Com relação à primeira omissão, a sentença expressamente diz que a decisão agravada ficava mantida (f. 922), e quanto à segunda, que o processo comporta julgamento antecipado porque não era necessário haver dilação probatória.

Nesse contexto, fica evidente que não houve omissão do julgado, sendo certo que a impugnação deveria ser feita em apelação e não nos embargos por ausência dos pressupostos legais. Assim, a multa fica mantida.

Aprecio agora o recurso adesivo interposto pelo Ministério Público.

Pede o *Parquet* que a sentença seja reformada para que a recorrida seja obrigada a complementar a diferença de valores da retribuição de ações que efetivou, relativo às primeiras 10.115 linhas telefônicas.

Em verdade, a referida complementação já se encontra prevista na parte dispositiva da sentença, quando o magistrado julgou parcialmente procedentes os pedidos iniciais, condenando a Telem, atualmente denominada Brasil Telecom S.A. – Filial Mato Grosso do Sul, para que, no prazo de 180 dias, contado da data de intimação da sentença, proceda a retribuição em ações Telebrás da participação financeira referente às primeiras 10.115 linhas comercializadas, investindo os consumidores na condição de assinantes, levando em consideração o valor efetivamente pago por cada consumidor, corrigido monetariamente pelo IGPM, a cotação das ações nesta mesma data e os dividendos existentes desde aquela data, bem como a comprovar em juízo a data de encerramento do primeiro balanço elaborado e auditado após a integralização da participação financeira dos promitentes-assinantes, para fim de liquidação da sentença, sob pena de ser considerada a data da assembléia geral que determinou a integralização, a qual realizou-se em 24.12.1996.

Se a sentença já fixou o termo inicial para que ocorresse a incidência dos juros e a correção monetária, bem como que fosse considerada a mesma data para a cotação das ações, não há falar em complementação posto que esse valor já se encontra incluso na condenação.

Quanto ao segundo pedido, diz respeito às perdas e danos materiais e morais sofridos pelos consumidores.

Com relação aos materiais, em se tratando de obrigação de fazer que não foi cumprida pelo tempo e modo devidos, responde a recorrida por perdas e danos, na forma do artigo 1.056 do CC/16.

Não deve prosperar o fundamento que consta da sentença, para afastar a condenação neste tópico, no sentido de que a retribuição das ações com correção monetária e juros afasta qualquer prejuízo ao consumidor. (f. 925-926)

Como já disse, em se tratando de ação civil pública, a condenação do réu é genérica e a sua responsabilidade deve ser fixada conforme os danos causados a cada consumidor, nos termos do artigo 95 do CDC. Afastar a condenação por entender que não houve prejuízo ao consumidor é o mesmo que estar infenso aos sopros dos novos tempos e vedar os olhos para a realidade bem como para a dinâmica dos acontecimentos. Cada

TJ-MS
FL. 1235
2003.006345-5/0000-00

prejudicado deve ter, no mínimo, a possibilidade de provar, no processo de liquidação, os danos eventualmente experimentados.

Por essa mesma razão, os danos morais devem ser deferidos como forma de compensação aos consumidores pelo dissabor que tiveram em virtude da inadimplência contratual. Quando a comunidade foi convocada para ajudar a empresa concessionária, porque esta não tinha capital suficiente para realizar a obra de expansão da rede, esteve sempre presente e fez a sua parte no contrato, sendo que cada promitente-assinante contribuiu com suas economias para levar avante o projeto que iria beneficiar toda a sociedade. Depois de longos anos sem qualquer resposta efetiva por parte da Telems, que simplesmente se furtou em cumprir o que havia pactuado invocando uma Portaria que não se aplica ao caso presente, fica evidente que a compensação por danos morais é devida. Todavia, como já foi explicitado acima, a extensão desses danos deve ser fixada em processo de liquidação, conforme cada caso, já que se trata de condenação genérica.

No que refere à fixação de multa, a Promotoria pede que a data inicial para a sua incidência seja a prevista na decisão que deferiu a tutela antecipada ou a data que a recorrida comprovou o cumprimento parcial da liminar, até o dia 04/02/2002, quando foi intimada da sentença, incidindo a partir daí a nova multa prevista na sentença.

Não assiste razão à apelante.

A multa, quando se trata de obrigação de fazer, deve ser fixada como forma a garantir o cumprimento da ordem judicial. Aplica-se, neste caso, o artigo 84, § 4º do CDC o qual diz que "O juiz poderá, na hipótese do § 3º ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for compatível ou suficiente com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito".

O quantum da multa e o prazo para o cumprimento da obrigação já foram fixados na sentença, que ora ficam mantidos por entender razoáveis para o cumprimento da obrigação. Ressalte-se que é possível alterar o prazo fixado na decisão que deferiu a tutela antecipada, por força do artigo 273, § 4º do Código de Processo Civil.

Em face do exposto, conheço dos recursos e dou parcial provimento ao adesivo, apenas para condenar a requerida ao pagamento dos danos materiais e morais causados aos consumidores, cujos valores deverão ser apurados em liquidação de sentença posto que se trata de condenação genérica, ficando mantida a decisão de 1º grau nos demais termos.

O Sr. Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins

De acordo com o relator.

O Sr. Des. João Maria Lós

Continuo convicto que a empresa realmente não tem responsabilidade, mas, superada a fase, entendo, como o relator, que esses consumidores devem ser ressarcidos com a entrega dessas ações, inclusive pelo valor do que foi pago efetivamente e não pela avaliação que foi feita pela empresa, então, nesse ponto, acompanho o relator.

Com relação ao recurso adesivo, que o relator dá provimento quanto aos danos materiais e morais, penso que o atendimento do pedido formulado na inicial já supre com os danos materiais e morais, assim não vislumbro onde há tristeza ou sofrimento que,

TJ-MS
 FL. : 1236
 2003.006345-5/0000-00

infligidos a esses consumidores, motivasse o provimento do recurso adesivo nesse aspecto, até porque entendendo que é temerário o reconhecimento de danos morais para apuração posterior à liquidação da sentença, em razão disso, divirjo.

Acompanho o relator no recurso principal e divirjo em relação ao recurso adesivo.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi a seguinte:

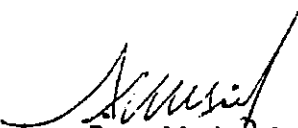
POR MAIORIA, NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO RETIDO, VENCIDO O VOGAL, QUE O ACOLHEU. POR UNANIMIDADE, REJEITARAM AS PRELIMINARES ARGÜIDAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. QUANTO AO MÉRITO, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO DE BRASIL TELECOM S.A. – FILIAL MATO GROSSO DO SUL, E, POR MAIORIA, DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO, INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. DECISÃO EM PARTE COM O PARECER.

Presidência do Exmo. Sr. Des. João Batista da Costa Marques.

Relator, o Exmo. Sr. Des. Rêmolo Letteriello.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Desembargadores Rêmolo Letteriello, Elplídio Helvécio Chaves Martins e João Maria Lós.

Campo Grande, 21 de outubro de 2003.


 Bel. Anderson Roque Martinez dos Santos
 Secretário da Quarta Turma Cível

mc/mi

TJ-MS
 FL. : 1237
 2003.006345-5/0000-00

21.10.2003

Quarta Turma Cível

- Apelação Cível - Lei Especial - N. 2003.006345-5/0000-00 - Campo Grande.
- Relator - Exmo. Sr. Des. Rêmolo Letteriello.
 - Apelante - Brasil Telecom S.A. - Filial Mato Grosso do Sul.
 - Advogados - Paulo Tadeu Haendchen e outros.
 - Apelante - Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
 - Prom. Just. - Amilton Plácido da Rosa.
 - Apelado - Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
 - Prom. Just. - Amilton Plácido da Rosa.
 - Apelada - Brasil Telecom S.A. - Filial Mato Grosso do Sul.
 - Advogados - Paulo Tadeu Haendchen e outros.

EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - RECURSO - SEGUNDA-FEIRA DE CARNAVAL - AUSÊNCIA DE EXPEDIENTE FORENSE - PRAZO PRORROGADO - TEMPESTIVO - AGRAVO RETIDO - BRASIL TELECOM - INCLUSÃO DA UNIÃO NO PÓLO PASSIVO - TELEBRÁS - AUSÊNCIA DE PROVAS - COMPETÊNCIA MANTIDA - NULIDADE DA SENTENÇA - CERCEAMENTO DE DEFESA - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - PROVA PERICIAL - EXPANSÃO DE REDE - PROGRAMA COMUNITÁRIO DE TELEFONIA - PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA - RETRIBUIÇÃO EM AÇÕES - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - MULTA - MANIFESTAMENTE PROTRELATÓRIOS - RECURSO ADESIVO - DIFERENÇA DE VALORES DAS AÇÕES - SENTENÇA QUE FIXA O TERMO INICIAL PARA A INCIDÊNCIA DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - PERDAS E DANOS MATERIAIS E MORAIS - CONDENAÇÃO GENÉRICA - FIXAÇÃO DO VALOR EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO - MULTA - *ASTREINTE* - FIXAÇÃO NA SENTENÇA - POSSIBILIDADE - PARCIALMENTE PROVIDA.

Se o prazo recursal terminou em dia sem expediente forense, prorroga-se até o primeiro dia útil subsequente.

A Brasil Telecom S.A. é parte legítima para figurar no pólo passivo da ação que tem como objeto atribuir responsabilidade decorrente de contrato celebrado pela Telem, porque assumiu o seu controle acionário através do processo de privatização da Telebrás.

Não caracteriza cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide se a prova pericial requerida é prescindível para o deslinde da questão.

Conforme o contrato, os promitentes-assinantes devem ser retribuídos em ações segundo a participação econômica que cada um contribuiu para financiar a expansão da rede telefônica, mas não com base no valor de avaliação do acervo incorporado à empresa em virtude da referida obra.

Mantém-se a multa se os embargos declaratórios mostram-se procrastinatórios.

TJ-MS
FL. 1238
2003.006345-5/0000-00

Não há complemento de valores quando a sentença fixa o termo inicial de incidência dos juros e correção monetária.

Tendo a conduta do agente causado prejuízo ao consumidor, é genérica a sua condenação por danos morais e materiais em sede de ação civil pública, devendo o valor ser apurado em processo de liquidação.

É permitido na sentença fixar a multa e o prazo para cumprimento da obrigação imposta.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os juízes da Quarta Turma Cível do Tribunal de Justiça, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por maioria, negar provimento ao agravo retido, vencido o vogal, que o acolheu. Por unanimidade, rejeitaram as preliminares argüidas pelo Ministério Público. Quanto ao mérito, negaram provimento ao recurso de Brasil Telecom S.A. – Filial Mato Grosso do Sul, e, por maioria, deram parcial provimento ao recurso adesivo, interposto pelo Ministério Público. Decisão em parte com o parecer.

Campo Grande, 21 de outubro de 2003.

Des. João Batista da Costa Marques - Presidente

Des. Rêmolo L. Ferriello - Relator

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 816.819 - MS (2006/0019307-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
 RECORRENTE : BRASIL TELECOM S/A
 ADVOGADO : WESLEY BATISTA DE ABREU E OUTRO(S)
 RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 10º, III, alíneas "a" e "c", da CF, contra acórdão do TJMS, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - RECURSO - SEGUNDA-FEIRA DE CARNAVAL - AUSÊNCIA DE EXPEDIENTE FORENSE - PRAZO PRORROGADO - TEMPESTIVO - AGRAVO RETIDO - BRASIL TELECOM - INCLUSÃO DA UNIÃO NO PÓLO PASSIVO - TELEBRÁS - AUSÊNCIA DE PROVAS - COMPETÊNCIA MANTIDA - NULIDADE DA SENTENÇA - CERCEAMENTO DE DEFESA - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - PROVA PERICIAL - EXPANSÃO DE LIDE - PROGRAMA COMUNITÁRIO DE TELEFONIA - PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA - RETRIBUIÇÃO EM AÇÕES - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - MULTA - MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIOS - RECURSO ADESIVO - DIFERENÇA DE VALORES DAS AÇÕES - SENTENÇA QUE FIXA O TERMO INICIAL PARA A INCIDÊNCIA DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - PERDAS E DANOS MATERIAIS E MORAIS - CONDENAÇÃO GENÉRICA - FIXAÇÃO DO VALOR EM PROCESSOS DE LIQUIDAÇÃO - MULTA - ASTREINTE - FIXAÇÃO NA SENTENÇA - POSSIBILIDADE DE PARCIALMENTE PROVIDA.

Se o prazo recursal terminou em dia sem expediente forense, prorroga-se o primeiro dia útil subsequente.

A Brasil Telecom S.A. é parte legítima para figurar no pólo passivo da ação que tem como objeto atribuir responsabilidade decorrente de contrato celebrado pela Telecom, pois, porque assumiu o seu controle acionário através do processo de privatização da Telebrás.

Não caracteriza cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide se a prova pericial requerida é prescindível para o deslinde da questão.

Conforme o contrato, os promitentes-assinantes devem ser retribuídos em valores segundo a participação econômica que cada um contribuiu para financiar a expansão da rede telefônica, mas não com base no valor de avaliação do acervo incorporado à empresa em virtude da referida obra.

Mantém-se a multa se os embargos declaratórios mostram-se procrastinatórios. Não há complemento de valores quando a sentença fixa o termo inicial de incidência dos juros e correção monetária.

Tendo a conduta do agente causado prejuízo ao consumidor, é genérica a condenação por danos morais e materiais em sede de ação civil pública, devendo o valor ser apurado em processo de liquidação.

É permitido na sentença fixar a multa e o prazo para cumprimento da obra não imposta. (e-STJ fls. 1.438/1.439)

Na origem, a empresa BRASIL TELECOM S.A. - Filial Mato Grosso do Sul, interpôs apelação contra sentença pelo Juiz da 1ª Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos da Comarca de Campo Grande proferida na ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual.

Os embargos de declaração opostos contra o acórdão de apelação foram

Superior Tribunal de Justiça

rejeitados (e-STJ fls. 1.456/1.462 e 1.481/1.487).

A recorrente, BRASIL TELECOM S.A. - Filial Mato Grosso do Sul, em sede de recurso especial, aponta a existência de dissídio jurisprudencial, bem como aduz/requer:

- (a) violação ao art. 535 do CPC;
- (b) violação ao art. 420 do CPC, com intuito de efetivar a prova pericial requerida nos autos;
- (c) violação ao art. 233 da Lei n. 6.404/1976, em razão da sua manifesta ilegitimidade passiva *ad causam* da BRASIL TELECOM S.A.;
- (d) violação aos arts. 8º da Lei n. 6.404/1976 e 147 do CC/1916, alegando que a complementação da retribuição das 10.115 primeiras linhas comercializadas seja feita com base no laudo de avaliação, e que as últimas 4.134 linhas não haja qualquer retribuição; e
- (e) a exclusão da multa aplicada pelo TJMS (art. 535, parágrafo único, do CPC).

A parte recorrida, em sede de contrarrazões, requer a inadmissão do recurso especial e, caso superado o juízo de admissibilidade, o seu desprovimento (e-STJ fls. 1.682/1.701).

O recurso especial foi admitido no Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 1.705/1.708).

É o relatório.

Decido.

Preliminarmente, conheço do recurso especial pelas alíneas "a" e "e" do permissivo constitucional, em razão do prequestionamento dos dispositivos legais tidos por violados e da demonstração da divergência, nos moldes exigidos pelo RISTJ.

Art. 535 do CPC

No que se refere à alegada violação ao art. 535 do CPC, não assiste razão à recorrente, uma vez que o Tribunal estadual decidiu a matéria controvertida nos autos não incorrendo em omissão, contradição ou obscuridade.

Violação ao art. 420 do CPC

O recurso especial não apresenta requisito de admissibilidade necessária ao seu conhecimento quanto ao ponto.

A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento. Há, portanto, a incidência das Súmulas ns. 356 do STF, respectivamente:

É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

O ponto omissis da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

Superior Tribunal de Justiça

Ilegitimidade Passiva da BRASIL TELECOM S.A. - Art. 233 da Lei n. 6.404/1976

A jurisprudência desta Corte está sedimentada no sentido de que o reconhecimento da legitimidade da empresa BRASIL TELECOM S.A. para responder por obrigações oriundas de contratos celebrados pela TELEMS anteriores à cisão da Telebrás, nos autos do processo de conhecimento (ação civil pública), inviabiliza o reexame da questão em sede de execução de sentença, sob pena de desrespeito à coisa julgada.

Nesse sentido, dentre os numerosos julgados desta Corte, o seguinte precedente:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM EMPRESAS DE TELEFONIA. EMISSÃO DE AÇÕES. TELEMS. PROGRAMA COMUNITÁRIO DE TELEFONIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. QUESTÃO DECIDIDA NO PROCESSO DE CONHECIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESCABIMENTO DE REDISCUSSÃO EM SEDE DE EXECUÇÃO INDIVIDUAL. ILEGITIMIDADE AFASTADA.

1. As questões efetivamente decididas, de forma definitiva, no processo de conhecimento (ação civil pública), ainda que de ordem pública, como a legitimidade passiva à causa, não podem ser novamente debatidas, sobretudo no processo de execução, sob pena de vulneração à coisa julgada.

2. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp n. 917.974/MS, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 5/4/2011, DJe 4/5/2011).

A Lei n. 6.404/1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, em seu art. 233, parágrafo único, prevê:

Art. 233. Na cisão com extinção da companhia cindida, as sociedades que absorverem parcelas do seu patrimônio responderão solidariamente pelas obrigações da companhia extinta. A companhia cindida que subsistir e as que absorverem parcelas do seu patrimônio responderão solidariamente pelas obrigações da primeira anteriores à cisão.

Parágrafo único. O ato de cisão parcial poderá estipular que as sociedades que absorverem parcelas do patrimônio da companhia cindida serão responsáveis apenas pelas obrigações que lhes forem transferidas, sem solidariedade entre si ou com a companhia cindida, mas, nesse caso, qualquer credor anterior poderá se opor à estipulação, em relação ao seu crédito, desde que notifique a sociedade no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação dos atos da cisão.

Dessarte, a limitação de responsabilidade prevista no art. 233, parágrafo único, da Lei n. 6.404/1976 não se aplica aos créditos constituídos posteriormente à operação, mas relativos a negócios jurídicos anteriores à referida operação. Neste sentido:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM EMPRESAS DE TELEFONIA. EMISSÃO DE AÇÕES TELEBRÁS/TELEMAT. ESCOLHA ARBITRÁRIA. ALEGAÇÃO DE PREJUÍZO AOS COMPRADORES. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA BRASIL TELECOM. PREJUÍZOS QUE EXISTENTES, DECORRERAM DA FLUIDEZ DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

(...)

3. Excepciona-se a regra da solidariedade na cisão parcial de sociedade anônima havendo estipulação em sentido contrário no protocolo de cisão acerca das

Superior Tribunal de Justiça

responsabilidades sociais, podendo, nessa hipótese, haver repasse às sociedades que absorveram o patrimônio da cindida, apenas das obrigações que lhes foram expressamente transferidas, circunstância que afasta a solidariedade relativa entre as obrigações anteriores à cisão.

4. No caso de haver, no protocolo de cisão, estipulação restritiva da solidariedade entre a cindida e as incorporadoras, deve-se garantir aos credores da companhia a oposição de impugnação, se exercido tal direito no prazo de 90 (noventa) dias, mediante notificação à sociedade devedora (§ único do art. 233).

5. Porém, relativamente a credores com títulos estabelecidos depois da cisão, mas relativos a negócios jurídicos anteriores à operação, descabe a aplicação do § único do art. 233 da Lei n.º 6.404/76, que excepciona a solidariedade entre a cindida e as companhias que absorveram o patrimônio.

6. Conseqüentemente, considerando que os alegados créditos ora tratados na demanda ainda não existiam por ocasião da cisão, mas originados de obrigações anteriores, há de ser rejeitada a tese de ilegitimidade da Brasil Telecom S/A para responder por obrigações decorrentes de contratos celebrados pela Telemat.

7. O alegado prejuízo experimentado pelos compradores de linhas telefônicas não demonstrado nos autos, que receberam ações da Telemat, no lugar de ações da Telebrás, decorreu de flutuações naturais do mercado de capitais, devendo ser julgado improcedente o pedido deduzido na ação civil pública.

8. Recurso especial conhecido e provido.

(Resp n. 753.159/MT, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 5/4/2011, DJe 29/4/2011).

Violação aos arts. 8º da Lei n. 6.404/1976 e 147 do CC/1916

A jurisprudência desta Corte é firme no sentido que o recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõem as Súmulas ns. 5 e 7 do STJ.

No caso concreto, a análise da pretensão recursal demanda a incursão em aspectos fático-probatórios dos autos, especialmente no que se refere à interpretação das cláusulas do contrato firmado pelas partes para a implantação de terminal telefônico (Instalação Comunitária de Telefonia - PCT). Portanto, inviável em sede de recurso especial (Súmulas ns. 5 e 7 do STJ).

Multa (art. 538, parágrafo único, do CPC)

A multa aplicada à recorrente em sede de embargos de declaração (art. 18, parágrafo único, do CPC) deve ser afastada, à luz do que dispõe a Súmula n. 98 do STJ: "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório".

Superior Tribunal de Justiça

Em face do exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do CPC, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nesta parte, DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO para afastar a multa do art. 538, parágrafo único, do CPC.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 14 de dezembro de 2011.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA CHRISTINA DE CARVALHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site www.tjms.jus.br/essaj, informe o processo 0812609-18.2013.8.12.0001 e o código 6788E0.

Este documento foi assinado digitalmente por ANTONIO CARLOS FERREIRA. Para acessar os autos processuais, acesse o site www.stj.jus.br/essaj, informe o processo 0812609-18.2013.8.12.0001 e o código 6788E0.

Superior Tribunal de Justiça

REsp 816819/MS

CERTIDÃO DE TRÂNSITO E TERMO DE REMESSA

Certifico que o v. acórdão retro transitou em julgado no dia 25 de setembro de 2012.

Remeto as peças geradas neste Tribunal (da Certidão de Digitalização ao Trânsito em Julgado) à(o) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL nesta data.

Brasília - DF, 01 de outubro de 2012

COORDENADORIA DA QUARTA TURMA

*Assinado por ANTÔNIO SAMPAIO ROCHA
em 01 de outubro de 2012 às 13:13:51

6 Volume(s)
1 Apenso(s)

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SILVIA CHRISTINA DE CARVALHO, Protocolado em 11/04/2013 às 15:55:32, sob o número 0812609-18.2013.8.12.0001. Para acessar os autos processuais, acesse o site www.tjms.jus.br/espaj, informe o processo 0812609-18.2013.8.12.0001 e o código 6788E0.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANTÔNIO SAMPAIO ROCHA, Protocolado em 01/10/2012 às 13:13:51, sob o número 0812609-18.2013.8.12.0001 e o código 6788E0.

		CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM PROGRAMA COMUNITÁRIO DE TELEFONIA		CONTRATO Nº 5806
CLIENTE Eduardo Marques Lucas ESPECIFICAÇÃO HOME OU BAZÃO SOCIAL				
CPF/CNPIS 365307271-91	PO. QUINC. EST. 293/437	UNIDADE FONEGR. 59E45	RAZÃO SOCIAL Henrique Vasques	CLASSE DO TERMINAL R
DATA DE NASC. 01.6.69	EST. CIVIL casado	PROFISSÃO Proprietário	NOME Henrique Vasques Henriques	
ENDEREÇO DE INSTALAÇÃO 7285				
BARRIO Henrique Vasques		CIDADE C. G. D. E.	ESTADO MS	CEP 79005-180
NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Maria Pereira		Nº 487 COMPLETIÇÃO 12 MESES		
BARRIO Centão		CIDADE C. G. D. E.	ESTADO MS	CEP 79004-480
NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Eduardo Marques Lucas		Nº 793 COMPLETIÇÃO 1241604		
SINALIZAÇÃO DA LISTA		ATIVIDADE 01		
VALOR À VISTA 1117,63	VALOR MENSAL 18,90	VALOR DO CONTRATO 189510	VALOR PRESTADO INICIAL 65,44	Nº DE PARCELAS 23
VENCIMENTO 1ª PARCELA 25.9.94				
DECLARO ESTAR EM ACORDO COM AS CONDIÇÕES IMPRESSAS NO ANEXO E VÁLIDAS DESTE CONTRATO.				
DATA 25.9.94		ASS. DO CONTRATANTE <i>[Assinatura]</i>		
		CONTRATADA <i>[Assinatura]</i>		

Pelo presente Contrato, a empresa INEPAR S/A - INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES, inscrita no CGC sob Nº 78.827.504/0001-08, estabelecida à Av. Juscelino K. de Oliveira, 11.400, C.I.C. na Cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATADA e a Pessoa Física, ou jurídica nele qualificada no campo próprio, doravante designada CONTRATANTE, têm entre si justas e contratadas, o que segue, mediante as Cláusulas e Condições abaixo descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a participação financeira da CONTRATANTE nos investimentos do Programa Comunitário de Telefonia, que visa a implantação/expansão do sistema telefônico local, conforme contrato de prestação de serviços em Empresa Global assinado entre a CONTRATADA e a Comunidade de Campo Grande representada pela Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS, em 18 de dezembro de 1991.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR DA PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA


A CONTRATANTE, por este e na melhor forma de direito, aceita e se confessa devedora do valor ajustado no presente Contrato que será pago à CONTRATADA na forma descrita no anverso, a título de Participação Financeira para investimento na Implantação/Expansão do Sistema Telefônico e ser realizado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - FORMA DE PAGAMENTO

A forma de pagamento ajustada, quando não for à vista ou financiada por instituições financeiras, será em prestações mensais sucessivas, pagas através de carnê ou documentos de cobrança bancária.

- 3.1 O valor das parcelas mensais, expressas em URV, será reajustado anualmente, ou em lapso de tempo menor, sempre de acordo com o que dispuser a legislação vigente, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, IGP-M, desde a data da assinatura deste Contrato até a do efetivo pagamento.
- 3.2 Na hipótese de extinção, limitação, suspensão ou não divulgação do indexador referido no sub-ítem anterior, será utilizada a variação do IPC (Índice de Preços ao Consumidor), publicado pela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP ou, na sua falta, do IGP (Índice Geral de Preços), Coluna 2, publicado pela Fundação Getúlio Vargas ou ainda de outro índice que melhor representar a recomposição da desvalorização monetária ocorrida no período.
- 3.3 Sobre as parcelas pagas em atraso incidirão, além da atualização monetária, multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês pro-rata dia.
- 3.4 Quaisquer valores resultantes deste Contrato, quando pagos através de cheques, somente serão considerados como quitados após a liquidação dos respectivos cheques.
- 3.5 As parcelas mensais vencerão nas datas descritas no anverso e deverão ser pagas nas agências bancárias autorizadas pela CONTRATADA.
- 3.6 Caso a CONTRATANTE não receba os documentos de cobrança até dois dias antes do seu respectivo vencimento, deverá contactar com o escritório da CONTRATADA ou sua representante. Qualquer contato posterior à data do vencimento não isenta a CONTRATANTE dos encargos previstos nos itens 3.3.
- 3.7 Caso o financiamento a CONTRATANTE, para fins de pagamento da participação financeira, seja concedido por uma instituição credenciada pela CONTRATADA, a liberação pela instituição financeira do valor correspondente à parte financiada será efetuada diretamente à CONTRATADA, sendo neste caso, as condições de financiamento e a emissão dos documentos de cobrança de responsabilidade exclusiva da instituição financeira, sem qualquer vínculo com a CONTRATADA no que se refere ao financiamento, hipótese em que o CONTRATANTE fica sujeito às cláusulas e condições do Contrato de financiamento firmado com a instituição financeira.

07

Energia Elétrica  Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. **Conta de Energia** **08/2013 3292827**

Consumo Med. (kWh) **209** Data de vencimento **16/08/2013** Valor a pagar (R\$) **R\$143,48**

Acidirá sobre a conta paga após o vencimento multa de 2%, juros de mora de 0,0333% ao dia (conv. lei 70.438/02), e atualização monetária com base no IGP-M e serão incluídos na próxima conta.

EDUARDO MARQUES LUCAS
RUA RUI BARBOSA, 694
FUNDOS 04.102.07.054003, CENTRO, CAMPO GRANDE
CAMPO GRANDE - 79004440, CAMPO GRANDE, MS
Loc/Etapa/Liv: B102.04.DC207A - Medidor: E28002 - TENSÃO NOMINAL: 127V/220V
Classe/SubClasse: COMERCIAL, SERVIÇOS, OUTRAS ATIVIDADES - COMERCIO VAREJIS
Fase: BIFASICO Cod.Fiscal de Operação: 5.253 B.B. 2%

NOTIFICACAO DE SUSPENSAO DE FORNECIMENTO
Ate a presente data, nao registramos o pagamento da seguinte fatura:
Referen Vencimento Valor (R\$)
07/2013 19/07/2013 110,37
Esta unidade consum. estara sujeita a suspensao de fornecimento a partir de 22/08/2013, caso o pagamento nao seja realizado. O encerramento da relacao contratual podera ocorrer 2(dois) ciclos de faturamento apos a suspensao de fornecimento. No ciclo da suspensao ou relacao podera ser cobrado o custo de disponibilidade. Caso o pagamento ja tenha sido realizado, favor desconsiderar esta notificacao.

Dados importantes

Historico de Consumo	
Leit. Anterior	05/07/2013
Leit. Atual	06/08/2013
Emissao/Representacao	06/08/2013
Prox. Leitura	05/09/2013

Indicadores continuidade

Indicador	Jun/2013	Dic	Fic	Ohm
Limite Anual	20,30	14,20	0,00	0,00
Limite Trim.	10,15	7,10	0,00	0,00
Limite Mensal	5,07	3,55	2,86	0,00
Atualizado	0,00	0,00	0,00	0,00

Detalhes do faturamento - Valores Faturados

Dados do Faturamento	Faturado	Tarifa	Total (R\$)
Consumo	209	0,326480	69,23
Valor do PIS			1,05
Valor do COFINS			4,03
Valor do ICMS			15,17
Total - Preço (1)			89,28

Outros Lançamentos, Cobranças e Serviços Autorizados

CONTR. CUSTETO SERV. TL. PUBLICA	50,95
MULTA CONTA ANTERIOR Ref. 06/2013	1,91
JURAS CONTA ANTERIOR Ref. 06/2013	0,94
CORRECCAO MONETARIA POR ATRASO Ref. 06/2013	0,40
Total - Outros (2)	54,20
Total (1) + (2)	143,48

Composicao do Preço (Art. 31, Resolucao 166/2005)

Distribuição	Encargos Setor	Energia	Transm. ssao	Tributos	Soma Demonstrat
27,21	4,35	34,61	2,06	21,05	89,28

Tributos

Tributo	Base de calculo (R\$)	Aliquota	Valor (R\$)
ICMS	89,28	17,000	15,17
PIS	89,28	01,171	1,05
COFINS	89,28	05,406	4,83

Mensagens
- A PARTIR DE 2014 VIGORARA O SISTEMA DE BANDEIRAS TARIFARIAS. A BANDEIRA VERDE NAO IMPLICARA COBRANCA ADICIONAL. AS BANDEIRAS AMARELA OU VERMELHA, QUANDO ACIONADAS, IMPLICARAO TARIFAS DE MAIOR VALOR. DEVIDO AO MAIOR CUSTO DE GERACAO, NO MES DE AGOSTO VIGORARIA A BANDEIRA AMARELA, A QUAL IMPLICARIA EM R\$ 0,015 / KWH DE ACRESCIMO NO VALOR DA TARIFA. LIQUIDO DE TRIBUTOS. MAIS INFORMACOES EM WWW.ANEEL.GOV.BR
DEBITOS: 07/2013 R\$ 110,37

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

293.437

26/02/2013

21/06/1967

Eduardo Marques Lucas

Nezir Lucas Heretier
Matilde Marques Lucas Heretier
Campo Grande - MS

CC 20.391.152.F.263
1ª Circuns. Campo Grande - MS
365.307.271-91

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

PROIBIDO PLASTIFICAR

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PI04

ASSINATURA DO TITULAR

794C959

CARTEIRA DE IDENTIDADE

531093705

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

531093705

531093705

EXERCE ATIV. REMUNERADA:

ASSINATURA DO PORTADOR

ASSINATURA DO TITULAR

DETHAN M. S. MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

531093705

PROIBIDO PLASTIFICAR

531093705

Autos nº. 0805937-23.2015.8.12.0001 - Campo Grande/MS.

Vistos etc.

1) Defiro ao liquidante os benefícios da Justiça Gratuita.

2) Intime-se o liquidando, na pessoa do seu advogado, para que se manifeste sobre o pedido de liquidação (art. 475-A CPC).
Prazo: 15 dias.

Campo Grande/MS, 26 de fevereiro de 2015.

David de Oliveira Gomes Filho.
Juiz de Direito.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0049/2015, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Carlos Alberto de Jesus Marques (OAB 4862/MS)	D.J
Hadna Jesarella Rodrigues Orenha (OAB 10526/MS)	D.J
ALEXANDRE OLIVEIRA (OAB 18951/MS)	D.J

Teor do ato: "Despacho de fl. 49: "...1) Defiro ao liquidante os benefícios da Justiça Gratuita. 2) Intime-se o liquidando, na pessoa do seu advogado, para que se manifeste sobre o pedido de liquidação (art. 475-A CPC). Prazo: 15 dias..."."

Do que dou fé.
Campo Grande, 1 de abril de 2015.

Escrivã(o) Judicial

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0049/2015, foi publicada no Diário da Justiça nº 3.318, do dia 06/04/2015, página 304/327, com circulação em 06/04/2015 e início do prazo em 07/04/2015, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
21/04/2015 - Tiradentes - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Carlos Alberto de Jesus Marques (OAB 4862/MS)	15	22/04/2015
Hadna Jesarella Rodrigues Orenha (OAB 10526/MS)	15	22/04/2015
ALEXANDRE OLIVEIRA (OAB 18951/MS)		

Teor do ato: "Despacho de fl. 49: "...1) Defiro ao liquidante os benefícios da Justiça Gratuita. 2) Intime-se o liquidando, na pessoa do seu advogado, para que se manifeste sobre o pedido de liquidação (art. 475-A CPC). Prazo: 15 dias...".

Do que dou fé.
Campo Grande, 6 de abril de 2015.

Escrivã(o) Judicial

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2.^a VARA DE DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS DE CAMPO GRANDE, MS.

O Superior Tribunal de Justiça afetou o Recurso Especial nº 1.499.294 - MS como recurso repetitivo nos termos do art.543-C do CPC, para decidirem sobre a legitimidade passiva da OI S/A (BRASIL TELECOM S/A) para responder ação de complementação de ações na hipótese em que as ações originárias tenham sido subscritas na TELEBRAS. Assim, os presentes autos devem ser sobrestados até o julgamento da controvérsia pela Segunda Seção do STJ.

Autos nº 0805937-23.2015.8.12.0001

Cumprimento de Sentença (PCT)

OI S/A, qualificada nos autos do processo em epígrafe, que lhe move **EDUARDO MARQUES LUCAS**, vem à presença de Vossa Excelência, através de seus advogados subscritores, cumprindo a determinação de f. 49, apresentar sua **DEFESA** à liquidação de sentença apresentada pelo autor, fundando-se, para tanto, nas razões de fato e de direito que passa a expor para ao final requerer:

I – SÍNTESE DA INICIAL

1.

A parte autora afirma ser titular de contrato de participação financeira em programa comunitário de telefonia, sob a responsabilidade da TELEMUS, a qual foi sucedida pela BRASIL TELECOM S/A, atual denominação de OI S/A, e que, após o trânsito em julgado da ação civil pública nº 0019016-35.1997.8.12.0001, impetrada pelo MPE, tornou-se credora da BRASIL TELECOM S/A.

2.

Por tal motivo, a parte autora propôs a liquidação da sentença proferida na ACP, requerendo a remessa dos autos à Contadoria Judicial ou a nomeação de Perito Contábil a fim de apurar a quantidade de ações devidas à Requerente, bem como os dividendos oriundos destas ações.

3.

V. Exª recebeu a inicial e determinou a citação da ré para que esta apresente o contrato firmado com a liquidante ou, caso não seja possível, apresente uma declaração firmada por um dos diretores da empresa no sentido de que a liquidante não contratou a compra da linha no plano de expansão de telefonia de que trata a respectiva ação civil pública, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial.

4.

Assim, para esclarecer alguns pontos indispensáveis ao prosseguimento do caso em comento, a ré apresenta a presente manifestação, demonstrando a impossibilidade de apresentação do contrato e comprovando a entrega de todas as ações a que o Autor tinha direito, restando comprovado, assim, o cumprimento da medida liminar concedida na ACP n.º 0019016-35.1997.8.12.0001, cuja decisão foi posteriormente foi confirmada na sentença.

II – Preliminarmente:

Da Necessidade de Sobrestamento dos Autos. Recurso Especial Sobrestado. Discussão sobre a Legitimidade Passiva da OI S/A para complementação de ações da TELEBRÁS.

5.

O STJ afetou o **RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.294 - MS** (2013/0004335-1), para decidir sob o rito do art. 543-C, a respeito da legitimidade passiva da recorrente para responder pelas ações onde se buscam a complementação de ações originárias da TELEBRÁS. Assim dispõe a decisão:

- Tendo em vista a multiplicidade de recursos que ascendem a esta Corte com fundamento em idêntica controvérsia, afeto à SEGUNDA SEÇÃO o julgamento do presente recurso, para, nos termos do art. 543-C do Código de Processo Civil, consolidar o entendimento desta Corte sobre "a legitimidade passiva da BRASIL TELECOM S/A para a ação de complementação de ações na hipótese em que as ações originárias tenham sido subscritas na TELEBRÁS".

6.

Desta forma, por ser matéria que afetará diretamente no deslinde da ação, é necessário que haja a suspensão do feito até o desfecho do julgamento do Resp afetado.

III – DA FALTA DE NECESSIDADE DE NOMEAÇÃO DE PERITO

7.

Conforme já relatado, a parte autora, em sua inicial, requereu a nomeação de perito judicial para apurar o valor que alega ser devido nos termos da ACP alhures citada. Contudo, informa que não há qualquer necessidade de ser nomeado perito judicial, pois a parte autora já recebeu as ações a que tinha direito, conforme se demonstrará nas razões abaixo.

8.

Desta forma, por ser totalmente descabido, requer seja indeferido o pedido efetuado pela parte autora de nomeação de perito.

IV – DA IMPOSSIBILIDADE DE JUNTADA DO CONTRATO E COMPROVANTES DE PAGAMENTO

9.

Oportuno apontar que em razão da parte exequente não ter juntado os documentos necessários ao deslinde da demanda, V. Ex^a intimou a empresa para apresentar o contrato, objeto do cumprimento de sentença, ou para apresentar uma declaração firmada por um dos diretores da empresa no sentido de que a liquidante não contratou a compra da linha no plano de expansão de telefonia de que trata a respectiva ação civil pública.

10.

Preliminarmente, é imprescindível esclarecer que nos contratos para construção de Planta Comunitária de Telefonia, as operadoras não eram

signatárias dos contratos, eis que eram firmados pela INEPAR com aqueles interessados em adquirir um terminal telefônico.

11.

Nesse contexto, as companhias telefônicas figuravam tão somente como fiscalizadoras de aspectos técnicos durante a realização das obras. O preço e as condições do contrato eram fixados entre a empreiteira e o município, de acordo com Portarias do Governo Federal. O valor do terminal telefônico era pago pelos promitentes - assinantes diretamente à empreiteira, a qual assumia a totalidade dos riscos do empreendimento. A operadora de telefonia, por não fazer parte do negócio, não recebia nada do preço desembolsado pelo promitente-assinante. Ao final do empreendimento, a Planta era integralizada ao capital da Companhia Telefônica, no caso TELEMS, cujo valor era apurado mediante laudo de avaliação, como exige a legislação societária.

12.

Como se vê Excelência existe um obstáculo fático e concreto, que impossibilita a apresentação dos contratos firmados entre os promitentes-assinantes e a INEPAR pela Requerida OI S/A, visto que os referidos documentos jamais ingressaram nos estabelecimentos da TELEMS, e conseqüentemente, da Brasil Telecom e da OI S.A. Se assim não fosse, a Executada, teria o máximo interesse em apresentá-los na defesa de seus interesses.

13.

De outra banda, Meritíssimo, atribuir veracidade jurídica ao alegado pela autora, sem que nenhuma prova tenha sido trazida aos autos, “*data vênia*”, macula a ordem da ciência processual, haja vista que, em qualquer demanda, o autor tem que provar a veracidade de suas alegações, cabendo ao demandado contestar o alegado.

14.

Além disso, não se pode presumir, em momento algum, que a falta de apresentação de algum documento por parte da Requerida, em sua contestação, implicaria na aplicação do art. 359 do CPC, ditame este aplicável tão somente na ausência de contestação.

15.

Sobre a aplicação do referido artigo do CPC, nos casos que envolvem os Planos de Expansão de Telefonia, e por via de consequência, nos casos de Planta Comunitária de Telefonia, importante referir que o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, ao analisar o RESP 2012/0014178-7, utilizou da prerrogativa do art. 543-C do CPC, e afetou o julgamento à 2.^a Seção daquela Corte, a fim de que essa uniformizasse a jurisprudência sobre: (i) ônus da prova da existência da contratação nas demandas por complementação de ações; (ii) aplicabilidade da presunção de veracidade do art. 359 do Código de Processo Civil às demandas por complementação de ações.

16.

Deste modo, o entendimento de Vossa Excelência, no sentido de que a não produção de prova pela Executada atrairia a aplicação do art. 359 do CPC, não se apresenta, “*data vênia*”, como a mais acertada no presente momento. Isso porque a questão ainda sob análise do STJ na sistemática de Recursos Repetitivos.

17.

Além disso, Excelência, a presunção de veracidade lançada no referido artigo do CPC, quando aplicável à feitos dessa ordem, diz respeito unicamente à existência de uma relação jurídica entre as partes, jamais servindo para vestir de verdade o valor da execução apresentado pelo Exequente, mesmo com respaldo do art. 47 –B da lei processual civil. Se assim não fosse, estar-se-ia anulando a possibilidade legal de apresentação de impugnação por parte do Executado.

18.

Inaplicável, de igual maneira, a essa demanda a presunção de veracidade dos dados apresentados pelo Exequente referente ao contrato supostamente celebrado, inserta nos parágrafos 1º e 2º do art. 475 – b do Código de Processo Civil.

19.

O comando do referido artigo somente se aplica: (i) § 1º quando a elaboração da memória de cálculo depender de dados existentes em poder do devedor ou de terceiro, o juiz, a requerimento do credor, poderá requisitá-los, fixando prazo

de até trinta dias para o cumprimento da diligência; (ii) § 2º. Se os dados não forem, injustificadamente, apresentados pelo devedor, reputar-se-ão corretos os cálculos apresentados pelo credor e, se não o forem pelo terceiro, configurar-se-á a situação prevista no art.362. Ora, para a realização dos cálculos dos valores que o Exequente se julga credor, é totalmente dispensável a apresentação do contrato firmado pelo Exequente com a INEPAR. Além disso, como já lançado anteriormente, existe motivo justificado para não apresentação do referido documento. Aliás, motivo mais que justificável na presença de obstáculo fático e concreto.

20.

Ante o exposto, a executada informa que não tem como cumprir a ordem judicial de f. 49, o que faz por efetiva impossibilidade técnica e documental, não podendo seu ato ser visto como ato de rebeldia ou desobediência.

V – DA ENTREGA DAS AÇÕES

21.

A Requerida informa que a pretensão inicial não merece acolhida, eis que o autor não possui qualquer direito à entrega de ações e, muito menos, aos dividendos, visto que já as recebeu, conforme se comprovará.

22.

Com efeito, a parte autora, na inicial, alega que, na época da contratação, o valor pago pelo contrato de PCT lhe deu direito a ações, sem especificar a quantidade das mesmas. Entretanto, requereu a retribuição em ações da participação financeira referente à linha telefônica comercializada. Vale ressaltar que, conforme informado nos autos da ACP, cada contrato de PCT dava direito ao recebimento de 8.620 ações.

23.

Depois, ainda que a parte autora realmente tivesse direito às 8.620 ações, não tem ela interesse de agir e legitimidade para buscar a liquidação da sentença ou o seu cumprimento, eis que ela já recebeu ditas ações.

Conforme se verifica do referido extrato de evolução acionária, fornecido pelo Banco Santander S/A (antigo Banco Real S/A), o autor era detentor de 8.620 ações da TELEBRÁS S/A e que na data de 03.09.1998 as mesmas foram transferidas diretamente para a Inepar S/A Ind. e Construções, eis que, como se vê do extrato, em tal data o Banco informou que as ações estão “negativas”, ou seja, as mesmas foram **transferidas diretamente à Inepar S/A Ind. e Construções.**

26.

Note, Excelência, que a transferência das ações foi feita de forma direta, sem intermédio de terceiros, não tendo nenhuma interferência da TELEBRÁS ou suas sucessoras, ou seja, se as ações foram transferidas ao terceiro acima informado, significa que o próprio autor as fez, fato este que deve ser discutido entre o autor e novo possuidor das ações (**Inepar S/A Ind. e Construções**).

27.

Provavelmente o autor tenha esquecido que negociou as 8.620 ações da TELEBRÁS e por isso apresentou a petição inicial. De qualquer forma, portanto, deve ele diligenciar junto ao Banco Santander ou à **Inepar S/A Ind. e Construções**, por ser esta a adquirente das ações, e discutir o assunto com as referidas empresas, nada mais sendo possível exigir da ré.

28.

Informa a Requerida que a TELEBRÁS apenas retribuiu as 8.620 ações, finalizando aí a sua obrigação, visto que a negociação das ações poderia ser feita apenas pelo próprio acionista ou pessoa/empresa legitimada para tal.

29.

A fim de corroborar as informações contidas no extrato acima colacionado, requer seja oficiado o Banco Santander S/A para que o mesmo apresente nos autos o referido extrato de evolução acionária existente em nome da parte Autora.

VI – DOS DIVIDENDOS

30.

Desta forma, restando comprovada a entrega das 8.620 ações da TELEBRÁS à parte autora, não há que se falar em nova retribuição de ações, e, conseqüentemente, não há que se falar em dividendos. Em outras palavras, restando comprovada a entrega das ações ao autor, bem como a negociação das mesmas, deixou o mesmo de ser acionista, visto que deixou de ser possuidor das ações.

31.

Sendo assim, tendo em vista que o autor perdeu a posição de acionista, perdeu o direito de perceber seus dividendos, pois estes são provenientes do número de ações as quais possuía o Requerente.

VII – DO PEDIDO

32.

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência que:

- a) Seja determinada a expedição de Ofício ao Banco Santander, para que o mesmo traga aos autos o extrato de evolução acionária existente em nome da parte Autora, a fim de comprovar a entrega das 8.620 ações da TELEBRÁS;
- b) Restando comprovada a entrega das referidas ações ao Requerente, requer seja considerada cumprida a obrigação de entrega de ações e seus dividendos, determinada na sentença da ACP n.º 0019016-35.1997.8.12.0001, devendo ser julgado totalmente improcedente o pedido do Autor.

Pede-se deferimento.

Campo Grande, MS, 13 de Abril de 2015.

Carlos A. J. Marques
OAB/MS 4.862

Katiusci Sandim Vilela
OAB/MS 13.679

Untitled

SANTANDER SISTEMA DE ACIONISTAS PAGINA : 129
 YWW591S EXTRACAO BASE HISTORICA DO SISTEMA DO REAL DT.PROC : 08/04/2015

SOLICITACAO: 1-INFORMACOES DO ACIONISTA POSICAO EM:19/04/2011
 LANCAMENTOS: SIM PULVERIZADA: NAO DIREITOS: NAO

CODIGO: 36164671 ACIONISTA UNIFICADO: 0
 CPF/CNPJ: 365.307.271-91 PESSOA: FISICA NASC/FUND: 01/01/1900
 NOME: EDUARDO MARQUES LUCAS
 PF 1/13 AJUD-COMANDO ==>
 RELATORIO -> YWW591S FORM-> YWB3 LINAHS> 13271 PAG. -> 192
 S.F. 20 S.P. 01 S - 001 E -> 080 L 0000009560 P 000000129

ENDERECO

LOGR: R DO AQUAARIO NUMERO: 464 COMPLEMENTO:
 BAIRRO: JD NHA-NHA CIDADE: CAMPO GRANDE UF: MS
 CEP: 01010-001 TELEFONE: 67- 1010001 RAMAL: 0 CORREIO: NAO EMITE
 E-MAIL:

IDENTIFICACAO

STATUS SISTEMA:NORMAL FAMILIA: SEXO: M
 TIPO DE CLIENTE: CLIENTE NORMAL DEPEND: TITULAR
 DOCUMENTO: -
 SIGLA PAIS: NACIONALIDADE: BRASILEIRO ISENCAO: NAO
 ORIGEM CADASTRO: 1-MIGRACAO 07/07/1998 ULTIMA AT LZ: 2-ON-LINE 22/09/2001
 NUMERO DO BANCO: 000 AGENCIA: 00000 CONTA CORRENTE: 000000000000 DIGITO:
 POSICAO ACIONARIA

***** SEM SALDO DE ACOES NA DATA INFORMADA *****

LANCAMENTOS

EMPRESA: 03018-TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S/A
 DATA HISTORICO DT PROC. ESP/TIP QUANTIDADE
 13/07/1998 TRANSF. DIRETA 15/07/1998 PR/ACN 8620
 COMITENTE: 3.486.842-BNDES PARTICIPACOES S/A - BNDESPAR
 PF 1/13 AJUD-COMANDO ==>
 RELATORIO -> YWW591S FORM-> YWB3 LINAHS> 13271 PAG. -> 192
 S.F. 20 S.P. 01 S - 001 E -> 080 L 0000009580 P 000000129

16/07/1998	TRANSF. P/ INTEG. INEG.	16/07/1998	PR/ACN	8620-
16/07/1998	TRANSF. DE INTEG.NEGOC.	16/07/1998	PR/ACN	8620
	GRAVAME: 012-FINANCIAMENTO BANCARIO			
02/09/1998	TRANSF. P/ INTEG.NEGOC.	02/09/1998	PR/ACN	8620-
	GRAVAME: 012-FINANCIAMENTO BANCARIO			
02/09/1998	TRANSF. DE INTEG. INEG.	02/09/1998	PR/ACN	8620
03/09/1998	TRANSF. DIRETA	03/09/1998	PR/ACN	8620-
	COMITENTE: 19.796.230-INEPAR S A IND E CONSTRUCOES			



SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento particular e no exercício dos poderes a mim conferidos no mandato outorgado pela **OI S/A**, sociedade anônima, com sede no Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o número 76.535.764/0001-43, substabeleço, com reservas, aos advogados **CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES** (OAB/MS 4.862, RG 532.273-SSP/MS, CPF 285.317.871-49), **LUCY A. B. DE MEDEIROS MARQUES** (OAB/MS 6.236, RG 272.483-SSP/MS, CPF 436.831.771-87), **NOELY GONÇALVES VIEIRA WOITSCHACH** (OAB/MS 4.922, RG 300.464-SSP/MS, CPF 422.048.951-72), **HADNA JESARELLA RODRIGUES ORENHA** (OAB/MS 10.526, RG 710.981-SSP/MS, CPF 367.325.301-59), **FERNANDO DAVANSO DOS SANTOS** (OAB/MS 12.575, RG 29.903.366-1-SSP/MS, CPF 280.628.588-71), **MANOEL AUGUSTO MARTINS DE ALMEIDA** (OAB/MS 12.588-B, RG 534.754-SSP/MS, CPF 078.969.447-66), **FÁBIO DAVANSO DOS SANTOS** (OAB/MS 13.979, RG 40.571.774-X-SSP/SP, CPF 307.787.728-70), **THIAGO MARTINS FERREIRA** (OAB/MS 13.663, RG 157310006-SSP/MT, CPF 007.438.711-11), **CILIO MARQUES FILHO** (OAB/MS 13.619-A, RG 000926128-SSP/MS, CPF 005.070.971-22), **CARINE TOSTA FREITAS** (OAB/MS 14.041, RG 951.104-SSP/MS, CPF 013.512.001-27), **LARISSA TEIXEIRA DE OLIVEIRA** (OAB/MS 13.424, RG 1.366.803-SSP/MS, CPF 011.817.441-05), **LUIZA CAROLEN CAVAGLIERI FACCIN** (OAB/MS 13.575, RG 1157405-SSP/MS, CPF 692.795.781-20), **ANTONIO ALVES DUTRA NETO** (OAB/MS 14.513, RG 1.271.463 SSP/MS, CPF 010.693.971-80), **KATIUSCI SANDIM VILELA** (OAB/MS 13.679, RG 1.350.797 SSP/MS, CPF 010.375.201-30), **PLINIO JOSÉ TUDE NAKASHIAN** (OAB/MS 15.393, RG 30.938.942-2 SSP/SP, CPF 711.778.331-15), **ALESSANDRA ARCE FRETES** (OAB/MS 15.711, RG 13.64001 SSP/MS, CPF 000.052.721-14) e **DIOGO AQUINO PARANHOS** (OAB/MS 12.675, RG 1033666 SSP/MS, CPF 926.508.721-87), brasileiros, advogados inscritos na OAB/MS sob os números indicados ao lado de cada nome, e pelos estagiários **MATHEUS DAVANSO DOS SANTOS** (OAB/MS 6.521-E, RG 001669641-SSP/MS, CPF 020.429.821-05) e **DOUGLAS HENRIQUE DE MOURA SILVA** (OAB/MS 7.194-E, RG 137.999-16-SSP/MT, CPF 025.351.071-63), brasileiros, estagiários inscritos na OAB/MS sob os números mencionados ao lado de cada nome, pertencentes ao escritório de advocacia contratado, **CARLOS A. J. MARQUES E ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Campo Grande, MS, à Rua da Paz, nº 1.212, Jardim dos Estados, CEP 70.020-250, **RENATTA SILVA VENTURINI**, inscrita na OAB/MS sob o nº 12.883, com escritório profissional na Avenida José Ferreira da Costa, nº 485, Centro, Costa Rica/MS; **CAMILA NEVES MENDONÇA MEIRA** (OAB/MS nº 15.818, RG nº 49.973.190-6 SSP/MS, CPF 017.478.111-30), **JEAN NEVES MENDONÇA**, inscrito na OAB/MS sob o nº 14.720, todos com escritório profissional na Rua: Brasilândia, nº 381, sala 2, Centro, Bataguassu/MS; **LEONARDO HENRIQUE MARÇAL**, inscrito na OAB/MS sob o nº 14.730, com escritório profissional na Rua: Minas Gerais, nº 180, Centro, Pedro Gomes/MS; **ALEXANDRE RODRIGUES FAVILLA**, inscrito na OAB/MS sob o nº 9.734, com escritório profissional na Avenida Pedro Manvailer, nº 3284, sala 3, Centro, Amambai/MS; **CARLA MORAES DE ANDRADE**, inscrita na OAB/MS sob o nº 11.575, com escritório profissional na Rua: Barão do Rio Branco, nº 318, Miranda/MS; **DANIELA TEIXEIRA ONÇA**, inscrita na OAB/MS sob o nº 12.597, com escritório profissional na Rua: Ancheita Rodrigues de Souza, nº 1.116, Jardim Vista Alegre, Ribas do Rio Pardo/MS; **ANA PAULA ZANQUETA**, inscrita na OAB/MS sob o nº 11.487, com escritório profissional na Rua: Santo Antônio, nº 1885, Centro, Nova Andradina/MS; **HIGO DOS SANTOS FERRÉ**, inscrito na OAB/MS sob o nº 9.804, com escritório profissional na Avenida Jardelino José Moreira, nº 1263, Centro, Iguatemi/MS; **FERNANDO JOSÉ BARAÚNA RELCALDE**, inscrito na OAB/MS sob o nº 10.493, **JOSÉ OSCAR PIMENTEL MANGEON FILHO**, inscrito na OAB/MS sob o nº 9.621 e **THIAGO VINICIUS RIBEIRO**, inscrita na OAB/MS sob o nº 12.746, todos com escritório profissional na Avenida Marcelino Pires, nº 1.740, Ed. June, 9º andar, Centro, Dourados/MS; **JULIANA MARIA QUEIROZ FERNANDES**, inscrita na OAB/MS sob o nº 13.403, com escritório profissional na Rua: Coronel Ponce, nº 221, Centro, Coxim/MS; **OSMAR PRADO PIAS**, inscrito na OAB/MS sob o nº 7837, com escritório profissional na Rua: Cel. Nelson Felício dos Santos, nº 700, centro, Bonito/MS; **ALESSANDRA PEREIRA DOS SANTOS**, inscrita na OAB/MS sob o nº 13.173, com escritório profissional na Rua: Pandiá Calógeras, nº 547, Centro, Aquidauana/MS; **ANDRÉ FRANÇA PESSÔA**, inscrito na OAB/MS sob o nº 11.602, com escritório profissional na Rua: Imaculada Conceição n.º 1718, Centro, CEP. nº 79.750-000, Nova Andradina/MS; **PAULO ANDRÉ DOBRE**, inscrito na OAB/MS sob o nº 15.701, com escritório profissional na Avenida Brasil nº 4368, Centro, CEP nº 79.900-000, Ponta Porã/MS; **RAFAEL FERNANDES**, inscrito na OAB/MS sob o nº 9736, com escritório profissional na Rua: Duque de Caxias, nº 1220, Centro. CEP nº 79260-000, Bela Vista/MS e **ALEXANDRE LEONEL**



FERREIRA, inscrito na OAB/MS sob o nº 14.646, com escritório profissional na Avenida Goiás, nº 446, Parque União, Chapadão do Sul/MS e **RICARDO CRUVINEL CARDOSO**, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso do Sul sob o número 16.646 – com escritório profissional na Avenida Doutor Eloy Chaves, 801, Centro, Três Lagoas/MS, os poderes das cláusulas “*ad judicium*” e “*ad extra*” para representar a Outorgante no foro em geral, em qualquer instância ou tribunal, nos termos do artigo 38 do Código de Processo Civil e do Artigo 5º da Lei 8.906 de 04 de julho de 1994 e os especiais para transigir, acordar, desistir, propor ação rescisória, renunciar ao direito em que se funda a ação, dar e receber quitação, receber intimações e notificações, anexar e retirar documentos e representar a Outorgante, indicar bens a penhora, assinar qualquer termo de penhora e caução, assim como aceitar encargo de depositário fiel em qualquer execução, promovendo a defesa de seus interesses perante quaisquer Juízos e Tribunais, administrativos ou Judiciais, podendo efetuar pagamentos, dar entrada e retirada em documentos, podendo, enfim, praticar todos os atos úteis e/ou necessários ao bom e fiel desempenho do presente mandato, sendo vedado substabelecimento e vedada a possibilidade de receber guias de retirada/ou Alvará para levantamento de valores depositados em contas vinculadas a processos judiciais, defendendo seus interesses, **exclusivamente em processos ou procedimentos cujos objetos envolvam questionamentos acerca de contratos de participação financeira em planos de expansão de telefonia, tais como, PEX, PROCITE E PCT.** Todos os documentos assinados pelos **OUTORGADOS** obedecerão aos limites estabelecidos no Estatuto Social da Companhia.

Campo Grande/MS, 16 de abril de 2013.

CAMILA DENISE MOLINA SOARES
OAB/MS nº 11.296

Ofício 15º de Notas

Tabeliã
Fernanda de Freitas Leitão

Rua do Ouvidor, 89 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20040-030 - Tel.: (21) 3852-8989
Av. das Américas, 500 Bl. 11 - Lj 106 - Barra da Tijuca - RJ
CEP 22640-100 - Tel.: (21) 3154-7161
www.cartorio15.com.br

Livro nº 2918

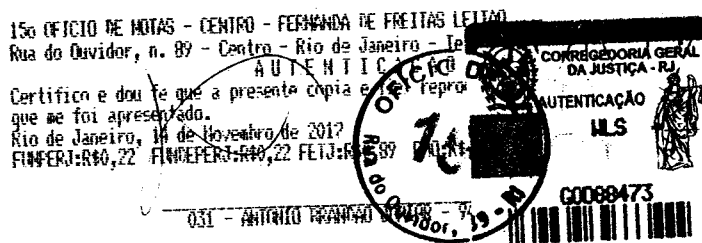
Fls nº 097

Ato nº 056



PROCURAÇÃO, bastante que faz,
na forma abaixo:-----

Aos 17 (dezesete), dias do mês de julho do ano de 2012 (dois mil e doze), neste Cartório do 15º Serviço Notarial da Cidade do Rio de Janeiro, na Rua do Ouvidor n.º 89 – A, perante mim, **FLÁVIA JOCHEM RIBEIRO CALAZANS BARONI**, Tabeliã Substituta, matrícula da Corregedoria Geral de Justiça nº 94/8596, do 15º Ofício de Notas, situado na Rua do Ouvidor, nº 89, compareceu como **OUTORGANTE(S): OI S.A.**, sociedade anônima com sede em Rua General Polidoro nº 99, 5º andar, Botafogo, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.535.764/0001-43, neste ato devidamente representada na forma de seus atos constitutivos, por seus Diretores, **ALEX WALDEMAR ZORNIG**, brasileiro, separado judicialmente, administrador, portador da carteira de identidade nº 9415053, expedida pela SSP/SP em 06/01/1995, inscrito no CPF/MF sob o nº 919.584.158-04, ambos com endereço comercial nesta Cidade, na Rua Humberto de Campos, nº 425, 8º andar, Leblon e **TARSO REBELLO DIAS**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 08.401.392-9 IFP/RJ, de 24/12/93 e inscrito no CPF/MF sob o nº 021.455.577-17, ambos com endereço comercial nesta Cidade, na Rua Humberto de Campos, nº 425, 8º andar, Leblon. Identificados conforme os documentos apresentados cujas xerocópias ficam arquivadas nesta Serventia e pela forma solene do presente instrumento público nomeia e constitui seus bastantes procuradores: 1) **Eurico de Jesus Teles Neto**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 121935, expedida em 02/12/2003 e CPF/MF sob o nº 131.562.505-97; 2) **Elen Marques Souto**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 73.109, expedida em 18/01/2009 e CPF/MF sob o nº 976.141.497-34; 3) **Luciano Azevedo Caldas**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 116.544 expedida em 3/7/2008 e CPF/MF sob o nº 073.347.097-13; 4) **Williams Pereira Junior**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 94.668, expedida em 18/02/2009 e CPF/MF sob o nº 035.338.557-32; 5) **Adriana Velhote de Oliveira**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 123.141, expedida em 05/06/2009 e CPF/MF sob o nº 715.260.567-04; 6) **Adriano Pablo Justino Peixoto**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 136257, expedida em 03/04/2007 e CPF/MF sob o nº 478.703.623-87; 7) **Fabricao Cardoso de Faria Martins**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 102.662, expedida em 02/07/2010 e inscrito no CPF/MF sob o nº 028.374.357-32; 8) **Diogo Soares Venancio Vianna**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 122.344, expedida em 12/02/2009 e CPF/MF 077.628.787-77; 9) **Eduardo Nunez Santos**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 128.891 expedida em 7/12/2004 e CPF/MF sob o nº 085.054.367-33; 10) **Helena Prata Ferreira**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/DF sob o nº 20.260 expedida em 8/9/2004 e CPF/MF sob o nº 714.370.531-49; 11)



Marcela Lima Rocha Cintra Vidal, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 121.324, expedida em 20/10/2008 e CPF/MF sob o nº 090.593.877-16; 12) Flávia Paulo Albarran, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº. 260.330, expedida em 22/06/2007 e CPF/MF sob o nº 690.069.381-49; 13) Marcello Lugon, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 74722, expedida em 28/07/2008 e CPF/MF sob o nº 691.001.367-00; 14) Telma Elize Mioto Andrioli, brasileira, viúva, advogada, inscrita na OAB/PR sob o nº. 17.769 expedida em 13/05/2008 e CPF/MF sob o nº 716.476.439-53; 15) Gustavo Medina Miranda da Silva, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 126872, expedida em 09/07/2004 e CPF/MF sob o nº 077.091.687-28; 16) Douglas Tostes Coelho, brasileiro, casado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 127.233, expedida em 25/08/2004 e CPF/MF sob o nº 089.523.807-11; 17) Camila Denise Molina Soares, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MS sob o nº 11.296, expedida em 25/01/2009 e CPF/MF sob o nº 921.942.571-87, 18) Aline Couto, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/MS sob o nº 10.284, expedida em 21/03/2009 e CPF/MF sob o nº 893.588.131-72, todos com endereço comercial na sede de sua representada; aos quais são conferidos aos outorgados os poderes das cláusulas “ad judicium” e “ad judicium et extra” para representar a Outorgante no foro em geral, em qualquer instância ou tribunal, nos termos do artigo 38 do Código de Processo Civil e do Artigo 5º da Lei 8.906 de 04 de julho de 1994 e os especiais para transigir, acordar, desistir, propor ação rescisória, renunciar ao direito em que se funda a ação, dar e receber quitação, firmar termos de compromissos, firmar Termos de Ajustamento de Conduta - TAC, receber citações, intimações e notificações, receber guias de retirada/ou Alvará para levantamento de valores depositados em contas vinculadas a processos judiciais, anexar e retirar documentos e representar a Outorgante, indicar bens a penhora, assinar qualquer termo de penhora e caução, assim como aceitar encargo de depositário fiel em qualquer execução, ação cautelar, ação ordinária, mandado de segurança e demais ações judiciais, promovendo a defesa de seus interesses perante quaisquer Juízes e Tribunais administrativos ou Judiciais, Cíveis, Criminais, Tributários, de Contribuições Previdenciárias, Sociais, Parafiscais, ou trabalhistas, instancias administrativas, repartições públicas Federais, Estaduais, e Municipais, Instituições da Previdência Social (INSS), Repartições policiais e/ou fiscais, departamentos regionais de Registros Comerciais, Juntas Comerciais e Instituto nacional de Propriedade Industrial (INPI), podendo efetuar registros e pagamentos, dar entrada e retirada em documentos; podendo, enfim, praticar todos os atos úteis e/ou necessários ao bom e fiel desempenho do presente mandato, sendo também conferidos aos 17 (dezessete) primeiros Outorgados os poderes para substabelecer com reservas, bem como nomear preposto. Este ato revoga e substitui todo e qualquer outro anteriormente outorgado com a mesma finalidade. (lavrada sob minuta) Certifico que pelo presente ato são devidas custas da Tabela VII,II, letra a, no valor de R\$18,05, informática no valor de R\$3,41, comunicação e informática para o Distribuidor, no valor de

15 **Ofício**
de **Notas**
Tabeliã

Fernanda de Freitas Leitão

Rua do Ouvidor, 89 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20040-030 - Tel.: (21) 3852-8989
Av. das Américas, 500 Bl. 11 - Lj 106 - Barra da Tijuca - RJ
CEP 22640-100 - Tel.: (21) 3154-7161
www.cartorio15.com.br



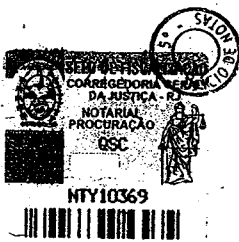
R\$8,64, digitalização no valor de R\$4,55, acrescidas de R\$11,37, (provimento 15/2007), acrescidas dos 20% para o FETJ (Lei nº3217/99 de 27/05/99) no valor de R\$9,20, acrescidas de 5% para o FUNDPERJ(ATO 04/2006), no valor de R\$2,30. acrescidas de 5% para o FUNPERJ (Lei 111/2006) valor de R\$2,30, que serão recolhidos ao Banco Itaú , na forma determinada pela Corregedoria Geral de Justiça, acrescidos das contribuições previstas nas Lei nºs 3761/2002, no valor de R\$10,05 e 590/82 no valor de R\$0,20, mais a distribuição de R\$36,87 que serão recebidos no prazo e na forma da Lei. Certifico que a qualificação do(a)s procurador(a)(es) e a descrição do objeto do presente mandato foram declarados pelo(a)s outorgante(s), o(a)s qual(is) se responsabiliza(m) civil e criminalmente por sua veracidade, DEVENDO A PROVA DESTAS DECLARAÇÕES SER EXIGIDA DIRETAMENTE PELOS ÓRGÃOS E PESSOAS A QUEM ESTE INTERESSAR. Eu, FLÁVIA JOCHEM RIBEIRO CALAZANS BARONI, (Tabeliã Substituta), lavrei, e li o presente ato ao(s) Outorgante(s), que dispensam a apresentação das testemunhas, e colho as assinaturas. E eu Carlos Alberto de Souza Lopes, Tabelião Substituto, subscrevo e assino. (a.a) ALEX WALDEMAR ZORNIG - TARSO REBELLO DIAS. TRASLADADA E CERTIFICADA em 31/07/2012 por mim, RL através de sistema de computação, conforme Artigo 41, da Lei nº 8.935, de 18/11/1994, subscrevo e assino.

EM TESTE DA VERDADE.



Pela Certidão:

R\$18,01

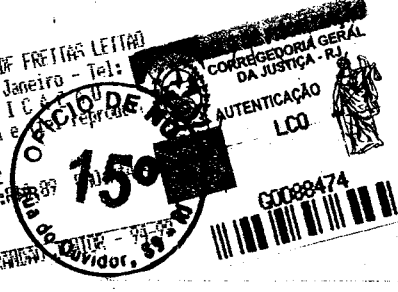


MS

150 OFÍCIO DE NOTAS - CENTRO - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO
 Rua do Duvidor, n. 89 - Centro - Rio de Janeiro - Tel: 2522-1111

Certifico e dou fé que a presente cópia e reprodução
 que me foi apresentada em 14 de Novembro de 2012
 Rio de Janeiro, 14 de Novembro de 2012
 FUNPERJ:R30,22 FUNJPERJ:R30,22 FETJ:R30,22

031 - ANTONIO BRUNO



O/S.A.

CNPJ/MP Nº 76.535.764/0001-43

NIRE 33.30029520-8

COMPANHIA ABERTA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 2ª convocação no dia 18 de abril de 2012, às 10:30 horas

(Lavrada sob a forma de sumário, de acordo com o
§ 1º do art. 130 da Lei nº 6.404/76)

1. Data, hora e local: Aos 18 (dezoito) dias do mês de abril de 2012, às 10h30, na sede da O/S.A. ("Companhia"), à Rua General Polidoro, nº 99, 5º andar, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ.

2. Ordem do Dia: Analisar, discutir e deliberar sobre: (i) a proposta de reforma do Estatuto Social da Companhia, com vistas a alterar, nos termos da proposta da administração, dentre outros pontos, aqueles relativos ao limite do capital autorizado e à composição, funcionamento e competências do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; e (ii) a eleição de membros para integrar o Conselho de Administração e seus respectivos suplentes, em complementação de mandato.

3. Convocação: Edital de 2ª convocação publicado no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", Parte V, nas edições dos dias 10/04/2012, página 49; 11/04/2012, página 44 e 12/04/2012, página 59; e no Jornal "Valor Econômico - Edição Nacional", nas edições dos dias 10/04/2012, página A12; 11/04/2012, página D4 e 12/04/2012, página D6, em conformidade com o artigo 133 da Lei nº 6.404/76.

3.1. Todos os documentos exigidos pela Lei nº 6.404/76 e pela Instrução CVM nº 481/09 com relação as matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Extraordinária foram disponibilizados aos acionistas da Companhia por ocasião da publicação do Edital de 1ª Convocação, no dia 23 de março de 2012, e foram representados no dia 10 de abril de 2012, por força da publicação do Edital de 2ª Convocação.

4. Presenças: Presentes, em segunda convocação, acionistas representando 64,47% do capital votante da Companhia e, pelo menos, 37,39% das ações preferenciais sem direito a voto, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Presentes, ainda, o Sr. Allan Kardec de Melo Ferreira, representante do conselho fiscal da Companhia.

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da O/S.A., realizada em 18 de abril de 2012, às 10h30min

5. Mesa: Verificado o quorum legal, e em conformidade com as disposições do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, foi instalada a Assembleia por Maria Gabriela Campos da Silva Menezes Côrtes, procuradora investida de poderes específicos para esse fim, tendo assumido a presidência o Sr. Rafael Padilha Calábria e a secretaria dos trabalhos a Sra. Daniela Gesziker Ventura.

6. Deliberações: Por proposta do Presidente, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade, a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. Também por unanimidade, foi dispensada a leitura das matérias constantes da ordem do dia da presente Assembleia e documentos correlatos. Os acionistas deliberaram, ainda, por maioria:

6.1. Com relação ao Item I da Ordem do Dia, aprovar a proposta de reforma do Estatuto Social da Companhia, nos termos Origem e Justificativa da Proposta de Alteração Estatutária apresentado pela Administração e disponibilizado aos acionistas da Companhia quando da publicação do Edital de 1ª Convocação da presente Assembleia e reapresentados quando da publicação do Edital de 2ª Convocação, com a exclusão dos artigos 21-A e 30, §3º, inclusão do artigo 30-A, e 32, XI, e alteração dos artigos: (a) 2º, § único, I; (b) 3º; (c) 24, IV, XVII e XXIV; (d) 25, §1º; (e) 27, §1º; (e) 29; (f) 30; (g) 30-A; (h) 31 e § único; (i) 32 e §§; e (j) 45 e § único, passando o Estatuto Social a vigorar com a redação constante do Anexo I à ata a que se refere esta Assembleia Geral.

6.2. Em relação ao Item II da ordem do dia, tendo em vista os pedidos de renúncia de Srs. João de Deus Pinheiro de Macêdo, membro efetivo; Eurico de Jesus Teles Neto, suplente; Júlio César Fonseca, membro efetivo; Francis James Leahy Menley, membro efetivo; e Luiz Francisco Tenório Perrone, suplente, dos cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia, para os quais os quatro primeiros foram eleitos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2011 e o último na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2012, foram eleitos para o Conselho de Administração, em complementação de mandato, até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2014, que apreciará os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, os Srs. (1) como membro efetivo, o Sr. ZETNAL ABEDIN MAHOMED BAVA, e como seu suplente, o Sr. LUIS MIGUEL DA FONSECA PACHECO DE MELO; (2) como membro efetivo o Sr. SHAKHAF WINE, e como seu suplente o Sr. ABILIO CESÁRIO LOPES MARTINS; (3) como membro efetivo, o Sr. ARMANDO GALHARDO NUNES GUERRA JÚNIOR, e como seu suplente o Sr. PAULO

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da OI S.A., realizada em 18 de abril de 2012, às 10h30min

15o OFÍCIO DE NOTAS - CENTRO - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO
Rua do Davidor, n. 89 - Centro - Rio de Janeiro

Certifico e dou fé que a presente cópia é fiel reprodução que me foi apresentada.
Rio de Janeiro, 14 de Novembro de 2012.
FUNFERJ:RNO, 22 FUNFERJ:RNO, 22 FET:RNO, 22

OFÍCIO DE NOTAS
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
AUTENTICAÇÃO
LGP
150
00088475

OJI - ANTONIO BRANDAO

MÁRCIO DE OLIVEIRA MONTEIRO (4) como membro efetivo o Sr. SERGIO FRANKLIN QUINTELLA, e como seu suplente o Sr. BRUNO GONÇALVES SIQUEIRA; (5) como membro efetivo o Sr. RENATO TORRES DE FÁRIA, e como seu suplente o Sr. CARLOS FERNANDO HORTA BRETAS; (6) como membro efetivo o Sr. RAFAEL CARDOSO CORDEIRO, e como seu suplente o Sr. ANDRÉ SANT'ANNA VALLADARES DE ANDRADE; (7) como membro efetivo o Sr. FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA, e como seu suplente o Sr. CARLOS JEREISSATI; (8) como membro efetivo o Sr. ALEXANDRE JEREISSATI LEGEY, e como seu suplente o Sr. CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI; (9) como membro efetivo o Sr. PEDRO JEREISSATI, e como sua suplente a Sra. CRISTINA ANNE BETTS; (10) como membro efetivo o Sr. CRISTIANO YAZBEK PEREIRA, e como sua suplente a Sra. ERIKA JEREISSATI ZULLO; (11) como membro efetivo o Sr. CLÁUDIO FIGUEIREDO COELHO LEAL, e como sua suplente a Sra. LAURA BEDESCHI REGO DE MATTOS; (12) como membro efetivo o Sr. JOSÉ VALDIR RIBEIRO DOS REIS, e como sua suplente a Sra. LUCIANA FREIRAS RODRIGUES; (13) como membro efetivo o Sr. CARLOS FERNANDO COSTA, e como seu suplente o Sr. ARMANDO RAMOS TRIPODI; (14) como membro efetivo o Sr. CARLOS AUGUSTO BORGES, e como seu suplente o Sr. ALCINEI CARDOSO RODRIGUES, todos qualificados no item 6.2 da presente ata. Foi declarado que os Conselheiros ora eleitos não incorrem nas proibições constantes do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, que os impeçam de exercer a função para a qual foram eleitos e tomarão posse nos respectivos cargos mediante a assinatura dos competentes Termos de Posse. Ainda, foi registrado o recebimento do currículo dos conselheiros ora eleitos e demais documentos pertinentes.

6.2. Consignar que, em decorrência das eleições acima, o Conselho de Administração da Companhia, a partir desta data, fica composto pelos seguintes membros: (1) como membro efetivo, o Sr. JOSÉ MAURO METRAU CARNEIRO DA CUNHA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº. 02.549.734-8, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 299.637.297-20, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro (RJ), residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro (RJ), com endereço comercial à Praia de Botafogo nº. 300, sala 1101, e como seu suplente o Sr. JOSÉ AUGUSTO DA GAMA FIGUEIRA, brasileiro, em união estável, engenheiro, portador da cédula de identidade nº. M-8.263.413 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº. 242.456.667-49, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro (RJ), com endereço comercial à Praia de Botafogo nº. 300, sala 1101; (2) como membro efetivo o Sr. JOÃO CARLOS DE ALMEIDA GASPARGAS, brasileiro, casado, administrador de carteiras de investimento, portadora da cédula de identidade RG nº. 7.648.001-X, inscrito no CPF/MF nº. 035.522.438-01, residente à Rua Joaquim Floriano, 100, Cj. 191, São Paulo/SP, e

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da O.S.A., realizada em 18 de abril de 2012, às 10h30min

Este documento foi protocolado em 15/04/2015 às 09:46, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e HADNA JESARELLA RODRIGUES ORENHA. Para conferir o original, acesse o site <http://www.tjms.jus.br/esaj>, informe o processo 0805937-23.2015.8.12.0001 e código 1067270.

como seu suplente o Sr. **ANTONIO CARDOSO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº 638.312, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 189.372.688-68, residente e domiciliado na SQS 303, bloco F, Apartamento 601, cidade de Brasília-DF; (3) como membro efetivo o Sr. **ZEINAL ABEDIN MAHOMED BAVA**, português, casado, engenheiro, portador do passaporte português nº 1745179, com validade até 04 de novembro de 2013, inscrito no CPF/MF sob o nº 057.368.807-92, residente e domiciliado na Cidade de Lisboa, Portugal, com endereço comercial à Rua Borges de Medeiros, 633, conjunto 301, CEP 22430-041, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e como seu suplente o Sr. **LUIS MIGUEL DA FONSECA PACHECO DE MELO**, português, casado, engenheiro, portador do passaporte português nº 1793814, com validade até 14 de novembro de 2013, inscrito no CPF/MF nº 233.308.258-55, residente e domiciliado na Cidade de Lisboa, Portugal, com endereço comercial à Rua Borges de Medeiros, 633, conjunto 301, CEP 22430-041, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (4) como membro efetivo o Sr. **SHAKHAF WINE**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 07.140.616-9, expedida pela SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 018.755.347-50, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, com endereço comercial na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Borges de Medeiros, 633, conjunto 301, CEP 22430-041, e como seu suplente o Sr. **ABILTO CESÁRIO LOPES MARTINS**, português, casado, administrador, portador do passaporte português nº 1919747 com validade até 30 de janeiro de 2017, inscrito no CPF/MF nº 233.308.258-55, residente e domiciliado na Cidade de Lisboa, Portugal, com endereço comercial à Rua Borges de Medeiros, 633, conjunto 301 - Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (5) como membro efetivo, o Sr. **ARMANDO GALHARDO NUNES GUERRA JUNIOR**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade nº M-400.520, expedida pelo SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 277.764.336-91, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte-MG, com endereço comercial na Av. do Contorno, 8080 - Lourdes, Belo Horizonte - MG, e como seu suplente o Sr. **PAULO MÁRCIO DE OLIVEIRA MONTEIRO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador de cédula de identidade nº M-739.711, expedida pelo SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 269.960.226-49, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte-MG, com endereço comercial na Av. do Contorno, 8.123 - Cidade Jardim, Belo Horizonte - MG; (6) como membro efetivo o Sr. **SERGIO FRANKLIN QUINTELLA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 9751-D, expedida pelo CREA, inscrito no CPF/MF sob o nº 003.212.497-04, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, com endereço comercial à Praia de Botafogo, nº 190, 12º andar, Botafogo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e como seu suplente o Sr. **BRUNO GONÇALVES SIQUEIRA**, brasileiro, solteiro, economista e contabilista, portador da cédula de identidade nº

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Oi S.A., realizada em 18 de abril de 2012, às 10h30min

150 OFÍCIO DE NOTAS - CENTRO FERNANDA DE FREITAS LEITÃO
 Rua do Davidor, n. 89 - Centro - Rio de Janeiro

CERTIFICADO DE AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente cópia que me foi apresentada, Rio de Janeiro, 14 de Novembro de 2012

FUNPERJ:R90,72 FUNPERJ:R90,72

15

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ

AUTENTICAÇÃO

MTH

00088476

031 - ANTONIO BRANCO JUNIOR

13.786.224, expedida pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n.º 075.851.006-39, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte-MG, com endereço comercial na Avenida do Contorno nº 8.123 - Cidade Jardim, Belo Horizonte - MG; (7) como membro efetivo o Sr. **RENATO TORRES DE FARIA**, brasileiro, casado, engenheiro de minas, portador da cédula de identidade nº M-1.227.787, expedida pelo SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 502.153.966-34, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte/MG, com endereço comercial à Av. do Contorno, nº 8.123, Cidade Jardim, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e como seu suplente o Sr. **CARLOS FERNANDO HORTA BRETAS**, solteiro, brasileiro, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 40.277/D, expedida pelo CREA, portador do CPF 463.006.866-04, residente e domiciliado na Rua Florida 289/801 - Sion, Belo Horizonte - MG; (8) como membro efetivo o Sr. **RAFAEL CARDOSO CORDEIRO**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº M-9.165.153, inscrito no CPF/MF sob o nº 037.496.966-32, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte/MG, com endereço comercial à Avenida do Contorno, 8.123 - Cidade Jardim, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e como seu suplente o Sr. **ANDRÉ SANT'ANNA VALLADARES DE ANDRADE**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da cédula de identidade nº MG-11.627.683, expedida pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 062.413.616-78, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte-MG, com endereço comercial à Avenida do Contorno, 8.123 - Cidade Jardim, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; (9) como membro efetivo o Sr. **FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 10.377.977 expedida pelo IFRJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº. 748.442.108-15, residente e domiciliado no Rio de Janeiro (RJ), com endereço comercial à Avenida Semabitiba, 3600, B1.03 cj. 902, Barra da Tijuca, e como seu suplente o Sr. **CARLOS JEREISSATI**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº 16.226.643-1 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 146.626.458-67, residente e domiciliado em São Paulo (SP), com endereço comercial à Av. Dr. Chucri Zaidan, 920, 16º andar, Vila Cordeiro; (10) como membro efetivo o Sr. **ALEXANDRE JEREISSATI LEGEV**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da cédula de identidade nº 34.545.462-5 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 954.529.077-34, com endereço comercial à Av. Dr. Chucri Zaidan, 920, 16º andar, Vila Cordeiro, São Paulo/SP, e como seu suplente o Sr. **CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 1.969.275 expedida pelo IFRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 000.365.013-87, residente e domiciliado em São Paulo (SP), com endereço comercial à Rua Chucri Zaidan nº. 920, 16º andar; (11) como membro efetivo o Sr. **PEDRO JEREISSATI**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº. 16.226.645-5 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 273.425.308-14, residente e

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Oi S.A., realizada em 18 de abril de 2012, às 10h30min

domiciliado em São Paulo/SP, e como sua suplente a Sra. **CRISTINA ANNE BETTS**, brasileira, casada, administradora, portadora da cédula de identidade nº 10.623.897-B, expedida pelo SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 144.059.448-14, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial à Rua Angelina Maffei-Vita 200, 9º andar - Jardim Paulistano, São Paulo - SP; (12) como membro efetivo o Sr. **CRISTIANO YAZBEK PEREIRA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 24.798.030-4 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 267.577.938-57, residente e domiciliado em São Paulo, com endereço comercial à Av. Dr. Chucr Zaidan, 920, 16º andar, e como sua suplente a Sra. **ERIKA JEREISSATI ZULLO**, brasileira, casada, administradora, portadora da cédula de identidade nº 16.226.644-3, expedida pelo SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 135.520.678-25, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial à Rua Angelina Maffei Vita 200, 9º andar - Jardim Paulistano, São Paulo - SP; (13) como membro efetivo o Sr. **CLÁUDIO FIGUEIREDO COELHO LEAL**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 6010339825, expedida pelo SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 551.703.740-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, com endereço comercial à Av. República do Chile, nº 100, 14º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ, e como sua suplente a Sra. **LAURA BEDESCHI REGO DE MATOS**, brasileira, casada, engenheira química, portadora da cédula de identidade nº 25348940-4, expedida pelo SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 253.585.728-64, residente e domiciliada na Cidade de Rio de Janeiro/RJ, com endereço comercial à Av. República do Chile, nº 100, 13º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (14) como membro efetivo o Sr. **JOSÉ VALDIR RIBEIRO DOS REIS**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 331500, expedida pelo SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 185.243.158-53, residente e domiciliado na Cidade de Brasília-DF, com endereço comercial na SBS, Edifício Casa de São Paulo - Térreo, Brasília-DF, e como sua suplente a Sra. **LUCIANA FREITAS RODRIGUES**, brasileira, casada, bancária, estatística e atuária, portadora de cédula de identidade nº 06398482-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 750.395.847/72, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro-RJ, com endereço comercial à Praia de Botafogo, 501/4º andar - Botafogo, Rio de Janeiro-RJ; (15) como membro efetivo o Sr. **CARLOS FERNANDO COSTA**, brasileiro, divorciado, matemático, portador da cédula de identidade nº 45763672, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 069.034.738-31, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, com endereço comercial à Rua do Ouvidor, nº 98, 9º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e como seu suplente o Sr. **ARMANDO RAMOS TRIPODI**, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade nº 00931.564-05, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 124.265.205-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, com endereço comercial à Avenida República do

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da OI S.A., realizada em 18 de abril de 2012, às 10h30min

150 OFÍCIO DE NOTAS - CENTRO - FERNANDA DE FREITAS LEITE
Rua do Ouvidor, n. 89 - Centro - Rio de Janeiro - Tel: 2225-1111

Autenticação
Certifico e dou fe que a presente copia e fiel reprodução
que me foi apresentado.
Rio de Janeiro, 14 de Novembro de 2012
FINGER:R#0,22 FINGER:R#0,22 FETJ:R#0,8 FETJ:R#0,4

NOTA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
AUTENTICAÇÃO
HSA
6088496

031 - ANTONIO BRANCO JUNIOR

150 OFÍCIO DE NOTAS - CENTRO - FERNANDA DE FREITAS LELAND
 Rua do Ouvidor, n. 89 - Centro - Rio de Janeiro
 A U I E N T I C A
 Certifico e dou fe que a presente copia e fiel reprodução
 que me foi apresentado.
 Rio de Janeiro, 14 de Novembro de 2012
 FUNPERJ:R30,72 FETJ:R30,80



CORREGEDORIA GERAL
 DA JUSTIÇA - RJ

IDENTIFICAÇÃO
 DSL

G0088487



031 - ANTONIO BRUNO JUNIOR

O I S A
 CNPJ/ME Nº 76.535.764/0001-43
 NIRE 33.3.0029520-8
 Companhia Aberta

LG

ESTATUTO SOCIAL

**CAPÍTULO I
 REGIME JURÍDICO**

Art. 1º - A O I S A é uma sociedade por ações, de capital aberto, que se rege pelo presente Estatuto e legislação aplicável.

Art. 2º - A Companhia tem por objeto a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas.

Parágrafo Único - Na consecução de seu objeto, a Companhia poderá incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, bem como:

- I - participar do capital de outras empresas;
- II - constituir subsidiárias integradas para execução de atividades compreendidas no seu objeto e que se recomende sejam descentralizadas;
- III - promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto;
- IV - prestar serviços de assistência técnica a empresas de telecomunicações, executando atividades de interesse comum;
- V - efetuar atividades de estudos e pesquisas visando ao desenvolvimento do setor de telecomunicações;
- VI - celebrar contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades, objetivando a assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; e
- VII - exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

Art. 3º - A Companhia tem sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, podendo, por deliberação da Diretoria, observado o disposto no artigo 32, criar e extinguir filiais e escritórios em qualquer ponto de sua área de atuação.

Art. 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**CAPÍTULO II
 CAPITAL SOCIAL**

Art. 5º - O capital social, subscrito, totalmente integralizado, é de R\$ 6.816.467.847,01 (seis bilhões, oitocentos e dezesseis milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, oitocentos e quarenta e sete reais e um centavo), representado por 1.797.086.404 (um bilhão, setecentos e noventa e sete milhões, oitenta e seis mil, quatrocentos e quatro) ações, sendo 599.008.629 (quinhentos e noventa e nove milhões, oito mil, seiscentos e vinte e nove) ações ordinárias e 1.198.077.775 (um bilhão, cento e noventa e oito milhões, setenta e sete mil, setecentos e setenta e cinco) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

R *af* *J. P. P. P.*

Art. 6º - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite total de 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões) de ações ordinárias ou preferenciais, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) no caso de emissão de novas ações preferenciais sem direito a voto.

Art. 7º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - A capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

Parágrafo 2º - O valor do saldo da reserva inferior a 1% (um por cento) do capital social poderá não ser capitalizado.

Art. 8º - O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Art. 9º - Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures convertíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO III
AÇÕES

Art. 10 - O capital social é representado por ações ordinárias nominativas e preferenciais nominativas e sem valor nominal.

Art. 11 - A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

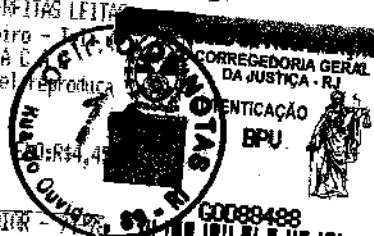
Art. 12 - As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% (seis por cento) ao ano calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da companhia ou de 3% (três por cento) ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da companhia, o que for maior.

Parágrafo 1º - As ações preferenciais da Companhia, observado o caput deste artigo, terão direito de voto, mediante votação em separado, nas decisões relativas à contratação de entidades estrangeiras vinculadas aos acionistas controladores, nos casos específicos de contratos de prestação de serviços de gerência, inclusive assistência técnica;

Parágrafo 2º - As ações preferenciais da Companhia, observado o caput deste artigo, terão direito de voto nas decisões relativas à contratação de entidades estrangeiras vinculadas aos acionistas controladores, a título de prestação de serviços de gerência, inclusive assistência técnica, e cujos valores não poderão exceder os seguintes percentuais da receita anual do Serviço Telefônico Fixo Comutado, do Serviço de Rede de Transporte de Telecomunicações e do Serviço Telefônico Móvel Rodoviário, líquida de impostos e contribuições: (I) 1% (um por cento) ao ano, até 31 de dezembro de 2000; (II) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao ano, de 1º de janeiro de 2001 a 31 de

15o OFICIO DE NOTAS - CENTRO - FERNANDA DE FORTES LEITÃO
Rua do Ouvidor, n. 97 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Certifico e dou fe que a presente cópia e fiel reprodução que me foi apresentada, Rio de Janeiro, 14 de Novembro de 2012
FIMPERJ:R40,22 FIMPERJ:R40,22 FETJ:R40,69



031 - ANTONIO BRANDAO JUNIOR



dezembro de 2002; e (iii) 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2003.

Parágrafo 3º - As ações preferenciais adquirirão direito a voto se a Companhia, por 3 (três) exercícios consecutivos, deixar de pagar dividendos mínimos a que fazem jus nos termos deste artigo.

Art. 13 - As ações da Companhia são escrituras, sendo mantidas em conta de depósito, em instituição financeira, em nome de seus titulares sem emissão de certificados.

CAPÍTULO IV ASSEMBLEIA GERAL

Art. 14 - A Assembleia Geral é o órgão superior da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e desenvolvimento da Companhia.

Art. 15 - Além das atribuições previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria e a remuneração individual dos membros do Conselho Fiscal.

Art. 16 - A Assembleia Geral é convocada pelo Conselho de Administração, ou na forma prevista no parágrafo único do artigo 123 da Lei nº 6.404/76. Quando o Conselho de Administração convocar a Assembleia Geral, caberá ao seu Presidente consubstanciar o ato.

Art. 17 - A Assembleia Geral é instalada pelo Presidente da Companhia ou, na ausência ou impedimento deste, por qualquer Diretor, ou ainda, por procurador devidamente investido de poderes específicos para esse fim. A Assembleia será presidida pelo Presidente da Companhia, cabendo ao mesmo a escolha do secretário. Na ausência do Presidente da Companhia, a Assembleia será presidida por qualquer diretor ou procurador investido de poderes específicos. Na hipótese de ausência e/ou impedimento de quaisquer diretores e do(s) seu(s) procurador(es), observada a mecânica prevista neste artigo, compete à Assembleia eleger o presidente da mesa e o respectivo secretário.

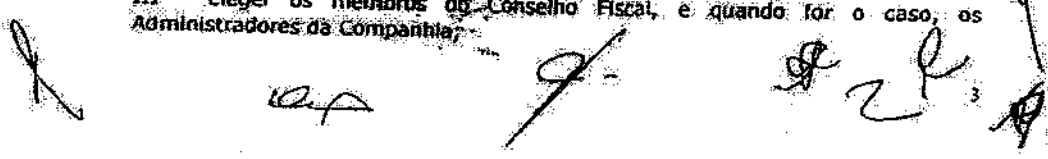
Art. 18 - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas.

Parágrafo 1º - A ata pode ser lavrada na forma de sumário dos fatos, inclusive dissidência e protestos.

Parágrafo 2º - Salvo deliberação em contrário da Assembleia, as atas serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

Art. 19 - Anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses subsequentes ao término do exercício social, a Assembleia Geral se reunirá ordinariamente, para:

- I - tomar as contas dos Administradores; examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício; e
- III - eleger os membros do Conselho Fiscal, e quando for o caso, os Administradores da Companhia;



79

Art. 20 - A Assembleia Geral se reunirá, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem.

CAPÍTULO V
ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA
Seção I
Notas Gerais

Art. 21 - A Administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, exercerá a Administração Superior da Companhia.

Parágrafo 2º - A Diretoria é o órgão de representação executivo da Administração da Companhia, com as atribuições estabelecidas pelo presente Estatuto.

Parágrafo 3º - As atribuições e poderes conferidos por Lei a cada um dos órgãos da Administração, não podem ser outorgados a outro órgão.

Art. 22 - Os administradores tomam posse mediante termos lavrados no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso.

Art. 23 - É de 3 (três) anos o mandato dos administradores, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - Os mandatos dos administradores reputam-se prorrogados até a posse de seus sucessores.

Seção II
Conselho de Administração

Art. 24 - Além das atribuições previstas em lei, compete ao Conselho de Administração:

- I - aprovar o orçamento anual da Companhia, o plano de metas e de estratégia de negócios previsto para o período de vigência do orçamento;
- II - deliberar sobre o aumento do capital da Companhia até o limite do capital autorizado, bem como deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição, inclusive com a exclusão do direito de preferência dos acionistas, fixando as condições de emissão e de colocação das ações ou bônus de subscrição;
- III - autorizar a emissão de notas promissórias comerciais para subscrição pública ("commercial papers");
- IV - autorizar a emissão de debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado, conforme disposto no Parágrafo 2º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76;
- V - autorizar a venda de debêntures, inclusive conversíveis em ações, de emissão da Companhia que estejam em tesouraria;
- VI - autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;

[Handwritten signatures and initials]

150 OFÍCIO DE NOTAS - CENTRO - FERNANDA DE FREITAS LEITE
Rua do Pavador, n. 89 - Centro - Rio de Janeiro - Tel: (51)


Certifico e dou fe que a presente cópia e fiel reprodução
que me foi apresentado.
Rio de Janeiro, 14 de Novembro de 2012
FUNPERJ:R90,72 FUNPERJ:R90,72 FETJ:R90,72

OFÍCIO DE NOTAS
150
75

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
AUTENTICAÇÃO
GAA

0088485

031 - ANTONIO BRANCO
PAVADOR - 89 - D



409

VII - aprovar a realização de investimentos e desinvestimentos no capital de outras sociedades, em montante superior à alçada da Diretoria;

VIII - autorizar a alienação ou oneração de bens integrantes do ativo permanente da Companhia, cujo valor individual do bem seja superior à alçada da Diretoria;

IX - autorizar a aquisição de bens para o ativo permanente ou ainda a celebração de contratos, cujo valor individual seja superior à alçada da Diretoria;

X - dentro do limite do capital autorizado, aprovar a outorga de opção de compra de ações a seus administradores, empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia;

XI - autorizar a prestação de garantias reais ou fidejussórias pela Companhia em favor de terceiros, em montante superior à alçada da Diretoria;

XII - aprovar a política de patrocínios da Companhia, assim como autorizar a prática de atos gratuitos, em benefício dos empregados ou da comunidade, tendo em vista as responsabilidades sociais da Companhia, sendo que a prestação de fianças para empregados no caso de transferências e/ou remanejamentos interestaduais e/ou intermunicipais não configura matéria que dependa de prévia aprovação do Conselho de Administração;

XIII - estabelecer alçadas da Diretoria para a aquisição, alienação ou oneração de bens integrantes do ativo permanente, prestação de garantias em geral, celebração de contratos, realização de investimentos e desinvestimentos, renúncia de direitos e transações de qualquer natureza, contratação de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e emissão de notas promissórias (excetuada a hipótese do inciso III deste artigo);

XIV - autorizar investimentos em novos negócios ou a criação de subsidiária;

XV - deliberar sobre a aprovação de programa de "Depositary Receipts" de emissão da Companhia;

XVI - autorizar a Companhia a celebrar, alterar ou rescindir Acordos de Acionistas;

XVII - aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração;

XVIII - aprovar a proposta da Diretoria com relação ao Regimento da Companhia com a respectiva estrutura organizacional, inclusive a competência e atribuição dos Diretores da Companhia;

XIX - eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia, inclusive o Presidente, fixando-lhes as atribuições, observadas as disposições deste estatuto;

XX - ratear o montante global da remuneração, fixado pela Assembleia Geral, entre os Conselheiros e Diretores da Companhia; fixando-lhes a remuneração individual;

XXI - executar outras atividades que lhe sejam cometidas pela Assembleia Geral;

XXII - fazer cumprir com que a Companhia, durante o prazo de concessão e sua prorrogação, obrigue-se a assegurar a efetiva existência, em território nacional, dos centros de deliberação e implementação das decisões estratégicas, gerenciais e técnicas envolvidas no cumprimento do Contrato de Concessão do STFC, do Termo de Autorização

R

af J. d. RZ

P

Ass

para Serviço de Rede de Transporte de Telecomunicações, do Termo de Autorização para Serviço Telefônico Móvel Rodoviário, inclusive fazendo refletir tal obrigação na composição e nos procedimentos decisórios de seus órgãos de administração;

XXIII - criar comitês técnicos e consultivos para seu assessoramento, em caráter permanente ou não, sempre que julgar necessário, cujas atribuições serão definidas em regulamentos específicos;

XXIV - escolher, destituir e decidir a remuneração dos auditores independentes.

Parágrafo 1º - Em cada exercício social, na primeira reunião que suceder à realização da Assembleia Geral Ordinária, o Conselho de Administração deverá discutir e revisar as ações da Diretoria, segundo as atribuições previstas neste artigo.

Parágrafo 2º - É vedado ao Conselho de Administração efetuar alterações nas ações da Diretoria em intervalo inferior a seis meses.

Parágrafo 3º - Em qualquer das hipóteses do Inciso XIII desta Artigo 24, em que o valor do ato ou contrato for inferior a cinco milhões de reais (corrigidos anualmente pela variação do IGP-M, a partir de 10 de abril de 2007), aplica-se o disposto no Artigo 31 do presente Estatuto, não sendo exigível deliberação colegiada da Diretoria.

Art. 25 - O Conselho de Administração é composto de até 17 (dezessete) membros efetivos e igual número de suplentes.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho de Administração e respectivos suplentes são eleitos pela Assembleia Geral, devendo o próprio Conselho de Administração nomear, entre os seus membros, o Presidente do órgão.

Parágrafo 2º - Os titulares de ações preferenciais terão direito de eleger, por votação em separado, um membro do Conselho de Administração e respectivo suplente.

Parágrafo 3º - A alteração do disposto no Parágrafo 2º deste artigo dependerá de aprovação, em separado, dos titulares das ações preferenciais.

Parágrafo 4º - A Auditoria Interna da Companhia será subordinada ao Conselho de Administração.

Art. 26 - Os membros do Conselho de Administração serão substituídos em suas faltas, impedimento ou vacância, pelo respectivo suplente.

Parágrafo Único - Na hipótese de vacância de cargo de membro do Conselho de Administração e, não assumindo o suplente, observar-se-á o disposto no Art. 150 da Lei 6.404/76.

Art. 27 - O Conselho de Administração se reúne ordinariamente uma vez em cada mês calendário e, extraordinariamente, mediante convocação feita por seu Presidente ou por 2 (dois) Conselheiros, lavrando-se ata das reuniões.

Parágrafo 1º - As convocações se fazem por carta, telegrama, fax ou por meio eletrônico (e-mail) entregues com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, devendo a comunicação conter a ordem do dia.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho de Administração poderão participar de reunião do órgão por intermédio de conferência telefônica, vídeo conferência ou por

Handwritten signatures and initials: eA, J, R, Z, R

15o OFÍCIO DE NOTAS - CENTRO - FERNANDA DE FREITAS LEI
Rua do Ouvidor, n. 89 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Certifico e dou fe que a presente cópia e fita reproduzida
que me foi apresentada,
Rio de Janeiro, 14 de Novembro de 2012

SIAPERO:R#0,22 FIANDEPERO:R#0,22 FEIJO:R#0,8

Stamp: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ. AUTENTICAÇÃO SLH. Includes a circular seal with a figure and a barcode at the bottom with number 00088481.

PC

qualquer outro meio que permita que todos os Conselheiros possam ver e/ou ouvir uns aos outros e, nesse caso, serão considerados presentes à mesma, devendo ser lavrada ata e assinada por todos os presentes até a próxima reunião.

Art. 28 - O Conselho de Administração delibera por maioria absoluta de votos, presente a maioria de seus membros, cabendo ao Presidente do Conselho, quando for o caso, deixar os atos que consubstanciem essas deliberações.

Art. 28-A - Não poderão ser eleitos para o Conselho de Administração aqueles que (I) ocupem cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal; ou (II) tenham interesse conflitante com a Companhia.

**Seção III
Diretoria**

Art. 29 - A Diretoria será composta de, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 10 (dez) membros, mantendo-se sempre preenchidos os cargos de Diretor Presidente e Diretor de Finanças, sendo que os demais membros serão Diretores sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - A Diretoria atuará como órgão de deliberação colegiada, ressalvadas as atribuições individuais de cada um de seus integrantes, nos termos deste Estatuto.

Parágrafo 2º - Compete aos Diretores cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Reunião de Diretoria, bem como a prática de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

Parágrafo 3º - Compete ao Presidente:

I - submeter à deliberação do Conselho de Administração as propostas aprovadas em Reuniões de Diretoria, quando for o caso;

II - manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades e o andamento dos negócios sociais;

III - orientar e coordenar a atuação dos demais Diretores; e

IV - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 4º - Compete aos demais Diretores assistir e auxiliar o Presidente na administração dos negócios da Companhia e, sob a orientação e coordenação do Presidente, exercer as funções que lhes tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 5º - O cargo de Diretor de Relações com Investidores, exercido cumulativamente ou não com outras funções, será desempenhado pelo Diretor nomeado pelo Conselho de Administração por ocasião da eleição da Diretoria. O referido cargo deverá manter-se sempre preenchido.

Art. 30 - Nas ausências e impedimentos temporários do Presidente, este será substituído por qualquer Diretor por ele designado.

X

AP *J. S.* *QZ*

Mg

Parágrafo 1º - Nos casos de faltas e impedimentos temporários do Presidente e do Diretor por ele designado, a Presidência será exercida por outro Diretor designado pelo Diretor ausente ou impedido que estiver, na forma do caput deste artigo, exercendo as referidas funções.

Parágrafo 2º - Os demais membros da Diretoria serão substituídos, nas suas ausências e impedimentos temporários, por um outro Diretor indicado pela Diretoria.

Art. 30 A - Na ausência de Diretor Presidente, do Diretor de Finanças ou do Diretor de Relações com Investidores, e até que o Conselho de Administração delibere a respeito, as funções relativas ao respectivo cargo serão cumuladas por Diretor designado pela Diretoria.

Art. 31 - Observadas as disposições contidas neste Estatuto, serão necessárias para vincular a Companhia: (I) a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores; (II) a assinatura de 1 (um) Diretor em conjunto com um procurador, ou (III) a assinatura de 2 (dois) procuradores em conjunto, investidos de poderes específicos. As citações e notificações judiciais ou extrajudiciais serão feitas na pessoa do Diretor indicado pelo Conselho de Administração ou procurador constituído na forma deste artigo.

Parágrafo Único - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia, que serão assinados por 2 (dois) Diretores em conjunto, deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daqueles para fins judiciais, terão prazo máximo de validade de 1 (um) ano.

Art. 32 - Compete à Diretoria, como órgão colegiado:

- I - cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da Companhia estabelecida pelo Conselho de Administração;
- II - elaborar e, propor ao Conselho de Administração as políticas gerais de recursos humanos da Companhia, e executar as políticas aprovadas;
- III - deliberar sobre a estrutura organizacional da Companhia;
- IV - elaborar e propor, anualmente, ao Conselho de Administração as diretrizes estratégicas e o plano estratégico da Companhia, e executar o plano estratégico aprovado;
- V - elaborar e propor ao Conselho de Administração os orçamentos anual e plurianual da sociedade, e executar os orçamentos aprovados;
- VI - elaborar e propor ao Conselho de Administração as políticas financeiras da Companhia, e executar as políticas aprovadas;
- VII - elaborar, em cada exercício, o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a de distribuição de dividendos, a serem submetidas ao Conselho de Administração e, posteriormente, à Assembleia Geral;
- VIII - autorizar a celebração de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a Companhia, podendo estabelecer normas e delegar poderes, conforme as alçadas da Diretoria estabelecidas pelo Conselho de Administração;

150 OFÍCIO DE NOTAS - CENTRO - FERNANDA DE FREITAS LEITE
Rua do Ouvidor, n. 89 - Centro - Rio de Janeiro
AUTÊNTICA
Certifico e dou fé que a presente cópia e fiel reprodução
que me foi apresentado.
Rio de Janeiro, 14 de Novembro de 2012
FUNPERS:R40,72 FUNDPFERA:R40,72 FEIO:R40,69

7
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
AUTENTICAÇÃO ART
G0088482

031 - ANTONIO BRANCO JUNIOR - 74
G0088482

13

IX - gerir as participações societárias em sociedades controladas e coligadas, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;

X - estabelecer, a partir dos limites de alçada fixados pelo Conselho de Administração para a Diretoria, os limites de alçada ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da sociedade;

XI - criar e extinguir filiais e escritórios em qualquer ponto da área de atuação da Companhia.

Parágrafo 1º - Caberá ao Presidente convocar, de ofício, ou a pedido de dois ou mais Diretores, e presidir, as reuniões da Diretoria.

Parágrafo 2º - O quorum de instalação das reuniões de Diretoria é o da maioria de seus membros em exercício e as deliberações serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes à reunião, lavrando-se ata das reuniões.

Parágrafo 3º - Na ausência do Presidente, caberá ao Diretor Indicado consoante o disposto no Artigo 30 deste Estatuto presidir a reunião de Diretoria, não havendo cumulação de votos.

**CAPÍTULO VI
CONSELHO FISCAL**

Art. 33 - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da administração da Companhia, devendo funcionar permanentemente.

Art. 34 - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

Parágrafo 1º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal termina na primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente à respectiva eleição, permitida a reeleição, permanecendo os Conselheiros nos cargos até a posse de seus sucessores.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, a quem caberá dar cumprimento às deliberações do órgão.

Parágrafo 3º - O Conselho Fiscal poderá solicitar à Companhia a designação de pessoal qualificado para secretariá-lo e prestar-lhe apoio técnico.

Art. 35 - O Conselho Fiscal se reúne, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário.

Parágrafo 1º - As reuniões são convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por 2 (dois) membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho Fiscal poderão participar de reunião do órgão por intermédio de conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio que permita que todos os Conselheiros possam ver e/ou ouvir uns aos outros e, nesse caso, serão considerados presentes à mesma, devendo ser lavrada ata e assinada por todos os presentes até a próxima reunião.

A

af J. J. 2. R

132

Art. 36 - Os membros do Conselho Fiscal são substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

Art. 37 - Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, dá-se a vacância do cargo quando o membro do Conselho Fiscal deixar de comparecer, sem justa causa, a 2 (duas) reuniões consecutivas ou 3 (três) intercaladas, no exercício anual.

Parágrafo único - No caso de vacância de cargo de membro do Conselho Fiscal e não assumindo o suplente, a Assembleia Geral se reunirá imediatamente para eleger substituto.

CAPÍTULO VII

EXERCÍCIO SOCIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 38 - O exercício social coincide com o ano civil.

Art. 39 - Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas em lei.

Art. 40 - O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral, juntamente com as demonstrações financeiras, proposta de destinação do lucro líquido do exercício, com observância do disposto neste estatuto e na lei.

Parágrafo único - Dos lucros líquidos ajustados, 25% (vinte e cinco por cento) serão obrigatoriamente distribuídos como dividendos, na forma do disposto no artigo seguinte.

Art. 41 - Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais até o limite da preferência; a seguir, serão pagos aos titulares de ações ordinárias até o limite das preferências; o saldo será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

Parágrafo único - Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos serão pagos "pro rata" dia, subsequente ao da realização do capital.

Art. 42 - Após pago o dividendo mínimo obrigatório, a Assembleia Geral resolverá sobre o destino do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, o qual, por proposta da administração, poderá destinar-se, nas proporções que vierem a ser deliberadas, a: (I) pagamento de dividendo suplementar aos acionistas; (II) transferência para o exercício seguinte, como lucros acumulados, desde que devidamente justificada pelos administradores para financiar plano de investimento previsto em orçamento de capital.

Art. 43 - A Companhia pode, por deliberação do Conselho de Administração, pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26.12.95. Os juros pagos serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório devido tanto aos titulares de ações ordinárias quanto aos das ações preferenciais.

Parágrafo 1º - Os dividendos e os juros sobre capital próprio de que trata o caput serão pagos nas épocas e na forma indicadas pela Diretoria, revertendo a favor da sociedade os que não forem redimidos dentro de 3 (três) anos após a data de início do pagamento.

15o OFÍCIO DE NOTAS - CENTRO - FERNANDA DE FREITAS LE
Rua do Ouvidor, n. 89 - Centro - Rio de Janeiro
Certifico e dou fe que a presente cópia e reprodução
que me foi apresentada,
Rio de Janeiro, 14 de Novembro de 2012
FIMPERJ/RJ, 22 FIMPERJ/RJ, 22 FETJ/RJ, 22

CONREGORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
AUTENTICAÇÃO
14 NOV 2012
60088483

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração poderá autorizar a Diretoria a deliberar sobre a matéria de que trata o caput do presente artigo.

Art. 44 - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, pode, observadas as limitações legais:

- (i) levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, com base neles, declarar dividendos; e
- (ii) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Art. 45 - A Companhia pode, por deliberação da Assembleia Geral, observados os limites legais e conforme as determinações da Lei das Sociedades por Ações, atribuir participação nos lucros a seus administradores e empregados.

Parágrafo Único - A Companhia pode, por deliberação do Conselho de Administração, atribuir aos trabalhadores participação nos lucros ou resultados da empresa, na forma da Lei n.º 10.101/2000.

**CAPÍTULO VIII
LIQUIDÇÃO DA COMPANHIA**

Art. 46 - A Companhia dissolve-se, entrando em liquidação, nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia, que determinará o modo de liquidação e elegerá o liquidante e o conselho fiscal para o período da liquidação, fixando-lhes as respectivas remunerações.

Art. 47 - Os órgãos sociais da Companhia tomarão, dentro de suas atribuições, todas as providências necessárias para evitar que a companhia fique impedida, por violação do disposto no artigo 68 da Lei nº 9.472, de 16.07.97, e sua regulamentação, de explorar, direta ou indiretamente, concessões ou licenças de serviços de telecomunicações.

af af af R

R

2

11

00-2012/133627-1 03 mai 2012 17:12
 JGERJA Guia: 100382831
 3230129520-8 Ato: 508
 OISA
 Conta e depósito de Juro e Cálculo: 118,00 Pago: 118,00
 Juro total da dívida: DARC e Cálculo: 0,00 Pago: 0,00
 UCI-ARC: 08082220471 27042012307

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Rua: OISA
 Nº: 25 JARDIM
 CEP: 22250-000
 Telefone: (21) 2507-1234
 CERTIFICADO DE DEPOSITO EM ESTABELECIDO 07/09/2012, O PROCESSO SOB O NÚMERO
 00002322776
 DATA: 07/09/2012
 SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Rua: OISA
 Nº: 25 JARDIM
 CEP: 22250-000
 Telefone: (21) 2507-1234
 CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº
 00002322776
 DATA: 07/09/2012
 SECRETARIA GERAL

15o OFICIO DE NOTAS - CENTRO - FERNANDA DE FREITAS LEITE
 Rua do Ouvidor, n. 89 - Centro - Rio de Janeiro
 AUTENTICAÇÃO
 Reproduzido
 Certifico e dou fe que a presente cópia e fiel a original
 que me foi apresentada.
 Rio de Janeiro, 14 de Novembro de 2012
 FLM/PERJ:R40,22 FETJ:R40,08
 CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
 AUTENTICAÇÃO TTR
 00088484

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0072/2015, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Carlos Alberto de Jesus Marques (OAB 4862/MS)	D.J
Hadna Jesarella Rodrigues Orenha (OAB 10526/MS)	D.J
ALEXANDRE OLIVEIRA (OAB 18951/MS)	D.J

Teor do ato: "Com intimação do Exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre a petição da fls. 52/87."

Do que dou fé.
Campo Grande, 5 de maio de 2015.

Escrivã(o) Judicial

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0072/2015, foi publicada no Diário da Justiça nº 3.337, do dia 06/05/2015, página 222/236, com circulação em 06/05/2015 e início do prazo em 07/05/2015, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Carlos Alberto de Jesus Marques (OAB 4862/MS)		
Hadna Jesarella Rodrigues Orenha (OAB 10526/MS)		
ALEXANDRE OLIVEIRA (OAB 18951/MS)	5	11/05/2015

Teor do ato: "Com intimação do Exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre a petição da fls. 52/87."

Do que dou fé.
Campo Grande, 6 de maio de 2015.

Escrivã(o) Judicial

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS DESTA COMARCA DE CAMPO GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

Processo nº 0805937-23.2015.8.12.0001

Liquidação de Sentença

EDUARDO MARQUES LUCAS, já qualificado nos autos em epígrafe que promove em desfavor da empresa OI S/A, também qualificada, vem à honrosa presença de Vossa Excelência, dar cumprimento ao despacho de f., pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

A ré, em sede de defesa, manifestou, em síntese, que:

1. Em preliminar, que a liquidação deve ser suspensa até decisão final do Superior Tribunal de Justiça (REsp. n.º 1.499.294-MS), nos termos do artigo 543-C, do CPC, acerca da sua legitimidade para figurar no polo passivo;

2. Entregou para a autora, na sua totalidade, as ações da Telebrás. Por isso não possui o direito de requerê-las ou aos seus dividendos, e para provar o alegado, junta extrato de evolução acionária;

3. Os dividendos não são devidos porque a autora negociou as ações e por isso perdeu o direito de perceber os dividendos equivalentes;

4. Por fim, pede que seja julgado totalmente improcedente o pedido da autora.

QUANTO À PRELIMINAR DE SUSPENSÃO DO FEITO:

A ré busca a suspensão do feito com base na decisão emitida no REsp. nº 1.499.294-MS, colacionando a parte da decisão em que o i. Ministro, diante da multiplicidade de recursos, a teor do art. 543 do CPC, consolida o entendimento.

No entanto, não há determinação da colenda corte para que os processos de primeira instância sejam suspensos.

Em consulta ao andamento processual do REsp. supracitado, colhe-se da decisão, que a determinação da relatoria é para que se proceda a suspensão de processamento dos recursos especiais que versem sobre a questão e nada mais, é conferir:

“Oficie-se aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com cópias do acórdão recorrido e da petição de interposição do recurso especial, comunicando a instauração deste procedimento especial e determinando a suspensão do processamento dos recursos especiais que versem sobre a questão acima elencada.”

A questão elencada pela ré no REsp., por sua vez, não ilide exclusivamente sobre a sua ilegitimidade passiva na liquidação de sentença.

Portanto, deve ser afastada a preliminar arguida, por se tratar de mera suposição ou interpretação unilateral da ré com o pretexto exclusivo de tumultuar a lide.

NO MÉRITO.

Melhor sorte não milita em favor da ré quando alega e não comprova com documentos exigíveis de quitação, a entrega das ações objeto da presente liquidação de sentença.

Com base no extrato do Banco Santander, busca demonstrar que houve a retribuição com a entrega das ações Telebrás, no ano de 1998.

Veja, Excelência, a fragilidade das alegações e a total falta de comprovação do alegado:

- a) A ré alega que o Autor não juntou cópia do Contrato Objeto da Ação, ocorre Excelência que tal contrato encontra-se na pagina 47 a Petição Inicial;
- b) A corretora indicada como a responsável pela intermediação não possui CNPJ, endereço e representante legal;
- c) O extrato por sua vez, não possui a quitação, assinatura da autora, absolutamente nada que possa comprovar ou demonstrar que seja verossímil;
- d) Não de somenos importância está a alegação absurda da ré acerca da entrega das ações após operar a preclusão consumativa (oportunizada na Ação Civil Pública) com base na apresentação de em extrato unilateral;
- e) Ao apreciar dito documento, extrai-se que a retribuição em ações ocorrera em 1998 e a Ação Civil Pública que decidiu pelo direito da conversão e entrega das ações foi intentada no ano de 1997, tempo suficiente para que a ré comprovasse a transação da entrega ou comercialização das ações e excluir o nome da autora naquela ação.

Aliás, a respeito de tais alegações já há reiteradas decisões do nosso Colendo Tribunal de Justiça combatendo a insubsistência da prova consubstanciada no extrato bancário e a incidência da preclusão a

respeito da matéria trazida à baila em sede de liquidação de sentença, in verbis:

E M E N T A – AGRAVO DE INSTRUMENTO – LIQUIDAÇÃO DESENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO COLETIVA – PARÂMETROS DO CÁLCULO – RETRIBUIÇÃO DE AÇÕES – ALEGAÇÃO DE PAGAMENTO – AFASTADA – TERMO FINAL DOS DIVIDENDOS– EFETIVA ENTREGA DAS AÇÕES OU SUA LIQUIDAÇÃO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. A sentença executada foi proferida em 20/12/2001 e veio a transitar em julgado muito tempo depois, após o julgamento dos recursos contra ela interpostos. Porém, o alegado pagamento teria ocorrido em 13/07/1998, antes da sentença, portanto, estando evidentemente preclusa a alegação, consoante se extrai do teor do art. 475-L,VI, do CPC. Ainda que assim não fosse, o pagamento de 8.620 ações não restou comprovado, ante a imprestabilidade de documento apócrifo como elemento de prova. 2. Em conformidade com o título executivo, o valor da indenização pelos dividendos das ações deve ser calculado considerando a data da efetiva entrega das ações ou sua liquidação. (Agravado de Instrumento - nº 1414935-65.2014.8.12.0000 - Campo Grande Relator. Exmo. Sr. Des. Sideni Soncini Pimentel. 5ª Câmara Cível. 10 de fevereiro de 2015.).

Para melhor esclarecer e corroborar com o alegado, colaciona-se o voto do Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator:

“V O T O

O Sr. Des. Sideni Soncini Pimentel. (Relator)

Trata-se de agravo de instrumento interposto por José Lairson de Almeida em face da decisão proferida nos autos do Cumprimento de Sentença que promove em face da Oi S/A, que reconheceu a entrega de

8.620 ações preferenciais Telebrás S/A, tendo em vista a defesa apresentada pela agravada.

A decisão objeto da liquidação foi proferida em Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual, na qual restou expressamente decidido:

"(...) JULGO em parte PROCEDENTE a presente AÇÃO CIVIL PÚBLICA com preceito cominatório de obrigação de fazer movida contra TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ S/A – FILIAL TELEMS (antiga denominação da TELECOMUNICAÇÕES DE MATO GROSSO DO SUL e atualmente denominada de BRASIL TELECOM – TELEMS BRASIL TELECOM) para o fim determinar à Ré que no prazo de 180 dias, contado da data de intimação da sentença, proceda à retribuição em ações TELEBRÁS a participação financeira referente às primeiras 10.115 linhas comercializadas, investindo os consumidores na condição de assinantes, levando em consideração o valor efetivamente pago por cada consumidor, corrigido monetariamente pelo IGPM/FGV, a cotação das ações nesta mesma data e os dividendos existentes desde aquela data, bem como a comprovar em juízo a data de encerramento do primeiro balanço elaborado e auditado após a integralização da participação financeira dos promitentes assinantes, para fim de liquidação de sentença, sob pena de ser considerada a data da assembleia geral que determinou integralização, a qual realizou-se em 24.12.1996. Já quanto às 4.134 linhas telefônicas referentes à última fase do Programa Comunitário de Telefonia, determino à Ré que, no prazo de 90 dias, inicie e finalize o procedimento para retribuição de ações TELEBRÁS, e após este, proceda à efetiva retribuição em ações a participação econômica de cada promitente-assinante, nos moldes do acima determinado, para o qual fixo o prazo de 180 dias."

Decidiu-se, ainda, no julgamento da apelação tirada contra a sentença:

"... para condenar a requerida ao pagamento dos danos materiais e morais causados aos consumidores, cujos valores deverão ser apurados em liquidação de sentença posto que se trata de condenação genérica, ficando mantida a decisão de 1º grau nos demais termos."

A condenação, portanto, alude à obrigação de fazer (entregar ações) e pagar (dividendos, além de danos materiais e morais), em consonância com o dispositivo contido na sentença, tal como transcrito.

1.

Em impugnação ao cumprimento de sentença a agravada alegou a quitação de 8.620 ações. A agravante aduz que, não tendo ocorrido a comprovação satisfatória do alegado em tempo oportuno, operou-se a preclusão. Defende também que, a despeito disso, não restou adequadamente provada a entrega das ações pelo documento juntado pela agravada, o que impõe o prosseguimento do feito sem abatimento das ações e respectivos dividendos.

Com razão neste ponto.

Nos termos do art. 475-L, VI, do CPC, a impugnação ao cumprimento de sentença pode versar sobre "qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença". – destaquei.

Convém observar que a sentença executada foi proferida em 20/12/2001 e veio a transitar em julgado muito tempo depois, após o julgamento dos recursos contra ela interpostos. Porém, o alegado pagamento teria ocorrido em 13/07/1998 (f. 30), bem antes da sentença, portanto, estando evidentemente preclusa a alegação de pagamento.

Ainda que assim não fosse, tenho que o alegado pagamento não restou comprovado.

O juízo a quo, de fato, excluiu do cálculo de liquidação de sentença 8.620 ações, considerando-as pagas e, portanto, parcialmente quitada a obrigação, admitindo para isso um extrato tirado do sistema de acionistas do Banco Santander, o qual, segundo ele, sozinho não retrata a origem das ações, mas faz sentido se analisado em conjunto com a procuração firmada pelo BNDES à Telebrás S/A para que ela entregasse ações aos consumidores.

Afirmou o juízo de origem na decisão agravada de forma categórica:

"...Com estes documentos, faz sentido o extrato do sistema de acionistas que a Oi S/A trouxe ao processo, a tal ponto que se pode reconhecer que foram entregues algumas ações da Telebrás para alguns dos 14.249 consumidores, dentre eles para a parte exequente." - grifei

Note-se que o juízo a quo admitiu o pagamento parcial da obrigação por documentos que o levaram a esta presunção. O pagamento, no entanto, não admite presunção e deve ser provado por quem o alega (art. 333, I, do CPC), sob pena de ter que pagar novamente (*bis dat qui cito dat*).

Importante observar que o documento admitido pelo juízo como prova de recebimento e, inclusive, posterior transferência pela credora/agravante, consiste em simples tela de computador, atribuída ao Banco Santander, sem timbre, carimbo ou assinatura daquela instituição financeira. É, portanto, documento apócrifo que, mesmo em conjunto com procuração existente nos autos principais do BNDES à Telebrás S/A nada prova, se desacompanhado do Certificado de Depósito de Ações (art. 43 da Lei n. 6.404/76) e/ou dos Livros Sociais (art. 100 da Lei n. 6.404/76).

Quanto à imprestabilidade de documento apócrifo como elemento de prova do pagamento é remansosa a jurisprudência. Veja:

"APELAÇÃO COBRANÇA SEGURO DPVAT DIFERENÇA PAGAMENTO ADMINISTRATIVO ELEMENTO DE PROVA DOCUMENTO UNILATERAL E APÓCRIFO SALÁRIO-MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DO ACIDENTE. - **Extrato unilateral de sistema informatizado inapto para prova da quitação parcial administrativa (art. 320, do Código Civil) documento apócrifo insuficiente como elemento de prova (art. 333, II, do CPC) precedentes;** - Indenização fixada com base no salário-mínimo vigente à época do sinistro acidente ocorrido na vigência da redação original do artigo 3º, da Lei nº 6.194, de 1974 quantia que não pode servir de índice de indexação (art. 7º, CF), salário-mínimo do acidente, corrigido desde então matéria pacificada no C. STJ; RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO." (TJ-SP - APL: 00238220520118260011 SP 0023822-05.2011.8.26.0011, Relator: Maria Lúcia Pizzotti, Data de Julgamento: 29/08/2014, 12ª Câmara Extraordinária de Direito Privado, Data de Publicação: 02/09/2014)- destaquei

E mais,

"DUPLICATA - EMISSÃO - AUTORIA - INDICAÇÃO NA CARTA DE PROTESTO - PROVA JURIS TANTUM - DOCUMENTO UNILATERAL E APÓCRIFO - INEFICÁCIA CONTRA A PARTE QUE NEGA A VERACIDADE. **O documento apócrifo e unilateral tem valor apenas contra aquele que os elabora, e não em desfavor da parte contrária que refuta a autenticidade (art. 372 do CPC).** Por isso, não é eficaz para afastar a indicação do emitente da duplicata sem causa contida no documento em poder do cartório de protesto. Apelação desprovida." (TJ-PR - AC:

1842122 PR Apelação Cível - 0184212-2, Relator: Hamilton Mussi Correa, Data de Julgamento: 19/03/2002, Terceira Câmara Cível (extinto TA), Data de Publicação: 05/04/2002 DJ: 6095)".

Sendo assim, seja pela preclusão, seja pela absoluta ausência de comprovação, deve ser tida por não comprovada a alegada quitação de 8.620 ações e respectivos dividendos.

2.

Noutro vértice, merece prosperar a insurgência ao termo final dos dividendos.

Assentou o Juízo da causa, ao declinar os parâmetros para o cálculo dos dividendos das ações (cuja entrega ficou assentada no mesmo título executivo) deveria considerar a data inicial de 24 de dezembro de 1996 (data da assembleia geral que determinou a integralização da participação financeira dos assinantes) e termo final em 22 de dezembro de 2002 (que corresponde ao prazo concedido no título executivo para o cumprimento da obrigação de entregar as ações e prestar contas).

Ocorre que o termo final indicado no título executivo para cumprimento da obrigação de fazer, consistente na retribuição das ações da Telebrás, não guarda pertinência alguma com o termo final da indenização pelos dividendos.

Com efeito e em conformidade com o dispositivo do título executivo, já transcrito, a condenação imposta à agravada abrange (1) retribuição em ações da TELEBRAS correspondente à participação financeira dos assinantes, bem como (2) aos dividendos dessas ações desde a

data em que deveria ter ocorrido a retribuição, qual seja, 24 de dezembro de 1996.

Ora, se os dividendos são uma parcela do lucro apurado por uma sociedade anônima, distribuída aos acionistas por ocasião do encerramento do exercício social (art. 202, da Lei 6.404/76), forçoso concluir que serão devidos enquanto o acionista permanecer nesta condição, ou seja, enquanto possuir ações.

O título executivo reconheceu o direito do recorrente ao recebimento de ações e ao pagamento de indenização pelos respectivos dividendos (a que teria direito o assinante caso a concessionária tivesse cumprido a obrigação imposta na sentença), como se acionista fosse, desde 24 de dezembro de 1996.

De forma que, somente depois do efetivo cumprimento da obrigação e entrega das ações ou sua liquidação, não será mais devida indenização correspondente aos dividendos.

Neste momento, o assinante fará jus aos próprios dividendos por ser acionista, não mais à indenização.

Essa orientação consta do título executivo e não pode ser alterada em virtude dos efeitos da coisa julgada.

Dessarte, são devidos dividendos até a data da efetiva entrega das ações ou sua liquidação (hipótese de eventual conversão da obrigação de fazer em perdas e danos).

3.

Por outro lado, não é possível presumir, como assentado pelo Juízo da causa, "a impossibilidade da Oi S/A entregar ações da Telebrás", pois a Oi S/A é sucessora da Telebrás S/A, sendo absolutamente possível

que, depois da privatização, em 1998, os acionistas da Telebrás passem a ter direito à mesma quantidade de ações em cada uma das 12 empresas cindidas, informação que, aliás, consta do endereço eletrônico: <http://www.telebras.com.br/perguntasfrequentes.php#25>.

Esse parâmetro deverá ser considerado pelo perito, afastando-se, por incompatível com o procedimento de liquidação de sentença, qualquer "cálculo hipotético".

Dessarte, os parâmetros elencados pelo Juízo a quo deverão sofrer as seguintes adequações:

a) Será feito o cálculo convertendo-se o valor do contrato atualizado em ações preferenciais da Telebrás e contando-se os respectivos dividendos que deveriam ter sido pagos se a antecessora da ré tivesse cumprido sua obrigação, contados exercício por exercício;

"b" a "f" inalterados

g) suprimido

h) A somatória dos dividendos, calculados exercício por exercício, deverá ocorrer até a data da efetiva entrega das ações ou sua liquidação (conversão em perdas e danos);

i) suprimido;

j) os valores dos dividendos serão atualizados pelo IGPM e acrescidos de juros simples de 0,5% ao mês até 10/01/2003 e de 1% ao mês após esta data, contados de cada exercício até o efetivo pagamento;

k) suprimido."

Ante o exposto, conheço e dou provimento ao presente recurso de agravo de instrumento, para reformar a decisão agravada, afastando o reconhecimento do pagamento alegado e reafirmando o direito aos dividendos até a data da efetiva entrega das ações ou sua liquidação, modificando os parâmetros de cálculo adotado pelo juízo a quo, na forma constante da fundamentação.”

Ademais, o artigo 475-G, do CPC, proíbe, em sede de liquidação, discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou.

Posto isto, requer se digne Vossa Excelência:

- a) Designar o perito, fixando-lhe prazo razoável para a apresentação dos honorários e do laudo;
- b) Determinar a intimação da ré, na pessoa do advogado Carlos Alberto de Jesus Marques, OAB/MS nº 4862, para que, querendo, apresente seus quesitos e indique o assistente técnico, tendo em vista que não se manifestou acerca do cálculo sugerido pela autora;
- c) Determinar a intimação da ré, na pessoa de seu advogado acima nominado, para efetuar o depósito para o pagamento dos honorários periciais a serem arbitrados por esse douto Juízo, segundo interpretação jurisprudencial em recurso repetitivo: "Na fase autônoma de liquidação de sentença (por arbitramento ou por artigos), incumbe ao devedor a antecipação dos honorários periciais" (in, recurso representativo da controvérsia REsp. n. 1.274.466- SC, Segunda Seção, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 14.05.2014).

Nestes termos,
Pede deferimento.

Campo Grande – MS, 06 de maio de 2015.

Alexandre Oliveira
OAB/MS. 18.951

Autos n. 0805937-23.2015.8.12.0001 - Campo Grande/MS.

Vistos etc.

1) Cuidam os autos de *liquidação de sentença* para a "retribuição" das ações da Telebrás S/A que deveriam ter sido entregues aos consumidores que participaram do plano comunitário de telefonia negociado pela Inepar S/A, conforme a sentença prolatada nos autos da ação civil pública n. 001.97.019016-1.

A parte credora pediu a nomeação de perito às custas da Oi S/A para revelar a obrigação a ser cumprida em decorrência da sentença.

A parte devedora apresentou defesa, realçando que já entregou as ações da Telebrás ao credor, conforme o extrato de acionistas que apresenta. Em consequência, também não haveria direito aos dividendos. Noutro aspecto, alega que o STJ está analisando a legitimidade da Brasil Telecom S/A para responder ações que analisam os direitos reclamados pelo descumprimento do PCT (plano comunitário de telefonia). Pede a suspensão da liquidação ou que seja reconhecido o cumprimento integral da obrigação.

O liquidante contraditou a defesa da Oi S/A e insistiu na nomeação do perito.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, afasto o pedido de suspensão deste processo, porque estamos em fase de liquidação de sentença já transitada em julgado. A matéria da legitimidade passiva foi superada definitivamente na ação principal, em todas as instâncias, e não está afeta à decisão que possa vir no recurso mencionado pela Oi S/A.

A sentença em questão definiu uma obrigação que deveria ter sido cumprida pela empresa de telefonia. A parte credora, por sua vez, reclamou pelo descumprimento desta obrigação. A Oi S/A manifestou-se no sentido de que sua obrigação foi cumprida. Fiou-se apenas no extrato tirado do sistema de acionistas do Banco Santander, onde consta que a parte exequente está com a posição acionária zerada. Neste mesmo extrato, logo abaixo, no campo "lançamentos", consta que o BNDES Participações S/A efetuou um lançamento a crédito de 8.620 ações e, algum tempo depois, houve um lançamento a débito destas mesmas ações em favor de terceira pessoa.

Este documento sozinho não retrata que a origem das

ações tenha sido dos antecessores da executada, mas sim do BNDES Participações S/A. É certo, contudo, que analisando-se os autos n. 0019016-35.1997 (processo principal), que já conta com mais de 50.000 páginas, consta às fls. 709 uma decisão que determinava à antecessora da Oi S/A que entregasse ações aos consumidores e, às fls. 720/722, existe uma procuração firmada pelo BNDES à Telebrás S/A para que ela entregasse um determinado número de ações a 10.115 consumidores.

Com estes documentos, faz sentido o extrato do sistema de acionistas que a Oi S/A trouxe ao processo, a tal ponto que se pode reconhecer que foram entregues algumas ações da Telebrás para alguns dos 14.249 consumidores, dentre eles para a parte exequente.

É preciso, contudo, registrar que ainda persistem dúvidas a respeito do número de ações devidas, pois a Oi S/A não explica de que forma chegou ao número de ações que consta do extrato.

Lembre-se de que a sentença liquidanda é complexa e estabeleceu parâmetros para se calcular o número de ações que seriam devidas para cada contratante. Assim, era ônus da devedora detalhar como foi que alcançou o número de ações que entregou à credora.

Por estes motivos, *acolho* o pedido do liquidante para que se faça perícia. Reconheço, entretanto, desde já, que 8.620 ações preferenciais da Telebrás S/A foram entregues ao contratante (para cada contrato), devendo-se, no entanto, elaborar um cálculo para se apurar exatamente a extensão da obrigação estabelecida na sentença.

O laudo será produzido atendo-se ao que consta adiante.

2) A sentença liquidanda, da lavra do eminente juiz Dr. Nélio Stábile, foi prolatada nos seguintes termos:

“JULGO em parte PROCEDENTE a presente AÇÃO CIVIL PÚBLICA com preceito cominatório de obrigação de fazer movida contra TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ S/A... para o fim de determinar à ré que no prazo de 180 dias, contado da data de intimação da sentença, proceda à retribuição em ações TELEBRÁS a participação financeira referente às primeiras 10.115 linhas comercializadas, investindo os consumidores na condição de assinantes, levando em consideração o valor efetivamente pago por cada consumidor, corrigido monetariamente pelo IGPM/FGV, a cotação das ações nesta mesma data e os dividendos existentes desde aquela data, bem como a comprovar em juízo a data de encerramento do primeiro balanço elaborado e auditado após a integralização da participação financeira dos promitentes-assinantes, para fim

de liquidação de sentença, sob pena de ser considerada a data da assembléia geral que determinou a integralização, a qual realizou-se em 24.12.1996.

Já quanto às 4.134 linhas telefônicas referentes à última fase do Programa Comunitário de Telefonia, determino à Ré que, no prazo de 90 dias, inicie e finalize o procedimento para retribuição de ações TELEBRÁS, e após este, proceda à efetiva retribuição em ações a participação econômica de cada promitente-assinante, nos moldes do acima determinado, para o qual fixo o prazo de 180 dias”.

Em atenção ao comando da sentença e para que se apure as perdas e os danos causados à parte credora, será realizada perícia tendo-se em conta o seguinte:

a) É impossível à OI/SA entregar ações de outra empresa (Telebrás) aos consumidores que contrataram com sua antecessora, portanto, os cálculos serão elaborados hipoteticamente, ou seja, na hipótese de que seria possível o cumprimento da obrigação. Será feito o cálculo convertendo-se o valor do contrato atualizado em ações preferenciais da Telebrás e contando-se os respectivos dividendos que deveriam ter sido pagos se a antecessora da ré tivesse cumprido sua obrigação;

b) O perito deverá atualizar o valor à vista do contrato, mesmo que ele tenha sido pago parceladamente, pelo IGPM e desde a data da assinatura do contrato até o dia 24/12/1996;

c) Em 24/12/1996, o resultado encontrado será transformado em ações preferenciais da Telebrás S/A, tendo por parâmetro o VPA da empresa definido no respectivo balanço anual de dezembro de 1996;

d) A partir de então, o perito contará apenas os dividendos que deveriam ter sido pagos, excluindo-se juros sobre capital próprio ou outros rendimentos não alcançados pela literalidade da sentença;

e) Estes dividendos serão atualizados pelo IGPM e acrescidos de juros simples de 0,5% ao mês a partir do momento em que deveriam ter sido pagos;

f) Sabe-se que a Telebrás passou, neste período, por uma cisão empresarial. Vieram, ainda, incorporações empresariais, um desmembramento de ações e um agrupamento de ações, situações estas que interferem diretamente no número de ações e nos respectivos valores. Deverá o senhor perito considerar como ficou a distribuição das

ações ao longo do tempo, tendo por base estas modificações societárias e os respectivos desmembramentos e agrupamentos de ações;

g) O perito deverá deduzir da dívida as ações já entregues ao consumidor e os respectivos dividendos delas decorrentes quando e se reconhecido neste processo este direito;

h) A somatória dos dividendos deverá ocorrer até a data de 22/12/2002;

i) Em 22/12/2002 o perito deverá converter as ações existentes em dinheiro, pelo valor do VPA do mês da conversão;

j) A partir de então, os valores decorrentes desta conversão das ações e os valores dos dividendos até aqui encontrados serão atualizados pelo IGPM e acrescidos de juros simples de 0,5% ao mês até 10/01/2003 e de 1% ao mês após esta data, até a data do efetivo pagamento;

k) o resultado final será o valor da indenização.

Esclarecimentos necessários:

A fórmula acima descrita tem amparo na sentença exequenda, em entendimentos sumulares e jurisprudenciais do Superior Tribunal de Justiça, e na situação de fato ocorrida ao longo destes aproximados 17 anos desde a propositura da ação principal, conforme adiante se verá.

Por que é impossível à Oi S/A entregar ações da Telebrás S/A?

Esta afirmação ocorre porque são empresas distintas, com personalidades jurídicas distintas. As ações de uma empresa representam parte do seu capital. Assim, não há como exigir que uma empresa consiga dispor de algo que não possui.

Esta também foi a conclusão da própria Oi S/A ao afirmar na ação principal, autos n. 0019016-35.1997, às fls. 43.778, o seguinte:

*"Também insta ressaltar que a sentença da ACP, condenou a Companhia a entregar ações da TELEBRÁS, e não suas próprias ações. **O que é impossível.** Não mais existe nenhum vínculo acionário entre as duas companhias. Qualquer exigência nesse sentido restará inócua" - grifei.*

Por que ações preferenciais da Telebrás S/A e não ações ordinárias?

A sentença exequenda não definiu quais ações deveriam ser entregues, deixando um espaço aberto para complementação neste

momento.

Sabe-se que as ações preferenciais não dão direito a voto nas assembleias de acionistas, mas dão preferência ao acionista no recebimento do capital investido em caso de liquidação da companhia e no recebimento da remuneração que a ação proporciona (dividendos, juros sobre capital próprio, etc) – Art. 17 da Lei n. 6.404/76. É razoável acreditar que nunca tenha sido a intenção do PCT (planta comunitária de telefonia) transferir parte do poder administrativo aos consumidores que aderiram ao plano, mas sim o de compensá-los pelo investimento feito, com ações preferenciais.

Lembre-se que as ações ordinárias, pela possibilidade de voto em assembleia, transferem parte do poder administrativo da empresa, prejudicando a preferência no recebimento de valores decorrentes da qualidade de acionista, que está com os “acionistas preferenciais”.

São estas ações preferenciais e não as ordinárias, que atendem os interesses dos consumidores aderentes ao plano.

Por que atualizar o valor pago desde a assinatura até o dia 24/12/1996?

A resposta está na própria sentença, que determinou que assim fosse feito. Veja-se:

“levando em consideração o valor efetivamente pago por cada consumidor, corrigido monetariamente pelo IGPM/FGV... bem como a comprovar em juízo a data de encerramento do primeiro balanço elaborado e auditado após a integralização da participação financeira dos promitentes-assinantes, para fim de liquidação de sentença, sob pena de ser considerada a data da assembléia geral que determinou a integralização, a qual realizou-se em 24.12.1996”.

Coube à devedora pelo menos duas obrigações subsequentes:

- a primeira, de “retribuir em ações” o valor investido pelos consumidores corrigido monetariamente até a data do primeiro balanço subsequente à compra da linha telefônica, que é o momento em que o VPA é definido. Desta forma, para fins de integralização do capital, o chamado “mês da integralização” sempre coincidirá com o mês dos balancetes;

- a segunda, de prestar contas ao juízo sobre os cálculos feitos, para que se pudesse aferir o correto cumprimento da obrigação. É por este motivo que se determinou que a devedora comprovasse “*em juízo a data de encerramento do primeiro balanço elaborado e auditado*”

após a integralização da participação financeira dos promitentes-assinantes". Logo adiante, a sentença impôs uma consequência à inércia da ré, qual seja, *“sob pena de ser considerada a data da assembléia geral que determinou a integralização, a qual realizou-se em 24.12.1996”*.

Considerando que a Oi S/A, e nenhuma das suas antecessoras, prestou contas do que fez ou do que deixou de fazer em cumprimento da sentença, a data limite para se apurar o parâmetro de conversão (VPA) do dinheiro em ações, é o dia 24/12/1996. Para todos os efeitos, este será considerado o mês da integralização do capital e os pagamentos feitos anteriormente a esta data deverão ser corrigidos até o dia 24/12/1996.

Por que o VPA?

Valor Patrimonial da Ação (VPA) é o índice que representa o valor de cada ação numa correspondência com o patrimônio líquido da empresa num determinado período (Lei n. 6.404/76 art. 176, I). Ele é calculado pela divisão do patrimônio líquido da sociedade pelo número de ações existentes.

O VPA é calculado com base nos dados dos balancetes ou dos balanços anuais da sociedade, que, no caso da Telebrás, acontecia a cada 03 meses. Em dezembro de 1996 foram publicados os dados que possibilitam o cálculo do VPA e, por consequência, a conversão do valor pago pelo consumidor pelo ingresso no PCT em ações preferenciais da Telebrás, conforme o comando da sentença.

O Superior Tribunal de Justiça editou a súmula 371, assim redigida:

“Súmula 371. Nos contratos de participação financeira para a aquisição de linha telefônica, o Valor Patrimonial da Ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização”.

Como já foi visto acima, o mês dezembro de 1996 deverá ser considerado como o mês da integralização.

Por que o valor a vista também nos contratos parcelados?

Porque esta é a orientação adotada pelo Superior Tribunal de Justiça (veja-se abaixo) e se mostra, sem dúvida, a mais adequada à presente situação de fato, em que se passaram mais de uma década entre a assinatura do contrato e o seu cumprimento pela devedora, com todas as dificuldades de documentação de parcelas pagas e de recibos.

Os contratos vendidos parceladamente no ano de 1996,

por sua vez, correm o risco de ter parcelas pagas após a data da conversão (24/12/1996) o que iria gerar confusão nos parâmetros fixados e, note-se, o tema em questão é deveras complexo.

Veja-se:

“ Nos casos de parcelamento do desembolso, para fins de apuração da quantidade de ações a que tem direito o consumidor, o valor patrimonial será definido com base no balancete do mês do pagamento da primeira parcela” (Resp. 975834/RS, rel Min. Hélio Quaglia Barbosa, 2ª Seção, DJ 26/11/2007, p. 115).

Por que se contará apenas os dividendos pagos e não os juros sobre capital próprio?

Porque a sentença que transitou em julgado definiu apenas o pagamento de “dividendos” e nada dispôs sobre os demais acréscimos. Ela usou de um termo restritivo (dividendos) quando poderia ter usado de um termo mais abrangente, como remuneração ou proventos decorrentes da ação.

Os dividendos, por sua vez, deverão corresponder à respectiva empresa conforme a época em que for contabilizado. Lembre-se e repita-se que existiram alterações societárias, com a cisão da Telebrás em outras 12 companhias (1998). Na sequência, aconteceram sucessões societárias, incorporações societárias, alteração de denominação da empresa, alteração do número de ações pelo agrupamento e pelo desmembramento delas. Enfim, não é possível pensar em dividendos da Oi S/A, por exemplo, numa época em que o consumidor teria direito à ações da Telebrás, ou da Telecentrosul Participações, ou da Telepar, ou da Brasil Telecom.

Os dividendos devem corresponder à respectiva empresa conforme a época em que forem contabilizados, respeitando-se as alterações que vieram com o passar dos tempos.

Por que os dividendos serão atualizados e acrescidos de juros?

Eles serão atualizados porque consta da sentença este comando. Por outro lado, a atualização monetária não é um plus que se acrescenta ao principal, mas é apenas a forma de se preservar o valor da moeda diante dos índices inflacionários.

Os juros de 0,5%, por sua vez, decorrem da inadimplência e estão previstos na lei (art. 1062 do Código Civil de 1916, que vigia à época).

Por que considerar as alterações societárias e acionárias da Telebrás?

Porque esta empresa sofreu alterações que influenciam diretamente no número e no valor das ações.

Por que os dividendos deverão ser somados até 22/12/2002?

Porque é a data em que as ações serão convertidas novamente em dinheiro, conforme o comando da sentença.

De onde saiu a data 22/12/2002?

Esta data corresponde ao prazo dado pelo juiz, na sentença, para que o réu cumprisse sua obrigação e prestasse contas do que fez.

Constou da sentença o seguinte:

“determinar à ré que no prazo de 180 dias, contado da data de intimação da sentença, proceda à retribuição em ações...”

A ré foi intimada da sentença no dia 21/06/2002 (fls. 1.040 do processo principal). 180 dias após esta intimação termina em 22/12/2002. Era, portanto, até esta data que todos os consumidores que aderiram à planta comunitária de telefonia (PCT) deveriam ter recebido em dinheiro o valor correspondente às ações e aos dividendos que nunca lhes foram entregues. Esta era a obrigação que a Brasil Telecom não cumpriu.

Desta forma, 22/12/2002 será a data em que se fará a conversão das ações em dinheiro, para que se apure o valor da obrigação inadimplida.

3) Nomeio perito judicial a empresa Olímpio Teixeira Auditores, Consultores e Peritos Contábeis¹ para realizar a perícia que se destina a apurar o valor da indenização, conforme os critérios acima definidos.

4) O perito deverá elaborar o cálculo com atenção aos valores dos contratos, dos VPAs, da entrega de ações já ocorridas, das modificações societárias e acionárias, dos critérios acima estabelecidos, indicando as fontes de suas pesquisas e apresentando da forma mais clara possível o modo como chegou à conclusão do laudo.

5) Arbitro honorários periciais em R\$ 300,00 para cada contrato periciado.

¹ Av. Mato Grosso, 3.587, Bairro Santa Fé, em Campo Grande, fones: 3042.1990; 3042.4890; 3042.4891. CEP 79021-151

6) O custo da perícia ficará a cargo da Oi S/A, que deverá adiantar o pagamento, depositando o valor em juízo que somente será liberado ao perito após a apresentação do laudo.

Este ônus decorre do fato de que o inadimplemento da devedora e das suas antecessoras foi a causa desta ação.

Ademais, pela aplicação do art. 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor, é possível atribuir-se o ônus da prova à empresa Oi S/A, já que a relação de origem configura-se como relação de consumo.

Assim, determino à Oi S/A que deposite em juízo o valor de R\$ 300,00 por contrato a ser periciado, no prazo de 10 dias.

7) Assim que for feito o depósito dos honorários periciais, intime-se o perito para dar início aos trabalhos. O perito terá 30 dias para apresentar o laudo.

8) As partes poderão indicar assistentes técnicos e quesitos em 05 dias da intimação desta decisão e orientando os assistentes a entrarem em contato diretamente com o perito judicial, caso desejem acompanhar os trabalhos periciais.

Intimem-se.

Campo Grande/MS, 07 de Janeiro de 2016.

David de Oliveira Gomes Filho.
Juiz de Direito.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0022/2016, foi publicada no Diário da Justiça nº 3.518, do dia 18/02/2016, página 253/285, com circulação em 18/02/2016 e início do prazo em 19/02/2016, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Carlos Alberto de Jesus Marques (OAB 4862/MS)	10	29/02/2016
Hadna Jesarella Rodrigues Orenha (OAB 10526/MS)	10	29/02/2016
ALEXANDRE OLIVEIRA (OAB 18951/MS)		

Teor do ato: "Decisão de fls.103/111: "...1) Cuidam os autos de liquidação de sentença para a "retribuição" das ações da Telebrás S/A que deveriam ter sido entregues aos consumidores que participaram do plano comunitário de telefonia negociado pela Inepar S/A, conforme a sentença prolatada nos autos da ação civil pública n. 001.97.019016-1.A parte credora pediu a nomeação de perito às custas da Oi S/A para revelar a obrigação a ser cumprida em decorrência da sentença.A parte devedora apresentou defesa, realçando que já entregou as ações da Telebrás ao credor, conforme o extrato de acionistas que apresenta. Em consequência, também não haveria direito aos dividendos. Noutro aspecto, alega que o STJ está analisando a legitimidade da Brasil Telecom S/A para responder ações que analisam os direitos reclamados pelo descumprimento do PCT (plano comunitário de telefonia). Pede a suspensão da liquidação ou que seja reconhecido o cumprimento integral da obrigação.O liquidante contraditou a defesa da Oi S/A e insistiu na nomeação do perito.É o relatório. Decido.Inicialmente, afasto o pedido de suspensão deste processo, porque estamos em fase de liquidação de sentença já transitada em julgado. A matéria da legitimidade passiva foi superada definitivamente na ação principal, em todas as instâncias, e não está afeta à decisão que possa vir no recurso mencionado pela Oi S/A.A sentença em questão definiu uma obrigação que deveria ter sido cumprida pela empresa de telefonia. A parte credora, por sua vez, reclamou pelo descumprimento desta obrigação. A Oi S/A manifestou-se no sentido de que sua obrigação foi cumprida. Foi-se apenas no extrato tirado do sistema de acionistas do Banco Santander,onde consta que a parte exequente está com a posição acionária zerada.Neste mesmo extrato, logo abaixo, no campo "lançamentos", consta que o BNDES Participações S/A efetuou um lançamento a crédito de 8.620 ações e, algum tempo depois, houve um lançamento a débito destas mesmas ações em favor de terceira pessoa.Este documento sozinho não retrata que a origem das ações tenha sido dos antecessores da executada, mas sim do BNDES Participações S/A. É certo, contudo, que analisando-se os autos n.0019016-35.1997 (processo principal), que já conta com mais de 50.000 páginas, consta às fls. 709 uma decisão que determinava à antecessora da Oi S/A que entregasse ações aos consumidores e, às fls. 720/722,existe uma procuração firmada pelo BNDES à Telebrás S/A para que ela entregasse um determinado número de ações a 10.115 consumidores.Com estes documentos, faz sentido o extrato do sistema de acionistas que a Oi S/A trouxe ao processo, a tal ponto que se pode reconhecer que foram entregues algumas ações da Telebrás para alguns dos 14.249 consumidores, dentre eles para a parte exequente.É preciso, contudo, registrar que ainda persistem dúvidas a respeito do número de ações devidas, pois a Oi S/A não explica de que forma chegou ao número de ações que consta do extrato.Lembre-se de que a sentença liquidanda é complexa e estabeleceu parâmetros para se calcular o número de ações que seriam devidas para cada contratante. Assim, era ônus da devedora detalhar como foi que alcançou o número de ações que entregou à credora.Por estes motivos, acolho o pedido do liquidante para que se faça perícia. Reconheço, entretanto, desde já, que 8.620 ações preferenciais da Telebrás S/A foram entregues ao contratante (para cada contrato), devendo-se, no entanto, elaborar um cálculo para se apurar exatamente a extensão da obrigação estabelecida na sentença. (...) A ré foi intimada da sentença no dia 21/06/2002 (fls.1.040 do processo principal). 180 dias após esta intimação termina em 22/12/2002. Era, portanto, até esta data que todos os consumidores que aderiram à planta comunitária de telefonia (PCT) deveriam ter recebido em dinheiro o valor correspondente às ações e aos dividendos que nunca lhes foram entregues. Esta era a obrigação que a Brasil Telecom não cumpriu.Desta forma, 22/12/2002 será a data em que se fará a conversão das ações em dinheiro, para que se apure o valor da obrigação inadimplida.3) Nomeio perito judicial a empresa Olímpio Teixeira Auditores, Consultores e Peritos Contábeis para realizar a perícia que se destina a apurar o valor da indenização, conforme os critérios acima definidos.4) O perito deverá elaborar o cálculo com atenção aos valores dos contratos, dos VPAs, da entrega de ações já ocorridas,

das modificações societárias e acionárias, dos critérios acima estabelecidos, indicando as fontes de suas pesquisas e apresentando da forma mais clara possível o modo como chegou à conclusão do laudo.5) Arbitro honorários periciais em R\$ 300,00 para cada contrato periciado.gamento, depositando o valor em juízo que somente será liberado ao perito após a apresentação do laudo.Este ônus decorre do fato de que o inadimplemento da devedora e das suas antecessoras foi a causa desta ação.Ademais, pela aplicação do art. 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor, é possível atribuir-se o ônus da prova à empresa Oi S/A, já que a relação de origem configura-se como relação de consumo.Assim, determino à Oi S/A que deposite em juízo o valor de R\$ 300,00 por contrato a ser periciado, no prazo de 10 dias.7) Assim que for feito o depósito dos honorários periciais, intime-se o perito para dar início aos trabalhos. O perito terá 30 dias para apresentar o laudo.8) As partes poderão indicar assistentes técnicos e quesitos em 05 dias da intimação desta decisão e orientando os assistentes a entrarem em contato diretamente com o perito judicial, caso desejem acompanhar os trabalhos periciais..."

Do que dou fé.
Campo Grande, 18 de fevereiro de 2016.

Escrivã(o) Judicial

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0022/2016, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Carlos Alberto de Jesus Marques (OAB 4862/MS)	D.J
Hadna Jesarella Rodrigues Orenha (OAB 10526/MS)	D.J
ALEXANDRE OLIVEIRA (OAB 18951/MS)	D.J

Teor do ato: "Decisão de fls.103/111: "...1) Cuidam os autos de liquidação de sentença para a "retribuição" das ações da Telebrás S/A que deveriam ter sido entregues aos consumidores que participaram do plano comunitário de telefonia negociado pela Inepar S/A, conforme a sentença prolatada nos autos da ação civil pública n. 001.97.019016-1.A parte credora pediu a nomeação de perito às custas da Oi S/A para revelar a obrigação a ser cumprida em decorrência da sentença.A parte devedora apresentou defesa, realçando que já entregou as ações da Telebrás ao credor, conforme o extrato de acionistas que apresenta. Em consequência, também não haveria direito aos dividendos. Noutro aspecto, alega que o STJ está analisando a legitimidade da Brasil Telecom S/A para responder ações que analisam os direitos reclamados pelo descumprimento do PCT (plano comunitário de telefonia). Pede a suspensão da liquidação ou que seja reconhecido o cumprimento integral da obrigação.O liquidante contraditou a defesa da Oi S/A e insistiu na nomeação do perito.É o relatório. Decido.Inicialmente, afasto o pedido de suspensão deste processo, porque estamos em fase de liquidação de sentença já transitada em julgado. A matéria da legitimidade passiva foi superada definitivamente na ação principal, em todas as instâncias, e não está afeta à decisão que possa vir no recurso mencionado pela Oi S/A.A sentença em questão definiu uma obrigação que deveria ter sido cumprida pela empresa de telefonia. A parte credora, por sua vez, reclamou pelo descumprimento desta obrigação. A Oi S/A manifestou-se no sentido de que sua obrigação foi cumprida. Foi-se apenas no extrato tirado do sistema de acionistas do Banco Santander,onde consta que a parte exequente está com a posição acionária zerada.Neste mesmo extrato, logo abaixo, no campo "lançamentos", consta que o BNDES Participações S/A efetuou um lançamento a crédito de 8.620 ações e, algum tempo depois, houve um lançamento a débito destas mesmas ações em favor de terceira pessoa.Este documento sozinho não retrata que a origem das ações tenha sido dos antecessores da executada, mas sim do BNDES Participações S/A. É certo, contudo, que analisando-se os autos n.0019016-35.1997 (processo principal), que já conta com mais de 50.000 páginas, consta às fls. 709 uma decisão que determinava à antecessora da Oi S/A que entregasse ações aos consumidores e, às fls. 720/722,existe uma procuração firmada pelo BNDES à Telebrás S/A para que ela entregasse um determinado número de ações a 10.115 consumidores.Com estes documentos, faz sentido o extrato do sistema de acionistas que a Oi S/A trouxe ao processo, a tal ponto que se pode reconhecer que foram entregues algumas ações da Telebrás para alguns dos 14.249 consumidores, dentre eles para a parte exequente.É preciso, contudo, registrar que ainda persistem dúvidas a respeito do número de ações devidas, pois a Oi S/A não explica de que forma chegou ao número de ações que consta do extrato.Lembre-se de que a sentença liquidanda é complexa e estabeleceu parâmetros para se calcular o número de ações que seriam devidas para cada contratante. Assim, era ônus da devedora detalhar como foi que alcançou o número de ações que entregou à credora.Por estes motivos, acolho o pedido do liquidante para que se faça perícia. Reconheço, entretanto, desde já, que 8.620 ações preferenciais da Telebrás S/A foram entregues ao contratante (para cada contrato), devendo-se, no entanto, elaborar um cálculo para se apurar exatamente a extensão da obrigação estabelecida na sentença. (...) A ré foi intimada da sentença no dia 21/06/2002 (fls.1.040 do processo principal). 180 dias após esta intimação termina em 22/12/2002. Era, portanto, até esta data que todos os consumidores que aderiram à planta comunitária de telefonia (PCT) deveriam ter recebido em dinheiro o valor correspondente às ações e aos dividendos que nunca lhes foram entregues. Esta era a obrigação que a Brasil Telecom não cumpriu.Desta forma, 22/12/2002 será a data em que se fará a conversão das ações em dinheiro, para que se apure o valor da obrigação inadimplida.3) Nomeio perito judicial a empresa Olímpio Teixeira Auditores, Consultores e Peritos Contábeis para realizar a perícia que se destina a apurar o valor da indenização, conforme os critérios acima definidos.4) O perito deverá elaborar o cálculo com atenção aos valores dos contratos, dos VPAs, da entrega de ações já ocorridas, das modificações societárias e acionárias, dos critérios acima estabelecidos,indicando as fontes de suas pesquisas e apresentando da forma mais clara possível o modo como chegou à conclusão do laudo.5) Arbitro

honorários periciais em R\$ 300,00 para cada contrato periciado.gamento, depositando o valor em juízo que somente será liberado ao perito após a apresentação do laudo.Este ônus decorre do fato de que o inadimplemento da devedora e das suas antecessoras foi a causa desta ação.Ademais, pela aplicação do art. 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor, é possível atribuir-se o ônus da prova à empresa Oi S/A, já que a relação de origem configura-se como relação de consumo.Assim, determino à Oi S/A que deposite em juízo o valor de R\$ 300,00 por contrato a ser periciado, no prazo de 10 dias.7) Assim que for feito o depósito dos honorários periciais, intime-se o perito para dar início aos trabalhos. O perito terá 30 dias para apresentar o laudo.8) As partes poderão indicar assistentes técnicos e quesitos em 05 dias da intimação desta decisão e orientando os assistentes a entrarem em contato diretamente com o perito judicial, caso desejem acompanhar os trabalhos periciais...". "

Do que dou fé.
Campo Grande, 18 de fevereiro de 2016.

Escrivã(o) Judicial

ADVOGADOS:

CARLOS ALBERTO JESUS MARQUES
LUCY MEDEIROS MARQUES
NOELY GONÇALVES VIEIRA
FERNANDO DAVANSO DOS SANTOS
FABIO DAVANSO DOS SANTOS
ALESSANDRA ARCE FRETES
ANTONIO ALVES DUTRA NETO

CRISTIANA BARBOSA ARRUDA

DIOGO AQUINO PARANHOS
HADNA JESARELLA RODRIGUES ORENHA
KATIUSCI SANDIM VILELA
LUIZA CAROLEN CAVAGLIERI FACCIN
MUNIR MARTINS SALOMÃO
MURILO MEDEIROS MARQUES
THIAGO MARTINS FERREIRA

ESTAGIÁRIOS:

CAUÊ GILBERTHY ARRUDA DE SIQUEIRA
DÊNIS FERREIRA ARLEN ACOSTA
LUANA MEDEIROS MARQUES
LUCAS MORAES MARSIGLIA
PAMELLA SOPHIA COELHO ARANTES
RENATA CABRAL FERREIRA
YARA LIZ DE OLIVEIRA DINIZ

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITOS DIFUSOS COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS DA COMARCA DE CAMPO GRANDE - MS.

Autos nº 0805937-23.2015.8.12.0001

Cumprimento de Sentença

OI S/A, qualificada nos autos do processo em epígrafe, que lhe move **EDUARDO MARQUES LUCAS**, vem perante V. Exª, por intermédio dos advogados infra-assinados, requerer a juntada do incluso **pagamento dos honorários periciais no valor R\$ 300,00** (trezentos reais), que já se encontra depositada na conta única do TJ/MS, conforme se vê do comprovante de depósito anexado.

Pede-se deferimento.

Campo Grande - MS, 01 de Março de 2016.

Carlos A. J. Marques
OAB/MS 4.862

Katiusci Sandim Vilela
OAB/MS 13.679

Pâmella S. C. Arante
Estagiaria de Direito

Pagamento por Depósito Identificado

Identificador do Depósito: **049500003511602221**

Valor (R\$): **300,00**

Número do Processo: 0805937-23.2015.8.12.0001

Comarca/Vara: CAMPO GRANDE - 2ª VARA - DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMÔGENEAS

Atenção Sr. Caixa, no preenchimento da TED/DOC:

- O campo Número da Conta deverá permanecer em branco - Referenciar o Tipo de Conta: Conta Judicial Estadual	Banco: 104 - Caixa Econômica Federal Agência: 1310
---	---

Pagamento por Boleto Bancário

CAIXA	104-0	RECIBO DO SACADO	
Cedente		Agência/Código Cedente	Data Emissão
TJ/MS Poder Judiciário - Depósito Judicial		1310/213909-0	22/02/2016
		Nosso Número	Valor do Documento
		24043879001669790-7	R\$ 300,00
CAMPO GRANDE - 2ª VARA - DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMÔGENEAS Nº. Processo: 0805937-23.2015.8.12.0001 - SubConta nº 438790 - Guia: 1669790 Requerente: EDUARDO MARQUES LUCAS Requerido: EMPRESA TELEMS BRASIL TELECOM S/A Depositante: Brasil Telecom S/A, telefone: (67) 3320-1000 Obs:			

Autenticação Mecânica / FICHA DO SACADO

 corte aqui

25/02/2016 - BANCO DO BRASIL - 15:29:05
 781019192 0309

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

=====

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

=====

1049213901900432879460016697900556750000030000
 DATA DO PAGAMENTO 25/02/2016
 VALOR DO DOCUMENTO 300,00
 VALOR COBRADO 300,00

=====

NR.AUTENTICACAO 5.AE6.660.AE6.3E4.E58
 LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
 ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

Este documento foi protocolado em 01/03/2016 às 14:16, é cópia do original assinado digitalmente por PDDE - 110720000050038 e DIOGO AQUINO PARANHOS. Para conferir o original, acesse o site <http://www.tjms.jus.br/esaj>, informe o processo 0805937-23.2015.8.12.0001 e código 156C4CE.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0033/2016, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Carlos Alberto de Jesus Marques (OAB 4862/MS)	D.J
Hadna Jesarella Rodrigues Orenha (OAB 10526/MS)	D.J
ALEXANDRE OLIVEIRA (OAB 18951/MS)	D.J

Teor do ato: "Intimação das partes, do início dos trabalhos periciais."

Do que dou fé.
Campo Grande, 1 de março de 2016.

Escrivã(o) Judicial

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0033/2016, foi publicada no Diário da Justiça nº 3.528, do dia 03/03/2016, página 254/261, com circulação em 03/03/2016, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado

Carlos Alberto de Jesus Marques (OAB 4862/MS)
Hadna Jesarella Rodrigues Orenha (OAB 10526/MS)
ALEXANDRE OLIVEIRA (OAB 18951/MS)

Teor do ato: "Intimação das partes, do início dos trabalhos periciais."

Do que dou fé.
Campo Grande, 3 de março de 2016.

Escrivã(o) Judicial



EXMO. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNIOS DE CAMPO GRANDE - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

PROCESSO: 0805937-23.2015.8.12.0001
REQUERENTE: EDUARDO MARQUES LUCAS
REQUERIDO: OI S.A / BRASIL TELECOM S.A

OLÍMPIO TEIXEIRA CONSULTORES E PERITOS CONTÁBEIS S/S LTDA., sociedade privada, inscrita no CNPJ. sob o nº 03.691.537/0001-33, com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul – CRC/MS sob o nº 245, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, apresentar através deste **Laudo Pericial Contábil Judicial** o resultado dos trabalhos periciais realizados que teve como objetivo efetuar os cálculos do valor da indenização de direito da parte **REQUERENTE** em conformidade com as determinações judiciais exaradas na sentença presente nestes Autos.

OLÍMPIO TEIXEIRA
CONSULTORES E PERITOS CONTÁBEIS S/A LTDA.
REGISTRO CRC MS nº 245

OLÍMPIO CARLOS TEIXEIRA
PERITO JUDICIAL
CONTADOR CRC Nº MS-003816/O-0

LUIZ PAULO DUARTE DE ASSIS
PERITO JUDICIAL
CONTADOR CRC Nº MS-012349/O-3



LAUDO PERICIAL CONTÁBIL JUDICIAL

OLÍMPIO CARLOS TEIXEIRA, brasileiro, contador, auditor e perito contábil, pós graduado em Perícias e Investigações Contábeis pela UCDB/INPG, com cursos de extensão em perícias contábeis, mestre em Contabilidade e Controladoria pela FEA/USP, legalmente habilitado conforme registro no CRC sob o nº MS-003816/O-0, registrado no Cadastro Nacional dos Auditores Independentes- CNAI sob o nº 574 e,

LUIZ PAULO DUARTE DE ASSIS, brasileiro, contador, auditor e perito contábil, pós graduado em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela FGV, com cursos de extensão em perícias contábeis, legalmente habilitado conforme registro no CRC sob o nº MS-012349/O-3, registrado no Cadastro Nacional dos Auditores Independentes- CNAI sob o nº 3852, ambos sócios da empresa:

OLÍMPIO TEIXEIRA CONSULTORES E PERITOS CONTÁBEIS S/S LTDA., sociedade privada, inscrita no CNPJ. sob o nº 03.691.537/0001-33, com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul – CRC/MS sob o nº 245, com sede a Av. Mato Grosso nº 3587, Bairro Coopfafé, neste Município de Campo Grande-MS, honrosamente nomeado junto aos Autos supra na qualidade de **PERITO CONTÁBIL**. Esta nomeação tem como finalidade realizar a prova pericial técnica contábil, observados os termos dos artigos 421 e 430 do Código de Processo Civil e as Normas Brasileiras de Perícia e do Perito Contábil, (NBC.TP.01 e NBC.PP.01) editadas pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) através das Resoluções CFC nº.s 1.243 e 1.244 de 10/12/2009. Assim sendo, apresentamos o resultado de trabalho pericial realizado, através deste Laudo Pericial Contábil.



SUMÁRIO

01 – INTRODUÇÃO	6
02 – DESENVOLVIMENTO DOS CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	7
02.01 – CONVERSÃO DO VALOR DO CONTRATO EM AÇÕES DA TELEBRÁS S/A	8
02.01.01- OPERAÇÃO RELEVANTE: CISÃO DA TELEBRÁS S/A	10
02.01.01.01- HOLDINGS DO SETOR DE TELEFONIA FIXA:.....	15
02.01.01.01.01 – Evolução das ações da Companhia Tele Centro Sul Participações	15
02.01.01.01.02 – Evolução das ações da Companhia Tele Norte Leste Participações	16
02.01.01.01.03 – Evolução das ações da Companhia Telesp Participações S/A.....	17
02.01.01.02- HOLDING DO SETOR DE TELEFONIA A LONGA DISTÂNCIA:	18
02.01.01.02.01 – EVOLUÇÃO DAS AÇÕES DA EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S/A.	18
02.01.01.03- HOLDINGS DO SETOR DE TELEFONIA MÓVEL:	19
02.01.01.03.01 – Evolução das ações da Telesp Celular Participações S/A.....	19
02.01.01.03.02 – Evolução das ações da Tele Sudeste Celular Participações S/A.....	20
02.01.01.03.03 – Evolução das ações da Telemig Celular Participações S/A.....	21
02.01.01.03.04 – Evolução das ações da Tele Celular Sul Celular Participações S/A.....	22
02.01.01.03.05 – Evolução das ações da Tele Centro Oeste Celular Participações S/A.	23
02.01.01.03.06 – Evolução das ações da Tele Norte Celular Participações S/A.	24
02.01.01.03.07 – Evolução das ações da Tele Leste Celular Participações S/A.	25
02.01.01.03.08 – Evolução das ações da Tele Nordeste Celular Participações S/A.....	26
02.02 – CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRAS	27
03 - CONCLUSÃO.....	29
04 – RESPOSTAS AOS QUESITOS APRESENTADOS PELAS PARTES	30
05 - ENCERRAMENTO	30



RELAÇÃO DAS FIGURAS:

Figura 1 - Esquema da organização societária da Telebrás antes da Cisão	12
Figura 2 - Esquema da organização societária da Telebrás após a cisão	13

RELAÇÃO DOS QUADROS:

Quadro 1 - Informações do contrato objeto da ação indenizatória:	8
Quadro 2 - Informações da conversão do valor do contrato em ações da TELEBRÁS em 31/12/1996:.....	10

RELAÇÃO DAS TABELAS:

Tabela 1 - Dividendos da TELEBRÁS PARTICIPAÇÕES S/A	14
Tabela 2 - Dividendos da TELE CENTRO SUL PARTICIPAÇÕES S/A	15
Tabela 3 - Dividendos da TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S/A	16
Tabela 4 - Dividendos da TELESP PARTICIPAÇÕES S/A.....	18
Tabela 5 - Dividendos da TELEFÔNICA DATA BRASIL HOLDING S/A	18
Tabela 6 - Dividendos da EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S/A	19
Tabela 7 - Dividendos da TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	20
Tabela 8 - Dividendos da TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A.....	21
Tabela 9 - Dividendos da TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	22
Tabela 10 - Dividendos da TELE CELULAR SUL PARTICIPAÇÕES S/A	23
Tabela 11 - Dividendos da TELE CENTRO OESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A.....	24
Tabela 12 - Dividendos da TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	25
Tabela 13 - Dividendos da TELE LESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	26
Tabela 14 - Dividendos da TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A.....	27
Tabela 15 - Resumo dos dividendos atualizados em 22/12/2002 por Companhia	27
Tabela 16 - Resumo da conversão das ações em moeda em 22/12/2002 por Companhia.....	28
Tabela 17 - Resumo da apuração do cálculo de indenização	29

RELAÇÃO DOS ANEXOS AO LAUDO:

- Anexo 01 – Demonstrativo de cálculo de atualização do valor do contrato.
- Anexo 02 - Demonstrativo dos valores de Dividendos e ações convertidas em 31/12/2002.
- Anexo 02.01 – Demonstrativo de atualização dos dividendos e conversão das ações da TELEBRÁS.
- Anexo 02.02 – Demonstrativo de atualização dos dividendos e conversão das ações da TCS PARTICIPAÇÕES S/A.



- Anexo 02.03 – Demonstrativo de atualização dos dividendos e conversão das ações da TNL PARTICIPAÇÕES S/A.
- Anexo 02.04 – Demonstrativo de atualização dos dividendos e conversão das ações da TELESP PARTICIPAÇÕES S/A.
- Anexo 02.05 – Demonstrativo de atualização dos dividendos e conversão das ações da EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S/A.
- Anexo 02.06 – Demonstrativo de atualização dos dividendos e conversão das ações da TELESP CELULAR PART. S/A.
- Anexo 02.07 – Demonstrativo de atualização dos dividendos e conversão das ações da TELE SUDESTE CEL. PART. S/A.
- Anexo 02.08 – Demonstrativo de atualização dos dividendos e conversão das ações da TELEMIG CEL. PART. S/A.
- Anexo 02.09 – Demonstrativo de atualização dos dividendos e conversão das ações da TELE SUL CELULAR PART. S/A.
- Anexo 02.10 – Demonstrativo de atualização dos dividendos e conversão das ações da TCO. CELULAR PART. S/A.
- Anexo 02.11 – Demonstrativo de atualização dos dividendos e conversão das ações da TELE NORTE CEL. PART. S/A.
- Anexo 02.12 – Demonstrativo de atualização dos dividendos e conversão das ações da TELE LESTE CEL. PART. S/A.
- Anexo 02.13 – Demonstrativo de atualização dos dividendos e conversão das ações da TELE NORDESTE CEL. PART. S/A.
- Anexo 02.14 – Demonstrativo de atualização dos dividendos e conversão das ações da TELEFÔNICA DATA BR. S/A.
- Anexo 03 – Demonstrativo de atualização do valor da indenização.
- Anexo 04 - Resumo dos dividendos creditados por companhia no período de 1996 a 2002 e fontes da pesquisa
- Anexo 04.01 – Informações contábeis divulgadas ao mercado da TELEBRÁS.
- Anexo 04.02 – Informações contábeis divulgadas ao mercado da TCS PARTICIPAÇÕES S/A.
- Anexo 04.03 – Informações contábeis divulgadas ao mercado da TNL PARTICIPAÇÕES S/A.
- Anexo 04.04 – Informações contábeis divulgadas ao mercado da TELESP PARTICIPAÇÕES S/A.
- Anexo 04.05 – Informações contábeis divulgadas ao mercado da EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S/A.
- Anexo 04.06 – Informações contábeis divulgadas ao mercado da TELESP CELULAR PART. S/A.
- Anexo 04.07 – Informações contábeis divulgadas ao mercado da TELE SUDESTE CEL. PART. S/A.
- Anexo 04.08 – Informações contábeis divulgadas ao mercado da TELEMIG CEL. PART. S/A.
- Anexo 04.09 – Informações contábeis divulgadas ao mercado da TELE SUL CELULAR PART. S/A.
- Anexo 04.10 – Informações contábeis divulgadas ao mercado da TCO. CELULAR PART. S/A.
- Anexo 04.11 – Informações contábeis divulgadas ao mercado da TELE NORTE CEL. PART. S/A.
- Anexo 04.12 – Informações contábeis divulgadas ao mercado da TELE LESTE CEL. PART. S/A.
- Anexo 04.13 – Informações contábeis divulgadas ao mercado da TELE NORDESTE CEL. PART. S/A.
- Anexo 04.14 – Informações contábeis divulgadas ao mercado da TELEFÔNICA DATA BR. S/A.

Nota: Devido ao elevado volume das informações contábeis das 14 Companhias analisadas no período de 1996 a 2002, optamos por anexar ao presente laudo judicial apenas as informações sobre o Patrimônio Líquido e Dividendos distribuídos por cada Companhia, sendo que as informações contábeis completas podem ser consultadas em sua íntegra nas fontes citadas no ANEXO 04 que acompanha este laudo judicial.

01 – INTRODUÇÃO

Tratam os presentes autos de ação de **liquidação de sentença** para a "retribuição" das ações da Telebrás S/A que deveriam ter sido entregues aos consumidores que participaram do plano comunitário de telefonia negociado pela Inepar S/A, conforme a sentença prolatada nos autos da ação civil pública nº. 001.97.019016-1, a qual reproduzimos a seguir:

“JULGO em parte PROCEDENTE a presente AÇÃO CIVIL PÚBLICA com preceito cominatório de obrigação de fazer movida contra TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ S/A... para o fim de determinar à ré que no prazo de 180 dias, contado da data de intimação da sentença, proceda à retribuição em ações TELEBRÁS a participação financeira referente às primeiras 10.115 linhas comercializadas, investindo os consumidores na condição de assinantes, levando em consideração o valor efetivamente pago por cada consumidor, corrigido monetariamente pelo IGPM/FGV, a cotação das ações nesta mesma data e os dividendos existentes desde aquela data, bem como a comprovar em juízo a data de encerramento do primeiro balanço elaborado e auditado após a integralização da participação financeira dos promitentes-assinantes, para fim de liquidação de sentença, sob pena de ser considerada a data da assembleia geral que determinou a integralização, a qual realizou-se em 24.12.1996. Já quanto às 4.134 linhas telefônicas referentes à última fase do Programa Comunitário de Telefonia, determino à Ré que, no prazo de 90 dias, inicie e finalize o procedimento para retribuição de ações TELEBRÁS, e após este, proceda à efetiva retribuição em ações a participação econômica de cada promitente-assinante, nos moldes do acima determinado, para o qual fixo o prazo de 180 dias”.

Em face da complexidade do tema e considerando a evolução das discussões nas inúmeras ações de liquidação baseadas no comando judicial da Ação Civil Pública acima citada, o Exmo. Juiz da 2ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos, Individuais e Homogêneos de Campo Grande-MS, Dr. David de Oliveira Gomes Filho, determinou a realização dos cálculos periciais de liquidação da sentença, determinando os critérios técnicos a serem utilizados por este perito Judicial através da sentença aos Autos, da qual se extraiu a fundamentação técnica para realização dos cálculos objeto deste trabalho pericial, conforme transcrevemos a seguir:

“...Em atenção ao comando da sentença e para que se apure as perdas e os danos causados à parte credora, será realizada perícia tendo-se em conta o seguinte:

a) *É impossível à OI/SA entregar ações de outra empresa (Telebrás) aos consumidores que contrataram com sua antecessora, portanto, os cálculos serão elaborados hipoteticamente, ou seja, na hipótese de que seria possível o cumprimento da obrigação. Será feito o cálculo convertendo-se o valor do contrato atualizado em ações preferenciais da Telebrás e contando-se os respectivos dividendos que deveriam ter sido pagos se a antecessora da ré tivesse cumprido sua obrigação;*

b) *O perito deverá atualizar o valor à vista do contrato, mesmo que ele tenha sido pago parceladamente, pelo IGPM e desde a data da assinatura do contrato até o dia 24/12/1996;*

c) *Em 24/12/1996, o resultado encontrado será transformado em ações preferenciais da Telebrás S/A, tendo por parâmetro o VPA da empresa definido no respectivo balanço anual de dezembro de 1996;*

d) *A partir de então, o perito contará apenas os dividendos que deveriam ter sido pagos, excluindo-se juros sobre capital próprio ou outros rendimentos não alcançados pela literalidade da sentença;*

e) *Estes dividendos serão atualizados pelo IGPM e acrescidos de juros simples de 0,5% ao mês a partir do momento em que deveriam ter sido pagos;*

f) *Sabe-se que a Telebrás passou, neste período, por uma cisão empresarial. Vieram, ainda, incorporações empresariais, um desmembramento de ações e um agrupamento de ações, situações estas que interferem diretamente no número de ações e nos respectivos valores. Deverá o senhor perito considerar como ficou a distribuição das ações ao longo do tempo, tendo por base estas modificações societárias e os respectivos desmembramentos e agrupamentos de ações;*

g) *O perito deverá deduzir da dívida as ações já entregues ao consumidor e os respectivos dividendos delas decorrentes conforme reconhecido acima;*

h) *A somatória dos dividendos deverá ocorrer até a data de 22/12/2002;*

i) *Em 22/12/2002 o perito deverá converter as ações existentes em dinheiro, pelo valor do VPA do mês da conversão;*

j) *A partir de então, os valores decorrentes desta conversão das ações e os valores dos dividendos até aqui encontrados serão atualizados pelo IGPM e acrescidos de juros simples de 0,5% ao mês até 10/01/2003 e de 1% ao mês após esta data, até a data do efetivo pagamento;*

k) *o resultado final será o valor da indenização. ..."*



OLÍMPIO TEIXEIRA
Audidores, Consultores e Peritos Contábeis

Desta forma realizamos o presente trabalho pericial com objetivo de realizar os cálculos de indenização do **REQUERENTE** em conformidade com os critérios técnicos definidos nas sentenças acima citadas.

Apresentamos no item a seguir o detalhamento da metodologia utilizada para realização deste trabalho pericial.

02 – DESENVOLVIMENTO DOS CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

02.01 – CONVERSÃO DO VALOR DO CONTRATO EM AÇÕES DA TELEBRÁS S/A.

Inicialmente procedemos à análise do contrato firmado entre a parte **REQUERENTE** e a **INEPAR**, que está juntado aos Autos, do qual extrai-se as seguintes informações de interesse para cálculo da liquidação de sentença:

Quadro 1 - Informações do contrato objeto da ação indenizatória:

Nº do Contrato	5806
Data do Contrato	25/09/1994
Nome do Beneficiário	Eduardo Marques Lucas
Valor a vista	R\$ 1.117,63

Com base nesta informação, aplicamos o procedimento técnico determinado no item “(b)” da sentença, quer seja: **“b) O perito deverá atualizar o valor à vista do contrato, mesmo que ele tenha sido pago parceladamente, pelo IGPM e desde a data da assinatura do contrato até o dia 24/12/1996;”**.

Em conformidade com este critério, elaboramos os cálculos de atualização financeira através dos quais identificamos nesta etapa o valor atualizado pelo IGP-M na data de 24/12/1996 de **R\$ 1.486,93 (um mil quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa e três centavos)**, conforme demonstrativo de cálculo que estamos apresentando no **ANEXO 01** que acompanha este laudo pericial contábil.



OLÍMPIO TEIXEIRA
Audítores, Consultores e Peritos Contábeis

A partir do valor acima descrito identificado na data de 24/12/1996, procedemos à conversão deste valor em ações preferenciais da Telebrás, em conformidade com os itens “(c)” à “(h)” da sentença que orienta os critérios de cálculo deste laudo pericial contábil, os quais transcrevemos a seguir:

“c) Em 24/12/1996, o resultado encontrado será transformado em ações preferenciais da Telebrás S/A, tendo por parâmetro o VPA da empresa definido no respectivo balanço anual de dezembro de 1996;

d) A partir de então, o perito contará apenas os dividendos que deveriam ter sido pagos, excluindo-se juros sobre capital próprio ou outros rendimentos não alcançados pela literalidade da sentença;

e) Estes dividendos serão atualizados pelo IGPM e acrescidos de juros simples de 0,5% ao mês a partir do momento em que deveriam ter sido pagos;

f) Sabe-se que a Telebrás passou, neste período, por uma cisão empresarial. Vieram, ainda, incorporações empresariais, um desmembramento de ações e um agrupamento de ações, situações estas que interferem diretamente no número de ações e nos respectivos valores. Deverá o senhor perito considerar como ficou a distribuição das ações ao longo do tempo, tendo por base estas modificações societárias e os respectivos desmembramentos e agrupamentos de ações;

g) O perito deverá deduzir da dívida às ações já entregues ao consumidor e os respectivos dividendos delas decorrentes conforme reconhecido acima;

h) A somatória dos dividendos deverá ocorrer até a data de 22/12/2002 ;...”

A conversão dos valores do contrato atualizados até 24/12/1996 em ações da Telebrás se deu com base no valor do VPA indicado em seu balanço patrimonial encerrado em 31/12/1996.

Esclarecemos que o VPA (Valor Patrimonial por Ação) representa o valor atribuído a uma ação de uma Companhia em determinada data, obtido através da divisão do valor de seu Patrimônio Líquido pelo número de ações existentes nesta mesma data.

O Patrimônio Líquido na literatura da Ciência Contábil é a denominação da soma dos recursos próprios da Companhia em determinada data, que não estão comprometidos com terceiros, e pode ser obtido pela diferença entre os Ativos Totais e Passivos Exigíveis na data do



levantamento do seu Balanço Patrimonial, que é uma das demonstrações contábeis obrigatórias divulgadas pelas Companhias.

Para o atendimento da determinação judicial apresentamos na tabela a seguir, o resultado da conversão do valor do contrato em ações da Telebrás S/A em conformidade com o VPA da Companhia divulgado em suas demonstrações contábeis auditadas do exercício encerrado em 31/12/1996:

Quadro 2 - Informações da conversão do valor do contrato em ações da TELEBRÁS em 31/12/1996:

a) Valor do Contrato atualizado em 24/12/1996.....	1.486,93
b) Patrimônio Líquido da TELEBRÁS em 31/12/1996	27.661.732.000,00
c) Número de Ações da TELEBRÁS em 31/12/1996	320.680.677.000,00
d) Valor Patrimonial das ações em 31/12/1996 (item b ÷ c)	R\$ 0,086
e) Quantidade de ações convertidas ao REQUENTE em 31/12/1996 (item a ÷ d):.....	17.238

Desta forma, considerando as informações do contrato objeto deste trabalho pericial e as informações acima identificadas, temos que na data de 31/12/1996 a quantidade de **17.238** ações da Telebrás é que deveriam ter sido retribuídas ao **REQUERENTE** nesta data.

Analisando o comando judicial exarado a folha de nº 104 destes autos de ação de **liquidação de sentença**, identificamos a determinação do Exmo. Juiz para que se realize o desconto de **8.620** ações da Telebrás que teriam sido entregues pela parte REQUERIDA ao REQUERENTE conforme reproduzimos abaixo:

“Por estes motivos, acolho o pedido do liquidante para que se faça perícia. Reconheço, entretanto, desde já, que 8.620 ações preferenciais da Telebrás S/A foram entregues ao contratante (para cada contrato), devendo-se, no entanto, elaborar um cálculo para se apurar exatamente a extensão da obrigação estabelecida na sentença.”

Desta forma, descontando-se as **8.620** ações conforme determinado pelo Exmo. Juiz tem-se que o saldo de ações da Telebrás do REQUERENTE na data de 03/09/1998 é de **8.618**.

Quanto aos desmembramentos e remembramentos das ações da Telebrás em decorrência das reorganizações societárias sofridas pela Companhia ao longo dos anos, após



OLÍMPIO TEIXEIRA
Audidores, Consultores e Peritos Contábeis

estudo minucioso dos Atos Públicos divulgados pela Companhia e suas sucessoras, apresentaremos nos itens a seguir as operações relevantes que impactam no cálculo da liquidação de sentença em relação à quantidade e valor das ações e, conseqüentemente, dos dividendos a serem atribuídos ao **REQUERENTE**.

02.01.01- OPERAÇÃO SOCIETÁRIA RELEVANTE: CISÃO DA TELEBRÁS S/A.

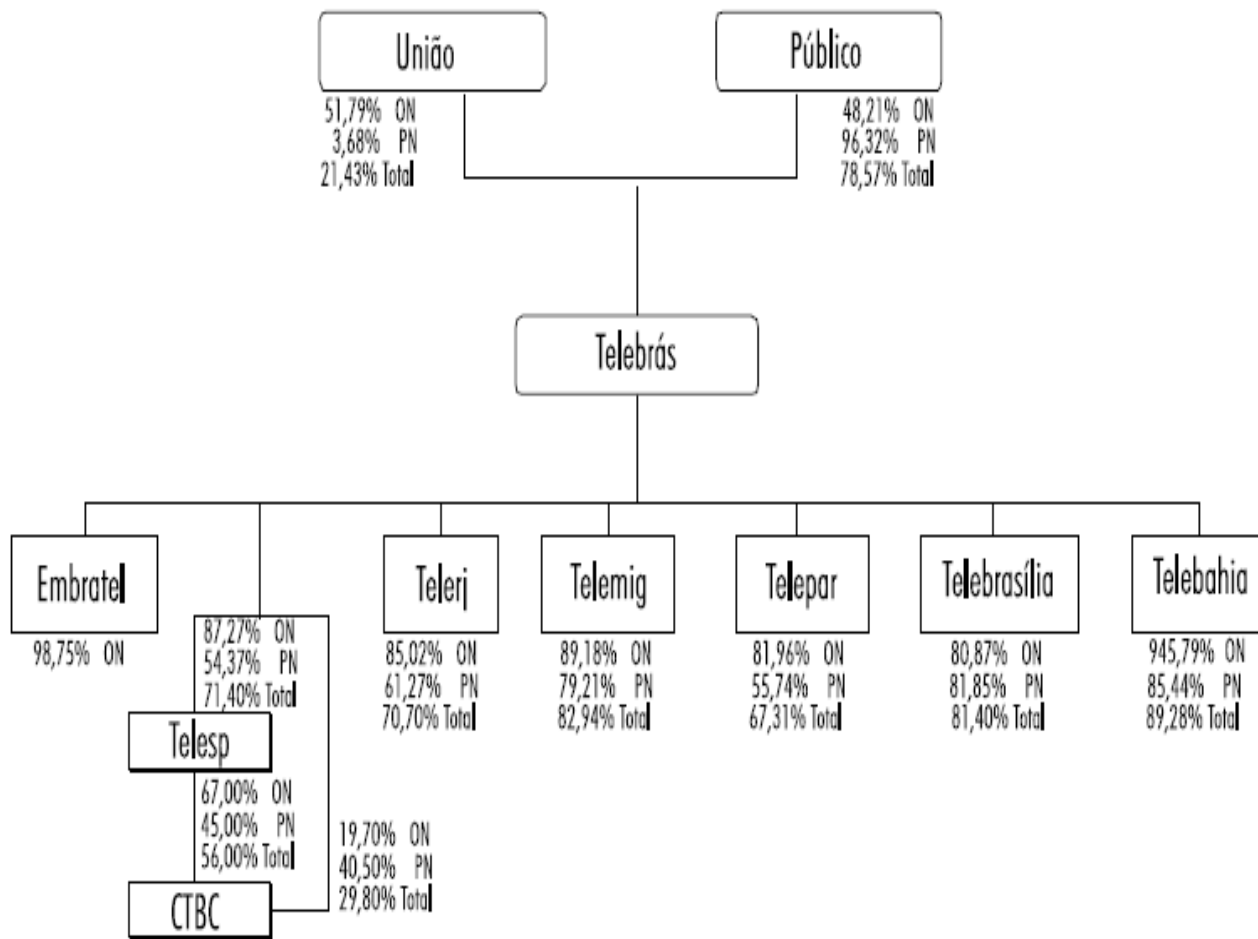
No ano de 1998, conforme divulgado nas demonstrações contábeis auditadas da Telebrás S/A. encerradas em 31 de dezembro daquele ano, ocorreu à cisão da Companhia Telebrás S/A, sendo criada naquele processo de cisão 12 (doze) companhias *holdings*, sendo 01 para a área de ligações a distância (Embratel Participações S/A), 03 para a área de telefonia fixa (Telesp Participações S/A, Tele Norte-Leste Participações S/A e Tele Centro-Sul Participações S/A) e 08 (oito) para a área de telefonia móvel (Telesp Celular S/A, Tele Sudeste Celular S/A, Telemig Celular S/A, Tele Sul Celular S/A, Tele Nordeste Celular S/A, Tele Centro-Oeste Celular S/A, Tele Norte Celular S/A e Tele Leste Celular S/A).

Deste procedimento após a criação das doze *holdings*, permaneceu existindo ainda a própria Telebrás S/A, ainda que com patrimônio reduzido após a cisão atuando em algumas funções ligadas na área de comunicação dos órgãos do governo federal em preparação para sua extinção.

Para melhor ilustrar esta operação apresentamos a seguir a demonstração gráfica da organização societária da Telebrás antes e após a cisão:



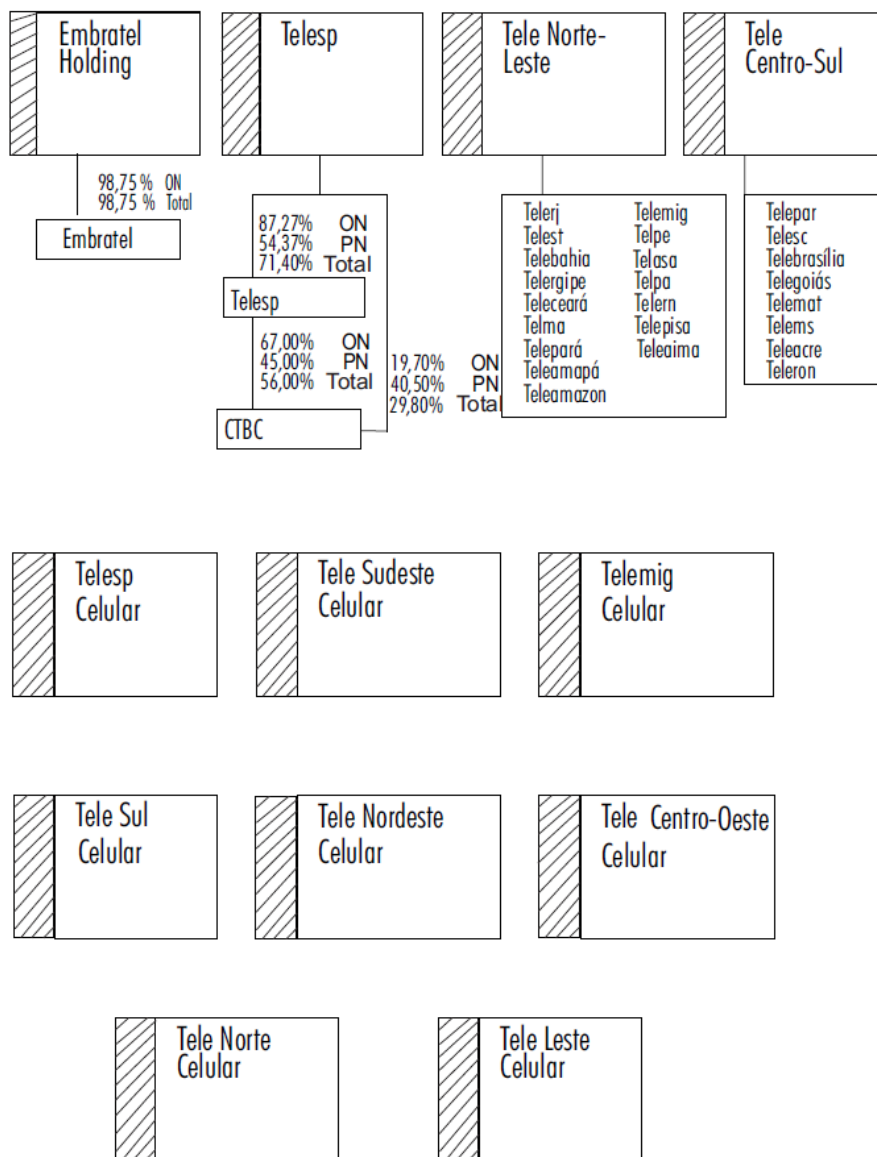
Figura 1 - Esquema da organização societária da Telebrás antes da Cisão:



Antes do procedimento de cisão, a Telebrás S/A. controlava todas as empresas operadoras de telefonia fixa, móvel e de longa distância através de diversas empresas subsidiárias, que após o procedimento de cisão, foram segregadas em Companhias distintas por região e tipo de serviço, e tiveram seu controle transferido da iniciativa pública para a iniciativa privada como parte do programa de privatização implantado pelo governo naquele ano. Na figura a seguir ilustramos a composição societária implantada em decorrência do procedimento de cisão:



Figura 2 - Esquema da organização societária da Telebrás após a cisão:



Considerando que o presente cálculo de liquidação de sentença deve promover a evolução hipotética das ações da Telebrás do **CONSUMIDOR/REQUERENTE** considerando suas reorganizações societárias ao longo dos anos no período de dez/1996 a dez/2002. Este procedimento de cisão da TELEBRÁS S/A nos leva ao estudo da movimentação acionária das 13 empresas após a cisão, **isto porque cada acionista da TELEBRÁS S/A recebeu a época 01 (uma) ação de cada umas das 12 (doze) Companhias criadas no procedimento de cisão, para cada 01**



ação da TELEBRÁS que possuía, além de permanecer com a propriedade da sua ação original da TELEBRÁS S/A.

Assim sendo, apresentaremos nos itens subsequentes as informações sobre os dividendos e mutações societárias das 13 Companhias, com objetivo de identificar os rendimentos de direito do REQUERENTE oriundo dos dividendos creditados pelas companhias e ao final o valor das ações na data de 22/12/2002 em conformidade com a determinação judicial.

Das informações contábeis da Telebrás S/A, identificamos os seguintes valores de dividendos creditados aos seus acionistas no período em análise:

Tabela 1 - Dividendos da TELEBRÁS PARTICIPAÇÕES S/A			
ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO
1996	1,8780	30/04/1997	TELEBRAS
1997	1,8780	30/04/1998	TELEBRAS
1998	0,0000	-	TELEBRAS
1999	0,0000	-	TELEBRAS
2000	0,0000	-	TELEBRAS
2001	0,0000	-	TELEBRAS
2002	0,0000	-	TELEBRAS

Apresentamos nos **ANEXOS 04 e 04.01** que acompanham este laudo judicial as informações contábeis divulgadas pela companhia e a relação das fontes de onde extraímos os valores de dividendos e VPA's da mesma, sendo as demonstrações anexadas parcialmente ao presente laudo judicial, haja vista o elevado volume de informações que compõem o conjunto completo das informações contábeis analisadas no presente trabalho pericial.

Para facilitar a compreensão do desenvolvimento desta parte do estudo, passaremos a relatar as reorganizações societárias sofridas por cada uma das 12 (doze) Companhias criadas com a cisão da TELEBRÁS S/A, separadas por área de atuação, onde analisaremos suas subsequentes reorganizações societárias e resultados, com o objetivo de identificar os valores dos dividendos distribuídos por cada Companhia e o valor patrimonial das ações de cada Companhia em 31/12/2002, sendo que todos estes valores serão computados para o cálculo da liquidação objeto deste trabalho pericial.



OLÍMPIO TEIXEIRA
Audítores, Consultores e Peritos Contábeis

02.01.01.01- HOLDINGS DO SETOR DE TELEFONIA FIXA

Evolução das Companhias Tele Centro-Sul, Tele Norte-Leste E Telesp

02.01.01.01.01 – EVOLUÇÃO DAS AÇÕES DA COMPANHIA TELE CENTRO SUL PARTICIPAÇÕES

Como uma das doze Companhias criadas no processo de Cisão da TELEBRÁS S/A, a TCS – Tele Centro-Sul Participações S/A, foi a *holding* criada para receber as operações de telefonia fixa dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Acre, Goiás, Distrito Federal e uma pequena parte do Rio Grande do Sul. Para tanto, a Companhia passou a controlar em 1998 as subsidiárias TELEPAR, TELEBRASÍLIA, TELEGOIÁS, TELEMAT, TELEMS, TELERON, CTMR e TELEACRE, todas concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral à época.

Dos fatos relevantes ocorridos na Companhia no período de 1998 a 2002, destacamos a mudança da razão social da mesma no ano de 2000 para Brasil Telecom Participações S/A, não ocorrendo porém até 31/12/2002 mudanças societárias que influenciem no número de ações do REQUERENTE ou em seus direitos de recebimento de dividendos no período.

Desta forma apresentamos em conformidade com suas informações contábeis divulgadas ao mercado, os valores de dividendos creditados pela Companhia ao longo do período:

Tabela 2 - Dividendos da TELE CENTRO SUL PARTICIPAÇÕES S/A			
ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO
1998	0,34749	30/04/1999	OI S/A
1999	0,39768	30/04/2000	OI S/A
2000	0,34749	30/04/2001	OI S/A
2001	0,38458	30/04/2002	OI S/A
2002	0,55112	30/04/2003	OI S/A



Apresentamos nos **ANEXOS 04 e 04.02** que acompanham este laudo judicial as informações contábeis divulgadas pela companhia e a relação das fontes de onde extraímos os valores de dividendos e VPA's da mesma, sendo as demonstrações anexadas parcialmente ao presente laudo judicial, haja vista o elevado volume de informações que compõem o conjunto completo das informações contábeis analisadas no presente trabalho pericial.

02.01.01.01.02 – EVOLUÇÃO DAS AÇÕES DA COMPANHIA TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES

Como uma das doze Companhias criadas no processo de Cisão da TELEBRÁS S/A, a TNL – Tele Norte Leste Participações S/A, foi a *holding* criada para receber as operações de telefonia fixa dos Estados do Norte, Nordeste e parte do Sudeste do Brasil. Para tanto, a Companhia passou a controlar em 1998 as subsidiárias TELAMAZON, TELAIMA, TELEPARA, TELEAMAPA, TELMA, TELEPISA, TELECEARA, TELERN, TELPA, TELPE, TELASA, TELESERGIPE, TELEBAHIA, TELEMIG, TELEST E TELERJ, todas concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral a época, conforme representado no gráfico a seguir:

No período de 1998 a 2002 não ocorreram fatos relevantes na Companhia que influenciem no número de ações do **REQUERENTE** ou em seus direitos de recebimento de dividendos no período.

Desta forma apresentamos em conformidade com suas informações contábeis divulgadas ao mercado, os valores de dividendos creditados pela Companhia ao longo do período em análise:

Tabela 3 - Dividendos da TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S/A			
ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO
1998	0,6700	30/04/1999	BOVESPA
1999	0,6700	30/04/2000	OI S/A
2000	0,6700	30/04/2001	OI S/A
2001	0,8119	30/04/2002	OI S/A
2002	0,7293	30/04/2003	OI S/A



OLÍMPIO TEIXEIRA
Audidores, Consultores e Peritos Contábeis

Apresentamos nos **ANEXOS 04 e 04.03** que acompanham este laudo judicial as informações contábeis divulgadas pela companhia e a relação das fontes de onde extraímos os valores de dividendos e VPA's da mesma, sendo as demonstrações anexadas parcialmente ao presente laudo judicial, haja vista o elevado volume de informações que compõem o conjunto completo das informações contábeis analisadas no presente trabalho pericial.

02.01.01.01.03 – EVOLUÇÃO DAS AÇÕES DA COMPANHIA TELESP PARTICIPAÇÕES S/A.

Como uma das doze Companhias criadas no processo de Cisão da TELEBRÁS S/A, a Telesp Participações S/A, foi a *holding* criada para receber as operações de telefonia fixa do Estado de São Paulo. Para tanto, a Companhia passou a controlar em 1998 as subsidiárias Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP, Companhia Telefônica Borda do Campo - CTBC, todas concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral a época.

No ano de 1999 a Companhia alterou sua razão social para Telecomunicações de São Paulo S/A – TELESP, incorporando neste ano suas controladas Telesp S/A (operadora) e CTBC (Operadora) e também uma de suas controladas SPT S/A, não havendo nestas reestruturações mutações patrimoniais que afetem o presente cálculo.

No ano de 2001 ocorreu a cisão parcial da TELESP, sendo criada a Companhia Telefônica Data Holding Brasil S/A, oportunidade na qual cada acionista da TELESP passou a ter ações da nova empresa oriunda da referida cisão na proporção de 01 (uma) ação da Telefônica Data Holding Brasil S/A para cada 01 (uma) ação da TELESP possuída em 30/01/2001. Desta forma, para fins da evolução do presente cálculo judicial, passamos a adicionar também as ações da Telefônica Data Holding Brasil S/A. Tendo em vista o objetivo de representar da forma mais criteriosa possível a evolução hipotética da participação acionária do REQUERENTE no grupo Telebrás.

Desta forma apresentamos em conformidade com suas informações contábeis divulgadas ao mercado, os valores de dividendos creditados pelas Companhias ao longo do período em análise:



ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO
1998	0,5810	30/04/1999	BOVESPA
1999	2,0018	30/04/2000	VIVO S/A
2000	1,4112	30/04/2001	VIVO S/A
2001	1,8258	30/04/2002	VIVO S/A
2002	0,7757	30/04/2003	VIVO S/A

ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO
2001	0,00		
2002	0,00		

Apresentamos nos **ANEXOS 04, 04.04 e 04.14** que acompanham este laudo judicial as informações contábeis divulgadas pela companhia e a relação das fontes de onde extraímos os valores de dividendos e VPA's da mesma, sendo as demonstrações anexadas parcialmente ao presente laudo judicial, haja vista o elevado volume de informações que compõem o conjunto completo das informações contábeis analisadas no presente trabalho pericial.

02.01.01.02- HOLDING DO SETOR DE TELEFONIA A LONGA DISTÂNCIA

02.01.01.02.01 – EVOLUÇÃO DAS AÇÕES DA EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S/A.

Como uma das doze Companhias criadas no processo de Cisão da TELEBRÁS S/A, a Embratel Participações S/A, foi a *holding* criada para receber as operações de telefonia de longa distância no território nacional. Para tanto, a Companhia passou a controlar em 1998 a subsidiária EMBRATEL S/A (operadora) concessionária do Serviço Telefônico a longa distância destinado ao uso do público em geral a época.



No período de 1998 a 2002 não ocorreram fatos relevantes na Companhia que influenciem no número de ações do **REQUERENTE** ou em seus direitos de recebimento de dividendos no período.

Desta forma apresentamos em conformidade com suas informações contábeis divulgadas ao mercado, os valores de dividendos creditados pela Companhia ao longo do período em análise:

ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO
1998	0,38300	30/04/1999	CVM
1999	0,03924	30/04/2000	CVM
2000	0,18276	30/04/2001	CVM
2001	-	30/04/2002	CVM
2002	-	30/04/2003	CVM

Apresentamos nos **ANEXOS 04 e 04.05** que acompanham este laudo judicial as informações contábeis divulgadas pela companhia e a relação das fontes de onde extraímos os valores de dividendos e VPA's da mesma.

02.01.01.03- HOLDINGS DO SETOR DE TELEFONIA MÓVEL:

Evolução das Companhias: Telesp Celular, Tele Sudeste Celular, Telemiq Celular, Tele Sul Celular, Tele Sudeste Celular, Tele Nordeste Celular, Tele Centro-Oeste Celular, Tele Norte Celular e Tele Leste Celular

02.01.01.03.01 – EVOLUÇÃO DAS AÇÕES DA TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A.

Uma das oito *holdings* criadas a partir da cisão da TELEBRÁS S/A para gestão dos serviços de telefonia móvel, a Companhia controlava os serviços de telefonia móvel do Estado de São Paulo através de sua subsidiária TELESP CELULAR S/A (operadora).



No período de 1998 a 2002 identificamos como fato relevante na composição societária da sociedade o aumento de capital ocorrido no ano de 2000, que por ter sido efetuado com capital próprio da Companhia (reservas de lucros) originou o aumento do número de ações dos acionistas em 01 (uma) nova ação para cada 10 (dez) ações possuídas pelo acionista antes da referida operação. Desta forma, consideramos este aumento do número de ações para o presente cálculo de liquidação creditando o aumento no número de ações do **REQUERENTE** que reflete diretamente em seus direitos de recebimento de dividendos a partir deste período.

Desta forma apresentamos em conformidade com suas informações contábeis divulgadas ao mercado, os valores de dividendos creditados pela Companhia ao longo do período em análise:

ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO
1998	0,26953	30/04/1999	CVM
1999	0,09250	30/04/2000	VIVO S/A
2000	0,19905	30/04/2001	VIVO S/A
2001	-	30/04/2002	VIVO S/A
2002	-	30/04/2003	VIVO S/A

Apresentamos nos **ANEXOS 04 e 04.06** que acompanham este laudo judicial as informações contábeis divulgadas pela companhia e a relação das fontes de onde extraímos os valores de dividendos e VPA's da mesma.

02.01.01.03.02 – EVOLUÇÃO DAS AÇÕES DA TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A.

Uma das oito *holdings* criadas a partir da cisão da TELEBRÁS S/A para gestão dos serviços de telefonia móvel, a Companhia controlava os serviços de telefonia móvel dos Estados de Rio de Janeiro e Santa Catarina através de sua subsidiária TELERJ CELULAR S/A. e TELEST CELULAR S/A.



OLÍMPIO TEIXEIRA
Audidores, Consultores e Peritos Contábeis

No período de 1998 a 2002 não ocorreram fatos relevantes na Companhia que influenciem no número de ações do REQUERENTE ou em seus direitos de recebimento de dividendos no período.

Desta forma apresentamos em conformidade com suas informações contábeis divulgadas ao mercado, os valores de dividendos creditados pela Companhia ao longo do período em análise:

ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO
1998	0,19647	20/12/1999	CVM
1999	0,07317	30/04/2000	VIVO S/A
2000	0,10031	30/04/2001	VIVO S/A
2001	0,20379	18/09/2002	VIVO S/A
2002	0,20379	27/09/2002	VIVO S/A

Apresentamos nos **ANEXOS 04 e 04.07** que acompanham este laudo judicial as informações contábeis divulgadas pela companhia e a relação das fontes de onde extraímos os valores de dividendos e VPA's da mesma.

02.01.01.03.03 – EVOLUÇÃO DAS AÇÕES DA TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A.

Uma das oito *holdings* criadas a partir da cisão da TELEBRÁS S/A para gestão dos serviços de telefonia móvel, a Companhia controlava os serviços de telefonia móvel do Estado de Minas Gerais através de sua subsidiária TELEMIG CELULAR S/A (operadora).

No período de 1998 a 2002 não ocorreram fatos relevantes na Companhia até 31/12/2002 que influenciem no número de ações do **REQUERENTE** ou em seus direitos de recebimento de dividendos no período.



OLÍMPIO TEIXEIRA
Audidores, Consultores e Peritos Contábeis

Desta forma apresentamos em conformidade com suas informações contábeis divulgadas ao mercado, os valores de dividendos creditados pela Companhia ao longo do período em análise:

ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO
1998	0,0500	30/04/1999	CVM
1999	-		VIVO S/A
2000	0,0376	30/04/2001	VIVO S/A
2001	0,0733	30/04/2002	VIVO S/A
2002	0,0693	30/04/2003	VIVO S/A

Apresentamos nos **ANEXOS 04 e 04.08** que acompanham este laudo judicial as informações contábeis divulgadas pela companhia e a relação das fontes de onde extraímos os valores de dividendos e VPA's da mesma.

02.01.01.03.04 – EVOLUÇÃO DAS AÇÕES DA TELE CELULAR SUL CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A.

Uma das oito *holdings* criadas a partir da cisão da TELEBRÁS S/A para gestão dos serviços de telefonia móvel, a Companhia controlava os serviços de telefonia móvel do Estado do Paraná, partes dos Estados Santa Catarina e do Rio Grande do Sul através de suas subsidiárias TELEPAR CELULAR S/A, TELESC CELULAR S/A E CTMR CELULAR S/A.

No período de 1998 a 2002 não ocorreram fatos relevantes na Companhia que influenciem no número de ações do REQUERENTE ou em seus direitos de recebimento de dividendos no período.



Desta forma apresentamos em conformidade com suas informações contábeis divulgadas ao mercado, os valores de dividendos creditados pela Companhia ao longo do período em análise:

Tabela 10 - Dividendos da TELE CELULAR SUL PARTICIPAÇÕES S/A			
ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO
1998	0,0940	30/04/1999	TIM S/A
1999	-		TIM S/A
2000	0,0278	25/06/2001	TIM S/A
2001	0,1215	30/04/2002	TIM S/A
2002	0,0731	30/04/2003	TIM S/A

Apresentamos nos **ANEXOS 04 e 04.09** que acompanham este laudo judicial as informações contábeis divulgadas pela companhia e a relação das fontes de onde extraímos os valores de dividendos e VPA's da mesma.

02.01.01.03.05 – EVOLUÇÃO DAS AÇÕES DA TELE CENTRO OESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A.

Uma das oito *holdings* criadas a partir da cisão da TELEBRÁS S/A para gestão dos serviços de telefonia móvel, a Companhia controlava os serviços de telefonia móvel dos Estados do Acre, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia através de suas subsidiárias TELEACRE CELULAR S/A, TELEBRASÍLIA CELULAR S/A, TELEGOIÁS CELULAR S/A, TELEMAT CELULAR S/A, TELEMS CELULAR S/A e TELERON CELULAR S/A.

No período de 1998 a 2002 não ocorreram fatos relevantes na Companhia que influenciem no número de ações do REQUERENTE ou em seus direitos de recebimento de dividendos no período.



Desta forma apresentamos em conformidade com suas informações contábeis divulgadas ao mercado, os valores de dividendos creditados pela Companhia ao longo do período em análise:

ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO
1998	0,14801	30/04/1999	CVM
1999	0,08700	30/04/2000	VIVO S/A
2000	0,08941	30/04/2001	VIVO S/A
2001	0,20150	30/04/2002	VIVO S/A
2002	0,20617	30/04/2003	VIVO S/A

Apresentamos nos **ANEXOS 04 e 04.10** que acompanham este laudo judicial as informações contábeis divulgadas pela companhia e a relação das fontes de onde extraímos os valores de dividendos e VPA's da mesma.

02.01.01.03.06 – EVOLUÇÃO DAS AÇÕES DA TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A.

Uma das oito *holdings* criadas a partir da cisão da TELEBRÁS S/A para gestão dos serviços de telefonia móvel, a Companhia controlava os serviços de telefonia móvel dos Estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Amapá e Roraima através de suas subsidiárias TELEPARÁ CELULAR S/A, TELAMAZON CELULAR S/A, TELMA CELULAR S/A, TELEAMAPÁ CELULAR S/A e TELAIMA CELULAR S/A.

No período de 1998 a 2002 não ocorreram fatos relevantes na que influenciem no número de ações do **REQUERENTE** ou em seus direitos de recebimento de dividendos no período.



Desta forma apresentamos em conformidade com suas informações contábeis divulgadas ao mercado, os valores de dividendos creditados pela Companhia ao longo do período em análise:

Tabela 12 - Dividendos da TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A			
ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO
1998	0,0051	30/04/1999	OI S/A
1999	0,1036	30/04/2000	OI S/A
2000	0,1257	30/04/2001	CVM
2001	0,0150	30/04/2002	OI S/A
2002	-		OI S/A

Apresentamos nos **ANEXOS 04 e 04.11** que acompanham este laudo judicial as informações contábeis divulgadas pela companhia e a relação das fontes de onde extraímos os valores de dividendos e VPA's da mesma.

02.01.01.03.07 – EVOLUÇÃO DAS AÇÕES DA TELE LESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A.

Uma das oito *holdings* criadas a partir da cisão da TELEBRÁS S/A para gestão dos serviços de telefonia móvel, a Companhia controlava os serviços de telefonia móvel dos Estados da Bahia e do Sergipe através de suas subsidiárias TELEBAHIA CELULAR S/A e TELERGIPE CELULAR S/A

No período de 1998 a 2002 não ocorreram fatos relevantes na Companhia que influenciem no número de ações do **REQUERENTE** ou em seus direitos de recebimento de dividendos no período.

Desta forma apresentamos em conformidade com suas informações contábeis divulgadas ao mercado, os valores de dividendos creditados pela Companhia ao longo do período em análise:



Tabela 13 - Dividendos da TELE LESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO
1998	0,02484	30/04/1999	CVM
1999	0,00378	30/04/2000	VIVO S/A
2000	-	30/04/2001	VIVO S/A
2001	0,03822	30/04/2002	VIVO S/A
2002	-		VIVO S/A

Apresentamos nos **ANEXOS 04 e 04.12** que acompanham este laudo judicial as informações contábeis divulgadas pela companhia e a relação das fontes de onde extraímos os valores de dividendos e VPA's da mesma.

02.01.01.03.08 – EVOLUÇÃO DAS AÇÕES DA TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A.

Uma das oito *holdings* criadas a partir da cisão da TELEBRÁS S/A para gestão dos serviços de telefonia móvel, a Companhia controlava os serviços de telefonia móvel dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas através de suas subsidiárias TELEPISA CELULAR S/A, TELECEARÁ CELULAR S/A, TELERN CELULAR S/A, TELPA CELULAR S/A, TELPE CELULAR S/A, TELASA CELULAR S/A (operadora).

No período de 1998 a 2002 não ocorreram fatos relevantes na Companhia que influenciem no número de ações do **REQUERENTE** ou em seus direitos de recebimento de dividendos no período. Desta forma apresentamos em conformidade com suas informações contábeis divulgadas ao mercado, os valores de dividendos creditados pela Companhia ao longo do período em análise:



ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO
1998	0,0745	30/04/1999	TIM S/A
1999	0,0251	30/04/2000	TIM S/A
2000	0,0274	02/07/2001	TIM S/A
2001	0,0539	30/04/2002	TIM S/A
2002	0,0879	30/04/2003	TIM S/A

Apresentamos nos **ANEXOS 04 e 04.13** que acompanham este laudo judicial as informações contábeis divulgadas pela companhia e a relação das fontes de onde extraímos os valores de dividendos e VPA's da mesma.

02.02 – CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRAS

Os valores de dividendos acima apresentados foram atualizados em conformidade com a sentença exarada nos Autos, cujos cálculos de atualização de forma detalhada estamos apresentando no **ANEXO 02** que acompanha este laudo judicial.

Identificamos, tendo como base os valores de atualização aplicados, cujos cálculos estão apresentados no **ANEXO 02** que acompanha este laudo judicial, **na data de 31/12/2002 um valor total de dividendos atualizados de R\$ 519,74 (quinhentos e dezenove reais e setenta e quatro centavos)** conforme resumo do cálculo que está apresentado na tabela a seguir:

COMPANHIA	DIVIDENDOS ATUALIZADOS EM 22/12/2002 (R\$)
TELEBRAS PARTICIPAÇÕES S/A	R\$ 157,18
TELE CENTRO SUL PARTICIPAÇÕES S/A	R\$ 41,08
TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S/A	R\$ 77,91
TELESP PARTICIPAÇÕES S/A	R\$ 154,95
EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S/A	R\$ 19,18
TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	R\$ 17,46
TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	R\$ 18,77
TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	R\$ 4,31



TELE CELULAR SUL PARTICIPAÇÕES S/A	R\$ 6,64
TELE CENTRO OESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	R\$ 14,42
TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	R\$ 0,80
TELE LESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	R\$ 1,82
TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	R\$ 5,21
TELEFONICA DATA BRASIL HOLDING S/A	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 519,74

Nesta mesma data, procedemos à conversão das ações do **REQUERENTE** nas companhias indicadas no item anterior em moeda (valores em reais) pelo valor dos seus respectivos VPA's em 31/12/2002, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 16 – Resumo da conversão das ações em moeda em 22/12/2002 por Companhia

COMPANHIA	QUANTIDADE DE AÇÕES EM 22/12/2002	PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2002 (em Reais)	NÚMERO DE AÇÕES EM 31/12/2002	VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO	VALOR DAS AÇÕES EM 31/12/2002
TELEBRAS PARTICIPAÇÕES S/A	8.618	93.754.000,00	556.448.588.000	0,00017	R\$ 1,45
TELE CENTRO SUL PARTICIPAÇÕES S/A	17.238	6.240.100.000,00	352.219.027.000	0,01772	R\$ 305,40
TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S/A	17.238	9.163.173.000,00	383.845.685.000	0,02387	R\$ 411,50
TELESP PARTICIPAÇÕES S/A	17.238	14.482.637.000,00	494.395.727.000	0,02929	R\$ 504,96
EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S/A	17.238	4.719.793.000,00	334.399.028.000	0,01411	R\$ 243,30
TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	18.962	4.009.957.000,00	1.171.784.352.000	0,00342	R\$ 64,89
TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	17.238	1.779.685.000,00	414.006.458.000	0,00430	R\$ 74,10
TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	17.238	763.253.000,00	340.431.374.000	0,00224	R\$ 38,65
TELE CELULAR SUL PARTICIPAÇÕES S/A	17.238	845.330.000,00	342.969.940.000	0,00246	R\$ 42,49
TELE CENTRO OESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	17.238	1.218.523.000,00	379.200.036.000	0,00321	R\$ 55,39
TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	17.238	227.595.000,00	335.084.155.000	0,00068	R\$ 11,71
TELE LESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	17.238	443.048.000,00	479.445.039.000	0,00092	R\$ 15,93
TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	17.238	710.145.000,00	345.739.620.000	0,00205	R\$ 35,41
TELEFONICA DATA BRASIL HOLDING S/A	17.238	649.245.000,00	1.071.153.385.962	0,00061	R\$ 10,45
TOTAL					R\$ 1.815,62

Desta forma, identificamos na data de 22/12/2002 o valor de **R\$ 1.815,62 (um mil oitocentos e quinze reais e sessenta e dois centavos)**, como resultado da conversão das ações do REQUERENTE em moeda corrente.



OLÍMPIO TEIXEIRA
Audítores, Consultores e Peritos Contábeis

Somando-se os dividendos atualizados apresentados na tabela 15 acima, com o valor da participação societária convertida em moeda na data de 22/12/2002 apresentado na tabela 16 acima, tem-se como valor da indenização em 22/12/2002 o total de **R\$ 2.335,37 (dois mil trezentos e trinta e cinco reais e trinta e sete centavos)**.

Com base no valor identificado de **R\$ 2.335,37 (dois mil trezentos e trinta e cinco reais e trinta e sete centavos)** procedemos à atualização deste valor em conformidade com o item “(g)” da sentença, pelo índice do IGP-M até a data de 29/02/2016, acrescidos de juros de 0,5% ao mês até 10/01/2003 e 1% ao mês a partir desta data 10/01/2003, sem capitalização, cujo demonstrativo de atualização estamos apresentando no **ANEXO 03** que acompanha este laudo judicial.

Portanto, identificamos como valor da indenização total atualizada do **REQUERENTE** na data de 29/02/2016 o montante de **R\$ 14.168,91 (quatorze mil cento e sessenta e oito reais e noventa e um centavos)**, conforme discriminado a seguir:

Tabela 17 - Resumo da apuração do cálculo de indenização	
Principal atualizado em 29/02/2016	5.509,99
Juros simples atualizados em 29/02/2016	8.658,92
Total da Indenização em 29/02/2016	14.168,91

Informarmos que não foram efetuados descontos no cálculo acima de eventuais ações já devolvidas pela Telebrás S/A. e suas sucessoras ao REQUERENTE por não terem sido apresentadas pela parte REQUERIDA documentos que comprovem estes pagamentos.

03 - CONCLUSÃO

Em face de tudo que foi exposto, sem adentrar em quaisquer análises e interpretações jurídicas sobre as matérias discutidas pelas partes, conclui este Perito Judicial que o valor da indenização de direito do **REQUERENTE**, calculada em conformidade com os critérios técnicos determinado na sentença exarada nos Autos, perfaz o montante de **R\$ 14.168,91 (quatorze mil cento e sessenta e oito reais e noventa e um centavos)** na data de 29/02/2016.



04 – RESPOSTAS AOS QUESITOS APRESENTADOS PELAS PARTES

Em análise aos Autos, identificamos que não foram apresentados quesitos pela parte REQUERENTE e nem pela parte REQUERIDA, para serem respondidos por este Perito Judicial.

05 - ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a lavar, foi encerrado o presente laudo pericial contábil que está lavrado no anverso de 30 (trinta) folhas deste papel, que segue assinado digitalmente e acompanhando dos documentos e planilhas de cálculos que compõem os **ANEXOS** indicados ao longo deste trabalho, sendo estes elementos indispensáveis para sua análise e compreensão.

Campo Grande – MS, 29 de Fevereiro de 2016.

OLÍMPIO TEIXEIRA
CONSULTORES E PERITOS CONTÁBEIS S/A LTDA.
REGISTRO CRC MS nº 245

OLÍMPIO CARLOS TEIXEIRA
PERITO JUDICIAL
CONTADOR CRC Nº MS-003816/O-0

LUIZ PAULO DUARTE DE ASSIS
PERITO JUDICIAL
CONTADOR CRC Nº MS-012349/O-3

ANEXO 01

DEMONSTRATIVO DE ATUALIZAÇÃO DE VALORES DO CONTRATO

ANEXO 01**DEMONSTRATIVO DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO**

Nº do Contrato: **5806** Data do Contrato: **25/09/1994**
 Saldo Inicial: **R\$ 1.117,63** Beneficiário: **Eduardo Marques Lucas**
 Índice: **IGPM-FGV**

DATA	VALOR	ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	SALDO ATUALIZADO
25/09/1994	1.117,63			1.117,63
30/09/1994		1,75%	3,26	1.120,89
31/10/1994		1,82%	20,40	1.141,29
30/11/1994		2,85%	32,53	1.173,82
31/12/1994		0,84%	9,86	1.183,68
31/01/1995		0,92%	10,89	1.194,57
28/02/1995		1,39%	16,60	1.211,17
31/03/1995		1,12%	13,57	1.224,74
30/04/1995		2,10%	25,72	1.250,46
31/05/1995		0,58%	7,25	1.257,71
30/06/1995		2,46%	30,94	1.288,65
31/07/1995		1,82%	23,45	1.312,10
31/08/1995		2,20%	28,87	1.340,97
30/09/1995		-0,71%	- 9,52	1.331,45
31/10/1995		0,52%	6,92	1.338,37
30/11/1995		1,20%	16,06	1.354,43
31/12/1995		0,71%	9,62	1.364,05
31/01/1996		1,73%	23,60	1.387,65
29/02/1996		0,97%	13,46	1.401,11
31/03/1996		0,40%	5,60	1.406,71
30/04/1996		0,32%	4,50	1.411,21
31/05/1996		1,55%	21,87	1.433,08
30/06/1996		1,02%	14,62	1.447,70
31/07/1996		1,35%	19,54	1.467,25
31/08/1996		0,28%	4,11	1.471,35
30/09/1996		0,10%	1,47	1.472,83
31/10/1996		0,19%	2,80	1.475,62
30/11/1996		0,20%	2,95	1.478,58
24/12/1996		0,73%	8,36	1.486,93

ANEXO 01

DEMONSTRATIVO DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO

Nº do Contrato: **5806** Data do Contrato: **25/09/1994**
 Saldo Inicial: **R\$ 1.117,63** Beneficiário: **Eduardo Marques Lucas**
 Índice: **IGPM-FGV**

DATA	VALOR	ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	SALDO ATUALIZADO
a)	Principal Atualizado em 24/12/1996		R\$	1.486,93
b)	Patrimônio Líquido em 31/12/1996		R\$	27.661.732.000
c)	Número de Ações em 31/12/1996			320.680.677.000,00
d)	Valor Patrimonial das ações em 31/12/1996 (item b ÷ c)		R\$	0,086
e)	Quantidade de ações convertidas ao REQUENTE em 31/12/1996 (item a ÷ d):.....			17.238

ANEXO 02

DEMONSTRATIVO DOS VALORES DE DIVIDENDO E AÇÕES CONVERTIDAS EM MOEDA EM
31/12/2002

ANEXO 02

DEMONSTRATIVO DOS VALORES DE DIVIDENDO E AÇÕES CONVERTIDAS EM MOEDA EM 22/12/2002

COMPANHIA	VALOR DOS DIVIDENDOS ATUALIZADOS EM 22/12/2012	VALOR DAS AÇÕES EM 22/12/2002	TOTAL	SUB-ANEXO (DETALHAMENTO)
TELEBRAS PARTICIPAÇÕES S/A	157,18	1,45	158,63	ANEXO 02.01
TELE CENTRO SUL PARTICIPAÇÕES S/A	41,08	305,40	346,48	ANEXO 02.02
TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S/A	77,91	411,50	489,42	ANEXO 02.03
TELESP PARTICIPAÇÕES S/A	154,95	504,96	659,91	ANEXO 02.04
EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S/A	19,18	243,30	262,48	ANEXO 02.05
TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES	17,46	64,89	82,35	ANEXO 02.06
TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	18,77	74,10	92,87	ANEXO 02.07
TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	4,31	38,65	42,96	ANEXO 02.08
TELE CELULAR SUL PARTICIPAÇÕES S/A	6,64	42,49	49,13	ANEXO 02.09
TELE CENTRO OESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	14,42	55,39	69,81	ANEXO 02.10
TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES	0,80	11,71	12,51	ANEXO 02.11
TELE LESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES	1,82	15,93	17,75	ANEXO 02.12
TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES	5,21	35,41	40,61	ANEXO 02.13
TELEFONICA DATA PARTICIPAÇÕES	-	10,45	10,45	ANEXO 02.14
TOTAIS	519,74	1.815,62	2.335,37	

ANEXO 02.01 A 02.14

DEMONSTRATIVO DOS VALORES DE DIVIDENDO E AÇÕES CONVERTIDAS EM MOEDA EM 31/12/2002 DAS COMPANHIAS

ANEXO 02.01

TELEBRÁS PARTICIPAÇÕES S/A

DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.

Data inicial: 31/12/1996

Quantidade de Ações PN: 17.238

8.618 Após desconto de 8.620 ações em 03/09/1998.

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
30/04/1997	1,87800	32,37		-	-	-	32,37
31/05/1997	-	-	0,21%	0,07	0,16	0,16	32,44
30/06/1997		-	0,74%	0,24	0,16	0,33	32,68
31/07/1997		-	0,09%	0,03	0,16	0,49	32,71
31/08/1997		-	0,09%	0,03	0,16	0,65	32,74
30/09/1997		-	0,48%	0,16	0,16	0,82	32,90
31/10/1997		-	0,37%	0,12	0,16	0,99	33,02
30/11/1997		-	0,64%	0,21	0,17	1,16	33,23
31/12/1997		-	0,84%	0,28	0,17	1,33	33,51
31/01/1998		-	0,96%	0,32	0,17	1,51	33,83
28/02/1998		-	0,18%	0,06	0,17	1,69	33,89
31/03/1998		-	0,19%	0,06	0,17	1,86	33,96
30/04/1998	1,87800	32,37	0,13%	0,04	0,17	2,03	66,37
31/05/1998		-	0,14%	0,09	0,33	2,37	66,47
30/06/1998		-	0,38%	0,25	0,33	2,71	66,72
31/07/1998		-	-0,17%	- 0,11	0,33	3,04	66,60
31/08/1998		-	-0,16%	- 0,11	0,33	3,36	66,50
30/09/1998		-	-0,08%	- 0,05	0,33	3,69	66,45
31/10/1998		-	0,08%	0,05	0,33	4,03	66,50
30/11/1998		-	-0,32%	- 0,21	0,33	4,35	66,29
31/12/1998		-	0,45%	0,30	0,33	4,70	66,58
31/01/1999		-	0,84%	0,56	0,33	5,07	67,14
28/02/1999		-	3,61%	2,42	0,34	5,59	69,57
31/03/1999		-	2,83%	1,97	0,35	6,10	71,54
30/04/1999		-	0,71%	0,51	0,36	6,50	72,04
31/05/1999		-	-0,29%	- 0,21	0,36	6,84	71,83
30/06/1999		-	0,36%	0,26	0,36	7,22	72,09
31/07/1999		-	1,55%	1,12	0,36	7,70	73,21
31/08/1999		-	1,56%	1,14	0,37	8,18	74,35
30/09/1999		-	1,45%	1,08	0,37	8,67	75,43
31/10/1999		-	1,70%	1,28	0,38	9,20	76,71
30/11/1999		-	2,39%	1,83	0,38	9,80	78,55
31/12/1999		-	1,81%	1,42	0,39	10,37	79,97
31/01/2000		-	1,24%	0,99	0,40	10,90	80,96

ANEXO 02.01

TELEBRÁS PARTICIPAÇÕES S/A

DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.

Data inicial: 31/12/1996

Quantidade de Ações PN: 17.238

8.618 Após desconto de 8.620 ações em 03/09/1998.

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
29/02/2000		-	0,35%	0,28	0,40	11,34	81,24
31/03/2000		-	0,15%	0,12	0,41	11,77	81,37
30/04/2000		-	0,23%	0,19	0,41	12,20	81,55
31/05/2000		-	0,31%	0,25	0,41	12,65	81,81
30/06/2000		-	0,85%	0,70	0,41	13,16	82,50
31/07/2000		-	1,57%	1,30	0,41	13,78	83,80
31/08/2000		-	2,39%	2,00	0,42	14,53	85,80
30/09/2000		-	1,16%	1,00	0,43	15,13	86,79
31/10/2000		-	0,38%	0,33	0,43	15,62	87,12
30/11/2000		-	0,29%	0,25	0,44	16,10	87,38
31/12/2000		-	0,63%	0,55	0,44	16,64	87,93
31/01/2001		-	0,62%	0,55	0,44	17,18	88,47
28/02/2001		-	0,23%	0,20	0,44	17,66	88,68
31/03/2001		-	0,56%	0,50	0,44	18,20	89,17
30/04/2001		-	1,00%	0,89	0,45	18,83	90,06
31/05/2001		-	0,86%	0,77	0,45	19,44	90,84
30/06/2001		-	0,98%	0,89	0,45	20,09	91,73
31/07/2001		-	1,48%	1,36	0,46	20,85	93,09
31/08/2001		-	1,38%	1,28	0,47	21,60	94,37
30/09/2001		-	0,31%	0,29	0,47	22,14	94,66
31/10/2001		-	1,18%	1,12	0,47	22,87	95,78
30/11/2001		-	1,10%	1,05	0,48	23,60	96,83
31/12/2001		-	0,22%	0,21	0,48	24,14	97,05
31/01/2002		-	0,36%	0,35	0,49	24,71	97,40
28/02/2002		-	0,06%	0,06	0,49	25,21	97,45
31/03/2002		-	0,09%	0,09	0,49	25,72	97,54
30/04/2002		-	0,56%	0,55	0,49	26,35	98,09
31/05/2002		-	0,83%	0,81	0,49	27,06	98,90
30/06/2002		-	1,54%	1,52	0,49	27,97	100,43
31/07/2002		-	1,95%	1,96	0,50	29,02	102,38
31/08/2002		-	2,32%	2,38	0,51	30,21	104,76
30/09/2002		-	2,40%	2,51	0,52	31,46	107,27
31/10/2002		-	3,87%	4,15	0,54	33,21	111,43
30/11/2002		-	5,19%	5,78	0,56	35,49	117,21

ANEXO 02.01**TELEBRÁS PARTICIPAÇÕES S/A****DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.**

Data inicial: 31/12/1996

Quantidade de Ações PN: 17.238

8.618 Após desconto de 8.620 ações em 03/09/1998.

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
22/12/2002		-	3,75%	3,12	0,42	36,85	120,33

Dividendos atualizados em 22/12/2002.....	120,33
Juros s/ os dividendos atualizados em 22/12/2002.....	36,85
Total dos dividendos e juros atualizados em 22/12/2002.....	157,18

CONVERSÃO DAS AÇÕES EM DINHEIRO

Quantidade de ações em 22/12/2002	8.618
Patrimônio Líquido em 31/12/2002	93.754.000,00
Número de ações em 31/12/2002	556.448.588.000,00
Valor Patrimonial por Ações em 31/12/2002	0,00017
Valor das Ações em 31/12/2002	1,45

ANEXO 02.02

TELE CENTRO SUL PARTICIPAÇÕES S/A

DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO
PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
30/04/1998		-		-	-	-	-
31/05/1998		-	0,14%	-	-	-	-
30/06/1998		-	0,38%	-	-	-	-
31/07/1998		-	-0,17%	-	-	-	-
31/08/1998		-	-0,16%	-	-	-	-
30/09/1998		-	-0,08%	-	-	-	-
31/10/1998		-	0,08%	-	-	-	-
30/11/1998		-	-0,32%	-	-	-	-
31/12/1998		-	0,45%	-	-	-	-
31/01/1999		-	0,84%	-	-	-	-
28/02/1999		-	3,61%	-	-	-	-
31/03/1999		-	2,83%	-	-	-	-
30/04/1999	0,34749	5,99	0,71%	-	-	-	5,99
31/05/1999		-	-0,29%	0,02	0,03	0,03	5,97
30/06/1999		-	0,36%	0,02	0,03	0,06	5,99
31/07/1999		-	1,55%	0,09	0,03	0,09	6,09
31/08/1999		-	1,56%	0,09	0,03	0,12	6,18
30/09/1999		-	1,45%	0,09	0,03	0,16	6,27
31/10/1999		-	1,70%	0,11	0,03	0,19	6,38
30/11/1999		-	2,39%	0,15	0,03	0,23	6,53
31/12/1999		-	1,81%	0,12	0,03	0,26	6,65
31/01/2000		-	1,24%	0,08	0,03	0,30	6,73
29/02/2000		-	0,35%	0,02	0,03	0,33	6,75
31/03/2000		-	0,15%	0,01	0,03	0,37	6,76
30/04/2000	0,39768	6,86	0,23%	0,02	0,03	0,40	13,64
31/05/2000		-	0,31%	0,04	0,07	0,47	13,68
30/06/2000		-	0,85%	0,12	0,07	0,54	13,79
31/07/2000		-	1,57%	0,22	0,07	0,62	14,01
31/08/2000		-	2,39%	0,33	0,07	0,71	14,35
30/09/2000		-	1,16%	0,17	0,07	0,79	14,51
31/10/2000		-	0,38%	0,06	0,07	0,86	14,57
30/11/2000		-	0,29%	0,04	0,07	0,94	14,61
31/12/2000		-	0,63%	0,09	0,07	1,02	14,70
31/01/2001		-	0,62%	0,09	0,07	1,10	14,79
28/02/2001		-	0,23%	0,03	0,07	1,17	14,83
31/03/2001		-	0,56%	0,08	0,07	1,25	14,91

ANEXO 02.02**TELE CENTRO SUL PARTICIPAÇÕES S/A****DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.**

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
30/04/2001	0,34749	5,99	1,00%	0,15	0,07	1,34	21,05
31/05/2001		-	0,86%	0,18	0,11	1,46	21,23
30/06/2001		-	0,98%	0,21	0,11	1,58	21,44
31/07/2001		-	1,48%	0,32	0,11	1,71	21,76
31/08/2001		-	1,38%	0,30	0,11	1,84	22,06
30/09/2001		-	0,31%	0,07	0,11	1,96	22,12
31/10/2001		-	1,18%	0,26	0,11	2,09	22,38
30/11/2001		-	1,10%	0,25	0,11	2,23	22,63
31/12/2001		-	0,22%	0,05	0,11	2,34	22,68
31/01/2002		-	0,36%	0,08	0,11	2,47	22,76
28/02/2002		-	0,06%	0,01	0,11	2,58	22,78
31/03/2002		-	0,09%	0,02	0,11	2,70	22,80
30/04/2002	0,38458	6,63	0,56%	0,13	0,11	2,83	29,55
31/05/2002		-	0,83%	0,25	0,15	3,00	29,80
30/06/2002		-	1,54%	0,46	0,15	3,19	30,26
31/07/2002		-	1,95%	0,59	0,15	3,41	30,85
31/08/2002		-	2,32%	0,72	0,15	3,64	31,56
30/09/2002		-	2,40%	0,76	0,16	3,88	32,32
31/10/2002		-	3,87%	1,25	0,16	4,20	33,57
30/11/2002		-	5,19%	1,74	0,17	4,58	35,31
22/12/2002		-	3,75%	0,94	0,13	4,83	36,25

Dividendos atualizados em 22/12/2002.....	36,25
Juros s/ os dividendos atualizados em 22/12/2002.....	4,83
Total dos dividendos e juros atualizados em 22/12/2002.....	41,08

CONVERSÃO DAS AÇÕES EM DINHEIRO

Quantidade de ações em 22/12/2002	17.238
Patrimônio Líquido em 31/12/2002	6.240.100.000,00
Número de ações em 31/12/2002	352.219.027.000,00
Valor Patrimonial por Ações em 31/12/2002	0,01772
Valor das Ações em 31/12/2002	305,40

ANEXO 02.03

TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S/A

DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO
PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
30/04/1998		-		-	-	-	-
31/05/1998		-	0,14%	-	-	-	-
30/06/1998		-	0,38%	-	-	-	-
31/07/1998		-	-0,17%	-	-	-	-
31/08/1998		-	-0,16%	-	-	-	-
30/09/1998		-	-0,08%	-	-	-	-
31/10/1998		-	0,08%	-	-	-	-
30/11/1998		-	-0,32%	-	-	-	-
31/12/1998		-	0,45%	-	-	-	-
31/01/1999		-	0,84%	-	-	-	-
28/02/1999		-	3,61%	-	-	-	-
31/03/1999		-	2,83%	-	-	-	-
30/04/1999	0,67000	11,55	0,71%	-	-	-	11,55
31/05/1999		-	-0,29%	0,03	0,06	0,06	11,52
30/06/1999		-	0,36%	0,04	0,06	0,12	11,56
31/07/1999		-	1,55%	0,18	0,06	0,18	11,74
31/08/1999		-	1,56%	0,18	0,06	0,24	11,92
30/09/1999		-	1,45%	0,17	0,06	0,30	12,09
31/10/1999		-	1,70%	0,21	0,06	0,37	12,30
30/11/1999		-	2,39%	0,29	0,06	0,44	12,59
31/12/1999		-	1,81%	0,23	0,06	0,51	12,82
31/01/2000		-	1,24%	0,16	0,06	0,58	12,98
29/02/2000		-	0,35%	0,05	0,06	0,64	13,02
31/03/2000		-	0,15%	0,02	0,07	0,71	13,04
30/04/2000	0,67000	11,55	0,23%	0,03	0,07	0,78	24,62
31/05/2000		-	0,31%	0,08	0,12	0,90	24,70
30/06/2000		-	0,85%	0,21	0,12	1,03	24,91
31/07/2000		-	1,57%	0,39	0,12	1,17	25,30
31/08/2000		-	2,39%	0,60	0,13	1,33	25,91
30/09/2000		-	1,16%	0,30	0,13	1,47	26,21
31/10/2000		-	0,38%	0,10	0,13	1,61	26,31
30/11/2000		-	0,29%	0,08	0,13	1,75	26,38
31/12/2000		-	0,63%	0,17	0,13	1,89	26,55
31/01/2001		-	0,62%	0,16	0,13	2,03	26,71
28/02/2001		-	0,23%	0,06	0,13	2,17	26,77
31/03/2001		-	0,56%	0,15	0,13	2,32	26,92

ANEXO 02.03**TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S/A****DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.**

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
30/04/2001	0,67000	11,55	1,00%	0,27	0,13	2,48	38,74
31/05/2001		-	0,86%	0,33	0,19	2,69	39,08
30/06/2001		-	0,98%	0,38	0,20	2,91	39,46
31/07/2001		-	1,48%	0,58	0,20	3,15	40,04
31/08/2001		-	1,38%	0,55	0,20	3,40	40,60
30/09/2001		-	0,31%	0,13	0,20	3,61	40,72
31/10/2001		-	1,18%	0,48	0,20	3,86	41,20
30/11/2001		-	1,10%	0,45	0,21	4,10	41,65
31/12/2001		-	0,22%	0,09	0,21	4,32	41,75
31/01/2002		-	0,36%	0,15	0,21	4,55	41,90
28/02/2002		-	0,06%	0,03	0,21	4,76	41,92
31/03/2002		-	0,09%	0,04	0,21	4,97	41,96
30/04/2002	0,81198	14,00	0,56%	0,23	0,21	5,21	56,19
31/05/2002		-	0,83%	0,47	0,28	5,53	56,66
30/06/2002		-	1,54%	0,87	0,28	5,90	57,53
31/07/2002		-	1,95%	1,12	0,29	6,31	58,65
31/08/2002		-	2,32%	1,36	0,29	6,74	60,01
30/09/2002		-	2,40%	1,44	0,30	7,21	61,45
31/10/2002		-	3,87%	2,38	0,31	7,79	63,83
30/11/2002		-	5,19%	3,31	0,32	8,52	67,14
22/12/2002		-	3,75%	1,79	0,24	8,98	68,93

Dividendos atualizados em 22/12/2002.....	68,93
Juros s/ os dividendos atualizados em 22/12/2002.....	8,98
Total dos dividendos e juros atualizados em 22/12/2002.....	77,91

CONVERSÃO DAS AÇÕES EM DINHEIRO

Quantidade de ações em 22/12/2002	17.238
Patrimônio Líquido em 31/12/2002	9.163.173.000,00
Número de ações em 31/12/2002	383.845.685.000,00
Valor Patrimonial por Ações em 31/12/2002	0,02387
Valor das Ações em 31/12/2002	411,50

ANEXO 02.04

TELESP PARTICIPAÇÕES S/A

DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
30/04/1998		-		-	-	-	-
31/05/1998		-	0,14%	-	-	-	-
30/06/1998		-	0,38%	-	-	-	-
31/07/1998		-	-0,17%	-	-	-	-
31/08/1998		-	-0,16%	-	-	-	-
30/09/1998		-	-0,08%	-	-	-	-
31/10/1998		-	0,08%	-	-	-	-
30/11/1998		-	-0,32%	-	-	-	-
31/12/1998		-	0,45%	-	-	-	-
31/01/1999		-	0,84%	-	-	-	-
28/02/1999		-	3,61%	-	-	-	-
31/03/1999		-	2,83%	-	-	-	-
30/04/1999	0,58100	10,02	0,71%	-	-	-	10,02
31/05/1999		-	-0,29%	0,03	0,05	0,05	9,99
30/06/1999		-	0,36%	0,04	0,05	0,10	10,02
31/07/1999		-	1,55%	0,16	0,05	0,15	10,18
31/08/1999		-	1,56%	0,16	0,05	0,21	10,34
30/09/1999		-	1,45%	0,15	0,05	0,26	10,49
31/10/1999		-	1,70%	0,18	0,05	0,32	10,66
30/11/1999		-	2,39%	0,25	0,05	0,38	10,92
31/12/1999		-	1,81%	0,20	0,05	0,44	11,12
31/01/2000		-	1,24%	0,14	0,06	0,50	11,25
29/02/2000		-	0,35%	0,04	0,06	0,56	11,29
31/03/2000		-	0,15%	0,02	0,06	0,62	11,31
30/04/2000	2,00185	34,51	0,23%	0,03	0,06	0,67	45,84
31/05/2000		-	0,31%	0,14	0,23	0,90	45,99
30/06/2000		-	0,85%	0,39	0,23	1,14	46,38
31/07/2000		-	1,57%	0,73	0,23	1,39	47,11
31/08/2000		-	2,39%	1,13	0,24	1,66	48,23
30/09/2000		-	1,16%	0,56	0,24	1,92	48,79
31/10/2000		-	0,38%	0,19	0,24	2,17	48,98
30/11/2000		-	0,29%	0,14	0,24	2,42	49,12
31/12/2000		-	0,63%	0,31	0,25	2,68	49,43
31/01/2001		-	0,62%	0,31	0,25	2,95	49,73
28/02/2001		-	0,23%	0,11	0,25	3,20	49,85
31/03/2001		-	0,56%	0,28	0,25	3,47	50,13

ANEXO 02.04

TELESP PARTICIPAÇÕES S/A

DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
30/04/2001	1,41125	24,33	1,00%	0,50	0,25	3,76	74,96
31/05/2001		-	0,86%	0,64	0,37	4,16	75,60
30/06/2001		-	0,98%	0,74	0,38	4,58	76,34
31/07/2001		-	1,48%	1,13	0,38	5,03	77,47
31/08/2001		-	1,38%	1,07	0,39	5,49	78,54
30/09/2001		-	0,31%	0,24	0,39	5,90	78,78
31/10/2001		-	1,18%	0,93	0,39	6,36	79,71
30/11/2001		-	1,10%	0,88	0,40	6,83	80,59
31/12/2001		-	0,22%	0,18	0,40	7,25	80,77
31/01/2002		-	0,36%	0,29	0,40	7,68	81,06
28/02/2002		-	0,06%	0,05	0,41	8,09	81,11
31/03/2002		-	0,09%	0,07	0,41	8,50	81,18
30/04/2002	1,82580	31,47	0,56%	0,45	0,41	8,95	113,11
31/05/2002		-	0,83%	0,94	0,57	9,59	114,05
30/06/2002		-	1,54%	1,76	0,57	10,31	115,80
31/07/2002		-	1,95%	2,26	0,58	11,09	118,06
31/08/2002		-	2,32%	2,74	0,59	11,94	120,80
30/09/2002		-	2,40%	2,90	0,60	12,83	123,70
31/10/2002		-	3,87%	4,79	0,62	13,95	128,49
30/11/2002		-	5,19%	6,67	0,64	15,31	135,16
22/12/2002		-	3,75%	3,60	0,48	16,20	138,75

Dividendos atualizados em 22/12/2002.....	138,75
Juros s/ os dividendos atualizados em 22/12/2002.....	16,20
Total dos dividendos e juros atualizados em 22/12/2002.....	154,95

CONVERSÃO DAS AÇÕES EM DINHEIRO

Quantidade de ações em 22/12/2002	17.238
Patrimônio Líquido em 31/12/2002	14.482.637.000,00
Número de ações em 31/12/2002	494.395.727.000,00
Valor Patrimonial por Ações em 31/12/2002	0,02929
Valor das Ações em 31/12/2002	504,96

ANEXO 02.05

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S/A

DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO
PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM- FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
30/04/1998		-		-	-	-	-
31/05/1998		-	0,14%	-	-	-	-
30/06/1998		-	0,38%	-	-	-	-
31/07/1998		-	-0,17%	-	-	-	-
31/08/1998		-	-0,16%	-	-	-	-
30/09/1998		-	-0,08%	-	-	-	-
31/10/1998		-	0,08%	-	-	-	-
30/11/1998		-	-0,32%	-	-	-	-
31/12/1998		-	0,45%	-	-	-	-
31/01/1999		-	0,84%	-	-	-	-
28/02/1999		-	3,61%	-	-	-	-
31/03/1999		-	2,83%	-	-	-	-
30/04/1999	0,38300	6,60	0,71%	-	-	-	6,60
31/05/1999		-	-0,29%	0,02	0,03	0,03	6,58
30/06/1999		-	0,36%	0,02	0,03	0,07	6,61
31/07/1999		-	1,55%	0,10	0,03	0,10	6,71
31/08/1999		-	1,56%	0,10	0,03	0,14	6,81
30/09/1999		-	1,45%	0,10	0,03	0,17	6,91
31/10/1999		-	1,70%	0,12	0,03	0,21	7,03
30/11/1999		-	2,39%	0,17	0,04	0,25	7,20
31/12/1999		-	1,81%	0,13	0,04	0,29	7,33
31/01/2000		-	1,24%	0,09	0,04	0,33	7,42
29/02/2000		-	0,35%	0,03	0,04	0,37	7,45
31/03/2000		-	0,15%	0,01	0,04	0,41	7,46
30/04/2000	0,03924	0,68	0,23%	0,02	0,04	0,44	8,15
31/05/2000		-	0,31%	0,03	0,04	0,49	8,18
30/06/2000		-	0,85%	0,07	0,04	0,53	8,24
31/07/2000		-	1,57%	0,13	0,04	0,58	8,37
31/08/2000		-	2,39%	0,20	0,04	0,64	8,57
30/09/2000		-	1,16%	0,10	0,04	0,69	8,67
31/10/2000		-	0,38%	0,03	0,04	0,73	8,71
30/11/2000		-	0,29%	0,03	0,04	0,78	8,73
31/12/2000		-	0,63%	0,06	0,04	0,83	8,79
31/01/2001		-	0,62%	0,05	0,04	0,88	8,84
28/02/2001		-	0,23%	0,02	0,04	0,92	8,86
31/03/2001		-	0,56%	0,05	0,04	0,97	8,91

ANEXO 02.05**EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S/A****DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.**

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
30/04/2001	0,18276	3,15	1,00%	0,09	0,04	1,03	12,15
31/05/2001		-	0,86%	0,10	0,06	1,10	12,26
30/06/2001		-	0,98%	0,12	0,06	1,17	12,38
31/07/2001		-	1,48%	0,18	0,06	1,25	12,56
31/08/2001		-	1,38%	0,17	0,06	1,33	12,73
30/09/2001		-	0,31%	0,04	0,06	1,39	12,77
31/10/2001		-	1,18%	0,15	0,06	1,47	12,92
30/11/2001		-	1,10%	0,14	0,06	1,56	13,06
31/12/2001		-	0,22%	0,03	0,07	1,62	13,09
31/01/2002		-	0,36%	0,05	0,07	1,70	13,14
28/02/2002		-	0,06%	0,01	0,07	1,76	13,15
31/03/2002		-	0,09%	0,01	0,07	1,83	13,16
30/04/2002		-	0,56%	0,07	0,07	1,91	13,23
31/05/2002		-	0,83%	0,11	0,07	1,99	13,34
30/06/2002		-	1,54%	0,21	0,07	2,08	13,55
31/07/2002		-	1,95%	0,26	0,07	2,19	13,81
31/08/2002		-	2,32%	0,32	0,07	2,31	14,13
30/09/2002		-	2,40%	0,34	0,07	2,44	14,47
31/10/2002		-	3,87%	0,56	0,07	2,61	15,03
30/11/2002		-	5,19%	0,78	0,08	2,82	15,81
22/12/2002		-	3,75%	0,42	0,06	2,95	16,23

Dividendos atualizados em 22/12/2002.....	16,23
Juros s/ os dividendos atualizados em 22/12/2002.....	2,95
Total dos dividendos e juros atualizados em 22/12/2002.....	19,18

CONVERSÃO DAS AÇÕES EM DINHEIRO

Quantidade de ações em 22/12/2002	17.238
Patrimônio Líquido em 31/12/2002	4.719.793.000,00
Número de ações em 31/12/2002	334.399.028.000,00
Valor Patrimonial por Ações em 31/12/2002	0,01411
Valor das Ações em 31/12/2002	243,30

ANEXO 02.06

TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN:

17.238

Quantidade de ações após aumento de capital em 2000:

18.962

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
30/04/1998		-		-	-	-	-
31/05/1998		-	0,14%	-	-	-	-
30/06/1998		-	0,38%	-	-	-	-
31/07/1998		-	-0,17%	-	-	-	-
31/08/1998		-	-0,16%	-	-	-	-
30/09/1998		-	-0,08%	-	-	-	-
31/10/1998		-	0,08%	-	-	-	-
30/11/1998		-	-0,32%	-	-	-	-
31/12/1998		-	0,45%	-	-	-	-
31/01/1999		-	0,84%	-	-	-	-
28/02/1999		-	3,61%	-	-	-	-
31/03/1999		-	2,83%	-	-	-	-
30/04/1999	0,26953	4,65	0,71%	-	-	-	4,65
31/05/1999		-	-0,29%	0,01	0,02	0,02	4,63
30/06/1999		-	0,36%	0,02	0,02	0,05	4,65
31/07/1999		-	1,55%	0,07	0,02	0,07	4,72
31/08/1999		-	1,56%	0,07	0,02	0,10	4,79
30/09/1999		-	1,45%	0,07	0,02	0,12	4,86
31/10/1999		-	1,70%	0,08	0,02	0,15	4,95
30/11/1999		-	2,39%	0,12	0,02	0,18	5,07
31/12/1999		-	1,81%	0,09	0,03	0,20	5,16
31/01/2000		-	1,24%	0,06	0,03	0,23	5,22
29/02/2000		-	0,35%	0,02	0,03	0,26	5,24
31/03/2000		-	0,15%	0,01	0,03	0,29	5,25
30/04/2000	0,09250	1,75	0,23%	0,01	0,03	0,31	7,01
31/05/2000		-	0,31%	0,02	0,04	0,35	7,03
30/06/2000		-	0,85%	0,06	0,04	0,39	7,09
31/07/2000		-	1,57%	0,11	0,04	0,43	7,21
31/08/2000		-	2,39%	0,17	0,04	0,47	7,38
30/09/2000		-	1,16%	0,09	0,04	0,52	7,46
31/10/2000		-	0,38%	0,03	0,04	0,56	7,49
30/11/2000		-	0,29%	0,02	0,04	0,60	7,51
31/12/2000		-	0,63%	0,05	0,04	0,64	7,56
31/01/2001		-	0,62%	0,05	0,04	0,68	7,61
28/02/2001		-	0,23%	0,02	0,04	0,72	7,63
31/03/2001		-	0,56%	0,04	0,04	0,76	7,67

ANEXO 02.06**TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A****DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.**

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN:

17.238

Quantidade de ações após aumento de capital em 2000:

18.962

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
30/04/2001	0,19905	3,43	1,00%	0,08	0,04	0,81	11,18
31/05/2001		-	0,86%	0,10	0,06	0,87	11,27
30/06/2001		-	0,98%	0,11	0,06	0,93	11,38
31/07/2001		-	1,48%	0,17	0,06	1,00	11,55
31/08/2001		-	1,38%	0,16	0,06	1,08	11,71
30/09/2001		-	0,31%	0,04	0,06	1,14	11,75
31/10/2001		-	1,18%	0,14	0,06	1,21	11,89
30/11/2001		-	1,10%	0,13	0,06	1,28	12,02
31/12/2001		-	0,22%	0,03	0,06	1,35	12,04
31/01/2002		-	0,36%	0,04	0,06	1,41	12,09
28/02/2002		-	0,06%	0,01	0,06	1,47	12,09
31/03/2002		-	0,09%	0,01	0,06	1,53	12,10
30/04/2002		-	0,56%	0,07	0,06	1,60	12,17
31/05/2002		-	0,83%	0,10	0,06	1,68	12,27
30/06/2002		-	1,54%	0,19	0,06	1,76	12,46
31/07/2002		-	1,95%	0,24	0,06	1,86	12,71
31/08/2002		-	2,32%	0,29	0,06	1,97	13,00
30/09/2002		-	2,40%	0,31	0,06	2,08	13,31
31/10/2002		-	3,87%	0,52	0,07	2,23	13,83
30/11/2002		-	5,19%	0,72	0,07	2,41	14,54
22/12/2002		-	3,75%	0,39	0,05	2,53	14,93

Dividendos atualizados em 22/12/2002.....	14,93
Juros s/ os dividendos atualizados em 22/12/2002.....	2,53
Total dos dividendos e juros atualizados em 22/12/2002.....	17,46

CONVERSÃO DAS AÇÕES EM DINHEIRO

Quantidade de ações em 22/12/2002	18.962
Patrimônio Líquido em 31/12/2002	4.009.957.000,00
Número de ações em 31/12/2002	1.171.784.352.000,00
Valor Patrimonial por Ações em 31/12/2002	0,00342
Valor das Ações em 31/12/2002	64,89

ANEXO 02.07

TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO
PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM- FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
30/04/1998		-		-	-	-	-
31/05/1998		-	0,14%	-	-	-	-
30/06/1998		-	0,38%	-	-	-	-
31/07/1998		-	-0,17%	-	-	-	-
31/08/1998		-	-0,16%	-	-	-	-
30/09/1998		-	-0,08%	-	-	-	-
31/10/1998		-	0,08%	-	-	-	-
30/11/1998		-	-0,32%	-	-	-	-
31/12/1998		-	0,45%	-	-	-	-
31/01/1999		-	0,84%	-	-	-	-
28/02/1999		-	3,61%	-	-	-	-
31/03/1999		-	2,83%	-	-	-	-
30/04/1999		-	0,71%	-	-	-	-
31/05/1999		-	-0,29%	-	-	-	-
30/06/1999		-	0,36%	-	-	-	-
31/07/1999		-	1,55%	-	-	-	-
31/08/1999		-	1,56%	-	-	-	-
30/09/1999		-	1,45%	-	-	-	-
31/10/1999		-	1,70%	-	-	-	-
30/11/1999		-	2,39%	-	-	-	-
20/12/1999	0,19647	3,39	1,81%	-	-	-	3,39
31/12/1999		-	1,81%	0,02	0,01	0,01	3,41
31/01/2000		-	1,24%	0,04	0,02	0,02	3,45
29/02/2000		-	0,35%	0,01	0,02	0,04	3,46
31/03/2000		-	0,15%	0,01	0,02	0,06	3,47
30/04/2000	0,07317	1,26	0,23%	0,01	0,02	0,08	4,74
31/05/2000		-	0,31%	0,01	0,02	0,10	4,75
30/06/2000		-	0,85%	0,04	0,02	0,12	4,79
31/07/2000		-	1,57%	0,08	0,02	0,15	4,87
31/08/2000		-	2,39%	0,12	0,02	0,18	4,98
30/09/2000		-	1,16%	0,06	0,02	0,20	5,04
31/10/2000		-	0,38%	0,02	0,03	0,23	5,06
30/11/2000		-	0,29%	0,01	0,03	0,26	5,08
31/12/2000		-	0,63%	0,03	0,03	0,28	5,11
31/01/2001		-	0,62%	0,03	0,03	0,31	5,14
28/02/2001		-	0,23%	0,01	0,03	0,34	5,15

ANEXO 02.07**TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A****DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.**

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
31/03/2001		-	0,56%	0,03	0,03	0,36	5,18
30/04/2001	0,10031	1,73	1,00%	0,05	0,03	0,39	6,96
31/05/2001		-	0,86%	0,06	0,03	0,43	7,02
30/06/2001		-	0,98%	0,07	0,04	0,47	7,09
31/07/2001		-	1,48%	0,10	0,04	0,51	7,19
31/08/2001		-	1,38%	0,10	0,04	0,56	7,29
30/09/2001		-	0,31%	0,02	0,04	0,60	7,32
31/10/2001		-	1,18%	0,09	0,04	0,64	7,40
30/11/2001		-	1,10%	0,08	0,04	0,68	7,48
31/12/2001		-	0,22%	0,02	0,04	0,72	7,50
31/01/2002		-	0,36%	0,03	0,04	0,76	7,53
28/02/2002		-	0,06%	0,00	0,04	0,80	7,53
31/03/2002		-	0,09%	0,01	0,04	0,84	7,54
30/04/2002		-	0,56%	0,04	0,04	0,88	7,58
31/05/2002		-	0,83%	0,06	0,04	0,93	7,64
30/06/2002		-	1,54%	0,12	0,04	0,98	7,76
31/07/2002		-	1,95%	0,15	0,04	1,04	7,91
31/08/2002		-	2,32%	0,18	0,04	1,10	8,10
18/09/2002	0,20379	3,51	2,40%	0,12	0,02	1,14	11,73
27/09/2002	0,20379	3,51	2,40%	0,08	0,02	1,17	15,32
30/09/2002		-	2,40%	0,04	0,01	1,18	15,36
31/10/2002		-	3,87%	0,59	0,08	1,30	15,95
30/11/2002		-	5,19%	0,83	0,08	1,45	16,78
22/12/2002		-	3,75%	0,45	0,06	1,54	17,23

Dividendos atualizados em 22/12/2002.....	17,23
Juros s/ os dividendos atualizados em 22/12/2002.....	1,54
Total dos dividendos e juros atualizados em 22/12/2002.....	18,77

CONVERSÃO DAS AÇÕES EM DINHEIRO

Quantidade de ações em 22/12/2002	17.238
Patrimônio Líquido em 31/12/2002	1.779.685.000,00
Número de ações em 31/12/2002	414.006.458.000,00
Valor Patrimonial por Ações em 31/12/2002	0,00430
Valor das Ações em 31/12/2002	74,10

ANEXO 02.08

TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO
PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM- FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
30/04/1998		-		-	-	-	-
31/05/1998		-	0,14%	-	-	-	-
30/06/1998		-	0,38%	-	-	-	-
31/07/1998		-	-0,17%	-	-	-	-
31/08/1998		-	-0,16%	-	-	-	-
30/09/1998		-	-0,08%	-	-	-	-
31/10/1998		-	0,08%	-	-	-	-
30/11/1998		-	-0,32%	-	-	-	-
31/12/1998		-	0,45%	-	-	-	-
31/01/1999		-	0,84%	-	-	-	-
28/02/1999		-	3,61%	-	-	-	-
31/03/1999		-	2,83%	-	-	-	-
30/04/1999	0,05000	0,86	0,71%	-	-	-	0,86
31/05/1999		-	-0,29%	0,00	0,00	0,00	0,86
30/06/1999		-	0,36%	0,00	0,00	0,01	0,86
31/07/1999		-	1,55%	0,01	0,00	0,01	0,88
31/08/1999		-	1,56%	0,01	0,00	0,02	0,89
30/09/1999		-	1,45%	0,01	0,00	0,02	0,90
31/10/1999		-	1,70%	0,02	0,00	0,03	0,92
30/11/1999		-	2,39%	0,02	0,00	0,03	0,94
31/12/1999		-	1,81%	0,02	0,00	0,04	0,96
31/01/2000		-	1,24%	0,01	0,00	0,04	0,97
29/02/2000		-	0,35%	0,00	0,00	0,05	0,97
31/03/2000		-	0,15%	0,00	0,00	0,05	0,97
30/04/2000		-	0,23%	0,00	0,00	0,06	0,98
31/05/2000		-	0,31%	0,00	0,00	0,06	0,98
30/06/2000		-	0,85%	0,01	0,00	0,07	0,99
31/07/2000		-	1,57%	0,02	0,00	0,07	1,00
31/08/2000		-	2,39%	0,02	0,01	0,08	1,03
30/09/2000		-	1,16%	0,01	0,01	0,09	1,04
31/10/2000		-	0,38%	0,00	0,01	0,09	1,04
30/11/2000		-	0,29%	0,00	0,01	0,10	1,05
31/12/2000		-	0,63%	0,01	0,01	0,10	1,05
31/01/2001		-	0,62%	0,01	0,01	0,11	1,06
28/02/2001		-	0,23%	0,00	0,01	0,12	1,06
31/03/2001		-	0,56%	0,01	0,01	0,12	1,07

ANEXO 02.08**TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A****DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.**

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
30/04/2001	0,03760	0,65	1,00%	0,01	0,01	0,13	1,73
31/05/2001		-	0,86%	0,01	0,01	0,14	1,74
30/06/2001		-	0,98%	0,02	0,01	0,15	1,76
31/07/2001		-	1,48%	0,03	0,01	0,16	1,78
31/08/2001		-	1,38%	0,02	0,01	0,17	1,81
30/09/2001		-	0,31%	0,01	0,01	0,18	1,81
31/10/2001		-	1,18%	0,02	0,01	0,19	1,84
30/11/2001		-	1,10%	0,02	0,01	0,20	1,86
31/12/2001		-	0,22%	0,00	0,01	0,21	1,86
31/01/2002		-	0,36%	0,01	0,01	0,22	1,87
28/02/2002		-	0,06%	0,00	0,01	0,23	1,87
31/03/2002		-	0,09%	0,00	0,01	0,24	1,87
30/04/2002	0,07331	1,26	0,56%	0,01	0,01	0,25	3,14
31/05/2002		-	0,83%	0,03	0,02	0,27	3,17
30/06/2002		-	1,54%	0,05	0,02	0,29	3,22
31/07/2002		-	1,95%	0,06	0,02	0,31	3,28
31/08/2002		-	2,32%	0,08	0,02	0,33	3,36
30/09/2002		-	2,40%	0,08	0,02	0,36	3,44
31/10/2002		-	3,87%	0,13	0,02	0,39	3,57
30/11/2002		-	5,19%	0,19	0,02	0,43	3,76
22/12/2002		-	3,75%	0,10	0,01	0,45	3,86

Dividendos atualizados em 22/12/2002.....	3,86
Juros s/ os dividendos atualizados em 22/12/2002.....	0,45
Total dos dividendos e juros atualizados em 22/12/2002.....	4,31

CONVERSÃO DAS AÇÕES EM DINHEIRO

Quantidade de ações em 22/12/2002	17.238
Patrimônio Líquido em 31/12/2002	763.253.000,00
Número de ações em 31/12/2002	340.431.374.000,00
Valor Patrimonial por Ações em 31/12/2002	0,00224
Valor das Ações em 31/12/2002	38,65

ANEXO 02.09

TELE CELULAR SUL PARTICIPAÇÕES S/A

DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO
PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM- FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
30/04/1998		-		-	-	-	-
31/05/1998		-	0,14%	-	-	-	-
30/06/1998		-	0,38%	-	-	-	-
31/07/1998		-	-0,17%	-	-	-	-
31/08/1998		-	-0,16%	-	-	-	-
30/09/1998		-	-0,08%	-	-	-	-
31/10/1998		-	0,08%	-	-	-	-
30/11/1998		-	-0,32%	-	-	-	-
31/12/1998		-	0,45%	-	-	-	-
31/01/1999		-	0,84%	-	-	-	-
28/02/1999		-	3,61%	-	-	-	-
31/03/1999		-	2,83%	-	-	-	-
30/04/1999	0,09400	1,62	0,71%	-	-	-	1,62
31/05/1999		-	-0,29%	0,00	0,01	0,01	1,62
30/06/1999		-	0,36%	0,01	0,01	0,02	1,62
31/07/1999		-	1,55%	0,03	0,01	0,02	1,65
31/08/1999		-	1,56%	0,03	0,01	0,03	1,67
30/09/1999		-	1,45%	0,02	0,01	0,04	1,70
31/10/1999		-	1,70%	0,03	0,01	0,05	1,73
30/11/1999		-	2,39%	0,04	0,01	0,06	1,77
31/12/1999		-	1,81%	0,03	0,01	0,07	1,80
31/01/2000		-	1,24%	0,02	0,01	0,08	1,82
29/02/2000		-	0,35%	0,01	0,01	0,09	1,83
31/03/2000		-	0,15%	0,00	0,01	0,10	1,83
30/04/2000		-	0,23%	0,00	0,01	0,11	1,83
31/05/2000		-	0,31%	0,01	0,01	0,12	1,84
30/06/2000		-	0,85%	0,02	0,01	0,13	1,86
31/07/2000		-	1,57%	0,03	0,01	0,14	1,88
31/08/2000		-	2,39%	0,05	0,01	0,15	1,93
30/09/2000		-	1,16%	0,02	0,01	0,16	1,95
31/10/2000		-	0,38%	0,01	0,01	0,17	1,96
30/11/2000		-	0,29%	0,01	0,01	0,18	1,97
31/12/2000		-	0,63%	0,01	0,01	0,20	1,98
31/01/2001		-	0,62%	0,01	0,01	0,21	1,99
28/02/2001		-	0,23%	0,00	0,01	0,22	1,99

ANEXO 02.09**TELE CELULAR SUL PARTICIPAÇÕES S/A****DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.**

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
31/03/2001		-	0,56%	0,01	0,01	0,23	2,01
30/04/2001		-	1,00%	0,02	0,01	0,24	2,03
31/05/2001		-	0,86%	0,02	0,01	0,25	2,04
25/06/2001	0,02782	0,48	0,98%	0,02	0,01	0,26	2,54
30/06/2001		-	0,98%	0,00	0,00	0,27	2,54
31/07/2001		-	1,48%	0,04	0,01	0,28	2,58
31/08/2001		-	1,38%	0,04	0,01	0,30	2,62
30/09/2001		-	0,31%	0,01	0,01	0,31	2,62
31/10/2001		-	1,18%	0,03	0,01	0,33	2,66
30/11/2001		-	1,10%	0,03	0,01	0,35	2,68
31/12/2001		-	0,22%	0,01	0,01	0,36	2,69
31/01/2002		-	0,36%	0,01	0,01	0,38	2,70
28/02/2002		-	0,06%	0,00	0,01	0,39	2,70
31/03/2002		-	0,09%	0,00	0,01	0,40	2,70
30/04/2002	0,12156	2,10	0,56%	0,02	0,01	0,42	4,82
31/05/2002		-	0,83%	0,04	0,02	0,45	4,86
30/06/2002		-	1,54%	0,07	0,02	0,48	4,93
31/07/2002		-	1,95%	0,10	0,02	0,51	5,03
31/08/2002		-	2,32%	0,12	0,03	0,55	5,14
30/09/2002		-	2,40%	0,12	0,03	0,59	5,27
31/10/2002		-	3,87%	0,20	0,03	0,64	5,47
30/11/2002		-	5,19%	0,28	0,03	0,70	5,75
22/12/2002		-	3,75%	0,15	0,02	0,74	5,91

Dividendos atualizados em 22/12/2002.....	5,91
Juros s/ os dividendos atualizados em 22/12/2002.....	0,74
Total dos dividendos e juros atualizados em 22/12/2002.....	6,64

CONVERSÃO DAS AÇÕES EM DINHEIRO

Quantidade de ações em 22/12/2002	17.238
Patrimônio Líquido em 31/12/2002	845.330.000,00
Número de ações em 31/12/2002	342.969.940.000,00
Valor Patrimonial por Ações em 31/12/2002	0,00246
Valor das Ações em 31/12/2002	42,49

ANEXO 02.10

TELE CENTRO OESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
30/04/1998		-		-	-	-	-
31/05/1998		-	0,14%	-	-	-	-
30/06/1998		-	0,38%	-	-	-	-
31/07/1998		-	-0,17%	-	-	-	-
31/08/1998		-	-0,16%	-	-	-	-
30/09/1998		-	-0,08%	-	-	-	-
31/10/1998		-	0,08%	-	-	-	-
30/11/1998		-	-0,32%	-	-	-	-
31/12/1998		-	0,45%	-	-	-	-
31/01/1999		-	0,84%	-	-	-	-
28/02/1999		-	3,61%	-	-	-	-
31/03/1999		-	2,83%	-	-	-	-
30/04/1999	0,14801	2,55	0,71%	-	-	-	2,55
31/05/1999		-	-0,29%	0,01	0,01	0,01	2,54
30/06/1999		-	0,36%	0,01	0,01	0,03	2,55
31/07/1999		-	1,55%	0,04	0,01	0,04	2,59
31/08/1999		-	1,56%	0,04	0,01	0,05	2,63
30/09/1999		-	1,45%	0,04	0,01	0,07	2,67
31/10/1999		-	1,70%	0,05	0,01	0,08	2,72
30/11/1999		-	2,39%	0,06	0,01	0,10	2,78
31/12/1999		-	1,81%	0,05	0,01	0,11	2,83
31/01/2000		-	1,24%	0,04	0,01	0,13	2,87
29/02/2000		-	0,35%	0,01	0,01	0,14	2,88
31/03/2000		-	0,15%	0,00	0,01	0,16	2,88
30/04/2000	0,08700	1,50	0,23%	0,01	0,01	0,17	4,39
31/05/2000		-	0,31%	0,01	0,02	0,19	4,40
30/06/2000		-	0,85%	0,04	0,02	0,22	4,44
31/07/2000		-	1,57%	0,07	0,02	0,24	4,51
31/08/2000		-	2,39%	0,11	0,02	0,27	4,62
30/09/2000		-	1,16%	0,05	0,02	0,30	4,67
31/10/2000		-	0,38%	0,02	0,02	0,32	4,69
30/11/2000		-	0,29%	0,01	0,02	0,35	4,70
31/12/2000		-	0,63%	0,03	0,02	0,37	4,73
31/01/2001		-	0,62%	0,03	0,02	0,40	4,76
28/02/2001		-	0,23%	0,01	0,02	0,42	4,77
31/03/2001		-	0,56%	0,03	0,02	0,45	4,80

ANEXO 02.10**TELE CENTRO OESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A****DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.**

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
30/04/2001	0,08941	1,54	1,00%	0,05	0,02	0,48	6,39
31/05/2001		-	0,86%	0,05	0,03	0,51	6,44
30/06/2001		-	0,98%	0,06	0,03	0,55	6,50
31/07/2001		-	1,48%	0,10	0,03	0,59	6,60
31/08/2001		-	1,38%	0,09	0,03	0,63	6,69
30/09/2001		-	0,31%	0,02	0,03	0,67	6,71
31/10/2001		-	1,18%	0,08	0,03	0,71	6,79
30/11/2001		-	1,10%	0,07	0,03	0,75	6,87
31/12/2001		-	0,22%	0,02	0,03	0,79	6,88
31/01/2002		-	0,36%	0,02	0,03	0,82	6,91
28/02/2002		-	0,06%	0,00	0,03	0,86	6,91
31/03/2002		-	0,09%	0,01	0,03	0,90	6,92
30/04/2002	0,20150	3,47	0,56%	0,04	0,03	0,93	10,43
31/05/2002		-	0,83%	0,09	0,05	0,99	10,52
30/06/2002		-	1,54%	0,16	0,05	1,06	10,68
31/07/2002		-	1,95%	0,21	0,05	1,14	10,89
31/08/2002		-	2,32%	0,25	0,05	1,22	11,14
30/09/2002		-	2,40%	0,27	0,06	1,30	11,41
31/10/2002		-	3,87%	0,44	0,06	1,41	11,85
30/11/2002		-	5,19%	0,61	0,06	1,54	12,46
22/12/2002		-	3,75%	0,33	0,04	1,63	12,79

Dividendos atualizados em 22/12/2002.....	12,79
Juros s/ os dividendos atualizados em 22/12/2002.....	1,63
Total dos dividendos e juros atualizados em 22/12/2002.....	14,42

CONVERSÃO DAS AÇÕES EM DINHEIRO

Quantidade de ações em 22/12/2002	17.238
Patrimônio Líquido em 31/12/2002	1.218.523.000,00
Número de ações em 31/12/2002	379.200.036.000,00
Valor Patrimonial por Ações em 31/12/2002	0,00321
Valor das Ações em 31/12/2002	55,39

ANEXO 02.11

TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO
PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM- FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
30/04/1998		-		-	-	-	-
31/05/1998		-	0,14%	-	-	-	-
30/06/1998		-	0,38%	-	-	-	-
31/07/1998		-	-0,17%	-	-	-	-
31/08/1998		-	-0,16%	-	-	-	-
30/09/1998		-	-0,08%	-	-	-	-
31/10/1998		-	0,08%	-	-	-	-
30/11/1998		-	-0,32%	-	-	-	-
31/12/1998		-	0,45%	-	-	-	-
31/01/1999		-	0,84%	-	-	-	-
28/02/1999		-	3,61%	-	-	-	-
31/03/1999		-	2,83%	-	-	-	-
30/04/1999	0,00515	0,09	0,71%	-	-	-	0,09
31/05/1999		-	-0,29%	0,00	0,00	0,00	0,09
30/06/1999		-	0,36%	0,00	0,00	0,00	0,09
31/07/1999		-	1,55%	0,00	0,00	0,00	0,09
31/08/1999		-	1,56%	0,00	0,00	0,00	0,09
30/09/1999		-	1,45%	0,00	0,00	0,00	0,09
31/10/1999		-	1,70%	0,00	0,00	0,00	0,09
30/11/1999		-	2,39%	0,00	0,00	0,00	0,10
31/12/1999		-	1,81%	0,00	0,00	0,00	0,10
31/01/2000		-	1,24%	0,00	0,00	0,00	0,10
29/02/2000		-	0,35%	0,00	0,00	0,00	0,10
31/03/2000		-	0,15%	0,00	0,00	0,01	0,10
30/04/2000	0,01036	0,18	0,23%	0,00	0,00	0,01	0,28
31/05/2000		-	0,31%	0,00	0,00	0,01	0,28
30/06/2000		-	0,85%	0,00	0,00	0,01	0,28
31/07/2000		-	1,57%	0,00	0,00	0,01	0,29
31/08/2000		-	2,39%	0,01	0,00	0,01	0,29
30/09/2000		-	1,16%	0,00	0,00	0,01	0,30
31/10/2000		-	0,38%	0,00	0,00	0,02	0,30
30/11/2000		-	0,29%	0,00	0,00	0,02	0,30
31/12/2000		-	0,63%	0,00	0,00	0,02	0,30
31/01/2001		-	0,62%	0,00	0,00	0,02	0,30
28/02/2001		-	0,23%	0,00	0,00	0,02	0,30
31/03/2001		-	0,56%	0,00	0,00	0,02	0,31

ANEXO 02.11**TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A****DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.**

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
30/04/2001	0,01257	0,22	1,00%	0,00	0,00	0,02	0,52
31/05/2001		-	0,86%	0,00	0,00	0,03	0,53
30/06/2001		-	0,98%	0,01	0,00	0,03	0,53
31/07/2001		-	1,48%	0,01	0,00	0,03	0,54
31/08/2001		-	1,38%	0,01	0,00	0,04	0,55
30/09/2001		-	0,31%	0,00	0,00	0,04	0,55
31/10/2001		-	1,18%	0,01	0,00	0,04	0,56
30/11/2001		-	1,10%	0,01	0,00	0,05	0,56
31/12/2001		-	0,22%	0,00	0,00	0,05	0,57
31/01/2002		-	0,36%	0,00	0,00	0,05	0,57
28/02/2002		-	0,06%	0,00	0,00	0,06	0,57
31/03/2002		-	0,09%	0,00	0,00	0,06	0,57
30/04/2002		-	0,56%	0,00	0,00	0,06	0,57
31/05/2002		-	0,83%	0,00	0,00	0,06	0,58
30/06/2002		-	1,54%	0,01	0,00	0,07	0,59
31/07/2002		-	1,95%	0,01	0,00	0,07	0,60
31/08/2002		-	2,32%	0,01	0,00	0,08	0,61
30/09/2002		-	2,40%	0,01	0,00	0,08	0,63
31/10/2002		-	3,87%	0,02	0,00	0,09	0,65
30/11/2002		-	5,19%	0,03	0,00	0,10	0,68
22/12/2002		-	3,75%	0,02	0,00	0,10	0,70

Dividendos atualizados em 22/12/2002.....	0,70
Juros s/ os dividendos atualizados em 22/12/2002.....	0,10
Total dos dividendos e juros atualizados em 22/12/2002.....	0,80

CONVERSÃO DAS AÇÕES EM DINHEIRO

Quantidade de ações em 22/12/2002	17.238
Patrimônio Líquido em 31/12/2002	227.595.000,00
Número de ações em 31/12/2002	335.084.155.000,00
Valor Patrimonial por Ações em 31/12/2002	0,00068
Valor das Ações em 31/12/2002	11,71

ANEXO 02.12

TELE LESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO
PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
30/04/1998		-		-	-	-	-
31/05/1998		-	0,14%	-	-	-	-
30/06/1998		-	0,38%	-	-	-	-
31/07/1998		-	-0,17%	-	-	-	-
31/08/1998		-	-0,16%	-	-	-	-
30/09/1998		-	-0,08%	-	-	-	-
31/10/1998		-	0,08%	-	-	-	-
30/11/1998		-	-0,32%	-	-	-	-
31/12/1998		-	0,45%	-	-	-	-
31/01/1999		-	0,84%	-	-	-	-
28/02/1999		-	3,61%	-	-	-	-
31/03/1999		-	2,83%	-	-	-	-
30/04/1999	0,02484	0,43	0,71%	-	-	-	0,43
31/05/1999		-	-0,29%	0,00	0,00	0,00	0,43
30/06/1999		-	0,36%	0,00	0,00	0,00	0,43
31/07/1999		-	1,55%	0,01	0,00	0,01	0,44
31/08/1999		-	1,56%	0,01	0,00	0,01	0,44
30/09/1999		-	1,45%	0,01	0,00	0,01	0,45
31/10/1999		-	1,70%	0,01	0,00	0,01	0,46
30/11/1999		-	2,39%	0,01	0,00	0,02	0,47
31/12/1999		-	1,81%	0,01	0,00	0,02	0,48
31/01/2000		-	1,24%	0,01	0,00	0,02	0,48
29/02/2000		-	0,35%	0,00	0,00	0,02	0,48
31/03/2000		-	0,15%	0,00	0,00	0,03	0,48
30/04/2000	0,00378	0,07	0,23%	0,00	0,00	0,03	0,55
31/05/2000		-	0,31%	0,00	0,00	0,03	0,55
30/06/2000		-	0,85%	0,00	0,00	0,03	0,56
31/07/2000		-	1,57%	0,01	0,00	0,04	0,56
31/08/2000		-	2,39%	0,01	0,00	0,04	0,58
30/09/2000		-	1,16%	0,01	0,00	0,05	0,59
31/10/2000		-	0,38%	0,00	0,00	0,05	0,59
30/11/2000		-	0,29%	0,00	0,00	0,05	0,59
31/12/2000		-	0,63%	0,00	0,00	0,05	0,59
31/01/2001		-	0,62%	0,00	0,00	0,06	0,60
28/02/2001		-	0,23%	0,00	0,00	0,06	0,60
31/03/2001		-	0,56%	0,00	0,00	0,06	0,60

ANEXO 02.12**TELE LESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A****DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.**

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
30/04/2001		-	1,00%	0,01	0,00	0,07	0,61
31/05/2001		-	0,86%	0,01	0,00	0,07	0,61
30/06/2001		-	0,98%	0,01	0,00	0,08	0,62
31/07/2001		-	1,48%	0,01	0,00	0,08	0,63
31/08/2001		-	1,38%	0,01	0,00	0,08	0,64
30/09/2001		-	0,31%	0,00	0,00	0,09	0,64
31/10/2001		-	1,18%	0,01	0,00	0,09	0,65
30/11/2001		-	1,10%	0,01	0,00	0,10	0,65
31/12/2001		-	0,22%	0,00	0,00	0,10	0,65
31/01/2002		-	0,36%	0,00	0,00	0,10	0,66
28/02/2002		-	0,06%	0,00	0,00	0,11	0,66
31/03/2002		-	0,09%	0,00	0,00	0,11	0,66
30/04/2002	0,03822	0,66	0,56%	0,00	0,00	0,11	1,32
31/05/2002		-	0,83%	0,01	0,01	0,12	1,33
30/06/2002		-	1,54%	0,02	0,01	0,13	1,35
31/07/2002		-	1,95%	0,03	0,01	0,14	1,38
31/08/2002		-	2,32%	0,03	0,01	0,15	1,41
30/09/2002		-	2,40%	0,03	0,01	0,16	1,44
31/10/2002		-	3,87%	0,06	0,01	0,17	1,50
30/11/2002		-	5,19%	0,08	0,01	0,19	1,58
22/12/2002		-	3,75%	0,04	0,01	0,20	1,62

Dividendos atualizados em 22/12/2002.....	1,62
Juros s/ os dividendos atualizados em 22/12/2002.....	0,20
Total dos dividendos e juros atualizados em 22/12/2002.....	1,82

CONVERSÃO DAS AÇÕES EM DINHEIRO

Quantidade de ações em 22/12/2002	17.238
Patrimônio Líquido em 31/12/2002	443.048.000,00
Número de ações em 31/12/2002	479.445.039.000,00
Valor Patrimonial por Ações em 31/12/2002	0,00092
Valor das Ações em 31/12/2002	15,93

ANEXO 02.13

TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO
PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM- FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
30/04/1998		-		-	-	-	-
31/05/1998		-	0,14%	-	-	-	-
30/06/1998		-	0,38%	-	-	-	-
31/07/1998		-	-0,17%	-	-	-	-
31/08/1998		-	-0,16%	-	-	-	-
30/09/1998		-	-0,08%	-	-	-	-
31/10/1998		-	0,08%	-	-	-	-
30/11/1998		-	-0,32%	-	-	-	-
31/12/1998		-	0,45%	-	-	-	-
31/01/1999		-	0,84%	-	-	-	-
28/02/1999		-	3,61%	-	-	-	-
31/03/1999		-	2,83%	-	-	-	-
30/04/1999	0,07459	1,29	0,71%	-	-	-	1,29
31/05/1999		-	-0,29%	-	0,00	0,01	1,28
30/06/1999		-	0,36%	0,00	0,01	0,01	1,29
31/07/1999		-	1,55%	0,02	0,01	0,02	1,31
31/08/1999		-	1,56%	0,02	0,01	0,03	1,33
30/09/1999		-	1,45%	0,02	0,01	0,03	1,35
31/10/1999		-	1,70%	0,02	0,01	0,04	1,37
30/11/1999		-	2,39%	0,03	0,01	0,05	1,40
31/12/1999		-	1,81%	0,03	0,01	0,06	1,43
31/01/2000		-	1,24%	0,02	0,01	0,06	1,44
29/02/2000		-	0,35%	0,01	0,01	0,07	1,45
31/03/2000		-	0,15%	0,00	0,01	0,08	1,45
30/04/2000	0,02512	0,43	0,23%	0,00	0,01	0,09	1,89
31/05/2000		-	0,31%	0,01	0,01	0,10	1,89
30/06/2000		-	0,85%	0,02	0,01	0,11	1,91
31/07/2000		-	1,57%	0,03	0,01	0,12	1,94
31/08/2000		-	2,39%	0,05	0,01	0,13	1,99
30/09/2000		-	1,16%	0,02	0,01	0,14	2,01
31/10/2000		-	0,38%	0,01	0,01	0,15	2,02
30/11/2000		-	0,29%	0,01	0,01	0,16	2,02
31/12/2000		-	0,63%	0,01	0,01	0,17	2,04
31/01/2001		-	0,62%	0,01	0,01	0,19	2,05
28/02/2001		-	0,23%	0,00	0,01	0,20	2,05

ANEXO 02.13**TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A****DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.**

Data inicial: 31/12/1997

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
31/03/2001		-	0,56%	0,01	0,01	0,21	2,07
30/04/2001		-	1,00%	0,02	0,01	0,22	2,09
31/05/2001		-	0,86%	0,02	0,01	0,23	2,10
30/06/2001		-	0,98%	0,02	0,01	0,24	2,12
02/07/2001	0,02741	0,47	1,48%	0,00	0,00	0,25	2,60
31/07/2001		-	1,48%	0,04	0,01	0,26	2,63
31/08/2001		-	1,38%	0,04	0,01	0,28	2,67
30/09/2001		-	0,31%	0,01	0,01	0,29	2,68
31/10/2001		-	1,18%	0,03	0,01	0,31	2,71
30/11/2001		-	1,10%	0,03	0,01	0,33	2,74
31/12/2001		-	0,22%	0,01	0,01	0,34	2,75
31/01/2002		-	0,36%	0,01	0,01	0,36	2,76
28/02/2002		-	0,06%	0,00	0,01	0,37	2,76
31/03/2002		-	0,09%	0,00	0,01	0,38	2,76
30/04/2002	0,05399	0,93	0,56%	0,02	0,01	0,40	3,71
31/05/2002		-	0,83%	0,03	0,02	0,42	3,74
30/06/2002		-	1,54%	0,06	0,02	0,45	3,80
31/07/2002		-	1,95%	0,07	0,02	0,47	3,87
31/08/2002		-	2,32%	0,09	0,02	0,50	3,96
30/09/2002		-	2,40%	0,10	0,02	0,54	4,05
31/10/2002		-	3,87%	0,16	0,02	0,58	4,21
30/11/2002		-	5,19%	0,22	0,02	0,63	4,43
22/12/2002		-	3,75%	0,12	0,02	0,66	4,55

Dividendos atualizados em 22/12/2002.....	4,55
Juros s/ os dividendos atualizados em 22/12/2002.....	0,66
Total dos dividendos e juros atualizados em 22/12/2002.....	5,21

CONVERSÃO DAS AÇÕES EM DINHEIRO

Quantidade de ações em 22/12/2002	17.238
Patrimônio Líquido em 31/12/2002	710.145.000,00
Número de ações em 31/12/2002	345.739.620.000,00
Valor Patrimonial por Ações em 31/12/2002	0,00205
Valor das Ações em 31/12/2002	35,41

ANEXO 02.14**TELEFÔNICA DATA BRASIL HOLDING S/A****DEMONSTRATIVO DE DIVIDENDOS CREDITADOS E CONVERSÃO DAS AÇÕES EM MOEDA CORRENTE DO PERÍODO DE 31/12/1996 A 22/12/2002.**

Data inicial: 30/01/2001

Quantidade de Ações PN: 17.238

Índice: IGPM-FGV

Juros: 0,5 ao Mês Simples

DATA	DIVIDENDOS POR LOTES DE MIL AÇÕES		ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE 0,5% AO MÊS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
	VALOR DIVIDENDOS	VALOR CRÉDITADO					
31/01/2001		-	0,62%	-	-	-	-
28/02/2001		-	0,23%	-	-	-	-
31/03/2001		-	0,56%	-	-	-	-
30/04/2001		-	1,00%	-	-	-	-
31/05/2001		-	0,86%	-	-	-	-
30/06/2001		-	0,98%	-	-	-	-
02/07/2001		-	1,48%	-	-	-	-
31/07/2001		-	1,48%	-	-	-	-
31/08/2001		-	1,38%	-	-	-	-
30/09/2001		-	0,31%	-	-	-	-
31/10/2001		-	1,18%	-	-	-	-
30/11/2001		-	1,10%	-	-	-	-
31/12/2001		-	0,22%	-	-	-	-
31/01/2002		-	0,36%	-	-	-	-
28/02/2002		-	0,06%	-	-	-	-
31/03/2002		-	0,09%	-	-	-	-
30/04/2002		-	0,56%	-	-	-	-
31/05/2002		-	0,83%	-	-	-	-
30/06/2002		-	1,54%	-	-	-	-
31/07/2002		-	1,95%	-	-	-	-
31/08/2002		-	2,32%	-	-	-	-
30/09/2002		-	2,40%	-	-	-	-
31/10/2002		-	3,87%	-	-	-	-
30/11/2002		-	5,19%	-	-	-	-
22/12/2002		-	3,75%	-	-	-	-

Dividendos atualizados em 22/12/2002.....	-
Juros s/ os dividendos atualizados em 22/12/2002.....	-
Total dos dividendos e juros atualizados em 22/12/2002.....	-

CONVERSÃO DAS AÇÕES EM DINHEIRO

Quantidade de ações em 22/12/2002	17.238
Patrimônio Líquido em 31/12/2002	649.245.000,00
Número de ações em 31/12/2002	1.071.153.385.962,00
Valor Patrimonial por Ações em 31/12/2002	0,00061
Valor das Ações em 31/12/2002	10,45

ANEXO 03

DEMONSTRATIVO DE ATUALIZAÇÃO DE VALORES

ANEXO 03

DEMONSTRATIVO DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO

Saldo Inicial: 2.335,37

Índice: IGPM-FGV

Juros Simples: 0,5% ao mês até 10 de janeiro de 2003, depois 1,0% ao mês até a data do efetivo pagamento

DATA	VALOR	ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
22/12/2002	2.335,37					2.335,37
31/12/2002		3,75%	25,43	3,39	3,39	2.360,79
10/01/2003		2,33%	17,74	3,77	7,18	2.378,53
31/01/2003		2,33%	37,54	16,11	23,41	2.416,08
28/02/2003		2,28%	55,09	24,16	48,10	2.471,16
31/03/2003		1,53%	37,81	24,71	73,55	2.508,97
30/04/2003		0,92%	23,08	25,09	99,32	2.532,05
31/05/2003		-0,26%	6,58	25,32	124,38	2.525,47
30/06/2003		-1,00%	25,25	25,25	148,39	2.500,22
31/07/2003		-0,42%	10,50	25,00	172,77	2.489,72
31/08/2003		0,38%	9,46	24,90	198,32	2.499,18
30/09/2003		1,18%	29,49	24,99	225,65	2.528,67
31/10/2003		0,38%	9,61	25,29	251,80	2.538,28
30/11/2003		0,49%	12,44	25,38	278,42	2.550,71
31/12/2003		0,61%	15,56	25,51	305,62	2.566,27
31/01/2004		0,88%	22,58	25,66	333,97	2.588,86
29/02/2004		0,69%	17,86	25,89	362,17	2.606,72
31/03/2004		1,13%	29,46	26,07	392,33	2.636,18
30/04/2004		1,21%	31,90	26,36	423,43	2.668,07
31/05/2004		1,31%	34,95	26,68	455,66	2.703,02
30/06/2004		1,38%	37,30	27,03	488,98	2.740,33
31/07/2004		1,31%	35,90	27,40	522,79	2.776,22
31/08/2004		1,22%	33,87	27,76	556,93	2.810,09
30/09/2004		0,69%	19,39	28,10	588,87	2.829,48
31/10/2004		0,39%	11,03	28,29	619,47	2.840,52
30/11/2004		0,82%	23,29	28,41	652,95	2.863,81
31/12/2004		0,74%	21,19	28,64	686,42	2.885,00
31/01/2005		0,39%	11,25	28,85	717,95	2.896,26
28/02/2005		0,30%	8,69	28,96	749,06	2.904,94
31/03/2005		0,85%	24,69	29,05	784,48	2.929,64
30/04/2005		0,86%	25,19	29,30	820,52	2.954,83
31/05/2005		-0,22%	6,50	29,55	848,27	2.948,33
30/06/2005		-0,44%	12,97	29,48	874,02	2.935,36
31/07/2005		-0,34%	9,98	29,35	900,40	2.925,38
31/08/2005		-0,65%	19,01	29,25	923,80	2.906,36
30/09/2005		-0,53%	15,40	29,06	947,97	2.890,96
31/10/2005		0,60%	17,35	28,91	982,56	2.908,30
30/11/2005		0,40%	11,63	29,08	1.015,58	2.919,94
31/12/2005		-0,01%	0,29	29,20	1.044,68	2.919,65
31/01/2006		0,92%	26,86	29,20	1.083,48	2.946,51
28/02/2006		0,01%	0,29	29,47	1.113,06	2.946,80
31/03/2006		-0,23%	6,78	29,47	1.139,96	2.940,02
30/04/2006		-0,42%	12,35	29,40	1.164,58	2.927,68
31/05/2006		0,38%	11,13	29,28	1.198,28	2.938,80
30/06/2006		0,75%	22,04	29,39	1.236,65	2.960,84
31/07/2006		0,18%	5,33	29,61	1.268,49	2.966,17
31/08/2006		0,37%	10,97	29,66	1.302,84	2.977,15

ANEXO 03

DEMONSTRATIVO DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO

Saldo Inicial: 2.335,37

Índice: IGPM-FGV

Juros Simples: 0,5% ao mês até 10 de janeiro de 2003, depois 1,0% ao mês até a data do efetivo pagamento

DATA	VALOR	ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
30/09/2006		0,29%	8,63	29,77	1.336,39	2.985,78
31/10/2006		0,47%	14,03	29,86	1.372,53	2.999,81
30/11/2006		0,75%	22,50	30,00	1.412,82	3.022,31
31/12/2006		0,32%	9,67	30,22	1.447,57	3.031,98
31/01/2007		0,50%	15,16	30,32	1.485,13	3.047,14
28/02/2007		0,27%	8,23	30,47	1.519,61	3.055,37
31/03/2007		0,34%	10,39	30,55	1.555,33	3.065,76
30/04/2007		0,04%	1,23	30,66	1.586,61	3.066,98
31/05/2007		0,04%	1,23	30,67	1.617,91	3.068,21
30/06/2007		0,26%	7,98	30,68	1.652,80	3.076,19
31/07/2007		0,28%	8,61	30,76	1.688,19	3.084,80
31/08/2007		0,98%	30,23	30,85	1.735,58	3.115,03
30/09/2007		1,29%	40,18	31,15	1.789,12	3.155,22
31/10/2007		1,05%	33,13	31,55	1.839,46	3.188,35
30/11/2007		0,69%	22,00	31,88	1.884,04	3.210,35
31/12/2007		1,76%	56,50	32,10	1.949,30	3.266,85
31/01/2008		1,09%	35,61	32,67	2.003,21	3.302,46
29/02/2008		0,53%	17,50	33,02	2.046,86	3.319,96
31/03/2008		0,74%	24,57	33,20	2.095,20	3.344,53
30/04/2008		0,69%	23,08	33,45	2.143,10	3.367,61
31/05/2008		1,61%	54,22	33,68	2.211,28	3.421,82
30/06/2008		1,98%	67,75	34,22	2.289,29	3.489,58
31/07/2008		1,76%	61,42	34,90	2.364,47	3.550,99
31/08/2008		-0,32%	- 11,36	35,51	2.392,42	3.539,63
30/09/2008		0,11%	3,89	35,40	2.430,44	3.543,52
31/10/2008		0,98%	34,73	35,44	2.489,70	3.578,25
30/11/2008		0,38%	13,60	35,78	2.534,94	3.591,85
31/12/2008		-0,13%	- 4,67	35,92	2.567,56	3.587,18
31/01/2009		-0,44%	- 15,78	35,87	2.592,14	3.571,39
28/02/2009		0,26%	9,29	35,71	2.634,59	3.580,68
31/03/2009		-0,74%	- 26,50	35,81	2.650,90	3.554,18
30/04/2009		-0,15%	- 5,33	35,54	2.682,47	3.548,85
31/05/2009		-0,07%	- 2,48	35,49	2.716,08	3.546,37
30/06/2009		-0,10%	- 3,55	35,46	2.748,83	3.542,82
31/07/2009		-0,43%	- 15,23	35,43	2.772,44	3.527,59
31/08/2009		-0,36%	- 12,70	35,28	2.797,73	3.514,89
30/09/2009		0,42%	14,76	35,15	2.844,63	3.529,65
31/10/2009		0,05%	1,76	35,30	2.881,35	3.531,41
30/11/2009		0,10%	3,53	35,31	2.919,54	3.534,95
31/12/2009		-0,26%	- 9,19	35,35	2.947,30	3.525,75
31/01/2010		0,63%	22,21	35,26	3.001,13	3.547,97
28/02/2010		1,18%	41,87	35,48	3.072,02	3.589,83
31/03/2010		0,94%	33,74	35,90	3.136,80	3.623,58
30/04/2010		0,77%	27,90	36,24	3.197,19	3.651,48
31/05/2010		1,19%	43,45	36,51	3.271,75	3.694,93
30/06/2010		0,85%	31,41	36,95	3.336,51	3.726,34
31/07/2010		0,15%	5,59	37,26	3.378,77	3.731,93

ANEXO 03

DEMONSTRATIVO DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO

Saldo Inicial: 2.335,37

Índice: IGPM-FGV

Juros Simples: 0,5% ao mês até 10 de janeiro de 2003, depois 1,0% ao mês até a data do efetivo pagamento

DATA	VALOR	ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
31/08/2010		0,77%	28,74	37,32	3.442,11	3.760,66
30/09/2010		1,15%	43,25	37,61	3.519,30	3.803,91
31/10/2010		1,01%	38,42	38,04	3.592,89	3.842,33
30/11/2010		1,45%	55,71	38,42	3.683,41	3.898,04
31/12/2010		0,69%	26,90	38,98	3.747,80	3.924,94
31/01/2011		0,79%	31,01	39,25	3.816,66	3.955,95
28/02/2011		1,00%	39,56	39,56	3.894,38	3.995,51
31/03/2011		0,62%	24,77	39,96	3.958,48	4.020,28
30/04/2011		0,45%	18,09	40,20	4.016,50	4.038,37
31/05/2011		0,43%	17,36	40,38	4.074,16	4.055,74
30/06/2011		-0,18%	- 7,30	40,56	4.107,38	4.048,44
31/07/2011		-0,12%	- 4,86	40,48	4.142,94	4.043,58
31/08/2011		0,44%	17,79	40,44	4.201,60	4.061,37
30/09/2011		0,65%	26,40	40,61	4.269,52	4.087,77
31/10/2011		0,53%	21,67	40,88	4.333,03	4.109,43
30/11/2011		0,50%	20,55	41,09	4.395,79	4.129,98
31/12/2011		-0,12%	- 4,96	41,30	4.431,81	4.125,02
31/01/2012		0,25%	10,31	41,25	4.484,14	4.135,34
29/02/2012		-0,06%	- 2,48	41,35	4.522,81	4.132,86
31/03/2012		0,43%	17,77	41,33	4.583,58	4.150,63
30/04/2012		0,85%	35,28	41,51	4.664,05	4.185,91
31/05/2012		1,02%	42,70	41,86	4.753,48	4.228,60
30/06/2012		0,66%	27,91	42,29	4.827,14	4.256,51
31/07/2012		1,34%	57,04	42,57	4.934,39	4.313,55
31/08/2012		1,43%	61,68	43,14	5.048,09	4.375,23
30/09/2012		0,97%	42,44	43,75	5.140,81	4.417,67
31/10/2012		0,02%	0,88	44,18	5.186,01	4.418,56
30/11/2012		-0,03%	- 1,33	44,19	5.228,64	4.417,23
31/12/2012		0,68%	30,04	44,17	5.308,37	4.447,27
31/01/2013		0,34%	15,12	44,47	5.370,89	4.462,39
28/02/2013		0,29%	12,94	44,62	5.431,09	4.475,33
31/03/2013		0,21%	9,40	44,75	5.487,25	4.484,73
30/04/2013		0,15%	6,73	44,85	5.540,33	4.491,46
31/05/2013		0,00%	-	44,91	5.585,24	4.491,46
30/06/2013		0,75%	33,69	44,91	5.672,04	4.525,14
31/07/2013		0,26%	11,77	45,25	5.732,04	4.536,91
31/08/2013		0,15%	6,81	45,37	5.786,01	4.543,71
30/09/2013		1,50%	68,16	45,44	5.918,24	4.611,87
31/10/2013		0,86%	39,66	46,12	6.015,25	4.651,53
30/11/2013		0,29%	13,49	46,52	6.079,21	4.665,02
31/12/2013		0,60%	27,99	46,65	6.162,34	4.693,01
31/01/2014		0,48%	22,53	46,93	6.238,85	4.715,54
28/02/2014		0,38%	17,92	47,16	6.309,71	4.733,46
31/03/2014		1,67%	79,05	47,33	6.462,42	4.812,50
30/04/2014		0,78%	37,54	48,13	6.560,95	4.850,04
31/05/2014		-0,13%	- 6,31	48,50	6.600,92	4.843,74
30/06/2014		-0,74%	- 35,84	48,44	6.600,51	4.807,89

ANEXO 03

DEMONSTRATIVO DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO

Saldo Inicial: 2.335,37

Índice: IGPM-FGV

Juros Simples: 0,5% ao mês até 10 de janeiro de 2003, depois 1,0% ao mês até a data do efetivo pagamento

DATA	VALOR	ÍNDICE DE IGPM-FGV	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS	JUROS ATUALIZADOS	SALDO ATUALIZADO
31/07/2014		-0,61%	- 29,33	48,08	6.608,33	4.778,56
31/08/2014		-0,27%	- 12,90	47,79	6.638,27	4.765,66
30/09/2014		0,20%	9,53	47,66	6.699,20	4.775,19
31/10/2014		0,28%	13,37	47,75	6.765,71	4.788,56
30/11/2014		0,98%	46,93	47,89	6.879,90	4.835,49
31/12/2014		0,62%	29,98	48,35	6.970,91	4.865,47
31/01/2015		0,76%	36,98	48,65	7.072,55	4.902,45
28/02/2015		0,27%	13,24	49,02	7.140,67	4.915,69
31/03/2015		0,98%	48,17	49,16	7.259,80	4.963,86
30/04/2015		1,17%	58,08	49,64	7.394,38	5.021,94
31/05/2015		0,41%	20,59	50,22	7.474,92	5.042,53
30/06/2015		0,67%	33,78	50,43	7.575,42	5.076,31
31/07/2015		0,69%	35,03	50,76	7.678,46	5.111,34
31/08/2015		0,28%	14,31	51,11	7.751,07	5.125,65
30/09/2015		0,95%	48,69	51,26	7.875,96	5.174,34
31/10/2015		1,89%	97,80	51,74	8.076,56	5.272,14
30/11/2015		1,52%	80,14	52,72	8.252,05	5.352,28
31/12/2015		0,49%	26,23	53,52	8.346,00	5.378,50
31/01/2016		1,14%	61,31	53,79	8.494,93	5.439,82
29/02/2016		1,29%	70,17	54,40	8.658,92	5.509,99

Principal atualizado em 29/02/2016	5.509,99
Juros simples atualizados em 29/02/2016	8.658,92
Total da Indenização em 29/02/2016	14.168,91



ANEXO 04

RESUMO DOS DIVIDENDOS CREDITADOS POR COMPANHIA NO PERÍODO DE 31/12/1996 A 31/12/2002 E SITES DE PESQUISA

ANEXO 04

RESUMO DOS DIVIDENDOS CREDITADOS POR COMPANHIA NO PERÍODO DE 31/12/1996 A 31/12/2002 E SITES DE PESQUISA

TELEBRÁS PARTICIPAÇÕES S/A

ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO	LINK
1996	1,8780	30/04/1997	TELEBRAS	http://www.telebras.com.br/inst/?page_id=474
1997	1,8780	30/04/1998	TELEBRAS	http://www.telebras.com.br/inst/?page_id=474
1998	-	-	-	http://www.telebras.com.br/inst/?page_id=474
1999	-	-	-	http://www.telebras.com.br/inst/?page_id=474
2000	-	-	-	http://www.telebras.com.br/inst/?page_id=474
2001	-	-	-	http://www.telebras.com.br/inst/?page_id=474
2002	-	-	-	http://www.telebras.com.br/inst/?page_id=474
TOTAL	3,75600			

TELE CENTRO SUL PARTICIPAÇÕES S/A

ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO	LINK
1998	0,34749	30/04/1999	OI S/A	http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43697&conta=28&id=0&temp=3&tdoc=9&adoc=1998
1999	0,39768	30/04/2000	OI S/A	http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43697&conta=28&id=0&temp=3&tdoc=9&adoc=1999
2000	0,34749	30/04/2001	OI S/A	http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43697&conta=28&id=0&temp=3&tdoc=9&adoc=2000
2001	0,38458	30/04/2002	OI S/A	http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43697&conta=28&id=0&temp=3&tdoc=9&adoc=2001
2002	0,55112	30/04/2003	OI S/A	http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43697&conta=28&id=0&temp=3&tdoc=9&adoc=2002
TOTAL	2,02835			

ANEXO 04

RESUMO DOS DIVIDENDOS CREDITADOS POR COMPANHIA NO PERÍODO DE 31/12/1996 A 31/12/2002 E SITES DE PESQUISA

TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S/A

ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO	LINK
1998	0,67000	30/04/1999	BOVESPA	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/1998&razao=TELE%20NORTE%20LESTE%20PARTICIPA%C7%D5ES%20SA&site=C&pregao=TELEMAR&ccvm=17655
1999	0,67000	30/04/2000	OI S/A	http://www.mzweb.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43697&conta=28&id=0&temp=1&tdoc=9&adoc=1999
2000	0,67000	30/04/2001	OI S/A	http://www.mzweb.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43697&conta=28&id=0&temp=1&tdoc=9&adoc=2000
2001	0,81198	30/04/2002	OI S/A	http://www.mzweb.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43697&conta=28&id=0&temp=1&tdoc=9&adoc=2001
2002	0,72934	30/04/2003	OI S/A	http://www.mzweb.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43697&conta=28&id=0&temp=1&tdoc=9&adoc=2002
TOTAL	3,55131			

TELESP PARTICIPAÇÕES S/A

ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO	LINK
1998	0,58100	30/04/1999	BOVESPA	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/1998&razao=TELECOM%20SAO%20PAULO%20SA&site=C&pregao=TELESP%2028ANT%29&ccvm=11290
1999	2,00185	30/04/2000	VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Info_Mercado/Relatorios_CVM.aspx
2000	1,41125	30/04/2001	VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Info_Mercado/Relatorios_CVM.aspx
2001	1,82580	30/04/2002	VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Info_Mercado/Relatorios_CVM.aspx
2002	0,77576	30/04/2003	VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Info_Mercado/Relatorios_CVM.aspx
TOTAL	6,59566			

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S/A

ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO	LINK
1998	0,38300	30/04/1999	CVM	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/1998&razao=EMBRATEL%20PARTICIPACOES%20S.A.&site=C&pregao=EMBRATEL%20PAR&ccvm=17647
1999	0,03924	30/04/2000	CVM	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/1999&razao=EMBRATEL%20PARTICIPACOES%20S.A.&site=C&pregao=EMBRATEL%20PAR&ccvm=17647
2000	0,18276	30/04/2001	CVM	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2000&razao=EMBRATEL%20PARTICIPACOES%20S.A.&site=C&pregao=EMBRATEL%20PAR&ccvm=17647
2001	-	30/04/2002	CVM	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2001&razao=EMBRATEL%20PARTICIPACOES%20S.A.&site=C&pregao=EMBRATEL%20PAR&ccvm=17647
2002	-	30/04/2003	CVM	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2002&razao=EMBRATEL%20PARTICIPACOES%20S.A.&site=C&pregao=EMBRATEL%20PAR&ccvm=17647
TOTAL	0,60500			

ANEXO 04

RESUMO DOS DIVIDENDOS CREDITADOS POR COMPANHIA NO PERÍODO DE 31/12/1996 A 31/12/2002 E SITES DE PESQUISA

TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO	LINK
1998	0,26953	30/04/1999	CVM	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/1998&razao=VIVO%20PARTICIPA%C7%D5ES%20SA&site=C&pregao=VIVO%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&ccvm=17710
1999	0,09250	30/04/2000	VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Reestruturacao_Societaria/Vivo_Participacoes.aspx
2000	0,19905	30/04/2001	VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Reestruturacao_Societaria/Vivo_Participacoes.aspx
2001	-	30/04/2002	VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Reestruturacao_Societaria/Vivo_Participacoes.aspx
2002	-	30/04/2003	VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Reestruturacao_Societaria/Vivo_Participacoes.aspx
TOTAL	0,56107			

TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO	LINK
1998	0,19647	20/12/1999	CVM	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/1998&razao=TELE%20SUDESTE%20CELULAR%20PARTICIPA%C7%D5ES%20SA&site=C&pregao=TELE%20SUDESTE&ccvm=17620
1999	0,07317	30/04/2000	VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Reestruturacao_Societaria/Vivo_Participacoes.aspx
2000	0,10031	30/04/2001	VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Reestruturacao_Societaria/Vivo_Participacoes.aspx
2001	0,20379	18/09/2002	VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Reestruturacao_Societaria/Vivo_Participacoes.aspx
2002	0,20379	27/09/2002	VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Reestruturacao_Societaria/Vivo_Participacoes.aspx
TOTAL	0,77753			

ANEXO 04

RESUMO DOS DIVIDENDOS CREDITADOS POR COMPANHIA NO PERÍODO DE 31/12/1996 A 31/12/2002 E SITES DE PESQUISA

TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO	LINK
1998	0,05000	30/04/1999	CVM	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/1998&razao=TELEMIG%20CELULAR%20PARTICIPA%C7%D5E%20S.A.&site=C&pregao=TELEMIG%20PART&ccvm=17701
1999	-		VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Reestruturacao_Societaria/Vivo_Participacoes.aspx
2000	0,03760	30/04/2001	VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Reestruturacao_Societaria/Vivo_Participacoes.aspx
2001	0,07331	30/04/2002	VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Reestruturacao_Societaria/Vivo_Participacoes.aspx
2002	0,06934	30/04/2003	VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Reestruturacao_Societaria/Vivo_Participacoes.aspx
TOTAL	0,23025			

TELE CELULAR SUL PARTICIPAÇÕES S/A

ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO	LINK
1998	0,09400	30/04/1999	TIM S/A	http://ri.tim.com.br/listresultados.aspx?idCanal=usPUDXX4etyeFNairm36PA==&resultados=all
1999	-		TIM S/A	http://ri.tim.com.br/listresultados.aspx?idCanal=usPUDXX4etyeFNairm36PA==&resultados=all
2000	0,02782	25/06/2001	TIM S/A	http://ri.tim.com.br/listresultados.aspx?idCanal=usPUDXX4etyeFNairm36PA==&resultados=all
2001	0,12156	30/04/2002	TIM S/A	http://ri.tim.com.br/listresultados.aspx?idCanal=usPUDXX4etyeFNairm36PA==&resultados=all
2002	0,07313	30/04/2003	TIM S/A	http://ri.tim.com.br/listresultados.aspx?idCanal=usPUDXX4etyeFNairm36PA==&resultados=all
TOTAL	0,31651			

TELE CENTRO OESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO	LINK
1998	0,14801	30/04/1999	CVM	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/1998&razao=TCO%20CELULAR%20PARTICIPA%C7%D5ES%20S/A&site=C&pregao=TELE%20CTR%20OES&ccvm=17612
1999	0,08700	30/04/2000	VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Reestruturacao_Societaria/Vivo_Participacoes.aspx
2000	0,08941	30/04/2001	VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Reestruturacao_Societaria/Vivo_Participacoes.aspx
2001	0,20150	30/04/2002	VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Reestruturacao_Societaria/Vivo_Participacoes.aspx
2002	0,20617	30/04/2003	VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Reestruturacao_Societaria/Vivo_Participacoes.aspx
TOTAL	0,73209			

ANEXO 04

RESUMO DOS DIVIDENDOS CREDITADOS POR COMPANHIA NO PERÍODO DE 31/12/1996 A 31/12/2002 E SITES DE PESQUISA

TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO	LINK
1998	0,00515	30/04/1999	OI S/A	http://www.mzweb.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43697&conta=28&id=0&temp=6&tdoc=5&adoc=1998
1999	0,10360	30/04/2000	OI S/A	http://www.mzweb.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43697&conta=28&id=0&temp=6&tdoc=5&adoc=1999
2000	0,12570	30/04/2001	CVM	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2000&razao=TELE%20NORTE%20CELULAR%20PARTICIPACOES%20S.A.&site=C&pregao=TELE%20NORT%20CL&ccvm=17604
2001	0,01505	30/04/2002	OI S/A	http://www.mzweb.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43697&conta=28&id=0&temp=6&tdoc=5&adoc=2001
2002	-		OI S/A	http://www.mzweb.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43697&conta=28&id=0&temp=6&tdoc=5&adoc=2002
TOTAL	0,24951			

TELE LESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO	LINK
1998	0,02484	30/04/1999	CVM	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/1998&razao=TELE%20LESTE%20CELULAR%20PARTICIPACOES%20S.A.&site=C&pregao=TELE%20LEST%20CL&ccvm=17698
1999	0,00378	30/04/2000	VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Reestruturacao_Societaria/Vivo_Participacoes.aspx
2000	-	30/04/2001	VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Reestruturacao_Societaria/Vivo_Participacoes.aspx
2001	0,03822	30/04/2002	VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Reestruturacao_Societaria/Vivo_Participacoes.aspx
2002	-		VIVO S/A	http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Reestruturacao_Societaria/Vivo_Participacoes.aspx
TOTAL	0,06683			

ANEXO 04

RESUMO DOS DIVIDENDOS CREDITADOS POR COMPANHIA NO PERÍODO DE 31/12/1996 A 31/12/2002 E SITES DE PESQUISA

TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO	LINK
1998	0,07459	30/04/1999	TIM S/A	http://ri.tim.com.br/listresultados.aspx?idCanal=usPUDXX4etyeFNairm36PA==
1999	0,02512	30/04/2000	TIM S/A	http://ri.tim.com.br/listresultados.aspx?idCanal=usPUDXX4etyeFNairm36PA==
2000	0,02741	02/07/2001	TIM S/A	http://ri.tim.com.br/listresultados.aspx?idCanal=usPUDXX4etyeFNairm36PA==
2001	0,05399	30/04/2002	TIM S/A	http://ri.tim.com.br/listresultados.aspx?idCanal=usPUDXX4etyeFNairm36PA==
2002	0,08795	30/04/2003	TIM S/A	http://ri.tim.com.br/listresultados.aspx?idCanal=usPUDXX4etyeFNairm36PA==
TOTAL	0,26906			

TELEFÔNICA DATA BRASIL HOLDING S/A

ANO BASE	VALOR DO DIVIDENDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	DATA DO PAGAMENTO	BASE DA INFORMAÇÃO	LINK
2001	-			http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Reestruturacao_Societaria/Telefonica_Data.aspx
2002	-			http://telefonica.mediagroup.com.br/pt/Reestruturacao_Societaria/Telefonica_Data.aspx
TOTAL	-			



ANEXO 04.01

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A - TELEBRÁS

T E L E B R Á S



Relatório Anual

1996

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital autorizado em 31 de dezembro de 1996 é de R\$ 22.986.000 mil (R\$ 18.835.000 mil em 31.12.1995).

O Capital Social no valor de R\$ 10.034.456 mil (R\$ 7.926.597 mil em 31.12.1995), subscrito e integralizado, compõe-se de 320.680.677 mil (309.137.114 mil em 31.12.1995) ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	1996	1995
Ações Ordinárias - milhares	124.369.030	121.935.302
Ações Preferenciais - milhares	196.311.647	187.201.812
Total	320.680.677	309.137.114
Valor Patrimonial por mil ações (em R\$)	86,266	78,448

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor do capital social.

O dividendo preferencial de 6% ao ano totalizou R\$ 369.479 mil (R\$ 288.104 mil em 31.12.1995).

b. Reservas de Capital**Ágio na Subscrição de Ações**

Esta reserva representa o excesso do preço de emissão de novas ações, em relação à parcela destinada ao capital social.

Reserva Especial – Lei nº 8.200/91

A reserva especial prevista na Lei nº 8.200/91 foi constituída em contrapartida aos ajustes da correção monetária especial do ativo permanente, cuja finalidade foi a correção de distorções nos índices de correção monetária de balanço anteriores a 1991.

Outras Reservas de Capital

Estas reservas são representadas por juros sobre obras em andamento, doações e subvenções para investimentos e incentivos fiscais.

A Reserva de Juros sobre Obras em Andamento está constituída por determinação das Portarias nº 21, de 21.01.1994 e nº 03 de 25.02.1994 do Ministério das Comunicações, que prevê juros sobre obras em andamento à taxa de 12% a.a. sobre os capitais totais aplicados, passando os mesmos a incorporar o custo de formação das respectivas obras, em contrapartida a receita não operacional, até o limite das despesas financeiras decorrentes de capitais de terceiros que financiam as obras. O valor remanescente, quando existente, é contabilizado em reserva de capital.

c. Reserva de Reavaliação

Em consonância com a Deliberação CVM 183/95, em dezembro de 1996 a EMBRATEL estornou a reavaliação de ativos contabilizada em 1990. Assim sendo, foi efetuado o estorno desta reserva na TELEBRÁS.

d. reservas de Lucros**Reserva Legal**

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

Reserva de Lucros a Realizar

Representa as receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente, decorrentes dos saldos de correção monetária de balanço e dos ajustes dos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando os ativos permanentes são depreciados ou baixados, quando do recebimento de dividendos e outros eventos, em conformidade com as normas da CVM. A realização da reserva é contabilizada na conta de lucros acumulados.

Movimentação das Reservas de Lucros a Realizar:

	SALDO CREDOR DE CORREÇÃO MONETÁRIA	GANHOS INVEST. AVAL. P. LÍQUIDO	TOTAL
Saldo em 31.12.1994	95.623	6.551.637	6.647.260
Correção Monetária	21.479	1.471.626	1.493.105
Constituição	-	792.102	792.102
Reversão	(3.418)	(209.116)	(212.534)
Saldo em 31.12.1995	113.684	8.606.249	8.719.933
Constituição	-	890.066	890.066
Reversão	(113.684)	(93.405)	(207.089)
Saldo em 31.12.1996	-	9.402.910	9.402.910

A Reserva de Lucros a Realizar está constituída obedecendo a legislação societária, de acordo com os seguintes limites:

	1996	1995
Total dos Lucros a Realizar	1.950.216	792.102
Ganhos c/ Investimentos Avaliados p/ Equiv. Patrimonial	2.112.913	851.239
Reserva Legal	(162.697)	(59.137)
Limite de Constituição da Reserva de Lucros a Realizar	3.091.246	1.123.602
Lucro Líquido do Exercício	3.253.943	1.182.739
Constituição da Reserva Legal	(162.697)	(59.137)
Constituição da Reserva de Lucros a Realizar	890.066	792.102
Ganhos Líquidos Invest. Avaliados p/ Equiv. Patrimonial	890.066	792.102

Lucros Acumulados

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 1.806.202 mil (R\$ 209.029 mil em 31.12.1995), está compondo o saldo da conta de lucros acumulados, que será utilizado para futuro aumento de capital visando a sua aplicação na modernização ou expansão do sistema de telecomunicações.

e. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da companhia, em consonância com a Lei das S.A. Os dividendos propostos foram calculados como segue:

	1996	1995
Lucro Líquido do Exercício	3.253.943	1.182.739
Realização da Reserva de Lucros a Realizar	207.089	212.534
Apropriação à Reserva Legal	(162.697)	(59.137)
Apropriação à reserva de Lucros a Realizar	(890.066)	(792.102)
Lucro Líquido Ajustado	2.408.269	544.034
Dividendos Propostos	602.067	335.005
Ações Ordinárias	232.588	46.901
Ações Preferenciais	369.479	288.104
Dividendos por Lote de mil Ações (Reais)		
Ações Ordinárias	1,878000	0,385000
Ações Preferenciais	1,878000	1,539000

A proposta está sujeita a aprovação da Assembléia Geral Ordinária e o montante do dividendo por ação foi atribuído de forma integral independentemente do mês em que ocorreram integralizações de capital durante o exercício.

Os dividendos serão corrigidos monetariamente com base na variação da TR até a data em que forem colocados à disposição dos acionistas.

Os critérios de constituição e revisão das reservas de lucros a realizar estão descritos no item d desta nota.

27. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

a) Autofinanciamento

Os planos de expansão são o meio através do qual o Sistema TELEBRÁS financia parte do crescimento da rede de telecomunicação. Os recursos são captados de acordo com as Portarias 86, de 17.07.1991 e 1028, de 20.08.1996 do Ministério das Comunicações.

Nos anos de 1996 e 1995 foram recebidos recursos no montante de R\$ 1.763.203 mil e R\$ 965.156 mil, respectivamente.

	Controladora	
	1996	1995
Saldo no Início do Exercício	951.748	622.714
Recebimento de Recursos	1.763.203	965.156
Transferência de Outros Rec. Capitalizáveis	4.289	-
Correção Monetária	-	27.124
Capitalizações	(361.210)	(663.246)
Transferências para Reserva de Capital	(544.400)	-
Saldo no Final do Exercício	1.813.630	951.748

TELEBRÁS

Tele

T E L E B R Á S

brás

Tele

R E L A T Ó R I O

A N U A L 1 9 9 7



97

O valor acumulado a título de complementação de aposentadoria para os empregados enquadrados nos itens "a" e "b" com base em cálculos atuariais elaborado por atuário independente em 1997 é de R\$ 125.110 mil (R\$ 119.283 mil em 1996).

Este valor está assim composto:

	Quantidade		Valor	
	1997	1996	1997	1996
Empregados com o Benefício da SISTEL	1.988	2.300	60.884	53.203
Empregados sem o Benefício da SISTEL	429	487	30.414	32.967
SUBTOTAL	2.417	2.787	91.298	86.170
Empregados Somente com o Benefício da SISTEL	2.495	2.569	-	-
TOTAL DE EMPREGADOS EFETIVOS (1)	4.912	5.356	-	-
Empregados Já Aposentados	474	417	33.163	32.655
Pensionistas	5	11	649	458
TOTAL DE INATIVOS (2)	479	428	33.812	33.113
TOTAL GERAL (1+2)	5.401	5.784	125.110	119.283

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital autorizado em 31 de dezembro de 1997 e 1996 é de R\$ 22.986.000 mil.

O capital social no valor de R\$ 10.034.456 mil, subscrito e integralizado, compõe-se de 320.680.678 mil ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	1997	1996
Ações Ordinárias - milhares	124.369.030	124.369.030
Ações Preferenciais - milhares	196.311.648	196.311.648
Total	320.680.678	320.680.678
Valor Patrimonial por Mil Ações (em R\$)	97,594	86,266

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor do capital social.

O dividendo preferencial/JSCP de 6% ao ano totalizou R\$ 433.628 mil (R\$ 369.479 mil em 31/12/1996).

b. Reservas de Capital

Ágio na Subscrição de Ações

Esta reserva representa o excesso do preço de emissão de novas ações, em relação à parcela destinada ao capital social.

Reserva Especial - Lei 8.200/91

A reserva especial prevista na Lei 8.200/91 foi constituída em contrapartida aos ajustes da correção monetária especial do ativo permanente, cuja finalidade foi a correção de distorções nos índices de correção monetária de balanço anteriores a 1991.

Outras Reservas de Capital

Estas reservas são representadas por juros sobre obras em andamento, doações e subvenções para investimentos e incentivos fiscais.

A Reserva de Juros sobre Obras em Andamento está constituída por determinação das Portarias nº 21, de 21/1/1994 do Ministério das Comunicações, e nº 3 de 25/2/1994 da Secretaria de Comunicações do Ministério das Comunicações, que prevêem juros sobre obras em andamento à taxa de 12% a.a. sobre os capitais totais aplicados, passando os mesmos a incorporar o custo de formação das respectivas obras, em contrapartida a receita não operacional, até o limite das despesas financeiras decorrentes de capitais de terceiros que financiam as obras. O valor remanescente, quando existente, é contabilizado em reserva de capital.

TELEBRÁS

c. Reservas de Lucros**Reserva Legal**

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

Reserva de Lucros a Realizar

Representa as receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente, decorrentes dos saldos de correção monetária de balanço e dos ajustes dos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando os ativos permanentes são depreciados ou baixados, quando do recebimento de dividendos e outros eventos, em conformidade com as normas da CVM. A realização da reserva é contabilizada na conta de lucros acumulados.

Movimentação das Reservas de Lucros a Realizar:

	Saldo Credor de Correção Monetária	Ganhos Invest. Aval. Patrimônio Líquido	Total
Saldo em 31/12/1995	113.684	8.606.249	8.719.933
Constituição	-	890.066	890.066
Reversão	(113.684)	(93.405)	(207.089)
Saldo em 31/12/1996	-	9.402.910	9.402.910
Constituição	-	1.780.849	1.780.849
Reversão	-	(81.578)	(81.578)
Saldo em 31/12/1997	-	11.102.181	11.102.181

A Reserva de Lucros a Realizar está constituída obedecendo a legislação societária, de acordo com os seguintes limites :

	1997	1996
Lucro Líquido do Exercício	4.323.727	3.253.943
Reserva Legal	(216.186)	(162.697)
Limite I	4.107.541	3.091.246
Ganhos com Investimentos Avaliados pelo Patrimônio Líquido	3.850.611	2.767.897
Reserva Legal	(216.186)	(162.697)
Limite II	3.634.425	2.605.200
Constituição da Reserva de Lucros a Realizar	1.780.849	890.066
Ganhos com Investimentos Avaliados pelo Patrimônio Líquido	1.780.849	890.066

A reversão da Reserva de Lucros a Realizar obedece ao que determina a legislação societária:

	1997	1996
Realização da Reserva de Lucros a Realizar formada em anos anteriores	81.578	207.089

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da companhia e em consonância com a Lei das S.A. Os dividendos devidos, antes de imputados os Juros sobre o Capital Próprio, foram calculados como segue:

	1997	1996
Lucro Líquido do Exercício	4.323.727	3.253.943
Realização da Reserva de Lucros a Realizar	81.578	207.089
Apropriação à Reserva Legal	(216.186)	(162.697)
Apropriação à Reserva de Lucros a Realizar	(1.780.849)	(890.066)
Lucro Líquido Ajustado	2.408.270	2.408.269
Dividendos	602.067	602.067
Ações Ordinárias	233.483	232.588
Ações Preferenciais	368.584	369.479
Dividendos por Lote de Mil Ações (R\$)		
Ações Ordinárias	1,878000	1,878000
Ações Preferenciais	1,878000	1,878000

Juros sobre o Capital Próprio (JSCP)

Por proposta da administração, em 31/12/97 foram creditados Juros sobre o Capital Próprio que serão imputados integralmente aos dividendos, de acordo com o Art. 9º da Lei 9.249/95, líquidos de imposto de renda na fonte, após a aprovação pela Assembléia Geral.

A imputação está demonstrada conforme segue:

	1997
Juros sobre o Capital Próprio	708.315
Ações Ordinárias	274.687
Ações Preferencias	433.628
IRRF	(106.248)
JSCP Líquidos Imputados aos Dividendos	602.067

Os acionistas imunes receberão os juros sobre o capital próprio integrais, sem retenção de IRRF.

Os juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos serão corrigidos com base na variação da TR até a data em que forem colocados à disposição dos acionistas.

e. Lucros Acumulados

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Art. 202 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 1.699.955 mil (R\$ 1.806.202 mil em 31/12/1996), está compondo o saldo da conta de lucros acumulados, que será utilizado para futuro aumento de capital.

27. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS**a. Autofinanciamento**

O autofinanciamento foi um dos meios através dos quais o Sistema TELEBRÁS financiou parte do crescimento da rede de telecomunicações.

A partir de 1º de julho de 1997, esta sistemática foi extinta através da Portaria nº 261, de 30 de abril de 1997.

Os valores constantes nesta conta em 31/12/97 referem-se aos saldos remanescentes dos contratos de autofinanciamento firmados antes daquela data a serem capitalizados no decorrer do exercício de 1998.

Nos anos de 1997 e 1996, foram recebidos recursos no montante de R\$ 1.142.703 mil e R\$ 1.763.203 mil, respectivamente.

TELEBRÁS

- c) Não foram contabilizadas também como provisão, 3 (três) ações cíveis públicas movidas em 1997 contra a TELEBRÁS e suas ex-controladas, compelindo-as a entregarem ações da TELEBRÁS pelo valor patrimonial da ação e não ações das ex-controladas, como ocorrido no aumento de capital promovido em 1997 com recursos do autofinanciamento ao valor de mercado. Considerando, que os aumentos foram procedidos anteriormente à cisão da TELEBRÁS, em conformidade com as normas do Ministério das Comunicações vigentes à época, e dado o estágio inicial dessas causas, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, não tem expectativa de perdas prováveis no desfecho dessas causas, nem precisão na estimativa de valor.
- d) Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contando da data do lançamento. Assim, a administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que além das provisões já efetuadas, não existe nesta data, previsão de novas perdas prováveis.

10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital autorizado em 31 de dezembro de 1998 e 1997 é de R\$ 22.986.000 mil.

- capital social no valor R\$ 207.329 mil, (R\$ 145.228 mil em 1997) subscrito e integralizado, compõe-se, de 334.399.027 mil ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	1988	1997
Ações Ordinárias - milhares	124.369.030	124.369.030
Ações Preferenciais - milhares	210.029.997	196.311.648
Total	324.399.027	320.680.678
Valor Patrimonial por Mil Ações (em R\$)	0,124	1,211

Em 31.12.98, a empresa possuía 19.555 mil ações ordinárias em tesouraria.

As ações preferenciais não têm direito a voto sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não acumulativos de 6% ao ano sobre o valor do capital social.

Em 14.04.98, por decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e do Superior Tribunal de Justiça, foi homologado pela AGE o aumento do capital social impugnado pela Justiça Federal em 09.07.90, no montante de R\$ 62.101 mil, correspondente ao valor recebido dos subscritores que exerceram o seu direito de preferência naquela data.

Em decorrência desse aumento de capital, foram emitidas 13.718.349 mil ações preferenciais, e colocados à disposição dos acionistas em 29.05.98, os dividendos de direitos TEL 5 no montante de R\$ 130.769 mil, bem como, R\$ 1.974 mil referente a Indenização dos Direitos TEL 5, a partir de 12.08.98, ambos deduzidos de lucros acumulados.

a) Resultado do Exercício

O prejuízo do exercício no valor de R\$ 274.310 mil (ajustado pelo lucro de R\$ 2.818 mil remanescente da cisão), foi absorvido parcialmente pelos saldos das seguintes reservas existentes em 31.12.98: Lucros Acumulados R\$ 63.009 mil, Reserva Legal R\$ 9.574 mil e Reservas de Capital R\$ 35.987 mil, conforme art. 189 único e art. 200 da Lei 6.404/76, permanecendo o saldo de R\$ 165.740 mil de prejuízos acumulados

b) Dividendos

Em decorrência da permanência de Prejuízos Acumulados, após absorção das reservas existentes, deixou de ser efetuado o provisionamento de dividendos.

11 – RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

	1998	1997	1997
	Societário	Pro forma	Societário
		Não Auditado	
a) Recursos de Autofinanciamentos	7.934	15.151	998.292
b) Subscrição do Capital Impugnado – 1990	-	62.101	62.101
c) Outros Recursos Capitalizáveis	352	-	-
Total	8.286	77.252	1.060.393

O autofinanciamento era uma forma pela qual as empresas financiavam parte do crescimento da rede de telecomunicações, cujas contribuições realizadas pelos promitentes assinantes eram revertidas em ações. A partir de 1º de julho de 1997, esta sistemática foi extinta através da Portaria nº 261, de 30 de abril 1997.

Os valores constantes nesta conta em 31.12.98 referem-se a saldos dos contratos de autofinanciamentos firmados antes daquela data, e remanescentes da cisão da TELEBRÁS. A maior parcela desses recursos são de contratos firmados com órgãos públicos federais a serem capitalizados em nome da União Federal.

12 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Tributos a recuperar – Ativos

O valor de mercado foi calculado descontando-se os fluxos de caixa futuros pela TJLP, estando, portanto, sujeito à alterações nas estimativas.

Derivativos

A empresa não possui operações com derivativos.

Instrumentos Financeiros

O instrumento financeiro, cujo saldo contábil é diferente do valor de mercado, é o seguinte:

ainda, um saldo remanescente no valor de R\$ 18 mil, referente ao PDI / 96 - Sistel parte empresa. Caso os empregados cedidos aos órgãos acima não venham a ser demitidos da TELEBRÁS e sim absorvidos por aqueles órgãos, a parcela correspondente deverá ser revertida para o resultado.

11 - OUTRAS OBRIGAÇÕES – PASSIVO CIRCULANTE

1999 1998

Remanejamento de Frequência – SMC – Convênio DEPV(*)	12.784 -
Credores Diversos – Empresas de Telecomunicações	6.068 5.648
Outros Credores – FCPqD	- 1.541
Outras Obrigações	<u>2.023 1.593</u>
Total	<u>20.875 8.782</u>

(*) Por intermédio da Portaria nº 246, de 28.07.92, da então Secretaria Nacional de Comunicações, o Governo Federal definiu as faixas de frequências que seriam de uso exclusivo do Serviço Móvel Celular. Foi definido, ainda, que o sistema de tropodifusão operado pelo Ministério da Aeronáutica dentro dessa faixa de frequência seria remanejado e que as despesas seriam de responsabilidade das empresas operadoras do Serviço Móvel Celular. Por determinação ministerial, coube à TELEBRÁS coordenar, contabilizar e ratear as despesas incorridas com esse remanejamento.

Assim, os valores desembolsados pela TELEBRÁS com esse remanejamento, foram devidamente ressarcidos por essas empresas operadoras do Serviço Móvel Celular. O saldo desta conta em 31.12.99, no valor de R\$ 12.784 mil, é suficiente para fazer face às obrigações ainda a serem cumpridas pela TELEBRÁS por conta dos contratos firmados com o objetivo de realizar o citado remanejamento de frequências.

12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital autorizado em 31 de dezembro de 1999 e 1998 é de R\$ 22.986.000 mil.

O capital social no valor R\$ 207.329 mil, subscrito e integralizado, compõe-se, de 334.399.027 mil ações sem valor nominal, assim distribuídas:

1999 1998

Ações Ordinárias – milhares 124.369.030 124.369.030

Ações Preferenciais – milhares 210.029.997 210.029.997

Total 334.399.027 334.399.027

Valor Patrimonial por Mil Ações (em R\$) 0,158 0,124

Em 31.12.99, a empresa possuía 19.414 mil ações ordinárias em tesouraria.

b. Resultado do Exercício

O lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 11.282 mil, será absorvido pelos prejuízos acumulados existentes em 31.12.99, no valor de R\$ 165.740 mil, conforme art.189 da lei 6.404/76.

c) Dividendos

As ações preferenciais não tem direito a voto sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor do capital social.

Em decorrência da permanência de Prejuízos Acumulados, após absorção do lucro líquido do exercício, deixou de ser efetuado o provisionamento de dividendos.

13 – RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

	1999	1998
Recursos de Autofinanciamentos	16.690	7.934
Conversão de Debêntures Impugnadas	<u>490</u>	<u>352</u>
Total	<u>17.180</u>	<u>8.286</u>

O autofinanciamento era uma forma pela qual as empresas financiavam parte do crescimento da rede de telecomunicações, cujas contribuições realizadas pelos promitentes assinantes eram revertidas em ações. A partir de 1º de julho de 1997, esta sistemática foi extinta através da Portaria nº 261, de 30 de abril 1997.

Total	<u>6.653</u>	<u>20.875</u>
-------	--------------	---------------

(*) Em 06 de novembro de 2000, como medida preparatória para futura liquidação e assunção da administração do contrato pela DEPV - Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo, a TELEBRÁS efetuou a liquidação antecipada, do contrato de aluguel de circuitos firmado com a Embratel em 31.03.99, pelo valor de R\$7.902 mil, obtendo um desconto de R\$3.901 mil em relação ao saldo existente na data do pagamento, que era de R\$11.803 mil, com fornecimento de garantias pela Embratel para a execução do serviço até o final do contrato. O valor correspondente ao desconto obtido foi incorporado ao resultado do exercício.

Este contrato tem origem nos termos da Portaria nº 246, de 28.07.92, da então Secretaria Nacional de Comunicações, na qual o Governo Federal definiu as faixas de frequências que seriam de uso exclusivo do Serviço Móvel Celular. Foi definido, ainda, que o sistema de tropodifusão operado pelo Ministério da Aeronáutica dentro dessa faixa de frequência seria remanejado e que as despesas seriam de responsabilidade das empresas operadoras do Serviço Móvel Celular. Por determinação ministerial, coube à TELEBRÁS coordenar todo o processo de remanejamento, arrecadando os recursos devidos pelas operadoras celulares e contratando fornecedores para execução dos serviços objeto do convênio DEPV. Dessa forma, a TELEBRÁS arrecadou todos os valores devidos pelas operadoras celulares e efetuou desembolsos ao longo do período do contrato por conta do remanejamento, até a data da liquidação final antecipada acima.

13 – RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

	2000	1999
Recursos de Autofinanciamento	13.016	16.690
Conversão de Debêntures Impugnadas	<u>6.585</u>	<u>490</u>
Total	<u>19.601</u>	<u>17.180</u>

O autofinanciamento era uma forma pela qual as empresas financiavam parte do crescimento da rede de telecomunicações, cujas contribuições realizadas pelos promitentes assinantes eram revertidas em ações. A partir de 1º de julho de 1997, esta sistemática foi extinta através da Portaria nº 261, de 30 de abril 1997.

Os valores constantes nesta conta referem-se a saldos dos contratos de autofinanciamentos firmados antes daquela data, e remanescentes da cisão da TELEBRÁS. A maior parcela desses recursos é de contratos firmados com órgãos públicos federais a serem capitalizados em nome da União Federal.

14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital autorizado em 31 de dezembro de 2000 e 1999 é de R\$ 22.986.000 mil.

O capital social no valor R\$ 207.329 mil, subscrito e integralizado compõe-se, de 334.399.027 mil ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	2000	1999
Ações Ordinárias – milhares	124.369.030	124.369.030
Ações Preferenciais – milhares	<u>210.029.997</u>	<u>210.029.997</u>
Total	<u>334.399.027</u>	<u>334.399.027</u>
Valor Patrimonial por Mil Ações (em R\$)		0,158
	0,162	

Em 31.12.2000, a empresa possuía 19.414 mil ações ordinárias em tesouraria.

b) Resultado do Exercício

O lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 821 mil, será absorvido pelos prejuízos acumulados existentes em 31.12.00, no valor de R\$ 154.458 mil, conforme art.189 da lei 6.404/76.

c) Dividendos

As ações preferenciais não têm direito a voto sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor do capital social.

Em decorrência da permanência de Prejuízos Acumulados, após absorção do lucro líquido do exercício, deixou de ser efetuado o provisionamento de dividendos.

15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Crítérios, premissas e limitações nos cálculos do valor de mercado.

Tributos a recuperar – Ativos

O valor de mercado foi calculado descontando-se os fluxos de caixa futuros pela TJLP. A empresa tem a expectativa de restituição desses tributos pela Receita Federal até 2003, estando, portanto, sujeito a alterações nas estimativas.

13- OUTRAS OBRIGAÇÕES – PASSIVO CIRCULANTE

	2001	2000
Credores Diversos – Empresas de Telecomunicações	6.090	6.090
Outras Obrigações	<u>267</u>	<u>563</u>
Total	<u>6.357</u>	<u>6.653</u>

14- RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

	2001	2000
Recursos do Autofinanciamento	-	13.016
Conversão de Debêntures Impugnadas	-	<u>6.585</u>
Total		<u>19.601</u>

Dos recursos do autofinanciamento corrigidos no valor de R\$ 13.424 mil, foram capitalizados R\$ 12.126 mil (vide nota 15). O saldo remanescente no valor de R\$ 1.298 mil, parte foi pago à União e suas entidades controladas (resíduos de capitalização) no valor de R\$ 294 mil, e o restante foi transferido para outras obrigações no Passivo Exigível de Longo Prazo no valor de R\$ 1.004 mil.

15- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital autorizado em 31 de dezembro de 2001 e 2000 é de R\$ 22.986.000 mil.

O capital social no valor R\$ 219.455 mil, subscrito e integralizado compõe-se, de 556.448.588 mil ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	2001	2000
Ações Ordinárias – milhares	346.418.591	124.369.030
Ações Preferenciais – milhares	<u>210.029.997</u>	<u>210.029.997</u>
Total	<u>556.448.588</u>	<u>334.399.027</u>
Valor Patrimonial por Mil Ações (em R\$)	<u>0,158</u>	<u>0,162</u>

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2001, foi homologado o aumento do capital social de R\$ 207.329 mil para R\$ 219.455 mil mediante capitalização de créditos da União e de suas entidades controladas no valor de R\$ 12.092 mil, correspondendo a emissão de 221.419.618 mil ações ordinárias nominativas e subscrições em espécie pelos acionistas que exerceram o direito de preferência no valor de R\$ 34 mil correspondendo a emissão de 629.943 mil ações ordinárias nominativas, totalizando o valor do aumento de capital em R\$ 12.126 mil, e a emissão de 222.049.561 mil ações ordinárias nominativas.

Em 31.12.2001, a empresa possuía 19.414 mil ações ordinárias em tesouraria.

b) Resultado do Exercício

As demonstrações contábeis em 31.12.2001 refletem a proposta no sentido de que o lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 21.084 mil, seja absorvido pelos prejuízos acumulados existentes em 31.12.2000, no valor de R\$ 153.637 mil, conforme art.189 da lei 6.404/76.

c) Dividendos

Nos termos do Estatuto Social as ações preferenciais não têm direito a voto exceto na situação prevista em lei, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor do capital social.

Em decorrência da permanência de Prejuízos Acumulados, após absorção do lucro líquido do exercício, deixou de ser efetuado o provisionamento de dividendos.

16- INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Critérios, premissas e limitações nos cálculos do valor de mercado.

Tributos a recuperar – Ativos

O valor de mercado foi calculado descontando-se os fluxos de caixa futuros pela TJLP. A empresa tem a expectativa de restituição desses tributos pela Receita Federal até 2003, estando, portanto, sujeito a alterações nas estimativas.

Derivativos

A empresa não possui operações com derivativos.

Instrumentos Financeiros

O instrumento financeiro, cujo saldo contábil é diferente do valor de mercado, é o seguinte:

Ativos	2001		2000	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Tributos a Recuperar	81.543	59.483	87.502	66.192

13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital autorizado em 31 de dezembro de 2002 e 2001 é de R\$22.986.000.

O capital social no valor R\$219.455, subscrito e integralizado compõe-se, de 556.448.588 mil ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Ações Ordinárias – milhares	346.418.591	346.418.591
Ações Preferenciais – milhares	<u>210.029.997</u>	<u>210.029.997</u>
Total	<u>556.448.588</u>	<u>556.448.588</u>
Valor Patrimonial por mil ações - R\$	<u>0,168</u>	<u>0,158</u>

Em 31.12.2002, a empresa possuía 19.366 mil ações ordinárias em tesouraria.

b) Resultado do Exercício

As demonstrações contábeis em 31.12.2002 refletem a proposta no sentido de que o lucro líquido do exercício, no valor de R\$5.740, seja absorvido pelos prejuízos acumulados existentes em 31.12.2001, no valor de R\$132.553, conforme art.189 da lei 6.404/76.

c) Dividendos

Nos termos do Estatuto Social as ações preferenciais não tem direito a voto exceto na situação prevista em lei, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor do capital social.

Em decorrência da permanência de Prejuízos Acumulados, após absorção do lucro líquido do exercício, deixou de ser efetuado o provisionamento de dividendos.

14 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2002, a Companhia possui como instrumento financeiro as aplicações financeiras de curto prazo, as quais são avaliadas ao custo, acrescido de juros até a data das demonstrações financeiras, cujas taxas eram compatíveis com as condições de mercado. A Companhia não possui operações com derivativos.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2002 e 2001

Legislação Societária (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2002	2001
ATIVO CIRCULANTE		143.217	140.484
Caixa e Equivalentes a Caixa	4	128.801	119.447
Tributos a Recuperar	5	5.901	9.569
Outros Ativos Realizáveis	7	8.515	11.468
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		90.901	81.136
Tributos a Recuperar	5	81.129	71.974
Depósitos Judiciais		7.752	6.729
Outros Ativos Realizáveis	8	2.020	2.433
TOTAL DO ATIVO		234.118	221.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2002 e 2001

Legislação Societária (Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	2002	2001
PASSIVO CIRCULANTE		65.405	61.988
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	9	5.544	6.038
Fornecedores de Materiais e Serviços		782	4.740
Consignações a Favor de Terceiros		211	215
Provisão do Programa de Desligamento de Pessoal	11	39.509	36.988
Provisão para Contingências	10	12.946	7.650
Outras Obrigações	12	6.413	6.357
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		74.959	71.618
Provisão para Contingências	10	73.955	70.614
Outras Obrigações		1.004	1.004
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		93.754	88.014
Capital Social	13	219.455	219.455
Reservas de Capital		-	1.223
Prejuízos Acumulados		(125.590)	(132.553)
Ações em Tesouraria		(111)	(111)
TOTAL DO PASSIVO		234.118	221.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



ANEXO 04.02

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TELE CENTRO SUL PARTICIPAÇÕES S/A

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/1998

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01768-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE CENTRO SUL PART SA	3 - CNPJ 02.570.688/0001-70
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Sain Via L4 Norte Quadra 06 Lote 04		2 - BAIRRO OU DISTRITO Asa Norte	
3 - CEP 70800-200	4 - MUNICÍPIO Brasília		5 - UF DF
6 - DDD 0061	7 - TELEFONE 0415-1497	8 - TELEFONE 0000-0000	9 - TELEFONE 0000-0000
10 - TELEX 00000000			
11 - DDD 0061	12 - FAX 0415-1169	13 - FAX 0000-0000	14 - FAX 0000-0000
15 - E-MAIL Gloriar@telecentrosul.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Giorgio Bampi			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Sain Via L4 Norte Quadra 06 Lote		3 - BAIRRO OU DISTRITO Brasília	
4 - CEP 70800-200	5 - MUNICÍPIO Brasília		6 - UF DF
7 - DDD 0061	8 - TELEFONE 0415-1497	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEFONE 0000-0000
11 - TELEX 00000000			
12 - DDD 0061	13 - FAX 0415-1169	14 - FAX 0000-0000	15 - FAX 0000-0000
16 - E-MAIL			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/03/1998	31/12/1998
2 - Penúltimo	27/02/1998	28/02/1998
3 - Antepenúltimo		
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR		5 - CÓDIGO CVM -
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO -

O regime atuarial de determinação do custeio do plano é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 10% (dez por cento) sobre a folha de salário de seus empregados participantes do plano. A contribuição previdencial dos empregados participantes corresponde a 10% (dez por cento) sobre o salário. Não existem outras obrigações calculadas, a não ser aquelas já consideradas na taxa normal de contribuição.

A reservas matemáticas foram avaliadas com base nos dados da massa participante em maio de 1998, sendo o resultado devidamente atualizado e reconhecido em junho de 1998. A data da vigência do PBT foi a partir de 04 de agosto de 1998, conforme ofício nº 557 MPAS/SPC/CGC/COJ.

Do ponto de vista patrimonial, a SISTEL apresentava, em 31/12/98, um superávit de R\$ 643 para o PBT e um fundo de R\$ 473 para o PAMEC.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital autorizado em 31 de dezembro de 1998 era de 700 bilhões de ações. O capital social subscrito e integralizado na data do balanço era composto das seguintes ações sem valor nominal:

EM MIL AÇÕES			
	ORDINÁRIA EM CIRCULAÇÃO	PREFERENCIAL EM CIRCULAÇÃO	TOTAL EM CIRCULAÇÃO
EM 31 DEZEMBRO 1998	124.369.031	210.029.997	334.399.028

(EM R\$)	
	1998
VALOR PATRIMONIAL POR LOTE DE MIL AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	15,30

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto na hipótese do parágrafo único do art. 14 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Companhia.

b. Reservas de Lucros

Reserva Legal

As empresas da Tele Centro Sul, de acordo com a legislação societária, apropriam 5% de seu lucro líquido anual à Reserva Legal, até que esta reserva corresponda a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social somadas as reservas de capital. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumentos de Capital Social ou para absorção de prejuízos.

Reserva de Lucros a Realizar

Representa as receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente, decorrentes de ganhos líquidos da correção monetária de balanço (até 31/12/95) e dos ajustes de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando os ativos permanentes são depreciados ou baixados, quando do recebimento de dividendos ou bonificações em dinheiro da controladas, pela capitalização de reservas e lucros acumulados ou realização suplementar por proposta a administração.

Movimentação das Reservas de Lucros a Realizar de acordo com a legislação societária:

	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR
SALDO EM 28 FEVEREIRO 1998	1.692.048
REVERSÃO	(206.811)
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	307.607
SALDO EM 31 DEZEMBRO 1998	1.792.844

Neste exercício, foi constituída reserva no valor dos ganhos com a equivalência patrimonial, deduzida dos dividendos a serem recebidos e da reserva legal.

A reserva foi realizada em valor suficiente para atender a realização nas controladas e permitir o pagamento dos dividendos mínimos às ações preferenciais com base em 25% do lucro líquido ajustado.

c. Lucros Acumulados

Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto da companhia e em consonância com a Lei das S/A. Os dividendos propostos foram calculados como segue:

	1998
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (*)	413.396
MAIS	

REALIZAÇÃO DA RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	206.811
MENOS	
APROPRIAÇÃO À RESERVA LEGAL	20.670
APROPRIAÇÃO À RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	307.607
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	291.930
DIVIDENDOS PROPOSTOS	
AÇÕES PREFERENCIAIS	72.982
DIVIDENDOS POR LOTE DE MIL AÇÕES (R\$)	
AÇÕES PREFERENCIAIS	0,35

(*) O lucro líquido inclui o lucro da TELEBRÁS nos meses de janeiro e fevereiro de 1998 no valor de R\$ 15.040 mil, o qual foi incluído no patrimônio da cisão vertido para a Tele Centro Sul Participações S.A.

O saldo de R\$ 218.948 deverá permanecer na conta de lucros acumulados, para financiar os investimentos na planta de telecomunicações.

27. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

a. Recursos de Autofinanciamento

Os planos de expansão (autofinanciamento) eram o meio através do qual as empresas de telecomunicações financiavam parte dos investimentos na rede de telecomunicação. Com a edição da Portaria 261/97, do Ministério das Comunicações, o mecanismo de captação de recursos por essa modalidade deixou de existir, sendo os valores de recebimento de recursos oriundos de planos parcelados negociados anteriormente à edição da citada Portaria e valores incorporados ao imobilizado das Plantas Comunitárias de Telefonia – PCT.

Tais recursos apresentaram a seguinte movimentação:

	Consolidado
	1998
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	191.664
RECEBIMENTO DE RECURSOS	131.761

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/1999

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01768-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE CENTRO SUL PART SA	3 - CNPJ 02.570.688/0001-70
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Sain Via L4 Norte Quadra 06 Lote 04		2 - BAIRRO OU DISTRITO Asa Norte	
3 - CEP 70800-200	4 - MUNICÍPIO Brasília		5 - UF DF
6 - DDD 0061	7 - TELEFONE 0415-1497	8 - TELEFONE 0000-0000	9 - TELEFONE 0000-0000
10 - TELEX 00000000			
11 - DDD 0061	12 - FAX 0415-1169	13 - FAX 0000-0000	14 - FAX 0000-0000
15 - E-MAIL Godinho@telecentrosul.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Henrique Sutton De Sousa Neves			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Sain Via L4 Norte Quadra 06 Lote		3 - BAIRRO OU DISTRITO Brasília	
4 - CEP 70800-200	5 - MUNICÍPIO Brasília		6 - UF DF
7 - DDD 0061	8 - TELEFONE 0415-1128	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEFONE 0000-0000
11 - TELEX 0000000			
12 - DDD 0061	13 - FAX 0415-1169	14 - FAX 0000-0000	15 - FAX 0000-0000
16 - E-MAIL			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/1999	31/12/1999
2 - Penúltimo	01/03/1998	31/12/1998
3 - Antepenúltimo	27/02/1998	28/02/1998
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Arthur Andersen S/c		5 - CÓDIGO CVM 00283-6
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO José Écio Pereira Da Costa Junior		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 359.920.858-15

e de R\$ 2.877 mil, em 31.12.1998. A TELEPAR destinou uma dotação inicial para o convênio no valor de R\$ 59.116 mil.

b) Complementação de Aposentadoria – TELEPAR

A complementação de aposentadoria foi instituída em 26 de junho de 1970 por Termo de Acordo Coletivo e ratificada pelo Termo de Relação Contratual Atípica, firmado entre a Empresa e os sindicatos representantes das categorias profissionais então existentes, sendo que atualmente contempla 162 empregados e ex-empregados admitidos até 31 de dezembro de 1982 (232 empregados em 1998).

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital autorizado em 31 de dezembro de 1999 era 700 bilhões de ações. O Capital Social subscrito e integralizado na data do balanço era R\$ 1.936.659 e composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Em milhares de ações	
	1999	1998
Ordinárias	124.369.031	124.369.031
Preferenciais	210.029.997	210.029.997
TOTAL	334.399.028	334.399.028

	1999	1998
VALOR PATRIMONIAL POR MIL AÇÕES (R\$)	18,74	15,30

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto na hipótese do parágrafo único do art. 14 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, e no pagamento de dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Companhia.

b. Reservas de Capital

Reserva Especial de Ágio na Incorporação

Esta reserva representa o ágio escriturado na incorporação da Bluetel Participações S.A., conforme descrito na nota nº 34.

Outras Reservas de Capital

São representadas pelas aplicações em incentivos.

c. Reservas de Lucros

Reserva Legal

A Tele Centro Sul e suas Controladas, de acordo com a legislação societária apropriam 5% de seu lucro anual à Reserva Legal, até que esta reserva corresponda a 20% do Capital Social realizado, ou 30% do Capital Social, caso ela seja somada às reservas de capital. A Reserva Legal somente pode ser utilizada para aumentos de Capital Social ou para absorção de prejuízos.

Reservas de Lucros a Realizar

Representa as receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente, compreendendo os ajustes de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando do recebimento de dividendos ou bonificações sem custo das controladas ou pela baixa dos investimentos. A realização é contabilizada em contrapartida à conta de Lucros Acumulados.

Movimentação das Reservas de Lucros a Realizar de acordo com a legislação societária:

	GANHOS NOS INVESTIMENTOS AVALIADOS PELO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 28 DE FEVEREIRO DE 1998	1.692.048
CONSTITUIÇÃO LÍQUIDA	100.796
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998	1.792.844
CONSTITUIÇÃO	-
REVERSÃO PARA LUCROS ACUMULADOS	(294.402)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999	1.498.442

No exercício de 1999 a Companhia não constituiu reserva de lucros a realizar e fez reversão de R\$294.402, em linha com a atual política de remuneração dos acionistas ordinários e preferencialistas. Em 1998 houve constituição líquida de R\$ 100.796.

d. Lucros Acumulados

O saldo remanescente dos lucros acumulados no exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 375.816 (R\$ 218.948 em 1998) está compondo o saldo da conta de lucros acumulados que será utilizado para futuro aumento de capital, visando a sua aplicação na modernização ou expansão do sistema de telecomunicações, conforme orçamento de capital a ser aprovado em Assembléia Geral.

e. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto da companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e os preferenciais de conformidade com o estabelecido no estatuto da companhia. Em 31/12/99, a Companhia creditou Juros Sobre o Capital Próprio aos seus acionistas. A Administração propõe que estes sejam imputados integralmente aos dividendos pelo valor líquido do imposto de renda na fonte, de acordo com o art. 9º da Lei nº 9.249/95 e Instrução nº 207/96 da CVM.

	1999	1998
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.	250.038	413.396
REALIZAÇÃO DA RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	294.402	206.811
APROPRIAÇÃO À RESERVA LEGAL	(12.502)	(20.669)
APROPRIAÇÃO À RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	-	(307.607)

LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	531.938	291.931
REMUNERAÇÃO PROPOSTA AOS ACIONISTAS		
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO – VALOR BRUTO	154.249	-
ORDINÁRIAS	57.368	-
PREFERENCIAIS.	96.881	-
IMPOSTO DE RENDA DE FONTE SOBRE JSCP	(23.137)	-
ORDINÁRIAS	(8.605)	-
PREFERENCIAIS.	(14.532)	-
DIVIDENDOS	1.873	
ORDINÁRIAS	696	-
PREFERENCIAIS	1.177	72.982
REMUNERAÇÃO TOTAL	132.985	72.982
ORDINÁRIAS	49.459	-
PREFERENCIAIS	83.526	72.982
REMUNERAÇÃO POR LOTE DE MIL AÇÕES (REAIS)		
ORDINÁRIAS	0,397682	-
PREFERENCIAIS	0,397682	0,347488

O Lucro Líquido do Exercício de 1998 inclui o lucro da TELEBRÁS nos meses de janeiro e fevereiro de 1998, no valor de R\$ 15.040, o qual foi incluído no patrimônio da cisão vertido para a Tele Centro Sul.

O dividendo foi calculado de forma integral para todas as ações.

A proposta está sujeita à aprovação da Assembléia Geral Ordinária.

28. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

Os planos de expansão (autofinanciamento) eram o meio através do qual as empresas de telecomunicações financiavam parte dos investimentos na rede. Com a edição da Portaria 261/97, do Ministério das Comunicações, o mecanismo de captação de recursos por essa modalidade deixou de existir, sendo os valores existentes oriundos de recebimento de recursos oriundos de planos parcelados negociados anteriormente à edição da citada Portaria e valores incorporados ao imobilizado das Plantas Comunitárias de Telefonia – PCT.

Os Recursos Capitalizáveis apresentaram a seguinte movimentação:

	1999	1998
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	143.257	191.664
RECEBIMENTO DE RECURSOS	67.472	131.761
TRANSFERÊNCIA PARA AUMENTO DE CAPITAL	(196.519)	(179.520)
COMPRA DE AÇÕES PARA ENTREGA AOS ASSINANTES	(183)	(1.951)
OUTROS	(4.170)	1.303
SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	9.857	143.257

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	CONTROLADORA	
	1999	1998
ATIVO CIRCULANTE	191.102	77.007

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2000

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01768-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE CENTRO SUL PART SA	3 - CNPJ 02.570.688/0001-70
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Sia/sul - Asp - Lote D- Bloco B 1º Andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Brasília	
3 - CEP 71215-000	4 - MUNICÍPIO Brasília		5 - UF DF
6 - DDD 0061	7 - TELEFONE 0415-1119	8 - TELEFONE 0000-0000	9 - TELEFONE 0000-0000
10 - TELEX 00000000			
11 - DDD 0061	12 - FAX 0415-1169	13 - FAX 0000-0000	14 - FAX 0000-0000
15 - E-MAIL Godinho@brasilelcom.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Henrique Sutton De Sousa Neves			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Sia/sul-asp-lote D Bloco B 2º Andar		3 - BAIRRO OU DISTRITO Brasília	
4 - CEP 70800-200	5 - MUNICÍPIO Brasília		6 - UF DF
7 - DDD 0061	8 - TELEFONE 0415-1119	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEFONE 0000-0000
11 - TELEX 0000000			
12 - DDD 0061	13 - FAX 0415-1169	14 - FAX 0000-0000	15 - FAX 0000-0000
16 - E-MAIL			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2000	31/12/2000
2 - Penúltimo	01/01/1999	31/12/1999
3 - Antepenúltimo	01/03/1998	31/12/1998
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Arthur Andersen S/c		5 - CÓDIGO CVM 00283-6
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO José Écio Pereira Da Costa Júnior		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 359.920.858-15

INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA	(429.759)
RESERVAS A AMORTIZAR	(429.759)

Todas as informações contábeis dos planos administrados pela SISTEL e FCRT foram obtidas das respectivas demonstrações contábeis em 31/12/00, auditadas por auditores independentes.

Em 26 de junho de 1970, a Controlada (então TELEPAR) instituiu a complementação de aposentadoria através do Termo de Acordo Coletivo e ratificada pelo Termo de Relação Contratual Atípica, firmado com os sindicatos representantes das categorias profissionais então existentes, sendo que atualmente contempla 90 empregados e ex-empregados admitidos até 31 de dezembro de 1982 (162 empregados e ex-empregados em 1999), cujas provisões para complementação de aposentadoria em 31/12/00 era de R\$ 9.920 (R\$ 12.234 em 31/12/99).

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2000 era de R\$ 1.993.609 (R\$ 1.936.659 em 31/12/1999), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

Em milhares de ações

ESPÉCIES DE AÇÕES	2000	1999
Ordinárias	124.369.030	124.369.031
Preferenciais	219.863.511	210.029.997
TOTAL	344.232.541	334.399.028

	2000	1999
VALOR PATRIMONIAL POR MIL AÇÕES (R\$)	17,82	18,74

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto na hipótese do parágrafo único do art. 11 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, e no

pagamento de dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Companhia, calculados de forma pro-rata.

b. Reservas de Capital

Ágio na Subscrição de Ações: Esta reserva representa o excesso do preço de emissão de novas ações, em relação à parcela destinada ao Capital Social.

Reserva Especial de Ágio na Incorporação: Esta reserva representa a contrapartida do valor do crédito fiscal sobre o ágio registrado no ativo diferido conforme disposições das Instruções CVM no. 319/99, 320/00 e 349/01. Quando ocorrer o aproveitamento do crédito fiscal correspondente ao ágio a reserva será capitalizada em nome do acionista controlador e dos acionistas minoritários existentes na data de sua formação, anualmente, observado o direito de preferência dos demais acionistas.

Outras Reservas de Capital: São representadas pelas aplicações em incentivos.

c. Reservas de Lucros

Reserva Legal: A Companhia apropria 5% de seu lucro anual à Reserva legal, até que esta atinja 20% do Capital Social realizado. A Reserva Legal somente pode ser utilizada para aumentos de Capital Social ou para absorção de prejuízos.

Reservas de Lucros a Realizar: Representa as receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente, referente aos ganhos líquidos de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando do recebimento de dividendos ou bonificações sem custo das controladas ou pela baixa dos investimentos. A realização é contabilizada em contrapartida à conta de Lucros Acumulados.

A Companhia não constituiu reserva de lucros a realizar no exercício, procedendo ainda a uma reversão de R\$82.282. A parcela revertida da reserva compõe o cálculo do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos, de acordo com o art. 202 da Lei das Sociedades por Ações.

d. Lucros Acumulados

O saldo remanescente dos lucros acumulados no exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 352.870 (R\$ 375.816 em 1999) está compondo o saldo da conta de lucros acumulados que será utilizado para financiar o programa de investimentos para o ano de 2001.

Em 31/12/00, o saldo das reservas de lucros ultrapassou o valor do capital social, consideradas as contas de lucros acumulados e reserva legal. Em atenção ao art. 199 da Lei 6404/76, a administração elaborou proposta para aumento de capital em montante suficiente para regularização do excesso, a qual está sujeita à aprovação da Assembléia Geral Ordinária.

e. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto da companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos preferenciais são calculados de conformidade com o

estabelecido no estatuto social. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos foram calculados de forma integral para as ações existentes no início do ano de 2000. Para as ações emitidas no decorrer do mesmo ano o cálculo foi efetuado "pro-rata temporis".

Cálculo do Lucro Líquido Ajustado

	2000	1999
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	408.643	250.038
REALIZAÇÃO DA RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	82.282	294.402
APROPRIAÇÃO À RESERVA LEGAL	(20.432)	(12.502)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	470.493	531.938
DIVIDENDOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS (25% DO LUCRO LÍQ. AJUSTADO)	117.623	132.985

Créditos de Juros Sobre o Capital Próprio

	2000	1999
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO CREDITADOS NO EXERCÍCIO	-	154.249
ORDINÁRIAS	-	57.368

PREFERENCIAIS	-	96.881
IMPOSTO DE RENDA NA FONTE SOBRE OS JSCP	-	(23.137)
IRRF REFERENTE ÀS AÇÕES ORDINÁRIAS	-	(8.605)
IRRF REFERENTE ÀS AÇÕES PREFERENCIAIS	-	(14.532)
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO CREDITADOS LÍQUIDOS DE IRRF	-	131.112
ORDINÁRIAS	-	48.763
PREFERENCIAIS	-	82.349

Os juros sobre o capital próprio, em 1999, foram imputados aos dividendos até o limite do art.202 da Lei das S/A.

Os dividendos foram calculados sobre o Capital Social para as Ações Preferenciais e nas mesmas condições para as Ações Ordinárias (integrais para as ações existentes no início do exercício e *pro-rata temporis* para as demais).

DIVIDENDOS PROVISIONADOS	2000	1999
DIVIDENDOS SOBRE O CAPITAL SOCIAL	117.623	132.985
ORDINÁRIAS	43.217	49.459
PREFERENCIAIS	74.406	83.526
REMUNERAÇÃO POR LOTE DE MIL AÇÕES (EM REAIS)		
ORDINÁRIAS	0,347488	0,397682
PREFERENCIAIS	0,347488	0,397682

A remuneração por lote de mil ações (em reais) demonstra o cálculo integral para as ações existentes no início do exercício.

A proposta está sujeita à aprovação da Assembléia Geral Ordinária.

29. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

Os planos de expansão (autofinanciamento) eram o meio através do qual as empresas de telecomunicações financiavam parte dos investimentos na rede. Com a edição da Portaria 261/97, do Ministério das Comunicações, o mecanismo de captação de recursos por essa modalidade deixou de existir, sendo os valores existentes oriundos de recebimento de recursos procedentes de planos parcelados negociados anteriormente à edição da citada Portaria e valores incorporados ao imobilizado das Plantas Comunitárias de Telefonia – PCT.

Tais recursos apresentaram a seguinte movimentação:

	CONSOLIDADO	
	2000	1999
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	9.857	143.257
INCORPORAÇÃO DA CRT	35	-
RECEBIMENTO DE RECURSOS	-	67.472

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2001

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01768-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A	3 - CNPJ 02.570.688/0001-70
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO SIA/SUL - ASP - LOTE D - BLOCO B 1º AND		2 - BAIRRO OU DISTRITO SIA	
3 - CEP 71215-000	4 - MUNICÍPIO BRASÍLIA		5 - UF DF
6 - DDD 61	7 - TELEFONE 415-1128	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX			
11 - DDD 61	12 - FAX 415-1133	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL godinho@brasiltelecom.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME HENRIQUE SUTTON DE SOUSA NEVES			
2 - ENDEREÇO COMPLETO SIA/SUL - ASP - LOTE D - BLOCO B 1º AND		3 - BAIRRO OU DISTRITO BRASÍLIA	
4 - CEP 71215-000	5 - MUNICÍPIO BRASÍLIA		6 - UF DF
7 - DDD 61	8 - TELEFONE 415-1128	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
11 - TELEX			
12 - DDD 61	13 - FAX 415-1133	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL hneves@brasiltelecom.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2001	31/12/2001
2 - Penúltimo	01/01/2000	31/12/2000
3 - Antepenúltimo	01/01/1999	31/12/1999
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR ARTHUR ANDERSEN S/C		5 - CÓDIGO CVM 00283-6
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO MARCO ANTONIO BRANDÃO SIMURRO		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 755.400.708-44

O Capital Social subscrito e integralizado na data do balanço é R\$ 2.232.641 (R\$ 1.993.609 em 31/12/00) e composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

Em milhares de ações		
ESPÉCIES DE AÇÕES	2001	2000
Ordinárias	128.459.878	124.369.030
Preferenciais	219.863.511	219.863.511
TOTAL	348.323.389	344.232.541

	2001	2000
VALOR PATRIMONIAL POR MIL AÇÕES (R\$)	17,28	17,82

Direitos das Ações Preferenciais

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto na hipótese do parágrafo único do art. 11 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, e no pagamento de dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Companhia, calculados de forma pro-rata.

Reservas de Capital: As reservas de capital são constituídas de conformidade com as seguintes práticas:

Reserva de Ágio na Subscrição de Ações: resultado da diferença entre o valor pago na subscrição e o valor destinado ao capital.

Reserva Especial de Ágio na Incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do ágio registrado no ativo diferido conforme disposições das Instruções CVM nº 319/99 e 320/00. Quando ocorre o aproveitamento do crédito fiscal correspondente a reserva é capitalizada, anualmente, em nome do acionista controlador e dos acionistas minoritários existentes na data de sua formação, observado o direito de preferência dos demais acionistas.

Outras Reservas de Capital: formadas pela contrapartida dos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda.

Reservas de Lucros: As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

Reserva Legal: apropriação de cinco por cento do lucro anual até o limite de vinte por cento do capital social realizado ou trinta por cento do capital quando somada às reservas de capital. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reservas de Lucros a Realizar: constituídas no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202 da Lei 6404/76, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício. As reservas podem absorver prejuízos em exercícios subsequentes ou, quando realizadas, compõem o cálculo do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos.

Saldo de Lucros Acumulados: constituído pelos saldos de lucros remanescentes do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei 6404/76, ou pelo registro de ajustes de anos anteriores, quando for o caso.

Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto da companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da companhia.

Dividendos Mínimos Obrigatórios calculados de acordo com o art. 202 da Lei 6.404/76

	2001	2000
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	254.266	408.643
MAIS		
REALIZAÇÃO DA RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	272.281	82.282
MENOS		
APROPRIAÇÃO À RESERVA LEGAL	(12.714)	(20.432)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	513.833	470.493
DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS/PROVISIONADOS	133.958	117.623

Dividendos Prioritários e Dividendos para Ordinárias calculados em igualdade de condições (6% sobre o capital)

DIVIDENDOS PROVISIONADOS	2001	2000
SOBRE O VALOR DO CAPITAL SOCIAL		
ORDINÁRIAS	49.403	43.217
PREFERENCIAIS	84.555	74.406
TOTAL	133.958	117.623
REMUNERAÇÃO POR LOTE DE MIL AÇÕES (EM REAIS)		
ORDINÁRIAS	0,384581	0,341697
PREFERENCIAIS	0,384581	0,341697

Os dividendos provisionados fazem parte da proposta para destinação de resultados que está sujeita à aprovação da assembléia geral ordinária de acionistas.

Saldo Remanescente do Lucro Líquido

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 379.875 (R\$ 352.870 em 2000) está compondo o saldo da conta de lucros acumulados e será destinado ao financiamento de sua controlada Brasil Telecom S.A., para o cumprimento de suas obrigações previstas nos contratos de concessão.

9. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

	CONSOLIDADO	
	2001	2000
SERVIÇO LOCAL	5.273.536	3.530.939
Habilitação	70.393	40.479
Assinatura Básica	2.218.784	1.376.932

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2002

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01768-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A	3 - CNPJ 02.570.688/0001-70
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO SIA/SUL - ASP - LOTE D - BL B - 1º ANDAR		2 - BAIRRO OU DISTRITO SIA	
3 - CEP 71215-000	4 - MUNICÍPIO BRASÍLIA		5 - UF DF
6 - DDD 061	7 - TELEFONE 415-1440	8 - TELEFONE 415-1256	9 - TELEFONE 415-1119
10 - TELEX			
11 - DDD 061	12 - FAX 415-1133	13 - FAX 415-1315	14 - FAX 415-1169
15 - E-MAIL ri@brasiltelecom.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME PAULO PEDRÃO RIO BRANCO			
2 - ENDEREÇO COMPLETO SIA/SUL - ASP - LOTE D - BL A - Térreo		3 - BAIRRO OU DISTRITO BRASÍLIA	
4 - CEP 71215-000	5 - MUNICÍPIO BRASÍLIA		6 - UF DF
7 - DDD 061	8 - TELEFONE 415-1440	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
11 - TELEX			
12 - DDD 061	13 - FAX 415-1593	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL paulopedrao@brasiltelecom.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2002	31/12/2002
2 - Penúltimo	01/01/2001	31/12/2001
3 - Antepenúltimo	01/01/2000	31/12/2000
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR KPMG - AUDITORES INDEPENDENTES		5 - CÓDIGO CVM 00418-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO MANUEL FERNANDES RODRIGUES DE SOUSA		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 783.840.017-15

01768-0 BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A

02.570.688/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As contingências classificadas como risco de perda provável, para as quais estão registradas provisões no passivo, apresentam os seguintes saldos:

Contingências de Risco Provável

NATUREZA	CONSOLIDADO	
	2002	2001
TRABALHISTA	316.334	320.337
TRIBUTÁRIA	11.905	7.871
CÍVEL	60.985	50.270
TOTAL	389.224	378.478
CIRCULANTE	3.232	63.403
LONGO PRAZO	385.992	315.075

Contingências de Risco Possível

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

NATUREZA	CONSOLIDADO	
	2002	2001
TRABALHISTA	440.798	323.467
TRIBUTÁRIA	570.460	402.610
CÍVEL	253.771	102.761
TOTAL	1.265.029	828.838

Contingências de Risco Remoto

Além das demandas citadas ainda existem contingências consideradas remotas no valor de R\$ 717.097 (R\$ 500.519 em 2001).

Os depósitos judiciais relacionados a contingências e tributos contestados (exigibilidade suspensa) estão demonstrados na nota nº 21.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite total de 700.000.000.000 (setecentos bilhões) de ações ordinárias ou preferenciais, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) para a emissão de ações preferenciais sem direito a voto.

Por deliberação da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembléia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

01768-0 BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A

02.570.688/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Por deliberação da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos únicos dos art. 11 e 14 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da Companhia ou, a partir de 2002, de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia, o que for maior.

O capital social subscrito e integralizado na data do balanço é R\$ 2.257.611 (R\$ 2.232.641 em 31/12/01) e composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

ESPÉCIES DE AÇÕES	Em milhares de ações					
	Total de Ações		Ações em Tesouraria		Ações em Circulação	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Ordinárias	132.355.516	128.459.878	692.000	-	131.663.516	128.459.878
Preferenciais	219.863.511	219.863.511	-	-	219.863.511	219.863.511
TOTAL	352.219.027	348.323.389	692.000	-	351.527.027	348.323.389

	2002	2001
VALOR PATRIMONIAL POR MIL AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (R\$)	17,75	17,28

Ações em Tesouraria

Na apuração do cálculo do valor patrimonial por mil ações estão deduzidas 692.000 mil ações ordinárias mantidas em tesouraria.

Programa de Recompra de Ações – Fato Relevante de 01/10/02

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 01/10/02 a proposta de recompra de ações preferenciais e ordinárias de própria emissão, para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação, com os termos e condições seguintes: (i) a conta de lucros acumulados representou a origem dos recursos aplicados na aquisição das ações; (ii) a quantidade autorizada para aquisição de ações próprias para permanência em tesouraria foi limitada a 6.161.061 mil ações ordinárias e 21.986.351 ações preferenciais, correspondendo ao limite de 10% das ações ordinárias e preferenciais em circulação no mercado; e (iii) o prazo determinado para vigorar a aquisição foi de três meses, a contar do dia 02/10/02.

A quantidade adquirida foi de 692.000 mil ações ordinárias, tendo como custo médio ponderado, custo mínimo e custo máximo os valores de R\$ 13,25, R\$ 12,40 e R\$ 13,75 por ação, respectivamente. O valor total pago foi de R\$ 9.168, aos quais foram adicionados R\$ 7 relativos aos gastos com corretagem e emolumentos.

Durante o exercício de 2002 não ocorreu qualquer alienação dessas ações preferenciais adquiridas.

Em 31 de dezembro de 2002, as ações ordinárias da Companhia estavam cotadas na BOVESPA em R\$ 13,80 por lote de mil ações. As ações ordinárias em tesouraria representavam R\$ 9.550, cotadas pelo valor de mercado naquela data.

01768-0 BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A

02.570.688/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia mantém o saldo das ações em tesouraria em conta própria em sua contabilidade. Para efeitos de apresentação, esse saldo é deduzido da reserva que lhe deu origem, estando assim apresentado:

	LUCROS ACUMULADOS
	2002
SALDO CONTÁBIL	2.623.828
AÇÕES EM TESOURARIA	(9.175)
SALDO, LÍQUIDO DE AÇÕES EM TESOURARIA	2.614.653

Reservas de Capital

As reservas de capital são constituídas de conformidade com as seguintes práticas:

Reserva de Ágio na Subscrição de Ações: resultado da diferença entre o valor pago na subscrição e o valor destinado ao capital.

Reserva Especial de Ágio na Incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do ágio registrado no ativo, diferido conforme disposições das Instruções CVM nº 319/99 e 320/99. Quando ocorre o aproveitamento do crédito fiscal, a parte correspondente à reserva é capitalizada, anualmente, em nome do acionista controlador, observado o direito de preferência dos demais acionistas.

Outras Reservas de Capital: formadas pela contrapartida dos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda.

Reservas de Lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

Reserva Legal: apropriação de cinco por cento do lucro anual até o limite de vinte por cento do capital social realizado ou trinta por cento do capital quando somada às reservas de capital. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva de Lucros a Realizar: constituída nos exercícios em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202 da Lei 6404/76, ultrapassou a parcela realizada do lucro líquido do exercício. A reserva pode absorver prejuízos em exercícios subsequentes ou, quando realizada, compõe o cálculo do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos. De acordo com atualização promovida pela Lei 10.303/01, os lucros que forem registrados na reserva de lucros a realizar a partir do exercício social de 2002, deverão ser considerados pelo valor do próprio dividendo postergado. Entretanto, a reserva de lucros a realizar formada durante a vigência da regra anterior, quando realizada, continuará a compor a base de cálculo dos dividendos.

Lucros Acumulados

Constituídos ao final de cada exercício social, composto pelos saldos de lucros remanescentes do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei 6404/76, ou pelo registro de ajustes de anos anteriores, quando for o caso.

01768-0 BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A

02.570.688/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto da companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da companhia.

Dividendos Mínimos Obrigatórios calculados de acordo com o art. 202 da Lei 6.404/76

	2002	2001
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	443.441	254.266
MAIS		
<i>REALIZAÇÃO DA RESERVA DE LUCROS A REALIZAR</i>	353.659	272.281
MENOS		
<i>APROPRIAÇÃO À RESERVA LEGAL</i>	(22.172)	(12.714)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	774.928	513.833
25% DO LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	193.732	133.958

Dividendos Prioritários e Dividendos para Ordinárias calculados em igualdade de condições

DIVIDENDOS PROVISIONADOS	2002	2001
	3% SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6% SOBRE O CAPITAL SOCIAL
ORDINÁRIAS	72.562	49.403
PREFERENCIAIS	121.170	84.555
TOTAL	193.732	133.958
REMUNERAÇÃO POR LOTE DE MIL AÇÕES (EM REAIS)		
ORDINÁRIAS	0,551115	0,384581
PREFERENCIAIS	0,551115	0,384581

Juros Sobre o Capital Próprio Creditados - JSCP

A Companhia creditou Juros sobre o Capital Próprio a seus acionistas, de acordo com a posição acionária na data de cada crédito efetuado durante o exercício. Os JSCP creditados foram imputados aos dividendos, líquidos do imposto de renda de fonte, na data de encerramento do exercício, como proposta para destinação de resultados a ser apresentada para aprovação da assembléia geral ordinária de acionistas.

	2002
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO – JSCP – CREDITADOS	159.300
AÇÕES ORDINÁRIAS	59.884
AÇÕES PREFERENCIAIS	99.416
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF)	(23.895)
JSCP LÍQUIDOS	135.405

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2002

01768-0 BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A

02.570.688/0001-70

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Imputação dos Juros Sobre Capital Próprio aos Dividendos Obrigatórios apurados de acordo com o Art. 202

	2002
DIVIDENDOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS (ART. 202 DA LEI 6404/76)	193.732
MENOS	
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO, LÍQUIDOS DE IRRF	(135.405)
<i>DIVIDENDOS COMPLEMENTARES AOS JSCP</i>	58.327

Saldo Remanescente do Lucro Líquido

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 557.301 (R\$ 379.875 em 2001) está compondo o saldo da conta de lucros acumulados e será destinado ao financiamento de sua controlada Brasil Telecom S.A., para o cumprimento de suas obrigações previstas nos contratos de concessão.

9. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

	CONSOLIDADO	
	2002	2001
SERVIÇO LOCAL	5.912.818	5.273.536
Habilitação	32.639	70.393
Assinatura Básica	2.656.631	2.218.784
Serviço Medido	1.314.781	1.314.638
Fixa Móvel – VC1	1.791.763	1.548.435
Aluguel	5.217	8.495
Outras	111.787	112.791
SERVIÇO DE LONGA DISTÂNCIA	1.748.784	1.342.006
Fixa Intra Setorial	1.028.975	806.219
Fixa Intra Regional (Inter Setorial)	334.081	278.176
Fixa Móvel – VC2 e VC3	385.134	256.893
Internacional	594	718
INTERCONEXÃO (Tarifas de Uso)	785.805	789.586
Fixa x Fixa	607.106	613.213
Móvel x Fixa	178.699	176.373
CESSÃO DE MEIOS	235.503	204.757
TELEFONIA PÚBLICA	341.766	274.218
COMUNICAÇÃO DE DADOS	504.979	324.690
SERV. SUPLEM., REDE INTELIGENTE E TELEFONIA AVANÇADA	278.761	216.509
OUTROS SERVIÇOS DA ATIVIDADE PRINCIPAL	6.385	-
OUTRAS	24.879	33.194
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	9.839.680	8.458.496
TRIBUTOS SOBRE A RECEITA BRUTA	(2.670.871)	(2.200.580)
OUTRAS DEDUÇÕES SOBRE A RECEITA BRUTA	(97.441)	(99.508)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	7.071.368	6.158.408

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2002

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01768-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A	3 - CNPJ 02.570.688/0001-70
---------------------------	--	--------------------------------

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2002	4 - 31/12/2001	5 - 31/12/2000
1	Ativo Total	16.102.429	14.678.908	14.208.837
1.01	Ativo Circulante	3.749.326	2.324.326	3.821.805
1.01.01	Disponibilidades	1.596.163	465.530	2.018.892
1.01.02	Créditos	1.542.851	1.230.937	1.198.214
1.01.02.01	Contas a Receber de Serviços	1.542.851	1.230.937	1.198.214
1.01.03	Estoques	23.309	8.351	10.994
1.01.04	Outros	587.003	619.508	593.705
1.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	6.795	622	1.166
1.01.04.02	Tributos Diferidos e a Recuperar	416.015	406.388	407.799
1.01.04.03	Depósitos Judiciais	724	58.663	76.847
1.01.04.04	Outros Ativos	163.469	153.835	107.893
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.497.323	1.362.649	803.520
1.02.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	1.809	30.000	0
1.02.02.01	Com Coligadas	1.809	30.000	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	1.495.514	1.332.649	803.520
1.02.03.01	Empréstimos e Financiamentos	155.412	99.724	76.220
1.02.03.02	Tributos Diferidos e a Recuperar	893.460	936.125	613.731
1.02.03.03	Depósitos Judiciais	331.366	198.052	95.559
1.02.03.04	Estoques	39.862	50.576	0
1.02.03.05	Outros Ativos	75.414	48.172	18.010
1.03	Ativo Permanente	10.855.780	10.991.933	9.583.512
1.03.01	Investimentos	165.163	101.248	105.935
1.03.01.01	Participações em Coligadas	3.870	3.870	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	161.293	97.378	105.935
1.03.02	Imobilizado	10.023.579	10.314.316	8.828.080
1.03.03	Diferido	667.038	576.369	649.497

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2002

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01768-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A	3 - CNPJ 02.570.688/0001-70
---------------------------	--	--------------------------------

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2002	4 - 31/12/2001	5 - 31/12/2000
2	Passivo Total	16.102.429	14.678.908	14.208.837
2.01	Passivo Circulante	2.478.708	2.622.056	2.862.816
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	542.379	424.473	1.163.704
2.01.02	Debêntures	49.495	24.305	23.517
2.01.03	Fornecedores	919.486	1.210.838	793.805
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	371.399	281.107	236.956
2.01.04.01	Tributos Indiretos	356.720	277.091	233.139
2.01.04.02	Tributos sobre a Renda	14.679	4.016	3.817
2.01.05	Dividendos a Pagar	249.775	252.364	236.024
2.01.06	Provisões	95.376	105.071	96.610
2.01.06.01	Provisão para Contingências	3.232	63.403	96.610
2.01.06.02	Provisão para Fundos de Pensão	92.144	41.668	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	250.798	323.898	312.200
2.01.08.01	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	44.352	92.501	65.676
2.01.08.02	Consignações a Favor de Terceiros	78.750	84.106	111.301
2.01.08.03	Participações no Resultado	40.390	51.715	35.181
2.01.08.04	Outras Obrigações	87.306	95.576	100.042
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.032.117	3.721.847	2.784.315
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.090.400	2.126.804	1.799.958
2.02.02	Debêntures	1.493.893	572.662	554.102
2.02.03	Provisões	795.688	764.151	304.184
2.02.03.01	Provisão para Contingências	385.992	315.075	294.264
2.02.03.02	Provisão para Fundos de Pensão	409.696	449.076	9.920
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	652.136	258.230	126.071
2.02.05.01	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	11.444	0	0
2.02.05.02	Fornecedores de Materiais e Serviços	4.123	0	0
2.02.05.03	Tributos Indiretos	344.452	182.814	75.932
2.02.05.04	Tributos sobre a Renda	81.238	39.530	23.649
2.02.05.05	Autorização p/Exploração Serv.Telecomun.	174.991	0	0
2.02.05.06	Outras Obrigações	27.729	26.431	16.999
2.02.05.07	Recursos Capitalizáveis	8.159	9.455	9.491
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	11.032	10.991	10.396
2.04	Participações Minoritárias	2.355.025	2.323.040	2.438.862
2.05	Patrimônio Líquido	6.225.547	6.000.974	6.112.448
2.05.01	Capital Social Realizado	2.257.611	2.232.641	1.993.609
2.05.02	Reservas de Capital	389.751	410.500	576.850
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2002

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01768-0	BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A	02.570.688/0001-70

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2002	4 -31/12/2001	5 -31/12/2000
2.05.04	Reservas de Lucro	978.085	1.309.572	1.569.139
2.05.04.01	Legal	187.865	165.693	152.979
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	790.220	1.143.879	1.416.160
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	2.600.100	2.048.261	1.972.850



OLÍMPIO TEIXEIRA

Auditors, Consultants and Chartered Accountants

ANEXO 04.03

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S/A

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 28/02/1998

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01765-5	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE NORTE LESTE PARTICIP. S/A	3 - CNPJ 02.558.134/0001-58
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Scn Quadra 03 Bl A 2º Andar Sala 200		2 - BAIRRO OU DISTRITO Asa Norte	
3 - CEP 70710-500	4 - MUNICÍPIO Brasilia		5 - UF DF
6 - DDD 0061	7 - TELEFONE 0327-5583	8 - TELEFONE 0327-5583	9 - TELEFONE 0327-5583
10 - TELEX 00000000			
11 - DDD 0061	12 - FAX 0516-4792	13 - FAX 0516-4792	14 - FAX 0516-4792
15 - E-MAIL			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Isaac Berensztejn			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Scn Quadra 03 Bl. A 2º Andar Sala 200		3 - BAIRRO OU DISTRITO Asa Norte	
4 - CEP 70710-500	5 - MUNICÍPIO Brasilia		6 - UF DF
7 - DDD 0061	8 - TELEFONE 0327-5583	9 - TELEFONE 0327-5583	10 - TELEFONE 0327-5583
11 - TELEX 00000000			
12 - DDD 0061	13 - FAX 0516-4792	14 - FAX 0516-4792	15 - FAX 0516-4792
16 - E-MAIL			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/1998	28/02/1998
2 - Penúltimo		
3 - Antepenúltimo		
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR		5 - CÓDIGO CVM -
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO -

A administração considera que os valores envolvidos para as demais causas, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, não são relevantes em relação ao conjunto das demonstrações financeiras.

As discussões judiciais relacionadas às contingências ativas, quando definitivamente concluídas de forma favorável, constituirão ativos das sociedades controladas.

19 - Empréstimos e financiamentos

	<u>Consolidado</u>
Empréstimos	34.468
Financiamentos	280.688
Juros provisionados e outros	12.051
	<u>327.207</u>
Circulante	104.039
Longo prazo	223.168

Sobre os financiamentos em moeda nacional incidem juros de mercado a taxas variáveis. Sobre os financiamentos em moeda estrangeira (US\$ 208.669 mil) incidem taxas de juros fixas variando de 10% a 13% ao ano e juros variáveis de 1,0% a 1,5% ao ano acima da LIBOR. A taxa LIBOR em 31 de dezembro de 1998 era de 5,15 % ao ano.

Em garantia aos financiamentos foram concedidos avais da companhia e sociedades controladas e os ativos adquiridos.

A dívida de longo prazo possui os seguintes prazos de vencimento:

	<u>Consolidado</u>
2000	72.169
2001	48.265
2002	79.452
2003 em diante	23.282
	<u>223.168</u>

20 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital autorizado em 31 de dezembro de 1998 é de 700 bilhões de ações. O capital social no valor de R\$ 3.741.151, subscrito e integralizado, está representado por 334.399.028 mil ações nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

	<u>Em Milhares</u>
Ações ordinárias	124.369.031
Ações preferenciais	210.029.997

Total	<u>334.399.028</u>
Valor patrimonial por lote de mil ações (em R\$)	27,55

b) Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária.

Reserva de lucros a realizar

Representa as receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente, decorrentes dos saldos de correção monetária de balanço e dos ajustes dos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando os ativos permanentes que lhes deram origem são baixados, quando do recebimento de dividendos e outros eventos, em conformidade com as normas da CVM. A realização da reserva é contabilizada na conta de lucros acumulados.

C) Direito das ações e dividendos propostos

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto em certas circunstâncias, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano, correspondente a sua parcela do capital social.

Em cada exercício será atribuído aos acionistas um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária, observados os direitos das ações preferenciais.

Para o exercício de 1998 estão sendo propostos dividendos para as ações ordinárias e preferenciais adotando-se o mesmo cálculo para ambas, conforme segue:

	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Valor do capital	3.741.151	3.741.151
Participação das ações - %	X	X
Capital	37,1918	62,8082
Percentual de dividendos	1.391.401	2.349.750
Dividendos propostos	6%	6%
	<u>83.484</u>	<u>140.985</u>
		<u>Destinação do lucro</u>
Lucro líquido do exercício		176.165
Realização da reserva de lucros a realizar		57.112
Apropriação à reserva legal		(8.808)
Lucro líquido ajustado		<u>224.469</u>
Dividendos		224.469
Dividendos por lote de mil ações (Reais)		0,67
Número de ações ordinárias (mil)		124.369.031
Número de ações preferencias (mil)		210.029.997

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/1999

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01765-5	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE NORTE LESTE PARTICIP. S/A	3 - CNPJ 02.558.134/0001-58
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua General Polidoro,99 - 4º Andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Botafogo	
3 - CEP 22280-001	4 - MUNICÍPIO Rio De Janeiro		5 - UF RJ
6 - DDD 0021	7 - TELEFONE 0550-5220	8 - TELEFONE 0000-0000	9 - TELEFONE 0000-0000
10 - TELEX 00000000	11 - DDD 0021	12 - FAX 0542-4343	13 - FAX 0000-0000
14 - FAX 0000-0000	15 - E-MAIL Marcoslourival@telemar.com.br		

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Renato Cesar Moreira Braga			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Lauro Müller, 116 - 22º Andar		3 - BAIRRO OU DISTRITO Botafogo	
4 - CEP 22299-900	5 - MUNICÍPIO Rio De Janeiro		6 - UF RJ
7 - DDD 0021	8 - TELEFONE 0279-3154	9 - TELEFONE 0279-3155	10 - TELEFONE 0279-3168
11 - TELEX 0000000	12 - DDD 0000	13 - FAX 0000-0000	14 - FAX 0000-0000
15 - FAX 0000-0000	16 - E-MAIL Renatob@telemar.com.br		

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/1999	31/12/1999
2 - Penúltimo	01/01/1998	31/12/1998
3 - Antepenúltimo	01/01/1997	31/12/1997
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Pricewaterhousecoppers		5 - CÓDIGO CVM 00287-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Rogério Roberto Gollo		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 365.244.920-72

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/1999

01765-5 TELE NORTE LESTE PARTICIP. S/A	02.558.134/0001-58	
11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS		
2002	175.717	79.452
2003 em diante	119.233	23.282
	432.768	223.168

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital autorizado em 31 de dezembro de 1999 é de 700 bilhões de ações (1998 - 700 bilhões). O capital social no valor de R\$ 3.741.151, subscrito e integralizado, está representado por 334.399.028 mil ações nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

	Milhares	
	1999	1998
Ações ordinárias	124.369.031	124.369.031
Ações preferenciais	210.029.997	210.029.997
Total	334.399.028	334.399.028
Valor patrimonial por lote de mil ações (em R\$)	34,30	27,55

01765-5 TELE NORTE LESTE PARTICIP. S/A

02.558.134/0001-58

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária.

Reserva de lucros a realizar

Representa as receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente, decorrentes dos saldos de correção monetária de balanço e dos ajustes dos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando os ativos permanentes que lhes deram origem são baixados, quando do recebimento de dividendos e outros eventos, em conformidade com as normas da CVM. A realização da reserva é contabilizada na conta "Lucros acumulados".

(c) Reserva Especial de Ágio

Conforme previsto na Instrução CVM no. 319/99, em contrapartida à contabilização do Ágio no ativo diferido, foi constituída Reserva Especial de Ágio.

(d) Direito das ações e dividendos propostos

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto em certas circunstâncias, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano, correspondente a sua parcela do capital social.

Em cada exercício, será atribuído aos acionistas um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária, observados os direitos das ações preferenciais.

01765-5 TELE NORTE LESTE PARTICIP. S/A

02.558.134/0001-58

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para o exercício de 1999 estão sendo propostos dividendos para as ações ordinárias e preferenciais calculados da mesma forma, conforme segue:

	<u>Ações</u>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
Valor do capital social	3.741.151	3.741.151
Participação das ações - %	37,1918	62,8082
Capital	1.391.401	2.349.750
Percentual de dividendos - %	<u>6</u>	<u>6</u>
Dividendos propostos	<u>83.484</u>	<u>140.985</u>
		<u>Destinação Do lucro</u>
Lucro líquido do exercício		95.686
Realização da reserva de lucros a realizar		133.567
Apropriação à reserva legal		<u>(4.784)</u>
Lucro líquido ajustado		<u>224.469</u>
Dividendos		224.469
Dividendos por lote de mil ações (reais)		0,67
Número de ações ordinárias (lotes de mil)		124.369.031
Número de ações preferencias (lotes de mil)		210.029.997

(e) Lucros acumulados

O saldo remanescente em lucros acumulados será utilizado para expansão das atividades operacionais conforme plano de investimentos.

(f) Ações em tesouraria

Em 16 de junho de 1999, o Conselho de Administração autorizou o programa de aquisição de ações da companhia até o limite de 3% das ações em circulação até o montante de R\$ 250 milhões. Através de reunião do Conselho de Administração de 27 de outubro de 1999, tal percentual foi alterado para 6%, mantendo o mesmo limite de valor.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2000

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01765-5	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES SA	3 - CNPJ 02.558.134/0001-58
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua:lauro Muller 116 22º Andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Botafogo		
3 - CEP 22290-900	4 - MUNICÍPIO Rio De Janeiro			5 - UF RJ
6 - DDD 0021	7 - TELEFONE 0279-3154	8 - TELEFONE 0000-0000	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEX 00000000
11 - DDD 0000	12 - FAX 0000-0000	13 - FAX 0000-0000	14 - FAX 0000-0000	
15 - E-MAIL Terziani@telemar.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Roberto Terziani				
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Lauro Muller 116 22º Andar			3 - BAIRRO OU DISTRITO Botafogo	
4 - CEP 22290-000	5 - MUNICÍPIO Rio De Janeiro			6 - UF RJ
7 - DDD 0021	8 - TELEFONE 0279-3154	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEFONE 0000-0000	11 - TELEX 0000000
12 - DDD 0021	13 - FAX 0279-3229	14 - FAX 0000-0000	15 - FAX 0000-0000	
16 - E-MAIL Terziani@telemar.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	
1 - Último	01/01/2000	31/12/2000	
2 - Penúltimo	01/01/1999	31/12/1999	
3 - Antepenúltimo	01/01/1998	31/12/1998	
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Pricewaterhousecoopers			5 - CÓDIGO CVM 00287-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Marcos Donizete Panassol			7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 063.702.238-67

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01765-5 TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S/A 02.558.134/0001-58

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O reembolso da dívida a longo prazo está programado como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>2000</u>	<u>2000</u>	<u>1999</u>
2001			137.818
2002	139.996	559.502	175.717
2003	139.733	402.725	119.233
2004	139.733	348.393	
2005 em diante	197.228	734.199	
Total	<u>616.690</u>	<u>2.044.819</u>	<u>432.768</u>

20 Patrimônio líquido

Em 17 de abril de 2000, o Conselho de Administração decidiu, por unanimidade, aumentar o capital social em R\$ 387.081, com a emissão de 38.708.064 mil ações preferenciais, através de capitalização da reserva legal e lucros acumulados.

Em 28 de abril de 2000, o Conselho de Administração decidiu pelo aumento o capital social em mais R\$ 13.367 com a capitalização parcial da "Reserva especial de ágio", (vide Nota 1(c)) sendo emitidas 156.529 mil ações ordinárias e 313.059 mil ações preferenciais, com preços estabelecidos nos últimos dez pregões da BOVESPA, aplicando redutor de 12% em função das cotações contemplarem o direito de recebimento de dividendo. Os acionistas minoritários tiveram o direito de adquirir ações proporcionalmente à sua participação no capital social.

(a) Capital social

O capital social autorizado é de 700 bilhões de ações. O capital social em 31 de dezembro de 2000 no montante de R\$ 4.141.599 (1999 - R\$ 3.741.151), está representado por 249.051.120 mil ações preferenciais (1999 - 210.029.997 mil) e 124.525.560 mil ações ordinárias (1999 - 124.369.031 mil), sem valor nominal, das quais 3.824.500 mil estavam em tesouraria (1999 - 3.824.500 mil). O valor patrimonial, por lote de mil ações em 31 de dezembro de 2000 era de R\$ 31,10 (1999 - R\$ 34,30).

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto em certas circunstâncias, sendo a elas assegurado um dividendo mínimo não-cumulativo preferencial e prioridade de reembolso de capital sobre as ações ordinárias, no caso de liquidação da Companhia.

01765-5 TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S/A

02.558.134/0001-58

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Reservas de capital

Ágio na subscrição de ações

Representa o excesso do preço de emissão de novas ações, em relação ao valor nominal da parcela destinada ao capital social.

Doações e subvenções para investimentos

São doações e subvenções de ativos recebidos de acordo com o plano de autofinanciamento descrito na Nota 21.

Juros sobre obras em andamento

Correspondem aos juros adicionados aos capitais próprios até 31 de dezembro de 1999 que estavam financiando obras em andamento (vide maiores comentários na Nota 14).

Reserva Especial da Lei 8.200/91

A Reserva Especial prevista na Lei nº 8.200/91 foi criada em virtude dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente, cuja finalidade foi a compensação das distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991.

Outras reservas de capital

São representadas por aplicações em incentivos fiscais - FINOR e FINAM.

(c) Reserva de lucros

Reserva legal

De conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, a Companhia é obrigada a apropriar 5% do lucro líquido do exercício a uma reserva legal, até que o limite de 20% do capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

Reserva de ágio

Refere-se a contrapartida do ágio registrado quando da incorporação da 140 Participações S.A. (vide Nota 1(c)), líquido da provisão registrada de acordo com a instituição CVM nº 349 de 6 de março de 2001.

01765-5 TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S/A

02.558.134/0001-58

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Reserva de lucros a realizar

De acordo com a legislação societária, se o montante de "Lucros a realizar" (definido adiante) de qualquer exercício em particular ultrapassar a soma alocada a (i) Reserva legal, (ii) Reservas estatutárias, (iii) Reserva para contingências e (iv) Reserva para projetos de investimento naquele ano, esse excedente poderá ser alocado a uma reserva de lucros a realizar. "Lucros a realizar", representam a soma de (i) saldo credor da correção monetária do balanço, (ii) o aumento do valor do investimento em controlada e (iii) o lucro em vendas com prazo de realização superior ao término do exercício seguinte.

No caso da Companhia, a reserva de lucros a realizar representa o lucro líquido, mas não realizado financeiramente, proveniente da correção de determinadas contas do permanente e do ajuste de investimentos registrados pelo método da equivalência patrimonial. Essa reserva é realizada, contra lucros acumulados, quando o ativo permanente do qual se origina é alienado e depreciado e dividendos são recebidos.

(d) Lucros acumulados

O saldo dos lucros acumulados será utilizado para distribuição de dividendos e para patrocinar investimentos futuros de acordo com o plano de investimento da Companhia.

(e) Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com seu estatuto social, a Tele Norte Leste deve distribuir dividendos para cada exercício social, num valor não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. As ações preferenciais tem prioridade na distribuição de dividendos, sendo a elas assegurado o pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% ao ano, em proporção às ações preferenciais do capital social. Os montantes remanescentes ao dividendo obrigatório, serão alocados aos detentores de ações ordinárias, até o mesmo limite das ações preferenciais, sendo o restante distribuído igualmente entre os detentores de ações preferenciais e ordinárias.

Para fins da legislação societária, e de acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido ajustado é um montante equivalente ao lucro líquido apurado de acordo com os princípios contábeis previstos pela legislação societária, ajustados para refletir alocações para ou de (i) reserva legal, (ii) reserva para contingências, se houver, e (iii) reserva de lucros a realizar, se houver.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2000

01765-5 TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S/A

02.558.134/0001-58

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O estatuto social da Companhia, de acordo com a Lei no. 9.249 de 26 de dezembro de 1995, também prevê a distribuição de juros sobre o capital próprio como forma de pagamento aos acionistas. Essa taxa de juros é limitada à TJLP (Taxa de Juros a Longo Prazo) média durante o período aplicável e não pode exceder a (i) 50% do lucro líquido (antes de levar em consideração essa distribuição e quaisquer deduções do imposto de renda) no período em que o pagamento é feito, ou (ii) 50% dos lucros acumulados, o que for maior. A parcela dos juros sobre capital próprio pode ser contabilizada como despesa operacional e considerada dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. O montante pago ou designado aos acionistas como juros atribuídos ao capital próprio, deduzido de qualquer imposto retido na fonte, pode ser considerado como parte de distribuição de dividendos obrigatórios. Nesse caso, de acordo com a legislação societária, a empresa é obrigada a distribuir aos acionistas um montante suficiente para assegurar que o valor líquido recebido pelos acionistas, após o pagamento pela empresa dos impostos retidos na fonte (15%) com relação à distribuição de juros, seja pelo menos igual ao dividendo obrigatório (Vide Nota 7 e 24).

01765-5 TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S/A 02.558.134/0001-58

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	Ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Valor do capital social	4.141.599	4.141.599
Participação das ações	33,33%	66,67%
Capital	1.380.533	2.761.066
Percentual de dividendos	6%	6%
Dividendos propostos	<u>82.832</u>	<u>165.664</u>
	2000	1999
Lucro líquido do exercício	721.312	95.686
Realização da reserva de lucros a realizar	134.070	133.567
Apropriação à reserva legal	(19.798)	(4.784)
Lucro líquido ajustado	<u>835.584</u>	<u>224.469</u>
	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	208.896	56.117
Dividendos propostos (ordinárias e preferenciais)	248.496	224.469
Dividendos por lote de mil ações (reais)	0,67	0,67
Número de ações ordinárias (lotes de mil)	124.525.560	124.369.031
Número de ações preferenciais (lotes de mil)	249.051.120	210.029.997

(f) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria são registradas ao valor médio de mercado, similar ao valor de mercado na data da compra. A diferença entre o custo de aquisição de ações em tesouraria e a redução do capital social é registrada como um componente do capital integralizado adicional.

**Tele Norte Leste
Participações S.A. e
sociedades controladas**
**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2001 e de 2000
e parecer dos auditores independentes**

Tele Norte Leste Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2001 e de 2000

Em milhares de reais

- **Instituto de Defesa do Consumidor - IDEC** ajuizou, no primeiro semestre de 2001, Ação Civil Pública contra a TMAR, no estado do Rio de Janeiro, questionando o reajuste de tarifas em percentual superior ao IGP-DI. A Companhia recorreu da decisão e obteve a suspensão dos efeitos da medida liminar concedida ao IDEC. Com base na posição dos seus assessores jurídicos, fundamentada no fato de que o reajuste em questão foi realizado nos estritos termos da autorização expressa no Contrato de Concessão assinado entre a Companhia e a ANATEL, a administração não constituiu provisão para fazer face a eventuais perdas que possam decorrer dessa causa.

19 Debêntures

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2001, os acionistas deliberaram e aprovaram a emissão de 13.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor unitário de R\$ 100, totalizando R\$ 1.300.000. O prazo de vencimento dessas debêntures é de cinco anos, sendo remuneradas a juros equivalentes à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, acrescida de um "spread" de 0,7% ao ano, os quais são amortizados semestralmente. Os juros do período, no valor de R\$ 17.899, estão registrados em "Demais obrigações - passivo circulante". A emissão desses títulos ocorreu em 1º de junho de 2001, tendo sido registradas na CVM em 26 de julho de 2001, sendo colocadas no mercado em 27 de julho de 2001.

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado é de 700 bilhões de ações. O capital social em 31 de dezembro de 2001, no montante de R\$ 4.309.204 (2000 - R\$ 4.141.599), está representado por 252.166.753 mil ações preferenciais (2000 - 249.051.120 mil) e 126.083.377 mil ações ordinárias (2000 - 124.525.560 mil), sem valor nominal, das quais 8.780.437 mil estavam em tesouraria (2000 - 3.824.500 mil). O valor patrimonial, por lote de mil ações, em 31 de dezembro de 2001 é de R\$ 27,13 (2000 - R\$ 31,10).

As ações preferenciais não têm direito a voto sendo a elas assegurado um dividendo mínimo não-cumulativo preferencial e prioridade de reembolso de capital sobre as ações ordinárias, no caso de liquidação da Companhia.

Em reunião realizada em 9 de maio de 2001, o Conselho de Administração deliberou e aprovou o aumento de capital social no valor de R\$ 167.605, com a emissão de 1.557.817 mil ações ordinárias e 3.115.633 mil preferenciais, ao preço de R\$ 33,09 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 37,25 por lote de mil ações preferenciais. Esses preços foram definidos com base nas médias das cotações respectivas dos últimos pregões da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo, anteriores a 9 de maio de 2001. Foi fixado o prazo de 30 dias, a partir da data da reunião, para o exercício de preferência dos atuais acionistas.

Tele Norte Leste Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2001 e de 2000

Em milhares de reais

Esse aumento de capital corresponde à capitalização da parcela da reserva especial de ágio conforme estabelecido nas Instruções CVM nº 319 e 320, alteradas pela Instrução CVM nº 349 (Nota 2(c)), e representa um aumento de aproximadamente 1,3 % do capital social da Companhia. Com a emissão destas novas ações, o capital subscrito passa a ser composto conforme a seguir:

	Quantidade lote de mil	%
Ações ordinárias	126.083.377	33,3
Ações preferenciais	252.166.753	66,7
Total	378.250.130	100

A Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2001 aprovou a distribuição de dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, no total de R\$ 248.496. Esses dividendos já haviam sido propostos e reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2000.

(b) Reservas de capital

Reserva especial de ágio

Refere-se à contrapartida do ágio registrado quando da incorporação da sociedade 140 Participações S.A., como descrito na Nota 2(c), líquido da provisão registrada de acordo com a Instrução CVM nº 349, de 6 de março de 2001.

Doações e subvenções para investimentos

São doações e subvenções de ativos recebidos de acordo com o plano de autofinanciamento, bem como aplicações em incentivos fiscais - substancialmente FINAM e FINOR.

(c) Reservas de lucros

Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das S.A., a Companhia é obrigada a destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Tele Norte Leste Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2001 e de 2000

Em milhares de reais

Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar representa o lucro líquido não realizado financeiramente proveniente da correção de determinadas contas do ativo permanente e do ajuste de investimentos registrados pelo método da equivalência patrimonial. Essa reserva é realizada em contrapartida da conta de lucros acumulados, quando o ativo permanente do qual se origina é alienado ou depreciado e quando dividendos são recebidos.

(d) Lucros acumulados

O saldo dos lucros acumulados será utilizado para distribuição de dividendos e para patrocinar investimentos futuros de acordo com o plano de investimento da Companhia e suas controladas.

(e) Dividendos

De acordo com seu estatuto social, a Companhia deve distribuir dividendos em cada exercício social, no valor não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei das S.A. As ações preferenciais tem prioridade na distribuição de dividendos, sendo assegurado o pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% ao ano em proporção à participação no capital social. Os montantes remanescentes ao dividendo mínimo obrigatório, são alocados aos detentores de ações ordinárias, até o mesmo limite das ações preferenciais, sendo o restante distribuído de forma equitativa entre os detentores de ações preferenciais e ordinárias.

Para fins da legislação societária brasileira e de acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido ajustado é um montante equivalente ao lucro líquido apurado no exercício, ajustado para refletir alocações para/de (i) reserva legal, (ii) reserva para contingências e (iii) reserva de lucros a realizar.

Tele Norte Leste Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2001 e de 2000

Em milhares de reais

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Lucro líquido do exercício	140.378	721.312
Realização da reserva de lucros a realizar		134.070
Apropriação à reserva legal	(7.019)	(19.798)
Lucro líquido ajustado	<u>133.359</u>	<u>835.584</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>33.340</u>	<u>208.896</u>
Número de ações ordinárias em circulação (lotes de mil)	121.927.277	121.820.460
Número de ações preferenciais em circulação (lotes de mil)	247.542.416	247.931.720
	Ações	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
Valor do capital social		4.309.204
Participação das ações		66,67%
Capital		2.872.803
Percentual de dividendos		<u>6%</u>
Dividendos mínimos estatutários		<u><u>172.368</u></u>
Dividendos propostos em 2001	99.000	201.000
Dividendos por lote de mil ações (R\$)	0,81	0,81
Dividendos propostos em 2000	82.832	165.664
Dividendos por lote de mil ações (R\$)	0,67	0,67

Está sendo proposto pela administração o pagamento de dividendos superiores em R\$ 166.641 ao lucro líquido ajustado, com a utilização de lucros acumulados.

**Tele Norte Leste
Participações S.A. e
sociedades controladas**
**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2002 e de 2001
e parecer dos auditores independentes**

Tele Norte Leste Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2002 e de 2001

Em milhares de reais, exceto quando indicado

20 Debêntures

Em julho de 2001, a TNL emitiu 13.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor unitário de R\$ 100, totalizando R\$ 1.300.000. O prazo de vencimento dessas debêntures é de cinco anos, sendo remuneradas a juros equivalentes à variação da taxa do CDI, acrescida de 0,7% ao ano, os quais são registrados no passivo circulante, sendo amortizados semestralmente. Durante o exercício de 2002, foram liquidados juros no valor de R\$ 242.699 (2001 - R\$ 121.189).

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado é de 700 bilhões de ações. Em reunião realizada em 26 de abril de 2002, o Conselho de Administração deliberou e aprovou aumentar o capital social em R\$167.605, com a emissão de 1.865.185 mil ações ordinárias e 3.730.370 mil ações preferenciais ao preço de R\$ 27,14 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 31,36 por lote de mil ações preferenciais, definidas com base nas médias das cotações respectivas dos últimos 10 pregões da Bolsa de Valores de São Paulo. Este aumento de capital corresponde à capitalização da parcela da reserva especial de ágio, conforme estabelecido na Instrução CVM nº 319/99. Foi fixado o prazo de 30 dias, a partir da data da publicação do respectivo aviso aos acionistas, para o exercício de preferência dos acionistas minoritários, para a subscrição do aumento na proporção de suas participações.

	Quantidade (lote de mil ações)			
	2002	%	2001	%
Ações ordinárias	127.948.562	33,3	126.083.377	33,3
Ações preferenciais	255.897.123	66,7	252.166.753	66,7
Total	383.845.685	100	378.250.130	100
Ações ordinárias em tesouraria	(4.156.100)		(4.156.100)	
Ações preferenciais em tesouraria	(4.624.337)		(4.624.337)	
Total em circulação	<u>375.065.248</u>		<u>369.469.693</u>	

(b) Reservas de capital

Reserva especial de ágio

Refere-se à contrapartida do ágio registrado quando da incorporação inversa descrita na Nota 3(a), líquido da provisão registrada de acordo com a Instrução CVM nº 349.

Tele Norte Leste Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2002 e de 2001 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Doações e subvenções para investimentos

São doações e subvenções de ativos recebidos de acordo com o plano de autofinanciamento, bem como aplicações em incentivos fiscais - substancialmente FINAM e FINOR.

(c) Reservas de lucros

Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das S.A., a Companhia é obrigada a destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar representa o lucro líquido não realizado financeiramente proveniente da correção de determinadas contas do ativo permanente e do ajuste de investimentos registrados pelo método da equivalência patrimonial. Essa reserva é realizada quando o ativo permanente do qual se origina é alienado ou depreciado e quando dividendos são recebidos, ou quando a reserva é destinada ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. A TNL está realizando parte substancial desta reserva, sendo o saldo remanescente justificado pela diferença entre os dividendos recebidos e a equivalência patrimonial positiva de controladas que apresentaram lucros nos últimos anos.

(d) Lucros acumulados ("Retenção de lucros")

O saldo dos lucros acumulados foi utilizado para patrocinar investimentos de acordo com o plano de investimento da Companhia e suas controladas.

Tele Norte Leste Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2002 e de 2001 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com seu estatuto social, a Companhia deve distribuir dividendos em cada exercício social, no valor não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma do inciso I, alíneas (a) e (b) do art. 202 da Lei das S.A.. As ações preferenciais têm prioridade no reembolso de capital sem prêmio e na distribuição de dividendos, sendo assegurado o pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% ao ano em proporção à participação no capital social, ou 3% do valor do patrimônio líquido da ação, prevalecendo o que for maior entre os dois critérios. Os montantes remanescentes ao dividendo mínimo obrigatório, são alocados aos detentores de ações ordinárias, até o mesmo limite das ações preferenciais, sendo o restante distribuído de forma equitativa entre os detentores de ações preferenciais e ordinárias.

O estatuto social também prevê a distribuição de juros sobre o capital próprio na forma de pagamento aos acionistas. A parcela dos juros sobre o capital próprio é dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social, limitada à TJLP (Taxa de Juros a Longo Prazo) média durante o período aplicável e não pode exceder a (i) 50% do lucro líquido (antes de levar em consideração essa distribuição e quaisquer deduções do imposto de renda) no período em que o pagamento é feito, ou (ii) 50% dos lucros acumulados, o que for maior. O montante pago ou designado aos acionistas como juros atribuídos ao capital próprio, deduzido de qualquer imposto retido na fonte, pode ser considerado como parte de distribuição de dividendos obrigatórios. Nesse caso, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia é obrigada a distribuir aos acionistas um montante suficiente para assegurar que o valor líquido recebido, após o pagamento do imposto retido na fonte, seja pelo menos igual ao dividendo mínimo obrigatório.

Em 25 de abril de 2002, por deliberação da Assembléia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2001, totalizando R\$ 300.000, correspondente a R\$ 0,811975 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, atualizados pela Taxa Referencial - TR de 1º de janeiro até 24 de junho de 2002, quando iniciou-se o pagamento.

Para fins da legislação societária brasileira e de acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido ajustado é um montante equivalente ao lucro líquido apurado no exercício, ajustado para refletir alocações para/de (i) reserva legal e (ii) reserva para contingências. Conforme descrito no Ofício Circular/CVM/SEP/SNC/nº 01/2003, o saldo anterior da reserva de lucro a realizar constituída até a vigência da Lei nº 10.303/01, integram a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Tele Norte Leste Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2002 e de 2001

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(372.563)	140.378
Apropriação à reserva legal		(7.019)
Realização da reserva de lucros a realizar	<u>2.072.492</u>	
Lucro líquido ajustado	<u>1.699.929</u>	<u>133.359</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (*)	<u>424.982</u>	<u>33.340</u>
Número de ações ordinárias em circulação (lotes de mil)	123.792.462	121.927.277
Número de ações preferenciais em circulação (lotes de mil)	251.272.786	247.542.416

Em 27 de dezembro de 2002, tendo em vista a nova redação do art. 17 da Lei nº 6.404/76, conforme alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01, a Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas aprovou modificações nas regras de pagamento dos dividendos das ações preferenciais da Companhia, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, segundo os critérios abaixo, alternativamente, considerando aquele que representar o maior valor:

- (a) 6% ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Companhia; ou
- (b) 3% do valor do patrimônio líquido da ação.

Os dividendos mínimos estatutários foram calculados conforme segue:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Valor do capital social	4.476.809	4.309.204
% das ações preferenciais	66,7%	66,7%
Percentual dos dividendos estatutários	<u>6%</u>	<u>6%</u>
Dividendos mínimos estatutários	<u>179.072</u>	<u>172.368</u>
	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Valor do patrimônio líquido	9.163.173	10.023.273
% ações preferenciais	66,7%	66,7%
Percentual dos dividendos estatutários	<u>3%</u>	<u>3%</u>
Dividendos mínimos estatutários	<u>183.263</u>	<u>200.465</u>

Tele Norte Leste Participações S.A. e sociedades controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2002 e de 2001

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nos termos da Lei 9.249 e da Deliberação CVM nº 207, o Conselho de Administração da Companhia autorizou, em 20 de dezembro de 2002, a apropriação de juros sobre o capital próprio a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, relativos ao exercício social de 2002 no montante de R\$ 499.979 (R\$ 424.982, líquidos de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%), conforme estabelecido na Deliberação CVM nº 207, de 13 de dezembro de 1996.

	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>	<u>Total</u>
Valor dos juros sobre o capital próprio	165.020	334.959	499.979
Quantidade de ações em circulação (lotes de mil)	123.792.462	251.272.786	375.065.248
Valor por lote de mil ações - R\$	1,333101	1,333101	1,333101

Os dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar são compostos como segue:

<u>Ano-base da proposta</u>	<u>Valor</u>
2002	444.100
2001	16.680
2000	12.082
1999	14.388
Total	<u>487.250</u>

(f) Dividendos prescritos

Dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas após 3 anos, são revertidos a lucros acumulados.

(g) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2002 e de 2001, a Companhia mantém em tesouraria 4.624.337 mil ações preferenciais e 4.156.100 mil ações ordinárias, de emissão própria, registradas ao valor de compra.

22 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas estão principalmente expostas ao risco de mercado decorrente de mudanças nas taxas de câmbio, devido ao grande volume de captação em moeda estrangeira enquanto suas receitas são auferidas em reais. Visando a redução da exposição ao risco, a Companhia e suas controladas utilizam instrumentos derivativos, tais como contratos a termo em moeda estrangeira, opções de moeda estrangeira e "swaps" de câmbio, para administrar esses riscos de taxa de câmbio. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos ou outros instrumentos financeiros para outros fins.

Tele Norte Leste Participações S.A. e sociedades controladas

Balanco patrimonial exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2002	2001	2002	2001			2002	2001		
Circulante						Circulante					
Disponibilidades	10	1.324.793	1.156.733	1.512.703	1.234.443	Fornecedores		9.951	3.962	1.634.743	2.199.346
Contas a receber de serviços	11			2.724.931	2.145.844	Empréstimos e financiamentos	17	672.480	492.798	1.747.472	1.370.561
Empréstimos a receber	24	1.370.978	3.016.076		15.614	Salários, encargos e benefícios sociais		26.013	10.216	260.422	181.860
Impostos diferidos e a recuperar	12	452.638	462.526	1.456.830	1.293.095	Impostos a recolher e diferidos	18	112.594	34.721	765.289	523.530
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	579.369	488.062			Dividendos e juros sobre o capital próprio	21	487.250	339.308	703.169	538.042
Despesas antecipadas	13	13.786	17.434	179.354	97.018	Concessão a pagar (Oi)					603.900
Estoques				108.890	36.051	Debêntures	20	21.039	17.899	21.039	17.899
Demais ativos		113.423	23.352	106.461	128.453	Provisão para passivo a descoberto	14	713.381	45.609		
						Valor a pagar pela aquisição da Pegasus				177.138	
						Demais obrigações		1.238	1.946	203.843	174.216
		3.854.987	5.164.183	6.089.169	4.950.518			2.043.946	946.459	5.513.115	5.609.354
Realizável a longo prazo						Exigível a longo prazo					
Empréstimos a receber	24	2.320.309			1.561.173	Empréstimos e financiamentos	17	2.698.442	2.184.838	7.705.869	6.249.321
Impostos diferidos e a recuperar	12	342.821	379.563	1.680.699	313.269	Impostos a recolher e diferidos	18			1.010	1.480
Depósitos judiciais					73.873	Provisões para contingências	19	192.613	171.528	1.772.648	1.491.438
Incentivos fiscais		4.338	6.324	141.455	84.302	Debêntures	20	1.300.000	1.300.000	1.300.000	1.300.000
Aplicações financeiras	10	70.043		67.921	29.867	Demais obrigações		5.991	4.491	37.411	29.329
Despesas antecipadas	13	40.387	10.680	84.560	142			4.197.046	3.660.857	10.816.938	9.071.568
Demais ativos		115	111						1.461		1.577
		2.778.013	396.678	2.361.777	1.948.685	Resultado de exercícios futuros					
Permanente						Participações minoritárias				2.034.179	2.057.180
Investimentos	14	8.710.206	8.962.560	432.550	160.188	Patrimônio líquido/recursos capitalizáveis					
Imobilizado	15	60.959	108.629	17.965.069	19.248.576	Patrimônio líquido	21				
Diferido	16			636.246	458.049	Capital social		4.476.809	4.309.204	4.476.809	4.309.204
		8.771.165	9.071.189	19.033.865	19.866.813	Reservas de capital		536.698	704.303	536.698	704.303
						Reservas de lucros		570.769	2.643.261	570.769	2.643.261
Total do ativo		15.404.165	14.632.050	27.484.811	26.766.016	Lucros acumulados		3.839.323	2.626.931	3.796.288	2.626.931
						Ações em tesouraria		(260.426)	(260.426)	(260.426)	(260.426)
								9.163.173	10.023.273	9.120.138	10.023.273
						Recursos capitalizáveis				441	3.064
						Total do passivo e patrimônio líquido		15.404.165	14.632.050	27.484.811	26.766.016

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



ANEXO 04.04

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TELESP PARTICIPAÇÕES S/A

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 1998 é de R\$ 3.238.421. O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

Em lote de 1000 ações

	1998
Ações Ordinárias	124.369.031
Ações Preferenciais	210.029.997
Total	<u>334.399.028</u>
Valor Patrimonial por mil ações (em R\$)	<u>25,38</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% sobre o valor do capital social.

a. Reservas de Capital

Ágio na Subscrição de Ações

Essa reserva representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor patrimonial da ação na data de emissão.

Reserva Especial da Lei n.º 8200/91

A Reserva Especial da Lei n.º 8200/91 foi criada em virtude dos ajustes da correção monetária especial do ativo permanente, cuja finalidade foi a compensação de distorções nos índices de correção monetária de balanço antes de 1991. Essa reserva foi contabilizada líquida dos efeitos tributários.

Juros sobre Obras em Andamento

Acumula os créditos decorrentes dos juros sobre o capital próprio que financiam obras em andamento conforme descrito na nota 3g.

Outras Reservas de Capital

É representado por aplicações em incentivos fiscais.

b. Reservas de Lucros

Reserva Legal

Essa reserva é constituída obrigatoriamente pela empresa à base de 5% do Lucro Líquido do Exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

Reserva de Lucros a Realizar

Representa as receitas contabilizadas decorrentes de ganhos líquidos da correção monetária e dos ajustes de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando os ativos permanentes (que geraram os ganhos de correção monetária) são depreciados ou baixados, quando do recebimento de dividendos ou bonificações, sem custo, das subsidiárias, bem como para complementar os dividendos obrigatórios para as ações preferenciais. Em 1998 a totalidade desta reserva foi realizada.

c. Lucros Acumulados

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do art. 202 da Lei n.º 6404/76, no montante de R\$ 548.627 está compondo o saldo da conta de lucros acumulados, que será utilizada para futuro aumento de capital.

d. Dividendos

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurado o direito a um dividendo não cumulativo preferencial em prioridade sobre as ações ordinárias, em caso de liquidação da Empresa Holding.

De acordo com o Estatuto, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis, um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. Os portadores de ações preferenciais têm prioridade na alocação do dividendo anual distribuído.

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da empresa e em consonância com a Lei das S.A. Os dividendos devidos, antes de imputados aos Juros sobre o Capital Próprio, foram calculados como segue:

	1998
Valor do capital	3.238.421
Participação das ações preferenciais	x 62,8082
Participação das ações ordinárias	x 37,1918
Capital preferencial	<u>2.033.993</u>
Capital ordinário	1.204.427
Percentual de dividendos mínimos estatutários	<u>x 6%</u>

Dividendos propostos	194.305
Lucro líquido do exercício	921.677
Lucro de janeiro e fevereiro/98 – cisão Telebrás	18.325
Realização da reserva de lucros a realizar	777.221
Apropriação à reserva legal	(47.000)
Apropriação à reserva de lucros a realizar	(893.002)
Lucro líquido ajustado	<u>777.221</u>
Dividendos	194.305
Ações ordinárias	72.265
Ações preferenciais	122.040
Dividendos por lote de mil ações (Reais)	
Ações ordinárias	0,581
Ações preferenciais	0,581
Número de ações	334.399.028
Ações ordinárias	124.369.031
Ações preferenciais	210.029.997

Juros sobre o Capital Próprio

Por proposta da administração, em 31 de dezembro de 1998, foram creditados juros sobre o capital próprio que serão imputados integralmente aos dividendos, de acordo com o art. 9º da Lei 9.249/95, líquidos de imposto de renda na fonte, após a aprovação pela Assembléia Geral.

A imputação está demonstrada conforme segue:

	1998
Juros sobre o capital próprio	<u>228.594</u>
Ações ordinárias	85.019
Ações preferenciais	143.575
Imposto de renda na fonte	(34.289)
JSCP líquidos imputados aos dividendos	<u>194.305</u>

Os acionistas imunes receberão os Juros sobre o Capital Próprio integrais, sem retenção de Imposto de Renda na Fonte.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 1999 é de R\$5.709.195 (R\$3.238.421 em 1998). O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

Em lote de 1000 ações

Ações Ordinárias	166.035.632.725
Ações Preferenciais	323.456.623.831
Total	489.492.256.556
Valor Patrimonial por mil ações - R\$	28,15

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% sobre o valor do capital social.

b. Reservas de capital

Ágio na subscrição de ações

Essa reserva representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor patrimonial da ação na data de emissão.

Outras reservas de capital

É representado por aplicações em incentivos fiscais.

c. Reservas de lucros

Reserva legal

Essa reserva é constituída obrigatoriamente pela empresa à base de 5% do Lucro Líquido do Exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

Reserva de lucros a realizar

Representa as receitas contabilizadas decorrentes dos ajustes de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando do recebimento de dividendos ou bonificações, sem custo, das subsidiárias, bem como para complementar os dividendos obrigatórios para as ações preferenciais. Em 1999 a totalidade desta reserva foi realizada.

d. Lucros Acumulados

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6404/76, no montante de R\$2.765.141, está compondo o saldo da conta de lucros acumulados, que será utilizada para futuro aumento de capital, visando a aplicação na modernização ou expansão do sistema de Telecomunicações.

e. Dividendos

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurado o direito a um dividendo não cumulativo preferencial em prioridade sobre as ações ordinárias, em caso de liquidação da Companhia.

De acordo com o Estatuto, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis, um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. Os portadores de ações preferenciais têm prioridade na alocação do dividendo anual distribuído.

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da empresa e em consonância com a Lei das Sociedades Anônimas. Para o exercício de 1999, o cálculo de dividendos propostos antes de imputados os juros sobre o capital próprio foi efetuado considerando os direitos pro rata das novas ações emitidas no ano, como segue:

	1999	1998
e.1) Dividendos mínimos obrigatórios calculados com base no capital		
Valor do Capital	5.709.195	3.238.421
Percentual de dividendos mínimos obrigatórios 6% (1999 cálculo "pro rata temporis")	256.917	194.305
e.2) Dividendos mínimos obrigatórios calculados com base no lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	742.027	921.677
Lucro de janeiro e fevereiro/98 – cisão Telebrás	-	18.325
Realização da reserva de lucros a realizar	2.301.558	777.221
Apropriação à reserva legal	(37.101)	(47.000)
Apropriação à reserva de lucros a realizar	-	(893.002)
Realização complementar da reserva de lucros a realizar aprovada pela AGO de 17/03/99, complementar do exercício de 1998	-	894.105
Lucro líquido ajustado	3.006.484	1.671.326
Total dos dividendos mínimos e obrigatórios a 25%	751.621	417.831
Ações ordinárias	270.257	155.399
Ações preferenciais	481.364	262.432
		1998
	Valor Bruto	Valor Líquido
Dividendos por lote de mil ações – Reais	1,470000	1,249500
		1999
	Valor Bruto	Valor Líquido
Dividendos por lote de mil ações – Reais		
Ações já existentes antes da reestruturação	2,331046	2,001852
Ações originadas da incorporação Telesp e CTBC	0,685077	0,602778
Ações originadas do crédito fiscal capitalizado	0,319306	0,291873
	1999	1998

Número de ações	489.492.257	334.399.028
Ações ordinárias	166.035.633	124.369.031
Ações preferenciais	323.456.624	210.029.997

f. Juros sobre o capital próprio

Por proposta da administração, em 31 de dezembro de 1999, foram creditados juros sobre o capital próprio imputados integralmente aos dividendos, de acordo com o art. 9º da Lei 9249/95, líquidos de imposto de renda na fonte, após a aprovação pela Assembléia Geral.

A imputação está demonstrada conforme segue:

	1999	1998
Juros sobre o capital próprio	805.698	228.594
Ações ordinárias	273.293	85.019
Ações preferenciais	532.405	143.575
Imposto de renda na fonte	(120.855)	(34.289)
JSCP líquidos imputados aos dividendos	684.843	194.305
Dividendo complementar	66.778	-
Total dos dividendos propostos	751.621	194.305
Dividendos complementares do exercício de 1998, AGO de 17/03/99	-	223.526
Total	751.621	417.831

Os acionistas imunes receberão os Juros sobre o Capital Próprio integrais, sem retenção de Imposto de Renda na Fonte.

f. Pagamento de dividendos

A administração esta propondo que seja revertido o saldo da conta de Reserva Especial para Dividendos, constituída no exercício de 1999, no montante de R\$231.608, para pagamento até o final do exercício de 2000, em benefício àqueles acionistas com posição acionária em 31/12/98, assim como, está propondo a formação de nova Reserva Especial para pagamento de Dividendos, no montante de R\$494,704, relativo a parte dos dividendos declarados com base no balanço encerrado em 31/12/99, tendo como objetivo assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e, ao mesmo tempo, cumprir as necessidades de investimentos relevantes para atendimento da demanda e das metas estabelecidas pela ANATEL.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/00

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APROVAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - Identificação

1-código cvm 01767-1	2-denominação social TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP	3-CNPJ 02.558.157/0001-62
4-NIRE 53300005745		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO(Logradouro, N° e Complemento) Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729 - 9º andar		2 - Bairro ou Distrito Itaim Bibi	
3 - cep 04538	4 - Município São Paulo	5 - UF SP	
6 - DDD 0 1 1	7 - Telefone 3047-1524	8 - Telefone 33047-1525	11 - Fax 3047-1966
15-E-MAIL juan@telesp.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - Nome: JUAN VICENTE REVILLA VERGARA		2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729 - 9º andar	
3 - Bairro ou Distrito Itaim Bibi		4 - cep 04538-133	5 - Município São Paulo
6 - UF SP	7 - DDD 0 1 1	8 - Telefone 3047-1664	11 - Fax 253-3050
9 - Telefone -	10 - Telefone -	12 - DDD 0 1 1	13 - FAX 3047-1966
14 - FAX -	15 - FAX -	16 - E-MAIL juan@telesp.com.br	

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

Exercício	1 - Data de início do exercício social	2 - Data de término do exercício social
1 - Último	01/01/2000	31/12/2000
2 - Penúltimo	01/01/1999	31/12/1999
3 - Antepenúltimo	01/01/1998	31/12/1998
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR ARTHUR ANDERSEN S/C		5 - CÓDIGO CVM 00283-6
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO TAIKI HIRASHIMA		7 - CPF DO RESP.TÉCNICO 007.568.818-20

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/12/00	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/99	3 - IGUAL TRIMESTRE EXERC.ANTERIOR 31/12/98
Do Capital Integralizado			
1 - ORDINÁRIA	166.041.837	166.035.633	124.369.031
2 - PREFERENCIAL	328.353.890	323.456.624	210.029.997
3 - TOTAL	494.395.727	489.492.257	334.399.028
Em Tesouraria			
1 - ORDINÁRIA	-	-	-
2 - PREFERENCIAL	-	-	-
3 - TOTAL	-	-	-

01.06 - CARACTERÍSTICA DA EMPRESA

1 - Tipo de Empresa Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - Tipo de Situação Operacional
3 - Natureza do Controle Acionário Privada Nacional
4 - Código Atividade 1990100 - Telecomunicações
5 - Atividade Principal Exploração de serviço público de telefonia fixa
6 - Tipo de Consolidado Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - Item	2 - CNPJ	3 - Denominação Social
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - Item	2 - Evento	3 - Aprovação	4 - Provento	5 - Início Pagamento	6 - Tipo Ação	7 - Valor do provento p/ Ação
----------	------------	---------------	--------------	----------------------	---------------	-------------------------------

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - Data 30/01/01	2 - Assinatura
----------------------	----------------

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da TelespPar e do resultado de suas operações nas demonstrações contábeis, do valor líquido de R\$1.026.507 em 31 de dezembro de 2000 (R\$1.300.109 em 31 de dezembro de 1999) que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço como ativo corrente (R\$271.605 em 31 de dezembro de 2000 e R\$272.627 em 31 de dezembro de 1999) e ativo realizável a longo prazo (R\$754.902 em 31 de dezembro de 2000 e R\$1.027.482 em 31 de dezembro de 1999), como tributos diferidos e a recuperar. A amortização do ágio, a reversão da provisão e o correspondente crédito fiscal estão contabilizados como receitas e despesas operacionais.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2000 é de R\$5.847.983 (R\$5.709.195 em 31 de dezembro de 1999). O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

Ações em circulação:	
Ações Ordinárias	165.322.469.526
Ações Preferenciais	328.342.876.111
Total de ações em circulação	<u>493.665.345.637</u>
Ações em tesouraria:	
Ações Ordinárias	719.366.993
Ações Preferenciais	11.014.010
Total de ações em tesouraria	<u>730.381.003</u>
Total de Ações:	
Ações Ordinárias	166.041.836.519
Ações Preferenciais	328.353.890.121
Total	<u>494.395.726.640</u>
Valor Patrimonial por mil ações – R\$	<u>29,26</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% sobre o valor do capital social.

b. Reservas de capital

Ágio na subscrição de ações

Essa reserva representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor patrimonial da ação na data de emissão.

Outras reservas de capital

É representado por aplicações em incentivos fiscais.

c. Reservas de lucros

Reserva legal

Essa reserva é constituída obrigatoriamente pela empresa à base de 5% do Lucro Líquido do Exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

d. Lucros Acumulados

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício está compondo o saldo da conta de lucros acumulados, que será utilizada para futuro aumento de capital, visando a aplicação na modernização ou expansão do sistema de Telecomunicações.

e. Dividendos

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurado o direito a um dividendo não cumulativo preferencial em prioridade sobre as ações ordinárias, em caso de liquidação da Companhia.

De acordo com o Estatuto, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis, um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. Os portadores de ações preferenciais têm prioridade na alocação do dividendo anual distribuído.

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da empresa e em consonância com a Lei das Sociedades Anônimas. Para o exercício de 2000, o cálculo de dividendos propostos imputados integralmente como juros sobre o capital próprio foi efetuado considerando os direitos pro rata das novas ações emitidas no ano, como segue:

	2000	1999
e.1) Dividendos mínimos obrigatórios calculados com base no capital		
Valor do Capital	5.847.983	5.709.195
Percentual de dividendos mínimos obrigatórios 6% - cálculo "pro-rata temporis"	<u>350.571</u>	<u>256.917</u>
e.2) Dividendos mínimos obrigatórios calculados com base no lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	1.470.067	742.027
Realização da reserva de lucros a realizar	-	2.301.558
Apropriação à reserva legal	(73.503)	(37.101)
Lucro líquido ajustado	<u>1.396.564</u>	<u>3.006.484</u>
Total dos dividendos mínimos e obrigatórios a 25%	349.141	751.621
Ações ordinárias	116.956	270.257
Ações preferenciais	232.185	481.364

	2000	
	Valor Bruto	Valor Líquido
Dividendos por lote de mil ações – Reais		
Ações já existentes antes da reestruturação	1,660295053	1,411250795
Ações originadas da incorporação Ceterp	0,138357921	0,117604233
	1999	
	Valor Bruto	Valor Líquido
Dividendos por lote de mil ações – Reais		
Ações já existentes antes da reestruturação	2,331046	2,001852
Ações originadas da incorporação Telesp e CTBC	0,685077	0,602778
Ações originadas do crédito fiscal capitalizado	0,319306	0,291873
	2000	1999
Número de ações – em milhares	494.395.727	489.492.257
Ações ordinárias	166.041.837	166.035.633
Ações preferenciais	328.353.890	323.456.624

f. Juros sobre o capital próprio

Por proposta da administração, em 31 de dezembro de 2000 e 1999, foram creditados juros sobre o capital próprio imputados integralmente aos dividendos, de acordo com o art. 9º da Lei 9249/95, líquidos de imposto de renda na fonte, após a aprovação pela Assembléia Geral.

A imputação está demonstrada conforme segue:

	2000	1999
Juros sobre o capital próprio	819.368	805.698
Ações ordinárias	275.183	273.293
Ações preferenciais	544.185	532.405
Imposto de renda na fonte	(122.905)	(120.855)
JSCP líquidos imputados aos dividendos	696.463	684.843
Dividendo complementar	-	66.778
Total dos dividendos propostos	696.463	751.621

Os acionistas imunes receberão os Juros sobre o Capital Próprio integrais, sem retenção de Imposto de Renda na Fonte.

Com relação ao valor de R\$819.368 de Juros sobre Capital Próprio propostos em 2000, o valor de R\$345.892 está sendo retido na conta de reserva especial para dividendos.

g. Pagamento de dividendos

A Administração esta propondo que seja revertido o saldo da conta de Reserva Especial para pagamento Dividendos, constituída no exercício de 1999, no montante de R\$503.995, para pagamento até o final do exercício de 2001, em benefício àqueles acionistas com posição acionária em 31 de dezembro de 1999 (JSCP) e em 31 de março de 2000, assim como, esta propondo a formação de nova Reserva Especial para pagamento de Dividendos, no montante de R\$ 345.892, relativo a parte dos dividendos declarados com base no Balanço encerrado em 31 de dezembro de 2000, tendo como objetivo assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia, e ao mesmo tempo cumprir as necessidades de investimentos relevantes para o atendimento da demanda e das metas estabelecidas pela ANATEL.



ANEXO 04.05

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S/A

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social Realizado

O capital autorizado em 31 de dezembro de 1998 é de 700 bilhões de ações ordinárias ou preferenciais. O capital social subscrito, totalmente integralizado, em 31 de dezembro de 1998, é de R\$2.134.427, representado por 334.399.028 mil ações, sem valor nominal, assim distribuídas (em lote de mil ações): 124.369.031 ações ordinárias e 210.029.997 ações preferenciais. O valor patrimonial das ações (por lote de mil) em 31 de dezembro de 1998 é de R\$ 16,48 (valor expresso em reais)

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% sobre o valor do capital social.

b. Reservas de Lucros

Reserva Legal - Essa reserva é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não se faz mais obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

Reservas de Lucros a Realizar - Representa as receitas contabilizadas decorrentes de ganhos líquidos da correção monetária e dos ajustes de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando os ativos permanentes (que geraram os ganhos de correção monetária) são depreciados ou baixados, quando do recebimento de dividendos ou bonificações, sem custo, das subsidiárias, bem como para complementar os dividendos obrigatórios para as ações preferenciais.

c. Lucros Acumulados

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$241.307, está compondo o saldo da conta de Lucros Acumulados, que será utilizada para futuro aumento de capital.

d. Dividendos

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurado o direito a um dividendo não cumulativo preferencial sobre as ações ordinárias em caso de liquidação da Sociedade.

De acordo com o Estatuto, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis, um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado.

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da Sociedade e em consonância com a Lei das S.A. Os dividendos devidos foram calculados como se segue:

Valor do capital	2.134.427
Participação das ações preferenciais	x 62,8082
Participação das ações ordinárias	x 37,1918

Capital preferencial	1.340.595

Capital ordinário	793.832
Percentual de dividendos mínimos estatutários	x 6%

Dividendos propostos	80.436
	=====
Lucro líquido do exercício	213.100
Realização em janeiro e fevereiro de 1998 – cisão TELEBRÁS	14.088
Apropriação a reserva legal	(11.359)
Reversão da reserva de lucros a realizar	105.914

Lucro líquido ajustado	321.743
Dividendos propostos-	80.436
Ações ordinárias	-
Ações preferenciais	80.436
Dividendos propostos por lote de mil ações – R\$	
Ações ordinárias	-
Ações preferenciais	0,3830
Número de ações (mil ações)	334.399.028

Ações ordinárias	124.369.031
Ações preferenciais	210.029.997

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social Realizado

O capital autorizado em 31 de dezembro de 1999 é de 700 bilhões de ações ordinárias ou preferenciais. O capital social subscrito, totalmente integralizado em 31 de dezembro de 1999, é de R\$2.134.427, representado por 334.399.028 mil ações, sem valor nominal, assim distribuídas (em lote de mil ações): 124.369.031 ações ordinárias e 210.029.997 ações preferenciais. O valor patrimonial das ações (por lote de mil, expresso em reais) em 31 de dezembro de 1999 é de R\$17,22 (R\$16,48 em 1998).

b. Reservas de Lucros

Reserva Legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

Reserva de Lucros a Realizar

Representa as receitas contabilizadas decorrentes de ganhos líquidos da correção monetária e dos ajustes de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando do recebimento de dividendos das controladas, bem como para complementar os dividendos mínimos para as ações preferenciais.

c. Ações em Tesouraria

Em 31 de dezembro de 1999, a Sociedade mantinha 1.484.800 mil ações preferenciais de sua própria emissão em tesouraria, a um custo médio ponderado de aquisição, por lote de mil ações, expresso em reais, de R\$26,86.

No exercício, a Sociedade adquiriu 1.667.133 mil ações preferenciais, ao preço médio de R\$26,74 por lote de mil ações, sendo o preço mínimo de R\$22,40 e o máximo de R\$48,69. Ainda em 1999, a Sociedade alienou 182.333 mil ações ao preço médio de R\$20,74 por lote de mil ações, que resultou em um deságio de R\$917 mil registrado contra lucros acumulados. A alienação de ações existentes em tesouraria foi efetuada na forma privada para atender ao exercício do plano de opções de compra de ações (veja Nota 21.e), de acordo com a autorização CVM/GEA nº 213/99.

d. Dividendos

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurado o direito a um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número de ações da Sociedade, e prioridade em relação às ações ordinárias em caso de liquidação da Sociedade.

De acordo com o estatuto, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis, um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. Os

dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da Sociedade e em consonância com a Lei das S.A. Os dividendos propostos são apropriados somente no encerramento do exercício.

Em 31 de dezembro de 1999, a Sociedade creditou juros sobre capital próprio a seus acionistas, integralmente imputados aos dividendos de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95, por proposta da Administração, que estão sujeitos à aprovação da Assembléia Geral.

Para essa proposta de dividendos a serem pagos na forma de juros sobre capital próprio, adotou-se o mesmo cálculo para as ações ordinárias e preferenciais, conforme descrito a seguir:

	<u>Ações</u>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
Valor do capital subscrito	2.134.427	
Participação das ações (%)	37,3577	62,6423
Capital	797.373	1.337.054
Percentual de dividendos mínimos estatutários	6	6
Dividendos mínimos	----- 47.843	----- 80.223
Juros sobre capital próprio	56.286	94.380
Imposto de renda na fonte à alíquota de 15%	(8.443)	(14.157)
Juros sobre capital próprio, líquidos de imposto de Renda na fonte	----- 47.843	----- 80.223
JCP, líquidos de imposto de renda na fonte – por Lote de mil ações (reais)	=====	=====
	0,3846806	0,3846806
	=====	=====

Em adição aos juros sobre capital próprio, a Administração propôs a distribuição de dividendos no valor de R\$13.065, sujeita a aprovação da Assembléia Geral, na seguinte forma:

	<u>Ações</u>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
Dividendos propostos	4.881	8.184
Dividendos propostos – por Lote de mil ações (reais)	----- 0,0392436	----- 0,0392436
	=====	=====

O lucro líquido ajustado é como se segue:

	<u>1999</u>	<u>1998</u>
Lucro líquido do exercício	412.014	213.100
Realização - cisão Telebrás	-	14.088
Apropriação à reserva legal	(20.601)	(11.359)
Realização da reserva de lucros a realizar	173.109	105.914

Lucro líquido ajustado – base de cálculo dos Dividendos	----- 564.522	----- 321.743
Dividendos propostos	----- 13.065	----- 80.436
Juros sobre capital próprio, líquidos de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%	----- 128.066	----- -
Total de dividendos e JCP, líquidos	----- 141.131	----- 80.436
Percentual de dividendos e JCP, líquidos, sobre a base de cálculo	=====	=====
	===== 25,0	===== 25,0

A Administração da Sociedade propõe a seguinte destinação do lucro líquido do exercício, de R\$412.014 - R\$1,24 por lote de mil ações (em 1998: R\$213.100 – R\$0,64 por lote de mil ações):

	<u>1999</u>	<u>1998</u>
Para reserva legal – 5%	20.601	11.359
Para dividendos	13.065	80.436
Para juros sobre capital próprio	150.666	-

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social Realizado

O capital autorizado em 31 de dezembro de 2000 e 1999 é de 700 bilhões de ações ordinárias ou preferenciais. O capital social subscrito, totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2000, é de R\$2.134.427, representado por 334.399.028 mil ações, sem valor nominal, assim distribuídas (em lote de mil ações): 124.369.031 ações ordinárias e 210.029.997 ações preferenciais. O valor patrimonial das ações (por lote de mil, expresso em reais) em 31 de dezembro de 2000 é de R\$18,19 (R\$17,22 em 1999).

b. Reservas de Lucros

Reserva Legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

Reserva de Lucros a Realizar

Reserva oriunda da cisão da Telebrás (Nota 1) e originada de receitas contabilizadas decorrentes de ganhos líquidos da correção monetária e dos ajustes de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando do recebimento de dividendos das controladas, bem como para complementar os dividendos mínimos para as ações preferenciais.

c. Ações em Tesouraria

Em 31 de dezembro de 2000, a Sociedade mantinha 1.480.000 mil ações preferenciais de sua própria emissão em tesouraria (1.484.800 mil em 1999), a um custo médio ponderado de aquisição, por lote de mil ações, expresso em reais, de R\$28,02 (R\$26,86 em 1999).

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, a Sociedade alienou 127.500 mil ações ao preço médio de R\$22,26 por lote de mil ações, que resultou em um deságio de R\$622 mil também registrado contra lucros acumulados.

A alienação de ações existentes em tesouraria foi efetuada na forma privada para atender ao exercício do plano de opções de compra de ações (veja Nota 20.e), de acordo com a autorização CVM/GEA nº 213/99.

d. Dividendos

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurado o direito a um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número de ações da Sociedade, e prioridade em relação às ações ordinárias em caso de liquidação da Sociedade.

De acordo com o estatuto, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis, um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da Sociedade e em consonância com a Lei das S.A. Os dividendos propostos são apropriados somente no encerramento do exercício.

Em 31 de dezembro de 2000, a Sociedade creditou juros sobre capital próprio a seus acionistas, integralmente imputados aos dividendos de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95, por proposta da Administração, que estão sujeitos à aprovação da Assembléia Geral.

Para essa proposta de dividendos a serem pagos na forma de juros sobre capital próprio, adotou-se o mesmo cálculo para as ações ordinárias e preferenciais, conforme descrito a seguir:

	Ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Valor do capital subscrito	2.134.427	
Participação das ações (%)	37,3571	62,6429
Capital	797.361	1.337.066
Percentual de dividendos mínimos estatutários	6	6
	-----	-----
Dividendos mínimos	47.842	80.224
	-----	-----
Juros sobre o capital próprio	56.284	94.381
Imposto de renda na fonte à alíquota de 15%	(8.442)	(14.157)
	-----	-----
Juros sobre o capital próprio, líquidos de imposto de renda na fonte	47.842	80.224
	=====	=====
Juros sobre o capital próprio, líquidos de imposto de renda na fonte - por lote de mil ações (reais)	0,384675002	0,384675002
	=====	=====

Em adição aos juros sobre capital próprio, a Administração propôs a distribuição de dividendos no valor de R\$60.845, sujeita a aprovação em Assembléia Geral, na seguinte forma:

	Ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos propostos	22.730	38.115
	=====	=====
Dividendos propostos - por lote de mil ações (reais)	0,182760825	0,182760825
	=====	=====

O lucro líquido ajustado é como se segue:

	2000	1999
Lucro líquido do exercício	577.830	412.014
Apropriação à reserva legal	(28.891)	(20.601)
Realização da reserva de lucros a realizar	206.703	173.109
	-----	-----
Lucro líquido ajustado - base de cálculo dos Dividendos	755.642	564.522
	-----	-----
Dividendos propostos	60.845	13.065
Juros sobre capital próprio, líquidos de imposto de Renda na fonte à alíquota de 15%	128.066	128.066
	-----	-----
Total de dividendos e JSCP, líquidos	188.911	141.131
	=====	=====
Percentual de dividendos e JSCP, líquidos, sobre a base de cálculo	25,0	25,0
	===	===

A Administração da Sociedade propõe a seguinte destinação do lucro líquido do exercício, de R\$577.830 - R\$1,73 por lote de mil ações (em 1999: R\$412.014 - R\$1,24 por lote de mil ações):

	2000	1999
Para reserva legal - 5%	28.891	20.601
Para dividendos	60.845	13.065
Para juros sobre capital próprio	150.665	150.666

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social Realizado

O capital autorizado em 31 de dezembro de 2001 e 2000 é de 700 bilhões de ações ordinárias ou preferenciais. O capital social subscrito, totalmente integralizado no encerramento do exercício de 2001, é de R\$2.273.913, representado por 334.399.028 mil ações, sem valor nominal, assim distribuídas (em lote de mil ações): 124.369.031 ações ordinárias e 210.029.997 ações preferenciais. Os valores patrimoniais das ações (por lote de mil, expresso em reais) em 31 de dezembro de 2001 e 2000 são de R\$15,99 e R\$18,19, respectivamente.

Em 29 de junho de 2001, a acionista Startel Participações Ltda., até então detentora de 19,3% do capital social da Sociedade, transferiu 2.350.575 ações ordinárias (em lote de mil ações) de sua propriedade para novo acionista, a New Startel Participações Ltda., que passou a deter 0,7% do capital total da Sociedade.

b. Reserva de Lucros

Reserva Legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

Reserva de Lucros a Realizar

Reserva oriunda da cisão da Telebrás (Nota 1) e originada de receitas contabilizadas decorrentes de ganhos líquidos da correção monetária e dos ajustes de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando do recebimento de dividendos da controlada Embratel, bem como para complementar os dividendos mínimos para as ações preferenciais.

c. Ações em Tesouraria

Em 31 de dezembro de 2001, a Sociedade mantinha em tesouraria 1.466.667 mil ações preferenciais, de sua própria emissão, a um custo médio ponderado de aquisição, por lote de mil ações, expresso em reais, de R\$28,02.

No decorrer do exercício findo em 2001, a Sociedade alienou 13.333 mil ações ao preço médio de R\$23,13 por lote de mil ações, o que resultou em deságio de R\$65 também registrado contra lucros acumulados.

A alienação de ações existentes em tesouraria foi efetuada na forma privada para

atender ao exercício do plano de opções de compra de ações (veja Nota 23.e), de acordo com a autorização CVM/GEA nº 213/99.

d. Dividendos

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurado o direito a um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% a.a. sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Sociedade, e prioridade em relação às ações ordinárias em caso de liquidação da Sociedade.

De acordo com o Estatuto, deve-se distribuir como dividendos, a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da Sociedade e em consonância com a Lei das S.A. Os dividendos propostos são apropriados somente no encerramento do exercício.

Em 31 de dezembro de 2001, o resultado ajustado da Sociedade, base para distribuição de dividendos, apresentava prejuízo.

1. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social Realizado

O capital autorizado em 31 de dezembro de 2002 e 2001 é de 700 bilhões de ações ordinárias ou preferenciais. O capital social subscrito, totalmente integralizado no encerramento do exercício de 2002 e 2001, é de R\$2.273.913, representado por 334.399.028 mil ações, sem valor nominal, assim distribuídas (em lote de mil ações): 124.369.031 ações ordinárias e 210.029.997 ações preferenciais. Os valores patrimoniais das ações (por lote de mil, expresso em reais) em 31 de dezembro de 2002 e 2001 são de R\$14,11 e R\$15,99, respectivamente.

Em 29 de junho de 2001, a acionista Startel Participações Ltda., até então detentora de 19,3% do capital social da Sociedade, transferiu 2.350.575 ações ordinárias (em lote de mil ações) de sua propriedade para novo acionista, a New Startel Participações Ltda., que passou a deter 0,7% do capital total da Sociedade.

b. Reserva de Lucros

Reserva Legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

Reserva de Lucros a Realizar

Reserva oriunda da cisão da Telebrás (Nota 1), pressupostamente informada como originada de receitas contabilizadas decorrentes de ganhos líquidos da correção monetária e dos ajustes de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando do recebimento de dividendos da controlada Embratel, bem como para complementar os dividendos mínimos para as ações preferenciais.

A partir da vigência da Lei nº 10.303/01, a Reserva de Lucros a Realizar passou a ser constituída pelo montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, que ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício. Dessa forma, os montantes constituídos a partir da vigência da Lei nº 10.303/01 passam a representar o próprio dividendo postergado e não mais sua base na realização.

Em consonância com o Ofício-Circular CVM/SEP/SNC/Nº 01/2003, de 16 de janeiro de 2003, o saldo da reserva de lucros a realizar formado sob a vigência

da regra anterior mantém as características originais, ou seja, a parcela realizada comporá a base de cálculo dos dividendos.

c. Ações em Tesouraria

Em 31 de dezembro de 2002, a Sociedade mantinha em tesouraria 1.769.667 mil ações preferenciais de sua própria emissão (1.466.667 mil ações preferenciais em 31 de dezembro de 2001), a um custo médio ponderado de aquisição, por lote de mil ações, expresso em reais, de R\$23,53 (R\$28,02 em 31 de dezembro de 2001). No decorrer do ano de 2002 não ocorreram alienações destas ações em tesouraria.

O valor de mercado do lote de mil ações preferenciais no encerramento do exercício de 2002, expresso em reais, era de R\$3,74.

d. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurado (i) direito à prioridade no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% a.a. sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Sociedade, ou (ii) recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária, o que for maior (alteração estatutária implementada em 30 de dezembro de 2002), e prioridade em relação às ações ordinárias em caso de liquidação da Sociedade.

De acordo com o estatuto, deve-se distribuir como dividendos, a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis, um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da Sociedade e em consonância com a Lei das S.A. Os dividendos propostos são apropriados somente no encerramento do exercício.

A controlada Embratel registrou, em 31 de dezembro de 2002, R\$29.982 de juros sobre capital próprio líquidos a receber e R\$27.070 de dividendos a receber, creditados pela controlada Star One. Com isso, o saldo de lucros acumulados da controlada Star One foi integralmente destinado aos seus acionistas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2002

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01764-7	EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.	02.558.124/0001-12

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2002	4 - 31/12/2001	5 - 31/12/2000
1	Ativo Total	4.779.416	5.406.290	6.329.666
1.01	Ativo Circulante	49.114	49.236	249.202
1.01.01	Disponibilidades	20.167	20.875	23.636
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes a Caixa	20.167	20.875	23.636
1.01.02	Créditos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	28.947	28.361	225.566
1.01.04.01	Tributos diferidos e a recuperar	28.947	28.361	36.617
1.01.04.02	Dividendos/Juros s/Cap.Próprio a Receber	0	0	188.911
1.01.04.03	Outros	0	0	38
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.516	12.516	5.583
1.02.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	12.516	12.516	5.583
1.02.03.01	Depósitos judiciais	12.516	12.516	5.583
1.02.03.02	Outros Ativos	0	0	0
1.03	Ativo Permanente	4.717.786	5.344.538	6.074.881
1.03.01	Investimentos	4.717.786	5.344.538	6.074.881
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	4.717.786	5.344.538	6.074.781
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	100
1.03.02	Imobilizado	0	0	0
1.03.03	Diferido	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2002

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01764-7	EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.	02.558.124/0001-12

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2002	4 - 31/12/2001	5 - 31/12/2000
2	Passivo Total	4.779.416	5.406.290	6.329.666
2.01	Passivo Circulante	46.192	46.187	246.581
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.02	Debitores	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	81	1	124
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	22.635	22.606	42.435
2.01.05	Dividendos a Pagar	23.466	23.565	203.875
2.01.05.01	Dividendos a Pagar/Juros s/Cap.Próprio	23.466	23.565	203.875
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dividas com Pessoas Ligadas	0	3	100
2.01.08	Outros	10	12	47
2.01.08.01	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	0	2	2
2.01.08.02	Outras Obrigações	10	10	45
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	13.431	13.431	915
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.02	Debitores	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dividas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	13.431	13.431	915
2.02.05.01	Impostos, Taxas e Contribuições	12.516	12.516	0
2.02.05.02	Recursos Capitalizados	915	915	915
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	4.719.793	5.346.672	6.082.170
2.05.01	Capital Social Realizado	2.273.913	2.273.913	2.134.427
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	1.870.478	1.871.012	1.870.638
2.05.04.01	Legal	190.491	190.491	190.491
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	1.721.622	1.721.622	1.721.622
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	(41.635)	(41.101)	(41.475)
2.05.04.07.01	Ações em tesouraria	(41.635)	(41.101)	(41.475)
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	575.402	1.201.747	2.077.105

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2002

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01764-7	EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.	02.558.124/0001-12

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2002 a 31/12/2002	4 - 01/01/2001 a 31/12/2001	5 - 01/01/2000 a 31/12/2000
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(626.210)	(540.669)	623.777
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(3.159)	(3.216)	(10.139)
3.06.03	Financeiras	3.640	1.711	37.056
3.06.03.01	Receitas Financeiras	3.640	1.925	191.549
3.06.03.02	Despesas Financeiras	0	(214)	(154.493)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	(321)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(626.692)	(539.164)	597.181
3.07	Resultado Operacional	(626.210)	(540.669)	623.777
3.08	Resultado Não Operacional	(58)	(29)	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	(58)	(29)	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(626.268)	(540.698)	623.777
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(77)	(4.059)	(7.336)
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	(38.611)
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	(626.345)	(544.757)	577.830
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	332.629.361	332.932.361	332.919.028
	LUCRO POR AÇÃO			0,00174
	PREJUÍZO POR AÇÃO	(0,00188)	(0,00164)	



ANEXO 04.06

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

16. PATRIMÔNIO LIQUÍDO

a) Capital Social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 1998 é de R\$ 355.384. O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	Lote de <u>1000 ações</u>
Ações ordinárias	124.369.030
Ações preferenciais	<u>210.029.997</u>
Total	334.399.027

Valor patrimonial em 31.12.98 por mil ações (em R\$) 3,36

As ações preferenciais não tem direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% sobre o valor do capital social.

b) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Lucro líquido do exercício	321.388
Lucro líquido - cisão Telebrás (janeiro e fevereiro/98)	3.090
(-) Constituição da reserva legal	(16.224)
(+) Reversão da reserva de lucros a realizar	<u>52.261</u>
(=) Lucro Líquido Ajustado	360.515
Dividendos Obrigatórios (25%)	<u>90.129</u>

A administração em 31 de dezembro de 1998, creditou juros sobre capital próprio que serão imputados integralmente aos dividendos de acordo com o art. 9º da Lei 9.249/95, líquidos de imposto de renda na fonte após aprovação pela Assembléia Geral.

Juros sobre capital próprio	106.033
Ações ordinárias (R\$ 0,317 por lote de mil ações)	39.436
Ações preferenciais (R\$ 0,317 por lote de mil ações)	66.597
Imposto de renda na fonte	<u>(15.904)</u>
JSCP líquidos aos dividendos	<u>90.129</u>

c) Lucros Acumulados

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, no montante de R\$ 469.520, será retido para aumento de capital para compatibilizar a retenção de lucros a ser efetuada pela controlada para a expansão de sua planta, conforme orçamento de capital a ser apresentado e aprovado pela Assembléia Geral.

d) Reserva de Lucros a Realizar

Esta reserva foi originada quando da cisão da Telebrás, onde representava receitas contabilizadas decorrentes de ganhos líquidos da correção monetária e dos ajustes de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial e ainda não realizadas financeiramente. Durante o exercício de 1998, foi realizada parte desta reserva visando adequar o valor atribuído de juros sobre o capital próprio ao valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório.

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01771-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELESP CELULAR PARTICIP. SA	3 - CNPJ 02.558.074/0001-73
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Abílio Soares, 409		2 - BAIRRO OU DISTRITO Paraíso		
3 - CEP 04005-001	4 - MUNICÍPIO São Paulo			5 - UF SP
6 - DDD 0011	7 - TELEFONE 3059-7590	8 - TELEFONE 3059-7591	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEX 00000000
11 - DDD 0011	12 - FAX 3059-7592	13 - FAX 0000-0000	14 - FAX 0000-0000	
15 - E-MAIL Cidalia_morgado@telespcelular.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Cidália M.m. Morgado Ferreira De Jesus				
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Abílio Soares, 409			3 - BAIRRO OU DISTRITO Paraíso	
4 - CEP 04005-001	5 - MUNICÍPIO São Paulo			6 - UF SP
7 - DDD 0011	8 - TELEFONE 3059-7590	9 - TELEFONE 3059-7591	10 - TELEFONE 0000-0000	11 - TELEX 00000000
12 - DDD 0011	13 - FAX 3059-7592	14 - FAX 0000-0000	15 - FAX 0000-0000	
16 - E-MAIL Cidalia_morgado@telespcelular.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/1999	31/12/1999
2 - Penúltimo	28/02/1998	31/12/1998
3 - Antepenúltimo	01/01/1997	31/12/1997
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Arthur Andersen S/c		
		5 - CÓDIGO CVM 00283-6
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO José Francisco Compagno		
		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 065.274.808-22

01771-0 TELESP CELULAR PARTICIP. SA

02.558.074/0001-73

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17. PATRIMÔNIO LIQUÍDO

Capital Social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 1999 é de R\$ 434.719 (R\$ 355.384 em 1998). O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	Lote de 1000 ações
Ações ordinárias	124.369.030
Ações preferenciais	<u>210.029.997</u>
Total	334.399.027

As ações preferenciais não tem direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% sobre o valor do capital social.

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os dividendos são calculados de conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das S/A 6.404/76. O lucro líquido ajustado, o qual serviu de base para cálculo dos dividendos, está assim constituído.

	<u>31/12/99</u>	<u>31/12/98</u>
Lucro líquido do exercício	112.871	321.388
Lucro líquido – cisão Telebrás (janeiro e fevereiro/98)	-	3.090
(-) Constituição da reserva legal	(5.644)	(16.224)
Reversão da reserva de lucros a realizar	16.498	52.261
(=) Lucro líquido ajustado	<u>123.725</u>	<u>360.515</u>
Dividendos obrigatórios	30.931	90.129
Juros sobre o Capital Próprio	36.389	106.033
Ações ordinárias	13.534	39.436
Ações preferencias	22.855	66.597
(-) Imposto de renda na fonte	(5.458)	(15.904)
Juros sobre o Capital Próprio líquidos	<u>30.931</u>	<u>90.129</u>

Por proposta da administração, em 28 de dezembro de 1999, foram creditados aos seus acionistas juros sobre o capital próprio no montante de R\$36.389 (R\$0,1088 por lote de mil ações) com retenção de 15% de imposto de renda na fonte resultando em R\$30.931 (R\$0,0925 por lote de mil ações) de acordo com a lei n° 9249/95, e estará propondo à Assembléia Geral que os dividendos sejam compensados com o referido valor dos juros.

Lucros Acumulados

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, no montante de R\$87.336, será retido para aumento de capital para compatibilizar a retenção de lucros a ser efetuada pela controlada para a expansão de sua planta, conforme orçamento de capital a ser apresentado e aprovado pela Assembléia Geral.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgaç o Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2000

Legislaç o Societ ria

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01771-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELESP CELULAR PARTICIP. SA	3 - CNPJ 02.558.074/0001-73
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Ab lio Soares, 409		2 - BAIRRO OU DISTRITO Para so	
3 - CEP 04005-001	4 - MUNICÍPIO S o Paulo		5 - UF SP
6 - DDD 0011	7 - TELEFONE 3059-7590	8 - TELEFONE 3059-7591	9 - TELEFONE 0000-0000
10 - TELEX 00000000	11 - DDD 0011	12 - FAX 3059-7592	13 - FAX 0000-0000
14 - FAX 0000-0000	15 - E-MAIL Cidalia_morgado@telespcelular.com.br		

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspond ncia com a Companhia)

1 - NOME Cid lía M.m.morgado Ferreira De Jesus			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Ab lio Soares, 409		3 - BAIRRO OU DISTRITO Para so	
4 - CEP 04005-001	5 - MUNICÍPIO S o Paulo		6 - UF SP
7 - DDD 0011	8 - TELEFONE 3059-7590	9 - TELEFONE 3059-7591	10 - TELEFONE 0000-0000
11 - TELEX 00000000	12 - DDD 0011	13 - FAX 3059-7592	14 - FAX 0000-0000
15 - FAX 0000-0000	16 - E-MAIL Cidalia_morgado@telespcelular.com.br		

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2000	31/12/2000
2 - Pen ltimo	01/01/1999	31/12/1999
3 - Antepen ltimo	28/02/1998	31/12/1998
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Arthur Andersen S/c		5 - CÓDIGO CVM 00283-6
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Jos Francisco Compagno		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 065.274.808-22

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2000

01771-0 TELESP CELULAR PARTICIP. SA

02.558.074/0001-73

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Contribuição básica - corresponde a um percentual inteiro de 1%, aplicado sobre o salário de participação, limitado à parcela previdenciária e a um percentual sobre a diferença não negativa entre o salário de participação e a parcela previdenciária, de acordo com a opção e idade do participante, variando de 1% a 8%.
- Contribuição voluntária - corresponde a um percentual de, no máximo, 22% sobre o salário de participação, escolhido pelo participante.
- Contribuição esporádica - corresponde a valor não inferior a dez vezes a parcela previdenciária.

As contribuições da patrocinadora ao Plano TCP PREV são como segue:

- Contribuições básica - iguais às contribuições básicas do participante.
- Contribuição específica - destinada a assegurar a observância do limite mínimo fixado na legislação para o valor do benefício.
- Contribuição variável - a patrocinadora poderá efetuar contribuições voluntárias ao plano, obedecendo a critérios uniformes e não discriminatórios para participantes vinculados.

A situação do Plano de Aposentadoria de Benefícios Definidos (PBS Telesp Celular) em 31 de dezembro de 2000 é a seguinte:

Reservas matemáticas e fundos	(7.705)
Outros exigíveis	(1.135)

Total das reservas e outros exigíveis	(8.840)

Total dos ativos da SISTEL	9.230

Superávit acumulado	390
	=====

Durante o exercício de 2000, a Sociedade efetuou contribuições ao Plano PBS Telesp Celular no montante de R\$4.726 (R\$5.707 em 1999) e ao Plano TCP PREV, no montante de R\$154.

Como consequência da criação do TCP PREV, o qual considera uma mudança no plano de benefícios para contribuição definida, a Administração reverteu a provisão constituída em 31 de dezembro de 1999 no valor de R\$29.355, uma vez que a concessão está limitada ao valor das contribuições creditadas às contas individuais dos participantes.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2000 é de R\$1.873.347 (R\$434.719 em 1999). O capital, subscrito e integralizado, está representado por ações sem valor nominal, assim distribuídas:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2000

01771-0 TELESP CELULAR PARTICIP. SA

02.558.074/0001-73

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Lote de mil ações
Ações ordinárias	160.138.996
Ações preferenciais	298.228.776
Total	<u>458.367.772</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% sobre o valor do capital social.

b. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das S.A.s nº 6.404/76. O lucro líquido ajustado, o qual serviu de base para cálculo dos dividendos, está assim constituído:

b.1. Dividendos Mínimos Obrigatórios

	2000	1999
Lucro líquido do exercício	152.167	112.871
Constituição da reserva legal	(7.608)	(5.644)
Reversão da reserva de lucros a realizar	220.317	16.498
Lucro líquido ajustado	<u>364.876</u>	<u>123.725</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	91.219	30.931
Ações preferenciais	73.131	19.427
Ações ordinárias	18.088	11.504
Valor do dividendo por lote de mil ações -R\$	<u>0,20</u>	<u>0,09</u>

b.2. Juros sobre o Capital Próprio

Por determinação da Administração, em 31 de dezembro de 2000 foram creditados aos seus acionistas juros sobre o capital próprio no montante de R\$60.908 (R\$0,1329 por lote de mil ações) com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, resultando em R\$51.772 (R\$0,1129 por lote de mil ações) de acordo com a Lei nº 9.249/95, sendo proposto à Assembléia Geral que respectivos juros (líquidos do imposto de renda, quando devido) sejam compensados no valor do dividendo obrigatório.

	2000	1999
Juros sobre o capital próprio:		
Ações ordinárias	21.279	13.534
Ações preferenciais	39.629	22.855
Imposto de renda na fonte	(9.137)	(5.458)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2000

01771-0 TELESP CELULAR PARTICIP. SA

02.558.074/0001-73

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Total	51.771	30.931
-------	--------	--------

Os acionistas isentos/imunes que se identificaram nessa condição até 5 de janeiro de 2001 conforme estabelecido no edital de aviso aos acionistas, receberão os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte.

b.3. Dividendos

	2000	1999
Valor excedente aos juros sobre o capital próprio:		
Ações ordinárias	-	-
Ações preferenciais	39.448	-
Total	39.448	-

c. Lucros Acumulados

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$264.520, será retido para aumento de capital para compatibilizar a retenção de lucros a ser efetuada pela controlada para a expansão de sua planta, conforme orçamento de capital a ser apresentado e aprovado pela Assembléia Geral.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os seguintes critérios, as premissas e as limitações nos cálculos do valor de mercado são como segue:

a. Disponibilidades, Contas a Receber e a Pagar a Curto Prazo

Os saldos contábeis não apresentam diferenças relevantes dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos, com exceção dos empréstimos e financiamentos calculados com base no valor presente dos fluxos futuros associados a cada instrumento, utilizando-se das taxas de juros correntes para instrumentos similares e de vencimentos comparáveis, conforme a seguir:

	Valor contábil		Valor de mercado	
	2000	1999	2000	1999
Empréstimos e financiamentos	1.399.369	1.689.974	1.398.653	1.679.936
Investimentos em controlada (*)	3.255.421	1.031.417	-	4.661.642

(*) Os investimentos diretos e indiretos em controladas não apresentam cotação em Bolsa de Valores em 31 de dezembro de 2000, e, dessa forma, não há premissas suficientes para a atribuição para valor de mercado. Em 1999, o valor de mercado do investimento em controlada está calculado com base na cotação de fechamento na Bolsa de Valores em que houve maior volume de negociação de cada instrumento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgaç o Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2001

Legislaç o Societ ria

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01771-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	3 - CNPJ 02.558.074/0001-73
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Abílio Soares, 409		2 - BAIRRO OU DISTRITO Paraíso	
3 - CEP 04005-001	4 - MUNICÍPIO São Paulo		5 - UF SP
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 3059-7081	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX			
11 - DDD 011	12 - FAX 3059-7029	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME MARIA PAULA DE ALMEIDA MARTINS CANAIS			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Abílio Soares, 409		3 - BAIRRO OU DISTRITO Paraíso	
4 - CEP 04005-001	5 - MUNICÍPIO São Paulo		6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 3059-7081	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
11 - TELEX			
12 - DDD 011	13 - FAX 3059-7029	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2001	31/12/2001
2 - Penúltimo	01/01/2000	31/12/2000
3 - Antepenúltimo	01/01/1999	31/12/1999
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Arthur Andersen S/C		5 - CÓDIGO CVM 00283-6
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Francisco Papell Filho		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 693.957.808-00

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2001

01771-0 TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

02.558.074/0001-73

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

III - PAMA - Plano de Assistência Médica aos Aposentados

Refere-se à participação proporcional da "TCP" do plano multipatrocinado –PAMA, conforme cálculos atuariais. Com base na opinião de seus assessores legais e atuários, a Sociedade, conservadoramente, optou por registrar essa obrigação potencial em 31 de dezembro de 2001.

III - a. Conciliação dos Ativos e Passivos

	R\$
Total do passivo atuarial	1.362
Valor justo dos ativos	(438)

Passivo reconhecido no balanço	924
	=====

III - b. Despesa Prevista para 2002

	R\$
Custo dos juros	80
Rendimento esperado dos ativos	(25)
Amortização serviços passados	185

Total	240
	=====

III - c. Premissas Atuariais

Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	6% aa
Taxa de retorno esperada sobre os ativos	6% aa
Taxa de crescimento dos custos médicos	4% aa
Tábua de mortalidade geral	GAM-71
Número de titulares em 30 de novembro de 2001	30
Número de dependentes em 30 de novembro de 2001	47

21. ARREDAMENTO MERCANTIL

A "TC" possui contratos de arrendamento mercantil. As despesas registradas no exercício de 2001 totalizou R\$20.500 (R\$15.921 em 2000). O montante a ser pago decorrente de tais contratos atualizado pelas taxas de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2001 é de R\$43.158. Este saldo será pago em parcelas trimestrais até junho de 2004.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2001 e 2000 é de R\$1.873.347. O capital, subscrito e integralizado, está representado por ações sem valor nominal, assim distribuídas:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas Legislação Societária
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS Data-Base - 31/12/2001

01771-0 TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A 02.558.074/0001-73

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Lote de mil ações
Ações ordinárias	160.138.996
Ações preferenciais	298.228.776
Total	458.367.772 =====

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% sobre o valor do capital social.

b. Reservas de Lucro e Lucros (Prejuízos) Acumulados

Com base no disposto no artigo 189 parágrafo único da Lei 6.404/76, o saldo da reserva de Lucros a Realizar no montante de R\$28.836 e o saldo da Reserva Legal no montante de R\$48.147 foram revertidos à conta de Lucros (Prejuízos) acumulados.

	R\$
Lucros acumulados em 31.12.00	742.041
Provisão para déficit atuarial, líquida de impostos	(861)
Prejuízo do exercício	(1.113.617)
Absorção das reservas de:	
Lucros a realizar	28.836
Legal	48.147
Saldo dos prejuízos acumulados em 31.12.01	(295.454) =====

c. Dividendos

Considerando a inexistência de lucros originados no exercício e o saldo remanescente da conta lucros acumulados, neste exercício, a "TCP" não distribuirá juros sobre o capital próprio e/ou dividendos.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS (CONSOLIDADO)

a. Considerações sobre Risco

A "TCP" é controladora da "TC", a qual explora os serviços de telefonia móvel no Estado de São Paulo, de acordo com os termos da concessão outorgada pelo Governo Federal. Possui também uma participação na Global Telecom S.A, operadora do serviço móvel celular da Banda B nos Estados do Paraná e Santa Catarina. Ambas operadoras exploram também o negócio de compra e distribuição de aparelhos celulares através de canais próprios e rede de distribuição de maneira a fomentar suas atividades precípuas.

Os principais riscos de mercado a que a "TCP" e a "TC" estão expostas na condução das suas atividades são:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgaç o Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2002

Legislaç o Societ ria

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01771-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	3 - CNPJ 02.558.074/0001-73
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Ab lio Soares, 409		2 - BAIRRO OU DISTRITO Para so		
3 - CEP 04005-001	4 - MUNICÍPIO S o Paulo			5 - UF SP
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 3059-7081	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX
11 - DDD 011	12 - FAX 3059-7029	13 - FAX -	14 - FAX -	
15 - E-MAIL www.telespcelular.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspond ncia com a Companhia)

1 - NOME Maria Paula de Almeida Martins Canais				
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Ab lio Soares, 409		3 - BAIRRO OU DISTRITO Para so		
4 - CEP 04005-001	5 - MUNICÍPIO S o Paulo			6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 3059-7081	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX
12 - DDD 011	13 - FAX 3059-7029	14 - FAX -	15 - FAX -	
16 - E-MAIL				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2002	31/12/2002
2 - Pen ltimo	01/01/2001	31/12/2001
3 - Antepen ltimo	01/01/2000	31/12/2000
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes		5 - CÓDIGO CVM 00385-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Jos Domingos do Prado		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 022.486.308-83

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/2002

01771-0 TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

02.558.074/0001-73

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A "TC" possui contratos de arrendamento mercantil. As despesas registradas no exercício de 2002 totalizaram R\$26.728 (R\$20.500 em 2001). O montante a ser pago decorrente de tais contratos atualizado pela taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2002 é de R\$45.776. Este saldo será pago em parcelas trimestrais até junho de 2004.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a. Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2002, o capital social é composto por ações sem valor nominal como segue:

	<u>Lote de mil ações</u>
Ações ordinárias	409.383.864
Ações preferenciais	762.400.488

Total	1.171.784.352
	=====

b. Dividendos

O valor correspondente ao dividendo mínimo obrigatório será destinado prioritariamente ao pagamento do dividendo das ações preferenciais, até o limite da preferência; a seguir, serão pagos aos titulares de ações ordinárias, até o mesmo limite das ações preferenciais; o saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto na hipótese prevista no parágrafo único do artigo 25 do Estatuto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, direito de participar do dividendo a ser distribuído, correspondente a pelo

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/2002

01771-0 TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

02.558.074/0001-73

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

menos 25% do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., com prioridade no recebimento de dividendos mínimos, não cumulativos, equivalente ao maior entre (a) 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Sociedade, ou (b) 3% (três por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido pelo total de ações da Sociedade, bem como direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido para as ações preferenciais.

Considerando a inexistência de lucros originados no exercício ou de lucros acumulados, neste exercício, a "TCP" não distribuirá juros sobre o capital próprio e/ou dividendos.

c. Reserva Especial de Ágio

Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da Sociedade, a qual será capitalizada em favor do acionista controlador, quando da efetiva realização do benefício fiscal.

20. RECEITA DE VENDAS LÍQUIDA

	Consolidado	
	31.12.02	31.12.01
Assinatura	972.498	820.734
Utilização	1.169.983	1.025.604
Deslocamento	47.419	70.031
Adicional de chamadas	54.667	62.537
Interconexão	1.346.746	1.119.969
Serviços adicionais	34.789	31.303
Venda de mercadorias	717.850	706.165
Outros serviços	8.245	4.903

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgaç o Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2002

Legislaç o Societ ria

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01771-0	TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	02.558.074/0001-73

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2002	4 - 31/12/2001	5 - 31/12/2000
1	Ativo Total	6.399.620	4.323.586	3.955.148
1.01	Ativo Circulante	291.836	189.851	128.367
1.01.01	Disponibilidades	477	738	2.245
1.01.02	Cr ditos	150.519	122.495	100.234
1.01.02.01	Cr ditos com empresas do grupo	150.519	122.495	100.234
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	140.840	66.618	25.888
1.01.04.01	Tributos Diferidos e a Recuperar	127.704	58.410	22.581
1.01.04.02	Outros Ativos	13.136	8.208	3.307
1.02	Ativo Realiz vel a Longo Prazo	973.656	371.540	571.360
1.02.01	Cr ditos Diversos	0	0	0
1.02.02	Cr ditos com Pessoas Ligadas	442.005	371.540	571.360
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	442.005	371.540	571.360
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	531.651	0	0
1.02.03.01	Tributos diferidos e a recuperar	419	0	0
1.02.03.02	Operaç es com derivativos	531.232	0	0
1.03	Ativo Permanente	5.134.128	3.762.195	3.255.421
1.03.01	Investimentos	5.133.222	3.761.150	3.255.421
1.03.01.01	Participaç es em Coligadas	0	582.860	0
1.03.01.02	Participaç es em Controladas	5.133.153	3.178.256	3.255.421
1.03.01.03	Outros Investimentos	69	34	0
1.03.02	Imobilizado	906	1.045	0
1.03.03	Diferido	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgaç o Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2002

Legislaç o Societ ria

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01771-0	TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	02.558.074/0001-73

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2002	4 - 31/12/2001	5 - 31/12/2000
2	Passivo Total	6.399.620	4.323.586	3.955.148
2.01	Passivo Circulante	773.127	76.570	97.870
2.01.01	Empr stimos e Financiamentos	698.563	5.412	0
2.01.02	Deb ntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	16.332	846	147
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuiç es	3.338	68	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	5.877	10.769	97.578
2.01.06	Provis es	0	0	0
2.01.07	D vidas com Pessoas Ligadas	27.904	0	0
2.01.07.01	Obrigaç es com empresas do grupo	27.904	0	0
2.01.08	Outros	21.113	59.475	145
2.01.08.01	Operaç es com derivativos	20.623	59.345	0
2.01.08.02	Pessoal, encargos e benef cios sociais	490	130	145
2.02	Passivo Exig vel a Longo Prazo	1.616.536	1.504.369	153
2.02.01	Empr stimos e Financiamentos	1.539.886	921.356	0
2.02.02	Deb ntures	0	0	0
2.02.03	Provis es	0	0	0
2.02.04	D vidas com Pessoas Ligadas	76.497	582.860	0
2.02.04.01	Passivo a descoberto em coligadas	0	582.860	0
2.02.04.02	Obrigaç es com empresas do grupo	76.497	0	0
2.02.05	Outros	153	153	153
2.02.05.01	Recursos Capitaliz veis	153	153	153
2.03	Resultados de Exerc cios Futuros	0	0	0
2.05	Patrim nio L quido	4.009.957	2.742.647	3.857.125
2.05.01	Capital Social Realizado	4.373.661	1.873.347	1.873.347
2.05.02	Reservas de Capital	1.067.796	1.164.754	1.164.754
2.05.03	Reservas de Reavaliaç o	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Pr prios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	76.983
2.05.04.01	Legal	0	0	48.147
2.05.04.02	Estatut ria	0	0	0
2.05.04.03	Para Conting ncias	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	28.836
2.05.04.05	Retenç o de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos N o Distribu dos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Preju zos Acumulados	(1.431.500)	(295.454)	742.041



ANEXO 04.07

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 1998 é de R\$306.458. O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuídas:

Em lote de 1.000 ações	CONSOLIDADO
Ações Ordinárias	124.369.031
Ações Preferenciais	210.029.997
Total	334.399.028
Valor Patrimonial por mil ações (em R\$)	2,675

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% sobre o valor do capital social.

b. Reservas de Lucros

Reserva Legal

Essa reserva é constituída obrigatoriamente pela empresa à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

Reserva de Lucros a Realizar

Representa as receitas contabilizadas decorrentes de ganhos líquidos da correção monetária e dos ajustes de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando os ativos permanentes (que geraram os ganhos de correção monetária) são depreciados ou baixados, quando do recebimento de dividendos ou bonificações, sem custo, das subsidiárias, bem como para complementar os dividendos obrigatórios para as ações preferenciais. A realização da reserva é contabilizada na conta de lucros acumulados. A partir de 31 de dezembro de 1995, em virtude da extinção da correção monetária para fins societários (Lei n.º 9.249/95), não mais haverá constituição dessa reserva com a utilização do saldo credor de correção monetária e será constituída apenas sobre os efeitos do resultado da equivalência patrimonial.

Lucros Acumulados

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do art. 202 da Lei n.º 6.404/76, no montante de R\$100.461, está compondo o saldo da conta de lucros acumulados, que será utilizada para futuro aumento de capital.

Dividendos

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurado o direito a um dividendo não cumulativo preferencial em prioridade sobre as ações ordinárias, em caso de liquidação da empresa "holding".

De acordo com o Estatuto, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis, um valor igual a 25% no mínimo do lucro líquido ajustado. Os portadores de ações preferenciais têm prioridade na alocação do dividendo anual distribuído.

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da Empresa e em consonância com a Lei das S.A. Os dividendos devidos, antes de imputados aos juros sobre capital próprio, foram calculados como se segue:

Em lote de 1.000 ações	CONTROLADORA
Valor do capital	306.458
Participação das ações preferenciais	62,8081
Participação das ações ordinárias	37,1919
Capital preferencial	192.481
Capital ordinário	113.977
Percentual de dividendos mínimos estatutários	6 %
Dividendos propostos	58.983
Lucro líquido do exercício	179.022
Lucro de janeiro e fevereiro/98 – cisão TELEBRÁS	4.365
Realização da reserva de lucros a realizar	88.580
Apropriação à reserva legal	(9.169)
Lucro líquido ajustado	262.798
Dividendos	58.983
Ações ordinárias	21.937
Ações preferenciais	37.046
Dividendos por lote de mil ações (Reais)	
Ações ordinárias	0,176
Ações preferenciais	0,176
Número de ações	334.399.028
Ações ordinárias	124.369.031
Ações preferenciais	210.029.997

Juros sobre Capital Próprio

Por proposta da Administração, em 31 de dezembro de 1998 foram creditados juros sobre capital próprio que serão imputados integralmente aos dividendos, de acordo com o art. 9º da Lei nº 9.249/95, líquidos de imposto de renda na fonte, após a aprovação pela Assembléia Geral.

A imputação está demonstrada conforme se segue:

CONTROLADOR

	<u>A</u>
Juros sobre capital próprio	69.392
Ações ordinárias	25.808
Ações preferenciais	43.584
Imposto de renda na fonte	<u>(10.409)</u>
JSCP líquidos imputados aos dividendos	<u><u>58.983</u></u>

Os acionistas imunes receberão os juros sobre capital próprio integrais, sem retenção de Imposto de Renda na fonte. Os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos serão corrigidos com base na variação da Taxa Referencial - TR até a data em que forem colocados à disposição dos acionistas.

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01762-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPACOES S/A	3 - CNPJ 02.558.129/0001-45
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Brigadeiro Faria Lima,3729-10º Andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Itaim-bibi		
3 - CEP 04538-133	4 - MUNICÍPIO São Paulo			5 - UF SP
6 - DDD 0011	7 - TELEFONE 3177-7742	8 - TELEFONE 0000-0000	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEX 00000000
11 - DDD 0011	12 - FAX 0253-9031	13 - FAX 0000-0000	14 - FAX 0000-0000	
15 - E-MAIL				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Gilmar Roberto Pereira Camurra				
2 - ENDEREÇO COMPLETO Praia De Botafogo, 501 5º Andar			3 - BAIRRO OU DISTRITO Botafogo	
4 - CEP 22250-040	5 - MUNICÍPIO Rio De Janeiro			6 - UF RJ
7 - DDD 0011	8 - TELEFONE 3047-1520	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEFONE 0000-0000	11 - TELEX 00000000
12 - DDD 0011	13 - FAX 3047-1963	14 - FAX 0000-0000	15 - FAX 0000-0000	
16 - E-MAIL				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/1999	31/12/1999
2 - Penúltimo	01/01/1998	31/12/1998
3 - Antepenúltimo		
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Arthur Andersen S/c		
		5 - CÓDIGO CVM 00283-6
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Mauro Moreira		
		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 510.931.467-53

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/1999

01762-0 TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPACOES S/A 02.558.129/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

compensação dos valores dessa natureza até então recolhidos, no montante de R\$6.865 em 31 de dezembro de 1999. As Sociedades controladas, conservadoramente, provisionaram o montante de R\$13.991, correspondente ao diferencial de alíquota não recolhido até 31 de dezembro de 1999, amparadas no referido mandado de segurança.

Trabalhistas e Cíveis

Incluem reivindicações de indenização por danos morais e diversas demandas por empregados, tendo sido contabilizada provisão para fazer face às prováveis perdas nessas causas, no montante de R\$3.698 em 31 de dezembro de 1999 (R\$1.736 em 31 de dezembro de 1998).

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 1999 é de R\$407.779 (R\$306.458 em 31 de dezembro de 1998). O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuídas (em lote de mil ações):

Ordinárias	124.369.031
Preferenciais	210.029.997

Total	334.399.028
	=====
Valor patrimonial por mil ações - R\$ (em 1998 - R\$2,67)	2,74
	=====

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% sobre o valor do capital social.

Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 28 de dezembro de 1999, foi aprovado aumento do capital social no montante de R\$101.321, mediante integralização de reserva de lucros.

01762-0 TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPACOES S/A 02.558.129/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Reserva de Lucros a Realizar

Essa reserva foi originada quando da cisão da Telebrás, representando receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente.

c. Dividendos

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo-lhes assegurado o direito a um dividendo não cumulativo preferencial prioritariamente às ações ordinárias, em caso de liquidação da Sociedade controladora.

De acordo com o Estatuto, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis, um valor igual a 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado. Os portadores de ações preferenciais têm prioridade na alocação do dividendo anual distribuído.

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da Sociedade e em consonância com a Lei das S.A. Os dividendos devidos, antes de imputados aos juros sobre capital próprio, foram calculados como se segue:

	Controladora	
	1999	1998
Valor do capital	407.779	306.458
Participação das ações preferenciais - %	62,8081	62,8081
Participação das ações ordinárias - %	37,1919	37,1919
Capital preferencial	256.118	192.481
Capital ordinário	151.660	113.977
Percentual de dividendos mínimos estatutários	6	6
Dividendos propostos	17.061	58.983
Lucro líquido do exercício	45.438	179.022
Lucro de janeiro e fevereiro de 1998 - cisão Telebrás	-	4.365
Realização da reserva de lucros a realizar	25.082	88.581
Apropriação à reserva legal	(2.272)	(9.170)
Lucro líquido ajustado	68.248	262.798
Dividendos	17.061	58.983
Dividendos adicionais aprovados em AGO	-	6.716
	-----	-----

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/1999

01762-0 TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPACOES S/A 02.558.129/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Total	17.061	65.699
	=====	=====
Ações-		
Ordinárias	1.694	24.435
Preferenciais	15.367	41.264
Dividendos por lote de mil ações (R\$)-		
Ordinárias	0,014	0,196
Preferenciais	0,073	0,196
Número de ações	334.399.028	334.399.028
	-----	-----
Ordinárias	124.369.031	124.369.031
Preferenciais	210.029.997	210.029.997

Os dividendos propostos pela Administração da Sociedade foram contabilizados no pressuposto de sua aprovação pela Assembléia Geral de Acionistas.

26. PLANOS DE PENSÃO

A Sociedade patrocina planos de previdência privada de benefícios definidos, os quais são administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (entidade fechada de previdência privada, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, sede e forum em Brasília, Distrito Federal, tendo sido instituída pela Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás, em 9 de novembro de 1977 a qual administra dois planos de benefícios previdenciais (PBS e PBT), dois planos de assistência médica (Pama e Pamec), e um convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas).

O benefício de pensão é definido como a diferença entre (i) 90% do salário de participação médio dos últimos 36 meses, atualizados até a data da aposentadoria, e (ii) o valor do benefício da previdência oficial definido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS vigente até 28 de novembro de 1999. Para os aposentados, o valor da suplementação é reajustado em junho de cada ano pela variação acumulada do índice de atualização das reservas matemáticas de benefícios concedidos. Além do benefício da suplementação, é fornecida assistência médica (Pama) aos empregados e a seus dependentes, a custo compartilhado.

As contribuições para os planos (PBS e Pama) são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil.

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01762-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPACOES S/A	3 - CNPJ 02.558.129/0001-45
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Av.brigadeiro Faria Lima, 3729-10º Andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Itaim-bibi		
3 - CEP 04538-133	4 - MUNICÍPIO São Paulo			5 - UF SP
6 - DDD 0011	7 - TELEFONE 3047-1520	8 - TELEFONE 0000-0000	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEX 00000000
11 - DDD 0011	12 - FAX 3047-1963	13 - FAX 0000-0000	14 - FAX 0000-0000	
15 - E-MAIL Relinv@telefoniacelular.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Gilmar Roberto Pereira Camurra				
2 - ENDEREÇO COMPLETO Praia De Botafogo, 501 - 7º Andar			3 - BAIRRO OU DISTRITO Botafogo	
4 - CEP 22250-040	5 - MUNICÍPIO Rio De Janeiro			6 - UF RJ
7 - DDD 0021	8 - TELEFONE 0586-6628	9 - TELEFONE 0586-6629	10 - TELEFONE 0000-0000	11 - TELEX 00000000
12 - DDD 0021	13 - FAX 0586-6630	14 - FAX 0000-0000	15 - FAX 0000-0000	
16 - E-MAIL Relinv@telefoniacelular.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2000	31/12/2000
2 - Penúltimo	01/01/1999	31/12/1999
3 - Antepenúltimo	01/01/1998	31/12/1998
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Arthur Andersen S/c		
		5 - CÓDIGO CVM 00283-6
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Mauro Moreira		
		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 510.931.467-53

01762-0 TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPACOES S/A 02.558.129/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2000 é de R\$595.722 (R\$407.779 em 31 de dezembro de 1999). O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuídas (em lote de mil ações):

	2000	1999
Ordinárias	136.623.564	124.369.031
Preferenciais	259.721.472	210.029.997
	-----	-----
Total	396.345.036	334.399.028
	=====	=====
Valor patrimonial por mil ações - em R\$	4,09	2,74
	=====	=====

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% sobre o valor do capital social.

b. Reserva de Lucros a Realizar

Essa reserva foi originada quando da cisão da Telebrás, representando receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente, tendo sido integralmente realizada neste exercício.

c. Dividendos

Em 30 de novembro de 2000, a Sociedade realizou aumento de capital no valor de R\$161.413 mediante a emissão de 12.254.533.767 ações ordinárias e 49.691.474.608 ações preferenciais, decorrente da incorporação, pela Sociedade, da totalidade das ações de minoritários da Telerj Celular S.A. e da Telest Celular S.A. Esse aumento fez parte do processo de reestruturação societária da Sociedade e suas controladas (vide Nota 30).

As novas ações emitidas têm direito ao recebimento de dividendos referentes ao exercício social do ano de 2000, calculados de forma pró-rata tempore a partir de 1º de novembro de 2000.

01762-0 TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPACOES S/A 02.558.129/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com o Estatuto, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis, um valor igual a 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado. Os portadores de ações preferenciais têm prioridade na alocação do dividendo anual distribuído.

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Sociedade e em consonância com a lei das S.A. Os dividendos devidos, antes de imputados aos juros sobre capital próprio, foram calculados como se segue:

	Controladora	
	2000	1999
Valor do capital	595.722	407.779
Participação das ações preferenciais (%)	65,5291	62,8081
Participação das ações ordinárias (%)	34,4709	37,1919
Capital preferencial	390.371	256.118
Capital ordinário	205.351	151.661
Percentual de dividendos mínimos estatutários	6	6
Dividendos propostos	8.580	17.061
Juros sobre capital próprio	38.326	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(5.748)	-
Dividendos propostos / juros sobre capital próprio, líquidos	41.158	17.061
Lucro líquido do exercício	123.746	45.438
Realização da reserva de lucros a realizar	47.073	25.082
Apropriação à reserva legal	(6.187)	(2.272)
Lucro líquido ajustado	164.632	68.248
Dividendos propostos	41.158	17.061
Total	41.158	17.061
Dividendos propostos -		
Ordinárias	15.105	1.694
Preferenciais	26.053	15.367
Número de ações -	396.345.036	334.399.028
Ordinárias	136.623.564	124.369.031
Preferenciais	259.721.472	210.029.997

Os dividendos propostos pela Administração da Sociedade foram contabilizados pressupondo-se sua aprovação pela Assembléia Geral de Acionistas.

01762-0 TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPACOES S/A 02.558.129/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O Conselho de Administração propôs que sejam pagos juros sobre capital próprio líquidos de imposto de renda no montante de R\$32.578 na data-base de 1 de novembro de 2000, aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, correspondente a R\$0,0974 por lote de mil ações.

Os juros sobre capital próprio líquidos do imposto de renda serão imputados integralmente aos dividendos de acordo com a Lei 9.249/95.

Adicionalmente, será submetida à Assembléia, proposta de pagamento de dividendos complementares de: (a) R\$0,0221 por lote de mil ações dos acionistas originais da Controladora e, (b) R\$0,0187 por lote de mil ações dos acionistas incorporados das Controladas.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DE VENDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Receitas	2000			1999
	Telerj	Telest	Consolidado	Consolidado
Assinatura	371.096	41.466	412.562	496.625
Habilitação	-	-	-	22.177
Chamadas nacionais	475.044	53.938	528.982	535.590
Chamadas internacionais	10.850	609	11.459	17.539
Deslocamento	20.345	1.511	21.856	24.433
Adicional por chamadas	43.492	3.085	46.577	54.591
Chamadas do sistema pré-pago	351.601	39.638	390.073	38.899
Uso da rede	241.843	34.688	275.210	290.518
Serviços adicionais	9.085	696	9.781	7.223
Venda de produtos	252.134	33.315	285.449	532.167
Receita operacional bruta	1.775.490	208.946	1.981.949	2.019.762
Deduções da receita bruta	(411.016)	(42.350)	(453.366)	(528.824)
Receita operacional líquida	1.364.474	166.596	1.528.583	1.490.938
	=====	=====	=====	=====

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01762-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 02.558.129/0001-45
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Praia de Botafogo, 501 - 7º andar sl 701		2 - BAIRRO OU DISTRITO Botafogo		
3 - CEP 22250-040	4 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro			5 - UF RJ
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 3549-7200	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX
11 - DDD 011	12 - FAX 3549-7202	13 - FAX -	14 - FAX -	
15 - E-MAIL relinv@telefoniacelular.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Gilmar Roberto Pereira Camurra				
2 - ENDEREÇO COMPLETO Praia de Botafogo, 501 - 7º andar			3 - BAIRRO OU DISTRITO Botafogo	
4 - CEP 22250-040	5 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro			6 - UF RJ
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 3549-7200	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX
12 - DDD 011	13 - FAX 3549-7202	14 - FAX -	15 - FAX -	
16 - E-MAIL relinv@telefoniacelular.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2001	31/12/2001
2 - Penúltimo	01/01/2000	31/12/2000
3 - Antepenúltimo	01/01/1999	31/12/1999
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Arthur Andersen S/C		5 - CÓDIGO CVM 00283-6
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Mauro Moreira		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 510.931.467-53

01762-0 TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A. 02.558.129/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Trabalhistas e Cíveis

Incluem reivindicações de indenização por danos morais e diversas demandas por empregados, tendo sido contabilizada provisão para fazer face às prováveis perdas nessas causas, no montante de R\$7.431 em 31 de dezembro de 2001 (R\$5.985 em 31 de dezembro de 2000).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2001 e 2000 é de R\$595.722. O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuídas (em lote de mil ações):

	2001	2000
Ordinárias	136.466.598	136.623.564
Preferenciais	259.575.037	259.721.472
	-----	-----
Total	396.041.635	396.345.036
	=====	=====
Valor patrimonial por mil ações - em R\$	4,38	4,09
	=====	=====

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% sobre o valor do capital social.

b. Reserva de ágio

Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da Sociedade (Nota 30).

01762-0 TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A. 02.558.129/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c. Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos

De acordo com o Estatuto, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis, um valor igual a 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado. Os portadores de ações preferenciais têm prioridade na alocação do dividendo anual distribuído.

Os juros sobre o capital próprio foram calculados como se segue:

	Controladora	
	2001	2000
Valor do capital	595.722	595.722
Participação das ações preferenciais (%)	65,5424	65,5291
Participação das ações ordinárias (%)	34,4576	34,4709
Capital preferencial	390.450	390.371
Capital ordinário	205.272	205.351
Percentual de dividendos mínimos estatutários	6	6
Dividendos propostos	-	8.581
Juros sobre o capital próprio	50.297	38.327
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(7.545)	(5.749)
Dividendos propostos/juros sobre o capital próprio, líquidos	42.752	41.159
Lucro líquido do exercício	163.408	123.745
Realização da reserva de lucros a realizar	-	47.073
Apropriação à reserva legal	(8.170)	(6.187)
Lucro líquido ajustado	155.238	164.631
Dividendos propostos/juros sobre o capital próprio	42.752	41.159
Dividendos propostos/juros sobre o capital próprio-		
Ordinárias	14.731	14.188
Preferenciais	28.021	26.971
Número de ações -	396.041.635	396.345.036
	-----	-----
Ordinárias	136.466.598	136.623.564
Preferenciais	259.575.037	259.721.472

Os Juros sobre o Capital Próprio propostos pela Administração da Sociedade foram contabilizados pressupondo-se sua aprovação pela Assembléia Geral de Acionistas.

O Conselho de Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2001, propôs que sejam pagos juros sobre o capital próprio líquidos de imposto de renda no montante de R\$42.752, aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, correspondente a R\$,1079 por lote de mil ações.

01762-0 TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A. 02.558.129/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 30 de novembro de 2000, a Sociedade realizou aumento de capital no valor de R\$161.413 mediante a emissão de 12.254.533.767 ações ordinárias e 49.691.474.608 ações preferenciais, decorrente da incorporação, pela Sociedade, da totalidade das ações de minoritários da Telerj Celular S.A. e da Telest Celular S.A. Esse aumento fez parte do processo de reestruturação societária da Sociedade e suas controladas (vide Nota 30).

As novas ações emitidas tiveram direito ao recebimento de dividendos referentes ao exercício social do ano de 2000, calculados de forma pró-rata tempore a partir de 1º de novembro de 2000.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DE VENDA DE PRODUTOS E DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Receitas	Consolidado	
	2001	2000
Pós Pago-		
Assinatura	403.584	412.474
Chamadas nacionais	544.356	528.982
Deslocamento	25.267	21.856
Adicional de chamadas	53.423	46.577
Uso de redes	323.952	275.209
Serviços adicionais	8.107	9.781
Venda de produtos	186.198	175.669
Outros serviços	107	88
	-----	-----
	1.544.994	1.470.636
	-----	-----
Pré Pago-		
Chamadas nacionais	161.576	125.067
Uso de redes	378.098	257.477
Serviços adicionais	4.897	7.121
Venda de produtos	97.046	109.780
Outros serviços	27	-
	-----	-----
	641.644	499.445
	-----	-----
Receita operacional bruta	2.186.638	1.970.081
Deduções da receita bruta	(483.339)	(453.366)
	-----	-----
Receita operacional líquida	1.703.299	1.516.715
	=====	=====

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01762-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 02.558.129/0001-45
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Praia de Botafogo, 501 - 7º andar sl 701		2 - BAIRRO OU DISTRITO Botafogo		
3 - CEP 22250-040	4 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro			5 - UF RJ
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 3549-7200	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX
11 - DDD 011	12 - FAX 3549-7202	13 - FAX -	14 - FAX -	
15 - E-MAIL relinv@telefoniacelular.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Gimar Roberto Pereira Camura				
2 - ENDEREÇO COMPLETO Praia de Botafogo, 501 - 7º andar			3 - BAIRRO OU DISTRITO Botafogo	
4 - CEP 22250-040	5 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro			6 - UF RJ
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 3549-7200	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX
12 - DDD 011	13 - FAX 3549-7202	14 - FAX -	15 - FAX -	
16 - E-MAIL relinv@telefoniacelular.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2002	31/12/2002
2 - Penúltimo	01/01/2001	31/12/2001
3 - Antepenúltimo	01/01/2000	31/12/2000
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu		5 - CÓDIGO CVM 00385-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO José Carlos Monteiro		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 443.201.918-20

01762-0 TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A. 02.558.129/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em julho de 1998, o Convênio nº 69/98 estabeleceu a incidência de ICMS sobre a habilitação de novas linhas telefônicas. Em 14 de dezembro de 1998, as Sociedades controladas obtiveram liminar em mandado de segurança cujo objeto é o não-recolhimento do ICMS sobre a taxa de habilitação, tanto dos valores futuros quanto dos fatos geradores ocorridos desde a constituição das controladas. A Administração das Sociedades, consubstanciada na opinião de seus consultores legais, entende como remotas as possibilidades de incorrerem em perdas decorrentes desse assunto e, sendo assim, não foi reconhecida qualquer provisão. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro reconheceu, por unanimidade, que não há incidência de ICMS sobre a atividade em questão.

As controladas Telerj e Telest receberam autuações fiscais que totalizam R\$49.467, cujos objetos são: (i) R\$3.657 - registro do crédito do ICMS na aquisição de bens para o ativo permanente, os quais foram reconhecidos no referido auto como itens que não estão relacionados diretamente à atividade-fim da empresa; (ii) R\$25.460 - não-recolhimento de ICMS sobre serviços eventuais ou complementares que não configuram serviços de telecomunicação; (iii) R\$1.087 - não-recolhimento do ICMS sobre as chamadas originadas dos terminais administrativos e testes utilizados pelos funcionários; (iv) R\$4.064 - recolhimento a menor de CSLL; (v) R\$8.089 - referente a diversas autuações de ICMS, que encontram-se em discussão administrativa; e (vi) R\$7.110 - diversos objetos. A Sociedade, baseada na opinião de seus advogados e consultores tributários, não contabilizou provisão relativa a essas autuações.

Trabalhistas e Cíveis

Incluem reivindicações de indenização por danos morais e diversas demandas por empregados, tendo sido contabilizada provisão para fazer face às prováveis perdas nessas causas, no montante de R\$12.792 em 31 de dezembro de 2002 (R\$7.431 em 31 de dezembro de 2001).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de dezembro de 2002, em Assembléia Geral Extraordinária, foi aprovado a adequação dos Estatutos Sociais da Sociedade às novas condições previstas na Lei 10.313 de 31 de outubro de 2001.

a. Capital Social

O capital social é composto por ações sem valor nominal como segue:

	2002	2001
Ações ordinárias	154.431.421	136.466.598
Ações preferenciais	259.575.037	259.575.037

01762-0 TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A. 02.558.129/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Dividendos e juros sobre capital próprio

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Na 56ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração foi proposto e autorizado o pagamento de dividendos intermediários com base no balanço levantado em 30 de junho de 2002, aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, no montante de R\$84.370, correspondente a R\$ 0,20378909 por lote de mil ações, cujo efetivo pagamento ocorreu em 27 de setembro de 2002.

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Sociedade e em consonância com a lei das Sociedades por Ações. Os dividendos devidos, antes de imputados aos juros sobre o capital próprio, foram calculados como se segue:

	31/12/02	31/12/01
Lucro líquido do exercício	143.616	163.408
Equivalência Fundo de Pensão	-	839
Apropriação à reserva legal	(7.181)	(8.170)
	-----	-----
Lucro líquido ajustado	136.435	156.077
Dividendos/JSCP	(103.879)	(50.297)
Juros sobre Capital Próprio Bruto	13.500	50.297
IRF sobre Juros sobre Capital Próprio	(2.025)	(7.545)
	-----	-----
Juros sobre Capital Próprio Líquido	11.475	42.752
Dividendos Antecipados	84.370	-
Dividendo Complementar	6.009	-
Número Ações (-) Ações em Tesouraria		
Ordinárias	154.431.421	136.466.598
Preferenciais	259.575.037	259.575.037
	-----	-----
	414.006.458	396.041.635
Dividendos/JSCP líquido do exercício		
Ordinárias	35.751	14.731
Preferenciais	66.103	28.021
Dividendos/JSCP por lote de mil ações (Reais)		
Ordinárias	0,231506	0,107946
Preferenciais	0,254657	0,107949

01762-0 TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A. 02.558.129/0001-45

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c. Reserva Especial de Ágio

Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da Sociedade.

d. Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido anual até que essa reserva seja igual a 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital; a partir de então, as apropriações a essa reserva não são mais obrigatórias. Essa reserva tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

e. Reserva especial para expansão e modernização

Com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, onde demonstra a necessidade de recursos para projetos de investimentos para os próximos exercícios, foi transferido o saldo remanescente do lucro líquido ajustado, após as distribuições previstas em lei e o valor dos dividendos prescritos do exercício de 1998, para a reserva especial de expansão e modernização.

18. RECEITA DE SERVIÇOS E VENDAS, LÍQUIDAS

	Consolidado	
	31/12/02	31/12/01
Assinatura	281.613	367.211
Utilização	874.651	742.373
Deslocamento	23.950	25.267
Adicional de chamadas	43.146	53.423
Uso de redes	795.067	702.049
Serviços adicionais	15.539	13.005
Venda de mercadorias	348.635	283.244
Outros serviços	40	66
	-----	-----
Receita operacional bruta	2.382.641	2.186.638
Deduções da receita bruta	(535.010)	(483.339)
	-----	-----
Receita operacional líquida	1.847.631	1.703.299
	=====	=====

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01762-0	TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.	02.558.129/0001-45

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2002	4 - 31/12/2001	5 - 31/12/2000
1	Ativo Total	1.815.311	1.790.129	1.673.694
1.01	Ativo Circulante	66.672	139.365	263.172
1.01.01	Disponibilidades	14.062	64.406	81.024
1.01.01.01	Contas Bancárias	855	252	152
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	13.207	64.154	80.872
1.01.02	Créditos	52.610	74.959	182.026
1.01.02.01	Tributos Diferidos e a Recuperar	38.633	30.387	26.316
1.01.02.02	Empréstimos e Financiamentos	0	0	124.808
1.01.02.04	Dividendos e JSCP	12.837	40.764	29.851
1.01.02.05	Outros Ativos	1.140	3.808	1.051
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	0	0	122
1.01.04.01	Despesas Antecipadas	0	0	122
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.589	3.577	305.916
1.02.01	Créditos Diversos	3.589	3.577	3.466
1.02.01.01	Incentivos Fiscais	3.589	3.577	3.466
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	302.450
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	302.450
1.02.02.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	302.450
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	0	0	0
1.03	Ativo Permanente	1.745.050	1.647.187	1.104.606
1.03.01	Investimentos	1.743.759	1.645.465	1.102.454
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	1.743.759	1.645.465	1.102.454
1.03.01.02.01	Telerj Celular S.A.	1.496.398	1.391.681	863.479
1.03.01.02.02	Telest Celular S.A.	247.361	253.784	238.975
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	1.291	1.722	2.152
1.03.03	Diferido	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01762-0	TELE SUDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.	02.558.129/0001-45

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2002	4 - 31/12/2001	5 - 31/12/2000
2	Passivo Total	1.815.311	1.790.129	1.673.694
2.01	Passivo Circulante	35.495	54.249	51.090
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	0	0	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	34	1.359	2.076
2.01.05	Dividendos a Pagar	29.522	48.666	44.506
2.01.05.01	Juros sobre capital próprio	15.279	42.752	32.578
2.01.05.02	Dividendos Provisionados	0	0	8.580
2.01.05.03	Dividendos Exercício Anterior	14.243	5.914	3.348
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	5.939	4.224	4.508
2.01.08.01	Contas a pagar e despesas provisionadas	5.939	4.207	4.506
2.01.08.02	Pessoal, Encargos e Benefícios sociais	0	17	2
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	131	131	131
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	131	131	131
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.779.685	1.735.749	1.622.473
2.05.01	Capital Social Realizado	685.321	594.958	595.722
2.05.01.01	Capital Subscrito	685.321	595.722	595.722
2.05.01.02	Ações em Tesouraria	0	(764)	0
2.05.02	Reservas de Capital	378.069	468.420	468.330
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	79.163	35.239	27.069
2.05.04.01	Legal	42.420	35.239	27.069
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	36.743	0	0
2.05.04.07.01	Reserva de Lucros para Expansão	36.743	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	637.132	637.132	531.352



ANEXO 04.08

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

CONTROLADORA E CONSOLIDADAS
 Período de dez meses findo em 31 de dezembro de 1998
 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional e Aspectos Societários

A partir de 1995, o governo federal do Brasil empreendeu uma reforma abrangente dos regulamentos brasileiros da indústria de telecomunicações. Em julho de 1997, o Congresso Federal aprovou a Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9472/97) prevendo a privatização da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás a qual, através de suas 28 subsidiárias operacionais era a principal fornecedora dos serviços públicos de telecomunicações no Brasil.

Na preparação do processo para a privatização do sistema Telebrás, primeiramente os negócios de telecomunicações celulares foram separados das subsidiárias operacionais (cisão em 5 de janeiro de 1998) criando-se novas subsidiárias operacionais celulares (dentre elas a Telemig Celular S.A., cindida da Telecomunicações de Minas Gerais S.A. - TELEMIG). Posteriormente, os negócios de linhas fixas e os negócios celulares foram agrupados em doze empresas controladoras (empresas holding), sendo oito de telefonia celular (dentre elas a Telemig Celular Participações S.A.), três de telefonia fixa e uma operadora de longa distância.

Em 22 de maio de 1998 os acionistas da Telebrás aprovaram a cisão de determinados ativos e passivos, avaliados na data-base de 28 de fevereiro de 1998, sendo constituída a Telemig Celular Participações S.A. a qual assumiu o controle da empresa operacional Telemig Celular S.A..

Além de aprovar a alocação de ativos e passivos às novas empresas holding na assembléia de 22 de maio de 1998, os acionistas também aprovaram uma estrutura específica para o patrimônio líquido de cada nova holding. Assim, estabeleceram-se os valores dos saldos de abertura do capital, reservas e lucros acumulados, mais os respectivos ativos e passivos para a formação da Telemig Celular Participações S.A.. Os procedimentos de cisão obedeceram ao disposto na lei das sociedades por ações (Lei n.º 6.404/76) sendo que o acervo líquido cindido de acordo com o correspondente laudo de avaliação, emitido em 23 de abril de 1998, por avaliadores independentes é o seguinte:

ATIVOS

Caixas e equivalentes a caixa	16.479
Empréstimos a receber e aplicações financeiras de curto prazo	56.557
Empréstimos a receber e aplicações financeiras de longo prazo	271
Investimentos	325.112
Outros	(67)
Patrimônio líquido na data base de 28 de fevereiro de 1998	<u>398.352</u>
Composição do patrimônio líquido deliberado em assembléia geral:	
Capital social	155.553
Reserva legal	7.755
Reserva de lucros a realizar	132.048
Lucros acumulados	<u>102.996</u>
	<u>398.352</u>

O resultado proporcional do período de 2 meses findo em 28 de fevereiro de 1998 da predecessora, no montante de R\$ 1.459, o qual inclui equivalência patrimonial na controlada até 31 de dezembro de 1997 foi incluído na conta de lucros acumulados.

Em 30 de janeiro de 1998, os acionistas da Telecomunicações de Minas Gerais S.A. aprovaram a cisão de ativos e passivos vinculados ao serviço móvel celular, avaliados na data-base de 31 de dezembro de 1997, sendo incorporados pela controlada Telemig Celular S.A.. O acervo líquido cindido, de acordo com o laudo de avaliação, emitido em 16 de janeiro de 1998, por avaliadores independentes é o seguinte:

ATIVOS

Telecomunicações de Minas Gerais S.A. - Telemig - conta de cisão	10.160
Contas a receber de serviços	69.846
Tributos diferidos e a recuperar	3.664
Outros ativos	5.097
Ativo imobilizado	443.606
Total do ativo	<u>532.373</u>

PASSIVOS

Pessoal, encargos e benefícios sociais	1.585
Contas a pagar e despesas provisionadas	21.521
Empréstimos e financiamentos	117.105
Provisão para contingências	193
Total do passivo	<u>140.404</u>
Acervo líquido na data base de 31 de dezembro de 1997 (capital social)	<u><u>391.969</u></u>

Conforme o respectivo Protocolo de Cisão e Incorporação, as transações ocorridas a partir de 1º de janeiro de 1998 foram contabilizadas na Telemig Celular S.A.. Conseqüentemente a Demonstração do Resultado inclui as operações da controladora para o período de 1º de março à 31 de dezembro de 1998 e da controlada para os doze meses de 1998.

A concessão para a prestação de serviços de telecomunicações celulares da “Banda A” à Telemig Celular S.A., foi outorgada pelo Governo Federal em 25 de novembro de 1997 e vigorará até 29 de abril de 2008 podendo ser renovada, a critério da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, por mais um período de 15 anos. A área de concessão inclui 796 municípios no Estado de Minas Gerais.

Os serviços oferecidos e as tarifas cobradas pela controlada são regulamentados pela ANATEL, autoridade regulamentadora para a indústria brasileira de telecomunicações, de acordo com a Lei n.º 9.472 de 16 de julho de 1997 e respectivos regulamentos, decretos, decisões e planos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários e normas aplicáveis a concessionárias de serviço público de telecomunicações seguindo as práticas contábeis descritas na Nota 3.

O balanço patrimonial de abertura é apresentado para permitir a comparação com os saldos de 31 de dezembro de 1998. Entretanto, as notas explicativas anexas apresentam detalhes das contas apenas para 31 de dezembro de 1998.

O balanço patrimonial consolidado de 28 de fevereiro de 1998 representa a consolidação do balanço patrimonial de abertura da Telemig Celular Participações S.A. em 28 de fevereiro de 1998 com os ativos e passivos incorporados pela Telemig Celular S.A. na data base de 31 de dezembro de 1997 e foi ajustado para reverter um complemento de provisão adicional para devedores duvidosos de R\$ 14.097 que refere-se a 1998. Essa provisão adicional resultou de uma avaliação das perdas prováveis da controlada à luz da experiência das cobranças no primeiro trimestre de 1998, após a data da cisão e, conseqüentemente, foi considerada pró-forma no balanço patrimonial de abertura. Essa reversão reduz a provisão para devedores duvidosos e aumenta o capital social. Dessa forma, esse balanço patrimonial consolidado ajustado, apresentado para fins de comparação, passa a conferir com a consolidação dos respectivos Laudos de Cisão.

Adicionalmente, certas rubricas apresentadas em 28 de fevereiro de 1998 foram reclassificadas para melhor adequação e consistência com a apresentação do ano corrente.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a. Consolidação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas e procedimentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e abrangem as demonstrações financeiras da controladora Telemig Celular Participações S.A. e da controlada direta Telemig Celular S.A. cuja participação é de 82,94%.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas das companhias incluídas na consolidação, segundo a natureza de cada saldo, complementado pelos seguintes aspectos:

- A consolidação do resultado compreende o resultado dos períodos de dez meses e de doze meses findos em 31 de dezembro de 1998 da controladora e da controlada, respectivamente.
- Eliminação da participação no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as companhias.
- Eliminação dos saldos de contas correntes e outros integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as companhias.
- Reclassificação da participação dos acionistas minoritários do patrimônio líquido e resultado da controlada, estando identificada como “participação minoritária”.

b. Aplicações financeiras

São investimentos temporários de alta liquidez que vencem em menos de três meses. As aplicações financeiras compõem-se de investimentos a serem mantidos até suas datas de vencimento e estão registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas às taxas em vigor na data das transações e atualizadas mensalmente com base na taxa em vigor no final de cada mês. Os ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos nos resultados conforme ocorrem.

d. Contas a receber de serviços

As contas de créditos com usuários dos serviços de telecomunicações foram avaliadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos em contas a receber os serviços prestados aos clientes e que até a data do balanço ainda não foram faturados.

e. Provisão para devedores duvidosos

A administração, baseada na experiência mais recente, avalia periodicamente os percentuais estimados de perda com o objetivo de constituir provisão para os créditos cuja recuperação é considerada improvável.

f. Investimento

O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, calculado sobre o resultado de doze meses findo em 31 de dezembro de 1998 da controlada, tendo sido eliminado no processo de consolidação.

g. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos depreciação acumulada.

Às obras em andamento (Bens e Instalações em Andamento) da controlada, são incorporados, mensalmente, juros de 12% ao ano sobre os capitais totais aplicados, até a sua entrada em operação. Esses juros são creditados à receita não operacional, até o limite das despesas financeiras não operacionais geradas pelos passivos financiadores dessas obras e o saldo remanescente, se houver, é creditado à reserva de capital da controlada.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo, quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil do bem) são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

A depreciação é calculada pelo método linear, estando de acordo com a expectativa de vida útil dos bens. Ao final de dezembro de 1998, a Administração decidiu reduzir a expectativa de vida útil de alguns dos bens do ativo imobilizado a partir de 1999, com o objetivo de acompanhar as práticas internacionais da indústria de telecomunicações. A Companhia acredita que a vida útil dos bens utilizada pela indústria internacional de telecomunicações, suportada por estudos de sua área técnica, melhor reflete o tempo em que o benefício econômico será recebido desses ativos.

As principais taxas estão assim resumidas:

	%	
	até 1998	a partir de 1999
Equipamentos e meios de transmissão	10%	16,67%
Centrais de comutação e controle	7,69%	12,5%
Equipamentos de energia	10%	16,67%
Construções prediais	4%	5%
Outros ativos (quando aplicável)	de 5% a 20%	de 20 à 25%

O valor de recuperação dos ativos imobilizados das controladas através de suas operações futuras é periodicamente acompanhado com o objetivo de verificar se o valor de recuperação está inferior ao valor líquido contábil. Quando isto ocorre, as controladas reduzem o valor líquido contábil ao valor de recuperação.

h. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto sobre renda foi calculada com base no resultado do período de 10 meses (controladora) e 12 meses (controlada) ajustados ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal vigente, principalmente equivalência patrimonial (Controladora) e provisão para devedores duvidosos, para contingências e para perdas na realização de ativos imobilizados (Consolidado). A contribuição social foi calculada à alíquota de 8% sobre o resultado antes do cálculo do imposto de renda, de acordo com a legislação em vigor. Imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. As parcelas de antecipação de imposto de renda e contribuição social são contabilizados como impostos a recuperar.

i. Provisões para contingências

As provisões para contingências foram constituídas em montante suficiente para fazer face à eventuais perdas, baseadas na opinião dos advogados da Companhia.

j. Reconhecimento das receitas

As receitas relativas a serviços são contabilizadas quando o serviço é prestado. As receitas dos serviços de telefonia celular se compõem de tarifas de assinatura, tarifas de utilização, taxas de habilitação, tarifas de uso da rede, tarifas de manutenção e de outros serviços prestados aos assinantes. Todos os serviços são faturados mensalmente. Os serviços prestados entre a data de faturamento e o final de cada mês são estimados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço.

k. Plano de pensão

As contribuições para a Fundação Telebrás de Seguridade Social - SISTEL que administra o fundo de pensão e outros benefícios de aposentadoria dos empregados são determinados atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência, conforme mencionado na Nota 11.

l. Participação dos empregados

A controlada provisionou participação dos empregados nos lucros na proporção de um duodécimo mensal sobre a folha de pagamento, sujeito a aprovação da assembleia de acionistas.

4. Empréstimo a Receber de Controlada

O empréstimo entre a Companhia e sua controlada, Telemig Celular S.A., é atualizado pelo índice do Fundo Extra Mercado do Banco do Brasil, com vencimento final em 30 de dezembro de 1999.

5. Investimento em Controlada

a. Os detalhes da participação na Telemig Celular S.A. podem ser sumarizados como segue:

Capital social	391.970
Patrimônio líquido	394.599
Prejuízo do exercício	(515)
Participação no capital social	82,94%
Quantidades de ações possuídas sem valor nominal (Em milhares):	
Preferenciais	11.800.781
Ordinárias	7.947.889
Equivalência patrimonial:	
decorrente do resultado da controlada	(427)
decorrente de itens que não transitam pelo resultado da controlada	2.609
	<u>2.182</u>

b. Saldos e operações com a controlada:

Balanço patrimonial:	
Empréstimo a receber	43.105
Investimentos	327.294
Fornecedores	191
Demonstração do resultado:	
Receita de juros sobre empréstimos	9.328

c. Outras informações:

As demonstrações financeiras da controlada Telemig Celular S.A. foram auditadas pelos mesmos auditores independentes da controladora.

As transações entre partes relacionadas foram efetuadas em condições consideradas pela administração como compatíveis com as de mercado.

6. Imobilizado

	Consolidado			Valor líquido
	Custo	Depreciação acumulada	Provisão para valor de realização	
Equipamentos e meios de transmissão	398.108	(101.816)	(34.621)	261.671
Centrais de comutação e controle	65.273	(13.556)	(10.325)	41.392
Equipamento de energia elétrica	36.025	(9.420)	-	26.605
Construções prediais	16.223	(1.678)	-	14.545
Outros ativos	79.925	(16.500)	-	63.425
Total bens e instalações em serviço	595.554	(142.970)	(44.946)	407.638
Bens e instalações em andamento	121.534	-	-	121.534
	<u>717.088</u>	<u>(142.970)</u>	<u>(44.946)</u>	<u>529.172</u>

A nova tecnologia de telecomunicações celulares que vem sendo largamente implementada de forma global, inclusive na área de concessão da controlada, é a tecnologia digital que disponibiliza mais serviços, inclusive proporcionando maior segurança. No início de 1998 o Ministério das Comunicações licitou a concessão para a prestação de serviços de telecomunicações celulares na mesma área de atuação da controlada (banda "B"). A disponibilidade de serviço digital pela concorrência com consequente redução na demanda pelo serviço analógico acelerou os planos da controlada de substituir seus equipamentos analógicos por equipamentos digitais mais modernos.

A controlada, atendendo a Deliberação CVM 183/95, identificou que os valores de recuperação de seus equipamentos analógicos através de suas operações, baseados em fluxos futuros de caixa descontados a valor presente, apresentam-se inferiores aos seus valores residuais contábeis. Assim, a controlada reduziu em 31 de dezembro de 1998 o valor líquido contábil desses equipamentos analógicos ao valor de recuperação, registrando uma provisão de R\$ 44.946, montando o efeito de imposto de renda diferido à R\$ 14.832.

A controlada, firmou contrato com o Ministério da Ciência e Tecnologia através do Instituto Nacional de Tecnologia para a elaboração de um estudo sobre a vida útil dos Bens de seu Imobilizado, com a emissão de laudo conclusivo.

7. Financiamentos

	Consolidado
Financiamentos	52.024
Menos: parcelas de curto prazo	(11.936)
Parcelas de longo prazo	<u>40.088</u>

Os financiamentos são denominados em dólares norte-americanos, sem garantia, com juros equivalentes a Libor + 1%. A Libor em 31 de dezembro de 1998 era de 5,06%. Esses financiamentos tem vencimentos semestrais, com vencimento final em 17 de outubro de 2003.

A dívida de longo prazo tem os seguintes pagamentos mínimos nos próximos anos:

2000	11.936
2001	11.936
2002	11.936
2003	4.280
	<u>40.088</u>

8. Provisão para Contingências

a. ICMS sobre assinatura mensal e aluguéis

A controlada entende que o ICMS incide apenas sobre serviços de telecomunicações e, portanto, sua incidência sobre assinatura mensal ou aluguéis é ilegal por não constituírem-se em serviços de telecomunicações. Em dezembro de 1998, a controlada obteve liminar e suspendeu o recolhimento sobre assinaturas mensais. Todavia, baseada na recomendação de seus consultores legais, a controlada decidiu, conservadoramente, registrar uma provisão de R\$ 18.700.

b. ICMS sobre receita de habilitações

O Convênio nº 69 de 19 de junho de 1998 do CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária interpretou a legislação existente, ampliando a incidência do ICMS para incluir outros serviços além dos serviços de telecomunicações, incluindo a habilitação de telefonia celular que não era até então tributada. De acordo com esse Convênio, o ICMS poderia ser aplicado retroativamente aos serviços prestados nos últimos cinco anos.

A controlada entende que a tentativa das fazendas estaduais em estender a incidência do ICMS para outros serviços suplementares à serviços de telecomunicações é ilegal. Adicionalmente, a Companhia entende que sua predecessora legal, Telecomunicações de Minas Gerais S.A. - Telemig seria responsável por contingências relacionadas a aplicação retroativa de ICMS sobre as receitas de habilitação anteriores a 1998.

Não há certeza de que o entendimento sobre a ilegalidade da nova interpretação da legislação irá prevalecer. Caso o ICMS fosse aplicado desde a criação da controlada em 5 de janeiro de 1998, o impacto negativo sobre o balanço patrimonial e o resultado de 1998 seria de cerca de R\$ 2.600. Os consultores legais da controlada não acreditam que a incidência retroativa desse imposto seja provável e, assim, uma provisão de R\$ 925 foi contabilizada para fazer face a eventual incidência de ICMS sobre as receitas de habilitações ocorridas após 19 de junho de 1998.

c. Outros litígios

A controlada está sujeita à várias ações e processos judiciais de diversas naturezas, normais ao curso de seus negócios, para as quais foi contabilizada uma provisão de R\$ 5.840. Embora a Administração não possa prever os acordos finais, se houverem, ela não acredita que esses processos possam ter um efeito negativo material sobre a posição financeira e resultados das operações da Telemig Celular Participações S.A. e da Telemig Celular S.A..

A Companhia, sua controlada, a Telecomunicações de Minas Gerais S.A. e a Telebrás são rés em alguns processos judiciais e estão sujeitas a certas outras reclamações e contingências. A responsabilidade por quaisquer ações resultantes de atos cometidos pela predecessora Telecomunicações de Minas e Gerais S.A. - TELEMIG até a data efetiva da cisão dos ativos e passivos celulares permanece com aquela empresa, exceto pelas obrigações para as quais provisões contábeis específicas foram atribuídas à Telemig Celular S.A. (R\$ 193). Quaisquer demandas judiciais contra a

9. Patrimônio Líquido

a. Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado da controladora está dividido em 210.029.997 mil ações ordinárias e 124.369.030 mil ações preferenciais, sem valor nominal. O capital autorizado da controladora é de 700.000.000 mil ações.

As ações preferenciais da controladora não dão direito a voto, exceto nos casos previstos no estatuto social, sendo à elas assegurada prioridade no reembolso de capital sem prêmio e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Companhia.

b. Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital.

c. Reserva de lucros a realizar

Esta reserva foi originada quando da cisão da Telebrás, onde representava receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente. Tendo em vista não ser possível determinar o montante de realização, o saldo desta reserva deverá ser destinado para futuro aumento de capital, distribuição de dividendos ou retenção para aplicação na expansão das operações, conforme deliberação da próxima assembléia de acionistas.

d. Lucros acumulados

Por decisão da Administração, o saldo desta conta, que inclui o saldo remanescente do lucro do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404/76, no montante de R\$ 106.852, será aplicado na modernização e expansão do sistema de telefonia celular com base em orçamento a ser aprovado em assembléia de acionistas.

e. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o estatuto.

Em 31 de dezembro de 1998, os dividendos foram calculados para as ações preferenciais de acordo com o estatuto social pelo percentual de 6% do capital social, representando R\$ 0,05 por lote de mil ações preferenciais em circulação.

A participação da Telemig Celular Participações S.A. na Telemig Celular S.A. corresponde a 89,18% do capital votante e 82,94% do capital total.

Os dividendos relativos às ações de emissão da Telemig Celular S.A. serão pagos obrigatoriamente, à razão de 25% do lucro líquido ajustado, atendendo-se a prioridade das ações preferenciais de classe B, C, D, E e F, atribuindo-se às ações preferenciais de classe A um valor que supere, em 10%, o valor a ser pago às ações ordinárias.

As ações preferenciais da controlada gozam de prioridade no reembolso de capital sem prêmio e ações classe "A": dividendo superior em 10% no valor dos dividendos pagos às ações ordinárias de emissão de companhia e ações classes "B" à "F" dividendos fixos de 6% à 10% ao ano.

10. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo apresentam a seguinte natureza:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Imposto de renda diferido:		
Provisão para devedores duvidosos	-	6.520
Provisão para contingências	-	6.366
Provisão para perda na realização de ativos imobilizados	-	11.236
Provisão para perdas com outros ativos	395	5.292
	<u>395</u>	<u>29.414</u>
Contribuição social diferida:		
Provisão para devedores duvidosos	-	2.086
Provisão para contingências	-	2.037
Provisão para perda na realização de ativos imobilizados	-	3.596
Provisão para perdas com outros ativos	127	1.694
	<u>127</u>	<u>9.413</u>
	522	38.827
Menos: Parcela classificada no longo prazo	-	(24.272)
Parcela classificada no circulante	<u>522</u>	<u>14.555</u>

11. Plano de Pensão

A Telemig Celular Participações S.A. e sua controlada, em conjunto com as outras empresas de telecomunicações oriundas do processo de privatização da Telebrás, patrocinam planos de previdência privada (PBS) e de assistência médica (PAMA) administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social. O benefício de pensão é definido como a diferença entre 90% do salário médio dos últimos trinta e seis meses, atualizado até a data da aposentadoria, e o valor da previdência pago pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. Para os aposentados, o valor da suplementação é atualizado na mesma época e pelo índice médio de reajuste concedido aos empregados ativos das empresas patrocinadoras. Além do benefício da suplementação, é fornecida assistência médica aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado.

As contribuições para os planos PBS e PAMA são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil.

O regime atuarial de determinação do custeio é o de capitalização, e a contribuição devida pelas empresas é de 13,5% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano. A contribuição dos empregados participantes corresponde ao somatório de: (a) de 0,5% e 1,5% sobre o salário de participação (de acordo com a idade do participante); (b) 1% sobre o salário de participação que ultrapassar a metade do teto de contribuição para o INSS; e (c) 11% sobre o valor que ultrapassar o teto de contribuição para o

INSS. Não existem outras obrigações calculadas, a não ser aquelas já consideradas na taxa normal de contribuição. Os estudos atuariais são revisados periodicamente, por atuário independente, no sentido de se verificar a necessidade de ajustes nas contribuições sociais. Neste exercício as contribuições da controlada à SISTEL totalizaram R\$ 1.479.

Apresentamos a seguir a demonstração das reservas técnicas relativas aos planos PBS e PAMA conforme Laudo Atuarial emitido por STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda. em 11 de janeiro de 1999. Do ponto de vista patrimonial, a SISTEL apresenta para os planos PBS e PAMA, na data de 31 de dezembro de 1998, um superávit acumulado de R\$ 94.637 mil:

Reservas Matemáticas e Benefícios de Pós-Aposentadoria	3.615.176
Reservas para outros Benefícios	312.831

Total das Reservas	<u>3.928.007</u>
Ativos dos Planos:	
Mercado Financeiro	2.463.747
Mercado de Renda Variável	1.676.103
Mercado Imobiliário	394.553
Operações com participantes	115.854
Outros investimentos	<u>47.525</u>
Total dos Ativos dos Planos	<u>4.697.782</u>

12. Transações com outras Concessionárias de Serviços de Telecomunicações

Até a mudança do controle acionário da Companhia em 4 de agosto de 1998, a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel, única operadora de longa distância no Brasil, assim como as demais empresas do Sistema Telebrás, eram consideradas como partes relacionadas. A controlada possui acordos operacionais com essas empresas relativamente à longa distância interestadual e intraestadual, ligações internacionais, "roaming" automático e interconexão. A controlada também possui diversos contratos de serviços com a Telecomunicações de Minas Gerais S.A. - Telemig que executa várias tarefas administrativas em nome da controlada.

Após a mudança do controle acionário, a Telesystem International Wireless Inc., um dos acionistas que integram o consórcio que adquiriu o controle da Telemig Celular Participações S.A., vem assistindo técnica e administrativamente a controlada Telemig Celular S.A., tendo em vista sua experiência na área de telecomunicações. A controlada provisionou o montante de R\$ 3.489 para a assistência prestada.

13. Compromissos

a. Gastos de Capital

Em 31 de dezembro de 1998 a Telemig Celular Participações S.A. e sua controlada tinham compromissos com gastos de capital para realização durante o ano de 1999 no montante aproximado de R\$ 103.000.

b. Metas estabelecidas pela ANATEL

De acordo com os termos acordados no contrato de concessão, a Telemig Celular S.A. vem cumprindo satisfatoriamente seu plano de metas, o qual inclui:

Qualidade do serviço:

Indicadores	Metas	Realizado até 31 dezembro de 1998 (*)
Índice de disponibilidade	>98%	99,9%
Perda nos enlaces ERB's - CCC	<3%	0,9%
Bloqueio no canal de voz da ERB	<5%	2,8%
Perda nos enlaces de interconexão	<3%	2,5%
Probabilidade de acesso na primeira tentativa	≥90%	94,8%
Reclamação procedente por 100 assinantes	<5%	0,1%

(*) não auditado

Atendimento a distritos e sedes de municípios:

	Número de distritos		
	Metas	Realizado até 31 dezembro de 1998 (*)	Prazos
30-50 mil habitantes	70%	100%	Até nov/2002
50-75 mil habitantes	80%	100%	Até nov/2001
75-100 mil habitantes	90%	100%	Até nov/2000
100-200 mil habitantes	100%	100%	Até nov/1999
+200 mil habitantes	100%	100%	Até nov/1998

(*) não auditado

14.Seguros

Em 31 de dezembro de 1998, na opinião da administração, todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estavam cobertos por seguros.

15.Instrumentos Financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. Entretanto, considerável julgamento é requerido para interpretar os dados e estimar o valor de mercado. Assim, as estimativas abaixo não significam que os ativos e passivos poderiam ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam ter um efeito material nos valores estimados de mercado. As estimativas de valores de mercado em 31 de dezembro de 1998 baseam-se em informações disponíveis à Administração naquela data.

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo				
Investimento em controlada	327.294	378.948	-	-
Passivo				
Financiamentos	-	-	52.024	50.212

O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos demais ativos e passivos equivale a, aproximadamente, seu valor de mercado.

Investimento em controlada

O valor de mercado do investimento em controlada está calculado com base nas cotações de fechamento na bolsa de valores em que houve maior volume de negócios de cada instrumento ou no valor patrimonial da classe de ação sem negociação.

Ressalta-se que o valor de mercado calculado com base em cotações em bolsa decorre de negociações entre minoritários, não representando necessariamente o valor que seria obtido numa transação de transferência de controle acionário.

Empréstimos e financiamentos

O valor de mercado é calculado com base no valor presente dos fluxos futuros associados a cada instrumento, utilizando-se das taxas de juros correntes para instrumentos similares e de vencimentos comparáveis.

Derivativos

Não existiam operações com derivativos em 31 de dezembro de 1998.

16. Eventos Subsequentes

a. Mudança na política cambial do Banco Central do Brasil

Como é de conhecimento público, no final da 1ª quinzena de janeiro de 1999, o Banco Central do Brasil alterou a política cambial extinguindo a denominada banda cambial pela qual administrava a margem de flutuação do real em relação ao dólar norte-americano, deixando ao mercado a livre negociação da taxa de câmbio. Como consequência dessa mudança, o real acumulou, até 10 de fevereiro de 1999, uma desvalorização de, aproximadamente 59% em relação ao dólar norte-americano comparada à cotação de 31 de dezembro de 1998. Neste momento ainda não é possível determinar se a cotação do dólar permanecerá nesse patamar. A Telemig Celular Participações e controlada possuíam, em 31 de dezembro de 1998, a seguinte exposição de passivos indexados ao dólar norte-americano:

	R\$	US\$ mil
Passivo circulante		
Principal	11.936	9.875
Exigível a longo prazo		
Principal	40.088	33.166
	<u>52.024</u>	<u>43.041</u>

O impacto contábil será reconhecido no mês de janeiro de 1999, líquido dos efeitos tributários.

b. Mudanças na legislação tributária

No final do ano de 1998 foi divulgado um conjunto de medidas fiscais, cujos principais itens que afetam a Telemig Celular Participações e controlada são as seguintes: (i) aumento da alíquota da COFINS de 2% para 3% e ampliação da base de cálculo do PIS e da COFINS a partir de 01 de fevereiro de 1999 e (ii) o aumento da alíquota da contribuição social sobre o lucro de 8% para 12% para o período de 1º de maio até 31 de dezembro de 1999.

Os impactos provenientes destas medidas nos resultados da Telemig Celular Participações e controlada não podem ser quantificados no momento.

17. Ano 2000

Em dezembro de 1998, a controlada encerrou a fase de implantação dos sistemas de suporte ao negócio e está em processo de implementação dos sistemas de gestão, os quais compõem a estratégia de adequação dos sistemas à chegada do ano 2000. A Administração prevê que serão gastos aproximadamente R\$ 500 para a contratação de consultoria responsável pela elaboração e implementação dos testes integrados,

previstos para serem concluídos no início do segundo semestre de 1999, quando então a adequação dos sistemas poderão ser objeto de auditoria.

18. QUADRO 07.01 – Demonstração do Resultado Consolidado

Foi inserido na linha 3.08.01 – Receitas não Operacionais, o valor de R\$2.609 referente a equivalência patrimonial de ganhos decorrentes de itens que não transitaram pelo resultado da controlada.

Conselho de Administração

Arthur Joaquim de Carvalho
Presidente

Fernando dos Santos Dionísio
Conselheiro

José Leitão Viana
Conselheiro

Diogo Luiz Botelho de Vasconcellos
Conselheiro

Gerard Manuel Vazques
Conselheiro

Ricardo Velloso Azevedo
Conselheira

Luiz Alonso Gonçalves Neto
Conselheiro

David Travesso Neto
Conselheiro

Maria Amália Delfim de Melo Coutrin
Conselheira

José Fernando de Almeida
Conselheiro

Denise Bastos Guedes
Conselheira

Diretoria

Márcio Kaiser
Presidente

Luiz Gonzaga Leal
Diretor Superintendente

Gerência de Contabilidade

José Augusto Rocha Maalhães

Contador

CRC-MG-39.937/0-2-S-DF-1.565

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/1999

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01770-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELEMIG CELULAR PARTICIPACOES S/A	3 - CNPJ 00.000.000/0000-00
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Scn Quadra 03, Bl A Sobre Loja		2 - BAIRRO OU DISTRITO Asa Norte	
3 - CEP 70713-000	4 - MUNICÍPIO Brasilia		5 - UF DF
6 - DDD 0061	7 - TELEFONE 0429-5600	8 - TELEFONE 0000-0000	9 - TELEFONE 0000-0000
10 - TELEX 00000000			
11 - DDD 0061	12 - FAX 0429-5626	13 - FAX 0000-0000	14 - FAX 0000-0000
15 - E-MAIL			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME João Cox Neto			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Scn Quadra 03,bl A Sobre Loja		3 - BAIRRO OU DISTRITO Asa Norte	
4 - CEP 70713-000	5 - MUNICÍPIO Brasilia		6 - UF DF
7 - DDD 0061	8 - TELEFONE 0429-5600	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEFONE 0000-0000
11 - TELEX 00000000			
12 - DDD 0061	13 - FAX 0429-5626	14 - FAX 0000-0000	15 - FAX 0000-0000
16 - E-MAIL			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/1999	31/12/1999
2 - Penúltimo	01/03/1998	31/12/1998
3 - Antepenúltimo		
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Ernst & Young Auditores Independentes S/c		5 - CÓDIGO CVM 00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Paulo José Machado		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 014.319.648-08

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/1999

01770-1 TELEMIG CELULAR PARTICIPACOES S/A

00.000.000/0000-00

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. Provisão para Contingências

	Consolidado	
	1999	1998
ICMS sobre assinatura mensal, habilitação e aluguéis	23.880	19.625
Outras contingências	3.370	5.840
	<u>27.250</u>	<u>25.465</u>

A Administração da controlada, suportada por seus consultores tributários, entende que o ICMS incide apenas sobre serviços de telecomunicações e, portanto, sua incidência sobre assinatura mensal, habilitação ou aluguéis é ilegal por não se constituírem em serviços de telecomunicações. Em dezembro de 1998, a controlada obteve liminar e suspendeu o recolhimento sobre assinaturas mensais, passando a depositar judicialmente. Todavia, baseado na recomendação de seus consultores legais, a controlada decidiu, conservadoramente, registrar provisão. O saldo da provisão para ICMS sobre assinatura mensal, habilitação e aluguéis, acima, está líquido do depósito judicial no montante de R\$ 38.116.

10. Patrimônio Líquido

a. Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado de R\$ 155.553 está dividido em 334.399.027 mil ações, sendo 124.369.030 mil ações ordinárias e 210.029.997 mil ações preferenciais, sem valor nominal. O capital autorizado da Companhia é de 700.000.000 mil ações.

As ações preferenciais da Companhia não dão direito a voto, exceto nos casos previstos no Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital sem prêmio e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Companhia.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/1999

01770-1 TELEMIG CELULAR PARTICIPACOES S/A

00.000.000/0000-00

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. Patrimônio Líquido -- Continuação

b. Reserva de capital

O ágio decorrente da reorganização, mencionada na Nota 7, foi registrado integralmente em contrapartida a reserva de capital - reserva especial de ágio, de acordo com a Instrução CVM 319/99, sendo que a parcela correspondente ao benefício fiscal efetivo será capitalizada anualmente, em proveito do acionista controlador, com emissão de ações ordinárias e preferenciais, nas mesmas proporções à época existentes no capital social. Será observado, quanto ao preço de emissão, um dos critérios estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76. Aos acionistas minoritários será assegurado o direito de preferência na aquisição das ações emitidas, na forma do artigo 171, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a medida em que seja necessário, a parcela restante da reserva especial de ágio poderá vir a ser capitalizada em benefício de todos os acionistas da Companhia, mediante a emissão de ações preferenciais resgatáveis, para assegurar a todos os acionistas o recebimento de rendimento igual àquele que lhe seria pago, no período, como dividendo, se não tivesse havido a amortização do ágio.

c. Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital.

d. Reserva de lucros a realizar

Esta reserva foi originada quando da cisão da Telebrás, onde representava receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente, e está sendo realizada em dez anos, ao final de cada exercício social, a partir de 1998. Este prazo está condizente com o tempo remanescente do período de concessão, sendo considerado suficiente para recuperar o valor dos investimentos que tem sido feitos e continuarão a ser feitos no projeto de expansão da capacidade de atendimento aos clientes.

e. Lucros acumulados

Por decisão da Administração, o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 20.003, será mantido na conta de lucros acumulados, cujo saldo final de R\$ 136.433, será aplicado na modernização e expansão do sistema de telefonia celular com base em orçamento a ser aprovado em Assembléia de Acionistas.

01770-1 TELEMIG CELULAR PARTICIPACOES S/A

00.000.000/0000-00

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. Patrimônio Líquido -- Continuação

f. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, sendo este aumentado até o montante necessário para pagamento do dividendo mínimo prioritário das ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 1999 e 1998, os dividendos foram calculados da seguinte forma:

	1999	1998
Capital social	155.553	155.553
Participação das ações preferenciais	62,81%	62,81%
	97.703	97.703
% dividendo mínimo prioritário (artigo 11º do Estatuto Social)	6%	6%
Dividendo mínimo prioritário das ações preferenciais	5.862	5.862
Lucro líquido do exercício	15.052	10.230
(+) Lucro referente a janeiro e fevereiro/98 - cisão TELEBRÁS	-	1.459
(-) Reserva legal	(753)	(584)
(+) Reversão do efeito líquido do ágio	3.339	-
(+) Realização da reserva de lucros a realizar	13.204	13.204
Lucro líquido ajustado	30.842	24.309
	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório	7.711	6.077

Por proposta da Administração, em 30 de dezembro de 1999, foram creditados juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) nos termos da Lei nº 9.249/95, tendo sido contabilizado em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal, resultando num crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 4.010. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros foram revertidos de despesas financeiras e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados. O juros sobre capital próprio da controladora foi primeiramente imputado ao dividendo mínimo prioritário das ações preferenciais pelo valor líquido do imposto de renda na fonte, sendo o valor remanescente atribuído às ações ordinárias até o limite do valor pago às ações preferenciais, tendo inclusive excedido o total dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme abaixo:

	1999	1998
Juros sobre capital próprio	10.839	-
Imposto de renda na fonte	(1.506)	-
Juros sobre capital próprio imputados aos dividendos	9.333	-
Juros sobre capital próprio e dividendos por classe de ações:		
Ações preferenciais (R\$ 0,0279 por lote de mil ações)	5.862	5.862
Ações ordinárias (R\$ 0,0279 por lote de mil ações - R\$ 0,0017 em 1998)	3.471	215
	9.333	6.077

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2000

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01770-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELEMIG CELULAR PARTICIPACOES S/A	3 - CNPJ 02.558.118/0001-65
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Scn Quadra 03, BI A Sobreloja		2 - BAIRRO OU DISTRITO Asa Norte	
3 - CEP 70713-000	4 - MUNICÍPIO Brasília		5 - UF DF
6 - DDD 0061	7 - TELEFONE 0429-5600	8 - TELEFONE 0000-0000	9 - TELEFONE 0000-0000
10 - TELEX 00000000			
11 - DDD 0061	12 - FAX 0429-5626	13 - FAX 0000-0000	14 - FAX 0000-0000
15 - E-MAIL			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME João Cox Neto			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Scn Quadra 03, BI A Sobreloja		3 - BAIRRO OU DISTRITO Asa Norte	
4 - CEP 71713-000	5 - MUNICÍPIO Brasília		6 - UF DF
7 - DDD 0061	8 - TELEFONE 0429-5600	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEFONE 0000-0000
11 - TELEX 00000000			
12 - DDD 0061	13 - FAX 0429-5626	14 - FAX 0000-0000	15 - FAX 0000-0000
16 - E-MAIL			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2000	31/12/2000
2 - Penúltimo	01/01/1999	31/12/1999
3 - Antepenúltimo	01/03/1998	31/12/1998
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Ernst & Young Auditores Independentes S/c		5 - CÓDIGO CVM 00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO João Ricardo Pereira Da Costa		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 722.071.677-04

01770-1 TELEMIG CELULAR PARTICIPACOES S/A

02.558.118/0001-65

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. Patrimônio Líquido

a) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado de R\$ 157.516 (R\$ 155.553 em 31 de dezembro de 1999) está dividido em 334.746.033 mil ações (334.399.028 mil em 31 de dezembro de 1999), sendo 124.498.088 mil ações ordinárias (124.369.031 mil em 31 de dezembro de 1999) e 210.247.945 mil ações preferenciais (210.029.997 mil em 31 de dezembro de 1999), sem valor nominal. O capital autorizado da Companhia é de 700.000.000 mil ações.

As ações preferenciais da Companhia não dão direito a voto, exceto nos casos previstos no Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital sem prêmio e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Companhia.

b) Reserva de capital

O ágio decorrente da reorganização, mencionada na Nota 8, foi registrado integralmente em contrapartida a reserva de capital – reserva especial de ágio, de acordo com a Instrução CVM 319/99, sendo que a parcela correspondente ao benefício fiscal efetivo será capitalizada anualmente, em proveito do acionista controlador, com emissão de ações ordinárias e preferenciais, nas mesmas proporções à época existentes no capital social. Será observado, quanto ao preço de emissão, um dos critérios estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76. Aos acionistas minoritários será assegurado o direito de preferência na aquisição das ações emitidas, na forma do artigo 171, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76.

A Companhia optou por adotar a Instrução CVM 349 de 6 de março de 2001 a partir da data do início do exercício de 2000, ajustando suas demonstrações contábeis de 2000 para refletir, como ativo e como reserva especial de ágio, apenas o montante relativo ao benefício fiscal esperado com o aproveitamento fiscal do ágio originalmente contabilizado na Telpart Participações S.A., acionista controlador. O valor do benefício fiscal oriundo da amortização do ágio que poderá vir a ser capitalizado era, em 31 de dezembro de 2000, aproximadamente R\$ 9.300.

01770-1 TELEMIG CELULAR PARTICIPACOES S/A

02.558.118/0001-65

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. Patrimônio Líquido -- Continuação

c) Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital.

d) Reserva de lucros a realizar

Esta reserva foi originada quando da cisão da Telebrás, onde representava receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente, e está sendo realizada em dez anos, ao final de cada exercício social, a partir de 1999. Este prazo está condizente com o tempo remanescente do período de concessão, sendo considerado suficiente para recuperar o valor dos investimentos que tem sido feitos e continuarão a ser feitos no projeto de expansão da capacidade de atendimento aos clientes.

e) Lucros acumulados

A Administração proporá à Assembléia Geral Ordinária a capitalização de R\$ 13.897 do saldo de lucros acumulados.

01770-1 TELEMIG CELULAR PARTICIPACOES S/A

02.558.118/0001-65

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. Patrimônio Líquido -- Continuação

f) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, sendo este aumentado até o montante necessário para pagamento do dividendo mínimo prioritário das ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2000 e 1999, os dividendos foram calculados da seguinte forma:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Capital social	157.516	155.553
Participação das ações preferenciais	62,81%	62,81%
	<u>98.936</u>	<u>97.703</u>
% dividendo mínimo prioritário (artigo 11º do Estatuto Social)	6%	6%
Dividendo mínimo prioritário das ações preferenciais	<u>5.936</u>	<u>5.862</u>
Lucro líquido do exercício	39.184	15.052
(-) Reserva legal	(1.959)	(753)
(+) Reversão do efeito líquido do ágio (*)	-	3.339
(+) Realização da reserva de lucros a realizar	13.205	13.204
Lucro líquido ajustado	<u>50.430</u>	<u>30.842</u>
	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório	<u>12.607</u>	<u>7.711</u>

(*) O lucro líquido de 2000 já se encontra ajustado visando refletir os efeitos decorrentes da reversão do ágio, nos termos da Instrução CVM nº 349/2001.

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Juros sobre capital próprio	-	10.839
Imposto de renda na fonte	-	(1.506)
Juros sobre capital próprio imputados aos dividendos	-	9.333
Dividendos	<u>12.607</u>	<u>-</u>
	<u>12.607</u>	<u>9.333</u>
Dividendos e juros sobre capital próprio por classe de ações:		
Ações preferenciais – (R\$ 0,0376 por lote de mil ações - R\$ 0,0279 em 1999)	7.918	5.862
Ações ordinárias – (R\$ 0,0376 por lote de mil ações - R\$ 0,0279 em 1999)	4.689	3.471
	<u>12.607</u>	<u>9.333</u>

A proposta está sujeita à aprovação da Assembléia Geral Ordinária.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2001

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01770-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 02.558.118/0001-65
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO SCN Quadra 03, BI A Sobreloja		2 - BAIRRO OU DISTRITO Asa Norte	
3 - CEP 70713-000	4 - MUNICÍPIO Brasília		5 - UF DF
6 - DDD 061	7 - TELEFONE 429-5600	8 - TELEFONE 0000-0000	9 - TELEFONE 0000-0000
10 - TELEX 0000000			
11 - DDD 061	12 - FAX 429-5626	13 - FAX 0000-0000	14 - FAX 0000-0000
15 - E-MAIL			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME JOÃO COX NETO			
2 - ENDEREÇO COMPLETO SCN Quadra 03, BI A Sobreloja		3 - BAIRRO OU DISTRITO Asa Norte	
4 - CEP 71713-000	5 - MUNICÍPIO Brasília		6 - UF DF
7 - DDD 061	8 - TELEFONE 429-5600	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEFONE 0000-0000
11 - TELEX 0000000			
12 - DDD 061	13 - FAX 429-5626	14 - FAX 0000-0000	15 - FAX 0000-0000
16 - E-MAIL jcox@telepart.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2001	31/12/2001
2 - Penúltimo	01/01/2000	31/12/2000
3 - Antepenúltimo	01/01/1999	31/12/1999
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/C		5 - CÓDIGO CVM 00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO JOÃO RICARDO PEREIRA DA COSTA		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 722.071.677-04

01770-1 TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.

02.558.118/0001-65

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. Provisão para Contingências -- Continuação

d) Contingências cíveis

As contingências cíveis correspondem principalmente a processos movidos por clientes. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão registrada é suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes destes processos.

12. Patrimônio Líquido

a) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado de R\$ 180.693 (R\$ 157.516 em 31 de dezembro de 2000) está dividido em 336.557.975 mil ações (334.746.033 mil em 31 de dezembro de 2000), sendo 125.171.982 mil ações ordinárias (124.498.088 mil em 31 de dezembro de 2000) e 211.385.993 mil ações preferenciais (210.247.945 mil em 31 de dezembro de 2000), sem valor nominal. O capital autorizado da Companhia é de 700.000.000 mil ações. As quantidades de ações estão pendentes de ratificação da Assembléia Geral de Acionistas.

As ações preferenciais da Companhia não dão direito a voto, exceto nos casos previstos no Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital sem prêmio e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Companhia.

b) Reserva de capital

O ágio decorrente da reorganização, mencionada na Nota 4, foi registrado integralmente em contrapartida a reserva de capital – reserva especial de ágio, de acordo com a Instrução CVM 319/99, sendo que a parcela correspondente ao benefício fiscal efetivo será capitalizada anualmente, em proveito do acionista controlador, com emissão de ações ordinárias e preferenciais, nas mesmas proporções à época existentes no capital social. Será observado, quanto ao preço de emissão, um dos critérios estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76. Aos acionistas minoritários será assegurado o direito de preferência na aquisição das ações emitidas, na forma do artigo 171, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76.

01770-1 TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.

02.558.118/0001-65

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. Patrimônio Líquido -- Continuação

b) Reserva de capital -- Continuação

A Companhia optou por adotar a Instrução CVM 349 de 6 de março de 2001 a partir da data do início do exercício de 2000, ajustando suas demonstrações contábeis de 2000 para refletir, como ativo e como reserva especial de ágio, apenas o montante relativo ao benefício fiscal esperado com o aproveitamento fiscal do ágio originalmente contabilizado na Telpart Participações S.A., acionista controlador. O valor do benefício fiscal oriundo da amortização do ágio que poderá vir a ser capitalizado era, em 31 de dezembro de 2001, aproximadamente, R\$ 15.000.

c) Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital.

d) Reserva de lucros a realizar

Esta reserva foi originada quando da cisão da Telebrás, onde representava receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente, e está sendo realizada em dez anos, ao final de cada exercício social, a partir de 1998. Este prazo está condizente com o tempo remanescente do período de concessão, sendo considerado suficiente para recuperar o valor dos investimentos que têm sido feitos e continuarão a ser feitos no projeto de expansão da capacidade de atendimento aos clientes.

e) Lucros acumulados

A Administração proporá à Assembléia Geral Ordinária a (i) capitalização de R\$ 34.481 do saldo de lucros acumulados e, (ii) a manutenção do saldo remanescente do lucro líquido do exercício na conta de lucros acumulados, que será aplicado com base em orçamento de capital, nos termos do Estatuto da Companhia, a ser aprovado em Assembléia de Acionistas.

O saldo remanescente de lucros acumulados de 2000 foi aprovado com base em orçamento de capital na Assembléia Geral Ordinária de 30 de abril de 2001.

01770-1 TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.

02.558.118/0001-65

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. Patrimônio Líquido -- Continuação

f) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, sendo este aumentado até o montante necessário para pagamento do dividendo mínimo prioritário das ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2001 e 2000, os dividendos foram calculados da seguinte forma:

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Capital social	180.693	157.516
Participação das ações preferenciais	62,81%	62,81%
	<u>113.493</u>	<u>98.936</u>
% dividendo mínimo prioritário (artigo 11º do Estatuto Social)	6%	6%
Dividendo mínimo prioritário das ações preferenciais	<u>6.809</u>	<u>5.936</u>
Lucro líquido do exercício	89.987	39.184
(-) Reserva legal	(4.499)	(1.959)
(+) Realização da reserva de lucros a realizar	13.205	13.205
Lucro líquido ajustado	<u>98.693</u>	<u>50.430</u>
	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório	<u>24.673</u>	<u>12.607</u>

A Administração proporá à Assembléia Geral dos Acionistas a seguinte distribuição de dividendos:

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Dividendos por classe de ações:		
Ações preferenciais – (R\$ 0,07331 por lote de mil ações - R\$ 0,0376 em 2000)	15.497	7.918
Ações ordinárias – (R\$ 0,07331 por lote de mil ações - R\$ 0,0376 em 2000)	9.176	4.689
	<u>24.673</u>	<u>12.607</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2002

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01770-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 02.558.118/0001-65
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO SCN Quadra 03, BI A Sobreloja		2 - BAIRRO OU DISTRITO Asa Norte		
3 - CEP 70713-000	4 - MUNICÍPIO Brasília		5 - UF DF	
6 - DDD 061	7 - TELEFONE 429-5600	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX
11 - DDD 061	12 - FAX 429-5626	13 - FAX -	14 - FAX -	
15 - E-MAIL				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME JOÃO COX NETO				
2 - ENDEREÇO COMPLETO SCN Quadra 03, BI A Sobreloja		3 - BAIRRO OU DISTRITO Asa Norte		
4 - CEP 70713-000	5 - MUNICÍPIO Brasília		6 - UF DF	
7 - DDD 061	8 - TELEFONE 429-5600	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX
12 - DDD 061	13 - FAX 429-5626	14 - FAX -	15 - FAX -	
16 - E-MAIL jcox@telepart.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2002	31/12/2002
2 - Penúltimo	01/01/2001	31/12/2001
3 - Antepenúltimo	01/01/2000	31/12/2000
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/C		5 - CÓDIGO CVM 00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO João Ricardo Pereira da Coata		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 722.071.677-04

01770-1 TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.

02.558.118/0001-65

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. Patrimônio Líquido

a) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado de R\$ 230.227 (R\$ 180.693 em 31 de dezembro de 2001) está dividido em 340.431.374 mil ações (336.557.975 mil em 31 de dezembro de 2001), sendo 126.612.569 mil ações ordinárias (125.171.982 mil em 31 de dezembro de 2001) e 213.818.805 mil ações preferenciais (211.385.993 mil em 31 de dezembro de 2001), sem valor nominal. O capital autorizado da Companhia é de 700.000.000 mil ações. As quantidades de ações estão pendentes de ratificação da Assembléia Geral de Acionistas.

Em 19 de dezembro de 2002, tendo em vista a redação do art. 17 da Lei nº 6.404/76, conforme alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01, a Assembléia Geral de Acionistas aprovou modificações nas regras de pagamento dos dividendos das ações preferenciais da Companhia, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, segundo os critérios abaixo, alternativamente, considerado aquele que representar o maior valor:

I – 6% ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Companhia; ou

II – direito de participar do dividendo mínimo obrigatório, de acordo com os seguintes critérios:

- a) prioridade no recebimento de dividendos mínimos e não cumulativos correspondentes a 3% do valor do patrimônio líquido da ação; e
- b) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com o item a.

01770-1 TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.

02.558.118/0001-65

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. Patrimônio Líquido -- Continuação

b) Reserva de capital

O ágio decorrente da reorganização, mencionada na Nota 4, foi registrado integralmente em contrapartida a reserva de capital – reserva especial de ágio, de acordo com a Instrução CVM 319/99, sendo que a parcela correspondente ao benefício fiscal efetivo será capitalizada anualmente, em proveito do acionista controlador, com emissão de ações ordinárias e preferenciais, nas mesmas proporções à época existentes no capital social. Será observado, quanto ao preço de emissão, um dos critérios estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76. Aos acionistas minoritários será assegurado o direito de preferência na aquisição das ações emitidas, na forma do artigo 171, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76.

A Companhia optou por adotar a Instrução CVM 349 de 6 de março de 2001 a partir da data do início do exercício de 2000, ajustando suas demonstrações contábeis de 2000 para refletir, como ativo e como reserva especial de ágio, apenas o montante relativo ao benefício fiscal esperado com o aproveitamento fiscal do ágio originalmente contabilizado na Telpart Participações S.A., acionista controlador. O valor do benefício fiscal obtido pela amortização do ágio que poderá vir a ser capitalizado era, em 31 de dezembro de 2002, aproximadamente, R\$ 19.586.

A Administração proporá à Assembléia Geral Ordinária a capitalização de R\$ 3.343, sem emissão de ações, que não correspondeu ao efetivo benefício fiscal, relativo ao exercício de 1999.

c) Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital.

01770-1 TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.

02.558.118/0001-65

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. Patrimônio Líquido -- Continuação

d) Reserva de lucros a realizar

Esta reserva foi originada quando da cisão da Telebrás, onde representava receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente, e está sendo realizada em dez anos, ao final de cada exercício social, a partir de 1998. Este prazo está condizente com o tempo remanescente do período de concessão, sendo considerado suficiente para recuperar o valor dos investimentos que têm sido feitos e continuarão a ser feitos no projeto de expansão da capacidade de atendimento aos clientes.

e) Lucros acumulados

A Administração proporá à Assembléia Geral Ordinária a (i) capitalização de R\$ 9.884 do saldo de lucros acumulados em atendimento ao art. 199 da Lei 6.404/76 e, (ii) a manutenção do saldo remanescente do lucro líquido do exercício na conta de lucros acumulados, que será aplicado com base em orçamento de capital, nos termos do Estatuto da Companhia, a ser aprovado em Assembléia de Acionistas.

O saldo remanescente de lucros acumulados de 2001 teve sua retenção aprovada na Assembléia Geral Ordinária de 29 de abril de 2002 com base em orçamento de capital.

f) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, sendo este aumentado até o montante necessário para pagamento do dividendo mínimo prioritário das ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2002 e 2001, os dividendos foram calculados da seguinte forma:

01770-1 TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.

02.558.118/0001-65

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. Patrimônio Líquido -- Continuação

	2002	2001
I – Critério de 6% ao ano sobre Capital Social		
Capital social	230.227	180.693
Participação das ações preferenciais	62,81%	62,81%
	144.605	113.493
% dividendo mínimo prioritário (Inciso I artigo 11 do Estatuto Social)	6%	6%
Dividendo mínimo prioritário das ações preferenciais	8.676	6.809
II – Critério de 3% sobre o valor do patrimônio líquido da ação		-
Patrimônio Líquido do ano, antes da dedução dos dividendos	786.859	-
Participação das ações preferenciais	62,81%	-
	494.226	-
% dividendo mínimo prioritário (Inciso II do art. 11 do Estatuto Social)	3%	-
Dividendo mínimo prioritário das ações preferenciais (Opção escolhida)	14.826	-
Lucro líquido do exercício	67.851	89.987
(-) Reserva legal	(3.393)	(4.499)
(+) Realização da reserva de lucros a realizar	13.205	13.205
Lucro líquido ajustado	77.663	98.693
	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório	19.416	24.673
Dividendo complementar	4.190	-
Dividendo total proposto	23.606	24.673

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2002

01770-1 TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.

02.558.118/0001-65

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Administração proporá à Assembléia Geral dos Acionistas a seguinte distribuição de dividendos:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Dividendos por classe de ações:		
Ações preferenciais – (R\$ 0,069341 por lote de mil ações - R\$ 0,07331 em 2001)	14.826	15.497
Ações ordinárias – (R\$ 0,069341 por lote de mil ações - R\$ 0,07331 em 2001)	8.780	9.176
	<u>23.606</u>	<u>24.673</u>

No exercício de 2002, a Companhia efetuou reversão de dividendos prescritos no montante de R\$288. A reversão foi registrada a crédito de lucros acumulados no patrimônio líquido.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2002

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01770-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 02.558.118/0001-65
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2002	4 - 31/12/2001	5 - 31/12/2000
1	Ativo Total	792.113	744.432	674.348
1.01	Ativo Circulante	200.554	165.951	140.647
1.01.01	Disponibilidades	117.521	98.884	86.082
1.01.02	Créditos	0	0	0
1.01.02.01	Crédito com Empresa Ligada	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	83.033	67.067	54.565
1.01.04.01	IR e CS Diferidos	21.650	21.650	21.650
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	26.744	17.031	10.542
1.01.04.03	Juros sobre Capital Próprio	34.287	27.975	21.805
1.01.04.04	Dividendos	0	0	0
1.01.04.05	Outros	352	411	568
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	149.791	165.216	180.343
1.02.01	Créditos Diversos	149.210	164.008	180.072
1.02.01.01	Imposto de Renda e Cont.Social Diferidos	149.210	164.008	180.072
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	581	1.208	13
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	13
1.02.02.02	Com Controladas	164	1.118	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	417	90	0
1.02.03	Outros	0	0	258
1.03	Ativo Permanente	441.768	413.265	353.358
1.03.01	Investimentos	440.387	411.530	351.374
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	440.327	411.410	350.872
1.03.01.03	Outros Investimentos	60	120	502
1.03.02	Imobilizado	1.381	1.735	1.984
1.03.03	Diferido	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2002

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01770-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 02.558.118/0001-65
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2002	4 - 31/12/2001	5 - 31/12/2000
2	Passivo Total	792.113	744.432	674.348
2.01	Passivo Circulante	28.601	29.634	19.514
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	74	99	63
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	518	1.129	2.501
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	824	426	335
2.01.05	Dividendos a Pagar	26.224	26.223	13.430
2.01.05.01	Juros sobre Capital Proprio	26.224	26.223	542
2.01.05.02	Dividendos	0	0	12.888
2.01.06	Provisões	869	1.435	3.034
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	92	322	151
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	259	483	5.557
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	259	206	130
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	277	5.359
2.02.04.01	Transações com partes relacionadas	0	277	5.359
2.02.05	Outros	0	0	68
2.02.05.01	Recursos Capitalizáveis	0	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	763.253	714.315	649.277
2.05.01	Capital Social Realizado	230.227	180.693	157.516
2.05.02	Reservas de Capital	194.091	204.739	214.019
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	84.968	94.780	103.486
2.05.04.01	Legal	18.943	15.550	11.051
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	66.025	79.230	92.435
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	253.967	234.103	174.256



ANEXO 04.09

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TELE CELULAR SUL PARTICIPAÇÕES S/A

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
 Data-Base - 31/12/1998
 Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01763-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE CELULAR SUL PARTICIP. SA	3 - CNPJ 02.558.115/0001-21
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Scn Quadra 03 Bl A 2º and		2 - BAIRRO OU DISTRITO Asa Norte	
3 - CEP 70710-500	4 - MUNICÍPIO Brasília		5 - UF DF
6 - DDD 0061	7 - TELEFONE 0327-5517	8 - TELEFONE 0000-0000	9 - TELEFONE 0000-0000
10 - TELEX 00000000			
11 - DDD 0061	12 - FAX 0327-5824	13 - FAX 0000-0000	14 - FAX 0000-0000
15 - E-MAIL			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Alvaro Pereira Moraes Filho			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Al Dr. Carlos De Carvalho, 1482		3 - BAIRRO OU DISTRITO Batel	
4 - CEP 80730-200	5 - MUNICÍPIO Curitiba		6 - UF PR
7 - DDD 0041	8 - TELEFONE 0305-3002	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEFONE 0000-0000
11 - TELEX 00000000			
12 - DDD 0041	13 - FAX 0305-3005	14 - FAX 0000-0000	15 - FAX 0000-0000
16 - E-MAIL			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	28/02/1998	31/12/1998
2 - Penúltimo		
3 - Antepenúltimo		
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	5 - CÓDIGO CVM	
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	7 - CPF DO RESP. TÉCNICO	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/1998

01763-9 TELE CELULAR SUL PARTICIP. SA

02.558.115/0001-21

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para essa categoria de empregados, a complementação de aposentadoria se dá somente através das condições estabelecidas pela SISTEL.

d. Negociação entre a TELEPAR CELULAR e os empregados abrangidos pelo Termo de Relação Contratual Atípica.

Em julho de 1998, a TELEPAR CELULAR negociou com os empregados proposta tendo como contrapartida da abdicação do direito, valor a título de indenização ou ingresso em plano de aposentadoria especial da Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL.

O valor acumulado a título de complementação de aposentadoria para os empregados enquadrados nos itens “a” e “b” com base em cálculos atuariais elaborado por atuário independente, acrescido dos inativos (aposentados e pensionistas) é como segue:

	31.12.98		30.01.98	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Empregados com o benefício da SISTEL	4	1.081	63	4.216
Empregados sem o benefício da SISTEL	1	621	17	3.642
SUBTOTAL	5	1.702	80	7.858
Empregados somente com o benefício da SISTEL	209		136	
TOTAL DE EMPREGADOS EFETIVOS	214	1.702	216	7.858
Aposentados			2	442
TOTAL GERAL	214	1.702	218	8.300

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital autorizado em 31 de dezembro de 1998 é de 700.000 milhões de ações, e o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 175.872. O capital social subscrito e integralizado na data do balanço era composto das seguintes ações sem valor nominal.

	(Em milhões de ações)		
	Ordinárias	Preferenciais	Total de ações em Circulação
31.12.1998	124.369	210.030	334.399

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/1998

01763-9 TELE CELULAR SUL PARTICIP. SA

02.558.115/0001-21

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de R\$)			
	Ordinárias	Preferenciais	Total de ações em Circulação
31.12.1998	65.410	110.462	175.872

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento de dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor do Capital Social.

b) Reservas de Lucros

Reserva Legal

A Companhia está obrigada pela legislação societária a apropriar 5% de seu lucro anual à Reserva Legal até que esta reserva corresponda a 20% do Capital Social realizado, ou 30% do capital social mais as reservas de capital. Após esses limites as apropriações para essa reserva não são obrigatórias. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumentos de Capital Social ou absorção de prejuízos.

Reserva de Lucros a Realizar

Representa as receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente, decorrentes dos ajustes dos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando os investimentos são baixados, quando do recebimento de dividendos e outros eventos, em conformidade com as normas da Comissão de Valores Mobiliários. A realização da reserva é contabilizada na conta de lucros acumulados.

c) Lucros Acumulados

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei n.º 6.404/76, no montante de R\$ 88.277 está compondo o saldo da conta de lucros acumulados que será utilizado para futuro aumento de capital, visando a sua aplicação na modernização ou expansão da planta de telecomunicações. A retenção está sustentada em orçamento de capital das controladas a ser aprovado pela Assembléia Geral por proposta dos Órgãos da Administração.

d) Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das S.A. Os dividendos mínimos obrigatórios são

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/1998

01763-9 TELE CELULAR SUL PARTICIP. SA

02.558.115/0001-21

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e os preferenciais de conformidade com o estabelecido no estatuto. Em 31 de dezembro de 1998 a Companhia creditou Juros Sobre o Capital Próprio aos seus acionistas que serão imputados integralmente aos dividendos, de acordo com o art. 9º. da Lei nº 9.249/95, por proposta dos Órgãos da Administração à Assembléia Geral.

	31.12.98
Lucro Líquido do Exercício	126.609
Lucro líquido da Telebrás nos meses de Janeiro e Fevereiro transferido à Companhia (Cisão)	1.689
Realização da Reserva de Lucros a Realizar	38.046
Apropriação à Reserva Legal	(6.415)
Apropriação à Reserva de Lucros a Realizar	(33.827)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	126.102

REMUNERAÇÃO PROPOSTA AOS ACIONISTAS	Ordinárias	Preferenciais
Juros Sobre o Capital Próprio - Valor Bruto	11.433	19.308
Imposto de Renda na Fonte	(1.715)	(2.896)
Dividendos	2.006	3.389
Remuneração Total	11.724	19.801

	Ordinárias	Preferenciais
Remuneração por lote de mil ações – R\$	0,094	0,094

A proposta está sujeita à aprovação da Assembléia Geral Ordinária.

25. CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E DO CONSOLIDADO

LUCRO LÍQUIDO DA CONTROLADORA	126.609
JUROS SOBRE OBRAS EM ANDAMENTO	(2.603)
DOAÇÕES E OUTROS	(11)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO	123.995

Os juros sobre a construção, doações e outros são acréscimos patrimoniais registrados diretamente em reservas de capital e de lucros nas Companhias controladas. Na controladora tais valores são registrados como equivalência patrimonial.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/1999

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01763-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE CELULAR SUL PARTICIP. SA	3 - CNPJ 02.558.115/0001-21
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Alameda Carlos De Carvalho, 1482 1º And		2 - BAIRRO OU DISTRITO Batel	
3 - CEP 80730-200	4 - MUNICÍPIO Curitiba		5 - UF PR
6 - DDD 0041	7 - TELEFONE 0309-6893	8 - TELEFONE 0309-6947	9 - TELEFONE 0309-6614
10 - TELEX 00000000			
11 - DDD 0041	12 - FAX 0309-6610	13 - FAX 0309-6774	14 - FAX 0000-0000
15 - E-MAIL Gerson.casara@telecelularsul.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Ruggero Caterini			
2 - ENDEREÇO COMPLETO R.comendador Araújo, 299		3 - BAIRRO OU DISTRITO Centro	
4 - CEP 80420-000	5 - MUNICÍPIO Curitiba		6 - UF PR
7 - DDD 0041	8 - TELEFONE 0309-6702	9 - TELEFONE 0309-6862	10 - TELEFONE 0000-0000
11 - TELEX 00000000			
12 - DDD 0041	13 - FAX 0233-3949	14 - FAX 0309-6774	15 - FAX 0000-0000
16 - E-MAIL Ruggero.caterini@telecelularsul.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/1999	31/12/1999
2 - Penúltimo	28/02/1998	31/12/1998
3 - Antepenúltimo		
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Arthur Andersen S/c		5 - CÓDIGO CVM 00283-6
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO José Écio Pereira Da Costa Júnior		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 359.920.858-15

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas Legislação Societária
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS Data-Base - 31/12/1999
 Reapresentação Espontânea

01763-9 TELE CELULAR SUL PARTICIP. SA 02.558.115/0001-21

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital autorizado em 31 de dezembro de 1999 é de 700.000 milhões de ações, e o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 175.872. O capital social subscrito e integralizado na data do balanço era composto das seguintes ações sem valor nominal.

(Em milhões de ações)

	<i>Ordinárias</i>	<i>Preferenciais</i>	<i>Total de ações em Circulação</i>
31.12.1999	124.369	210.030	334.399

(Em milhares de R\$)

	<i>Ordinárias</i>	<i>Preferenciais</i>	<i>Total de ações em Circulação</i>
31.12.1999	65.410	110.462	175.872

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento de dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor do Capital Social.

b) Reservas de Lucros

Reserva Legal

A Companhia está obrigada pela legislação societária a apropriar 5% de seu lucro anual à Reserva Legal até que esta reserva corresponda a 20% do Capital Social realizado, ou 30% do capital social mais as reservas de capital. Após esses limites as apropriações para essa reserva não são obrigatórias. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumentos de Capital Social ou absorção de prejuízos.

Reserva de Lucros a Realizar

Representa as receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente, decorrentes dos ajustes dos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando os investimentos são baixados, quando do recebimento de dividendos e outros eventos, em conformidade com as normas da Comissão de Valores Mobiliários. A realização da reserva é contabilizada na conta de lucros acumulados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/1999

01763-9 TELE CELULAR SUL PARTICIP. SA

02.558.115/0001-21

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Lucros Acumulados

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº. 6.404/76, no montante de R\$ 34.141 está compondo o saldo da conta de lucros acumulados que será utilizado para futuro aumento de capital, visando a sua aplicação na modernização ou expansão da planta de telecomunicações. A retenção está sustentada em orçamento de capital das controladas a ser aprovado pela Assembléia Geral por proposta dos Órgãos da Administração.

d) Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das S.A. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº.6.404/76 e os preferenciais de conformidade com o estabelecido no estatuto. Em 31 de dezembro a Companhia creditou Juros Sobre o Capital Próprio aos seus acionistas que serão imputados integralmente aos dividendos, de acordo com o art. 9º. da Lei nº.9.249/95, por proposta dos Órgãos da Administração à Assembléia Geral.

	1999	1998
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	34.332	126.609
LUCRO LÍQUIDO DA TELEBRÁS NOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 1998 TRANSFERIDO À COMPANHIA (CISÃO)	-	1.689
REALIZAÇÃO DA RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	15.753	38.046
APROPRIAÇÃO À RESERVA LEGAL	(1.717)	(6.415)
APROPRIAÇÃO À RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	-	(33.827)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	48.368	126.102
REMUNERAÇÃO PROPOSTA AOS ACIONISTAS		
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO - VALOR BRUTO	14.227	30.741
ORDINÁRIAS	5.292	11.433
PREFERENCIAIS.	8.935	19.308
IMPOSTO DE RENDA DE FONTE SOBRE JSCP	(2.135)	(4.611)
ORDINÁRIAS	(795)	(1.715)
PREFERENCIAIS.	(1.340)	(2.896)
DIVIDENDOS	-	5.395
ORDINÁRIAS	-	2.006
PREFERENCIAIS	-	3.389
REMUNERAÇÃO TOTAL	12.092	31.525
ORDINÁRIAS	4.497	11.724
PREFERENCIAIS	7.595	19.801
REMUNERAÇÃO POR LOTE DE MIL AÇÕES (EM REAIS - R\$)		
ORDINÁRIAS	0,036	0,094
PREFERENCIAIS	0,036	0,094

A proposta está sujeita à aprovação da Assembléia Geral Ordinária.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
 Data-Base - 31/12/2000
 Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01763-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE CELULAR SUL PARTICIP. SA	3 - CNPJ 02.558.115/0001-21
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Comendador Araujo, 299		2 - BAIRRO OU DISTRITO Centro	
3 - CEP 80420-000	4 - MUNICÍPIO Curitiba		5 - UF PR
6 - DDD 0041	7 - TELEFONE 0312-6893	8 - TELEFONE 0000-0000	9 - TELEFONE 0000-0000
10 - TELEX 00000000			
11 - DDD 0041	12 - FAX 0312-6520	13 - FAX 0000-0000	14 - FAX 0000-0000
15 - E-MAIL Rcoradin@timsul.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Ruggero Caterini			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Comendador Araújo, 299		3 - BAIRRO OU DISTRITO Centro	
4 - CEP 80420-000	5 - MUNICÍPIO Curitiba		6 - UF PR
7 - DDD 0041	8 - TELEFONE 0312-6702	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEFONE 0000-0000
11 - TELEX 00000000			
12 - DDD 0041	13 - FAX 0312-6222	14 - FAX 0000-0000	15 - FAX 0000-0000
16 - E-MAIL Rcaterini@timsul.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2000	31/12/2000
2 - Penúltimo	01/01/1999	31/12/1999
3 - Antepenúltimo	28/02/1998	31/12/1998
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes		5 - CÓDIGO CVM 00287-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Eduardo Corrêa		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 221.960.727-53

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2000

01763-9 TELE CELULAR SUL PARTICIP. SA

02.558.115/0001-21

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A situação dos planos PBT, PAMEC e Convênio de Administração, em 31 de dezembro de 2000, é a seguinte:

PBT e PAMEC

Reservas matemáticas e fundos	(17.242)
Outras exigíveis	(1.293)
Reservas e outras exigíveis	(18.535)
Ativos do plano	18.731
Superávit acumulado	196

Convênio de Administração

Reservas matemáticas e fundos	(60.611)
Outros exigíveis	(6.383)
Reservas e outros exigíveis	(66.994)
Ativos do plano	82.703
Superávit acumulado	15.709

(b) Complementação de aposentadoria

A Telepar Celular S.A. é patrocinadora, por sucessão do processo de cisão parcial da Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, de planos de complementação de aposentadoria instituído em 1970 por Termo de Acordo Coletivo e ratificado pelo Termo de Relação Contratual Atípica, firmado entre a Companhia e os Sindicatos representantes das categorias profissionais então existentes.

18 Patrimônio líquido (controladora)

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2000 está representado por ações sem valor nominal assim distribuídas:

<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
-------------------	----------------------	--------------

01763-9 TELE CELULAR SUL PARTICIP. SA	02.558.115/0001-21		
11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS			
Quantidade (em milhões de ações)	124.369	210.030	334.399
Valor (R\$)	65.373	110.399	175.772

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento de dividendos mínimos não cumulativos de 6 % ao ano sobre o valor do Capital Social.

(b) Reserva de lucros a realizar

Representa as receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente, decorrentes dos ajustes dos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando os investimentos são baixados, quando do recebimento de dividendos e outros eventos, em conformidade com as normas da Comissão de Valores Mobiliários. A realização da reserva é contabilizada na conta de lucros acumulados.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social e com a Lei das Sociedades por Ações. O lucro líquido ajustado, o qual serviu de base para cálculos dos dividendos, está assim constituído:

Dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2000:

Lucro líquido do exercício	15.368
Realização parcial da reserva de lucros a realizar	32.427
Constituição da reserva legal	<u>(768)</u>
Lucro líquido ajustado	47.027
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u><u>11.756</u></u>
Dividendos propostos	
Ações ordinárias	3.437
Ações preferenciais	<u>5.804</u>
	9.241

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2001

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01763-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE CELULAR SUL PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 02.558.115/0001-21
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Comendador Araújo, 299		2 - BAIRRO OU DISTRITO Centro	
3 - CEP 80420-000	4 - MUNICÍPIO Curitiba		5 - UF PR
6 - DDD 41	7 - TELEFONE 312-6893	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX			
11 - DDD 41	12 - FAX 312-6520	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL rcoradin@timsul.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Paulo Roberto Cruz Cozza			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Comendador Araújo, 299		3 - BAIRRO OU DISTRITO Centro	
4 - CEP 80420-000	5 - MUNICÍPIO CURITIBA		6 - UF PR
7 - DDD 41	8 - TELEFONE 312-6702	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
11 - TELEX			
12 - DDD 41	13 - FAX 312-6222	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL pcozza@timsul.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2001	31/12/2001
2 - Penúltimo	01/01/2000	31/12/2000
3 - Antepenúltimo	01/01/1999	31/12/1999
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/C		5 - CÓDIGO CVM 00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Marcos Antônio Quintanilha		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 006.840.298-80

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2001

01763-9 TELE CELULAR SUL PARTICIPAÇÕES S.A.

02.558.115/0001-21

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Complementação de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora, por sucessão do processo de cisão parcial da Telecomunicações do Paraná S.A - TELEPAR, de planos de complementação de aposentadoria instituído em 1970 por Termo de Acordo Coletivo e ratificado pelo Termo de Relação Contratual Atípica, firmado entre a Companhia e os Sindicatos representantes das categorias profissionais então existentes.

19 Patrimônio líquido (controladora)

(a) Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação da Assembléia Geral, até o limite de 700 bilhões de ações, ordinárias ou preferenciais.

Dentro do limite do capital autorizado, a Assembléia Geral pode aprovar a outorga de opção de compra de ações a seus administradores, empregados e a pessoas naturais que prestem serviços a Companhia ou a companhias por ela controladas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital sem prêmio e no pagamento de dividendos mínimos não cumulativos de 6% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Companhia.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 25/04/2001, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, em favor da Bitel Participações S.A., relativo ao benefício fiscal oriundo da amortização de ágio incorporado em virtude da cisão parcial da Tele Celular Sul Participações S.A., conforme facultado pelo artigo 7º, parágrafo 1º, da Instrução CVM 319/99. O aumento de capital no valor de R\$ 9.908, foi representado pela emissão de 2.819.573.150 ações ordinárias sem valor nominal e na forma escritural.

Em 18/06/2001, a AGE aprovou o aumento de capital da Companhia com base nos recursos excedentes das contas de Lucros Acumulados e Reserva Legal em relação ao Capital Social, no montante de R\$ 59.353, sem emissão de ações, conforme art. 199 da Lei 6.404/76.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2001 está representado por ações sem valor nominal assim distribuídas:

	Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade (em milhões de ações)	127.189	210.030	337.219
Valor (R\$)	92.419	152.614	245.033

01763-9 TELE CELULAR SUL PARTICIPAÇÕES S.A.

02.558.115/0001-21

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento de dividendos mínimos não cumulativos de 6 % ao ano sobre o valor do Capital Social.

(b) Reserva de capital – Especial de ágio

Esta reserva foi originada do processo de reestruturação societária citado na Nota 1. A parcela da reserva especial correspondente ao benefício auferido poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizada em proveito do acionista controlador, com a emissão de novas ações. O respectivo aumento de capital ficará sujeito ao direito de preferência dos acionistas não controladores, na proporção de suas respectivas participações, por espécie e classe, à época da emissão, sendo que as importâncias pagas no exercício desse direito serão entregues diretamente ao acionista controlador, de acordo com o disposto na Instrução 319/99 da Comissão de Valores Mobiliários.

(c) Reserva legal

Constituída a base de 5% do lucro líquido do exercício.

(d) Reserva de lucros a realizar

Esta reserva foi originada quando da cisão da TELEBRÁS e representa receitas contabilizadas e não realizadas financeiramente, tendo sido transferida para a Tele Celular Sul Participações S.A. em contrapartida de seu investimento no capital de companhias controladas. Nesse exercício a Companhia está realizando integralmente o saldo desta reserva.

(e) Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu Estatuto Social, a Companhia deve distribuir como dividendos mínimos a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, um valor total equivalente a 25% do lucro líquido ajustado (conforme definido a seguir). Os dividendos anuais distribuídos a portadores de ações preferenciais (dividendo preferencial) têm prioridade na alocação do lucro líquido ajustado. Os valores a distribuir remanescentes são alocados primeiro para pagamento de dividendos a portadores de ações ordinárias em valor igual ao distribuído as ações preferenciais, sendo o restante distribuído igualmente entre portadores de ações preferenciais e ordinárias.

De acordo com o Estatuto Social, é obrigatória a distribuição de um dividendo anual mínimo por ação aos acionistas preferenciais. Esse dividendo mínimo preferencial é

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2001

01763-9 TELE CELULAR SUL PARTICIPAÇÕES S.A. 02.558.115/0001-21

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

calculado como 6% do valor obtido dividindo-se o capital social pelo número total de ações preferenciais.

Em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e de acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido ajustado do exercício é o valor equivalente ao lucro líquido da companhia ajustado para refletir alocações para, ou provenientes de (I) reserva legal, (II) provisão para contingências com perdas previstas, caso houver, e (III) reserva de lucros a realizar.

Dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro:

	2001	2000
Lucro líquido do exercício	59.889	15.368
(-) Constituição da reserva legal	(2.994)	(768)
(+) Realização da reserva de lucros a realizar	94.228	32.427
Lucro líquido ajustado	151.123	47.027
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>37.781</u>	<u>11.756</u>
Dividendos propostos:		
Ações ordinárias	14.249	4.372
Ações preferenciais	25.532	7.384
	<u>37.781</u>	<u>11.756</u>

Os saldos de dividendos a pagar e de juros sobre o capital próprio, serão reajustados pela Taxa Referencial (TR), a partir da data do encerramento do exercício social até a data fixada para o seu efetivo pagamento.

(f) Juros sobre o capital próprio

Por proposta da administração, em 31 de dezembro de 2001, foram creditados juros sobre o capital próprio imputados integralmente aos dividendos, de acordo com o artigo 9º da Lei 9249/95, líquido de imposto de renda na fonte, após a aprovação pela Assembléia Geral.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2002

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01763-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE CELULAR SUL PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 02.558.115/0001-21
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Comendador Araujo, 299		2 - BAIRRO OU DISTRITO Centro	
3 - CEP 80420-000	4 - MUNICÍPIO Curitiba		5 - UF PR
6 - DDD 41	7 - TELEFONE 9957-4041	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX			
11 - DDD 41	12 - FAX 312-6520	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL rcoradin@timsul.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Paulo Roberto Cruz Cozza			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Comendador Araujo, 299		3 - BAIRRO OU DISTRITO Centro	
4 - CEP 80420-000	5 - MUNICÍPIO Curitiba		6 - UF PR
7 - DDD 41	8 - TELEFONE 9957-4041	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
11 - TELEX			
12 - DDD 41	13 - FAX 312-6520	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL pcozza@timsul.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2002	31/12/2002
2 - Penúltimo	01/01/2001	31/12/2001
3 - Antepenúltimo	01/01/2000	31/12/2000
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Ernst & Young Auditores Independentes S/C		5 - CÓDIGO CVM 00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Marcos Antônio Quintanilha		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 006.840.298-80

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2002

01763-9 TELE CELULAR SUL PARTICIPAÇÕES S.A.

02.558.115/0001-21

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Premissas atuariais adotadas nos cálculos

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos foram as seguintes:

Taxa de desconto nominal da obrigação atuarial:	11,30% p.a.
Taxa de rendimento nominal esperada s/ ativos do plano:	14,45% p.a.
Índice estimado de aumento nominal salarial:	8,15% p.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	5,00% p.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	UP84 com 1 ano de agravamento
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Tábua Mercer Disability
Taxa de rotatividade esperada:	Nula
Probabilidade de ingresso em aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,00%
Método de apuração atuarial	Método da Unidade de Crédito Projetado

Complementação de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora, por sucessão do processo de cisão parcial da Telecomunicações do Paraná S.A - TELEPAR, de planos de complementação de aposentadoria instituído em 1970 por Termo de Acordo Coletivo e ratificado pelo Termo de Relação Contratual Atípica, firmado entre a Companhia e os Sindicatos representantes das categorias profissionais então existentes.

18 Patrimônio líquido (controladora)

(a) Capital social

O limite de autorização para aumento do capital social é fixado em 700 bilhões de ações, ordinárias e/ou preferenciais, sem guardar proporção entre as mesmas, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) para a emissão de ações preferenciais sem direito a voto.

O limite de autorização para aumento do capital será elevado por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, quando totalmente utilizado ou quando a diferença entre aquele limite e o capital subscrito não comportar a capitalização prevista para ser efetivada no exercício.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2002

01763-9 TELE CELULAR SUL PARTICIPAÇÕES S.A. 02.558.115/0001-21

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2002 está representado por ações sem valor nominal assim distribuídas:

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Quantidade (em milhões de ações)	129.358	213.612	342.970
Valor (R\$)	122.454	202.212	324.666

As ações preferenciais asseguram as seguintes vantagens aos seus titulares:

I -As ações preferenciais de classe A terão prioridade no reembolso de capital sem prêmio, assim como o direito de receber dividendo superior, em 10% (dez por cento), ao valor dos dividendos pagos as ações ordinárias de emissão da companhia;

II – As ações preferenciais de classe B terão prioridade no reembolso de capital sem prêmio e no recebimento de dividendos mínimos e não cumulativos de 6% a.a., calculados sobre o valor resultante da divisão da parcela do capital social representado pela referida classe pelo número total de ações daquela classe de emissão da Companhia;

III – Os detentores de ações preferenciais poderão, alternativamente, receber dividendos correspondentes a 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, sempre o que for maior.

(b) Reserva de capital – Especial de ágio

Esta reserva foi originada do processo de reestruturação societária implementado em 2000 (Nota 8). A parcela da reserva especial correspondente ao benefício fiscal auferido poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizada em proveito do acionista controlador, com a emissão de novas ações. O respectivo aumento de capital ficará sujeito ao direito de preferência dos acionistas não controladores, na proporção de suas respectivas participações, por espécie e classe, à época da emissão, sendo que as importâncias pagas no exercício desse direito serão entregues diretamente ao acionista controlador, de acordo com o disposto na Instrução 319/99 da Comissão de Valores Mobiliários.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2002

01763-9 TELE CELULAR SUL PARTICIPAÇÕES S.A. 02.558.115/0001-21

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) Reserva legal

Refere-se a destinação de 5% do lucro líquido anual para essa reserva até que a mesma iguale 20% do capital social, ou 30% do capital social, mais as reservas de capital. Desse momento em diante as destinações a esta reserva não são compulsórias. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar capital ou compensar com prejuízos acumulados.

(d) Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu Estatuto Social a Companhia deve distribuir como dividendos mínimos a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, um valor total equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

Dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2002:

	2002
Lucro líquido do exercício	65.774
(-) Constituição da reserva legal	(3.289)
Lucro líquido ajustado	62.485
Distribuição mínima obrigatória (25%)	<u>15.621</u>
JSCP proposto p/ distribuição, líquido do imposto de renda de fonte	14.450
Dividendos complementares	1.171
Realização da reserva especial de dividendos	<u>10.602</u>
Total dos dividendos e JSCP propostos	<u>26.223</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2002

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01763-9	TELE CELULAR SUL PARTICIPAÇÕES S.A.	02.558.115/0001-21

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2002	4 - 31/12/2001	5 - 31/12/2000
1	Ativo Total	895.303	851.708	805.812
1.01	Ativo Circulante	18.859	36.719	16.214
1.01.01	Disponibilidades	8.926	10.942	225
1.01.02	Créditos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	9.933	25.777	15.989
1.01.04.01	Tributos a recuperar	1.414	4.900	3.562
1.01.04.02	Tributos diferidos	7.874	1.522	507
1.01.04.03	Dividendos a Receber	0	859	2.489
1.01.04.04	Juros sobre capital próprio a receber	0	17.664	7.878
1.01.04.05	Outros Ativos	645	832	1.553
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.195	3.964	28.653
1.02.01	Créditos Diversos	1.009	774	725
1.02.01.01	Tributos diferidos	1.009	774	725
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	3.150	3.176	27.928
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	3.150	3.176	27.928
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	36	14	0
1.02.03.01	Outros Ativos	36	14	0
1.03	Ativo Permanente	872.249	811.025	760.945
1.03.01	Investimentos	872.170	810.929	760.837
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	872.170	810.929	760.837
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	79	96	108
1.03.03	Diferido	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2002

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01763-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE CELULAR SUL PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 02.558.115/0001-21
---------------------------	---	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2002	4 - 31/12/2001	5 - 31/12/2000
2	Passivo Total	895.303	851.708	805.812
2.01	Passivo Circulante	47.005	41.025	33.524
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	2.777	2.330	3.122
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	20	854	2.877
2.01.05	Dividendos a Pagar	28.700	22.205	14.508
2.01.05.01	Dividendos	12.285	1.755	9.626
2.01.05.02	Juros sobre capital próprio	16.415	20.450	4.882
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.06.01	Provisão para Contingências	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	5.899
2.01.08	Outros	15.508	15.636	7.118
2.01.08.01	Obrigações trabalhistas	11.943	10.389	6.033
2.01.08.02	Outros Passivos	3.565	5.247	1.085
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.968	2.354	2.207
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	2.968	2.279	2.132
2.02.03.01	Provisão para Complem. de Aposentadoria	2.833	2.239	2.132
2.02.03.02	Provisão para Contingência	135	40	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	0	75	75
2.02.05.01	Recursos Capitalizados	0	75	75
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	845.330	808.329	770.081
2.05.01	Capital Social Realizado	324.666	245.033	175.772
2.05.02	Reservas de Capital	178.062	195.695	205.603
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	342.602	367.601	111.740
2.05.04.01	Legal	23.795	20.506	17.512
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	94.228
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	318.807	347.095	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	276.966



ANEXO 04.10

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TELE CENTRO OESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital autorizado em 31 de dezembro de 1998 é de 700.000.000 mil ações.

O capital social no valor de R\$ 192.065 mil, subscrito e integralizado, compõe-se de 334.399.028 mil ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	31/12/98	28/02/98
AÇÕES ORDINÁRIAS	124.369.031	124.369.031
AÇÕES PREFERENCIAIS	210.029.997	210.029.997
TOTAL	334.399.028	334.399.028
VALOR PATRIMONIAL POR MIL AÇÕES (EM R\$)	1,698142	1,470863

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento de dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor do capital social.

b. Reservas de Lucros

Reserva Legal

A Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. está obrigada pela legislação societária a apropriar 5% de seu lucro anual à Reserva Legal até que esta reserva corresponda a 20% do Capital Social realizado, ou 30% do Capital Social somadas às reservas de capital. Após esses limites as apropriações a essa reserva não são obrigatórias. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumentos de Capital Social ou para absorção de prejuízos.

Reserva de Lucros a Realizar

Representa as receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente, decorrente do saldo dos ajustes dos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada pela baixa de investimentos, quando do recebimento de dividendos/JSCP e outros eventos, em conformidade com as normas da CVM. A realização da reserva é contabilizada na conta de lucros acumulados.

A movimentação da Reservas de Lucros a Realizar :

CISÃO TELEBRÁS	193.285
CONSTITUIÇÃO	73.070
SALDO EM 31/12/98	266.355

c. Dividendos/Juros sobre Capital Próprio

Lucro Líquido do Exercício	136.193
(-) Reserva Legal	6.810
(-) Reserva de Lucros a Realizar	73.070
(+) Lucro Telebrás antes da Cisão	1.348
(=) Lucro Líquido Ajustado	57.661
Dividendos Obrigatórios (25%)	14.415

O Conselho de Administração decidiu pagar Juros sobre Capital Próprio aos seus acionistas no montante de R\$ 60.192 mil dos quais R\$ 14.415 mil foi imputado ao valor do prioritário para as ações preferenciais e ao dividendo obrigatório.

d. Lucros Acumulados

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Art. 202 da Lei 6.404/76, no montante de R\$ 91.275 mil que será retido para aumento de capital para compatibilizar a retenção de lucros a ser efetuada pela controlada para a expansão de sua planta, conforme orçamento de capital a ser apresentado e aprovado pela Assembléia Geral.

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01761-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE CENTRO OESTE CEL PARTICIPACOES S/A	3 - CNPJ 02.558.132/0001-69
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Sqs Qd 02 BI C Ed. Telebrasilãa Celular		2 - BAIRRO OU DISTRITO Asa Sul		
3 - CEP 70719-901	4 - MUNICÍPIO Brasília			5 - UF DF
6 - DDD 0061	7 - TELEFONE 0313-7750	8 - TELEFONE 0000-0000	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEX 00000000
11 - DDD 0061	12 - FAX 0325-2640	13 - FAX 0322-4976	14 - FAX 0000-0000	
15 - E-MAIL				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Mario Cesar Pereira De Araujo				
2 - ENDEREÇO COMPLETO Sqs Qd 02 BI C Ed Telebrasilãa Celular			3 - BAIRRO OU DISTRITO Asa Sul	
4 - CEP 70719-910	5 - MUNICÍPIO Brasília			6 - UF DF
7 - DDD 0061	8 - TELEFONE 0313-7750	9 - TELEFONE 0313-7731	10 - TELEFONE 0000-0000	11 - TELEX 00000000
12 - DDD 0061	13 - FAX 0325-2640	14 - FAX 0322-4679	15 - FAX 0000-0000	
16 - E-MAIL				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/1999	31/12/1999
2 - Penúltimo	28/02/1998	31/12/1998
3 - Antepenúltimo		
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Ernest & Young Auditores Independentes S/c		5 - CÓDIGO CVM 00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Luiz Carlos Nannini		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 038.563.538-95

01761-2 TELE CENTRO OESTE CEL PARTICIPACOES S/A 02.558.132/0001-69

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

TELEMAT CELULAR S/A	245	155
TELE CENTRO OESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	157	
TOTAL	2.136	1.51
TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS PELA SISTEL	187.380	213.92

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital

O Capital autorizado em 31 de dezembro de 1999 é de 2.033.458 mil ações.

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 1999 é de R\$ 303.100 (R\$ 192.065 em 1998), representado por 364.399.028 mil e 334.399.028 mil ações sem valor nominal, respectivamente, assim distribuídas (em milhares de ações):

	31/12/99	31/12/98
ORDINÁRIAS	124.369.030	124.369.031
PREFERENCIAIS	240.029.997	210.029.997
TOTAL	364.339.027	334.399.028
VALOR PATRIMONIAL POR LOTE DE MIL AÇÕES (EM R\$)	2,784472	1,698142

As ações preferenciais da Tele Centro Oeste Celular Participações S.A não tem direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade de reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos não cumulativos.

Em Assembléia Geral Extraordinária da Tele Centro Oeste Celular Participações S/A, realizada em 30 de abril de 1999, foi aprovado o aumento de capital mediante a incorporação de lucros acumulados no montante de R\$ 57.935, sem emissão de novas ações, nos termos do Artigo 169, Parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76 e do Artigo 6º do estatuto Social, passando o capital subscrito e integralizado da Companhia para R\$ 250.000.

A Assembléia Geral Extraordinária da Tele Centro Oeste Celular Participações S/A, de 27 de maio de 1999 aprovou e o Conselho de Administração, em 20 de julho de 1999, homologou o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 53.100, mediante a emissão de 30.000.000.000 (trinta bilhões) ações preferenciais, por subscrição particular, com a integralização à vista, na data da subscrição passando o capital subscrito e integralizado da Companhia para R\$ 303.100.

01761-2 TELE CENTRO OESTE CEL PARTICIPACOES S/A 02.558.132/0001-69

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Reserva de lucros

Reserva legal

A Tele Centro Oeste Celular Participações S/A está obrigada pela legislação societária a apropriar 5% de seu lucro anual à reserva legal até que esta reserva corresponda a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social somadas às reservas de capital. Após esses limites as apropriações a essa reserva não são obrigatórias. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumentos de capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva de lucros a realizar

Representa as receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente, decorrente do saldo dos ajustes dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A reserva é realizada pela baixa de investimentos, quando do recebimento de dividendos ou juros sobre o capital próprio e outros eventos, em conformidade às normas de Comissão de Valores Mobiliários – C.V.M..

A realização da reserva é contabilizada na conta de lucros acumulados.

c) Dividendos/Juros sobre capital próprio

	31/12/99	31/12/98
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	107.293	136.193
(+) REVERSÃO DE RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	124.914	193.285
(-) RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	(101.929)	(124.914)
(-) RESERVA LEGAL	(5.364)	(6.810)
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO AJUSTADO	124.914	197.754
DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS (25%)	31.229	49.439

O Conselho de Administração decidiu imputar juros sobre capital próprio aos seus acionistas no montante de R\$ 36.500, dos quais R\$ 31.229, foi imputado ao valor do prioritário para as ações preferenciais e ao dividendo obrigatório.

c) Lucros acumulados

O saldo remanescente de lucro acumulados, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 263.195 em 31 de dezembro de 1999 (R\$ 232.716 em 1998),

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01761-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE CENTRO OESTE CEL PARTICIPACOES S/A	3 - CNPJ 02.558.132/0001-69
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Sqs Qd 02 BI C Ed. Telebrasilíia Celular		2 - BAIRRO OU DISTRITO Asa Sul		
3 - CEP 70302-916	4 - MUNICÍPIO Brasília			5 - UF DF
6 - DDD 0061	7 - TELEFONE 0313-7750	8 - TELEFONE 0000-0000	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEX 00000000
11 - DDD 0061	12 - FAX 0325-2640	13 - FAX 0322-4976	14 - FAX 0000-0000	
15 - E-MAIL				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Mario Cesar Pereira De Araujo				
2 - ENDEREÇO COMPLETO Sqs Qd 02 BI C Ed Telebrasilíia Celular			3 - BAIRRO OU DISTRITO Asa Sul	
4 - CEP 70302-916	5 - MUNICÍPIO Brasília			6 - UF DF
7 - DDD 0061	8 - TELEFONE 0313-7750	9 - TELEFONE 0313-7730	10 - TELEFONE 0000-0000	11 - TELEX 00000000
12 - DDD 0061	13 - FAX 0321-5500	14 - FAX 0325-2640	15 - FAX 0000-0000	
16 - E-MAIL				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2000	31/12/2000
2 - Penúltimo	01/01/1999	31/12/1999
3 - Antepenúltimo	28/02/1998	31/12/1998
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Ernest & Young Auditores Independentes S/c		5 - CÓDIGO CVM 00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Luiz Carlos Nannini		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 038.563.538-95

01761-2 TELE CENTRO OESTE CEL PARTICIPACOES S/A 02.558.132/0001-69

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27. Patrimônio líquido

a) Capital

O Capital autorizado em 31 de dezembro de 2000 e 1999 é de 700.000.000 mil ações.

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2000 é de R\$ 303.000 (R\$ 303.100 em 1999), representado por 364.399.028 mil ações sem valor nominal, assim distribuídas (em milhares de ações):

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Ordinárias	124.369.031	124.369.031
Preferenciais	240.029.997	240.029.997
	<u>364.399.028</u>	<u>364.399.028</u>
Valor patrimonial por lote de mil ações (em R\$)	2,459935	2,209325

As ações preferenciais da Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. não tem direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade de reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos não cumulativos.

A Assembléia Geral Extraordinária da Tele Centro Oeste Celular Participações S.A., de 30 de outubro de 2000 aprovou e o Conselho de Administração, homologou a cisão-parcial da Companhia, reduzindo seu capital subscrito de R\$ 303.100 para R\$ 303.000, aumentando o capital de suas controladas (exceto Norte Brasil Telecom S.A.) no valor de R\$ 5 (cinco reais) para cada e o restante para aumento da reserva de capital.

b) Reserva especial

Esta reserva foi constituída a partir da cisão-parcial da Companhia. Refere-se ao ágio pago quando da aquisição pela BID (e posteriormente registrado na Coverage, empresa incorporada pela TCO). Esta operação foi registrada em conta específica do ativo permanente em contrapartida da conta de reserva especial, constante do patrimônio líquido. Esta reserva está reduzida pela provisão para manutenção da integridade do patrimônio conforme Instrução nº. 349 da CVM de 06 de março de 2001.

01761-2 TELE CENTRO OESTE CEL PARTICIPACOES S/A 02.558.132/0001-69

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reservas de lucros

Reserva legal

A Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. está obrigada pela legislação societária a apropriar 5% de seu lucro anual à reserva legal até que esta reserva corresponda a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social somadas às reservas de capital. Após esses limites as apropriações a essa reserva não são obrigatórias. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumentos de capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva de lucros a realizar

Representa as receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente, decorrentes do saldo dos ajustes dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A reserva é realizada pela baixa de investimentos, quando do recebimento de dividendos ou juros sobre o capital próprio e outros eventos, em conformidade às normas de Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A realização da reserva é contabilizada na conta de lucros acumulados.

d) Dividendos/juros sobre capital próprio

	2000	1999
Lucro líquido do exercício	129.319	110.681
(+) Reversão de reserva de lucros a realizar	105.147	124.914
(-) Reserva de lucros a realizar	(97.675)	(105.147)
(-) Reserva legal	(6.466)	(5.534)
(=) Lucro líquido do exercício ajustado	130.325	124.914
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	32.581	31.229
Ações ordinárias	11.120	10.658
Ações preferenciais	21.461	20.571
Valor do dividendos por lote de mil ações - R\$	0,089	0,086

01761-2 TELE CENTRO OESTE CEL PARTICIPACOES S/A 02.558.132/0001-69

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27. Patrimônio líquido--Continuação

Por determinação da Administração, em 31 de dezembro de 2000 foram creditados aos seus acionistas juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 19.245 (R\$ 0,05281 por lote de mil ações) com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, resultando em R\$ 16.358 (R\$ 0,04489 por lote de mil ações) de acordo com a Lei nº 9.249/95, sendo proposto à Assembléia Geral que respectivos juros líquidos do imposto de renda, quando devido sejam compensados no valor do dividendo obrigatório.

	2000	1999
Ações ordinárias	6.569	12.457
Ações preferenciais	12.676	24.043
Imposto de renda na fonte	(2.887)	(5.475)
	<u>16.358</u>	<u>31.025</u>

Adicionalmente foram propostos dividendos no montante de R\$ 18.642 em 31 de dezembro de 2000, assim distribuídos:

	2000	1999
Ações ordinárias	6.363	-
Ações preferenciais	12.279	-
	<u>18.642</u>	<u>-</u>

e) Lucros acumulados

O saldo remanescente de lucros acumulados, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, no montante de 355.633 (R\$ 263.195 em 31 de dezembro de 1999), será destinado a investimentos futuros, de acordo com orçamento de capital a ser apresentado à Assembléia Geral.

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01761-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TCO CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	3 - CNPJ 02.558.132/0001-69
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO SCS QD 02 BL C ED. TELEBRASILIA CELULAR		2 - BAIRRO OU DISTRITO ASA SUL		
3 - CEP 70302-916	4 - MUNICÍPIO BRASILIA			5 - UF DF
6 - DDD 061	7 - TELEFONE 313-7750	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX
11 - DDD 061	12 - FAX 325-2640	13 - FAX 322-4976	14 - FAX -	
15 - E-MAIL				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME MARIO CESAR PEREIRA DE ARAUJO				
2 - ENDEREÇO COMPLETO SCS QD 02 BL C ED TELEBRASILIA CELULAR			3 - BAIRRO OU DISTRITO ASA SUL	
4 - CEP 70302-916	5 - MUNICÍPIO BRASILIA			6 - UF DF
7 - DDD 061	8 - TELEFONE 313-7750	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX
12 - DDD 061	13 - FAX 325-2640	14 - FAX 322-4679	15 - FAX -	
16 - E-MAIL				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2001	31/12/2001
2 - Penúltimo	01/01/2000	31/12/2000
3 - Antepenúltimo	01/01/1999	31/12/1999
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/C		5 - CÓDIGO CVM 00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO LUIZ CARLOS NANNINI		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 038.563.538-95

01761-2 TCO CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A 02.558.132/0001-69

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23. Plano de pensão--Continuação

Durante o exercício de 2001, a Companhia efetuou contribuições aos Planos PBS-TCO e TCO Prev no montante de R\$ 552 (R\$ 243 em 2000) e R\$ 2.561 no consolidado (R\$ 2.087 em 2000).

24. Patrimônio líquido

a) Capital

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2001 e 2000 é de 700.000.000 mil ações.

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2001 é de R\$ 505.000 (R\$ 303.000 em 2000), representado por 366.463.335 mil ações (364.399.028 mil ações em 2000) sem valor nominal, assim distribuídas (em milhares de ações):

	2001	2000
Ordinárias	126.433.338	124.369.031
Preferenciais	240.029.997	240.029.997
	366.463.335	364.399.028
Valor patrimonial por lote de mil ações (em R\$)	2,756551	2,459935

As ações preferenciais da Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade de reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos não cumulativos.

A Assembléia Geral Extraordinária da Tele Centro Oeste Celular Participações S.A., de 30 de outubro de 2000 aprovou e o Conselho de Administração, homologou a cisão-parcial da Companhia, reduzindo seu capital subscrito de R\$ 303.100 para R\$ 303.000, aumentando o capital de suas controladas (exceto Norte Brasil Telecom S.A.) no valor de R\$ 5 (cinco reais) para cada e o restante para aumento da reserva de capital.

01761-2 TCO CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

02.558.132/0001-69

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital--Continuação

Em reunião realizada em 22 de junho de 2001, o Conselho de Administração da Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. deliberou sobre a aquisição, por seu valor de mercado, de até 28.150.000.000 ações de emissão da Companhia, sendo 4.750.000.000 ações ordinárias e 23.400.000.000 ações preferenciais, representativas de até 10% das ações ordinárias em circulação e de até 10% das ações preferenciais em circulação, para cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação, sem redução do Capital Social.

Em 27 de agosto de 2001 a Assembléia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital da Companhia de R\$ 319.618 para R\$ 505.000 através da capitalização de lucros acumulados no montante de R\$ 185.382, sem emissão de novas ações.

b) Reserva especial de ágio

Esta reserva foi constituída a partir da cisão-parcial da Companhia. Refere-se ao ágio pago quando da aquisição pela BID S.A. (e posteriormente registrado na Coverage Participações S.A., empresa incorporada pela Tele Centro Oeste Celular Participações S.A.). Esta operação foi registrada em conta específica do ativo permanente em contrapartida da conta de reserva especial, constante do patrimônio líquido. Esta reserva está reduzida pela provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

Foi constituída nos termos da legislação societária, na base de 5% de seu lucro líquido observando o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social somadas às reservas de capital. Após esses limites as apropriações a essa reserva não são obrigatórias. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumentos de capital social ou para absorção de prejuízos.

01761-2 TCO CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A 02.558.132/0001-69

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. Patrimônio líquido--Continuação

Reserva de lucros a realizar

Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia não constituiu reserva de lucros a realizar, uma vez que não houve parcela do dividendo obrigatório excedente ao montante do lucro realizado, considerando que a constituição dessa reserva tem por finalidade postergar o pagamento do dividendo mínimo obrigatório até o exercício em que os lucros a realizar, decorrentes do saldo dos ajustes dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sejam financeiramente realizados.

d) Dividendos/juros sobre o capital próprio

	2001	2000
Lucro líquido do exercício	208.104	129.319
(+) Reversão de reserva de lucros a realizar	97.675	105.147
(-) Reserva de lucros a realizar	-	(97.675)
(-) Reserva legal	(10.405)	(6.466)
(=) Lucro líquido do exercício ajustado	295.374	130.325
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	73.844	32.581
Ações ordinárias	25.477	11.120
Ações preferenciais	48.367	21.461
Valor do dividendos por lote de mil ações - R\$	0,202	0,089

Por determinação da Administração, no exercício de 2001 foram creditados aos seus acionistas juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 40.000 (R\$ 0,109353 por lote de mil ações) com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, resultando em R\$ 34.000 (R\$ 0,092950 por lote de mil ações), sendo proposto à Assembléia Geral que os juros líquidos do imposto de renda, quando devido sejam compensados no valor do dividendo mínimo obrigatório, como segue:

	2001	2000
Ações ordinárias	13.775	6.569
Ações preferenciais	26.225	12.676
Imposto de renda na fonte	(6.000)	(2.887)
	34.000	16.358

01761-2 TCO CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

02.558.132/0001-69

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos/juros sobre o capital próprio--Continuação

Adicionalmente foram propostos dividendos no montante de R\$ 40.500 em 31 dezembro de 2001 (R\$ 18.642 em 2000), assim distribuídos:

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Ações ordinárias	13.932	6.363
Ações preferenciais	26.568	12.279
	<u>40.500</u>	<u>18.642</u>

As ações em tesouraria não fazem parte do cálculo dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio.

e) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2001, as ações em tesouraria totalizavam 336.900 mil ações preferenciais e 747.178 mil ações ordinárias.

O valor de mercado destas ações no encerramento do exercício era de R\$ 7,93 por lote de mil ações para as ordinárias e R\$ 5,33 por lote de mil ações para as preferenciais, de acordo com a cotação de 28 de dezembro de 2001.

As ações preferenciais foram adquiridas ao custo mínimo por lote de mil ações de R\$ 4,38 e máximo de R\$ 5,86.

As ações ordinárias foram adquiridas entre o custo de R\$ 4,24 e R\$ 8,50.

f) Lucros acumulados

O saldo remanescente de lucros acumulados, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 383.609 em 31 dezembro de 2001 (R\$ 355.633 em 2000), será destinado a investimentos futuros, de acordo com orçamento de capital a ser apresentado à Assembléia Geral.

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01761-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TCO CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	3 - CNPJ 02.558.132/0001-69
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO SQS QD 02 BL C ED. TELEBRASILIA CELULAR		2 - BAIRRO OU DISTRITO ASA SUL		
3 - CEP 70302-916	4 - MUNICÍPIO BRASILIA			5 - UF DF
6 - DDD 061	7 - TELEFONE 313-7750	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX
11 - DDD 061	12 - FAX 325-2640	13 - FAX 322-4976	14 - FAX -	
15 - E-MAIL				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME SERGIO ASSENÇO DOS SANTOS				
2 - ENDEREÇO COMPLETO SQS QD 02 BL C ED TELEBRASILIA CELULAR			3 - BAIRRO OU DISTRITO ASA SUL	
4 - CEP 70302-916	5 - MUNICÍPIO BRASILIA			6 - UF DF
7 - DDD 061	8 - TELEFONE 313-7750	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX
12 - DDD 061	13 - FAX 325-2640	14 - FAX 322-4679	15 - FAX -	
16 - E-MAIL				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2002	31/12/2002
2 - Penúltimo	01/01/2001	31/12/2001
3 - Antepenúltimo	01/01/2000	31/12/2000
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/C		5 - CÓDIGO CVM 00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO LUIZ CARLOS NANNINI		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 038.563.538-95

01761-2 TCO CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A 02.558.132/0001-69

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. Patrimônio líquido

a) Capital

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2002 e 2001 é de 700.000.000 mil ações.

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2002 é de R\$ 534.046 (R\$ 505.000 em 2001), representado por 379.200.036 mil ações (366.463.335 mil ações em 2001) sem valor nominal, assim distribuídas (em milhares de ações):

	2002	2001
Ordinárias	126.433.338	126.433.338
Preferenciais	252.766.698	240.029.997
	379.200.036	366.463.335
Valor patrimonial por lote de mil ações (em R\$)	3,213404	2,756551

As ações preferenciais da Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade de reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos não cumulativos. Estas ações adquirirão o direito a voto se a Companhia, por um prazo de três anos consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus nos termos do Estatuto Social.

Em 26 de abril de 2002, os acionistas minoritários da Telebrasil Celular S.A., transferiram de acordo com o protocolo de incorporação, suas ações para a Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. aumentando assim o capital social.

b) Reserva especial de ágio

Esta reserva foi constituída a partir da cisão-parcial da Companhia. Refere-se ao ágio pago quando da aquisição pela BID S.A. (e posteriormente registrado na Coverage Participações S.A., empresa incorporada pela Tele Centro Oeste Celular Participações S.A.). Esta operação foi registrada em conta específica do ativo permanente em contrapartida da conta de reserva especial, constante do patrimônio líquido. Esta reserva está reduzida pela provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

Foi constituída nos termos da legislação societária, na base de 5% de seu lucro líquido observando o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social somadas às reservas de capital. Após esses limites as apropriações a essa reserva não são obrigatórias. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumentos de capital social ou para absorção de prejuízos.

01761-2 TCO CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

02.558.132/0001-69

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. Patrimônio líquido - continuação

Reserva de lucros a realizar

Em 31 de dezembro de 2002, a Companhia não constituiu reserva de lucros a realizar, uma vez que não houve parcela do dividendo obrigatório excedente ao montante do lucro realizado, considerando que a constituição dessa reserva tem por finalidade postergar o pagamento do dividendo mínimo obrigatório até o exercício em que os lucros a realizar, decorrentes do saldo dos ajustes dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sejam financeiramente realizados.

Reserva de lucros retidos para expansão artigo 196 da lei nº 6.404/76

A Administração conforme previsto no artigo 196 da lei nº 6.404/76, proporá à assembléia geral ordinária a constituição de reserva de lucros retidos na valor de R\$ 219.225 referente ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após destinação da reserva legal e dividendos, que será destinado a investimentos futuros, de acordo com orçamento de capital a ser aprovado pela assembléia geral.

Adicionalmente, a Administração remeterá à aprovação da assembléia geral ordinária que o saldo remanescente de lucros retidos em 2001, no valor de R\$ 44.252, que não foi utilizado em investimentos, decorrente principalmente da não implantação do "Overlay" conforme previsto no orçamento de capital de 2002, seja transferido para lucros retidos para expansão, o qual será aplicado com base em orçamento de capital de 2003 nos termos do estatuto social da companhia. A decisão de postergação do "Overlay" foi baseada nas condições de mercado, regulatórias e nas perspectivas de consolidação das empresas de telefonia móvel que somente se mostraram adequadas para uma decisão de investimento deste vulto no começo de 2003.

d) Dividendos/juros sobre o capital próprio

Em 20 de dezembro de 2002, tendo em vista a redação do artigo 17 da lei nº 6.404/76, conforme alterações introduzidas pela lei nº 10.303/2001, a Assembléia Geral de Acionistas aprovou modificações nas regras de pagamento dos dividendos das ações preferenciais da Companhia, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, igual ao maior entre os seguintes valores :

01761-2 TCO CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

02.558.132/0001-69

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. Patrimônio líquido - continuação

d) Dividendos/juros sobre o capital próprio - continuação

I - 6% ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo total de ações da Companhia;
 e

1 = Capital Social	534.046
2 = Ações ordinárias (Quantidade)	126.433.338
3 = Ações preferenciais (Quantidade)	252.766.698
4 = Ações em Tesouraria (Quantidade)	(5.791.394)
Ordinárias	(5.791.394)
Preferenciais	-
5 = 2 + 3 - 4 (Quantidade líquida de ações)	373.408.643
6 = 1 / 5 > Valor Básico	0,001430
7 = 6 * 6%	0,000086
8 = 6 * 3 (preferencial líquido de ações em tesouraria)	21.690
9 = 6 * 2 (ordinária líquido de ações em tesouraria)	10.352
Total a destinar	32.042
Juros sobre capital próprio destinado líquido de imposto de renda	(79.474)
Excedente	(47.431)

II - 3% do valor do Patrimônio Líquido da ação

1 = Patrimônio líquido (sem reserva especial de ágio e ações em tesouraria)	1.197.329
2 = Ações ordinárias (Quantidade)	126.433.338
3 = Ações preferenciais (Quantidade)	252.766.698
4 = Ações em Tesouraria (Quantidade)	(5.791.394)
Ordinárias	(5.791.394)
Preferenciais	-
5 = 2 + 3 - 4 (Quantidade líquida de Ações)	373.408.643
6 = Valor patrimonial líquido da ação	0,003206
7 = 6 * 3%	0,000096
8 = 6 * 3 (preferencial líquido de ações em tesouraria)	24.315
9 = 6 * 2 (ordinária líquido de ações em tesouraria)	11.605
Total a destinar	35.920
Juros sobre capital próprio destinado líquido de imposto de renda	(79.474)
Excedente	(43.554)

01761-2 TCO CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

02.558.132/0001-69

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. Patrimônio líquido - continuação

d) Dividendos/juros sobre o capital próprio - continuação

III - Dividendo mínimo obrigatório 25%.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, sendo este aumentado até o montante necessário para o pagamento do dividendo prioritário das ações preferenciais. Demonstramos a seguir a forma do cálculo dos dividendos:

	2002	2001
Lucro líquido do exercício	329.183	208.104
(+) Reversão de reserva de lucros a realizar	-	97.675
(-) Reserva legal	(16.459)	(10.405)
(=) Lucro líquido do exercício ajustado	312.724	295.374
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	78.181	73.844
Ações ordinárias	26.068	25.477
Ações preferenciais	52.113	48.367
Valor do dividendos por lote de mil ações - R\$	0,206	0,202

Por determinação da Administração, no exercício de 2002 foram creditados aos seus acionistas juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 93.499 (R\$ 0,246569 por lote de mil ações) com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, resultando em R\$ 79.474 (R\$ 0,209584 por lote de mil ações), sendo proposto à Assembléia Geral que os juros líquidos do imposto de renda, quando devido sejam compensados no valor do dividendo mínimo obrigatório, como segue:

	2002	2001
Ações ordinárias	30.208	13.775
Ações preferenciais	63.291	26.225
Imposto de renda na fonte	(14.025)	(6.000)
	79.474	34.000

Em 2002 não foram propostos dividendos em função do juros sobre capital próprio destinados, serem maior que mínimo obrigatório:

	2002	2001
Ações ordinárias	-	13.932
Ações preferenciais	-	26.568
	-	40.500

As ações em tesouraria não fazem parte do cálculo dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio.

01761-2 TCO CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

02.558.132/0001-69

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. Patrimônio líquido - continuação

e) Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 08 de novembro de 2002, o Conselho de Administração da Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. em continuidade às resoluções tomadas em 22 de junho de 2001, 25 de setembro de 2001 e 26 de dezembro de 2001, respectivamente, deliberou sobre a aquisição, por seu valor de mercado, de até 23.334.500 mil ações de emissão da Companhia, sendo 1.670.000 mil ações ordinárias e 21.664.500 mil ações preferenciais, representativas de até 10% das ações ordinárias em circulação e de até 10% das ações preferenciais em circulação, para cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação, sem redução do capital social.

As ações mantidas em tesouraria em 31 de dezembro de 2002, totalizavam 5.791.394 mil ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2001, as ações em tesouraria totalizavam 336.900 mil ações preferenciais e 747.178 mil ações ordinárias.

O valor de mercado das ações ordinárias no encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2002, era de R\$ 9,15 por lote de mil ações.

As ações ordinárias foram adquiridas entre o custo de R\$ 4,20 e R\$ 9,01 por lote de mil ações, ao custo médio ponderado de R\$8,29.

As ações preferenciais foram adquiridas entre o custo de R\$ 2,26 e R\$ 5,86 por lote de mil ações, ao custo médio ponderado de R\$ 4,20.

Durante o exercício de 2002, a Companhia vendeu 3.610.300 mil ações preferenciais no total de R\$ 13.616 ao custo médio de R\$ 2,7117 e preço médio de venda R\$ 3,7715, por lote de mil ações, resultando num ágio de R\$ 3.826 o qual foi contabilizado como reserva de capital.

f) Lucros acumulados

A Administração proporá à assembléia geral ordinária que o saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 2002 de R\$ 219.225, seja transferido para lucros retidos para expansão o qual será aplicado com base em orçamento de capital nos termos do estatuto social da companhia.

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 2001 de R\$ 214.874 teve sua retenção aprovada na assembléia geral ordinária de abril de 2002 com base em orçamento de capital.

O saldo remanescente de lucros retidos em 2001 no valor de R\$ 44.252 será remetido à apreciação da assembléia geral ordinária conforme descrito anteriormente no item c) (Reservas de lucros retidos para expansão artigo 196 da lei nº 6.404/76) desta nota.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01761-2	TCO CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	02.558.132/0001-69

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2002	4 - 31/12/2001	5 - 31/12/2000
1	Ativo Total	1.834.436	1.288.753	1.192.687
1.01	Ativo Circulante	454.877	199.735	100.017
1.01.01	Disponibilidades	11.820	378	9.775
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	3.936	378	134
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	7.884	0	9.641
1.01.02	Créditos	427.593	190.083	83.014
1.01.02.01	Tributos Diferidos e a Recuperar	57.307	47.476	30.350
1.01.02.02	Títulos e valores mobiliários	224.254	0	8.289
1.01.02.03	Contas a receber serviço	61.489	6	5
1.01.02.04	Dividendos/Juros s/Capital Proprio	50.486	141.788	44.370
1.01.02.05	Créd. decorrentes de contratos de "swap"	34.057	813	0
1.01.03	Estoques	11.318	0	0
1.01.04	Outros	4.146	9.274	7.228
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	81.687	8.067	1.273
1.02.01	Créditos Diversos	69.758	0	0
1.02.01.01	Tributos Diferidos e a Recuperar	11.667	0	0
1.02.01.02	Depósitos judiciais	12.156	0	0
1.02.01.03	Créd. decorrentes de contratos de "swap"	5.709	0	0
1.02.01.04	Adiantamento para aquisições de ações	40.226	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	10.617	8.052	1.262
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	10.617	8.052	1.262
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	1.312	15	11
1.03	Ativo Permanente	1.297.872	1.080.951	1.091.397
1.03.01	Investimentos	1.061.288	1.078.217	1.088.217
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	236.584	2.734	3.180
1.03.02.01	Imobilizado , líquido	236.584	2.734	3.180
1.03.03	Diferido	0	0	0
1.03.03.01	Diferido, líquido	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01761-2	TCO CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	02.558.132/0001-69

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2002	4 - 31/12/2001	5 - 31/12/2000
2	Passivo Total	1.834.436	1.288.753	1.192.687
2.01	Passivo Circulante	410.204	188.078	237.660
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	246.555	91.003	191.927
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	30.391	1.692	791
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	26.961	658	2.005
2.01.04.02	Tributos Indiretos	26.961	658	2.005
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	106.297	94.725	42.937
2.01.08.01	Pessoal, Encargos, Benefícios Sociais	5.182	1.541	1.788
2.01.08.03	Participação no resultados	94.828	82.643	40.844
2.01.08.04	Outras Obrigações	6.287	10.541	305
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	205.709	90.500	58.629
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	78.715	15.605	0
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	94.639	71.862	58.503
2.02.03.01	Provisões para Contingencia	94.639	71.862	58.503
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	31.410	2.907	0
2.02.04.01	Empréstimos com sociedades ligadas	31.410	2.907	0
2.02.05	Outros	945	126	126
2.02.05.01	Recursos Capitalizáveis	945	126	126
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.218.523	1.010.175	896.398
2.05.01	Capital Social Realizado	534.046	505.000	303.000
2.05.01.01	Capital Social	534.046	505.000	303.000
2.05.02	Reservas de Capital	114.380	87.825	109.928
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	322.165	40.567	127.837
2.05.04.01	Legal	58.688	40.567	30.162
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	97.675
2.05.04.05	Retenção de Lucros	263.477	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	247.932	376.783	355.633



ANEXO 04.11

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/1998

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01760-4	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE NORTE CELULAR PARTIC. SA	3 - CNPJ 02.558.154/0001-29
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Snc - Qd - 3 Blc. A Sobre Loja		2 - BAIRRO OU DISTRITO Asa Norte		
3 - CEP 70713-000	4 - MUNICÍPIO Brasilia			5 - UF DF
6 - DDD 0061	7 - TELEFONE 0327-5600	8 - TELEFONE 0000-0000	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEX 00000000
11 - DDD 0061	12 - FAX 0327-5626	13 - FAX 0000-0000	14 - FAX 0000-0000	
15 - E-MAIL				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Márcio Kaiser				
2 - ENDEREÇO COMPLETO Snc - Qd 3 Blc. A Sobre Loja			3 - BAIRRO OU DISTRITO Asa Norte	
4 - CEP 70713-000	5 - MUNICÍPIO Brasilia			6 - UF DF
7 - DDD 0061	8 - TELEFONE 0327-5600	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEFONE 0000-0000	11 - TELEX 00000000
12 - DDD 0061	13 - FAX 0327-5626	14 - FAX 0000-0000	15 - FAX 0000-0000	
16 - E-MAIL				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/1998	31/12/1998
2 - Penúltimo	01/01/1997	31/12/1997
3 - Antepenúltimo		
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR		5 - CÓDIGO CVM -
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO -

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS		
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas		Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		DATA-BASE - 31/12/1998
01760-4	TELE NORTE CELULAR PARTIC. SA	02.558.154/0001-29

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo apresentam a seguinte natureza:

	<u>Consolidado – R\$ mil</u>
Imposto de renda diferido:	
Provisão para devedores duvidosos	9.119
Provisão para perda na realização de ativos imobilizados	4.058
Provisão para contingências	2.165
Outros	1.897
	<u>17.239</u>
Contribuição social diferida:	
Provisão para devedores duvidosos	2.925
Provisão para perda na realização de ativos imobilizados	1.299
Provisão para contingências	724
Outros	601
	<u>5.549</u>
	<u>22.788</u>
Menos: parcela classificada no longo prazo	<u>(8.246)</u>
Parcela classificada no circulante	<u>14.542</u>

10. Patrimônio Líquido

a. Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado da controladora está dividido em 124.369.031 mil ações ordinárias e 210.029.997 mil ações preferenciais, sem valor nominal. O capital autorizado da controladora é de 700.000.000 mil ações.

As ações preferenciais da controladora não dão direito a voto, exceto nos casos previstos no estatuto social, sendo à elas assegurada prioridade no reembolso de capital sem prêmio e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Companhia.

01760-4 TELE NORTE CELULAR PARTIC. SA 02.558.154/0001-29

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. Patrimônio Líquido - Continuação

b. Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital.

c. Reserva de lucros a realizar

Do total desta reserva, R\$ 59.264 mil foi originado quando da cisão da Telebrás, onde representava receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente. Tendo em vista não ser possível determinar o montante de realização, o saldo desta reserva deverá ser destinado para futuro aumento de capital, distribuição de dividendos ou retenção para aplicação na expansão das operações, conforme deliberação da próxima assembléia de acionistas.

Do lucro do exercício de 1998, o montante de R\$ 30.008 mil foi apropriado à essa reserva em função de serem decorrentes de lucros formados por equivalência patrimonial e, portanto, não realizados financeiramente. A realização desse montante está condicionada ao recebimento de dividendos das controladas.

d. Lucros acumulados

Por decisão da Administração, o saldo desta conta no montante de R\$ 32.080 mil, será aplicado na modernização e expansão do sistema de telefonia celular com base em orçamento a ser aprovado em assembléia de acionistas.

e. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o estatuto.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
 Legislação Societária
 DATA-BASE - 31/12/1998

01760-4 TELE NORTE CELULAR PARTIC. SA 02.558.154/0001-29

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. Patrimônio Líquido - Continuação

e. Dividendos - Continuação

Em 31 de dezembro de 1998, os dividendos foram calculados de acordo com o estatuto social pelo percentual de 6% do capital social conforme abaixo:

	número de ações	R\$ mil
Capital social integralizado:		
Ações ordinárias	124.369.031	21.477
Ações preferenciais	210.029.997	36.272
	334.399.028	57.749
Base de cálculo: capital das ações preferenciais		36.272
Dividendos mínimos para as ações preferenciais		2.176
Menos: juros sobre capital próprio imputado ao dividendo mínimo obrigatório		(1.094)
		1.082
Juros sobre o capital próprio:		
Juros sobre o capital próprio		2.047
Imposto de renda na fonte sobre juros sobre capital próprio		(307)
		1.740
Juros sobre o capital próprio para ações (R\$ 0,005 por mil ações):		
Preferenciais		1.094
Ordinárias		646
		1.740

Os dividendos relativos às ações de emissão das controladas serão pagos obrigatoriamente, à razão de 25% do lucro líquido ajustado, atendendo-se a prioridade das ações preferenciais de classe B e C, atribuindo-se às ações preferenciais de classe A um valor que supere, em 10%, o valor a ser pago às ações ordinárias. As demais ações preferenciais das controladas gozam de prioridade no reembolso de capital sem prêmio e dividendos mínimos de 6% a 8% do capital social ao ano.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/1999

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01760-4	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE NORTE CELULAR PARTIC. SA	3 - CNPJ 02.558.154/0001-29
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Scn - Qd.03 - Bl. A 2º Andar Sala 210		2 - BAIRRO OU DISTRITO Asa Norte	
3 - CEP 70710-500	4 - MUNICÍPIO Brasilia		5 - UF DF
6 - DDD 0061	7 - TELEFONE 0327-5529	8 - TELEFONE 0000-0000	9 - TELEFONE 0000-0000
10 - TELEX 00000000			
11 - DDD 0061	12 - FAX 0327-5834	13 - FAX 0000-0000	14 - FAX 0000-0000
15 - E-MAIL			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME João Cox Neto			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Scn Qd. 03 - Bl. A Sobre Loja		3 - BAIRRO OU DISTRITO Asa Norte	
4 - CEP 70713-000	5 - MUNICÍPIO Brasilia		6 - UF DF
7 - DDD 0061	8 - TELEFONE 0429-5600	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEFONE 0000-0000
11 - TELEX 0000000			
12 - DDD 0061	13 - FAX 0429-5626	14 - FAX 0000-0000	15 - FAX 0000-0000
16 - E-MAIL			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/1999	31/12/1999
2 - Penúltimo	01/03/1998	31/12/1998
3 - Antepenúltimo		
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Ernst & Young Auditores Independentes S/c		5 - CÓDIGO CVM 00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Paulo José Machado		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 014.319.648-08

01760-4 TELE NORTE CELULAR PARTICIPACOES S.A 02.558.154/0001-29

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA
 CONTROLADORA E CONSOLIDADAS -- Continuação**
Exercício e Período de dez meses findos em 31 de dezembro de 1999 e 1998, respectivamente
(Em milhares de reais)

9. Provisão para Contingências

	1999	1998
ICMS sobre assinatura mensal, habilitação e outros serviços	7.354	6.149
Outras contingências	2.688	2.894
	<u>10.042</u>	<u>9.043</u>

A Administração das controladas, suportada por seus consultores tributários, entende que o ICMS incide apenas sobre serviços de telecomunicações e, portanto, sua incidência sobre assinatura mensal, habilitação ou outros serviços é ilegal por não se constituírem em serviços de telecomunicações. Desta forma, cada Controlada, individualmente, vem tomando medidas judiciais com o objetivo de contestar essa tributação, sendo que em algumas localidades, os valores vem sendo depositados judicialmente. Baseado na recomendação de seus consultores legais, as controladas decidiram, conservadoramente, registrar provisão para contingências. As provisões acima estão líquidas de depósitos judiciais no montante de R\$ 15.501.

10. Patrimônio Líquido

a. Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado de R\$ 57.749 está dividido em 334.399.027 mil ações, sendo 124.369.030 mil ações ordinárias e 210.029.997 mil ações preferenciais, sem valor nominal. O capital autorizado da Companhia é de 700.000.000 mil ações.

As ações preferenciais da Companhia não dão direito a voto, exceto nos casos previstos no Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital sem prêmio e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Companhia.

01760-4 TELE NORTE CELULAR PARTICIPACOES S.A

02.558.154/0001-29

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS -- Continuação Exercício e Período de dez meses findos em 31 de dezembro de 1999 e 1998, respectivamente (Em milhares de reais)

10. Patrimônio Líquido -- Continuação

b. Reserva de capital

O ágio decorrente da reorganização, mencionada na Nota 7, foi registrado integralmente em contrapartida a reserva de capital - reserva especial de ágio, de acordo com a Instrução CVM 319/99, sendo que a parcela correspondente ao benefício fiscal efetivo será capitalizada anualmente, em proveito do acionista controlador, com emissão de ações ordinárias e preferenciais, nas mesmas proporções à época existentes no capital social. Será observado, quanto ao preço de emissão, um dos critérios estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76. Aos acionistas minoritários será assegurado o direito de preferência na aquisição das ações emitidas, na forma do artigo 171, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a medida em que seja necessário, a parcela restante da reserva especial de ágio poderá vir a ser capitalizada em benefício de todos os acionistas da Companhia, mediante a emissão de ações preferenciais resgatáveis, para assegurar a todos os acionistas o recebimento de rendimento igual àquele que lhe seria pago, no período, como dividendo, se não tivesse havido a amortização do ágio.

c. Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital.

d. Reserva de lucros a realizar

Esta reserva foi originada quando da cisão da Telebrás, onde representava receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente, e está sendo realizada em dez anos, ao final de cada exercício social, a partir de 1998. Este prazo está condizente com o tempo remanescente do período de concessão, sendo considerado suficiente para recuperar o valor dos investimentos que tem sido feitos e continuarão a ser feitos no projeto de expansão da capacidade de atendimento aos clientes.

e. Lucros acumulados

Por decisão da Administração, o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 22.785, será mantido na conta de lucros acumulados, cujo saldo final de R\$ 81.236, será aplicado na modernização e expansão do sistema de telefonia celular com base em orçamento a ser aprovado em Assembléia de Acionistas.

01760-4 TELE NORTE CELULAR PARTICIPACOES S.A 02.558.154/0001-29

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS -- Continuação Exercício e Período de dez meses findos em 31 de dezembro de 1999 e 1998, respectivamente (Em milhares de reais)

10. Patrimônio Líquido -- Continuação

f. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, sendo este aumentado até o montante necessário para pagamento do dividendo mínimo prioritário das ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 1999 e 1998, os dividendos, incluindo juros sobre capital próprio, já líquidos do imposto de renda, foram calculados da seguinte forma:

	1999	1998
Capital social	57.749	57.749
Participação das ações preferenciais	62,81%	62,81%
	36.271	36.271
% dividendo mínimo prioritário (artigo 11 do Estatuto Social)	6%	6%
Dividendo mínimo obrigatório das ações preferenciais	2.176	2.176
Lucro líquido do exercício	24.923	39.814
(+) Lucro referente a janeiro e fevereiro/98 - cisão TELEBRÁS	-	388
(-) Reserva legal	(1.246)	(2.010)
(+) Reversão do efeito líquido do ágio	777	-
(+) Realização da reserva de lucros a realizar	5.926	5.926
Lucro líquido ajustado	30.380	44.118
	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório	7.595	11.030
Dividendos propostos:		
Ações preferenciais - R\$ 0,01036 por lote de mil ações	(2.176)	(2.176)
Ações ordinárias - R\$ 0,01036 por lote de mil ações	(1.288)	(1.288)
Proposta para constituição de reserva especial para pagamentos de dividendos	4.131	7.566
Reserva especial para pagamento de dividendos por classe de ações:		
Ações preferenciais - R\$ 0,01235 por lote de mil ações (R\$ 0,02262 em 1998)	2.595	4.751
Ações ordinárias - R\$ 0,01235 por lote de mil ações (R\$ 0,02262 em 1998)	1.536	2.815
	4.131	7.566
Dividendos propostos a pagar por classe de ações:		
Ações preferenciais:		
Sob a forma de juros sobre capital próprio imputados aos dividendos	2.176	1.094
Dividendos propostos a pagar para as ações preferenciais	-	1.082
	2.176	2.176
Ações ordinárias:		
Sob a forma de juros sobre capital próprio imputados aos dividendos	1.288	646
Dividendos propostos a pagar para as ações ordinárias	-	642
	1.288	1.288
Dividendos e juros a pagar	3.464	3.464

01760-4 TELE NORTE CELULAR PARTICIPACOES S.A

02.558.154/0001-29

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS -- Continuação Exercício e Período de dez meses findos em 31 de dezembro de 1999 e 1998, respectivamente (Em milhares de reais)

10. Patrimônio Líquido -- Continuação

f. Dividendos e juros sobre capital próprio -- Continuação

Por proposta da Administração, em 30 de dezembro de 1999, foram creditados juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) nos termos da Lei nº 9.249/95, tendo sido contabilizado em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal, resultando num crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 1.488. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros foram revertidos de despesas financeiras e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados. O juros sobre capital próprio da Companhia foi primeiramente imputado ao dividendo mínimo prioritário das ações preferenciais, pelo valor líquido do imposto de renda na fonte.

11. Plano de Pensão

A Companhia e suas controladas, em conjunto com outras empresas de telecomunicações patrocinam planos de previdência privada de benefícios definidos (PBS), os quais são administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social. O benefício de pensão é definido como a diferença entre (i) 90% do salário de participação médio dos últimos trinta e seis meses, atualizado até a data da aposentadoria, e (ii) o valor do benefício previdencial padrão definido com base na regra de cálculo estabelecida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, vigente até 28 de novembro de 1999. Para os aposentados, o valor da suplementação é reajustado em junho de cada ano, pela variação acumulada do índice de atualização das reservas matemáticas de benefícios concedidos. Além do benefício da suplementação, é fornecida assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado.

As contribuições para os planos PBS e PAMA são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil.

O regime atuarial de determinação do custeio dos mesmos é o de capitalização e a contribuição devida pelas patrocinadoras é de 13,5% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 12% é destinado ao custeio do plano previdencial. A contribuição dos empregados participantes corresponde ao somatório de: (a) de 0,5% a 1,5% sobre o salário de participação (de acordo com a idade do participante); (b) 1% sobre o salário de participação que ultrapassar a metade do salário de contribuição, salário este último, limitado ao valor da unidade padrão Sistel; e (c) 11% sobre o valor que ultrapassar o salário de contribuição. Não existem outras obrigações calculadas, a não ser aquelas já consideradas na taxa normal de contribuição. Os estudos atuariais são revisados periodicamente no sentido de se verificar a necessidade de ajustes nas contribuições sociais.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado de R\$ 58.205 (R\$ 57.749 em 31 de dezembro de 1999) está dividido em 334.652.366 mil (334.399.027 mil em 31 de dezembro de 1999) ações, sendo 124.463.251 mil (124.369.030 mil em 31 de dezembro de 1999) ações ordinárias e 210.189.114 mil (210.029.997 mil em 31 de dezembro de 1999) mil ações preferenciais, sem valor nominal. O capital autorizado da Companhia é de 700.000.000 mil ações.

As ações preferenciais da Companhia não dão direito a voto, exceto nos casos previstos no Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital sem prêmio e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Companhia.

11. Patrimônio Líquido -- Continuação

b) Reserva de capital

O ágio decorrente da reorganização, mencionada na Nota 8, foi registrado integralmente em contrapartida a reserva de capital - reserva especial de ágio, de acordo com a Instrução CVM 319/99, sendo que a parcela correspondente ao benefício fiscal efetivo será capitalizada anualmente, em proveito do acionista controlador, com emissão de ações ordinárias e preferenciais, nas mesmas proporções à época existentes no capital social. Será observado, quanto ao preço de emissão, um dos critérios estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76. Aos acionistas minoritários será assegurado o direito de preferência na aquisição das ações emitidas, na forma do artigo 171, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76.

A Companhia optou por adotar a Instrução CVM nº 349 de 6 de março de 2001 a partir da data do início do exercício de 2000, ajustando suas demonstrações contábeis de 2000 para refletir, como ativo e como reserva especial de ágio, apenas o montante relativo ao benefício fiscal esperado com o aproveitamento fiscal do ágio originalmente contabilizado na Telpart Participações S.A., acionista controlador. O valor do benefício fiscal oriundo da amortização do ágio que poderá vir a ser capitalizado era, em 31 de dezembro de 2000, aproximadamente R\$ 600.

c) Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital.

d) Reserva de lucros a realizar

Esta reserva foi originada quando da cisão da Telebrás, onde representava receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente, e está sendo realizada em dez anos, ao final de cada exercício social, a partir de 1998. Este prazo está condizente com o tempo remanescente do período de concessão, sendo considerado suficiente para recuperar o valor dos investimentos que tem sido feitos e continuarão a ser feitos no projeto de expansão da capacidade de atendimento aos clientes.

11. Patrimônio Líquido -- Continuação

e) Lucros acumulados

A Administração proporá à Assembléia Geral Ordinária a capitalização de R\$ 25.267 do saldo de lucros acumulados.

f) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, sendo este aumentado até o montante necessário para pagamento do dividendo mínimo prioritário das ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2000 e 1999, os dividendos foram calculados da seguinte forma:

11. Patrimônio Líquido -- Continuação

g) Dividendos e juros sobre capital próprio

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Capital social	58.205	57.749
Participação das ações preferenciais	62,81%	62,81%
	36.558	36.272
% dividendo mínimo prioritário (artigo 11 do Estatuto Social)	6%	6%
Dividendo mínimo obrigatório das ações preferenciais	2.193	2.176
Lucro líquido do exercício	11.480	24.923
(-) Reserva legal	(574)	(1.246)
(+) Reversão do efeito líquido do ágio (*)	-	777
(+) Realização da reserva de lucros a realizar	5.926	5.926
Lucro líquido ajustado	16.832	30.380
	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório	4.209	7.595
Dividendos propostos:		
Ações preferenciais - R\$ 0,01257 por lote de mil ações (R\$ 0,01036 em 1999)	(2.643)	(2.176)
Ações ordinárias - R\$ 0,01257 por lote de mil ações (R\$ 0,01036 em 1999)	(1.565)	(1.288)
Proposta para constituição de reserva especial para pagamentos de dividendos	-	4.131
Reserva especial para pagamento de dividendos por classe de ações:		
Ações preferenciais - R\$ 0,01235 por lote de mil ações em 1999	-	2.595
Ações ordinárias - R\$ 0,01235 por lote de mil ações em 1999	-	1.536
	-	4.131
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos a pagar por classe de ações:		
Ações preferenciais:		
Sob a forma de juros sobre capital próprio imputados aos dividendos	-	2.176
Dividendos propostos a pagar para as ações preferenciais	2.643	-

	2.643	2.176
Ações ordinárias:		
Sob a forma de juros sobre capital próprio imputados aos dividendos	-	1.288
Dividendos propostos a pagar para as ações ordinárias	1.565	-
	1.565	1.288
Dividendos e juros a pagar	4.208	3.464

11. Patrimônio Líquido -- Continuação

g) Dividendos e juros sobre capital próprio -- Continuação

(*) O lucro líquido de 2000 já se encontra ajustado visando refletir os efeitos decorrentes da reversão do ágio, nos termos da instrução CVM nº 349/2001.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2001

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01760-4	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE NORTE CELULAR PARTICIPACOES S.A	3 - CNPJ 02.558.154/0001-29
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO SCN - QD.03 - BL. A SOBRELOJA		2 - BAIRRO OU DISTRITO ASA NORTE	
3 - CEP 70713-000	4 - MUNICÍPIO BRASILIA		5 - UF DF
6 - DDD 061	7 - TELEFONE 429-5600	8 - TELEFONE 0000-0000	9 - TELEFONE 0000-0000
10 - TELEX 0000000			
11 - DDD 061	12 - FAX 429-5626	13 - FAX 0000-0000	14 - FAX 0000-0000
15 - E-MAIL			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME JOÃO COX NETO			
2 - ENDEREÇO COMPLETO SCN QD. 03 - BL. A SOBRELOJA		3 - BAIRRO OU DISTRITO ASA NORTE	
4 - CEP 70713-000	5 - MUNICÍPIO BRASILIA		6 - UF DF
7 - DDD 061	8 - TELEFONE 429-5600	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEFONE 0000-0000
11 - TELEX 0000000			
12 - DDD 061	13 - FAX 429-5626	14 - FAX 0000-0000	15 - FAX 0000-0000
16 - E-MAIL jcox@telepart.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2001	31/12/2001
2 - Penúltimo	01/01/2000	31/12/2000
3 - Antepenúltimo	01/01/1999	31/12/1999
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/C		5 - CÓDIGO CVM 00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO João Ricardo Pereira da Costa		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 722.071.677-04

01760-4 TELE NORTE CELULAR PARTICIPACOES S.A

00.336.701/0001-04

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. Provisão para Contingências -- Continuação

b) Contingências tributárias

Refere-se principalmente a ICMS sobre assinatura mensal e habilitação. A Administração, suportada por seus consultores tributários, entende que o ICMS incide apenas sobre serviços de telecomunicações e, portanto, sua incidência sobre assinatura mensal e habilitação é ilegal por não se constituírem em serviços de telecomunicações. Em dezembro de 1998, a Companhia obteve liminar e suspendeu o recolhimento sobre assinaturas mensais, passando a provisionar e depositar judicialmente os valores envolvidos.

c) Contingências Cíveis

As contingências cíveis correspondem principalmente a processos movidos por clientes das controladas. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão registrada é suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes destes processos.

d) Contingências trabalhistas

A Companhia é parte em alguns processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários. A administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão registrada é suficiente para cobrir as perdas prováveis decorrentes de decisões desfavoráveis.

12. Patrimônio Líquido

a) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado de R\$ 84.074 (R\$ 58.205 em 31 de dezembro de 2000) está dividido em 335.084.155 mil (334.652.366 mil em 31 de dezembro de 2000) ações, sendo 124.623.842 mil (124.463.251 mil em 31 de dezembro de 2000) ações ordinárias e 210.460.313 mil (210.189.114 mil em 31 de dezembro de 2000) mil ações preferenciais, sem valor nominal. O capital autorizado da Companhia é de 700.000.000 mil ações. As quantidades de ações estão pendentes de ratificação da Assembléia Geral de Acionistas.

As ações preferenciais da Companhia não dão direito a voto, exceto nos casos previstos no Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital sem prêmio e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Companhia.

01760-4 TELE NORTE CELULAR PARTICIPACOES S.A

00.336.701/0001-04

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. Patrimônio Líquido -- Continuação

b) Reserva de capital

O ágio decorrente da reorganização, mencionada na Nota 4 foi registrado integralmente em contrapartida a reserva de capital - reserva especial de ágio, de acordo com a Instrução CVM 319/99, sendo que a parcela correspondente ao benefício fiscal efetivo será capitalizada anualmente, em proveito do acionista controlador, com emissão de ações ordinárias e preferenciais, nas mesmas proporções à época existentes no capital social. Será observado, quanto ao preço de emissão, um dos critérios estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76. Aos acionistas minoritários será assegurado o direito de preferência na aquisição das ações emitidas, na forma do artigo 171, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76.

A Companhia optou por adotar a Instrução CVM nº 349 de 6 de março de 2001 a partir da data do início do exercício de 2000, ajustando suas demonstrações contábeis de 2000 para refletir, como ativo e como reserva especial de ágio, apenas o montante relativo ao benefício fiscal esperado com o aproveitamento fiscal do ágio originalmente contabilizado na Telpart Participações S.A., acionista controlador. No exercício de 2001, não houve efetivo benefício fiscal.

c) Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital.

d) Reserva de lucros a realizar

Esta reserva foi originada quando da cisão da Telebrás, onde representava receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente, e está sendo realizada em dez anos, ao final de cada exercício social, a partir de 1998. Este prazo está condizente com o tempo remanescente do período de concessão, sendo considerado suficiente para recuperar o valor dos investimentos que têm sido feitos e continuarão a ser feitos no projeto de expansão da capacidade de atendimento aos clientes.

01760-4 TELE NORTE CELULAR PARTICIPACOES S.A 00.336.701/0001-04

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. Patrimônio Líquido -- Continuação

e) Lucros acumulados

O saldo remanescente de lucros acumulados de 2000 foi aprovado com base em orçamento de capital na Assembléia Geral Ordinária de 30 de abril de 2001.

f) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, sendo este aumentado até o montante necessário para pagamento do dividendo mínimo prioritário das ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2000, os dividendos foram calculados da seguinte forma:

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Capital social	84.074	58.205
Participação das ações preferenciais	62,81%	62,81%
	<u>52.807</u>	<u>36.558</u>
% dividendo mínimo prioritário (artigo 11 do Estatuto Social)	6%	6%
Dividendo mínimo obrigatório das ações preferenciais	<u>3.168</u>	<u>2.193</u>
Lucro líquido do exercício		11.480
(-) Reserva legal		(574)
(+) Realização da reserva de lucros a realizar		5.926
Lucro líquido ajustado		<u>16.832</u>
		25%
Dividendo mínimo obrigatório		4.209
Dividendos propostos:		
Ações preferenciais - R\$ 0,01257 por lote de mil ações em 2.000		(2.643)
Ações ordinárias - R\$ 0,01257 por lote de mil ações em 2.000		(1.566)
		<u>-</u>
Dividendos propostos a pagar por classe de ações:		
Ações preferenciais:		
Dividendos propostos a pagar para as ações preferenciais		2.643
		<u>2.643</u>
Ações ordinárias:		
Dividendos propostos a pagar para as ações ordinárias		1.566
		<u>1.566</u>
Dividendos a pagar		<u>4.209</u>

01760-4 TELE NORTE CELULAR PARTICIPACOES S.A

00.336.701/0001-04

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. Patrimônio Líquido -- Continuação

f) Dividendos -- Continuação

Considerando a ausência de proposta de distribuição de dividendos pela sua Controlada, a Administração propõe a não distribuição de dividendos para o ano calendário de 2001, sujeita todavia à ratificação da Assembléia Geral de Acionistas. Os recursos disponíveis no caixa da Companhia são suficientes exclusivamente para cobrir suas projeções de despesas operacionais do ano de 2002.

13. Plano de Pensão

As controladas diretas e indiretas da Companhia, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL. Até dezembro de 1999, todas as patrocinadoras eram solidárias com relação ao Plano de Benefícios Sistel (PBS) e ao Plano de Assistência Médica ao aposentado (PAMA). Em 28 de dezembro de 1999, as patrocinadoras dos planos PBS e PAMA negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora e manutenção da solidariedade apenas para os participantes já assistidos que se encontravam em tal condição em 31 de janeiro de 2000, resultando em uma proposta de reestruturação no Estatuto e Regulamento da Sistel, a qual foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar em 13 de janeiro de 2000.

Em decorrência da quebra de solidariedade ocorrida em dezembro de 1999, a Tele Norte Celular patrocina individualmente um Plano de Benefícios Definidos de Aposentadoria - o Plano PBS Tele Norte Celular. Além do benefício da suplementação, é fornecida assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado. As contribuições para os planos PBS Tele Norte Celular e PAMA são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 13,5% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 12% são destinados ao custeio do plano PBS Tele Norte Celular.

O benefício de pensão é geralmente definido como a diferença entre 90% do salário médio dos últimos trinta e seis meses, atualizado até a data da aposentadoria, e o valor da previdência pago pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. Para os empregados aposentados o pagamento inicial da pensão é subseqüentemente ajustado para mais, para reconhecer aumento no custo de vida e premiação por produtividade dada aos empregados da ativa.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2002

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01760-4	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE NORTE CELULAR PARTICIPACOES S.A	3 - CNPJ 02.558.154/0001-29
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO SCN - QD.03 - BL. A SOBRELOJA		2 - BAIRRO OU DISTRITO ASA NORTE	
3 - CEP 70713-000	4 - MUNICÍPIO BRASILIA		5 - UF DF
6 - DDD 061	7 - TELEFONE 429-5600	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX			
11 - DDD 061	12 - FAX 429-5626	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL jaugusto.rocha@telemigcelular.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME JOÃO COX NETO			
2 - ENDEREÇO COMPLETO SCN QD. 03 - BL. A SOBRELOJA		3 - BAIRRO OU DISTRITO ASA NORTE	
4 - CEP 70713-000	5 - MUNICÍPIO BRASILIA		6 - UF DF
7 - DDD 061	8 - TELEFONE 429-5600	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
11 - TELEX			
12 - DDD 061	13 - FAX 429-5600	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL jcox@telepart.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2002	31/12/2002
2 - Penúltimo	01/01/2001	31/12/2001
3 - Antepenúltimo	01/01/2000	31/12/2000
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Ernst & Young Auditores Independentes S/C		5 - CÓDIGO CVM 00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO João Ricardo Pereira da Costa		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 722.071.677-04

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS		
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas		Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		DATA-BASE - 31/12/2002
01760-4	TELE NORTE CELULAR PARTICIPACOES S.A	02.558.154/0001-29

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. Provisão para Contingências -- Continuação

c) Contingências Cíveis

As contingências cíveis correspondem principalmente a processos movidos por clientes da controlada. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão registrada é suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes destes processos.

d) Contingências trabalhistas

A Companhia é parte em alguns processos de natureza trabalhista propostos por ex-empregados. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão registrada é suficiente para cobrir as perdas prováveis decorrentes de decisões desfavoráveis.

12. Patrimônio Líquido

a) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado é de R\$ 84.074 em 31 de dezembro de 2002 e 2001 está dividido em 335.084.155 mil ações, sendo 124.623.842 mil ações ordinárias e 210.460.313 mil ações preferenciais, sem valor nominal. O capital autorizado da Companhia é de 700 bilhões de ações. As quantidades de ações estão pendentes de ratificação da Assembléia Geral de Acionistas.

Em 19 de dezembro de 2002, tendo em vista a redação do art. 17 da Lei nº 6.404/76, conforme alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01, a Assembléia Geral de Acionistas aprovou modificações nas regras de pagamento dos dividendos das ações preferenciais da Companhia, as quais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, segundo os critérios abaixo, alternativamente, considerado aquele que representar o maior valor:

I – 6% ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Companhia; ou

II – direito de participar do dividendo mínimo obrigatório, de acordo com os seguintes critérios:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS		
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas		Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		DATA-BASE - 31/12/2002
01760-4	TELE NORTE CELULAR PARTICIPACOES S.A	02.558.154/0001-29

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. Patrimônio Líquido -- Continuação

a) Capital subscrito e integralizado -- Continuação

- a) prioridade no recebimento de dividendos mínimos não cumulativos correspondentes a 3% do valor do patrimônio líquido da ação; e
- b) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com o item a.

b) Reserva de capital

O ágio decorrente da reorganização, mencionada na Nota 4 foi registrado integralmente em contrapartida a reserva de capital - reserva especial de ágio, de acordo com a Instrução CVM 319/99, sendo que a parcela correspondente ao benefício fiscal efetivo será capitalizada anualmente, em proveito do acionista controlador, com emissão de ações ordinárias e preferenciais, nas mesmas proporções à época existentes no capital social. Será observado, quanto ao preço de emissão, um dos critérios estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76. Aos acionistas minoritários será assegurado o direito de preferência na aquisição das ações emitidas, na forma do artigo 171, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76.

A Companhia optou por adotar a Instrução CVM nº 349 de 6 de março de 2002 a partir da data do início do exercício de 2000, ajustando suas demonstrações contábeis de 2001 para refletir, como ativo e como reserva especial de ágio, apenas o montante relativo ao benefício fiscal esperado com o aproveitamento fiscal do ágio originalmente contabilizado na Telpart Participações S.A., acionista controlador. No exercício de 2002, não houve efetivo benefício fiscal.

A Administração proporá à Assembléia Geral Ordinária a capitalização de R\$ 776, sem emissão de ações, que não correspondeu ao efetivo benefício fiscal, relativo ao exercício de 1999.

c) Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS		
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas		Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		DATA-BASE - 31/12/2002
01760-4	TELE NORTE CELULAR PARTICIPACOES S.A	02.558.154/0001-29

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. Patrimônio Líquido -- Continuação

d) Reserva de lucros a realizar

Esta reserva foi originada quando da cisão da Telebrás, onde representava receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente, e está sendo realizada em dez anos, ao final de cada exercício social, a partir de 1998. Este prazo está condizente com o tempo remanescente do período de concessão, sendo considerado suficiente para recuperar o valor dos investimentos que têm sido feitos e continuarão a ser feitos no projeto de expansão da capacidade de atendimento aos clientes.

e) Lucros acumulados

O saldo remanescente de lucros acumulados de 2001 teve sua retenção aprovada na Assembléia Geral Ordinária de 30 de abril de 2002 com base em orçamento de capital, após considerado o aumento de capital do excedente de lucros e reservas de lucros, conforme estabelecido no art. 199 da Lei 6404/76.

f) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, sendo este aumentado até o montante necessário para pagamento do dividendo mínimo prioritário das ações preferenciais.

Considerando a ausência de proposta de distribuição de dividendos pela sua Controlada, a Administração propõe a não distribuição de dividendos para o ano calendário de 2002, sujeito, todavia, à ratificação da Assembléia Geral de Acionistas. Os recursos disponíveis no caixa da Companhia são suficientes exclusivamente para cobrir suas projeções de despesas operacionais do ano de 2003.

No exercício de 2002, a Companhia efetuou reversão de dividendos e juros sobre capital próprio prescritos no montante de R\$254. A reversão foi registrada a crédito da conta de Lucros/Prejuízos Acumulados no patrimônio líquido.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2002

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01760-4	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE NORTE CELULAR PARTICIPACOES S.A	3 - CNPJ 02.558.154/0001-29
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2002	4 - 31/12/2001	5 - 31/12/2000
1	Ativo Total	229.178	252.528	264.061
1.01	Ativo Circulante	10.698	11.826	17.833
1.01.01	Disponibilidades	3.716	5.347	4.732
1.01.02	Créditos	6.636	6.302	12.369
1.01.02.01	Juros Sobre Capital Próprio	0	0	3.980
1.01.02.02	Dividendos a Receber	0	0	2.121
1.01.02.03	Impostos a Recuperar	1.606	1.272	1.238
1.01.02.04	Pagamentos Antecipados e Outros Ativos	0	0	0
1.01.02.05	IR e CS Diferidos	5.030	5.030	5.030
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	346	177	732
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	44.495	44.176	43.417
1.02.01	Créditos Diversos	44.074	43.681	43.262
1.02.01.01	IR e CS Diferidos	44.074	43.681	43.262
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	421	495	155
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	421	495	155
1.02.03	Outros	0	0	0
1.03	Ativo Permanente	173.985	196.526	202.811
1.03.01	Investimentos	173.481	196.010	202.210
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	173.481	196.010	201.945
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	265
1.03.02	Imobilizado	504	516	601
1.03.03	Diferido	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2002

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01760-4	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE NORTE CELULAR PARTICIPACOES S.A	3 - CNPJ 02.558.154/0001-29
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2002	4 - 31/12/2001	5 - 31/12/2000
2	Passivo Total	229.178	252.528	264.061
2.01	Passivo Circulante	1.324	1.532	5.531
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	74	94	63
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	303	158	190
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	3	3	59
2.01.05	Dividendos a Pagar	944	1.233	5.212
2.01.05.01	Juros Sobre Capital Próprio Propostos	0	0	529
2.01.05.02	Dividendos Propostos	944	1.233	4.683
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	0	44	7
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	259	206	206
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	259	206	181
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	0	0	25
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	227.595	250.790	258.324
2.05.01	Capital Social Realizado	84.074	84.074	58.205
2.05.02	Reservas de Capital	50.317	49.293	49.895
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	44.513	50.439	56.365
2.05.04.01	Legal	7.311	7.311	7.311
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	29.634	35.560	41.486
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	7.568	7.568	7.568
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	48.691	66.984	93.859



ANEXO 04.12

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TELE LESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

16. CAPITAL SOCIAL:

O capital social é composto por ações sem valor nominal, como se segue:

	Quantidade Mil
Ações ordinárias	124.369.031
Ações preferenciais	210.029.997
	<u>334.399.028</u>

As ações preferenciais estão habilitadas a receber dividendos preferenciais anuais mínimos não cumulativos, de 6% do capital social atribuível a essas ações. Após o pagamento dos dividendos preferenciais mínimos anuais não cumulativos referentes às ações preferenciais, os portadores das ações ordinárias receberão o mesmo valor em dividendos por ação que as ações preferenciais.

Uma vez feita esta distribuição, os dividendos adicionais declarados pela Companhia em determinado exercício serão divididos entre os portadores das ações ordinárias e das preferenciais.

17. RESERVA LEGAL:

Essa reserva é constituída obrigatoriamente pela empresa à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

18. RESERVA DE LUCROS A REALIZAR:

Esta reserva foi originada quando da cisão da Telebrás, onde representava receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente. Durante o exercício de 1998 foi realizada parte desta reserva visando adequar o seu saldo à participação da Companhia nos saldos de lucros acumulados das controladas.

19. LUCROS ACUMULADOS:

Por decisão da Administração, o saldo remanescente do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$129.002 fica mantido na conta de lucros acumulados.

20. DIVIDENDOS / JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO:

Lucro líquido do exercício	50.506
(-) Reserva legal	(2.525)
(+) Reversão da reserva de lucros a realizar	41.618
(+) Lucro Telebrás antes da cisão	914
Lucro líquido ajustado	<u>90.513</u>
Dividendos obrigatórios (25%)	22.628
Pagos sob a forma de juros sobre capital próprio	<u>(14.322)</u>
Saldo de dividendos propostos	<u>8.306</u>

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 18 de dezembro de 1998, decidiu pagar juros sobre capital próprio aos seus acionistas, os quais foram imputados ao valor do dividendo prioritário para as ações preferenciais e ao dividendo obrigatório.

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01769-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE LESTE CELULAR PARTICIPACOES S/A	3 - CNPJ 02.558.144/0001-93
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Av Antonio Carlos Magalhães, 357		2 - BAIRRO OU DISTRITO Pituba		
3 - CEP 41850-100	4 - MUNICÍPIO Salvador			5 - UF BA
6 - DDD 0071	7 - TELEFONE 0352-2601	8 - TELEFONE 0352-2602	9 - TELEFONE 0352-2627	10 - TELEX 00000000
11 - DDD 0071	12 - FAX 0352-2603	13 - FAX 0352-2203	14 - FAX 0000-0000	
15 - E-MAIL Invest@telebahiacelular.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Esteban Serra Mont				
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av Antonio Carlos Magalhães, 357			3 - BAIRRO OU DISTRITO Pituba	
4 - CEP 41850-100	5 - MUNICÍPIO Salvador			6 - UF BA
7 - DDD 0071	8 - TELEFONE 0352-2601	9 - TELEFONE 0352-2602	10 - TELEFONE 0000-0000	11 - TELEX 00000000
12 - DDD 0071	13 - FAX 0352-2603	14 - FAX 0000-0000	15 - FAX 0000-0000	
16 - E-MAIL Laura.ceva@iberdrola.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/1999	31/12/1999
2 - Penúltimo	28/02/1998	31/12/1998
3 - Antepenúltimo		
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Arthur Andersen S/c		
5 - CÓDIGO CVM 00283-6		
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Taiki Hirashima		
7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 007.568.818-20		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação por Exigência CVM N° GEA-1/N23/2000

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/1999

01769-8 TELE LESTE CELULAR PARTICIPACOES S/A 02.558.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social é composto por ações sem valor nominal como segue:

	Quantidade (mil)
Ações ordinárias	124.369.031
Ações preferenciais	210.029.997

	334.399.028
	=====

As ações preferenciais estão habilitadas a receber dividendos preferenciais anuais mínimos não cumulativos de 6% do capital social atribuível a essas ações. Após o pagamento dos dividendos preferenciais mínimos anuais não cumulativos referentes às ações preferenciais, os portadores das ações ordinárias receberão o mesmo valor em dividendos por ação que as ações preferenciais.

Uma vez feita esta distribuição, os dividendos adicionais declarados pela Companhia em determinado exercício serão divididos entre os portadores das ações ordinárias e das preferenciais.

b. Reserva de Lucros a Realizar

Esta reserva foi originada quando da cisão da Telebrás e representava receitas contabilizadas e ainda não realizadas financeiramente. Durante o exercício de 1999, esta reserva foi realizada integralmente conforme aprovação efetuada em 9 de março de 2000.

c. Reserva Especial para Dividendos

Esta reserva foi constituída no exercício de 1999 com base nos lucros remanescentes não distribuídos e serão pagos como dividendos a medida que a situação financeira da Sociedade o permitir. A aprovação para constituição desta reserva foi efetuada em 9 de março de 2000.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação por Exigência CVM N° GEA-1/N23/2000

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/1999

01769-8 TELE LESTE CELULAR PARTICIPACOES S/A 02.558.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir a base de cálculo para constituição desta reserva:

Prejuízo do exercício	(81.477)
Compensação com lucros acumulados	80.669
Realização da reserva de lucros	25.904

	25.096
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	6.274
Reserva especial para dividendos	(6.274)

d. Reserva Especial para Expansão e Modernização

Esta reserva foi constituída para atender aos planos de expansão e modernização das instalações e serviços das suas controladas. A aprovação para constituição desta reserva foi efetuada em 9 de março de 2000.

26. DIVIDENDOS/JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

	Controladora	
	1999	1998
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(81.477)	50.506
(-) Reserva legal	-	(2.525)
(+) Reversão da reserva de lucros a realizar	-	41.618
(+) Lucro da Telebrás antes da cisão	-	914
	-----	-----
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	(81.477)	90.513
Dividendos obrigatórios (25%)	-	22.628
Pagos sob a forma de juros sobre o capital próprio	-	(14.322)
	-----	-----
Saldo de dividendos propostos	1.263	8.306
	=====	=====
Saldo de juros sobre capital próprio a pagar	1.484	14.322
	=====	=====

Os saldos de dividendos e de juros sobre capital próprio em 31 de dezembro de 1999 são remanescentes da apropriação do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 1998.

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01769-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE LESTE CELULAR PARTICIPACOES S/A	3 - CNPJ 02.558.144/0001-93
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Silveira Martins, 1.036		2 - BAIRRO OU DISTRITO Cabula		
3 - CEP 41150-000	4 - MUNICÍPIO Salvador			5 - UF BA
6 - DDD 0071	7 - TELEFONE 0387-7600	8 - TELEFONE 0387-7601	9 - TELEFONE 0387-7610	10 - TELEX 00000000
11 - DDD 0071	12 - FAX 0387-7602	13 - FAX 0000-0000	14 - FAX 0000-0000	
15 - E-MAIL Invest@telebahiacelular.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Esteban Serra Mont				
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Silveira Martins, 1.036			3 - BAIRRO OU DISTRITO Cabula	
4 - CEP 41150-000	5 - MUNICÍPIO Salvador			6 - UF BA
7 - DDD 0071	8 - TELEFONE 0387-7004	9 - TELEFONE 0387-7001	10 - TELEFONE 0000-0000	11 - TELEX 00000000
12 - DDD 0071	13 - FAX 0387-7006	14 - FAX 0000-0000	15 - FAX 0000-0000	
16 - E-MAIL Laura.ceva@iberdrola.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2000	31/12/2000
2 - Penúltimo	01/01/1999	31/12/1999
3 - Antepenúltimo	01/01/1998	31/12/1998
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Arthur Andersen S/c		5 - CÓDIGO CVM 00283-6
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Taiki Hirahima		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 007.568.818-20

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2000

01769-8 TELE LESTE CELULAR PARTICIPACOES S/A 02.558.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Taxa de câmbio (unidades de real)		Consolidado	
	31.12.00	31.12.99	2000	1999
Reais	1,0000	1,0000	-	1.808
Dólares norte-americanos	1,9554	1,7890	340.292	356.968
			-----	-----
			340.292	358.776
			=====	=====

Os empréstimos em moeda estrangeira são atualizados pela variação cambial acrescida de juros que, dependendo do empréstimo, variam de 0,15% a 3,0% ao ano acima da LIBOR ou juros fixos de 10,40% a 14,35% ao ano.

As companhias controladas, além dos repasses da Telebahia à Telecomunicações da Bahia S.A. - Telemar, possuem "hedge" cambial no montante de US\$135.665 (valor de referência), equivalente a 77,5% de sua dívida em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2000. Nessa data, as companhias controladas tinham registrado um ganho líquido de R\$12.468 nas suas operações de "hedge", um saldo no passivo de R\$931 e no ativo de R\$3.107.

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Consolidado	
	2000	1999
Abono salarial	748	508
Telerj Celular S.A.	-	3.945
Recebimento antecipado - pré-pago	3.546	2.181
Taxa de administração	3.756	959
Outras	649	250
	-----	-----
	8.699	7.843
	=====	=====

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

Em 31 de dezembro, o capital social é composto por ações sem valor nominal como segue:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2000

01769-8 TELE LESTE CELULAR PARTICIPACOES S/A 02.558.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Lote de mil ações	
	2000	1999
Ações ordinárias	166.008.044	124.369.031
Ações preferenciais	313.436.995	210.029.997
	-----	-----
	479.445.039	334.399.028
	=====	=====

Em 21 de fevereiro de 2000, a Companhia anunciou um aumento de capital no valor de R\$137.000, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em reuniões extraordinárias em 18 de fevereiro e 21 de fevereiro de 2000 por meio de emissão de 35.234.415.522 ações ordinárias e 59.502.628.241 ações preferenciais, todas sem valor nominal, dentro do limite de capital autorizado.

Os preços de subscrição das novas ações foram baseados nas cotações médias ponderadas (preço e quantidade negociadas no mercado no período) entre 17 de janeiro e 14 de fevereiro de 2000: R\$1,22 para o lote de mil ações ordinárias e R\$1,58 para o lote de mil ações preferenciais.

Em 29 de novembro de 2000, a Companhia realizou um aumento de capital no valor de R\$33.102, mediante a emissão de 6.404.597.997 ações ordinárias e 43.904.369.231 ações preferenciais, decorrente da incorporação pela Companhia da totalidade das ações da Telebahia e da Telergipe. Esse aumento fez parte do processo de reestruturação societária da Companhia e suas controladas (vide Nota 31).

As ações preferenciais estão habilitadas a receber dividendos preferenciais anuais mínimos não cumulativos de 6% do capital social atribuível a essas ações. Após o pagamento dos dividendos preferenciais mínimos anuais não cumulativos referentes às ações preferenciais, os portadores das ações ordinárias receberão o mesmo valor em dividendos por ação que o das ações preferenciais, havendo saldo disponível.

Uma vez feita essa distribuição, os dividendos adicionais declarados pela Companhia em determinado exercício serão divididos entre os portadores das ações ordinárias e preferenciais.

b. Reserva Especial para Dividendos

Essa reserva foi constituída no exercício de 1999 com base nos lucros remanescentes não distribuídos que seriam pagos como dividendos na forma estabelecida no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações - Leis das S.A. A aprovação para constituição dessa reserva foi efetuada em 9 de março de 2000.

A seguir a base de cálculo para constituição dessa reserva:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2000

01769-8 TELE LESTE CELULAR PARTICIPACOES S/A 02.558.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Prejuízo do exercício 1999	(81.477)
Compensação com lucros acumulados	80.669
Realização da reserva de lucros	25.904

	25.096
	=====
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	6.274
Reserva especial para dividendos	(6.274)

Considerando o disposto no parágrafo 5º do artigo 202 da Lei das S.A., essa reserva foi absorvida por parte do prejuízo do exercício.

c. Reserva Especial para Expansão e Modernização

Essa reserva foi constituída para atender aos planos de expansão e modernização das instalações e dos serviços das suas companhias controladas. A aprovação para constituição dessa reserva foi efetuada em 9 de março de 2000. Considerando o disposto no parágrafo único do artigo 189 da Lei das S.A., uma parcela dessa reserva foi absorvida por parte do prejuízo do exercício.

26. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	Consolidado	
	2000	1999
Fiscais	3.083	2.614
Trabalhistas	1.090	918
Cíveis	1.048	769
	-----	-----
	5.221	4.301
	=====	=====

As companhias controladas são parte em diversas ações judiciais envolvendo questões fiscais, trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso normal de suas operações.

A Administração das Companhias, baseada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável à Companhia foi considerado provável.

A seguir estão descritos os principais processos em andamento:

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01769-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE LESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 02.558.144/0001-93
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO RUA SILVEIRA MARTINS, 1036		2 - BAIRRO OU DISTRITO CABULA	
3 - CEP 41150-000	4 - MUNICÍPIO SALVADOR		5 - UF BA
6 - DDD 71	7 - TELEFONE 387-7600	8 - TELEFONE 387-7601	9 - TELEFONE 387-7610
10 - TELEX	11 - DDD 71	12 - FAX 387-7602	13 - FAX -
14 - FAX -	15 - E-MAIL invest@telebahiacelular.com.br		

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME GILMAR ROBERTO PEREIRA CAMURRA			
2 - ENDEREÇO COMPLETO RUA SILVEIRA MARTINS, 435		3 - BAIRRO OU DISTRITO CABULA	
4 - CEP 41150-000	5 - MUNICÍPIO SALVADOR		6 - UF BA
7 - DDD 71	8 - TELEFONE 387-7004	9 - TELEFONE 387-7001	10 - TELEFONE -
11 - TELEX	12 - DDD 71	13 - FAX 387-7006	14 - FAX -
15 - FAX -	16 - E-MAIL graca.costa@telebahiacelular.com.br		

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2001	31/12/2001
2 - Penúltimo	01/01/2000	31/12/2000
3 - Antepenúltimo	01/01/1999	31/12/1999
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR ARTHUR ANDERSEN S/C		5 - CÓDIGO CVM 00283-6
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO TAIKI HIRAHIMA		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 007.568.818-20

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social é composto por ações sem valor nominal como segue:

	<u>Lote de mil ações</u> <u>2001 e 2000</u>
Ações ordinárias	166.008.044
Ações preferenciais	313.436.995

	479.445.039
	=====

As ações preferenciais estão habilitadas a receber dividendos preferenciais anuais mínimos não cumulativos de 6% do capital social atribuível a essas ações. Após o pagamento dos dividendos preferenciais mínimos anuais não cumulativos referentes às ações preferenciais, havendo saldo disponível, os portadores das ações ordinárias receberão o mesmo valor em dividendos por ação que o das ações preferenciais.

Uma vez feita essa distribuição, os dividendos adicionais declarados pela Companhia em determinado exercício serão divididos entre os portadores das ações ordinárias e preferenciais.

b. Reserva Especial para Expansão e Modernização

Essa reserva foi constituída para atender aos planos de expansão e modernização das instalações e dos serviços das suas companhias controladas. A aprovação para constituição dessa reserva foi efetuada em 9 de março de 2000. Considerando o disposto no parágrafo único do artigo 189 da Lei das S.A., uma parcela dessa reserva foi absorvida por parte do prejuízo do exercício de 2000. Em dezembro de 2001 outra parcela foi absorvida para distribuição de parte dos dividendos e absorção do ajuste de exercícios anteriores provenientes do reconhecimento do passivo referente ao fundo de pensão (ver Nota 25).

c. Reserva Especial de Ágio

Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da Companhia.

d. Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido anual até que essa reserva seja igual a 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital; a partir de então, as apropriações a essa reserva não são mais obrigatórias. Essa reserva tem por fim assegurar a

integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

e. Dividendos

Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia provisionou dividendos mínimos, atribuídos aos seus acionistas preferenciais com base em 6% do capital social correspondente a essas ações, conforme a seguir:

Capital social total (R\$ mil)	305.396
Total de ações (mil)	479.445.039

Valor do capital por lote de mil ações - R\$	0,636978
Ações preferenciais (mil)	313.436.995

Capital social preferencial (R\$ mil)	199.653
Percentual	6%

Valor dos dividendos mínimos (R\$ mil)	11.979
	=====

A distribuição e pagamento dos dividendos mínimos aos acionistas preferenciais será submetida à deliberação da Assembléia Geral.

01769-8 TELE LESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A 02.558.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social é composto por ações sem valor nominal como segue:

	Lote de mil ações 2002 e 2001
Ações ordinárias	166.008.044
Ações preferenciais	<u>313.436.995</u>
	<u>479.445.039</u>

b. Dividendos

As ações preferenciais estão habilitadas a receber dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, ou dividendos preferenciais anuais mínimos não cumulativos de 6% do capital social atribuível a essas ações, sendo dos dois o maior. Em caso de pagamento de dividendos preferenciais mínimos anuais de 6% do capital social referentes às ações preferenciais, havendo saldo disponível após a distribuição aos portadores de ações preferenciais, os portadores das ações ordinárias receberão o mesmo valor em dividendos por ação que o das ações preferenciais.

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração foi proposto e autorizado o pagamento de dividendos, referentes ao exercício de 2001, aos detentores de ações preferenciais, no montante de R\$11.979, que corresponde a R\$0,03822 por lote de mil ações, cujo efetivo pagamento foi realizado em 06.09.2002.

c. Reserva Especial de Ágio

Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da Sociedade.

01769-8 TELE LESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A 02.558.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d. Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido anual até que essa reserva seja igual a 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital; a partir de então, as apropriações a essa reserva não são mais obrigatórias. Essa reserva tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

e. Reserva Especial para Expansão e Modernização

Essa reserva foi constituída para atender aos planos de expansão e modernização das instalações e dos serviços das suas sociedades controladas. A aprovação para constituição dessa reserva foi efetuada em 9 de março de 2000. Considerando o disposto no parágrafo único do artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, uma parcela dessa reserva foi absorvida por parte do prejuízo do exercício de 2002. Em dezembro de 2001, outra parcela foi absorvida para distribuição de parte dos dividendos e absorção do ajuste de exercícios anteriores provenientes do reconhecimento do passivo referente ao fundo de pensão (ver Nota 24).

17. RECEITA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS, LÍQUIDA

	Consolidado	
	31/12/02	31/12/01
Assinatura	48.563	44.779
Utilização	243.609	213.813
Deslocamento	6.805	6.983
Adicional por chamada	24.931	21.689
Interconexão	179.153	168.172
Cessão de meios - Ruralcel	696	497
Serviços adicionais	<u>12.253</u>	<u>10.969</u>
Receita bruta de serviços	516.010	466.902
Venda de mercadorias	<u>86.477</u>	<u>47.115</u>
	602.487	514.017
Deduções da receita	<u>(171.092)</u>	<u>(127.718)</u>
Receita operacional líquida	<u>431.395</u>	<u>386.299</u>

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01769-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE LESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	3 - CNPJ 02.558.144/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2002	4 - 31/12/2001	5 - 31/12/2000
1	Ativo Total	444.624	459.509	454.518
1.01	Ativo Circulante	1.568	20.773	21.601
1.01.01	Disponibilidades	4	13.026	14.732
1.01.02	Créditos	1.564	7.747	6.619
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	0	0	250
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.447	250	190
1.02.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	8.447	250	190
1.03	Ativo Permanente	434.609	438.486	432.727
1.03.01	Investimentos	434.609	438.486	432.727
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	434.609	438.486	432.727
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	0	0	0
1.03.03	Diferido	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01769-8	TELE LESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A	02.558.144/0001-93

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2002	4 - 31/12/2001	5 - 31/12/2000
2	Passivo Total	444.624	459.509	454.518
2.01	Passivo Circulante	1.576	13.953	2.555
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	1.045	335	171
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	5	19	68
2.01.05	Dividendos a Pagar	526	13.599	2.316
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	0	0	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	0	0	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	0	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	443.048	445.556	451.963
2.05.01	Capital Social Realizado	305.396	305.396	305.396
2.05.02	Reservas de Capital	124.401	124.401	124.401
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	13.251	15.759	22.166
2.05.04.01	Legal	6.792	6.792	6.491
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	6.459	8.967	15.675
2.05.04.07.01	Especial para Expansão e Modernização	6.422	8.930	15.638
2.05.04.07.02	Outras Reservas de Lucro	37	37	37
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0



ANEXO 04.13

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S/A

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01766-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE NORDESTE CELULAR PAR. SA	3 - CNPJ 02.558.156/0001-18
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Scn - Quadra 03 Bloco A 2º And Sala 211		2 - BAIRRO OU DISTRITO Asa Norte		
3 - CEP 70710-500	4 - MUNICÍPIO Brasília			5 - UF DF
6 - DDD 0061	7 - TELEFONE 0327-5533	8 - TELEFONE 0000-0000	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEX 00000000
11 - DDD 0061	12 - FAX 0327-5824	13 - FAX 0000-0000	14 - FAX 0000-0000	
15 - E-MAIL Falmeida@telenordeste.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Manoel De Deus Alves				
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Mal. Mascarenhas De Moraes, 533			3 - BAIRRO OU DISTRITO Imbiribeira	
4 - CEP 51150-000	5 - MUNICÍPIO Recife			6 - UF PE
7 - DDD 0081	8 - TELEFONE 0463-2325	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEFONE 0000-0000	11 - TELEX 00000000
12 - DDD 0081	13 - FAX 0463-2344	14 - FAX 0000-0000	15 - FAX 0000-0000	
16 - E-MAIL Mdeus@telenordeste.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	28/02/1998	31/12/1998
2 - Penúltimo		
3 - Antepenúltimo		
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR		5 - CÓDIGO CVM -
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO .

01766-3 TELE NORDESTE CELULAR PAR. SA	02.558.156/0001-18	
11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS		
Moeda estrangeira:		
Financiamento de US\$ 79,799 com libor semestral mais spread de 0,4 a 6% a.a.	97.614	74.099
	116.420	100.782
Parcela a amortizar a curto prazo classificada no passivo circulante	(56.463)	(20.355)
Exigível a longo prazo	59.957	80.427

Os financiamentos e empréstimos em moeda nacional, exigíveis a longo prazo vencem até o ano 2002 e aqueles em moeda estrangeira vencem até o ano 2003. Os financiamentos estão garantidos por notas promissórias.

12 Patrimônio líquido (Controladora)

a. Capital social

O capital social autorizado, conforme estatuto, é de 700.000.000.000 de ações.

Em 31 de dezembro de 1998, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 334.399.027.592 ações nominativas, sendo 124.369.030.532 ordinárias e 210.029.997.060 preferenciais, todas sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da companhia.

De acordo com seu Estatuto, a Tele Nordeste Celular Participações S.A. deve distribuir como dividendos para cada exercício social, findo em 31 de dezembro, 25% do lucro líquido ajustado na forma dos incisos II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que serão obrigatoriamente distribuídos como dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas, respeitado o disposto no parágrafo seguinte, sendo este valor aumentado até o montante necessário para o pagamento dos dividendos prioritários das ações preferenciais.

O valor correspondente ao dividendo mínimo obrigatório será destinado prioritariamente ao pagamento do dividendo prioritário das ações preferenciais até o limite da preferência; a seguir, serão pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferenciais; o saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

01766-3 TELE NORDESTE CELULAR PAR. SA

02.558.156/0001-18

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Constituída a base de 5% do lucro líquido do exercício.

Reserva de lucros a realizar

Esta reserva foi originada quando da cisão da TELEBRÁS e representa receitas contabilizadas e não realizadas financeiramente, tendo sido transferida para a Tele Nordeste Celular Participações S.A. em contrapartida de seu investimento no capital de empresas controladas.

A realização dessa reserva ocorrerá, substancialmente, quando da eventual alienação ou baixa desses investimentos, sendo transferida para lucros acumulados e computada na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, em conformidade com a legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários.

Reserva estatutária

Representa o saldo do lucro líquido não alocado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório ou ao dividendo prioritário das ações preferenciais, limitado a 80% (oitenta por cento) do capital social, tendo como objetivo a expansão dos negócios sociais.

c. Dividendos

Os dividendos foram calculados conforme segue:

Lucro líquido do exercício	104.184
(+) Lucro de janeiro e fevereiro de 1998 na TELEBRÁS, vide nota explicativa nº 18	844
(-) Reserva legal	<u>(5.251)</u>
Base de cálculo	<u>99.777</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	24.944
(-) Juros sobre capital próprio, líquido do imposto de renda	<u>(20.831)</u>
Complemento de dividendos propostos	<u>4.113</u>
Dividendos propostos:	
Ações ordinárias	9.277
Ações preferenciais	<u>15.667</u>
	<u>24.944</u>

O saldo de dividendos a pagar será reajustado pela Taxa Referencial (TR), a partir da data do encerramento do exercício social até a data fixada para o seu efetivo pagamento.

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01766-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE NORDESTE CELULAR PAR. SA	3 - CNPJ 02.558.156/0001-18
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Conde Da Boa Vista, 800 - 2º Andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Boa Vista	
3 - CEP 50060-004	4 - MUNICÍPIO Recife		5 - UF PE
6 - DDD 0081	7 - TELEFONE 0216-2594	8 - TELEFONE 0000-0000	9 - TELEFONE 0000-0000
10 - TELEX 00000000	11 - DDD 0081	12 - FAX 0423-6402	13 - FAX 0000-0000
14 - FAX 0000-0000	15 - E-MAIL Fabiola.almeida@timnordeste.com.br		

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Mario Roberto Gomes			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Conde Da Boa Vista, 800		3 - BAIRRO OU DISTRITO Boa Vista	
4 - CEP 50060-004	5 - MUNICÍPIO Recife		6 - UF PE
7 - DDD 0081	8 - TELEFONE 0216-2591	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEFONE 0000-0000
11 - TELEX 00000000	12 - DDD 0081	13 - FAX 0423-6402	14 - FAX 0000-0000
15 - FAX 0000-0000	16 - E-MAIL Mgomes@timnordeste.com.br		

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/1999	31/12/1999
2 - Penúltimo	28/02/1998	31/12/1998
3 - Antepenúltimo		
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Kpmg Auditores Independentes		5 - CÓDIGO CVM 00418-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Hildebrando De Oliveira Abreu		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 020.862.805-30

01766-3 TELE NORDESTE CELULAR PAR. SA

02.558.156/0001-18

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Exigível a longo prazo

53.278

59.957

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por notas promissórias no valor do principal e dos juros e por aval da Tele Nordeste Celular Participações S.A.

Os financiamentos e empréstimos em moeda nacional vencem no exercício de 2000 e aqueles em moeda estrangeira vencem até 2003, conforme cronograma abaixo:

2001	23.230
2002	23.229
2003	<u>6.819</u>
	<u>53.278</u>

Os valores de financiamentos em moeda estrangeira foram objeto de contratação de operações de “hedge”, com o objetivo de proteger esses financiamentos contra eventuais riscos de desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano.

Também foram contratadas operações de “hedge”, com o objetivo de proteger as captações feitas através de distribuição pública de Notas Promissórias (Commercial Paper), contra oscilações na taxa do CDI, assumindo uma taxa pré-fixada.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado da Tele Nordeste Celular Participações S.A. é de 700.000.000.000 de ações, conforme seu estatuto social.

Em 31 de dezembro de 1999 e 1998, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 334.399.027.592 ações nominativas, sendo 124.369.030.532 ordinárias e 210.029.997.060 preferenciais, todas sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da companhia.

01766-3 TELE NORDESTE CELULAR PAR. SA

02.558.156/0001-18

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com seu estatuto social , a Tele Nordeste Celular Participações S.A. deve distribuir como dividendos para cada exercício social, findo em 31 de dezembro, 25% do lucro líquido ajustado na forma dos incisos II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que serão obrigatoriamente distribuídos como dividendos mínimo obrigatório a todos os acionistas, respeitado o disposto no parágrafo seguinte, sendo este valor aumentado até o montante necessário para o pagamento dos dividendos prioritários das ações preferenciais.

O valor correspondente ao dividendo mínimo obrigatório será destinado prioritariamente ao pagamento dos dividendos prioritários das ações preferenciais até o limite da preferência; a seguir, serão pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferenciais; o saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída a base de 5% do lucro líquido do exercício.

Reserva de lucros a realizar

Esta reserva foi originada quando da cisão da TELEBRÁS e representa receitas contabilizadas e não realizadas financeiramente, tendo sido transferida para a Tele Nordeste Celular Participações S.A. em contrapartida de seu investimento no capital de empresas controladas.

A realização dessa reserva ocorrerá, substancialmente, quando da eventual alienação ou baixa desses investimentos, sendo transferida para lucros acumulados e computada na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, em conformidade com a legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários.

No exercício de 1999, está sendo proposto para aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas, a realização de parcela dessa reserva pelo valor equivalente aos Juros Sobre o Capital Próprio brutos recebidos das controladas no exercício anterior.

01766-3 TELE NORDESTE CELULAR PAR. SA

02.558.156/0001-18

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Reserva estatutária

Representa o saldo do lucro líquido não alocado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório ou ao dividendo prioritário das ações preferenciais, limitado a 80% (oitenta por cento) do capital social, tendo como objetivo a expansão dos negócios sociais.

c. Dividendos

Os dividendos foram calculados conforme segue:	1999	1998
Lucro líquido do exercício	9.421	104.184
(+) Lucro de janeiro e fevereiro de 1998 na TELEBRÁS,	-	844
(-) Reserva legal	(471)	(5.251)
(+) Reversão da reserva de lucros a realizar	<u>24.395</u>	-
Base de cálculo	<u>33.345</u>	<u>99.777</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	8.336	24.944
(-) Juros sobre capital próprio, líquido do imposto de renda	<u>(8.400)</u>	<u>(20.831)</u>
Complemento de dividendos propostos	<u>-</u>	<u>4.113</u>
Dividendos propostos:		
Ações ordinárias	3.124	9.277
Ações preferenciais	<u>5.276</u>	<u>15.667</u>
	<u>8.400</u>	<u>24.944</u>

O saldo de dividendos a pagar será reajustado pela Taxa Referencial (TR), a partir da data do encerramento do exercício social até a data fixada para o seu efetivo pagamento.

d. Lucros acumulados

Sua destinação será submetida à deliberação na Assembléia Geral dos acionistas.

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01766-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES SA	3 - CNPJ 02.558.156/0001-18
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Conde Da Boa Vista, 800 - 2º Andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Boa Vista	
3 - CEP 50060-004	4 - MUNICÍPIO Recife		5 - UF PE
6 - DDD 0081	7 - TELEFONE 3216-2591	8 - TELEFONE 0000-0000	9 - TELEFONE 0000-0000
10 - TELEX 00000000	11 - DDD 0081	12 - FAX 3423-6402	13 - FAX 0000-0000
14 - FAX 0000-0000	15 - E-MAIL Fabiola.almeida@timnordeste.com.br		

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Paulo Narcélio Simões Amaral			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Conde Da Boa Vista, 800 2º Andar		3 - BAIRRO OU DISTRITO Boa Vista	
4 - CEP 50060-004	5 - MUNICÍPIO Recife		6 - UF PE
7 - DDD 0081	8 - TELEFONE 3216-2591	9 - TELEFONE 0000-0000	10 - TELEFONE 0000-0000
11 - TELEX 00000000	12 - DDD 0081	13 - FAX 3423-6402	14 - FAX 0000-0000
15 - FAX 0000-0000	16 - E-MAIL Paulo.narcelio@timnordeste.com.br		

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2000	31/12/2000
2 - Penúltimo	01/01/1999	31/12/1999
3 - Antepenúltimo	01/01/1998	31/12/1998
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Kpmg Auditores Independentes		5 - CÓDIGO CVM 00418-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Hildebrando Abreu		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 020.862.805-30

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação por Exigência CVM N° 0137/2001

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2000

01766-3 TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES SA 02.558.156/0001-18

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado da Tele Nordeste Celular Participações S.A. é de 700.000.000.000 de ações, conforme seu estatuto social.

Em 31 de dezembro de 2000 e 1999, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 334.399.027.592 ações nominativas, sendo 124.369.030.532 ordinárias e 210.029.997.060 preferenciais, todas sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da companhia.

De acordo com seu estatuto social, a Tele Nordeste Celular Participações S.A. deve distribuir como dividendos para cada exercício social, findo em 31 de dezembro, 25% do lucro líquido ajustado na forma dos incisos II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que serão obrigatoriamente distribuídos como dividendos mínimo obrigatório a todos os acionistas, respeitado o disposto no parágrafo seguinte, sendo este valor aumentado até o montante necessário para o pagamento dos dividendos prioritários das ações preferenciais.

O valor correspondente ao dividendo mínimo obrigatório será destinado prioritariamente ao pagamento dos dividendos prioritários das ações preferenciais até o limite da preferência; a seguir, serão pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferenciais; o saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação por Exigência CVM N° 0137/2001

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2000

01766-3 TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES SA 02.558.156/0001-18

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Reserva de capital – Especial de ágio

Esta reserva foi originada do processo de reestruturação societária citado na nota explicativa nº 2, em contrapartida ao ativo diferido e representa o montante do benefício fiscal a ser auferido em decorrência da amortização do ágio registrado em conta do ativo diferido. A parcela da reserva especial correspondente ao benefício auferido poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizada em proveito do acionista controlador, com a emissão de novas ações. O respectivo aumento de capital ficará sujeito ao direito de preferência dos acionistas não controladores, na proporção de suas respectivas participações, por espécie e classe, à época da emissão, sendo que as importâncias pagas no exercício desse direito serão entregues diretamente ao acionista controlador, de acordo com o disposto na Instrução 319/99 da Comissão de Valores Mobiliários.

c. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída a base de 5% do lucro líquido do exercício.

Reserva de lucros a realizar

Esta reserva foi originada quando da cisão da TELEBRÁS e representa receitas contabilizadas e não realizadas financeiramente, tendo sido transferida para a Tele Nordeste Celular Participações S.A. em contrapartida de seu investimento no capital de empresas controladas.

A realização dessa reserva ocorrerá, substancialmente, quando da eventual alienação ou baixa desses investimentos, sendo transferida para lucros acumulados e computada na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, em conformidade com a legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários.

No exercício de 2000, está sendo proposto para aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas, a realização de parcela dessa reserva pelo valor equivalente aos Juros Sobre o Capital Próprio brutos recebidos das controladas no exercício anterior.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação por Exigência CVM N° 0137/2001

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2000

01766-3 TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES SA 02.558.156/0001-18

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Reserva estatutária

Representa o saldo do lucro líquido não alocado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório ou ao dividendo prioritário das ações preferenciais, limitado a 80% (oitenta por cento) do capital social, tendo como objetivo a expansão dos negócios sociais.

d. Dividendos

Os dividendos foram calculados conforme segue:	2000	1999
Lucro líquido do exercício	28.144	9.421
(-) Reserva legal	(1.407)	(471)
(+) Reversão da reserva de lucros a realizar	<u>9.924</u>	<u>24.395</u>
Base de cálculo	<u>36.661</u>	<u>33.345</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	9.166	8.336
(-) Juros sobre capital próprio, líquido do imposto de renda	<u>(6.537)</u>	<u>(8.400)</u>
Complemento de dividendos propostos	<u>2.629</u>	<u>-</u>
Dividendos propostos:		
Ações ordinárias	3.409	3.124
Ações preferenciais	<u>5.757</u>	<u>5.276</u>
	<u>9.166</u>	<u>8.400</u>

O saldo de dividendos a pagar e de juros sobre o capital próprio – Lei 9.249/95, serão reajustados pela Taxa Referencial (TR), a partir da data do encerramento do exercício social até a data fixada para o seu efetivo pagamento.

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01766-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 02.558.156/0001-18
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Conde da Boa Vista, 800 2º andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Boa Vista	
3 - CEP 50060-004	4 - MUNICÍPIO Recife		5 - UF PE
6 - DDD 081	7 - TELEFONE 3216-2591	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX			
11 - DDD 081	12 - FAX 3423-6402	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL fabiola.almeida@timnordeste.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Walmir Urbano Kesseli			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Conde da Boa Vista, 800 2º andar		3 - BAIRRO OU DISTRITO Boa Vista	
4 - CEP 50060-004	5 - MUNICÍPIO Recife		6 - UF PE
7 - DDD 081	8 - TELEFONE 3216-2591	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
11 - TELEX			
12 - DDD 081	13 - FAX 3423-6402	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL walmir.kesseli@timnordeste.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2001	31/12/2001
2 - Penúltimo	01/01/2000	31/12/2000
3 - Antepenúltimo	01/01/1999	31/12/1999
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Ernst & Young Auditores Independentes S.C.		5 - CÓDIGO CVM 00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Aurivaldo Coimbra de Oliveira		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 270.967.698-20

01766-3 TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A. 02.558.156/0001-18

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14 Patrimônio líquido

a) *Capital social*

O capital social autorizado da Tele Nordeste Celular Participações S.A. é de 700.000.000.000 de ações, conforme seu estatuto social.

Em 31 de dezembro de 2001 e 2000, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 337.768.635.592 (334.399.027.592 em 2000) ações nominativas, sendo 127.738.638.532 (124.369.030.532 em 2000) ordinárias e 210.029.997.060 preferenciais, todas sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da companhia.

De acordo com seu estatuto social, a Tele Nordeste Celular Participações S.A. deve distribuir como dividendos para cada exercício social, findo em 31 de dezembro, 25% do lucro líquido ajustado na forma dos incisos II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que serão obrigatoriamente distribuídos como dividendos mínimo obrigatório a todos os acionistas, respeitado o disposto no parágrafo seguinte, sendo este valor aumentado até o montante necessário para o pagamento dos dividendos prioritários das ações preferenciais.

O valor correspondente ao dividendo mínimo obrigatório será destinado prioritariamente ao pagamento dos dividendos prioritários das ações preferenciais até o limite da preferência; a seguir, serão pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferenciais; o saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

01766-3 TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A. 02.558.156/0001-18

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Reserva de capital – Reserva Especial de Ágio

Esta reserva foi constituída em decorrência do processo de reestruturação societária descrito na Nota nº 2, em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal futuro por meio a ser auferido por meio da amortização do ágio incorporado. A parcela da reserva especial correspondente ao benefício auferido poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizada em proveito do acionista controlador, com a emissão de novas ações. O aumento de capital ficará sujeito ao direito de preferência dos acionistas não controladores, na proporção de suas respectivas participações, por espécie e classe, à época da emissão, sendo que as importâncias pagas no exercício desse direito serão entregues diretamente ao acionista controlador, de acordo com o disposto na Instrução 319/99 da Comissão de Valores Mobiliários.

O benefício fiscal registrado em 2000, decorrente do ágio incorporado, foi de R\$ 204.068 dos quais R\$ 23.196 foram realizadas em 2001 e serão utilizados para aumento de capital.

c) Reservas de lucros

Reserva de lucros a realizar

Esta reserva foi originada quando da cisão da TELEBRÁS e representa receitas contabilizadas e não realizadas financeiramente, tendo sido transferida para a Tele Nordeste Celular Participações S.A. em contrapartida de seu investimento no capital de empresas controladas.

A administração propôs a realização integral desta reserva, que passou a integrar o saldo da conta de lucros acumulados e portanto, sendo computada na base de cálculo dos dividendos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2001

01766-3 TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A. 02.558.156/0001-18

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Reserva estatutária

Representa o saldo do lucro líquido não alocado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório ou ao dividendo prioritário das ações preferenciais, limitado a 80% (oitenta por cento) do capital social, tendo como objetivo a expansão dos negócios sociais.

Reserva de dividendos a pagar

A Administração está propondo “Ad referendum” da Assembléia de Acionistas a formação de reserva de dividendos a pagar, no montante de R\$ 14.825, relativo a parte dos dividendos declarados com base no balanço encerrado em 31 de dezembro de 2001, tendo como objetivo assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia, e ao mesmo tempo cumprir as necessidades de investimentos relevantes para o atendimento da demanda. Esses dividendos serão pagos no futuro para os acionistas detentores das ações na data da Assembléia Geral Ordinária que deliberar sobre a destinação do lucro líquido do presente exercício e a distribuição de dividendos.

01766-3 TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A. 02.558.156/0001-18

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Dividendos

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Lucro líquido do exercício	65.530	28.144
(-) Reserva legal	(3.277)	(1.407)
(+) Reversão da reserva de lucros a realizar	<u>69.996</u>	<u>9.924</u>
Base de cálculo	<u>132.249</u>	<u>36.661</u>
Dividendo mínimo obrigatório: 25%	33.063	9.166
(-) Juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte	<u>(6.800)</u>	<u>(6.537)</u>
Dividendos a pagar	<u>26.263</u>	<u>2.629</u>
Dividendos propostos:		
Ações ordinárias - R\$ 0,0540 (R\$ 0,0274 em 2000) por Lote de mil ações	6.898	3.409
Ações preferenciais - R\$ 0,0540 (R\$ 0,0274 em 2000) por Por lote de mil ações	<u>11.340</u>	<u>5.757</u>
	<u>18.238</u>	<u>9.166</u>
Reserva especial de dividendos	<u>14.825</u>	<u>-</u>

A Companhia e suas controladas calcularam juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 8.000 (controladora) e R\$ 13.530 (consolidado), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, e eliminadas para efeito dessas demonstrações financeiras, onde estão sendo apresentados, nas demonstrações financeiras da empresa controladora, na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante.

01766-3 TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A. 02.558.156/0001-18

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os juros sobre capital próprio recebidos pela controladora no montante de R\$ 10.647 foram contabilizados em receitas financeiras, em conformidade com a legislação fiscal. No resultado são demonstrados como equivalência patrimonial.

O saldo de dividendos a pagar e de juros sobre o capital próprio, serão reajustados pela Taxa Referencial (TR), a partir da data do encerramento do exercício social até a data fixada para o seu efetivo pagamento.

e) *Lucros acumulados*

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 27.990, está compondo o saldo da conta de lucros acumulados, e será retido para compatibilizar a retenção de lucros a ser efetuada pelas controladas para a expansão das plantas, conforme orçamento de capital a ser apresentado e aprovado pela Assembléia Geral.

Considerando que foi atingido o limite de reservas de lucros em relação ao capital social de que trata o artigo 199 da Lei 6.404/76, a Administração propõe, que o montante correspondente a 75% do valor da realização da reserva de lucros a realizar correspondente a R\$ 52.496 seja destinado para aumento do capital social.

15 Despesas financeiras

A composição das despesas financeiras é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Despesas de encargos com				
Empréstimos e financiamentos	1.236	-	34.564	75.852
Despesas de encargos com				
Debêntures	-	-	32.372	2.801
Despesas de juros sobre capital				
Próprio	8.000	7.690	10.883	10.634
Despesas bancárias	324	162	7.089	8.221
Outras despesas	692	118	821	8.295
	<u>10.252</u>	<u>7.970</u>	<u>85.729</u>	<u>105.803</u>

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01766-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 02.558.156/0001-18
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Conde da Boa Vista, 800 - 2º andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Boa Vista	
3 - CEP 50060-004	4 - MUNICÍPIO Recife		5 - UF PE
6 - DDD 81	7 - TELEFONE 3216-2591	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX			
11 - DDD 81	12 - FAX 3423-6402	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL fabiola.almeida@timnordeste.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Walmir Urbano Kesseli			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Conde da Boa Vista, 800 - 2º andar		3 - BAIRRO OU DISTRITO Boa Vista	
4 - CEP 50060-004	5 - MUNICÍPIO Recife		6 - UF PE
7 - DDD 81	8 - TELEFONE 3216-2591	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
11 - TELEX			
12 - DDD 81	13 - FAX 3423-6402	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL walmir.kesseli@timnordeste.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2002	31/12/2002
2 - Penúltimo	01/01/2001	31/12/2001
3 - Antepenúltimo	01/01/2000	31/12/2000
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Ernst & Young Auditores Independentes S.C.		5 - CÓDIGO CVM 00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Aurivaldo Coimbra de Oliveira		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 270.967.698-20

01766-3 TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A. 02.558.156/0001-18

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
2003	-	42.325
2004	38.733	33.478
2005	38.733	33.478
	<u>77.466</u>	<u>109.281</u>

A Companhia contratou operações de “hedge”, com o objetivo de proteger-se dos riscos de desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano. O valor de contrato de “hedge” em aberto na data do balanço é de R\$ 123.735 e o prazo da operação é o mesmo do contrato de empréstimo.

8 Debêntures

Em 2 de outubro de 2000, a Telpe Celular S.A. emitiu 20.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais, da espécie subordinada, com valor unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 200.000 na data de emissão.

A emissão foi feita em uma única série com vencimento em 2 de outubro de 2003 garantido por fiança da sociedade controladora, Tele Nordeste Celular Participações S.A.. As debêntures da presente emissão serão resgatadas por seu valor nominal, acrescido da remuneração de 103% do CDI acumulada desde a data de emissão até a data da efetiva integralização. Os juros são pagos semestralmente.

As debêntures possuem determinadas cláusulas restritivas que são acompanhadas trimestralmente. As cláusulas restritivas avaliam a evolução da relação EBITDA (lucro antes dos juros, dos impostos diretos, da depreciação e da amortização) e despesas financeiras líquidas e a evolução da receita líquida. A Companhia não apresenta desvios em relação aos índices pactuados.

9 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social autorizado da Tele Nordeste Celular Participações S.A. é de 700.000.000.000 de ações, conforme seu estatuto social.

Em 31 de dezembro de 2002 e 2001, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 345.739.619.789 (337.768.635.592 em 2001) ações nominativas, sendo 130.753.135.918 (127.738.638.532 em 2001) ordinárias e 214.986.483.871 (210.029.997.060 em 2001) preferenciais, todas sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da companhia.

De acordo com seu estatuto social, a Tele Nordeste Celular Participações S.A. deve distribuir como

01766-3 TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A. 02.558.156/0001-18

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

dividendos para cada exercício social, findo em 31 de dezembro, 25% do lucro líquido ajustado na forma dos incisos II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que serão obrigatoriamente distribuídos como dividendos mínimo obrigatório a todos os acionistas, respeitado o disposto no parágrafo seguinte, sendo este valor aumentado até o montante necessário para o pagamento dos dividendos prioritários das ações preferenciais.

O valor correspondente ao dividendo mínimo obrigatório será destinado prioritariamente ao pagamento dos dividendos prioritários das ações preferenciais até o limite da preferência; a seguir, serão pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferenciais; o saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2002, o estatuto social da Companhia sofreu alterações para adequação à Nova Lei das S/A, incluindo o Parágrafo Primeiro do Art. 10, que assegura aos titulares de ações preferenciais, ano a ano, o direito de receber dividendo por ação, correspondente a 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, segundo o último balanço aprovado, sempre que o dividendo estabelecido segundo este critério for superior ao dividendo calculado segundo os critérios estabelecidos anteriormente, descritos no parágrafo acima.

b) Reserva de capital – Reserva Especial de Ágio

Esta reserva foi constituída em decorrência do processo de reestruturação societária descrito na Nota nº 2, em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal futuro a ser auferido por meio da amortização do ágio incorporado. A parcela da reserva especial correspondente ao benefício auferido poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizada em proveito do acionista controlador, com a emissão de novas ações. O aumento de capital ficará sujeito ao direito de preferência dos acionistas não controladores, na proporção de suas respectivas participações, por espécie e classe, à época da emissão, sendo que as importâncias pagas no exercício desse direito serão entregues diretamente ao acionista controlador, de acordo com o disposto na Instrução 319/99 da Comissão de Valores Mobiliários.

O benefício fiscal registrado em 2000, decorrente do ágio incorporado, foi de R\$ 204.068 dos quais R\$ 25.180 foram realizadas financeiramente em 2002 e serão utilizados para aumento de capital. Em 04 de abril de 2002, a Assembléia aprovou um aumento de capital no valor de R\$ 23.551, correspondente à parte realizada do benefício fiscal de 2001.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

Em conformidade com a legislação vigente (Lei 6.404/76, art. 193), do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social, ou 30% do capital social quando acrescido do montante das reservas de capital; a partir desse ponto, as apropriações para esta reserva não são obrigatórias. Essas reservas podem ser usadas somente para aumento de capital ou compensação de prejuízos acumulados.

Reserva de lucros a realizar

Esta reserva foi originada quando da cisão da TELEBRÁS e representa receitas contabilizadas e não realizadas financeiramente, tendo sido transferida para a Tele Nordeste Celular Participações S.A. em contrapartida de seu investimento no capital de empresas controladas.

Em 2001, uma assembléia de acionistas aprovou a transferência do saldo remanescentes desta reserva para a

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2002

01766-3 TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A. 02.558.156/0001-18

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

conta de lucros acumulados, bem como sua inclusão na base de cálculo de dividendos.

Reserva estatutária

Representa o saldo do lucro líquido não alocado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório ou ao dividendo prioritário das ações preferenciais, limitado a 80% (oitenta por cento) do capital social, tendo como objetivo a expansão dos negócios sociais.

Reserva de dividendos a pagar

A Assembléia Geral Ordinária – AGO realizada em 04 de abril de 2002, aprovou a proposta apresentada pela administração para formação de reserva de dividendos a pagar, no montante de R\$ 14.825, relativo a parte dos dividendos declarados com base no balanço encerrado em 31 de dezembro de 2001, tendo como objetivo assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia, e ao mesmo tempo cumprir as necessidades de investimentos relevantes para o atendimento da demanda.

d) Dividendos

De acordo com seu estatuto social, a Tele Nordeste Celular Participações S.A. deve distribuir como dividendos para cada exercício social, findo em 31 de dezembro, 25% do lucro líquido ajustado na forma dos incisos II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que serão obrigatoriamente distribuídos como dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas, respeitando o disposto no parágrafo seguinte, sendo este valor aumentado até o montante necessário para o pagamento dos dividendos prioritários das ações preferenciais. O valor correspondente ao dividendo mínimo obrigatório será destinado inicialmente ao pagamento dos dividendos prioritários das ações preferenciais até o limite da preferência; a seguir, serão pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferenciais; o saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições. Os dividendos foram calculados conforme segue:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2002

01766-3 TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A. 02.558.156/0001-18

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Lucro líquido do exercício	118.574	65.530
(-) Reserva legal	(5.929)	(3.277)
(+) Reversão da reserva de lucros a realizar	-	69.996
Base de cálculo	<u>112.645</u>	<u>132.249</u>
Dividendo mínimo obrigatório: 25%	28.161	33.063
(-) Juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte	-	(6.800)
Dividendos a pagar	<u>28.161</u>	<u>26.263</u>
Dividendos propostos:		
Ações ordinárias - R\$ 0,0879 (R\$ 0,0540 em 2001) por lote de mil ações	11.498	6.898
Ações preferenciais - R\$ 0,0879 (R\$ 0,0540 em 2001) por lote de mil ações	<u>18.907</u>	<u>11.340</u>
	<u>30.405</u>	<u>18.238</u>
Reserva especial de dividendos	<u>(2.244)</u>	<u>14.825</u>

As operadoras controladas calcularam juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 26.860 (consolidado), os quais foram inicialmente registrados em despesas financeiras, e reclassificados para serem demonstrados como parte dos dividendos propostos.

Os juros sobre capital próprio recebidos pela controladora no montante de R\$ 20.868 foram inicialmente registrados como receitas financeiras, e reclassificados para serem demonstrados como realização dos investimentos em controladas, os quais estão avaliados pela equivalência patrimonial.

A Companhia está recebendo de suas operadoras controladas o montante de R\$ 30.405, a título de dividendos referentes ao exercício de 2002.

Na apuração do resultado do exercício de 2002, a Companhia apurou um resultado que permite a distribuição a seus acionistas o valor de R\$ 28.161 a título de dividendos do competente exercício.

Conforme deliberado na Assembléia Geral Ordinária de 04 de abril de 2002, foi constituída a reserva especial de dividendos a pagar no montante de R\$ 14.825, com base no lucro apurado do exercício social de 2001, concedendo aos acionistas da Companhia titulares de ações em 05 de abril de 2002, o direito ao recebimento do referido valor em data oportuna.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Representação Espontânea

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2002

01766-3 TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A. 02.558.156/0001-18

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Diante do exposto, optou-se pela realização de parcela da referida reserva, correspondente a R\$ 2.244, isto é, o pagamento do mencionado valor àqueles acionistas inscritos em 05 de abril de 2002. O montante de R\$ 2.244 equivale à diferença entre o que a Companhia está recebendo de suas operadoras controladas referente ao exercício de 2002 e o valor apurado para a distribuição de seus dividendos referentes também ao exercício de 2002.

O saldo remanescente da reserva especial de dividendos a pagar (R\$14.825 - R\$2.244 = R\$ 12.581) será pago oportunamente mantendo-se o direito aos acionistas da Companhia inscritos em 05 de abril de 2002, como aprovado pela Assembléia Geral Ordinária de 04 de abril de 2002.

O valor de R\$ 28.161 referente aos dividendos do exercício de 2002 será proposto para distribuição aos acionistas da Companhia titulares de ações na Assembléia Geral Ordinária que deliberar sobre a aprovação de resultado do exercício de 2002.

Os valores de R\$ 2.244 e R\$ 28.161 serão reajustados pela TR a partir do dia 01 de janeiro de 2003 e até a data a ser fixada para o seu efetivo pagamento.

Assim, a distribuição de dividendos do exercício findo em 31.12.2002 será:

- a) Do exercício R\$ 28.161 para os acionistas detentores das ações na data da Assembléia Geral Ordinária que deliberar sobre a aprovação do resultado do presente exercício.

	<u>2002</u>
Ações ordinárias - R\$ 0,0815 por lote de mil ações	10.650
Ações preferenciais - R\$ 0,0815 por lote de mil ações	<u>17.511</u>
	<u><u>28.161</u></u>

- b) Da realização de parcela da reserva especial de dividendos a pagar R\$ 2.244 para os acionistas detentores das ações em 05 de abril de 2002.

	<u>2002</u>
Ações ordinárias - R\$ 0,0065 por lote de mil ações	849
Ações preferenciais - R\$ 0,0065 por lote de mil ações	<u>1.395</u>
	<u><u>2.244</u></u>

e) **Lucros acumulados**

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2002 ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 84.484, está compondo o saldo da conta de lucros

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
 Reapresentação Espontânea

Legislação Societária
 Data-Base - 31/12/2002

01766-3 TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A. 02.558.156/0001-18

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

acumulados, e será retido para compatibilizar a retenção de lucros a ser efetuada pelas controladas para a expansão das plantas, conforme orçamento de capital a ser apresentado e aprovado pela Assembléia Geral a ser oportunamente convocada..

f) Plano de opção de compra de ações

Em 04 de maio de 2001, os acionistas da Companhia aprovaram a implantação de um plano de opção de compra de ações, inicialmente cobrindo os dirigentes, gerentes e principais funcionários da Companhia. O Plano de Opção de Compra de Ações tem a duração de três anos, com data de término em 04 de maio de 2004. Até 15 de janeiro de 2002, nenhuma opção foi exercida. A Companhia tenciona expandir o Plano de Opção de Compra de Ações para cobrir todos os seus funcionários no futuro.

As opções podem ser exercidas de acordo com o Plano de Compra de Ações somente se os resultados operacionais da Companhia antes de juros e impostos atendam a determinadas metas, que são estabelecidas a cada ano no processo de orçamentação anual. Os detentores das opções no Plano de Compra de Ações poderão exercer suas opções a determinados preços estabelecidos de acordo com as condições do plano. Em 31 de dezembro de 2002, havia 2.822.918 ações preferenciais, representando 0,82% do capital total subscrito da Companhia, disponíveis para serem adquiridas.

* * *

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01766-3	TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.	02.558.156/0001-18

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2002	4 - 31/12/2001	5 - 31/12/2000
1	Ativo Total	777.817	660.974	600.474
1.01	Ativo Circulante	38.503	22.953	14.930
1.01.01	Disponibilidades	602	664	567
1.01.02	Créditos	37.512	21.397	13.093
1.01.02.01	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	30.405	18.235	8.619
1.01.02.02	Tributos a Recuperar	5.873	2.578	3.394
1.01.02.03	IR/CS Diferidos	1.234	584	1.080
1.01.03	Estoques	0	48	28
1.01.04	Outros	389	844	1.242
1.01.04.01	Despesas antecipadas	0	9	49
1.01.04.02	Outros direitos	389	835	1.193
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.579	6.586	18.679
1.02.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	5.776	3.343	18.679
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	5.776	3.343	18.679
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	5.803	3.243	0
1.02.03.01	IR e CS Diferidos	5.764	3.218	0
1.02.03.02	Valores em Litígios	39	25	0
1.03	Ativo Permanente	727.735	631.435	566.865
1.03.01	Investimentos	724.036	627.142	561.769
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	627.142	561.769
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	3.699	4.293	5.096
1.03.03	Diferido	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01766-3	TELE NORDESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.	02.558.156/0001-18

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2002	4 - 31/12/2001	5 - 31/12/2000
2	Passivo Total	777.817	660.974	600.474
2.01	Passivo Circulante	67.452	38.958	24.590
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	980	425	787
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	2.767	481	962
2.01.05	Dividendos a Pagar	32.526	21.138	11.605
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	22.252	10.690	1.556
2.01.08	Outros	8.927	6.224	9.680
2.01.08.01	Outras Obrigações	5.297	3.631	8.322
2.01.08.02	Salários, encargos a pagar	3.630	2.593	1.358
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	220	40	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	220	40	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	0	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	710.145	621.976	575.884
2.05.01	Capital Social Realizado	288.443	186.054	108.843
2.05.02	Reservas de Capital	169.532	193.083	204.068
2.05.02.01	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.02.02	Reservas Especiais	169.532	193.083	204.068
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	122.196	118.511	170.405
2.05.04.01	Legal	22.461	16.532	13.255
2.05.04.02	Estatutária	99.735	87.154	87.154
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	69.996
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	14.825	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	129.974	124.328	92.568



ANEXO 04.14

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TELEFÔNICA DATA BRASIL HOLDING S/A

Telefônica Data Brasil Holding S.A.

Demonstrações Contábeis Acompanhadas do
Parecer dos Auditores Independentes

31 de Dezembro de 2001

21. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Em 27 de junho de 2001, foi recebido da Telefônica Data do Brasil Ltda. o montante de R\$495.080 a título de adiantamento para futuro aumento de capital.

Esse adiantamento foi aplicado na subscrição de ações na Figueira Administração e Participações S.A., conforme comentado na Nota 14.b.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a – Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de Dezembro de 2001 é R\$207.799 e está representado por 165.322.469.526 ações ordinárias e 328.342.876.111 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

A sociedade está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 700.000.000.000 de ações, ordinárias ou preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembléias Gerais de Acionistas, sendo que as ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas no estatuto social ou na legislação, sendo a elas assegurada prioridade: (i) no reembolso de capital, sem prêmio, e (ii) no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Sociedade.

Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem, sendo que, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência em casos previstos no estatuto.

b – Destinação do lucro

De acordo com o estatuto social, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- 5% para reserva legal, a qual será limitada a 20% do capital social integralizado;
- 25% do lucro líquido ajustado, na forma do inciso II e III do artigo 202 da Lei 6.404/76, aos dividendos mínimos obrigatórios a todos os acionistas, sendo este valor aumentado até o montante necessário para o pagamento do dividendo prioritário das ações preferências;
- o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembléia Geral de acionistas, com base na proposta da Administração.

23. PLANO DE BENEFÍCIOS PÓS-APOSENTADORIA

A controlada Telefônica Empresas S.A. é patrocinadora do Plano de Benefícios Visão Telefônica Empresas S.A., um plano de contribuição definida, administrado pela Fundação Sistel de Seguridade

Total	<u>16.494</u>	<u>16.331</u>
-------	---------------	---------------

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Obrigações com empresas relacionadas	1.356	354	19.273	6.121
Perdas não realizadas com operações de derivativos	-	-	-	2.243
Provisão para plano de pensão	-	-	674	-
Outras	-	-	2.149	2.230
Total	<u>1.356</u>	<u>-</u>	<u>22.096</u>	<u>10.594</u>
Circulante	1.356	354	21.405	10.535
Longo Prazo	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>691</u>	<u>59</u>

22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A controlada Telefônica Empresas S.A. responde por processos judiciais envolvendo questões trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração da Sociedade, baseada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável à Sociedade foi considerado provável, no montante de R\$368 em 31 de dezembro de 2002 (R\$30 em 31 de dezembro de 2001).

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a – Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de Dezembro de 2002 é de R\$702.879 (R\$207.799 em 31 de dezembro de 2001) e está representado por ações escriturais sem valor nominal, assim distribuídas:

	2002	2001
Ações ordinárias	358.716.131.431	165.322.469.526
Ações preferenciais	712.437.254.531	328.342.876.111
Total de ações em circulação	<u>1.071.153.385.962</u>	<u>493.665.345.637</u>
Valor patrimonial por lote de mil ações em circulação - R\$	<u>0,61</u>	<u>0,42</u>

Em 04 de abril de 2002 foi realizada, cumulativamente, a 1ª Assembléia Geral Ordinária e a 2ª Assembléia Geral Extraordinária onde foi homologado o aumento do capital social, aprovado pelo

Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2002, no montante de R\$495.080 com emissão de 577.488.040.325 novas ações, sendo 193.393.661.901 ações ordinárias nominativas e 384.094.378.420 ações preferenciais nominativas negociadas ao valor de R\$0,8573 por lote de mil ações.

A Sociedade está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.500.000.000.000 (um trilhão e quinhentos bilhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembléias Gerais de Acionistas, sendo que as ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas no estatuto social ou na legislação, sendo a elas assegurada prioridade: (i) no reembolso de capital, sem prêmio, e (ii) no recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior que o atribuído a cada ação ordinária.

Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem, sendo que, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência em casos previstos no estatuto.

b – Destinação do lucro

De acordo com o estatuto social, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- 5% para reserva legal, a qual será limitada a 20% do capital social integralizado;
- 25% do lucro líquido ajustado, na forma do inciso II e III do artigo 202 da Lei 6.404/76, aos dividendos mínimos obrigatórios a todos os acionistas, sendo este valor aumentado até o montante necessário para o pagamento do dividendo prioritário das ações preferências;
- o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembléia Geral de acionistas, com base na proposta da Administração.

24. PLANO DE BENEFÍCIOS PÓS-APOSENTADORIA

A controlada Telefônica Empresas S.A. é patrocinadora do Plano de Benefícios Visão Telefônica Empresas S.A., um plano de contribuição definida, administrado pela Fundação Sistel de Seguridade Social – Sistel, o qual foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (Ministério de Previdência e Assistência Social) em 03 de abril de 2001.

O plano é viabilizado através de contribuições feitas pelo participante e pela patrocinadora, creditadas em contas individuais. A controlada é responsável pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção do plano, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. As contribuições da controlada ao plano Visão Telefônica Empresas são iguais às dos participantes, variando de 2% a 9% do salário de participação, em função do percentual escolhido pelo participante.

TELEFÔNICA DATA BRASIL HOLDING S/A
CNPJ Nº 04.295.166/0001-33
COMPANHIA ABERTA

Balancos Patrimoniais
Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001
(Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001		2002	2001	2002	2001
ATIVO CIRCULANTE	-	-	150.346	116.073	PASSIVO CIRCULANTE	1.356	354	276.321	254.451
Disponibilidades	-	-	44.405	15.429	Empréstimos e financiamentos	-	-	175.997	121.421
Contas a receber de serviços, líquidas	-	-	65.072	65.843	Fornecedores	-	-	46.355	91.323
Tributos diferidos e a recuperar	-	-	5.061	24.086	Impostos, taxas e contribuições	-	-	16.070	14.841
Materiais de estoque	-	-	3.167	6.561	Pessoal, encargos e benefícios sociais	-	-	16.494	16.331
Ganhos temporários com operações de derivativos	-	-	31.620	-	Outras obrigações	1.356	354	21.405	10.535
Outros ativos	-	-	1.021	4.154					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	13.900	14.032	206.833	183.139	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	-	-	38.747	89
Tributos diferidos e a recuperar	-	-	204.185	169.028	Empréstimos e financiamentos	-	-	37.688	-
Outros ativos	13.900	14.032	2.648	14.111	Provisão para contingências	-	-	368	30
					Outras obrigações	-	-	691	59
ATIVO PERMANENTE	636.701	666.422	607.134	635.428	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	649.245	185.020	649.245	185.020
Investimentos	330.860	360.581	-	64	Capital social	702.879	207.799	702.879	207.799
Imobilizado, líquido	-	-	299.842	325.807	Prejuízos acumulados	(53.634)	(22.779)	(53.634)	(22.779)
Diferido	305.841	305.841	307.292	309.557	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	-	495.080	-	495.080
					TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	649.245	680.100	649.245	680.100
TOTAL DO ATIVO	650.601	680.454	964.313	934.640	TOTAL DO PASSIVO	650.601	680.454	964.313	934.640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



OLÍMPIO TEIXEIRA
Audidores, Consultores e Peritos Contábeis

EXMO. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNIOS DE CAMPO GRANDE - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

PROCESSO: 0805937-23.2015.8.12.0001
REQUERENTE: EDUARDO MARQUES LUCAS
REQUERIDO: OI S.A / BRASIL TELECOM S.A

OLÍMPIO TEIXEIRA CONSULTORES E PERITOS CONTÁBEIS S/S LTDA., sociedade privada, inscrita no CNPJ. sob o nº 03.691.537/0001-33, com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul – CRC/MS sob o nº 245, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, solicitar o levantamento dos honorários periciais depositados nestes Autos, tendo em vista a entrega do Laudo Pericial Contábil Judicial. Para celeridade do procedimento solicitamos que o pagamento dos mesmos seja efetuado através de transferência eletrônica (TED) ou depósito bancário na conta corrente de nº 12.365-X, da agência nº 2916-5, do Banco do Brasil S/A de titularidade desta empresa.

Termos em que pedimos e aguardamos deferimento.

OLÍMPIO TEIXEIRA
CONSULTORES E PERITOS CONTÁBEIS S/A LTDA.
REGISTRO CRC MS nº 245

OLÍMPIO CARLOS TEIXEIRA
PERITO JUDICIAL
CONTADOR CRC Nº MS-003816/O-0

LUIZ PAULO DUARTE DE ASSIS
PERITO JUDICIAL
CONTADOR CRC Nº MS-012349/O-3